



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1834

Quinta-feira - 24 de Setembro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Guaraciaba	214	Palhoça	406
Água Doce	3	Guaramirim	217	Palmitos	426
Alto Bela Vista	4	Guarujá do Sul	221	Papanduva	427
Antônio Carlos	6	Herval d'Oeste	222	Passos Maia	428
Arabutã	7	Ibiam	225	Penha	433
Arroio Trinta	8	Ilhota	226	Petrolândia	444
Atalanta	9	Imarui	227	Pinheiro Preto	449
Balneário Rincão	12	Imbituba	240	Ponte Serrada	453
Barra Velha	15	Indaial	244	Porto Belo	460
Bela Vista do Toldo	16	Iomerê	245	Porto União	461
Biguaçu	17	Ipumirim	246	Rio do Sul	462
Blumenau	22	Irineópolis	261	Salto Veloso	466
Braço do Trombudo	48	Itá	265	Santa Terezinha do Progresso	480
Brusque	71	Itaiópolis	267	São Bento do Sul	481
Caçador	74	Itapiranga	268	São Carlos	484
Campo Alegre	75	Itapoá	276	São Cristóvão do Sul	485
Campos Novos	98	Ituporanga	277	São Domingos	486
Canoinhas	122	Jacinto Machado	278	São João do Oeste	487
Capinzal	125	Joaçaba	279	São João do Sul	488
Chapadão do Lageado	126	Lages	290	São José	489
Cocal do Sul	127	Laguna	291	São Lourenço do Oeste	498
Concórdia	128	Lauro Muller	298	São Miguel do Oeste	500
Cordilheira Alta	129	Lebon Regis	300	São Pedro de Alcântara	502
Coronel Freitas	151	Leoberto Leal	301	Schroeder	504
Coronel Martins	152	Luzerna	304	Serra Alta	563
Corupá	154	Macieira	305	Sombrio	565
Curitibanos	156	Mafra	306	Sul Brasil	574
Dionísio Cerqueira	189	Maracajá	307	Tigrinhos	576
Faxinal dos Guedes	194	Marema	308	Timbó	577
Flor do Sertão	195	Massaranduba	320	Três Barras	581
Forquilha	198	Meleiro	350	Treze Tílias	582
Fraiburgo	199	Modelo	351	União do Oeste	583
Frei Rogério	200	Navegantes	352	Vidal Ramos	587
Galvão	201	Nova Trento	394	Videira	588
Garopaba	202	Novo Horizonte	396	Vitor Meireles	593
Garuva	203	Orleans	397	Xanxerê	596
Gaspar	212	Ouro	398	Xavantina	597
Governador Celso Ramos	213	Ouro Verde	404	Xaxim	600

Associações

EGEM	601
------------	-----

Consórcios

ARIS	615
CIGA	616
CITMAR	616
Consórcio CISAMA	617
CVC	618

Abdon Batista

PREFEITURA

CONTRATO Nº 82/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 82/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2015

HOMOLOGAÇÃO: 23/09/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS DE PONTE NA COMUNIDADE DE COLONIA DO SÃO ROQUE DE ACORDO COM PROJETO.

CONTRATADO: M.A CONSTRUÇÕES -ME DE MARCOS AGOSTINI

VALOR: 8.000,00(oito mil reais)

Abdon Batista, SC, 23 de setembro de 2015.

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

PRORROGAÇÃO TP 07/2015

A Prefeitura Municipal de Abdon Batista, comunica aos interessados do Edital de Licitação, modalidade Tomada de Preços (no 07/2015), do tipo Menor Preço GLOBAL, que tornou público, com base na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, tendo por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA ESPORTIVA NA COMUNIDADE DE SÃO ROQUE DE ACORDO COM PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO, conforme anexos, que está sendo PRORROGADO o prazo de recebimento e abertura dos envelopes "proposta de preço" e "documentação", para o dia 09 de outubro de 2015, para a entrega dos envelopes até às 08:45 horas, para o julgamento e início da disputa às 09:00 horas do mesmo dia.

Abdon Batista 23 de setembro de 2015.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA

PREFEITO MUNICIPAL

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 61/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº. 7/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 61/2015

TOMADA DE PREÇO 7/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 61/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 7/2015", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", em regime de empreitada por preço unitário, destinado a construção de casas populares no município de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 09 de outubro 2015 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 22 de setembro de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.068 DE 21 SETEMBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. IVONI SCHNEIDER KAPLAN, para exercer o cargo de PROFESSOR II - 10 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista/SC, em 21 de setembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 122 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal FERNANDA GIRELLI ocupante do cargo de FISIOTERAPEUTA até 16 de outubro de 2015, conforme atestado médico expedido pelo dr. Claudio Frederico Kamijo CREMERS 18.279.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria ficarão a cargo da Previdência Social (INSS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 21 de setembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 123 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, EDUARDA JÚLIA NICOLLI MIOTTO, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL – 20 HORAS, no período de quinze (15) dias, a contar de 17 de setembro de 2015, conforme atestado médico expedido pela Dra. Pauline R. Peralta CRMSC 17.095.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município por quinze (15) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 21 de setembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 053/2015

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 038/2015

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o Registro de Preços para possível aquisição de adubo orgânico de cama de aviário, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 08h50, do dia 08 de outubro de 2015, em sessão pública, com início previsto para as 9h da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 22 de setembro de 2015.
Catia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 054/2015
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 039/2015

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, do tipo Menor Preço Global, objetivando a contratação de empresa do ramo de vigilância patrimonial e/ou segurança de eventos para prestação de serviços de segurança ostensiva para o Evento "12ª Jirica", consoante disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 08h50, do dia 13 de outubro de 2015, em sessão pública, com início previsto para as 9h da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações". Alto Bela Vista (SC), em 22 de setembro de 2015.

Catia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal.

Antônio Carlos

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2016 CONVOCAÇÃO

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, em cumprimento ao disposto no Artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e conforme dispõe artigo 17, I da IN TCE nº 02/2001, CONVOCA as entidades civis organizadas e a população em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA da LOA 2016 (Lei Orçamentária Anual) e Avaliação das Metas Quadrimestrais 2º quadrimestre de 2015, que se realizará às 17:00 horas do dia 29 de setembro de 2015, na Câmara de Vereadores, com o objetivo de dar maior transparência e apresentar a forma em que os recursos do município serão investidos no ano de 2016.

Antônio Carlos, 22 de setembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO N 82/2015

DECRETO Nº 000082/15 de 22 de Setembro de 2015

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.600,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
08 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01.23.695.0003.2.023-3.3.50.00.00.00.00 -Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 1.600,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
08 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01.23.695.0003.2.023-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.600,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Setembro de 2015
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA 454/2015

PORTARIA Nº 454/2015.

Exonera servidor efetivo

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, DIEGO BARRETO BORGES, do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 23 de setembro de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de setembro de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 24 de setembro de 2015.

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO Nº. 1765/2015

DECRETO Nº 1765, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Faz conversão das médias obtidas nas avaliações semestrais de servidor em estágio probatório na vigência da Lei Complementar nº 38 de 31 de dezembro de 2001 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 256 da Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Município de Arabutã, das Fundações Municipais e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º As médias obtidas nas avaliações semestrais de servidor em estágio probatório nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 38 de 31 de dezembro de 2001 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências, alterado pela Lei Complementar nº 59 de 14 de abril de 2005, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 38, de 31 de dezembro de 2001, que "dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências, na sua vigência, passam a terem as seguintes conversões:

I – média maior de 8,00 (oito) a 10,00 (dez) pontos: conceito excelente (E) – maior de 80% (oitenta por cento) a 100% (cem por cento) da pontuação máxima admitida;

II – média maior de 7,00 (sete) a 8,00 (oito) pontos: conceito bom (B) – maior de 70% (setenta) a 80% (oitenta por cento) da pontuação máxima admitida;

III – média maior de 5,00 (cinco) a 7,00 (sete) pontos: conceito regular (R) – maior de 50% (cinquenta por cento) a 70% (setenta por cento) da pontuação máxima admitida;

IV – média igual ou inferior a 5,00 (cinco) pontos: conceito insatisfatório (I) – menor ou igual a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima admitida.

Parágrafo único. Os conceitos obtidos na vigência da Lei Complementar nº 38, de 31 de dezembro de 2001 – até 31 de dezembro de 2014 – na forma dos incisos I à IV do caput do presente artigo serão concedidos a todos os incisos de I à XIV do § 2º do art. 23 da Lei Complementar nº 159 de 31 de dezembro de 2014, cujos demonstrativos de todas as avaliações serão inseridos no:

I – formulário de Avaliação do Estágio Probatório – FAEP aprovado pelo Decreto nº 1.682, de 10 de março de 2015, que regulamenta o Estágio Probatório dos Servidores Públicos previsto no art. 23 da Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Município de Arabutã, das Fundações Municipais e dá outras providências.

II – formulário de Avaliação do Estágio Probatório – FAEP Regulamenta o Estágio Probatório para os Profissionais do Magistério Público do Município de Arabutã previsto no art. 23 da Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Município de Arabutã, das Fundações Municipais e dá outras providências.

Art. 2º Nos termos do § 16º do art. 23 da Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, a partir da quarta avaliação semestral ou no término do estágio probatório o servidor que tiver conceito insatisfatório, obtido pela média aritmética dos conceitos semestrais, será exonerado do cargo, ou, se efetivo ou estável na forma da Constituição Federal, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

§ 1º O servidor que receber conceito regular ou insatisfatório será notificado do conceito que lhe foi atribuído, podendo requerer reconsideração para a autoridade que homologou a avaliação no prazo de 30 (trinta) dias, cujo pedido será decidido em igual prazo.

§ 2º Contra a decisão relativa ao pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico de ofício e voluntário, no prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese de confirmação do conceito de desempenho atribuído ao servidor.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 23 de setembro de 2015.

Marcelo Morche
Prefeito em exercício

Registra-se e Publica-se
Em 23 de setembro de 2015
Greici Fernanda Sonntag
Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1766/2015

Decreto nº. 1766, de 23 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 65/2015, EDITAL DE CONVITE Nº 007/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Marcelo Morche, Prefeito em exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Considerando os elementos constantes do Edital de Convite nº. 007/2015, em especial o posicionamento firmado pela Comissão Permanente de Licitações, quanto à anulação da licitação, pois não foi preenchido o número mínimo de licitantes habilitados;

DECRETA:

Art. 1. Fica aludido procedimento anulado, providência que encontra amparo legal no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã (SC),
23 de setembro de 2015.

MARCELO MORCHE
Prefeito em exercício

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável Pelas Publicações

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 0007/2015

TERMO ADITIVO Nº 0007/2015 AO CONTRATO Nº 0047/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2014, TOMADA DE PREÇOS Nº0003/2014, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VÁRIAS RUAS DA CIDADE COM RECURSO DO FUNDAM.

Pelo presente TERMO ADITIVO, o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro nº 26, em Arroio Trinta –SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, e a empresa VIGA – PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, pessoa jurídica de Direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 09.223.659/0001-81, com sede na Avenida XV de Novembro, 1º Andar, centro do Município de Joaçaba – SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor FELIPE RAMOS D´AGOSTINI, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador do CPF sob nº 008.482.959-19 e CI sob nº 3.538.752, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas nº 1.800, apto 301, Centro, Município de Joaçaba – SC., e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, § 1º Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o prazo para a execução da obra, objeto do contrato nº 047/2014, por mais 90(noventa) dias, ou seja, até 16 de dezembro de 2015.

§ 2º - (...)

§ 3º - (...)

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 16 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27

CONTRATANTE

ALCIDIR FELCHILCHER

CPF sob nº 518.040.009-06

VIGA – PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

CNPJ sob nº 09.223.659/0001-81

CONTRATADA

FELIPE RAMOS D´AGOSTINI

CPF sob nº 008.482.959-19

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

CPF SOB Nº 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE

CPF SOB Nº 027.783.989-02

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com o Art. 57, § 1º Inciso II, da Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para prorrogação do prazo contratual ao contrato nº 0047/2014, celebrado com a Empresa Viga – Pavimentação e Obras Ltda, cujo objeto é o asfaltamento de várias Ruas.

O Aditamento deverá ser por mais 90(noventa) dias, tendo em vista a falta de conclusão de alguns documentos tais como medição, aprovação dos engenheiros e outros.

Arroio Trinta – SC, 16 de setembro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0007/2015 AO CONTRATO Nº 0047/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2014, TOMADA DE PREÇOS Nº0003/2014
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VÁRIAS RUAS DA CIDADE COM RECURSO DO FUNDAM.

CONTRATADA: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 90 DIAS

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 033/2015

D E C R E T O Nº 033/2015

“Regulamenta a Implantação dos Conselhos Escolares dos Centros de Educação do Ensino Fundamental e dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Atalanta e dá Outras Providências”

O Prefeito Municipal de Atalanta, em cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal do Brasil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº9394/96, no uso de suas atribuições Decreta:

Art. 1º - Ficam criados os Conselhos Escolares das Unidades de Educação Infantil, Centro de Educação Infantil e Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Atalanta.

Art. 2º - Os Conselhos escolares são centros permanentes de debate e órgãos articuladores de todos os setores escolares e comunitários, constituindo-se em cada Unidade Escolar, de um colegiado, formado por representantes dos segmentos da comunidade escolar, de acordo com as normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 3º - O Conselho Escolar é composto de 04 (quatro) membros e representantes dos seguintes segmentos:

I – Magistério: professor;

II – Alunos regularmente matriculados, maiores de 10 (dez) anos;

III – Pais ou responsáveis pelos alunos;

IV – Profissionais de Educação: secretário escolar, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de sala.

§ 1º - Cada segmento será representado por um membro indicado por seus pares.

§ 2º - O Diretor ou Coordenador pedagógico, será membro nato do Conselho.

§ 3º - Nos CEIs a representação de pais será de dois membros, devido a não representatividade do grupo de alunos.

§ 4º - O segmento dos alunos deverá apresentar candidatos que comprovadamente, possuam dez anos ou mais e estejam regularmente matriculados.

§ 5º - O segmento de pais não poderá ser apresentado por professores da Rede Municipal de Ensino de Atalanta.

§ 6º - O cargo em vacância será preenchido por nova indicação de seu segmento.

Art. 4º - A autonomia do Conselho Escolar se exercerá nos limites da legislação de ensino, das políticas e diretrizes educacionais emanadas da Secretaria Municipal de Educação de Atalanta, comprometidas com a oportunidade de acesso de todos a escola pública e com a qualidade de ensino.

Art. 5º - O Conselho Escolar é órgão de natureza, deliberativa no âmbito da Unidade Escolar, cabendo zelar pelo alcance dos objetivos institucionais da escola, estabelecendo modos operacionais para seu funcionamento, organização e relacionamento com a comunidade.

Art. 6º - O Conselho Escolar terá material de expediente e apoio administrativo, oriundos da própria unidade educacional, necessários ao seu funcionamento.

Art. 7º - O mandato de todos os membros será de dois anos, admitida uma recondução:

Parágrafo Único – A cada dois anos é necessário que 50% dos membros sejam reduzidos.

Art. 8º - Compete ao Conselho escolar:

I – Propor diretrizes para o planejamento anual da escola e acompanhar seu desenvolvimento;

II – Colaborar com o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela escola quando devidamente consultado, em matéria didática – científica, administrativa e disciplinar;

III – Contribuir na elaboração de projetos de recuperação da aprendizagem e outros de acordo com as normas estabelecidas na legislação nas diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação;

IV – Orientar e acompanhar o processo de matrícula visando garantir o acesso gradativo a Educação Infantil e acesso universal ao Ensino Fundamental;

V – Deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva ou quaisquer outras anomalias;

VI – Criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na definição e aprovação do Projeto Pedagógico, sugerindo modificações sempre que necessário;

VII – Tomar efetivo a participação dos pais no processo educativo, incentivando – os para maior envolvimento na vida escolar de seus filhos;

VIII – Promover atividades culturais visando o enriquecimento curricular;

IX – Garantir a transparência da execução das ações desenvolvidas nas Unidades Escolares;

X – Estabelecer relações de cooperação, autonomia e independência com as organizações que representam os segmentos que compõem as comunidades escolares;

XI – Divulgar e garantir o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente;

XII – Elaborar seu regimento Interno e propor alterações, sempre que necessário;

XIII – Exercer outras atividades correlatas.

Parágrafo Único – A Secretaria Municipal de Educação, disponibilizará um roteiro de regimento interno, que poderá ser alterado e deverá ser aprovado pelos membros do Conselho Escolar.

Art. 9º - O Conselho escolar reunir-se - á no âmbito de sua Unidade Escolar, ordinariamente, trimestralmente, por convocação do presidente, com um dia de antecedência e pauta definida, e, extraordinariamente por convocação do presidente ou a pedido da maioria simples, de seus membros com especificação dos assuntos a serem tratados.

Art. 10º - As eleições para o Conselhos escolar serão realizadas até dezembro de 2015.

Art. 11 - A eleição dos representantes do Conselho será realizada por segmentos, em votação direta, é vedada a inscrição de candidatos em mais de um segmento.

Art. 12 - A reunião de eleição acontecerá em Assembleia Geral da Associação de Pais e Professores (APP) de cada Unidade Escolar, onde serão indicados os representantes de cada segmento, havendo mais de um interessado será realizada a votação para eleger o membro. O segmento dos alunos deverá ter uma indicação por cada turma de alunos maiores de 10 anos para escolher em votação na assembleia um representante.

Art. 13 - Este Decreto entra em vigor nesta data, ficam revogadas as disposições em contrário.

Atalanta, 31 de agosto de 2015.
Tarcísio Polastri
Prefeito Municipal de Atalanta

DECRETO Nº 034/2015

DECRETO Nº 034/2015.

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1396 de 20 de novembro de 2014:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 01 de setembro de 2015.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 035/2015

DECRETO nº 035/2015

“Homologa o Concurso Público nº 001/2015 do Município de Atalanta – SC”.

TARCÍSIO POLASTRI, Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, uso de suas atribuições legais e considerando:

- o Edital nº 006/2015 que divulgou o resultado final do Concurso Público nº 001/2015;
- a regularidade da execução do certame;
- a necessidade da administração em prover vagas.

Art. 1º - Fica homologado o Concurso Público nº 001/2015, aberto pelo Edital nº 001/2015, relativamente aos cargos e empregos do Poder Executivo - Agente de Serviços Gerais, Assistente Social, Coordenador do CRAS, Engenheiro Civil, Orientador Social, Técnico de Enfermagem e Agente Comunitário de Saúde-Rio Caçador -, conforme resultado definitivo divulgado por meio do Edital nº 006/2015, de 21/09/2015.

Art. 2º - A relação de candidatos aprovados, habilitados à nomeação segundo a necessidade da administração municipal, respeitada a ordem de classificação, consta do Anexo Único deste Decreto.

Art. 3º - Em face desta homologação e da esmerada condução e execução do certame, resta encerrado o mesmo.

Atalanta - SC, 23 de setembro de 2015.
Tarcísio Polastri
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 035/2015

HOMOLOGAÇÃO - Concurso Público nº 01/2015

ANEXO ÚNICO (art. 2º)

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Final	Classificação
000103	Josines Vavassori	01 Agente de Serviços Gerais	7,55	1
000109	Josiane Pereira	01 Agente de Serviços Gerais	7,30	2
000106	Claudiane Angelica Floresti	01 Agente de Serviços Gerais	7,10	3
000101	Luciana Godinho Feder	01 Agente de Serviços Gerais	6,80	4
000095	Maria De Lourdes Meurer De Souza	01 Agente de Serviços Gerais	5,50	5
000122	Irio Kurtz	01 Agente de Serviços Gerais	5,20	6
000092	Cassiane Weber	01 Agente de Serviços Gerais	5,00	7
000102	Ariane Gabriela Felix Leite	02 Assistente Social	5,70	1
000123	Vanessa De Moraes Muniz	03 Coordenador CRAS	5,05	1
000061	Carlos Eduardo Dalmina	04 Engenheiro Civil	7,30	1
000002	Catiucia Keli Sievers	04 Engenheiro Civil	6,10	2
000081	Gunter Eduardo Stefan	04 Engenheiro Civil	5,65	3
000136	Maria Juliana Góes Coelho Da Cruz	04 Engenheiro Civil	5,20	4
000133	Pamela Jaine Silva Da Silva	04 Engenheiro Civil	5,15	5
000112	Guilherme Subtil Arruda	04 Engenheiro Civil	5,10	6
000019	Ricardo Becker	04 Engenheiro Civil	5,00	7
000022	Felipe Ruschel Horn	04 Engenheiro Civil	5,00	8
000026	Paulo José Woytechen	05 Orientador Social	6,75	1
000028	Sabrina Ferrari	05 Orientador Social	5,30	2
000142	Elisane Kurtz	05 Orientador Social	5,20	3
000078	Angela Gneipel De Souza	05 Orientador Social	5,10	4
000126	Maiara Gieseler Da Luz	05 Orientador Social	5,05	5
000036	Jaqueline Graciela Marian	06 Técnico de Enfermagem	6,95	1
000070	Rosenilda Xavier	06 Técnico de Enfermagem	6,80	2
000060	Cinara Franz Will	06 Técnico de Enfermagem	6,75	3
000013	Simoni Klaumann	06 Técnico de Enfermagem	6,40	4
000041	Cheila Cacia Feder	06 Técnico de Enfermagem	6,25	5
000065	Daiani Paula Kurth	06 Técnico de Enfermagem	5,95	6
000043	Micheli Djampolini Santos	06 Técnico de Enfermagem	5,85	7
000038	Grazieli Janina Klug	06 Técnico de Enfermagem	5,65	8
000052	Daiana Cristina Cavalheiro	06 Técnico de Enfermagem	5,45	9
000045	Soraia Bianca Silva Packer Batista	06 Técnico de Enfermagem	5,05	10
000015	Andréia Souza	07 Ag Com Saúde/Rio Caçador	8,30	1
000025	Jéssica Elaine Senem	07 Ag Com Saúde/Rio Caçador	7,90	2
000144	Tayonara De Araujo Vieira	07 Ag Com Saúde/Rio Caçador	6,40	3
000056	Anna Paula Rodrigues	07 Ag Com Saúde/Rio Caçador	5,95	4
000084	Sueli Jochem	07 Ag Com Saúde/Rio Caçador	5,75	5
000113	Elaine Aparecida Antunes	07 Ag Com Saúde/Rio Caçador	5,70	6
000010	Sandra Patricia De Souza	07 Ag Com Saúde/Rio Caçador	5,60	7
000127	Renata Barbosa Dos Santos	07 Ag Com Saúde/Rio Caçador	5,35	8
000128	Cleison Deni Da Silva	07 Ag Com Saúde/Rio Caçador	5,05	9

Atalanta - SC, 23 de setembro de 2015.

Tarcísio Polastri
Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 064/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 064/PMBR/2015

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 13/10/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para serviços de mão-de-obra de pavimentação, com colocação de meio fio e alinhamento das peças (Item 01). Mao de Obra para pavimentação com realinhamento e colocação de meio fio, reaproveitamento das peças e retirada e colocação de novas quando se fizer necessário (Item 02) e e Mao de Obra para pavimentação com revestimento a base de blocos de concreto (lajotas e paver) (Item 03), nas ruas Jaguaruna, Rua da Matriz, Maracajá, Rua João Pedro Galdino, Rua Luiz Maria Julia, Luiz Gustavo da Luz e Rua São Paulo do Município de Balneário Rincão SC.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 23 de Setembro de 2015.

Valberto Berkenbrock

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DECRETO Nº. 311/2015

DECRETO Nº. 311/2015

ANULA EMPENHOS LIQUIDADOS INDEVIDAMENTE E CANCELA RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DO SAMAE DO BALNEÁRIO RINCÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei 176/2014:

DECRETA:

Artigo 1º - Anula empenhos do exercício de 2015 do Samae de Balneário Rincão no valor global de R\$8.947,31 (oito mil novecentos e quarenta sete reais e trinta um centavos) liquidados indevidamente conforme abaixo discriminado:

EMPE-NHO	CREDOR	VALOR
311	IGAM CORPORATIVO CURSOS E ASSESSORIAS S/S LTDA EPP	R\$1.100,00
36	OTOMAR COMERCIAL LTDA	R\$52,00
24	ADEMAR ALVES ME	R\$86,31
368	ALBERTO DE SOUZA	R\$7.700,00
115	FORAUTO VEICULOS LTDA	R\$9,00
TOTAL GERAL		R\$ 8.947,31

Artigo 2º - Cancela restos a pagar processados do exercício de 2014 do Samae de Balneário Rincão no valor global de R\$1.641,82 (um mil seiscentos e quarenta um reais e oitenta e dois centavos) conforme tabela a seguir:

EMPENHO	CREDOR	VALOR
40/2014	BUSCHLE % LEPPER AS	R\$670,00
108/2014	STATION TELECOMUNICAÇÕES LTDA	R\$31,00
307/2014	ADEMIR JOACY ZEFERINO	R\$84,00
308/2014	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA AS	R\$300,00
312/2014	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	R\$556,82
TOTAL GERAL		R\$1.641,82

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 09 de Setembro de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de Setembro de 2015.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

RETIFICAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 087/PMBR/2015 E Nº 105/PMBR/2015

EXTRATO DE CONTRATO - RETIFICAÇÃO

Na clausula Sexta do reequilíbrio nº6.1, do CONTRATO Nº. 087/PMBR/2015 em nome de MARIA SIRLEI MENDES DOS SANTOS; Cujo OBJETO é a Locação de um imóvel, sala comercial térrea, com aproximadamente 51,15m², correspondente ao Lote nº 06 da Quadra nº 16, Loteamento Tomazia, Localizada na Rua Maracajá, nº 331, Centro no município do Balneário Rincão. Onde se lê: ... 6.1 É vedado ao LOCADOR pleitear qualquer reajuste ou alteração no valor da contraprestação da locação, salvo após o período de 18 (dezoito) meses, por forma expressa e mediante termo aditivo,... Leia-se: 6.1 É vedado ao LOCADOR pleitear qualquer reajuste ou alteração no valor da contraprestação da locação, salvo após o período de 12 (doze) meses, por forma expressa e mediante termo aditivo, na forma da lei, conforme Lei n. 10.192/91, pelo índice INPC, a fim de que se mantenha o Equilíbrio Econômico-Financeiro do contrato ou mediante solicitação da Administração mediante negociação entre as partes.

Na clausula Sexta do reequilíbrio nº6.1, do CONTRATO Nº. 105/PMBR/2015 em nome de JOSÉ LINDOMAR PEREIRA; Cujo OBJETO é a Locação de uma sala comercial, localizada em uma área de 300,00m², correspondente ao lote nº28 da quadra nº09, loteamento Consórcio Econômico Criciumense – Zona Velha, Rua Urubici, no Município de Balneário Rincão S/C, para funcionamento do C.E.I Peixinho Dourado. Onde se lê: ... 6.1 É vedado ao LOCADOR pleitear qualquer reajuste ou alteração no valor da contraprestação da locação, salvo após o período de 17 (dezessete) meses, por forma expressa e mediante termo aditivo,... Leia-se: 6.1 É vedado ao LOCADOR pleitear qualquer reajuste ou alteração no valor da contraprestação da locação, salvo após o período de 12 (doze) meses, por forma expressa e mediante termo aditivo, na forma da lei, conforme Lei n. 10.192/91, pelo índice INPC, a fim de que se mantenha o Equilíbrio Econômico-Financeiro do contrato ou mediante solicitação da Administração mediante negociação entre as partes.

CÂMARA MUNICIPAL**ESTRATO DE CONTRATO 003/CMBR/2015****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº. 003/CMBR/2015; EMPRESA: AUTO POSTO ZANZI LTDA; OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustível, para manter a frota de veículo, pertencente à Câmara Municipal de Balneário Rincão, durante o exercício de 2015; VIGENCIA: 31/12/2015, ASSINATURA: 16/09/2015; pela Câmara Municipal: o Sr. Airton Valvito Ferreira– Presidente e pela empresa: o Sr. Pablo Daniel Klein Farkas.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO**PORTARIA 066/SAMAE/2015**

PORTARIA Nº 066/SAMAE/2015

OLÍRIO JOSÉ LINO, DIRETOR PRESIDENTE INTERINO DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º. Altera o cargo do servidor ANTONIO CARLOS GHISI, brasileiro, casado inscrito no CPF nº 750.541.089-04 RG nº 274.039-20, do cargo de DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO para atuar no cargo de COORDENADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA/ESGOTO/COORDENADOR DA DIVISÃO OPERACIONAL; do SAMAE de Balneário Rincão, conforme Lei Complementar nº 07/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial.

Balneário Rincão, 21 de Setembro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 21 de Setembro de 2015.

RENATA DAROS TORRES

Responsável pelo Departamento de Recursos Humanos do Samae

PORTARIA 067/SAMAE/2015

PORTARIA Nº 067/SAMAE/2015

OLÍRIO JOSÉ LINO, DIRETOR PRESIDENTE INTERINO DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º. Nomear ELENICE TEREZINHA SOUZA, brasileira, casada inscrita no CPF nº 630.806.139-53 RG nº 40.543.400-49, para atuar no cargo de DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO; do SAMAE de Balneário Rincão, conforme Lei Complementar nº 07/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 21 de Setembro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 21 de Setembro de 2015.

RENATA DAROS TORRES

Responsável pelo Departamento de Recursos Humanos do Samae

PORTARIA 068/SAMAE/2015

PORTARIA Nº. 068 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

DESIGNA PREGOEIRA OFICIAL E MEMBROS DE APOIO PELO PERÍODO DE 12 MESES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLÍRIO JOSÉ LINO, Diretor Presidente Interino do Samae de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e Lei Complementar nº 009/2013, RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados como Pregoeira GISELE FERREIRA, e os servidores ELENICE TEREZINHA SOUZA E RENATA DAROS TORRES, como membros de equipe de apoio, vigente por 12 meses.

Parágrafo único. Os membros da equipe de apoio atuarão nos procedimentos licitatórios de acordo com a suas respectivas funções administrativas.

Art. 2º. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio exercerão todas as atribuições definidas na Lei nº 10.520/2002.

Art. 3º. Compete ao Advogado do Samae a responsabilidade pelos pareceres jurídicos nas minutas de editais e contratos de todos os procedimentos licitatórios, em quaisquer modalidades.

Parágrafo Único: Conforme Lei Complementar nº 009/2014, o mesmo deverá acompanhar todos os processos licitatórios e para tal receberá função gratificada - FG 05 referente a 50%.

Art. 4º. Para as atividades concernentes desta Portaria não haverá ônus aos cofres desta autarquia.

Art. 5º. Nos casos em que for adotada, a modalidade Pregão será realizada na forma presencial.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão em 21 de Setembro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e Registrada no Samae de Balneário Rincão em 21 de Setembro de 2015.

RENATA DAROS TORRES

Responsável pelo Departamento de Recursos Humanos do Samae

PORTARIA 069/SAMAE/2015

PORTARIA Nº. 069 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

DESIGNA NOVOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO SAMAE E CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLÍRIO JOSÉ LINO, Diretor Presidente Interino do Samae de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o Lei Orgânica e Lei nº 009/2014, e de conformidade com a Lei 8.666, de 21 de setembro de 1993 e a Lei 8.883, de 08 de junho de 1994, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os Srs. Elenice Terezinha Souza, Valberto Berkenbrock, Renata Daros Torres e Gisele Ferreira, sob a presidência do primeiro, a função de secretário do segundo, membros os demais para comporem a Comissão Permanente de Licitações, vigente por 12 meses. Parágrafo único. O presidente da Comissão Permanente de Licitações será substituído, em suas ausências e impedimentos, por Valberto Berkenbrock.

Art. 2º. Compete a Advogada do Samae, Pricila Noveli Joaquim a responsabilidade pelos pareceres jurídicos nas minutas de editais e contratos de todos os procedimentos licitatórios, em quaisquer modalidades.

Parágrafo Único: Conforme Lei Complementar nº 009/2014, o mesmo deverá acompanhar todos os processos licitatórios e para tal receberá função gratificada - FG 05 referente a 50%.

Art. 3º. Fica o Presidente da Comissão autorizado a assinar os instrumentos licitatórios.

Art. 4º. Para as atividades concernentes desta Portaria, concede-se a Elenice Terezinha Souza – FG 05 referente a 50% de seus vencimentos e Renata Daros Torres – FG 04 referente a 40% de seus vencimentos, para exercerem funções na Comissão Permanente de Licitações, conforme LC nº 009/2014.

Parágrafo Único: Os servidores da municipalidade Valberto Berkenbrock e Gisele Ferreira, não receberão gratificação.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publicada no Samae do Balneário Rincão em 21 de Setembro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO

Diretor Presidente

Registrada no Departamento de Administração do Samae de Balneário Rincão em 21 de Setembro de 2015.

RENATA DAROS TORRES

Responsável pelo Departamento de Recursos Humanos do Samae

Barra Velha

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 007 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 007 - CMDCA

Dispõe sobre orientações referente aos últimos dias de divulgação do Processo de Escolha dos conselheiros tutelares do Município de Barra Velha/SC.

Marilise Klaus Einsfeldt, Presidente do CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do Município de Barra Velha - SC, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade publicar resolução específica para orientar os últimos dias de divulgação do Processo de Escolha em data Unificada, sugerindo que:

RESOLVE QUE:

Art. 1º Os candidatos promovam sua divulgação junto à comunidade local por meio de: debates, entrevistas, seminários, distribuição de folders e redes sociais (facebook, whatsapp, Instagram, blog, Blog, Skype, twitter).

Art. 2º A livre distribuição de folders, desde que não perturbe a ordem pública e/ou a particular, respeitando os dispositivos contidos na Lei Municipal.

Art. 3º O material de divulgação das candidaturas poderá conter: informações de suas propostas e currículo social, ou seja, sua trajetória de Defesa dos Direitos Humanos em especial de criança e adolescente.

Art. 4º O processo de escolha será realizado no dia 04 de outubro de 2015, das 08h00min. às 17h00min., na sede do Conselho Tutelar sito na Rua Manoel José da Rosa, nº 205, São Cristóvão – Barra Velha/SC.

Art. 5º Para a votação é necessário que o eleitor apresente um documento oficial com foto e o Título Eleitor.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Barra Velha, 23 de setembro de 2015.

Marilise Klaus Einsfeldt

Presidente do CMDCA

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 275

DECRETO N.º 275/2015, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE INVESTIGAÇÃO DOS ÓBITOS MATERNO, INFANTIL E FETAL (CMIOMIF), DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência que lhe confere o Art. 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o Comitê Municipal de Investigação dos Óbitos Materno Infantil e Fetal (CMIOMIF), vinculado ao Fundo Municipal de Saúde, com a finalidade de avaliar as circunstâncias de ocorrência dos óbitos maternos, infantis e fetais e propor medidas para a melhoria da qualidade da assistência à saúde e demais ações para sua redução.

Art. 2º. São atribuições do Comitê:

I - Organizar um sistema de investigação epidemiológica dos óbitos maternos, infantil e fetal a nível municipal;

II – Avaliar a qualidade da assistência prestada, à criança e gestante, pelos serviços de saúde;

III – Acompanhar as ações do Fundo Municipal de Saúde no processo de articulação integração das diferentes instituições e instâncias envolvidas na questão;

IV – identificar os problemas e circunstâncias de ocorrência dos óbitos maternos, infantis e fetais para melhorar o conhecimento sobre a mortalidade materna, infantil e perinatal e as possibilidades de intervenção;

V – Fornecer relatórios sobre a situação, identificando fatores determinantes que irão subsidiar a adoção de medidas que possam prevenir a ocorrência de óbitos evitáveis;

VI – Estimular a investigação dos óbitos maternos, infantis e fetais pelas equipes de vigilância em saúde, segundo critérios definidos, resguardando os aspectos éticos e o sigilo das informações;

VII - Consolidar periodicamente os dados de investigação para envio ao Comitê Regional/Estadual.

Art. 3º. O Comitê Municipal de Investigação dos Óbitos Materno Infantil e Fetal (CMIOMIF), sob a coordenação do Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município, terá a seguinte forma e composição:

I - Fundo Municipal da Saúde:

a) Representante Titular e Suplente da Estratégia de Saúde da Família (ESF):

Titular: Edison José Loti

Suplente: Lucia Schiessl Küchler

b) Representante Titular e Suplente do Departamento Administrativo de Saúde:

Titular: Marcela Adriana Czerniak

Suplente: Jair Zattar Junior

c) Representante Titular e Suplente do Departamento de Vigilância Epidemiológica:

Titular: Jefferson Davis Wachholz

Suplente: Maidelson Soares de Lima

d) Representante Titular e Suplente do Serviço Social:
Titular: Mariane Michele Leandro Goncalves Da Silveira
Suplente: Eugenia Mielke Pereira de Lima

II – Representante Titular e Suplente do Conselho Municipal da Saúde (CMS):

Titular: João Batista Pereira de Camargo

Suplente: Neuza Fátima Viott Braga

Art. 4º. Os integrantes do Comitê serão designados por ato do Prefeito Municipal, após a indicação dos respectivos órgãos, instituições e entidades, podendo ser substituídos a qualquer tempo, desde que não haja nada em contrário estabelecido no Regimento Interno que será aprovado pelo grupo.

Parágrafo Único: A representação no Comitê não dará direito à percepção de qualquer espécie de remuneração ou subsídio aos seus membros, sendo as funções consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º. O Comitê terá sua estrutura e funcionamento regulado por Regimento Interno a ser aprovado por seus integrantes em reunião convocada para este fim específico.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 21 de setembro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 21/09/2015

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Biguaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2412/2015

PORTARIA nº 2412/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, MARIA FERNANDA CAMINHA DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 15/09/2015 a 12/03/2016.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2414/2015

PORTARIA nº 2414 de 21 de setembro de 2015

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Silvana Baixo, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 467, ocupante do cargo efetivo de Professor I – Educação Infantil, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades no Centro de Educação Infantil Dona Paulina, desempenhando as seguintes funções:

I – Ajudar na confecção de murais decorativos e pedagógico;

II – Desenvolver trabalhos artísticos;

III – Atender ao telefone;

IV – Leitura de textos educacionais seguidos de anotações;

V – Cortar e colar todos os avisos e comunicados, bem como visitar diariamente as agendas das crianças.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 15/09/2015 a 12/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/09/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2415/2015

PORTARIA Nº 2415/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KARLA BEATRIZ KONS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em

virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8715/2015 em anexo no período de 14/09/2015 a 12/12/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2416/2015

PORTARIA Nº 2416/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA MADALENA MARTINS DA CUNHA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8717/2015 em anexo no período de 08/08/2015 a 08/10/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2417/2015

PORTARIA Nº 2417/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA MADALENA MARTINS DA CUNHA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8677/2015 em anexo no período de 09/07/2015 a 07/08/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2418/2015

PORTARIA Nº 2418/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ARLETE ANDRADE, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8727/2015 em anexo no período de 14/09/2015 a 09/10/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2419/2015

PORTARIA Nº 2419/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CRISTIANE BRITO DE ARAUJO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8718/2015 em anexo no período de 16/09/2015 a 30/09/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2420/2015

PORTARIA Nº 2420/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIANA ESTER BORGES COSTA, ocupante do Cargo efetivo de ENFERMEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8756/2015 em anexo nos períodos de 08/09/2015 a 09/09/2015, de 10/09/2015 a 10/09/2015 e de 17/09/2015 a 18/09/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2421/2015

PORTARIA Nº 2421/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NADIA SALMA FELTZ, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8746/2015 em anexo no período de 27/08/2015 a 29/08/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2422/2015

PORTARIA Nº 2422/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERA LUCIA DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8329/2015 em anexo nos períodos de 06/08/2015 a 08/08/2015 e de 12/08/2015 a 12/08/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2423/2015

PORTARIA Nº 2423/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CHARLENE MARIA LINO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8762/2015 em anexo nos períodos de 16/09/2015 a 21/09/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2424/2015

PORTARIA Nº 2424/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANDRESSA CRISTINA ALVES, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8766/2015 em anexo nos períodos de 16/09/2015 a 30/09/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2425/2015

PORTARIA Nº 2425/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUCIANE APARECIDA CARDOSO, ocupante do Cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento

de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8786/2015 em anexo no período de 17/09/2015 a 20/09/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2426/2015

PORTARIA Nº 2426/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDINEI TEREZA GABRIELA APPI, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8232/2015 em anexo no período de 28/08/2015 a 25/12/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2427/2015

PORTARIA Nº 2427/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CANDIDO MANOEL ROCHA FILHO, ocupante do Cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2427/2015 em anexo no período de 28/08/2015 a 25/12/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2428/2015

PORTARIA Nº 2428/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), PEDRO JOAQUIM CARDOSO, ocupante do Cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8258/2015 em anexo no período de 31/08/2015 a 09/09/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2429/2015

PORTARIA Nº 2429/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARISTELA LIRA, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8114/2015 em anexo no período de 24/08/2015 a 06/09/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2430/2015

PORTARIA Nº 2430/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de FISCAL DO MEIO AMBIENTE – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7964/2015 em anexo no período de 12/08/2015 a 13/11/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2431/2015

PORTARIA Nº 2431/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GILSON ORIVALDO DE ANDRADE, ocupante do Cargo comissionado de GERENTE DE RELACIONAMENTO COMUNITÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8296/2015 em anexo no período de 01/09/2015 a 07/09/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2432/2015

PORTARIA Nº 2432/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GILSON ORIVALDO DE ANDRADE, ocupante do Cargo comissionado de GERENTE DE RELACIONAMENTO COMUNITÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8461/2015 em anexo no período de 08/09/2015 a 15/09/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2434/2015

PORTARIA Nº 2434/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDSON AMARAL, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8478/2015 em anexo no período de 02/09/2015 a 28/02/2016.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2435/2015

PORTARIA Nº 2435/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GILBERTO LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8620/2015 em anexo no período de 10/09/2015 a 14/09/2015.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2436/2015

PORTARIA Nº 2436/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de

suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8013/2015 em anexo no período de 24/08/2015 a 22/09/2016.

Biguaçu, 21 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2483/2015

PORTARIA nº 2483 de 23 de setembro de 2015

ERRATA:

Na portaria 2407/2015, de exoneração do(a) servidor(a) Valcione Zimmermann Pereira da Costa, ocorreu um equívoco quanto a data.

Portaria 2407 de 21 de setembro de 2015:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Valcione Zimmermann Pereira da Costa, detentor do cargo de provimento temporário de Agente Comunitário de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/09/2015.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Valcione Zimmermann Pereira da Costa, detentor do cargo de provimento temporário de Agente Comunitário de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/09/2015.

Biguaçu, 22 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2484/2015

PORTARIA nº 2484 de 23 de setembro de 2015

ERRATA:

Na portaria 2403/2015, de exoneração do(a) servidor(a) Cristiane Maria Escher Hunsche, ocorreu um equívoco quanto à data.

Portaria 2403 de 21 de setembro de 2015:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Cristiane Maria Escher Hunsche, detentor do cargo de provimento temporário de Médico Especialista II (Ginecologista), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/09/2015.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Cristiane Maria Escher Hunsche, detentor do cargo de provimento temporário de Médico Especialista II (Ginecologista), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 26/08/2015.

Biguaçu, 22 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2485/2015

PORTARIA Nº 2485/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA CLAUDIA FERREIRA MARTINS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8862/2015 em anexo no período de 20/09/2015 a 22/09/2015.

Biguaçu, 23 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2486/2015

PORTARIA Nº 2486/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ALEXSANDRO FONSECA, ocupante do Cargo temporário de MOTORISTA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8808/2015 em anexo no período de 18/09/2015 a 24/09/2015.

Biguaçu, 23 de setembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.155/2015

LEI Nº 8.155, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A OUTORGA DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE UMA ÁREA DE TERRAS PERTENCENTE À MUNICIPALIDADE, EM FAVOR DO CLUBE DE RADIOAMADORES DE BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar concessão administrativa de uso, a título gratuito, em favor do Clube de Radioamadores de Blumenau, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 83.543.561/0001-64, declarada de utilidade pública pela Lei nº 2.492, de 04 de abril de 1979, uma área de terras pertencente ao Município de Blumenau, situada na Rua Norberto Seara Heusi, no Bairro Escola Agrícola, contendo 638,27 m², área essa que faz parte do todo matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 2.153.

Art. 2º O concessionário utilizará o imóvel objeto da concessão para a construção de sua sede social e instalação de equipamentos e antena de transmissão.

Art. 3º A concessão será outorgada por prazo indeterminado, podendo ser revogada a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir, e, em caso de descumprimento das condições impostas ao Concessionário no respectivo termo, mediante comunicação expressa, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art. 4º As benfeitorias que forem lançadas no imóvel concedido incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, sem direito à retenção ou indenização.

Art. 5º As demais condições para a concessão constarão do contrato a ser firmado entre as partes.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 7.711, de 13 de dezembro de 2011.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de setembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.156/2015

LEI Nº 8.156, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB A OUTORGAR, MEDIANTE LICITAÇÃO, CONCESSÃO PARA GESTÃO DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes

de Blumenau – SETERB autorizado a outorgar, mediante licitação, concessão onerosa para gestão, por particulares, das áreas de estacionamento rotativo de veículos nas vias e logradouros públicos do Município de Blumenau, na forma desta Lei.

Parágrafo único. A concessionária deverá pagar ao Poder Público quantia mensal, estabelecida nos termos da oferta vencedora do processo de licitação.

Art. 2º A concessão de que trata esta Lei deverá ser precedida de licitação na modalidade concorrência, no julgamento da qual deverá ser considerada a maior oferta ao Poder Público Municipal, desde que atenda as exigências técnicas estabelecidas.

Art. 3º A gestão das vagas de estacionamento rotativo nas vias e logradouros públicos deverá ser feita pela concessionária por meio de controle eletrônico e informatizado que permita total integridade financeira da arrecadação, aferição imediata das receitas, bem como auditoria permanente por parte do poder concedente.

Art. 4º As vagas de concessão de que trata esta Lei compreenderão aquelas que hoje já estão sendo exploradas, bem como aquelas que serão futuramente criadas.

Art. 5º A concessionária será incumbida, sem ônus para o Município, de fornecer, instalar e conservar os equipamentos empregados na gestão do sistema, bem como de realizar todas as obras que se fizerem necessárias à operação da concessão, inclusive sinalização viária, sendo também incumbência da concessionária os custos atinentes à readequação e à ampliação das áreas abrangidas pela concessão.

Art. 6º O prazo de concessão de que trata esta Lei é de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período, de acordo com as condições estabelecidas no edital de licitação.

Art. 7º Ao final do prazo de concessão, os equipamentos, obras e instalações utilizados na gestão do sistema de estacionamento rotativo reverterão ao Poder Público Municipal.

Art. 8º A fixação do preço a ser cobrado do usuário e o tempo máximo de uso das vagas do sistema de estacionamento rotativo ficarão a cargo do Poder Público, devendo ser regulamentados, por decreto do Poder Executivo, antes do início do processo licitatório.

Parágrafo único. A periodicidade, o índice e o critério de reajuste de preço, respeitando a legislação federal regente da matéria, também ficarão a cargo do Poder Público, devendo ser estabelecidos na mesma forma prevista no caput, devendo igualmente constar no termo de outorga da concessão.

Art. 9º O termo de outorga da concessão deverá conter, entre outras disposições, as seguintes cláusulas obrigatórias:

I – o objeto, a área e o prazo da concessão conforme estabelecido nesta Lei;

II – as condições de exploração dos estacionamentos, inclusive com previsão de regras e parâmetros de aferição das receitas, auditorias e acompanhamento da arrecadação;

III – as condições econômicas e financeiras da exploração,

prevendo, inclusive, os mecanismos de preservação do equilíbrio inicialmente estabelecido;

IV – a forma e a periodicidade do pagamento do ônus ao Poder Público;

V – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária;

VI – critérios e mecanismos de revisão do preço cobrado pelo particular dos usuários e do ônus a ser pago;

VII – os direitos, garantias e obrigações da concessionária e do Poder Público concedente, inclusive os relacionados às necessidades de futura alteração ou ampliação da exploração concedida, bem como os relativos ao aperfeiçoamento e modernização dos equipamentos e instalações empregados;

VIII – os direitos e deveres dos usuários das vagas de estacionamento, bem como o dever da concessionária em manter os usuários permanente e suficientemente informados acerca do funcionamento do sistema;

IX – a forma de relacionamento da concessionária com os agentes do Poder Público encarregados da fiscalização de trânsito e da atividade administrativa de polícia;

X – eventuais penalidades que possam ser aplicadas à concessionária pelo descumprimento das normas legais e contratuais para exploração do sistema;

XI – as hipóteses e procedimentos para extinção antecipada da concessão;

XII - as hipóteses e os critérios para cálculo e forma de pagamento de indenizações devidas à concessionária, inclusive para os casos de extinção antecipada da concessão por ato ou fato não imputável a esta;

XIII – as condições de prorrogação da concessão;

XIV – o prazo para fornecimento e instalação dos equipamentos e para realização das obras necessárias, bem como prazo máximo para início da gestão das vagas de estacionamento;

XV – o foro e o modo de resolução amigável de eventuais divergências que surjam ao longo do prazo de vigência da concessão.

Parágrafo único. A concessionária deverá oferecer, na forma da lei, garantia do fiel cumprimento das obrigações que por ela venham a ser assumidas como contrapartida, inclusive aquelas referentes ao fornecimento, à instalação, ao funcionamento e à manutenção dos equipamentos vinculados à concessão.

Art. 10. A outorga da concessão de que trata esta Lei não implicará, em nenhuma hipótese, na transferência da atividade administrativa de polícia ou da atribuição de fiscalização do cumprimento da legislação de trânsito, porquanto tais atividades continuarão a ser exercidas pelos agentes do Poder Público.

Art. 11. As receitas provenientes do pagamento efetuado pela concessionária, decorrentes da exploração concedida, serão recolhidas ao Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, devendo tais recursos integrar suas receitas correntes.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará, por decreto, as

disposições desta Lei.

Art. 14. As servidoras que atualmente trabalham na fiscalização do sistema de estacionamento rotativo pago "Área Azul" não terão prejuízo na remuneração e atuarão na fiscalização da concessão ou em atividade relacionada.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.157/2015

LEI Nº 8.157, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO, A GUARDA E O DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO, NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A remoção, guarda e depósito de veículos automotores removidos, apreendidos e retirados de circulação em decorrência de infração à legislação de trânsito consiste em serviço público municipal, que pode ser explorado diretamente pelo Município de Blumenau ou por delegação, mediante concessão.

§ 1º A outorga onerosa da concessão do serviço a que se refere o caput é da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo e será precedida de licitação pública pelo critério do menor preço.

§ 2º O prazo da concessão que trata esta Lei será de 10 (dez) anos, contado da data de início da vigência do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, desde que considerado satisfatório o padrão de desempenho na prestação do serviço ao longo do período contratual.

Art. 2º No caso de exploração direta pelo Município de Blumenau, as taxas referentes ao serviço de remoção, guarda e depósito dos veículos serão cobradas de acordo com os valores e períodos previstos no Anexo I da presente Lei e serão revertidas ao Serviço Autônomo

Municipal de Trânsito e Transportes – SETERB, devendo tais recursos integrar suas receitas correntes.

Art. 3º No caso de concessão dos serviços de remoção, guarda e depósito de veículos a terceiros, o concessionário deverá cumprir as seguintes exigências:

I – possuir um pátio apropriado, com o devido habite-se, cercado, iluminado, com escritório, banheiro e que ofereça um serviço de segurança e recepção 24 (vinte e quatro) horas por dia, a fim de atender tanto os Agentes de Trânsito, os Policiais Militares e o público em geral, bem como para zelar pela total segurança dos veículos;

II – receber todo e qualquer veículo, como tal classificado no art. 96, da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito

Brasileiro), quando devidamente apreendido, removido ou retirado de circulação pelos Agentes de Trânsito ou pela Polícia Militar, com exceção daqueles de propulsão humana e tração animal;

III – prestar serviço de guincho mediante pedido ou requisição dos Agentes de Trânsito ou Policiais Militares, durante 24 (vinte e quatro) horas e todos os dias do ano, removendo-o para o pátio, ou local determinado pelos agentes ou autoridades de trânsito;

IV – cobrar pela remoção e pela permanência dos veículos no depósito de acordo com os valores estabelecidos no respectivo contrato de concessão;

V – liberar os veículos somente para seus proprietários ou procuradores habilitados, mediante termo de entrega, e unicamente com autorização formal do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, uma vez atendidas as exigências da legislação de trânsito;

VI – dispor de controle informatizado, do qual deve constar, no mínimo: a identificação dos veículos recebidos; nome, endereço e identidade do condutor e do

proprietário; data e horário da entrada do veículo no pátio; nome e registro funcional do Agente de Trânsito ou Policial Militar responsável pela medida administrativa; número de série da ficha de remoção respectiva; data e horário da saída do veículo do pátio; e número de série do termo de entrega e valores cobrados.

§1º A área mínima e as características do imóvel a ser empregado pelo concessionário na exploração do serviço de guarda e depósito, a quantidade mínima e as características dos veículos (guinchos) empregados na prestação do serviço de remoção, bem como os valores máximos a serem cobrados pela remoção e pela guarda e depósito dos veículos serão definidos no edital de licitação da concessão.

§2º A periodicidade, o índice e o critério de reajuste dos valores a que se refere o §1º deste artigo também serão definidos no edital de licitação da concessão.

§3º O disposto nos incisos II, III, V e VI deste artigo aplica-se ao Município de Blumenau, no caso de exploração direta.

Art. 4º O concessionário do serviço de que trata esta Lei sujeitar-se-á a permanente fiscalização por parte do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, a fim de verificar o cumprimento dos dispositivos desta Lei.

Parágrafo único. O não cumprimento de quaisquer exigências previstas no artigo 3º desta Lei, sujeitará o concessionário a sanções que podem variar desde a aplicação de multa, até a perda da concessão, através da rescisão unilateral do contrato por parte do Município, sem o pagamento de nenhuma espécie de indenização por parte do poder concedente e sem prejuízo de outras medidas previstas nesta Lei.

Art. 5º No caso de concessão dos serviços, os valores relativos à remoção, à guarda e ao depósito serão pagos diretamente ao concessionário, pelo proprietário do veículo, através de documento de cobrança bancária, do qual deve constar obrigatoriamente a identificação do veículo e seu proprietário.

Art. 6º Os valores provenientes de pagamentos efetuados pela concessionária pela outorga da exploração do serviço a que se refere esta Lei serão recolhidos ao Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, devendo tais recursos integrar suas receitas correntes.

Art. 7º A remoção do veículo não será aplicada se o condutor, regularmente habilitado, solucionar a causa da remoção, desde que isso ocorra antes que a operação de remoção tenha sido iniciada. Esse procedimento somente se aplica para veículo devidamente licenciado e que esteja em condições de segurança para sua circulação.

Art. 8º Os veículos removidos ao pátio na forma desta Lei, não reclamados ou não liberados no prazo de 90 (noventa) dias, serão levados à hasta pública, observando-se, para tanto, o procedimento para realização de hasta pública dos veículos retidos, removidos e apreendidos definido pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei n. 3.101, de 26 de setembro de 1984.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de setembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.158/2015

LEI Nº 8.158, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

CRIA O “JULHO LARANJA”, DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Julho Laranja, de conscientização à população sobre a importância da prevenção de acidentes e sobre meios de ação em casos de desastres e catástrofes, a ser realizado, anualmente, de 1º a 31 de Julho.

Art. 2º O Poder Executivo, por meio das secretarias municipais e demais instituições interessadas, poderá promover o “Julho Laranja”, sendo legitimadas parcerias e convênios acolhendo os objetivos da conscientização prevista no artigo 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de setembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 997/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 997, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

DEFINE CRITÉRIOS PARA A REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES UTILIZADAS COMO TEMPLOS RELIGIOSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º As edificações utilizadas para celebração de cultos religiosos que estejam em desconformidade com as normas edilícias vigentes poderão ser regularizadas desde que obedeçam aos seguintes critérios:

- I – o imóvel tenha sido edificado até 31 de dezembro de 2014;
- II – a edificação não ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) de taxa de ocupação;
- III – o coeficiente de aproveitamento não seja superior a 50% (cinquenta por cento) do permitido para a zona em que a edificação se encontra;
- IV – possua acesso para pessoas portadoras de deficiência;
- V – disponibilize no mínimo 5% (cinco por cento) de área permeável.

§1º A comprovação da data da edificação prevista no inciso "I" do caput deste artigo será efetuada por intermédio de um ou mais dos seguintes documentos:

- I - levantamento aerofotogramétrico;
- II - imagens de satélite;
- III - outros documentos idôneos tais como licenças, documentos ou certificados emitidos por órgãos públicos competentes.

§2º O recuo frontal será aquele existente no local em 31 de dezembro de 2014, desde que observada a vedação constante do artigo 2º incisos II, III e IV desta Lei Complementar.

§3º A quantidade de vagas de estacionamento será aquela disponibilizada no local, devendo ser priorizada a reserva de vagas adequadas ao uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

§4º Serão excluídos do cálculo da altura máxima permitida da edificação elementos que configurem apenas recurso estético ou arquitetônico, tais como campanário ou símbolos religiosos.

Art. 2º É vedada a regularização de edificações de que trata esta Lei Complementar em:

- I - áreas de preservação permanente;
- II – faixa sanitária;
- III – em áreas de prolongamento, alargamento ou projeção de vias públicas;
- IV - faixa de domínio estadual ou federal ou nos locais onde existam restrições municipal, estadual ou federal;
- V - áreas de risco geológico, definidas em legislação específica;
- VI – em áreas abaixo da cota de enchente de 10 (dez) metros.

§1º Não se admitirá a regularização de edificações em imóveis que não sejam de propriedade da organização religiosa.

§2º As disposições desta Lei Complementar abrangem a edificação principal e as acessórias existentes sobre o imóvel de propriedade da organização religiosa.

Art. 3º O responsável pela organização religiosa deverá protocolar requerimento padrão na Praça do Cidadão solicitando a regularização da edificação, e apresentar, além daqueles determinados no Código de Edificações, os seguintes documentos:

- I – cópia de seu ato constitutivo;
- II – ata da última eleição da diretoria da organização ou documento

equivalente que comprove a legitimidade de quem assina o requerimento;

III - demais informações ou documentos que o requerente julgar necessários para análise do pedido ou que forem solicitadas.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 998/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 998, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 26, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 657, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ao artigo 26, da Lei Complementar nº 657, de 13 de novembro de 2007, que "Dispõe sobre a publicidade exposta diretamente ou direcionada para logradouros públicos no âmbito do município de Blumenau e dá outras providências", são acrescentados os §§ 1º e 2º, com as seguintes redações:

"Art. 26.

§ 1º A proibição de que trata este artigo é extensiva à publicidade de conteúdo erótico, pornográfico ou à simples nudez.

§ 2º É proibida a publicidade de casas de massagens, casas noturnas, locadoras de filmes cujo conteúdo publicitário esteja vedado no § 1º, e nos demais locais onde essas publicidades sejam vistas por transeuntes."

§ 3º A proibição prevista no § 1º não se aplica nos locais que satisfaçam, cumulativamente, as seguintes condições:

I – vedem o acesso e visualização por parte de crianças e adolescentes;

II – tenham por finalidade a comercialização ou exibição de temas relacionados a:

- a) erotismo;
- b) pornografia;
- c) nudez;
- d) prostituição, dentro das hipóteses permitidas pelo Código Penal.

Art. 2º Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 21 de setembro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.672/2015

DECRETO Nº 10.672 DE 06 DE JULHO DE 2015

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO VIGENTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento vigente, no valor de R\$ 9.847.552,12 (nove milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e doze centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

03 – GABINETE DO VICE PREFEITO

0301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 03.01.04.122.0002.2268 – Manut. Ativ. Administr. Gavice

Modalidade 3.3.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 2.700,00

Fonte de Recursos 0100.00000

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

0402 – Diretoria de Consult. Administrativa e Legislativa

Atividade 04.02.03.091.0002.2010 – Manut. Ativ. Consult. Administr. E Legislativa

Modalidade 3.3.90 (31) Aplicações Diretas R\$ 82.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.03.092.0002.2011 – manut. Ativ. Contenc. judicial

Modalidade 3.3.90 (37) Aplicações Diretas R\$ 4.281,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Manut. Ativ. Guarda e Conserv. Patrimônio

Modalidade 3.3.91 (63) Aplicações Diretas R\$ 11.755,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.129.0002.2023 – Manut. Ativ. Receita

Modalidade 3.3.90 (82) Aplicações Diretas R\$ 3.684,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0701- Administrativo do Gabinete

Atividade 07.01.04.121.0002.2271 – Manut. Ativ. Administr. Segg

Modalidade 3.3.90 (93) Aplicações Diretas R\$ 4.807,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0709 – Diretoria de Infraestrutura Tecnológica

Atividade 07.09.04.126.0002.2315 – Manut. Ativ. Infraestrut. Tec.

Modalidade 3.1.90 (114) Aplicações Diretas R\$ 73.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0801 – Administrativo do Gabinete

Atividade 08.01.04.131.0002.2029 – Manut. Ativ. Administr. Secom

Modalidade 3.3.90 (119) Aplicações Diretas R\$ 2.984,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo Financeira

Atividade 09.01.12.122.0004.2035 – Manut. Ativ. Administr. Samed

Modalidade 3.3.90 (131) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Modalidade 3.3.91 (132) Aplicações Diretas R\$ 50,00

Fonte de Recursos 0101.000000

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.1.91 (161) Aplicações Diretas R\$ 412,214,12

Modalidade 3.3.90 (162) Aplicações Diretas R\$3.645.000,00

Modalidade 3.3.91 (164) Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil

Modalidade 3.3.90 (183) Aplicações Diretas R\$5.132.600,00

Modalidade 3.3.91 (185) Aplicações Diretas R\$ 59.500,00

Fonte de Recursos 0101.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1203 – Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial

Modalidade 3.3.90 (405) Aplicações Diretas R\$ 3.368,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1204 – Diretoria Proteção Básica

Atividade 12.04.08.244.0010.2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica

Modalidade 3.3.90 (413) Aplicações Diretas R\$ 2.171,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente

Atividade 12.05.08.243.0004.2297 – Manut. Ativ. Atenção à Criança e ao Adolescente

Modalidade 3.3.90 (423) Aplicações Diretas R\$ 848,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1206 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Administr. Financ. Da Semudes

Modalidade 3.1.90 (430) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Modalidade 3.3.91 (433) Aplicações Diretas R\$ 5.370,00

Fonte de Recursos 0100.00000

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Manut. Ativ. Administr. Seplan

Modalidade 3.3.90 (461) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1302 – Diretoria de Planejamento Urbano

Atividade 13.02.15.127.0005.2065 – Manut. Ativ. Planejamento Urbano

Modalidade 3.3.90 (470) Aplicações Diretas R\$ 3.691,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1303 – Diretoria de Cartografia, Cadastro Multif. E Inf.

Atividade 13.03.15.127.0005.2066 – Manut. Ativ. Cartografia, Cadastro Multif e Inf.

Modalidade 3.3.90 (474) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1305 – Diretoria de Planejamento Viário

Atividade 13.05.15.451.0005.2068 – Manut. Ativ. Planejamento Viário

Modalidade 3.3.90 (480) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1306 – Diretoria de Análise de Projetos

Atividade 13.06.15.125.0005.2069 – Manut. Ativ. Análise de Projetos

Modalidade 3.3.90 (483) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1307 – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos
Atividade 13.07.15.451.0005.2281 – Manut. Ativ. Desenv. Projetos
Modalidade 3.3.90 (486) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
1403 – Diretoria Manutenção de Bairros
Atividade 14.03.15.451.0005.2077 -
Modalidade 3.3.90 (508) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico
Atividade 15.02.11.334.0003.2081 – Manut. Ativ. Qualif. Profis.
Modalidade 3.3.90 (543) Aplicações Diretas R\$ 500,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1506 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Atividade 15.06.20.606.0003.2095 – Manut. Ativ. Fundo Municipal
Desenvolvimento Rural

Modalidade 4.4.90 (596) Aplicações Diretas R\$ 129,00
Fonte de Recursos 0206.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
1601 – Administrativo do Gabinete
Atividade 16.01.23.695.0008.2098 – Manut. Ativ. Administr. Sector
Modalidade 3.3.91 (608) Aplicações Diretas R\$ 1.400,00
Fonte de Recursos 0100.00000

17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA
1701 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava
Atividade 17.01.04.122.0002.2122 – Manut. Ativ. Administr. Da Idivi
Modalidade 3.3.91 (623) Aplicações Diretas R\$ 500,00
Fonte de Recursos 0100.00000

18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA
1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia
Atividade 18.01.04.122.0002.2124 – Manut. Ativ. Administr. Idigg
Modalidade 3.3.91 (630) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º. Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º
deste Decreto correrão por conta da redução das dotações orça-
mentárias abaixo discriminadas:

03 – GABINETE DO VICE PREFEITO
0301 – Administrativo do Gabinete
Atividade 03.01.04.122.0002.2268 – Manut. Ativ. Administr. Gavice
Modalidade 3.1.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 2.700,00
Fonte de Recursos 0100.00000

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
0402 – Diretoria de Consult. Administrativa e Legislativa
Atividade 04.02.03.091.0002.2010 – Manut. Ativ. Consult. Admi-
nist. E Legislativa
Modalidade 3.1.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 82.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial
Atividade 04.03.03.092.0002.2011 – manut. Ativ. Contenc. judicial
Modalidade 3.1.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 4.281,00
Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
0504 – Diretoria de Patrimônio
Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Manut. Ativ. Guarda e Conserv.

Patrimônio
Modalidade 3.1.90 (60) Aplicações Diretas R\$ 3.955,00
Modalidade 3.3.90 (61) Aplicações Diretas R\$ 7.800,00
Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
0602 – Diretoria de Receita
Atividade 06.02.04.129.0002.2023 – Manut. Ativ. Receita
Modalidade 3.1.90 (80) Aplicações Diretas R\$ 3.684,00
Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL
0701- Administrativo do Gabinete
Atividade 07.01.04.121.0002.2271 – Manut. Ativ. Administr. Segg
Modalidade 3.3.91 (94) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Modalidade 4.4.90 (95) Aplicações Diretas R\$ 3.807,00
Fonte de Recursos 0100.00000

0709 – Diretoria de Infraestrutura Tecnológica
Atividade 07.09.04.126.0002.2315 – Manut. Ativ. Infraestrut. Tec.
Modalidade 3.3.90 (115) Aplicações Diretas R\$ 73.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
0801 – Administrativo do Gabinete
Atividade 08.01.04.131.0002.2029 – Manut. Ativ. Administr. Secom
Modalidade 3.1.90 (117) Aplicações Diretas R\$ 2.984,00
Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0901 – Diretoria Administrativo Financeira
Atividade 09.01.12.122.0004.2035 – Manut. Ativ. Administr. Samed
Modalidade 3.1.90 (129) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
Modalidade 4.4.90 (133) Aplicações Diretas R\$ 50,00
Fonte de Recursos 0101.000000

0903 – Diretoria de Educação Básica
Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Funda-
mental
Modalidade 3.1.90 (160) Aplicações Diretas R\$4.057.214,12
Modalidade 3.1.91 (161) Aplicações Diretas R\$ 44.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000
Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil
Modalidade 3.1.90 (180) Aplicações Diretas R\$5.106.000,00
Modalidade 3.1.91 (181) Aplicações Diretas R\$ 59.500,00
Modalidade 4.4.90 (186) Aplicações Diretas R\$ 26.600,00
Fonte de Recursos 0101.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
1203 – Diretoria de Proteção Especial
Atividade 12.03.08.244.0010.2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial
Modalidade 3.1.90 (404) Aplicações Diretas R\$ 3.368,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1204 – Diretoria Proteção Básica
Atividade 12.04.08.244.0010.2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica
Modalidade 3.1.90 (412) Aplicações Diretas R\$ 2.171,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente
Atividade 12.05.08.243.0004.2297 – Manut. Ativ. Atenção à Criança
e ao Adolescente
Modalidade 3.1.90 (422) Aplicações Diretas R\$ 848,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1206 – Diretoria Administrativo – Financeira
Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Administr. Financ.
Da Semudes
Modalidade 3.3.90 (432) Aplicações Diretas R\$ 65.370,00

Fonte de Recursos 0100.00000

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Manut. Ativ. Administr. Seplan

Modalidade 4.4.90 (462) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1302 – Diretoria de Planejamento Urbano

Atividade 13.02.15.127.0005.2065 – Manut. Ativ. Planejamento Urbano

Modalidade 3.1.90 (469) Aplicações Diretas R\$ 691,00

Modalidade 4.4.90 (472) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1303 – Diretoria de Cartografia, Cadastro Multif. E Inf.

Atividade 13.03.15.127.0005.2066 – Manut. Ativ. Cartografia, Cadastro Multif e Inf.

Modalidade 4.4.90 (475) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1305 – Diretoria de Planejamento Viário

Atividade 13.05.15.451.0005.2068 – Manut. Ativ. Planejamento Viário

Modalidade 4.4.90 (481) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1306 – Diretoria de Análise de Projetos

Atividade 13.06.15.125.0005.2069 – Manut. Ativ. Análise de Projetos

Modalidade 4.4.90 (484) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1307 – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos

Atividade 13.07.15.451.0005.2281 – Manut. Ativ. Desenv. Projetos

Modalidade 4.4.90 (487) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1403 – Diretoria Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0005.2077 -

Modalidade 4.4.90 (510) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2081 – Manut. Ativ. Qualif. Profis.

Modalidade 4.4.90 (544) Aplicações Diretas R\$ 500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1506 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Atividade 15.06.20.606.0003.2095 – Manut. Ativ. Fundo Municipal Desenvolvimento Rural

Modalidade 3.3.90 (595) Aplicações Diretas R\$ 129,00

Fonte de Recursos 0206.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 16.01.23.695.0008.2098 – Manut. Ativ. Administr. Sector

Modalidade 3.3.90 (607) Aplicações Diretas R\$ 1.400,00

Fonte de Recursos 0100.00000

17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

1701 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava

Atividade 17.01.04.122.0002.2122 – Manut. Ativ. Administr. Da Idivi

Modalidade 3.3.90 (622) Aplicações Diretas R\$ 500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA

1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia

Atividade 18.01.04.122.0002.2124 – Manut. Ativ. Administr. Idig

Modalidade 3.3.90 (629) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de julho de 2015

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

DECRETO Nº 10.735/2015

DECRETO Nº 10.735, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Blumenau, valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

01 – CAMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU

0101 – Camara Municipal de Blumenau

Atividade 01.01.01.031.0001.2001 – Manut. Ativ. Adm. Câmara de Vereadores

Modalidade 3.3.91 (5) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º. O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da dotação orçamentária abaixo discriminada:

01 – CAMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU

0101 – Camara Municipal de Blumenau

Atividade 01.01.01.031.0001.2001 – Manut. Ativ. Adm. Câmara de Vereadores

Modalidade 4.4.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.104/2015

PORTARIA Nº 19.104, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPENSA MARJORE KATINE CARDOSO BABITONGA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007,

com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando SEMUDES nº 354-2015/DAF de 15/09/2015, resolve:

DISPENSAR, a contar de 13 de setembro de 2015, a servidora pública municipal MARJORE KATINE CARDOSO BABITONGA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, símbolo FGC 70%, concedida pela Portaria nº 18.491, de 17/02/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.105/2015

PORTARIA Nº 19.105, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

DESIGNA MÔNICA RADKE DE ARAÚJO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo ao Memorando nº 354-2015/DAF, de 15/09/2015, resolve:

DESIGNAR, a contar de 14 de setembro de 2015, a servidora pública municipal MÔNICA RADKE DE ARAÚJO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, símbolo FGC 70%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.106/2015

PORTARIA Nº 19.106, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPENSA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando GAB SEMUS nº 285/2015 de 15/09/2015, resolve:

DISPENSAR, a contar de 09 de setembro de 2015, as servidoras públicas municipais abaixo, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde, do exercício da função gratificada de confiança:

ANA CAROLINA SCHMITT ROCHA COUTINHO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico Bioquímico, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de

Execução de Ações em Saúde, símbolo FGC 80%, concedida pela Portaria nº 18.874, de 12/03/2013;

FERNANDA PRIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Farmácia, símbolo FGC 60%, concedida pela Portaria nº 18.874, de 12/03/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.107/2015

PORTARIA Nº 19.107, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPENSA MÁRIO ROGÉRIO SIGNORELLI DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando SEDEAD nº 834/2015 de 16/09/2015, resolve:

DISPENSAR, a contar de 14 de setembro de 2015, o servidor público municipal MÁRIO ROGÉRIO SIGNORELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Sistemas de Ouvidoria, símbolo FGC 80%, concedida pela Portaria nº 17.008, de 02/05/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.108/2015

PORTARIA Nº 19.108, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

DESIGNA ROGÉRIO ALVES DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo ao Memorando SEDEAD nº 835/2015, de 16/09/2015, resolve:

DESIGNAR, a contar de 15 de setembro de 2015, o servidor público municipal ROGÉRIO ALVES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Sistemas de Ouvidoria, símbolo FGC 80%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.109/2015

PORTARIA N.º 19.109, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR IRREGULARIDADES REFERENTES A EMISSÃO E ALIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS NOS CARTÕES DE VALE-ALIMENTAÇÃO 'PERSONAL CARD', COM LANÇAMENTOS EM CADASTROS DE SERVIDORES QUE NÃO MANTINHAM MAIS VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, combinado com os artigos 209 e 210 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, e de acordo com a solicitação efetuada pela Secretária Municipal de Administração, através dos Memorandos nºs. 782, de 31 de agosto de 2015 e 789, de 03 de setembro de 2015, resolve:

DETERMINAR

a abertura de Sindicância Administrativa a ser conduzida pela Terceira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias n. 15.146, 31/10/2011, n. 15.578, de 02/04/2012 e n. 18.495, de 02/03/2015, para apurar irregularidades referentes a emissão e alimentação de créditos nos cartões de vale-alimentação 'personal card', com lançamentos em cadastros de servidores que não mantinham mais vínculo com a Administração Pública municipal, de acordo com a solicitação efetuada pela Secretária Municipal de Administração, através dos Memorandos nºs. 782, de 31 de agosto de 2015 e 789, de 03 de setembro de 2015 e documentos anexados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.110/2015

PORTARIA Nº 19.110, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPENSA DALVA DA SILVA ASSINI DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CENTRO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações posteriores e com o Memorando nº 360/DAF, de 18/09/2015, resolve:

DISPENSAR, a pedido e a contar de 15 de setembro de 2015, DALVA DA SILVA ASSINI da função de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente – Centro, nomeada pela Portaria nº 18.163, de 20/10/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE REPASSE 2015/084

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/084

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL FELIPE SCHMIDT

OBJETO: Despesas com o Projeto "A Importância da Mídia na EBM Felipe Schmidt".

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Dois mil reais (R\$ 2.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 23 de setembro de 2015.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 38/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 38/2015

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS) E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) DE BLUMENAU.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária Ordinária realizada em 15 de julho de 2015,

CONSIDERANDO:

- o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social: aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

- a Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC nº. 10, de 02 de junho de 2015, que aprova critérios, estratégias e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/SC, para cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, no exercício de 2015;

- a análise e aprovação da proposta de partilha dos recursos oriundos do cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/SC e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Blumenau pelas Comissões Permanentes de Políticas de Assistência Social e de Financiamento em reunião realizada no dia 08 de julho de 2015;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, em Plenária Ordinária realizada em 15 de julho de 2015;

- a aprovação da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social em reunião realizada em 17 de setembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha dos recursos provenientes do Fundo

Estadual de Assistência Social – FEAS/SC, para o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, por meio de recursos financeiros alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, no valor de R\$114.048,00 (cento e quatorze mil e quarenta e oito reais) para CREAS e R\$68.428,80 (sessenta e oito mil, quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta centavos) para Centro Pop, totalizando R\$182.476,80 (cento e oitenta e dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), sendo que 90% destina-se para investimento e 10% para custeio

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS e no Centro POP, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº. 109/2009:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, sendo R\$5.702,40 (cinco mil, setecentos e dois reais e quarenta centavos) para ser utilizado com custeio e R\$ 51.321,60 cinquenta e um mil trezentos e vinte e um reais e sessenta centavos) para ser utilizado com investimento;

II – Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – SEPREDI, sendo R\$2.851,20 (dois mil, oitocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos) para ser utilizado com custeio e R\$25.660,80 (vinte e cinco mil reais, seiscentos e sessenta reais e oitenta centavos) para ser utilizado com investimento;

III – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), sendo R\$2.851,20 (dois mil, oitocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos) para ser utilizado com custeio e R\$ 25.660,80 (vinte e cinco mil reais, seiscentos e sessenta reais e oitenta centavos) para ser utilizado com investimento;

IV – Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, sendo R\$ 4.790,02 (quatro mil, setecentos e noventa reais e dois centavos) para ser utilizado com custeio e R\$ 43.110,15 (quarenta e três mil, cento e dez reais e quinze centavos) para ser utilizado com investimento;

V – Serviço de Abordagem Social, sendo R\$ 2.052,86 (dois mil, cinquenta e dois reais e oitenta e seis centavos) para ser utilizado com custeio e R\$ 18.475,77 (dezoito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e sete centavos) para ser utilizado com investimento.

Art. 3º Revoga-se a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 26 de 20 de julho de 2015.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 17 de setembro de 2015.

MARIA AUGUSTA CALDEIRA KOCH BUTTENDORF

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 39/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº 39/2015

APROVA A INSCRIÇÃO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DOS FISSURADOS DO VALE DO ITAJAÍ – AFISVALE, NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014, pelo Decreto nº 10.598, de 30 de março de 2015, pelo Decreto Municipal nº 7.675, de 06 de maio de 2004 e, de acordo com a deliberação da Plenária

realizada em 09 de setembro de 2015,

CONSIDERANDO:

- a Lei no 8.742, de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências e em seu art. 3º, considera Entidades e Organizações de Assistência Social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como, as que atuam na defesa e garantia de direitos;

- o artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social: inciso XV - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos;

- a Resolução CMAS nº. 033/2014, que dispõe sobre as inscrições das Entidades e Organizações de Assistência social, bem como, dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de Assistência Social e dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social e revoga a Resolução CNAS nº. 16 de 05 de maio de 2010;

- a Orientação Técnica Conjunta MDS/CNAS de agosto de 2014, que orienta que os serviços ofertados pelas Entidades devem estar caracterizados como de Assistência Social, à luz dos critérios estabelecidos pela Lei no. 8.742 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Decreto 6.308/2007, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (aprovada pela Resolução CNAS nº. 109/2009), acrescido das ofertas asseguradas pela publicação das Resoluções CNAS nº. 27/2011, 33/2011 e 34/2011;

- O parecer favorável da equipe de Monitoramento e Avaliação/Vigilância Sociassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em seu relatório de visita técnica realizada em 28 de maio de 2015;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau – CMAS à inscrição da Entidade Associação dos Fissurados do Vale do Itajaí – AFISVALE, em Plenária Ordinária realizada de 09 de setembro de 2015, conforme consta na Ata CMAS nº. 014/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a inscrição da Entidade Associação dos Fissurados do Vale do Itajaí – AFISVALE no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau – CMAS, sob o nº. 021/2011, conforme anexo que constitui parte integrante desta Resolução.

Art. 2º O referido comprovante de inscrição deverá ser fixado em local de fácil visualização, por parte dos usuários e da comunidade em geral.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se a Resolução nº. 29/2015.

Blumenau, 23 de setembro de 2015.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DOS FISSURADOS DO VALE DO ITAJAÍ - AFISVALE

Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, inscrição nº. 021/2011.

A Entidade ASSOCIAÇÃO DOS FISSURADOS DO VALE DO ITAJAÍ - AFISVALE, CNPJ Nº. 01.675.498/0001-55, com sede em Blumenau é inscrita neste Conselho, sob o número 021/2011, desde 23/09/2015.

A Entidade executa:

1: Ações de Assessoramento

2: Ações de Defesa e Garantia de Direitos

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Blumenau, 23 de setembro de 2015.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Aprovado em Plenária Ordinária realizada em 23/09/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº 40/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº 40/2015

INDEFERE O PEDIDO DE INSCRIÇÃO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS – ASAPREV, NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014, pelo Decreto nº 10.598, de 30 de março de 2015, pelo Decreto Municipal nº 7.675, de 06 de maio de 2004 e, de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 23 de setembro de 2015,

CONSIDERANDO:

- a Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências e em seu art. 3º, considera Entidades e Organizações de Assistência Social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como, as que atuam na defesa e garantia de direitos;

- o artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social: inciso XV - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos;

- a Resolução CMAS nº. 033/2014, que dispõe sobre as inscrições das Entidades e Organizações de Assistência social, bem como, dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de Assistência Social e dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social e revoga a Resolução CNAS nº. 16 de 05 de maio de 2010;

- a Orientação Técnica Conjunta MDS/CNAS de agosto de 2014, que orienta que os serviços ofertados pelas Entidades devem estar caracterizados como de Assistência Social, à luz dos critérios estabelecidos pela Lei nº. 8.742 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Decreto 6.308/2007, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (aprovada pela Resolução CNAS nº. 109/2009), acrescido das ofertas asseguradas pela publicação das Resoluções CNAS nº. 27/2011, 33/2011 e 34/2011;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau – CMAS ao indeferimento do pedido de inscrição da Entidade Associação dos Aposentados, Pensionista e Idosos – ASAPREV, em Plenária Ordinária realizada de 23 de setembro de 2015, conforme consta na Ata CMAS nº. 015/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Indeferir o pedido de inscrição da Entidade Associação dos Aposentados, pensionistas e Idosos – ASAPREV no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau – CMAS.

Parágrafo único: A Entidade poderá recorrer da decisão de indeferimento, num prazo de 30 (trinta) dias, contados da formalização do recebimento da decisão, inicialmente ao CMAS conforme art. 18 da Resolução CMAS nº. 33/2014 e, mantido o indeferimento, ao Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC, conforme Resolução CEAS/SC nº. 05 de 14 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 23 de setembro de 2015.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 41/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº 41/2015

APROVA A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, DOS MESES DE JULHO E AGOSTO DE 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2015,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução Nº 33, de 12 de Dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e que em seus artigos 84, 85 e 86 dispõe sobre a fiscalização dos Fundos de Assistência Social pelos Conselhos de Assistência Social.

- o parecer favorável da Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social - CPFAS, que analisou a Movimentação Financeira dos meses de Julho e Agosto de 2015, em reunião realizada em 16 de setembro de 2015, conforme consta no Relatório nº. 09/2015;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, ao parecer da Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social – CPFAS, em Plenária datada de 23 de agosto de 2015, conforme consta na Ata CMAS nº. 15/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Movimentação Financeira do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, referente aos meses de Julho e Agosto de 2015 com os seguintes valores:

I – Julho: Receita de R\$ 493.274,94 (quatrocentos e noventa e três mil, duzentos e setenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) e Despesas de R\$ 788.200,86 (setecentos e oitenta e oito mil duzentos reais e oitenta e seis centavos);

II – Agosto: Receita de R\$ 809.598,58 (oitocentos e nove mil, quinhentos e noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos) e Despesas de R\$ 456.932,04 (quinhentos e cinquenta e seis mil novecentos e trinta e dois reais e quatro centavos);

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 23 de setembro de 2015.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 42/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 42/2015

APROVA A ALTERAÇÃO DOS PERCENTUAIS PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS ENTIDADES SOCIEDADE CASA DA ESPERANÇA E ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AO MENOR - ABAM.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 23 de setembro de 2015,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a aprovação da solicitação da Entidade Associação Blumenauense de Amparo ao Menor – ABAM, através do Ofício nº. 12/2015, em plenária realizada no dia 01 de abril de 2015, conforme Ata nº. 05/2015;

- a aprovação da solicitação da Entidade Casa da Esperança, através do Ofício nº. 46/2015, em plenária realizada no dia 23 de setembro de 2015, conforme Ata nº. 15/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a alteração dos percentuais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social às Entidades Sociedade Casa da Esperança e Associação Blumenauense de Amparo ao Menor – ABAM, da seguinte forma:

I – Com até 70% dos recursos do FMAS pode-se pagar:

- Pagamento de profissionais de nível médio e superior, de acordo com as Resoluções CNAS nº. 09/2014 e nº. 17/2011;
- Pagamento de encargos sociais advindo do vínculo dos profissionais acima;

- Pagamento de horas extras, vale transporte e vale refeição.

II – Outras despesas que podem ser executadas com recursos do FMAS:

- Materiais de consumo;
- Despesas de manutenção;
- Serviços de terceiros.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 23 de setembro de 2015.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PORTARIAS NºS 315/2015 E 316/2015 - FUNDAÇÃO CULTURAL

PORTARIA Nº. 315/2015

Dispensa servidora pública Municipal Fundacional, da Comissão de Avaliação de Servidor em Estágio Probatório.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº 704, de 29 de janeiro de 2009, acrescido pela LC nº 710, de 06 de abril de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DISPENSAR

ELOISA HELENA GONÇALVES GOULART, da Comissão de Avaliação de Servidor em Estágio Probatório, da Fundação Cultural de Blumenau, de acordo com a Lei Complementar Nº. 740, de 18 de janeiro de 2010, Art. 8º, Item II, parágrafo 2º, e Art. 9º, nomeada pela Portaria nº. 287/2015, de 20 de janeiro de 2015, a partir do dia 31 de agosto de 2015.

Blumenau, 01 de setembro de 2015

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO

Presidente

PORTARIA Nº. 316/2015

Designa servidora pública Municipal Fundacional, para compor Comissão de Avaliação de Servidor em Estágio Probatório.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau (FCB), no uso das suas atribuições que lhe confere as Leis Complementares nºs 660, de 28 de novembro de 2007; 870, de 01 de janeiro de 2013; 701, de 29 de janeiro de 2009; 721, de 21 de agosto de 2009; 10, de 21 de dezembro de 1990; 400, de 06 de maio de 2003; 507, de 17 de março de 2005; 515, de 18 de março de 2005; 509, de 17 de março de 2005; 703, de 29 de janeiro de 2009; 308, de 22 de dezembro de 2000, a Lei n. 3.679, de 20 de dezembro de 1989 e a Lei Complementar n. 880, de 01 de abril de 2013, resolve:

DESIGNAR

VERENA PELLIS KIRSTEN, para compor a Comissão de Avaliação de Servidor em Estágio Probatório, da Fundação Cultural de Blumenau, de acordo com a Lei Complementar Nº. 740, de 18 de janeiro de 2010, Art. 8º, Item II, parágrafo 2º, e Art. 9º, em substituição a servidora Eloisa Helena G. Goulart, nomeada pela Portaria nº. 287/2015, de 20 de janeiro de 2015, a partir do dia 01 de setembro de 2015.

Blumenau, 01 de setembro de 2015
SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO
Presidente

PORTARIA Nº 157/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 157/2015

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DA SERVIDORA ELENICE SCHREIBER .

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

REVOGAR

Função Gratificada de Confiança da servidora ELENICE SCHREIBER, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, Gratificação de Função de Confiança de Assessor de Controle Interno, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7" , do quadro permanente de pessoal previsto na LC nº 880/2013.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 31 de julho de 2015.

Blumenau, 10 de agosto de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 158/2015 - SETERB

PORTARIA N. 158/2015

RETIRA MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL DESIGNADA PELAS PORTARIAS N. 57 E 58/2008.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, da Lei Complementar n. 703, de 29 de fevereiro de 2009, resolve:

RETIRAR

a pessoa abaixo indicada, nomeado pela Portaria 88/2013, da composição da Comissão Permanente de Avaliação Funcional:

DALMO LUIZ QUARANTANI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 31 de julho de 2015.

Blumenau, 10 de agosto de 2015.
Erivaldo Nunes Caetano Junior
Diretor Presidente - Seterb

PORTARIA Nº 159/2015 - SETERB

PORTARIA N. 159/2015

DESIGNA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL DESIGNADA PELAS PORTARIAS N. 57 E 58/2008.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, da Lei Complementar n. 703, de 29 de fevereiro de 2009, resolve:

NOMEAR

a pessoa abaixo indicada, para, substituir DALMO LUIZ QUARANTANI, nomeado pela Portaria 88/2013, na composição da Comissão Permanente de Avaliação Funcional:

ELENICE SCHREIBER, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 31 de julho de 2015.

Blumenau, 10 de agosto de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente - Seterb

PORTARIA Nº 160/2015 - SETERB

PORTARIA N. 160/2015

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL ARI DE ARAUJO MARQUES OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE GUARDA DE TRANSITO.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO,

de acordo com o artigo 45 "caput" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, a servidor público ARI DE ARAUJO MARQUES do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito desta Autarquia.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à data 13 de agosto de 2015.

Blumenau (SC), 12 de agosto de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 161/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 161/2015

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DA SERVIDORA PUBLICA AUTARQUICA MUNICIPAL TUANY PEREIRA MARIA PUHLMANN.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo

artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

REVOGAR

Função Gratificada de Confiança da servidora TUANY PEREIRA MARIA PUHLMANN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, Gratificação de Função de Confiança de Assessor de Mobilidade Urbana, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7" do quadro permanente de pessoal previsto na LC nº 880/2013.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 14 de agosto de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 162/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 162/2015

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DA SERVIDORA PUBLICA AUTARQUICA MUNICIPAL KATIA REGINA CUSTODIO SCHMIDT.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

REVOGAR

Função Gratificada de Confiança da servidora KATIA REGINA CUSTODIO SCHMIDT, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, Gratificação de Função de Confiança de Coordenador de Compras, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7" do quadro permanente de pessoal previsto na LC nº 880/2013.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 14 de agosto de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 163/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 163/2015

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DA SERVIDORA PUBLICA AUTARQUICA MUNICIPAL NEIVA APARECIDA WOLFF.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

REVOGAR

Função Gratificada de Confiança da servidora NEIVA APARECIDA

WOLFF, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, Gratificação de Função de Confiança de Coordenador do Setor de Defesa da Autuação, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7" do quadro permanente de pessoal previsto na LC nº 880/2013.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 14 de agosto de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 164/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 164/2015

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA A SERVIDORA NEIVA APARECIDA WOLFF.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDE

Função Gratificada de Confiança a servidora Neiva Aparecida Wolff, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, Gratificação de Função de Coordenador de Compras, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC nº 880/2013.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 14 de agosto de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 165/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 165/2015

CONCEDE AUXILIO PECUNIARIO AO FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL Fridolino Becker.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA ESPECIAL AO FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

De acordo com o artigo 267, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Fridolino Becker	156/2015	14/07/2015

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data 14 de julho de 2015.

Blumenau, 17 de agosto de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 166/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 166/2015
CONCEDE AUXILIO PECUNIARIO AO FILHO PORTADOR DE NECES-
SIDADES ESPECIAIS AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNI-
CIPAL Gilmar Pedro Correa.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor-Presidente do SE-
TERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de
Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º
da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA ESPECIAL AO FILHO PORTADOR DE NECES-
SIDADES ESPECIAIS

De acordo com o artigo 267, da Lei Complementar nº 660, de 28
de novembro de 2007, ao servidor:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Gilmar Pedro Correa	155/2015	15/07/2015

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroa-
gindo seus efeitos à data 15 de julho de 2015.

Blumenau, 17 de agosto de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 168/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 168/2015
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA A SERVIDORA
KATIA REGINA CUSTODIO SCHMIDT.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do SE-
TERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de
Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo
artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro
de 2009, resolve:

CONCEDE

Função Gratificada de Confiança a servidora KATIA REGINA CUS-
TODIO SCHMIDT, ocupante do cargo em provimento efetivo de
Agente Administrativo, Gratificação de Função de Confiança de
Coordenador do Setor de Defesa da Autuação, correspondente a
50% (cinquenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento
da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro
permanente de pessoal previsto na LC nº 880/2013.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroa-
gindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 17 de agosto de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 169/2015 - SETERB

PORTARIA N. 169/2015
CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO
MUNICIPAL DARLEI SCOTTINI DO CARGO DE PROVIMENTO EM
COMISSÃO DE GERENTE DA GUARDA DE TRANSITO.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Ser-
viço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau
- SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo pelo
art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de
janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO,

de acordo com o artigo 46, inciso II, da Lei Complementar nº 660,
de 28 de novembro de 2007, ao servidor público autárquico muni-
cipal DARLEI SCOTTINI do cargo de provimento em comissão de
Gerente da Guarda de Trânsito.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo
seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 19 de agosto de 2015.
ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 170/2015 - SETERB

PORTARIA N.º 170/2015

DETERMINA PROCEDIMENTOS PARA O CONTROLE DE ENTREGA
E RECEBIMENTO DE AUTOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Ser-
viço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau
- SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.
5º da Lei Complementar Municipal nº 703, de 29 de janeiro de
2009, resolve:

CONSIDERANDO a necessidade de adotar procedimentos padrão
para a entrega de blocos de Autos de Infração de Trânsito, bem
como para o recebimento dos respectivos autos emitidos;

CONSIDERANDO que o prazo para cadastramento dos Autos de
Infração de Trânsito no sistema Detranet é de 25 (vinte e cinco)
dias, contados da lavratura;

CONSIDERANDO que após o prazo de 25 (vinte e cinco) dias o
sistema Detranet não permite a inclusão dos Autos de Infração
de Trânsito emitidos;

CONSIDERANDO que a não inclusão dos Autos de Infração de Trâ-
nsito no sistema Detranet ocasiona a impossibilidade de punição do
condutor infrator, bem como prejuízos financeiros à Autarquia;
CONSIDERANDO que os servidores que realizam o cadastramento
dos A.I.T emitidos necessitam de tempo hábil para incluí-los no
sistema Detranet;
DETERMINA:

Art. 1º - Os Coordenadores do Plantão e Ostensivo entregarão aos
guardas de trânsito os blocos de Autos de Infração de Trânsito –
A.I.T;

§1º - O registro da entrega dos blocos dos A.I.T será devidamen-
te anotado pelos Coordenadores, os quais deverão preencher o
formulário "Controle de Entrega de Blocos de Autos de Infração",

coletando a respectiva assinatura do guarda de trânsito;

§2º - A entrega dos blocos dos A.I.T deverá obedecer à ordem numérica dos blocos, conforme descrição constante no formulário "Controle de Entrega de Blocos de Autos de Infração";

§3º - Os Coordenadores deverão anotar no canhoto anexo ao bloco do A.I.T a data de entrega e o nome do guarda de trânsito que recebeu o referido bloco, devendo depositar a 1ª via (branca) na urna de recepção de A.I.T emitidos;

§4º - Após a entrega de todos os blocos de A.I.T descritos no formulário "Controle de Entrega de Blocos de Autos de Infração", os Coordenadores deverão depositar o referido formulário na urna de recepção de A.I.T emitidos;

Art. 2º - A entrega dos A.I.T emitidos é de responsabilidade do guarda de trânsito;

1º§ - Os A.I.T lavrados devem ser entregues aos Coordenadores, os quais deverão realizar o protocolo da respectiva entrega, bem como preencher o "Formulário de Recebimento de A.I.T";

§2º - Os guardas de trânsito devem entregar diariamente os A.I.T lavrados, sendo que:

I – as equipes do Plantão e Ostensivo deverão entregar os A.I.T emitidos ao término do expediente;

II – as equipes que realizam Escolar Fixo deverão comparecer semanalmente no Departamento de Trânsito para a entrega dos A.I.T emitidos;

III – em casos de A.I.T relativo a veículos estrangeiros, a entrega deverá ser realizada no mesmo dia da lavratura do A.I.T.

§3º – Excepcionalmente, a entrega dos A.I.T emitidos poderá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias da data lavratura.

§4º A entrega de A.I.T após o prazo de 20 (vinte) dias da sua lavratura ocasionará a instauração de processo administrativo disciplinar por infração ao disposto no art. 176, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 660/2007.

§5º - Antes de qualquer afastamento do trabalho, o guarda de trânsito deverá verificar eventuais pendências de A.I.T emitidos.

Art. 3º - O descumprimento dos procedimentos regulamentados nesta Portaria importará na infração do artigo 176, incisos VI c/c artigo 187 da Lei Complementar Municipal nº 660/2007.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), 20 de agosto de 2015.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 171/2015 - SETERB

PORTARIA N. 143/2015

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR SUPOSTA RESPONSABILIDADE POR PARTE DO SERVIDOR A.R

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

A instauração de Processo Administrativo Disciplinar a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar – CPASD desta Autarquia, constituída pela Portaria nº 27/2015, de 22 de janeiro de 2015, a fim de apurar suposta responsabilidade do servidor A.R, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, matrícula nº 265, em razão dos fatos denunciados no Memorando nº 40/2015, datado de 23/06/2015, emitido pelo Coordenador do Pátio, no qual relata que o servidor A.R apresentou declaração de comparecimento emitida pela Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de veracidade duvidosa, vez que em contato com a referida entidade verificou que não havia registro de atendimento ao servidor, nem tampouco o médico que assinou o documento estava de escala na data da declaração, incidindo, em tese, no art. 177, inciso XXIII, da Lei Complementar Municipal nº 660/2007.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 28 de julho de 2015.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 172/2015 - SETERB

PORTARIA N. 172/2015

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR SUPOSTA RESPONSABILIDADE POR PARTE DO SERVIDOR J.S

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

A instauração de Processo Administrativo Disciplinar a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar – CPASD desta Autarquia, constituída pela Portaria nº 27/2015, de 22 de janeiro de 2015, a fim de apurar suposta responsabilidade do servidor J.S, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, matrícula nº 541, em razão dos fatos denunciados no Memorando nº 47/2015, datado de 27/07/2015, emitido pelo Coordenador do Pátio, o qual informa a suposta insubordinação do servidor J.S., vez que não atendeu a determinação da Chefia Imediata de que, a partir do dia 22/07/2015, deveria exercer suas funções no Terminal Rodoviário e não no pátio desta Autarquia, incidindo, em tese, no art. 176, inciso VII, da Lei Complementar Municipal nº 660/2007.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 21 de agosto de 2015.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 173/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 173/2015

CONCEDE AUXÍLIO ESCOLAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo pelo art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER:

Auxílio Escolar aos servidores públicos efetivos desta Autarquia, não detentores de curso superior, relativos ao 2º semestre do ano de 2015:

Nome	Cargo	Curso	Instituição	%
Fabiano Schmidt Martinez	Guarda de Trânsito	Direito	FURB	24

As despesas decorrentes da presente portaria correrão por conta da classificação 33.03.06.125.0005.2217 Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, elemento 3.3.90.18.99.01 – Outros auxílios financeiros a estudantes do orçamento da Autarquia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 07 de agosto de 2015.

Blumenau, 25 de agosto de 2015.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 174/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 174/2015

DECLARA ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, e memorando interno nº 74/2015 proveniente da Comissão de Avaliação de Servidores e de Estágio Probatório – CASEP resolve:

DECLARAR

Estável no serviço público autárquico municipal o servidor efetivo dos quadros permanentes de pessoal da autarquia:

NOME	MATRICULA	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
Jean Paulo Tiedt	702	Guarda de Transito	Departamento de Trânsito	10/06/2015

Blumenau, 25 de agosto de 2015.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 175/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 175/2015

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 08/2014, QUE APUROU SUPOSTA RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR A.R.C

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

O Arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº 08/2014, que apurou suposta responsabilidade cometida pelo servidor A.R.C, conforme decisão de fl. 51 do referido processo.

Blumenau, 26 de agosto de 2015.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 177/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 177/2015

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, da Lei Complementar nº 703, de 29 de fevereiro de 2009 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes do respectivos Grupos Funcionais:

Mat. nº	Nome do servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
702	Jean Paulo Tiedt	Guarda de Trânsito	B	GF	10/06/2015
714	Sheila Schaefer	Contador	B	GE	03/07/2015

Blumenau, 26 de agosto de 2015.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 178/2015 - SETERB

PORTARIA N. 178/2015

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL GABRIELA CARLA DO NASCIMENTO OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO,

de acordo com o artigo 45 "caput" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, a servidora pública GABRIELA CARLA DO NASCIMENTO do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais desta Autarquia.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à data sua assinatura.

Blumenau (SC), 26 de agosto de 2015.

ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR

Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 179/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 179/2015

CONCEDE AUXÍLIO PECUNIÁRIO AO FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL jean paul rhenius.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER AUXÍLIO PECUNIÁRIO AO FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

De acordo com o artigo 267, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Jean Paul Rhenius	157/2015	10/07/2015

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau, 31 de agosto de 2015.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 180/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 180/2015

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor público municipal:

Nome	Decênio	Nº Processo
Sergio Francisco Voltolini	2004/2014	167/2015

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 03 de setembro de 2015.

Blumenau, 01 de setembro de 2015.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 181/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 181/2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO DONIZETE OLIVEIRA DE CARVALHO.

CARLOS LANGE Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

de acordo com o artigo 139, da Lei Complementar nº 660, de 28 de Novembro de 2007, ao servidor público municipal:

Nome	Nº Processo	Início
Donizete Oliveira de Carvalho	171/2015	08/09/2015

Blumenau, 04 de setembro de 2015.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente - Seterb

PORTARIA Nº 182/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 182/2015

CONCEDE AUXÍLIO NATALIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL CLEBER FERNANDO PAZUCH.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER AUXÍLIO NATALIDADE

De acordo com o artigo 266, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Cleber Fernando Pazuch	173/2015	14/09/2015

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data 14 de setembro de 2015.

Blumenau, 16 de setembro de 2015

CARLOS LANGE

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 183/2015 - SETERB

PORTARIA Nº 183/2015

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, da Lei Complementar nº 703, de 29 de fevereiro de 2009 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes do respectivos Grupos Funcionais:

Mat. nº	Nome do servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
597	Daniele Cristine Schaefer Lindner	Agente Administrativo	D	GF	30/09/2015
506	Jean Paul Rhenius	Guarda de Trânsito	D	GF	16/09/2015

Blumenau, 16 de setembro de 2015.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/103

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/103

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO RENAL VIDA

OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira – Das Obrigações do Beneficiário, inciso V.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Dez mil reais (R\$ 10.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 23 de setembro de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE Nº 2015/082

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/082

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ELZIRA HORNBERG

OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira – Das Obrigações do Beneficiário, inciso V.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Dois mil reais (R\$ 2.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 23 de setembro de 2015.

EXTRATO Nº 214/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 214/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Danna Comercial EIRELI – EPP.

OBJETO: Registro de Preços para compras futuras de mangueiras de incêndio para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 106/2015 e Contrato nº. 088/2015, firmado em 08 de setembro de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	4801	50	Peça	Mangueira de incêndio predial - tipo 1, DN 1. 1/2" x 15 metros; Conforme norma ABNT NBR 11861; cor branca; mangueira de capa simples, fabricada com reforço têxtil sintético em 100% de poliéster de alta tenacidade, montada sobre um tubo extrudado de borracha sintética vulcanizada diretamente a capa externa sem uso de cola ou outro tipo de adesivo; com conexões (Storz) em latão nas extremidades conforme norma ABNT NBR 14349; Pressão de teste: 21 Kgf/cm ² ; Pressão de trabalho: 10 Kgf/cm ² ; Pressão de ruptura: 35 Kgf/cm ² . Marca certificada conforme norma ABNT nº 40.001.	177,00	8.850,00
Marca/Modelo			Kidde Resmat/Sintex PV T1 1.1/2			
Preço Total (em reais, por extenso)			Oito mil e oitocentos e cinquenta reais			

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) da(s) mangueira(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura de tal instrumento.

DATA: 23/09/2015.

EXTRATO Nº 215/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 215/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

P&N Comércio de Peças Automotivas Ltda EPP.

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de baterias automotivas para a frota veicular da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 143/2015 e Contrato nº. 093/2015, firmado em 10 de setembro de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Prazo de Garantia (em meses)	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	997	10	Peça	Bateria automotiva, 12v, 60 A/h, selada, livre de manutenção, com idade inferior a 6 meses.	Pioneiro	18	217,80	2.178,00
2	200	5	Peça	Bateria automotiva, 12v, 70 A/h, selada, livre de manutenção, com idade inferior a 6 meses.	Pioneiro	18	303,00	1515,00
3	300	1	Peça	Bateria automotiva, 12v, 90 A/h, selada, com idade inferior a 6 meses.	Pioneiro	18	335,00	335,00

4	13820	5	Peça	Bateria automotiva, 12v, 100 A/h, selada, livre de manutenção, com idade inferior a 6 meses.	Pioneiro	18	385,00	1.925,00
5	400	1	Peça	Bateria automotiva, 12v, 150 A/h, selada, livre de manutenção, com idade inferior a 6 meses.	Pioneiro	18	519,00	519,00
6	1255	1	Peça	Bateria automotiva, 12v, 50 A/h, selada, livre de manutenção, com idade inferior a 6 meses.	Pioneiro	18	190,00	190,00
Valor Total por extenso (em R\$)					Seis mil seiscentos e sessenta e dois reais			
Valor Total Registrado (em R\$)					6.662,00			

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) das baterias, desde que estas sejam aprovadas pela Gestão Contratual e acompanhadas da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 23/09/2015.

EXTRATO Nº 212/2015 - FURB

Fundação Universidade Regional de Blumenau

Extrato nº. 212/2015

Dispensa de Licitação nº. 122/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a contratação de prestação de serviços profissionais, como Bióloga, Convênio nº 016/2014 firmado entre a Fundação Universidade Regional de Blumenau e a Prefeitura Municipal de Timbó (SC), que tem como objeto o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Freymund Germer – Morro Azul.

Contratada: Vanessa Dambrowski

Valor/Dotação: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) / 01.3012.364.0076.2030

Blumenau, 18 de setembro de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS/2015 - URB

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Partes: Companhia de Urbanização de Blumenau – URB, Ana Areias, Argamassa e Serviços Ltda Me, Britagem Gaspar Ltda, Pedreira Vale do Selke Ltda, Celeiro da Construção e Transportes Ltda, Âncora Serviços Eireli Me, Ouro Preto Mineração Ltda.

Objeto: Fornecimento parcelado de Pedrisco com pó, Brita, Base de brita, Rachão, Areia, Macadame e Pedra Detonada, pelo período de 12 (doze) meses.

Fundamentação Legal: Pregão Presencial n.º 009/2015 de 21 de julho de 2015 - De acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e alterações.

Valor Registrado: De acordo com a respectiva classificação:

Item 01 – Pó de Pedra - Quantidade 500 Ton.

Valor Unitário R\$ 36,60

1º lugar: Ouro Preto Mineração Ltda

2º lugar: Pedreira Vale Do Selke Ltda

3º lugar: Britagem Gaspar Ltda

4º lugar: Celeiro da Construção e Transportes Ltda

5º lugar: Ana Areias, Argamassa e Serviços Ltda Me

Item 02 – Pó com Pedrisco - Quantidade 5.000 Ton.

Valor Unitário R\$ 36,65

1º lugar: Pedreira Vale Do Selke Ltda
2º lugar: Ouro Preto Mineração Ltda
3º lugar: Britagem Gaspar Ltda
4º lugar: Celeiro da Construção e Transportes Ltda
5º lugar: Ana Areias, Argamassa e Serviços Ltda Me

Item 03 - Brita 0 com diâmetro máximo de 9,5 mm - Quantidade 5.000 Ton.
Valor Unitário R\$ 36,60

1º lugar: Britagem Gaspar Ltda
2º lugar: Pedreira Vale do Selke Ltda
3º lugar: Ouro Preto Mineração Ltda
4º lugar: Celeiro da Construção e Transportes Ltda
5º lugar: Ana Areias, Argamassa e Serviços Ltda Me

Item 04 - Brita 0 Especial (VSI), arredondada, com diâmetro máximo de 9,5 mm - Quantidade 5.000 Ton.
Valor Unitário R\$ 37,70

1º lugar: Pedreira Vale do Selke Ltda
2º lugar: Britagem Gaspar Ltda
3º lugar: Ouro Preto Mineração Ltda
4º lugar: Celeiro da Construção e Transportes Ltda
5º lugar: Ana Areias, Argamassa e Serviços Ltda Me

Item 05 - Brita 1, com diâmetro máximo de 19 mm - Quantidade 5.000 Ton.
Valor Unitário R\$ 36,55

1º lugar: Britagem Gaspar Ltda
2º lugar: Pedreira Vale do Selke Ltda
3º lugar: Ouro Preto Mineração Ltda
4º lugar: Celeiro da Construção e Transportes Ltda
5º lugar: Ana Areias, Argamassa e Serviços Ltda Me

Item 06 - Brita 1 Especial (VSI), arredondada, com diâmetro máximo de 9,5 mm.- Quantidade 5.000 Ton.
Valor Unitário R\$ 37,50

1º lugar: Ouro Preto Mineração Ltda
2º lugar: Pedreira Vale do Selke Ltda
3º lugar: Britagem Gaspar Ltda
4º lugar: Celeiro da Construção e Transportes Ltda
5º lugar: Ana Areias, Argamassa e Serviços Ltda Me

Item 07 - Brita 2 com diâmetro máximo de 25 mm.- Quantidade 5.000 Ton.
Valor Unitário R\$ 36,55

1º lugar: Britagem Gaspar Ltda
2º lugar: Pedreira Vale do Selke Ltda
3º lugar: Ouro Preto Mineração Ltda
4º lugar: Celeiro da Construção e Transportes Ltda
5º lugar: Ana Areias, Argamassa e Serviços Ltda Me

Item 08 - Base de Brita Graduada, faixa C, DNER-ES 303/97.- Quantidade 15.000 Ton.
Valor Unitário R\$ 37,65

1º lugar: Ouro Preto Mineração Ltda
2º lugar: Pedreira Vale do Selke Ltda
3º lugar: Britagem Gaspar Ltda
4º lugar: Celeiro da Construção e Transportes Ltda
5º lugar: Ana Areias, Argamassa e Serviços Ltda Me

Item 09 - Rachão com diâmetro máximo de 4.- Quantidade 20.000 Ton.
Valor Unitário R\$ 31,85

1º lugar: Britagem Gaspar Ltda
2º lugar: Ouro Preto Mineração Ltda
3º lugar: Pedreira Vale do Selke Ltda
4º lugar: Celeiro da Construção e Transportes Ltda
5º lugar: Ana Areias, Argamassa e Serviços Ltda Me

Item 10 - Areia Industrial.- Quantidade 10.000 Ton.
Valor Unitário R\$ 37,70

1º lugar: Pedreira Vale do Selke Ltda
2º lugar: Britagem Gaspar Ltda
3º lugar: Ouro Preto Mineração Ltda
4º lugar: Celeiro da Construção e Transportes Ltda

Item 11 -Areia Média Natural de Rio Limpa, em conf. com a norma NBR7211- Quantidade 3.000 Ton.

Valor Unitário R\$ 49,40

1º lugar: Ana Areias, Argamassa e Serviços Ltda Me

2º lugar: Celeiro da Construção e Transportes Ltda

Item 12 - Areia Fina Natural de Rio Limpa p/ reboco, em conf. com norma NBR7211 Quantidade 1.000 Ton.

Valor Unitário R\$ 56,40

1º lugar: Ana Areias, Argamassa e Serviços Ltda Me

2º lugar: Celeiro da Construção e Transportes Ltda

Item 13 - Macadame natural de Jazida, para utilização em sub-base de pavimentos, com CBR > 35% e expansão < 2%. - Quantidade 20.000 Ton.

Valor Unitário R\$ 19,00

1º lugar: Celeiro da Construção e Transportes Ltda

2º lugar: Âncora Serviços Eireli Me

3º lugar: Ouro Preto Mineração Ltda

4º lugar: Ana Areias, Argamassa e Serviços Ltda Me

Item 14 - Pedra Detonada - Quantidade 1.000 Ton.

Valor Unitário R\$ 35,90

1º lugar: Ouro Preto Mineração Ltda

2º Lugar: Ana Areias, Argamassa e Serviços Ltda Me

3º lugar: Britagem Gaspar Ltda

4º lugar: Pedreira Vale Do Selke Ltda

5º lugar: Celeiro da Construção e Transportes Ltda

Pagamento: O pagamento será efetuado em 28 (vinte e oito) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Recursos Orçamentários: Estão previstos no orçamento da Companhia de Urbanização de Blumenau.

Vigência da Ata de Registro de Preços: Validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Blumenau, 04 de março de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 005/2014 - URB

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 005/2014

Partes: COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU E A EMPRESA KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA.

Objeto: prestação de serviços de sistema de segurança eletrônica de veículos com instalação e manutenção de equipamentos eletrônicos, através de locação de todos os materiais e equipamentos necessário, com a finalidade de coletar as informações de utilização e condução, pelo período de 12 (doze) meses.

Fundamentação Legal: Pregão Presencial nº. 018/2014 de 28 de agosto de 2014 e Termo de Contrato nº. 005/2014.

Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente instrumento, previsto na CLAÚSULA TERCEIRA, item 3.4 do contrato primitivo, de 04/09/2015 para até 04/09/2016, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

Data: 04 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 402/2015 - SEMUS

PORTARIA Nº 402 / 2015 / GABSEMUS

Dispõe sobre a composição da Equipe de Apoio ao Sistema PRONTO da Secretaria de Saúde de Blumenau (SEMUS)

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR, Secretária Municipal de Saúde, no uso das atribuições, CONFERIDAS EM VIRTUDE DA MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE, através da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, como Gestor de Saúde, RESOLVE:

DISPENSAR

A partir desta data, o servidor RODRIGO RAMOS ARAÚJO da Equipe de Apoio ao Sistema Pronto.

Secretaria Municipal de Saúde, em 03 de agosto de 2015.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 403/2015 - SEMUS

PORTARIA Nº 403 / 2015 / GABSEMUS

Dispõe sobre a composição da Equipe de Apoio ao Sistema PRONTO da Secretaria de Saúde de Blumenau (SEMUS)

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR, Secretária Municipal de Saúde, no uso das atribuições, CONFERIDAS EM VIRTUDE DA MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE, através da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, como Gestor de Saúde, RESOLVE:

DISPENSAR

A pedido, a servidora PRISCILA MURIEL DA SILVA RIBAS da Equipe de Apoio ao Sistema Pronto, a partir desta data.

Secretaria Municipal de Saúde, em 01 de julho de 2015.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 404/2015 - SEMUS

PORTARIA Nº 404 / 2015 / GABSEMUS

Dispõe sobre a composição da Equipe de Apoio ao Sistema PRONTO da Secretaria de Saúde de Blumenau (SEMUS)

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR, Secretária Municipal de Saúde, no uso das atribuições, CONFERIDAS EM VIRTUDE DA MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE, através da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, como Gestor de Saúde, RESOLVE:

NOMEAR

A partir desta data, o servidor GUILHERME MARÇAL FREITAG para compor a Equipe de Apoio ao Sistema Pronto.

Secretaria Municipal de Saúde, em 01 de julho de 2015.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 8.154, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 8.154, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

TOMBA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO, A LINGUAGEM BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É tombada como Patrimônio Cultural Imaterial do Município, a LINGUAGEM BLUMENAU.

Art. 2º É determinada a inscrição do tombamento de que trata esta lei no Livro do Tombo do Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Blumenau.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal

LEI Nº 8.151, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº 8.151, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 9º, DA LEI Nº 7.127, DE 02 DE AGOSTO DE 2007.

MARCOS DA ROSA, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ao artigo 9º, da Lei nº 7.127, de 02 de agosto de 2007, que "Dispõe sobre o Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros no município de Blumenau e dá outras providências", é acrescentado o parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 9º

XVI –

Parágrafo único. O valor a ser cobrado para emissão de 2ª via do Cartão SIGA, de controle automático e integrado de arrecadação de tarifas de que trata o inciso IX, deve ser limitado ao valor da passagem de transporte coletivo."

Art. 2º Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 04 DE SETEMBRO DE 2015.

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente da Câmara

RESOLUÇÃO MD Nº 2.389

RESOLUÇÃO MD Nº 2.389

AUTORIZA VIAGEM DE SERVIDORES PÚBLICOS, ACOMPANHANDO VEREADORES MIRINS A BRASÍLIA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a viagem dos servidores públicos Diogo Leonardo Roedel de Souza, Ramsés Oliveira Costa e Sandra Regina Nóbrega Kuchenbecher, de 21 a 24 de outubro de 2015, acompanhando os Vereadores Mirins da Câmara Municipal de Blumenau a Brasília (DF), onde estes participarão de sessão mirim na Câmara dos Deputados, no dia 23 de outubro.

Parágrafo único. Compete ao servidor público Diogo Leonardo Roedel de Souza, Assessor do programa Vereador Mirim, exercer amplos e irrestritos cuidados durante a viagem e também a responsabilidade pela guarda dos Vereadores Mirins.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de três diárias "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, para cada um dos servidores em viagem.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por

conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 4º Após o retorno, os servidores públicos deverão apresentar à Mesa Diretora, um relatório sobre a viagem e a sessão mirim.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 27 DE AGOSTO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCOS ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.390

RESOLUÇÃO MD Nº 2.390

AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESA PARA VIAGEM DE VEREADORES MIRINS A BRASÍLIA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a realização de despesa, até o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), para alimentação e manutenção dos 15 (quinze) Vereadores Mirins da Câmara Municipal de Blumenau, em viagem de avião, de 21 a 24 de outubro de 2015, a Brasília (DF), para participar de sessão mirim no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados, no dia 23 de outubro, acompanhados por servidores públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

§ 1º As despesas previstas no caput deste artigo serão comprovadas mediante apresentação de notas fiscais, pelo Regime de Adiantamento, previsto na Lei Municipal nº 4.313, de 17 de dezembro de 1993.

§ 2º O numerário fixado neste artigo será entregue ao servidor público Diogo Leonardo Roedel de Souza.

Art. 2º Fica autorizada a realização de despesa, até o valor de R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais), para pagamento de hospedagem das pessoas mencionadas no artigo 1º desta Resolução, a ser comprovado mediante apresentação de nota fiscal, com pagamento antecipado de 50% (cinquenta por cento) do referido valor.

Art. 3º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de verbas próprias, consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 27 DE AGOSTO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.391

RESOLUÇÃO MD Nº 2.391

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 31 de agosto de 2015, o servidor público Jonas Reichert, do cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Fábio Allan Fiedler – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 31 DE AGOSTO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.392

RESOLUÇÃO MD Nº 2.392

NOMEIA LÍGIA FERNANDES DE OLIVEIRA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 1º de setembro de 2015, Lígia Fernandes de Oliveira, no cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Fábio Allan Fiedler – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE SETEMBRO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 44/2015 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 54/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 44/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 07.10.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 24 de setembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 40/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 40/2015

A pregoeira oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 40/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 50/2015. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de escavadeira hidráulica no município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: TERRAPLENAGEM RODRIGUES & SILVA LTDA ME CNPJ: 10.715.286/0001-45, ITEM: 1 no valor total de R\$ 70.000,00 tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 24/09/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2014 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 1/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cordão paralelo 2x4mm (8881)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	3,5000	1
2	conector para cabo de rede (14633)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	2,7500	1
3	Soquete para fluorescente (par) (14639)	PAR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tolux	0	4,2000	1
4	Lâmpada econômica 20 wts (14640)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	10,0000	1
5	LÂMPADA ECONOMICA 25 W (11351)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	11,6700	1
6	Lâmpada econômica 30 wts (14641)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	15,6600	1
7	Lâmpada econômica 45 wts (13234)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	33,0000	1
8	Lampada economica 55 WTS (11677)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	53,7600	1
9	Tomada Sobrepor x 20 apm (14642)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,9000	1
10	Tomada embutir 10 apm (14643)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,2000	1
11	Tomada embutir 20 amp (14644)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,1000	1
12	Interruptor + tomada sobrepor x 10 amp (14645)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	8,1500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 2/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRACO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Interruptor + tomada embutir 10 amp (14646)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	8,8000	1
14	Tomada dupla sobrepor x 10 amp (14647)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	8,8500	1
15	Tomada dupla embutir 10 amp (14648)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	7,9000	1
16	Interruptor duplo sobrepor x (14649)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	7,7500	1
17	Interruptor duplo embutir (14650)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	9,4000	1
18	Canalada 20x10 com fita adesiva (14651)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	5,7500	1
19	Plafon com soquete de porcelana (14652)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	maplex	0	4,3000	1
20	Poste padronizado 6 metros (14653)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	297,0000	1
21	Pino para extensão 2p + t 20 amp (14654)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,9000	1
22	Pino para extensão 2p+t 10 amp (14655)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	4,8700	1
23	Pino fêmea para extensão 2p + t 20amp (14656)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,0000	1
24	Pino fêmea para extensão 2p + t 10 amp (14657)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 3/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRACO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Conexão para canalista (11793)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	1,2500	1
26	Abraçadeira de nylon 200x2,5mm (14668)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	dima	0	6,0700	1
27	Mangueira corrugada ¾ reforçada (14669)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	1,1700	1
28	Conector de porcelana 2 polos 10 mm (14660)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	4,4000	1
29	Roldana de porcelana (14661)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	3,0000	1
30	ISOLADOR OLHAL (428)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	4,3600	1
31	Abraçadeira tipo U ¾ (14662)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	0,9000	1
32	Abraçadeira tipo curinha ¾ (14663)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,0000	1
33	Soquete de porcelana (14664)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	enerbras	0	4,5000	1
34	Cx montada c/ tomada e disjuntor (14665)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	27,0000	1
35	Caixa para medidor monofásica (7964)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	olipe	0	49,4500	1
36	Abraçadeira para caixa medidor (12812)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taff	0	21,1500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 4/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRACO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Cx.provisória padrão (14666)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	laif	0	39,3000	1
38	Campainha cigana embutir (14667)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	15,2500	1
39	Campainha cigana sobrepor (14668)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	15,9600	1
40	Interruptor de campainha (14669)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	8,0000	1
41	Canaleta ventilada 30x30 (14670)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	schneider	0	17,2500	1
42	Chave para ventilador embutir 3 velocidades (14671)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	30,5000	1
43	Chave para ventilador embutir deslizante (14672)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	33,0000	1
44	Disjuntor Din tripolar 32 amp (14673)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	41,5000	1
45	Disjuntor Din tripolar 25 amp (14674)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	40,5000	1
46	Placa cega 4x2 (14675)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	2,5000	1
47	Exaustor residencial 25 cm (14676)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	itc	0	155,0000	1
48	Exaustor industrial 30 cm (14677)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	itc	0	164,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 5/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRACO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Exaustor industrial 40 cm (8967)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	itic	0	190,0000	1
50	Resistência para chuveiro 7.700 wts (14695)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo system	0	14,2500	1
51	Torneira elétrica de bancada (14678)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo system	0	170,7500	1
52	Ventilador de teto c/ lâmpada (14679)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	140,0000	1
53	Ventilador de parede 60cm (14680)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	207,5000	1
54	Spot alêstado nylon c/01 lâmpada (14681)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	maxplex	0	14,5000	1
55	Spot alêstado nylon c/ 02 lâmpada (14682)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	maxplex	0	24,0000	1
56	Cantoneira 8x8 (14683)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	3,0000	1
57	Cantoneira 8x10 (14684)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	4,5500	1
58	Placa de saída luminosa (14685)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	segurimax	0	83,5000	1
59	Luminária de emergência 2x55 (14686)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	segurimax	0	385,0000	1
60	Caixa de luz universal 4x2 (14687)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	2,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 6/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Parafuso chip 4,0 x50 (14688)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rex	0	0,1500	1
62	Parafuso chip 3,0 x30 (14689)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rex	0	0,2000	1
63	Parafuso chip 5,0 x70 (14690)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rex	0	0,3000	1
64	Silicone 280gr (7947)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atix	0	9,9700	1
65	Cabinha de luz 4x2 (6969)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	0,8000	1
66	Fio de cobre 111108	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	exeltron	0	40,0000	1
67	Placa modular 4x2 (14691)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	2,9700	1
68	Tomada modular 10 amp (14692)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	5,9000	1
69	Tomada modular 20 amp (14693)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	6,6000	1
70	Interruptor modular (14694)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	5,3000	1
71	Emenda para cabo de rede (12432)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	emerbras	0	6,0000	1
72	Cabo multiplexado duplex 10mm (7950)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	3,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 7/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRACO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Cabo multiplexado quadriplex 10mm (14696)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sl	0	6,0700	1
74	Cabo multiplexado quadriplex 16mm (14697)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sl	0	8,0900	1
75	Eletroduto ¼ (14698)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fortibus	0	6,1000	1
76	Eletroduto 1 (14699)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fortibus	0	9,1500	1
77	Curva eletroduto ¼ 180 graus (14700)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fortibus	0	2,4000	1
78	Curva eletroduto 1 - 180 graus (14701)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fortibus	0	2,6600	1
79	Cordão de led 200 leds (14702)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g limgt	0	85,0000	1
80	Cordão de led 100 leds (14703)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g limgt	0	64,0000	1
81	Cordão de micro lâmpada 100 lâmpada (14704)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g limgt	0	23,7500	1
82	Parafusagem plástica (14705)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taf	0	9,6000	1
83	Disjuntor trifásico nema de 40 amp (14706)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	55,0000	1
84	Base para reles (14707)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	9,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 8/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRACO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Ducha eletrônica 7.700 wts (14708)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo system	0	111,0000	1
86	Chuveiro 4 temperaturas (11678)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	36,5000	1
87	Haste para chuveiro (14709)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	duin	0	13,0000	1
88	Fita veda rosca 10x18 (14710)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	duin	0	2,6200	1
89	Fita isolante 10 metros branca (14711)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	2,6000	1
90	Fio flexível 1,5mm (6774)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,6400	1
91	Fio flexível 2,5mm (6775)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,9700	1
92	Fio flexível 4,0mm (6776)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,6800	1
93	Fio flexível 6,0mm (6777)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,4500	1
94	Fio flexível 10,0mm (6778)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,3400	1
95	Cordão paralelo 2x1,5 (6779)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,4000	1
96	Cordão paralelo 2x2,5 (6780)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 9/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRACO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	Cabo de rede RJ 45 (6781)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	si	0	1,8000	1
98	Lâmpada fluorescente 20 wts (6782)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	4,7500	1
99	Lâmpada fluorescente 40 wts (6783)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	4,7500	1
100	Starter 20 wts (6784)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	1,4000	1
101	Starter 40 wts (6785)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	1,4500	1
102	Lâmpada econômica 25 wts (6786)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	11,5700	1
103	Lâmpada mista 160 wts (6788)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	12,2500	1
104	Lâmpada mista 250 wts (6789)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	17,2500	1
105	Lâmpada vapor mercúrio 400 wts (6790)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	35,0000	1
106	Reator convencional 20 wts (6791)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rog	0	12,2500	1
107	Reator convencional 40 wts (6792)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rog	0	13,5000	1
108	Reator eletrônico 20wts (6793)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rog	0	15,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 10/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRACO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Reator eletrônico 40wts (6794)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rg	0	18,0000	1
110	Reator eletrônico 2x20 wts (6795)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rg	0	19,4000	1
111	Reator eletrônico 2x40 wts (6796)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rg	0	25,4500	1
112	Torrada universal sistema X (6797)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	7,8500	1
113	Canaleta 20x40 2,20mts (6799)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	10,4000	1
114	Disjuntor nema 15/20/30 amp (6800)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	10,2500	1
115	Disjuntor dim 10/15/32 amp (14712)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	8,0000	1
116	Disjuntor nema 35/40/50 amp (6802)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	16,2000	1
117	Soquete fixo (6803)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	2,6000	1
118	Soquete pendente (6804)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	2,8700	1
119	Poste padronizado 7 mts (6805)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	336,0000	1
120	Poste padronizado 8 mts (6806)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	376,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 11/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRACO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Tomaira elétrica articulada (6811)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	termo system	0	153,2500	1
122	Abraçadeira de pressão (6812)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	dema	0	1,5000	1
123	Caixa para 01 disjuntor sobrepor (6813)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	mec-tronic	0	4,4500	1
124	Caixa para 03 disjuntor sobrepor (6814)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	mec-tronic	0	18,5000	1
125	FITA ISOLANTE 10 M (2020)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	marplex	0	3,3700	1
126	Interruptor 1 tecla sistema X (6816)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	mec-tronic	0	5,4000	1
127	Luminária 2x40 completa (6817)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	taschibra	0	61,0000	1
128	Luminária 2x20 completa (6818)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	taschibra	0	46,5000	1
129	Luminária 1x40 completa (6819)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	taschibra	0	45,0000	1
130	Luminária 1x20 completa (6820)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	taschibra	0	33,5000	1
131	Pino para extensão (6821)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	mec-tronic	0	4,5000	1
132	Pino fêmea para extensão (6822)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	mec-tronic	0	5,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 12/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRACO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Tomada fone sobrepor (6823)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	meo-tronic	0	3,5000	1
134	Luminária para poste com braço (6825)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	meo-tronic	0	51,5000	1
135	Refletor 250 wts (6826)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	marplex	0	35,7500	1
136	Filtro de linha 5 saídas (6827)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	marplex	0	24,2500	1
137	Bomba submersa 975 wts 1 pol. (6828)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	lusi	0	217,5000	1
138	Resistência para torneira elétrica 4400 wts (6829)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	lorenzetti	0	13,0000	1
139	Resistência para chuveiro 5400 wts (6830)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	lorenzetti	0	14,0000	1
140	Mangueira trançada multiuso (6831)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	marplex	0	3,2000	1
141	Relé fotoelétrico com base (6832)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	electron	0	40,0000	1
142	Lâmpada econômica 40 wts (6833)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	alumbra	0	35,5000	1
143	Haste terra 1 metro (7210)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	inteli	0	11,9500	1
144	Presilha p/ haste terra (7341)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	inteli	0	6,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 13/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRACO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	Luminária de emergência 2x6wts (7942)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	36,9000	1
146	Chuveiro elétrico 700W (7943)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo system	0	111,0000	1
147	Roldana PVC 36x36 (7944)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	0,4000	1
148	Filtro de linha ADSL (7945)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	17,2500	1
149	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	adere	0	8,8000	1
150	FIO TELEFONE PE 100 (424)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,6000	1
151	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4 (754)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	0,9200	1
152	Caixa luz PVC 2x4 (7946)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	0,9200	1
153	Cabo Coaxial (7949)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	1,0000	1
154	Sensor de presença (7951)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	exatron	0	36,5000	1
155	Reator vapor mercúrio 400wts (7952)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rg	0	78,5000	1
156	Elétron-bola 15 amperes (7953)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	kits brasil	0	33,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 14/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRACO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
157	Temporizador digital (7954)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	decontux	0	63,0000	1
158	Grampo fixa fio (7955)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	1,3000	1
159	Disjuntor Trifásico 40 amperes (11107)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	52,0000	1
160	Mangueira luminosa led (7957)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	9,0000	1
161	Cabo de força para mangueira luminosa led (14713)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	10,0000	1
162	Lâmpada incandescente 40 wts (7959)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	2,6000	1
163	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alix	0	20,8500	1
164	ELETRODUTO PVC 3/4 (419)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	funibos	0	6,1000	1
165	Eletroduto PVC 1" (7962)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	funibos	0	9,1500	1
166	Caixa para medidor trifásico (7963)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	olipe	0	105,5000	1
167	Conector porcelana 10mm (7965)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	4,4000	1
168	Extensão cabo P.P. 2x1mm 10mt (7966)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	29,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 15/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRACO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	Cabo P.P 2x1,5mm (7967)	M	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,3000	1
170	Cabo P.P 2x2,5mm (7968)	M	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	3,2500	1
171	Cabo P.P 3x2,5mm (7969)	M	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,5500	1
172	Lâmpada econômica 16wts cores (7970)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	22,2500	1
173	Lâmpada vapor metálica 400wts cores (7971)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	75,5000	1
174	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	intelsil	0	3,0000	1
175	Cinta inox 1mt (14714)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	3,1500	1
176	Presilha para cinta inox (7974)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	1,0000	1
177	Tubo galvanizado NBR 5598/8mt (14715)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	177,5000	1
178	Fita auto fusão 10 mts (7478)	PC	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	20,0000	1
179	Mangueira luminosa cores (7977)	M	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	7,0000	1
180	Cabo força para mangueira luminosa (7978)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	7,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 16/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRACO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
181	Lâmpada par 20 corbida 50 wts (8953)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	17,0000	1
182	Tomada sistema x 20 amp (8960)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	7,4000	1
183	Alça pré-formada (8961)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	3,0000	1
184	Bucha plástica 6mm (8963)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	0,0700	1
185	Bucha plástica 8mm (8964)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	0,1000	1
186	Bucha plástica 10mm (8965)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	0,1000	1
187	Ventilador teto c/ luz (8966)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	140,0000	1
188	Extensão cabo pp 3 metros (8968)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	18,0000	1
189	Extensão cabo pp 5 metros (8969)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	25,0000	1
190	Chave bipolar liga e desliga 10 amp (8970)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	27,5000	1
191	Isolador ônal de porcelana (8971)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	4,6000	1
192	Soquete fixo de porcelana curvo (8972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	5,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 17/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRACO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
193	Caixa de aterramento pequena (8973)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	14,5000	1
194	Haste terra padrão celestec (8974)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	53,5000	1
195	Conector para haste padrão celestec (8975)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	11,5000	1
196	Fio sólido 1,5mm (8976)	MTS	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,7000	1
197	Fio sólido 2,5mm (8977)	MTS	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,0500	1
198	Fio sólido 4mm (8978)	MTS	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,8500	1
199	Fio sólido 6mm (8979)	M	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,6000	1
200	Fio sólido 10mm (8980)	MTS	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,4500	1
201	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	schneider	0	150,0000	1
202	Chave magnética 10 cv (8983)	UND	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	schneider	0	350,0000	1
204	Cabo sentinax 14kv 10mm (8985)	MTS	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	5,5500	1
205	Cabo sentinax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRUPO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	11,0500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 22/2014

Página: 18/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS
SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
206	Capacitor para ventilador 2 fios (6987)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	7,0000	1
207	Pino adaptador (T) (7939)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	6,0000	1
208	Mangueira corrugada 1 (6988)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	1,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 22/2014

Página: 19/20

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS
SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
209	Serviço de mão-de-obra elétrica (7120)	HR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6293)	grillo instalétric	0	37,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 20/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Número do Registro de Preços: 22/2014 Data do Registro: 23/09/2014 Válido até: 23/09/2015
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS
SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto, (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2014

PROCESSO Nº 42/2014

(8293) - GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME

Braço do Trombudo, 23 de Setembro de 2014.

ATA JULGAMENTO DE PROPOSTAS TP 02 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2015 - TP
CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	Processo Administrativo: 40/2015 Processo de Licitação: 40/2015 Data do Processo: 25/08/2015
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada (com fornecimento de mão de obra e materiais), para instalação de Iluminação Pública e Instalação de Transformador na Estrada Geral Braço do Trombudo - Rodovia SC 281 do Município de Braço do Trombudo.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 52/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 23 de Setembro de 2015, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 026/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 40/2015, Licitação nº 2/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Foram abertos os envelopes contendo as propostas as quais foram analisadas e rubricadas pelos membros da comissão, estes que por sua vez, aceitaram a proposta, pois o preço apresentado estava de acordo com as planilhas orçamentárias previstas no edital. Nenhuma empresa esteve presente no certame. A empresa vencedora do certame é a empresa Cervale Serviços Elétricos Ltda EPP com valor global de R\$ 32.783,52 (Trinta e dois mil, setecentos e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Braço do Trombudo, 23 de Setembro de 2015

COMISSÃO:

Alair Franz Hein	- - Presidente da Comissão de Licitação
Priscila Gonçalves dos Santos Coelho	- - Membro
Jean Carlos Correia da Costa Scharf	- - Membro
Fabio Dalmarco	- - Membro

ATA JULGAMENTO DE PROPOSTAS TP 03 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2015 - TP
	Processo Administrativo: 49/2015 Processo de Licitação: 49/2015 Data do Processo: 27/08/2015

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada (com fornecimento de mão de obra e materiais), para extensão de rede de energia elétrica e instalação de Iluminação Pública no Beco Bela Vista do Município de Braço do Trombudo.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 53/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 23 de Setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 026/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 49/2015, Licitação nº 3/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Foram abertos os envelopes contendo as propostas as quais foram analisadas e rubricadas pelos membros da comissão, estes que por sua vez, aceitaram a proposta, pois o preço apresentado estava de acordo com o edital. Nenhuma empresa esteve presente no certame. A empresa vencedora do certame é a empresa Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Itajaí com valor global de R\$ 15.259,94 (Quinze mil, duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos).

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Braço do Trombudo, 23 de Setembro de 2015

COMISSÃO:

Alair Franz Hein	- - Presidente da Comissão de Licitação
Priscila Gonçalves dos Santos Coelho	- - Membro
Jean Carlos Correia da Costa Scharf	- - Membro
Fabio Dalmarco	- - Membro

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2.386/2015

- 1.
- 2.
3. Portaria nº 2.386/2015

O Secretário de Administração de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Retificar em parte os artigos 1º e 2º da Portaria nº 333/2004, que concedeu licença sem remuneração pelo período de 02 (dois) meses para tratar de assuntos particulares a MARIA SALETE ULLER, matrícula nº 500-2, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professora nos termos do Art. 117 e parágrafo 2º da Lei 1898/94, a contar de 10/08/2003.

ONDE SE LÊ: " a contar de 10/08/2003, "

LEIA-SE: " a contar de 10/08/2004, "

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05/08/2004 revogando-se as disposições em contrário.

ONDE SE LÊ: " a contar de 05/08/2004, "

LEIA-SE: " a contar de 10/08/2004, "

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de Setembro de 2015
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.366/2015

PORTARIA Nº 2.366/2015

FACE a solicitação do servidor de interrupção da licença sem vencimentos, retornando as suas atividades a partir de 18/09/2015;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º – Interromper a pedido, a LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, concedida pela Portaria nº 1.791/2015, a contar de 07/07/2015, do servidor JERRY JEAN KIRSCHNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Dentista, a contar de 18/09/2015 de 2015;

§ único - A presente interrupção, se dá com fulcro no § 1º, do Art. 137, da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18/09/2015, revogadas as disposições em

contrário.

Brusque, 18 de Setembro de 2015
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretária de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.018/2015

PORTARIA Nº 2.018/2015

Remove servidor de ofício.

Considerando que o atendimento da Biblioteca Pública Municipal Ary Cabral se estende no horário das 8:00 às 20:00 horas, havendo necessidade de, mais de um profissional bibliotecário para não deixar desguarnecido algum horário de atendimento;

Considerando que o número de usuários tem aumentado consideravelmente, fazendo-se necessários mais profissionais para atendimento dos que buscam aquele espaço de leitura e, os serviços prestados pela Biblioteca;

Considerando a necessidade da Fundação Municipal de Cultura, que hoje tem cerca de 30 mil exemplares, de proceder com a catalogação, conferência e inserção do acervo da Biblioteca no software, auxiliando no atendimento ao público no projeto "Vamos a Biblioteca";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover, a Servidora SUZANA DA SILVA MAFRA, matrícula nº 19372, efetiva e estável no cargo de Bibliotecário, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para a Fundação Cultural de Brusque – Biblioteca Pública Municipal Ary Cabral, a contar de 31/07/2015.

Parágrafo Único. A remoção que trata o artigo supracitado dar-se-á, por interesse público, com fulcro no art. 50, § único, da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14/09/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de Julho de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.317/2015

PORTARIA Nº 2.317/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111,
§ 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para tratar de assuntos particulares, a servidora MARILENE CARRANO BARROS MELARA, matrícula nº 385646, efetiva e estável no cargo de Coordenador Pedagógico, por um período de 04 (quatro) anos, conforme solicitação da mesma, a partir de 11/09/2015,

Parágrafo 1º – A licença de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 137, da LC 147/2009, nos termos do pedido do servidor e, a anuência do Secretário de Educação do Município.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/09/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de Setembro de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2125/2015, DE 17 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 2125/2015, de 17 de agosto de 2015.

“Instaura Processo de Sindicância, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo de Sindicância, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente para apurar os fatos relatados na Denúncia/Despacho datado de 17 de agosto de 2015 encaminhado através do Departamento de Recursos Humanos, onde relata que, em tese, servidor(es) público(s) municipal(is) estariam agindo em conduta que praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 175 (Ao servidor público é proibido:), V (referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, no recinto da repartição), XIII (valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública), XIX (proceder de forma desidiosa), e Art. 188 (...), I (crime contra a Administração Pública), IV (improbidade administrativa) e IX (transgressão do Art. 175, incisos XIII a XIX), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e Art. 147 (Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave) do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo de sindicância, sendo: Alexandre Ivan Mafrá (matrícula nº 1325-0), Victor Marcelino de Almeida Sardo (matrícula nº 676616) e Suzana da Silva – representante sindical

(matrícula nº 87656-9);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O(s) ora indiciado(s) poderão ser representado(s) por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2388/2015, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 2388/2015, de 22 de setembro de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2015, instaurado pela Portaria nº1390/2015 e dá outras providências.”

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13,

RESOLVE:

Considerando, a alteração da Equipe de Gestores do Quadro Administrativo Municipal;

Considerando, o acúmulo de serviços por parte do novo Secretário de Orçamento e Gestão;

Considerando as dificuldades técnicas junto ao equipamento de informática do setor, bem como o decurso de tempo para sua regularização;

Considerando a disponibilidade / agendamento da Sala de Comissões, onde agregam-se, mediante programação, todas as demais Comissões Municipais);

Considerando o fato do servidor restar ingresso na Municipalidade, após aprovação em concurso, através de cota de especiais (inclusão);

Considerando o prazo / decurso de tempo no aguardo da resposta do Ofício encaminhado ao DD. Juiz de Direito da Vara Criminal de Brusque, referente ao reconhecimento da “situação de saúde” do indiciado junto aos Autos nºs 0000517-75.2013.8.24.001;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2015 (com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013), movido em desfavor do servidor JAIR HORN, ocupante do cargo de Agente de Serviços

Especiais, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão desta Municipalidade, matrícula nº 676365, para apurar os fatos constantes dos memorandos nº 152/2014, de 19/11/2014 e 165/2014, de 16/12/2014, encaminhados pela Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque, bem como do despacho de 26/05/2015, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor do servidor supra-mencionado, bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor), II (assiduidade), III (pontualidade), IV (disciplina), VI (observar as normas legais e regulamentares) e X (fazer pronta comunicação à chefia imediata do motivo de seu não comparecimento ao serviço); e 175 (Ao servidor público é proibido), I (ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato), II (retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição), XII (exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho) e XIX (proceder de forma desidiosa), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de setembro de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2389/2015, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 2389/2015, de 22 de setembro de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2015, instaurado pela Portaria nº1391/2015 e dá outras providências.”

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13,

RESOLVE:

Considerando, a alteração da Equipe de Gestores do Quadro Administrativo Municipal;

Considerando, o acúmulo de serviços por parte do novo Secretário de Orçamento e Gestão;

Considerando as dificuldades técnicas junto ao equipamento de informática do setor, bem como o decurso de tempo para sua regularização;

Considerando a disponibilidade / agendamento da Sala de Comissões, onde agregam-se, mediante programação, todas as demais Comissões Municipais;

Considerando o fato do servidor restar ingresso na Municipalidade, após aprovação em concurso, através de cota de especiais (inclusão);

Considerando o prazo / decurso de tempo no aguardo da resposta da Junta Médica Oficial do Município;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº

006/2015 (com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013), movido em desfavor do servidor EDIMAR DE PINHO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão desta Municipalidade, matrícula nº 672289-1, para apurar os fatos constantes dos memorandos nº 161/2014, de 02/12/2014 e 162/2014, de 09/12/2014, encaminhados pela Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque, do memorando nº 31/2015, da Diretoria de Patrimônio desta Municipalidade, de 05/02/2015, bem como do despacho de 26/05/2015, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor do servidor supra-mencionado, bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor), IV (disciplina), V (tratar com cortesia as pessoas) e VI (observar as normas legais e regulamentares); e 175 (Ao servidor público é proibido), XII (exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho) e XIX (proceder de forma desidiosa), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de setembro de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

RESOLUÇÃO Nº 006 DE 19 DE AGOSTO DE 2015 - COMUSA

RESOLUÇÃO Nº 006 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a Formação da Comissão para o processo Eleitoral das Comissões Locais de Saúde.

O Conselho Municipal De Saúde De Brusque – COMUSA, em reunião ordinária realizada no dia 19 de agosto de 2015, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei 8080/90, com fundamento na lei 2.870/2005, Art. 11.

Resolve:

Art. 1º Tornar publico a criação da Comissão Temática Transitória para o Processo Eleitoral das Comissões Locais de Saúde.

Art. 2º Designar os membros:

*Marcos André Maestri
*Júlio Atanásio Gevaerd
* Luis Fernando Sanni,
*Ivonir Zanatta Webster

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lucimara Zaluski Galinski Pavesi
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
COMUSA

Caçador

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITACAO 99 - 2015 CONCORRENCIA 06-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR SC

PROCESSO DE LICITACAO 99 - 2015 CONCORRENCIA 06-2015 - PREFEITURA

EDITAL - TIPO TECNICA E PRECO

OBJETO; CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA CONSULTIVA, RELATIVOS A ASSESSORIA E APOIO NA ELABORACAO DE ESTUDOS E PROJETOS DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA, PLANO DE MOBILIDADE URBANA, OBRAS CIVIS, ESTUDOS AMBIENTAIS E MONTAGEM DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO INTERNACIONAL E CONSULTORIA ESPECIAL.

ENTREGA DOS ENVELOPES 16/11/2015 as 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES 16/11/2015 as 14h10min

Maiores informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos Sítio Av Santa Catarina 195 ou no site Não será fornecida informação por telefone

Caçador 23 de setembro de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETO

PREFEITO MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 22/2015 FMS

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 22/2015 FMS)

Às 10h do dia 23/09/2015, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de pneus para os veículos do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre - SC. A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

CONVOCAÇÃO Nº 160/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014

CONVOCAÇÃO Nº 160/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr^a. MARILENE BERTOTI, inscrita no CPF/MF sob nº 725.768.719-68, aprovada em 66º lugar no Processo Seletivo nº 007/2014/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 28 de Setembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêm os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 23 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

DECRETO Nº 9.306 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.306 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções de nº 08 e 09 da Comissão Responsável Pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros

Tutelares do Município de Campo Alegre/SC. – Eleições 2015, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC., 23 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DAS SEÇÕES ELEITORAIS COM OS RESPECTIVOS LOCAIS DE VOTAÇÃO.

O Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90; Lei Municipal nº 3.425/08 e suas alterações e, Edital de Convocação nº 001/2015; estabelece os locais de votação e respectivas Seções Eleitorais do Pleito Eleitoral para escolha dos novos Conselheiros Tutelares do Município de Campo Alegre/SC., que será realizada em 04 de Outubro de 2015; Resolve:

Art.1º - Ficam as Seções Eleitorais, para o Processo Eleitoral de votação dos novos Conselheiros Tutelares para o Quadriênio 2016/2020, do Município de Campo Alegre/SC., distribuídas da seguinte forma:

Urnas Receptoras e Locais de Votação	Seções Eleitorais equivalentes às da Justiça Eleitoral
ESCOLA MUNICIPAL EMEB – MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES “Bairro Centro”.	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 17, 122, 130, 137, 145
ESCOLA MUNICIPAL EMEB – PAULO FUCHNER “Localidade de Bateias de Cima”.	11, 12, 115, 136
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CMEI CHAPEUZINHO VERMELHO “Distrito Bateias de Baixo”.	08, 09, 10, 140
ESCOLA MUNICIPAL EMEF – Prof. JERÔNIMO FRANCISCO COELHO PACHECO “Distrito de Fragosos”.	15, 16, 18, 127, 178

Art.2º - Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezesesseis anos inscritos como eleitores na Justiça Eleitoral no Município de Campo Alegre/SC., até 60 (sessenta) dias anteriores ao Pleito Eleitoral de 04 de Outubro do corrente ano.

Parágrafo único - O voto é facultativo para todos os cidadãos a qual se refere o caput deste artigo.

Art.3º - Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento oficial de identidade com foto.

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

Art.4º - O eleitor poderá votar somente em 01 (um) candidato, e não será permitido o voto por procuração.

Art.5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 23 de Setembro de 2015.

SANDRO LUIZ FRIEDRICH

Presidente da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e nos seguintes locais: Mural Prédio Sede do Poder Executivo “Prefeitura Municipal” de Campo Alegre/SC.; Mural no Prédio Sede da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre/SC.; Fórum Municipal “Casa da Cidadania” do Município de Campo Alegre/SC; na Sala sede do CMDCA do Município de Campo Alegre/SC.; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura – “Regina Emília Ida Linzmeyer” do Município de Campo Alegre/SC., e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

PATRICK ONGHERO

Secretário da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE INDICAÇÃO DE FISCAIS HABILITADOS PARA ATUAREM NA ELEIÇÃO DE ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES DESTES MUNICÍPIO, QUADRIÊNIO 2016/2020.

O Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90; Lei Municipal nº 3.425/08 e suas alterações e, Edital de Convocação nº 001/2015; indica os Fiscais que atuarão no Pleito Eleitoral em 04 de Outubro de 2015; Resolve:

Art.1º - Ficam indicadas as seguintes pessoas, as quais estarão habilitadas para atuarem como Fiscais no Pleito Eleitoral de 04 de Outubro de 2015, na Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares para o Quadriênio de 2016/2020, do Município de Campo Alegre/SC.

NOME DO FISCAL	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
ADIR BARBOSA	RG 3.295.520
ALAÉRCIO JORGE RADOLL	RG 3.271.731
ANA LUIZA DE LIMA	RG 3.959.174
AURELIO JOSÉ HORNIG	RG 2.377.518
DILCEU KROLL	RG 2.925.203
EDIMAR REISER	RG 4.002.396
ELISIANE DA CRUZ SILVA	RG 5.311.061-7

ELIZANGELA ADRIANA MICHALSKY	RG 3.633.043
ÉRICA DA CRUZ	RG 5.841.966
FLAVIA RAQUEL STHAHELIN	RG 4.377.503
INÊS TEREZINHA CORDEIRO DA CRUZ	RG 1.642.248
IVO KESTERING	RG 187.204-4
JORGE CELSO RODRIGUES	RG 2.925.987
LILIAN MIRÉLI RODRIGUES	RG 5.481.454
MARCIO ROSÁRIO ROCHA	RG 4.174.856
MARIA APARECIDA PESSOA MACHADO	RG 2.474.159
MARLENE DE FATIMA PESSOA MACHADO FOITTE	RG 593.168-1
PAULO ADILSON LOPES	RG 2.370.421
ROSANGELA FUCKNER ROSA	RG 2.926.372-7
ROSILENE IDALÊNCIO	RG 2.920.292
SERGIO MIGUEL GREIPEL	RG 2.374.232

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

Art.2º - No dia da eleição, os fiscais deverão acompanhar a abertura dos trabalhos para início da votação, até o encerramento destes que acontecerá as 17hs.

Art.3º - Os Fiscais poderão acompanhar o traslado das urnas receptoras do Pleito Eleitoral até a sede do CMDCA no Fórum Municipal “Casa da Cidadania, deste Município.

Art.4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 23 de Setembro de 2015.

SANDRO LUIZ FRIEDRICH

Presidente da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e nos seguintes locais: Mural Prédio Sede do Poder Executivo “Prefeitura Municipal” de Campo Alegre/SC.; Mural no Prédio Sede da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre/SC.; Fórum Municipal “Casa da Cidadania” do Município de Campo Alegre/SC; na Sala sede do CMDCA do Município de Campo Alegre/SC.; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura – “Regina Emília Ida Linzmeyer” do Município de Campo Alegre/SC., e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

PATRICK ONGHERO

Secretário da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

DECRETO Nº 9.307 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.307 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.454 de 23 de Setembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 16.181,17 (dezesesseis mil, cento e oitenta e um reais e dezessete centavos), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente no Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica		
10.303.0056.2.117 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia		
300000.00.129 -	Despesas Correntes		
330000.00.129 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.129 -	Aplicações Diretas		
339039.00.129 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 16.181,17	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.308 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 9.308 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 9.308 de 23 de Setembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais), a fim de suplementar o respectivo Elemento de Despesa do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar		
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$12.000,00	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
12.365.0013.1.045 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil		
400000.00.140 -	Despesas de Capital		
440000.00.140 -	Investimentos		
449000.00.140 -	Aplicações Diretas		
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$22.000,00	
12.361.0013.1.028 -	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares.		
400000.00.140 -	Despesas de Capital		

440000.00.140 -	Investimentos		
449000.00.140 -	Aplicações Diretas		
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$45.000,00	
	Total	R\$79.000,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações Parciais de Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço do Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339014.00.519 -	Diárias - Civil	R\$ 3.000,00	
339036.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 3.000,00	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil	.	
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00	
400000.00.519 -	Despesas de Capital		
440000.00.519 -	Investimentos		
449000.00.519 -	Aplicações Diretas		
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
12.365.0013.1.045 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil.		
300000.00.140 -	Despesas Correntes		
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.140 -	Aplicações Diretas		
339036.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 22.000,00	
339039.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00	
400000.00.140 -	Despesas de Capital		
440000.00.140 -	Investimentos		
449000.00.140 -	Aplicações Diretas		
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 40.000,00	
	Total	R\$ 79.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.309 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 9.309 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.356 de 23 de Setembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial, Cria Elemento de Despesa e Suplementa-o no valor de R\$ 11.160,44 (onze mil, cento e sessenta reais, quarenta e quatro centavos), em Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.830 -	Despesas Correntes	
330000.00.830 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.830 -	Aplicações Diretas	
339039.00.830 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 11.160,44

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior do Recurso 830 - Programa Caminhos da Escola.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.310 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 9.310 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.458 de 23 de Setembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.113,27 (três mil cento e treze reais, vinte e sete centavos), a fim de suplementar os respectivos Elementos de Despesas da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar	
300000.00.151 -	Despesas Correntes	
330000.00.151 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.151 -	Aplicações Diretas	
339030.00.151 -	Material de Consumo	R\$ 2.910,90
300000.00.857 -	Despesas Correntes	
330000.00.857 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.857 -	Aplicações Diretas	
339030.00.857 -	Material de Consumo	R\$ 202,37
	TOTAL	R\$ 3.113,27

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.454 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015**GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 3.454 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 16.181,17 (dezesesseis mil, cento e oitenta e um reais e dezessete centavos), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica		
10.303.0056.2.117 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia		
300000.00.129 -	Despesas Correntes		
330000.00.129 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.129 -	Aplicações Diretas		
339039.00.129 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 16.181,17	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.455 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.455 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais), a fim de suplementar o respectivo Elemento de Despesa do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar		
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$12.000,00	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
12.365.0013.1.045 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil		
400000.00.140 -	Despesas de Capital		
440000.00.140 -	Investimentos		
449000.00.140 -	Aplicações Diretas		
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$22.000,00	
12.361.0013.1.028 -	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares.		
400000.00.140 -	Despesas de Capital		

440000.00.140 -	Investimentos		
449000.00.140 -	Aplicações Diretas		
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$45.000,00	
	Total	R\$79.000,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulações Parciais de Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço do Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339014.00.519 -	Diárias - Civil	R\$ 3.000,00	
339036.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 3.000,00	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil	.	
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00	
400000.00.519 -	Despesas de Capital		
440000.00.519 -	Investimentos		
449000.00.519 -	Aplicações Diretas		
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
12.365.0013.1.045 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil.		
300000.00.140 -	Despesas Correntes		
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.140 -	Aplicações Diretas		
339036.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 22.000,00	
339039.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00	
400000.00.140 -	Despesas de Capital		
440000.00.140 -	Investimentos		
449000.00.140 -	Aplicações Diretas		
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 40.000,00	
	Total	R\$ 79.000,00	

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.456 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.456 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial, Criar Elemento de Despesa e Suplementa-lo no valor de R\$ 11.160,44 (onze mil, cento e sessenta reais, quarenta e quatro centavos), em Dotação do Orçamento vigente.



05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.830 -	Despesas Correntes	
330000.00.830 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.830 -	Aplicações Diretas	
339039.00.830 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 11.160,44

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior do Recurso 830 - Programa Caminhos da Escola.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.457 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.457 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

DENOMINA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA – EMEB NO CONJUNTO HABITACIONAL BELA VISTA NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) A ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA – EMEB – BELA VISTA, situada na Rua Das Azaléias, nº 59, no Conjunto Habitacional Bela Vista, Bairro Cascatas, neste Município, passa ser denominada: ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA – EMEB – BELA VISTA “Profª. ZILKA DE FRANÇA HASSELMANN”.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

BIOGRAFIA
Nome: ZILKA DE FRANÇA HASSELMANN
Profissão: PROFESSORA

Data de Nascimento: 23 DE OUTUBRO DE 1941

Nacionalidade: BRASILEIRA
Naturalidade: CAMPO ALEGRE/SC.

Data de Falecimento: 25 DE JUNHO DE 2014

Filiação: (Pai): VICTOR SEVERO DE FRANÇA
(Mãe): WALESKA EBERT DE FRANÇA

Cônjuge: FLORISVAL HASSELTMANN

Nome do Filho: CRISTIANO VITOR HASSELMANN.

Tempo de Residência no Município: 72 ANOS E 08 MESES.

Atividades Comunitárias: Auxiliou ativamente nas atividades nos Serviços litúrgicas e Religiosos na Matriz Igreja Católica "Santíssima Trindade" e auxiliar de catequese nas comunidades onde lecionava. Colaborou por muitos anos com a Justiça Eleitoral na prestação de serviço nos pleitos eleitorais.

Outras Informações que julgar necessárias: A senhora Zilka filha de campo-alegrenses que muito colaboraram na construção da história e do desenvolvimento de nosso Município com várias ações realizadas no âmbito comunitário.

A Senhora Zilka iniciou sua carreira no Quadro de Professores do Magistério Estadual no ano de 1961, lecionando primeiramente na localidade de Avenal no Município de Mafra/SC., posteriormente lecionou no Município de São Bento do Sul/SC., e conclui o Curso de Magistério no Colégio Normal Prof. Roberto Grant no ano de 1969. Após a sua formatura foi lecionar na Escola Estadual do Ensino Fundamental "Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco", no Distrito de Fragosos, posteriormente foi transferida para Escola Estadual de Educação Básica "Lebon Régis", onde lecionou e também foi Auxiliar de Diretora das Sr^{as}. AUREA RIBEIRO e M^a. THEREZINHA BUCHMANN.

Após aposentadoria da Diretoria M^a. THEREZINHA BUCHMANN, foi nomeada assumindo o cargo de Diretora. No exercício do cargo de Diretora da trabalhou intensivamente em criar o Curso de 2º Grau "Técnico em Contabilidade" que formou a primeira turma, teve como auxiliares de Direção do 1º Grau a Prof^a. M^a. Divanir Cubas Amorim, e do 2º Grau a Prof^a. Sandra Pereira Dana, exerceu o cargo de Direção até o ano de 1986 quando aposentou-se.

No ano de 1997 foi convidada para assumir o cargo de Secretária Municipal de Educação no Governo do Prefeito Manoel Rodrigues Del Olmo e do Vice Prefeito Evaldo Tabbert, exerceu até o término do mandato 31 de Dezembro do ano de 2000. Sua atuação como Secretária Municipal de Educação foi marcada por ações de responsabilidade e total dedicação em prol da melhoria da qualidade do ensino municipal, e do quadro de professores, profissionais e da Educação.

LEI Nº 3.458 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.458 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.113,27 (três mil cento e treze reais, vinte e sete centavos), a fim de suplementar os respectivos Elementos de Despesas da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar	
300000.00.151 -	Despesas Correntes	
330000.00.151 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.151 -	Aplicações Diretas	
339030.00.151 -	Material de Consumo	R\$ 2.910,90
300000.00.857 -	Despesas Correntes	
330000.00.857 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.857 -	Aplicações Diretas	
339030.00.857 -	Material de Consumo	R\$ 202,37
	TOTAL	R\$ 3.113,27

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.223 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.223 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, MARGARIDA TELMA SUOMINSKI, Matrícula Funcional nº 000178, Registro no Sistema Sob nº 300230, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência B para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência C no valor de R\$ 571,27 (quinhentos e setenta e um reais, vinte e sete centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de Maio de 2014.

Art.3º) Não há diferença a ser paga tendo em vista que a Servidora recebe complemento para atingir o valor do Salário Mínimo o qual está fixado em R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.224 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.224 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, SANDRA SCHWARZ, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar, Matrícula Funcional nº 0270, Registro no Sistema sob nº 303680, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de Março de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria

dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível 2, Referência "B", para o Nível 2, Referência "C", no valor de R\$ 1.909,17 (um mil, novecentos e nove reais, dezessete centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de Março de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.225 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.225 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, MARILDA SCHADECK, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função Gratificada de Diretor de Escola, Matrícula Funcional nº 000140, Registro no Sistema sob nº 197000, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de Agosto de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "E", para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "F", no valor de R\$ 2.946,27 (dois mil, novecentos e quarenta e seis reais, vinte e sete centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de Março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de Setembro de 2015, será pago o valor de R\$ 76,37 (setenta e seis reais, trinta e sete centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de Agosto de 2015, já descontado o valor de R\$ 9,44 (dezoito reais, sessenta e dois centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 18,88 (dezoito reais e oitenta e oito centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.226 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.226 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação ao Servidor Público Municipal, MARCIO MARCELO MUNHOZ, ocupante do Cargo Público de Professor II, exercendo a Função Gratificada de Diretor Adjunto de Escola, Matrícula Funcional nº 361, Registro no Sistema sob nº 386520, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de Setembro de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "F", para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "G", no valor de R\$ 3.034,67 (três mil, trinta e quatro reais, sessenta e sete centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de Março de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DAS SEÇÕES ELEITORAIS COM OS RESPECTIVOS LOCAIS DE VOTAÇÃO.

O Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90; Lei Municipal nº 3.425/08 e suas alterações e, Edital de Convocação nº 001/2015; nomeia os mesários e escrutinadores, que atuarão na eleição de Conselheiros para o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC., que será realizada em 04 de Outubro de 2015; Resolve:

Art.1º - Ficam as Seções Eleitorais, para o Processo Eleitoral de votação dos novos Conselheiros Tutelares para o quadriênio 2016/2020, do Município de Campo Alegre/SC., distribuídas da seguinte forma:

Urnas Receptoras e Locais de Votação	Seções Eleitorais equivalentes às da Justiça Eleitoral
ESCOLA MUNICIPAL EMEB – MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES "Bairro Centro".	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 17, 122, 130, 137, 145
ESCOLA MUNICIPAL EMEB – PAULO FUCHNER "Localidade de Bateias de Cima".	11, 12, 115, 136
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CMEI CHAPEUZINHO VERMELHO "Distrito Bateias de Baixo".	08, 09, 10, 140
ESCOLA MUNICIPAL EMEF – Prof. JERÔNIMO FRANCISCO COELHO PACHECO "Distrito de Fragosos".	15, 16, 18, 127, 178

Art.2º - Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezoito anos inscritos como eleitores na Justiça Eleitoral no Município de Campo Alegre/SC., até 60 (sessenta) dias anteriores ao Pleito Eleitoral de 04 de Outubro do corrente ano.

Parágrafo único - O voto é facultativo para todos os cidadãos a qual se refere o caput deste artigo.

Art.3º - Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento oficial de identidade com foto.
COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

Art.4º - O eleitor poderá votar somente em 01 (um) candidato, e não será permitido o voto por procuração.

Art.5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 23 de Setembro de 2015.

SANDRO LUIZ FRIEDRICH

Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da escolha dos novos Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e nos seguintes locais: Mural Prédio Sede do Poder Executivo "Prefeitura Municipal" de Campo Alegre/SC.; Mural no Prédio Sede da Câmara Municipal de Vereadores de

Campo Alegre/SC.; Fórum Municipal "Casa da Cidadania" do Município de Campo Alegre/SC; na Sala sede do CMDCA do Município de Campo Alegre/SC.; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura – "Regina Emília Ida Linzmeyer" do Município de Campo Alegre/SC., e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

PATRICK ONGHERO

Secretário da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE INDICAÇÃO DE FISCAIS HABILITADOS PARA ATUAREM NA ELEIÇÃO DE ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES DESTE MUNICÍPIO, QUADRIÊNIO 2016/2020.

O Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90; Lei Municipal nº 3.425/08 e suas alterações e, Edital de Convocação nº 001/2015; indica os Fiscais que atuarão no Pleito Eleitoral em 04 de Outubro de 2015; Resolve:

Art.1º - Ficam indicadas as seguintes pessoas, as quais estarão habilitadas para atuarem como Fiscais no Pleito Eleitoral de 04 de Outubro de 2015, na Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares para o Quadriênio de 2016/2020, do Município de Campo Alegre/SC.

NOME DO FISCAL	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
ADIR BARBOSA	RG 3.295.520
ALAÉRCIO JORGE RADOLL	RG 3.271.731
ANA LUIZA DE LIMA	RG 3.959.174
AURELIO JOSÉ HORNIG	RG 2.377.518
DILCEU KROLL	RG 2.925.203
EDIMAR REISER	RG 4.002.396
ELISIANE DA CRUZ SILVA	RG 5.311.061-7
ELIZANGELA ADRIANA MICHALSKY	RG 3.633.043
ÉRICA DA CRUZ	RG 5.841.966
FLAVIA RAQUEL STHAHELIN	RG 4.377.503
INÊS TEREZINHA CORDEIRO DA CRUZ	RG 1.642.248
IVO KESTERING	RG 187.204-4
JORGE CELSO RODRIGUES	RG 2.925.987
LILIAN MIRÉLI RODRIGUES	RG 5.481.454
MARCIO ROSÁRIO ROCHA	RG 4.174.856
MARIA APARECIDA PESSOA MACHADO	RG 2.474.159
MARLENE DE FATIMA PESSOA MACHADO FOITTE	RG 593.168-1
PAULO ADILSON LOPES	RG 2.370.421
ROSANGELA FUCKNER ROSA	RG 2.926.372-7
ROSILENE IDALÊNCIO	RG 2.920.292
SERGIO MIGUEL GREIPEL	RG 2.374.232

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

Art.2º - No dia da eleição, os fiscais deverão acompanhar a abertura dos trabalhos para início da votação, até o encerramento destes que acontecerá as 17hs.

Art.3º - Os Fiscais poderão acompanhar o traslado das urnas receptoras do Pleito Eleitoral até a sede do CMDCA no Fórum Municipal "Casa da Cidadania, deste Município.

Art.4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 23 de Setembro de 2015.

SANDRO LUIZ FRIEDRICH


Presidente da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e nos seguintes locais: Mural Prédio Sede do Poder Executivo "Prefeitura Municipal" de Campo Alegre/SC.; Mural no Prédio Sede da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre/SC.; Fórum Municipal "Casa da Cidadania" do Município de Campo Alegre/SC; na Sala sede do CMDCA do Município de Campo Alegre/SC.; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura – "Regina Emília Ida Linzmeyer" do Município de Campo Alegre/SC., e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

PATRICK ONGHERO

Secretário da Comissão Responsável pelo
Processo Eleitoral da escolha dos novos
Conselheiros Tutelares

RREO - RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE


 siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias		Estágios da Receita Orçamentária						SALDO (a-c)
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias		-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		33.132.736,37	33.132.736,37	5.006.977,42	15,11	22.038.505,71	66,52	11.094.230,66
RECEITAS CORRENTES		31.080.596,29	31.080.596,29	4.923.842,82	15,84	21.658.888,48	69,69	9.421.707,81
RECEITA TRIBUTÁRIA		3.440.868,33	3.440.868,33	773.716,07	22,49	2.888.265,97	83,94	552.600,36
Impostos		2.653.133,92	2.653.133,92	701.075,53	26,42	2.346.059,53	88,43	307.074,39
Taxas		777.732,41	777.732,41	71.469,16	9,19	537.340,22	69,09	240.392,19
Contribuição de Melhoria		10.000,00	10.000,00	1.171,38	11,71	4.866,22	48,66	5.133,78
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		1.457.489,60	1.457.489,60	301.626,93	20,69	1.134.583,08	77,85	322.906,52
Contribuições Sociais		857.489,60	857.489,60	141.956,50	16,55	547.501,63	63,85	309.987,97
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico		600.000,00	600.000,00	159.670,43	26,61	587.081,45	97,85	12.918,55
Contribuição de Iluminação Pública								
RECEITA PATRIMONIAL		1.973.018,26	1.973.018,26	8.144,07	0,41	1.565.819,38	79,36	407.198,88
Receitas Imobiliárias		3.451,77	3.451,77		0,00	240,00	6,95	3.211,77
Receitas de Valores Mobiliários		1.969.566,49	1.969.566,49	8.144,07	0,41	1.565.579,38	79,49	403.987,11
Receita de Concessões e Permissões								
Compensações Financeiras								
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público								
Receita da Cessão de Direitos								
Outras Receitas Patrimoniais								
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita da Produção Vegetal								
Receita da Produção Animal e Derivados								
Outras Receitas Agropecuárias								
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita da Indústria Extrativa Mineral								
Receita da Indústria de Transformação								
Receita da Indústria de Construção								
Outras Receitas Industriais								
RECEITA DE SERVIÇOS		1.124.509,29	1.124.509,29	192.688,50	17,14	813.308,42	72,33	311.200,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		22.372.855,07	22.372.855,07	3.574.642,16	15,98	14.917.008,67	66,67	7.455.846,40
Transferências Intergovernamentais		22.015.725,07	22.015.725,07	3.524.092,19	16,01	14.736.409,04	66,94	7.279.316,03
Transferências de Instituições Privadas		25.000,00	25.000,00	4.185,82	16,74	4.185,82	16,74	20.814,18
Transferências do Exterior								
Transferências de Pessoas		5.000,00	5.000,00		0,00		0,00	5.000,00
Transferências de Convênios		327.130,00	327.130,00	46.364,15	14,17	176.413,81	53,93	150.716,19
Transferências para o Combate à Fome								
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		711.857,74	711.857,74	73.015,09	10,26	339.902,96	47,75	371.954,78
Multas e Juros de Mora		137.808,46	137.808,46	30.407,47	22,07	106.190,49	77,06	31.617,97
Indenizações e Restituições		303.587,51	303.587,51	3.075,51	1,01	106.564,76	35,10	197.022,75
Receita da Dívida Ativa		270.069,70	270.069,70	26.904,67	9,96	114.520,27	42,40	155.549,43
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS								
Receitas Correntes Diversas		392,07	392,07	12.627,44	3.220,71	12.627,44	3.220,71	-12.235,37
RECEITAS DE CAPITAL		2.052.140,08	2.052.140,08	83.134,60	4,05	379.617,23	18,50	1.672.522,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Documento gerado em 23/09/2015 08:37:17


Página 1 de 11

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	2.140,08	2.140,08	49.200,00	2.298,98	49.350,00	2.305,99	-47.209,92
Alienação de Bens Móveis	2.140,08	2.140,08	49.200,00	2.298,98	49.350,00	2.305,99	-47.209,92
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.050.000,00	2.050.000,00	33.934,60	1,66	330.267,23	16,11	1.719.732,77
Transferências Intergovernamentais	50.000,00	50.000,00	46.246,75	92,49	92.493,50	184,99	-42.493,50
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	2.000.000,00	2.000.000,00	-12.312,15	-0,62	237.773,73	11,89	1.762.226,27
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Integralização do Capital Social							
Div. Ativ. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.825.645,46	1.825.645,46	305.913,59	16,76	1.205.371,60	66,02	620.273,86
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	34.958.381,83	34.958.381,83	5.312.891,01	15,20	23.243.877,31	66,49	11.714.504,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00			0,00	
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	34.958.381,83	34.958.381,83	5.312.891,01	15,20	23.243.877,31	66,49	11.714.504,52
DEFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	34.958.381,83	34.958.381,83	5.312.891,01	15,20	23.243.877,31	66,49	11.714.504,52
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		2.056.094,28			2.048.990,28		
Superávit Financeiro		1.889.094,28			1.889.094,28		
Reabertura de Créditos Adicionais		167.000,00			159.896,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao


Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (a) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (g) = (g-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
Despesas Orçamentárias										
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VI)	33.096.221,57	37.700.859,79	4.208.772,49	22.298.545,49	15.444.319,30	5.363.732,28	19.182.582,17	18.518.277,62	18.822.228,63	0,00
DESPESAS CORRENTES	29.732.405,09	4.136.024,94	21.173.231,45	6.563.899,05	5.142.732,62	16.306.989,38	11.410.140,12	18.185.823,76	18.185.823,76	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.709.988,13	14.217.209,16	2.479.547,47	9.034.293,80	5.182.007,36	2.477.243,27	9.027.700,00	5.188.359,69	6.963.359,69	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	148.665,84	118.665,84	-6.580,59	112.105,25	6.580,59	17.533,35	77.768,10	40.900,74	77.768,10	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.385.165,74	1.581.165,74	1.687.038,06	12.028.834,40	3.394.333,10	2.647.899,60	9.201.026,76	6.171.643,72	9.114.762,06	
DESPESAS DE CAPITAL	4.236.865,61	4.447.795,02	79.147,26	1.085.306,64	5.364.465,48	229.999,66	876.160,79	5.572.252,23	696.404,87	0,00
INVESTIMENTOS	3.946.087,78	6.156.997,19	85.237,39	807.002,31	5.340.394,85	194.808,46	694.441,87	5.482.555,52	495.253,75	

 <div> <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div> </div>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 4º bimestre


Despesas Orçamentárias	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (a-f)	Estágios da Despesa Orçamentária		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (h) = (g-h)		
INVESTIMENTOS FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	290.797,83	290.797,83	-14.490,44	276.306,73	14.491,10	26.193,30	181.151,12	109.646,71	181.151,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.535.935,27	1.535.935,27			1.539.935,27			1.535.935,27	
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (x)	1.862.160,26	1.863.404,05	283.913,59	1.095.005,24	788.358,81	283.913,59	1.095.005,24	788.358,81	1.095.005,24
SUBTOTAL DAS DESPESAS (x) = (x) + (x)	34.958.381,83	39.584.263,84	4.490.686,08	23.351.545,73	16.232.716,11	5.647.845,87	20.277.587,41	19.306.676,43	19.917.233,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (REFINANCIAMENTO) (x)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (x) = (x) + (x)	34.958.381,83	39.584.263,84	4.490.686,08	23.351.545,73	16.232.716,11	5.647.845,87	20.277.587,41	19.306.676,43	19.917.233,87
SUPERÁVIT (xii)							2.896.266,90		
TOTAL (xiii) = (xii) + (xiii)	34.958.381,83	39.584.263,84	4.490.686,08	23.351.545,73		5.647.845,87	23.243.877,31		19.917.233,87

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrão

Receitas Intra Orçamentárias	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Estágios da Receita Intra-Orçamentária				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	1.825.645,46	1.825.645,46	305.913,59	16,76	1.205.371,60	66,02	620.273,86
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.825.645,46	1.825.645,46	305.913,59	16,76	1.205.371,60	66,02	620.273,86
Impostos	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.710.031,46	1.710.031,46	283.913,59	16,60	1.095.005,37	64,03	615.026,09
Contribuições Sociais	1.710.031,46	1.710.031,46	283.913,59	16,60	1.095.005,37	64,03	615.026,09
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							


 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre	

Despesas Intra-Orçamentárias	DOTAÇÃO INICIAL (I)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (II)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (II) = (I-II)	Exatidão da Despesa Intra-Orçamentária			DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (III)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)
			No Bimestre	Até o Bimestre (I)		DESPESAS LIQUIDADAS	No Bimestre	Até o Bimestre (II)		
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado


Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ:


Exercício: 2015

Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			Execução de Despesa			SALDO (C) = (A-B)	INCRÉDITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (E)
			No Bimestre		% (B/total B)	No Bimestre		% (B/Total B)		
			Até o Bimestre (B)			Até o Bimestre (B)				
Demais Subfunções										
Saúde	6.947.723,03	7.804.291,67	882.955,77	4.919.242,30	21,07	2.885.949,31	1.104.550,36	4.119.897,44	20,32	3.884.594,23
Atenção Básica	4.466.616,81	4.844.287,75	688.859,23	2.785.272,87	11,85	2.059.014,86	719.832,42	2.854.914,18	13,09	2.185.383,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.111.046,20	1.263.845,20	0,00	958.520,60	4,31	307.344,50	234.459,84	771.912,23	3,81	481.524,27
Suprimento Farmacológico e Terapêutico	1.159.635,22	1.447.513,69	184.047,00	1.129.858,43	4,84	317.445,49	213.210,69	647.781,26	3,19	799.262,63
Vigilância Sanitária	40.312,70	129.891,43	1.521,88	17.432,10	0,07	111.633,86	1.414,67	16.363,79	0,08	112.877,20
Vigilância Epidemiológica	27.258,80	100.172,50	1.792,18	23.552,49	0,10	85.670,02	4.274,91	22.438,58	0,11	86.732,94
Alimentação e Nutrição	14.910,00	10.910,00	1.415,38	6.052,42	0,03	4.259,58	1.694,06	6.352,42	0,03	4.627,58
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Emprego/Qualidade										
Fomento ao Trabalho										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Educação	8.097.788,70	11.203.474,93	1.332.107,02	7.081.918,03	30,33	4.121.898,90	1.771.032,09	6.104.183,40	30,31	5.077.291,53
Educação Fundamental	5.109.654,59	6.689.794,12	823.789,31	4.940.781,56	21,16	1.749.912,56	1.221.271,82	4.886.943,76	20,15	2.804.793,36
Educação Médio										
Educação Profissional										
Educação Superior										
Educação Infantil	3.058.214,16	4.208.439,05	462.233,39	1.847.312,40	7,91	2.361.118,09	479.476,80	1.821.692,58	8,08	2.386.738,51
Educação Especial										
Educação Básica										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Cultura	301.820,00	305.252,72	46.084,42	293.424,07	1,26	11.828,05	74.783,30	219.447,06	1,08	85.855,65
Patrimônio Histórico-Artístico e Arqueológico	932.857,85	486.376,79	136.853,21	349.886,26	1,50	136.810,53	149.158,42	324.136,48	1,80	162.240,31
Oficina Cultural										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Clube de Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissão e Realização Social										
Clube de Cidadania, Cidadania e Cultura										
Assistência aos Povos Indígenas										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Urbanismo	4.369.899,06	4.529.037,85	439.707,03	1.761.092,30	7,84	2.767.944,70	439.886,97	1.844.341,59	8,11	2.884.688,70
Infra-Estrutura Urbana	653.805,00	751.638,00	135.545,44	526.434,35	2,27	222.191,74	155.703,10	594.947,48	2,48	246.778,52
Saneamento Urbano	3.746.259,90	3.777.411,69	294.168,59	1.231.658,72	5,27	2.545.752,96	281.182,87	1.128.494,51	5,62	2.637.917,18
Transporte Coletivo Urbano										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Habitagem	13.623,00	2.997,15	0,00	2.997,15	0,01	0,00	0,00	2.997,15	0,01	0,00
Habitagem Rural										
Habitagem Urbana	13.623,00	2.997,15	2.997,15	0,01				2.997,15	0,01	
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Saneamento	1.260.281,25	1.386.010,78	201.607,25	1.316.888,20	5,64	70.122,56	280.076,09	967.635,50	4,77	418.375,26
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano	1.260.281,25	1.386.010,78	201.607,25	1.316.888,20	5,64	70.122,56	280.076,09	967.635,50	4,77	418.375,26
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Qualidade Ambiental	70.541,84	69.246,45	0,00	55.891,70	0,24	13.357,75	587,48	38.812,29	0,19	30.427,16
Preservação e Conservação Ambiental	70.541,84	69.246,45	0,00	55.891,70	0,24	13.357,75	587,48	38.812,29	0,19	30.427,16
Correção Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Minerologia										
Administração Geral										
Demais Subfunções										

 siconfi Sistema de Informações Contábil e Financeiro do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre	

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS				Execução de Despesas				SALDO (c) = (a-b)	INCRÉDITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total (c))	% (b/total (c))	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total (e))	% (d/total (e))		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico												
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia												
Órgão do Desenvolvimento Científico e Tecnológico												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Agricultura	673.126,15	686.717,60	46.016,00	439.345,20	1,68	0,00	247.373,21	70.033,41	405.312,80	2,00	281.404,87	0,00
Promissão de Produção Vegetal												
Promissão de Produção Animal	5.362,30											
Defesa Sanitária Vegetal												
Defesa Sanitária Animal												
Abastecimento												
Estabelecimento	687.773,60	686.717,60	46.016,00	439.345,20	1,68	0,00	247.373,21	70.033,41	405.312,80	2,00	281.404,87	0,00
Inspeção												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Agrárias												
Colonização												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Indústria	40.692,00	35.222,40	0,00	35.222,40	0,15	0,00	5.026,60	25.171,20	0,12	10.051,20	0,00	0,00
Promissão Industrial	40.692,00	35.222,40	0,00	35.222,40	0,15	0,00	5.026,60	25.171,20	0,12	10.051,20	0,00	0,00
Produção Industrial												
Miningeração												
Proteção Industrial												
Normalização e Qualidade												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Comércio e Serviços	160.065,74	241.693,21	16.862,60	146.226,43	0,63	0,00	160.396,79	26.162,88	92.036,41	0,46	245.076,80	0,00
Promissão Comercial	11.695,63	5.000,00	0,00	5.000,00	0,02	0,00	1.000,00	3.000,00	0,02	1.000,00	0,00	0,00
Comercialização												
Comércio Exterior												
Serviços Financeiros	70.000,00	72.322,50	4.858,99	56.486,15	0,24	0,00	15.636,30	6.504,47	44.168,17	0,22	28.154,33	0,00
Turismo	69.270,11	264.360,71	11.963,61	84.940,28	0,36	0,00	179.620,43	12.159,21	44.938,24	0,22	219.422,47	0,00
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais												
Telecomunicações												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia												
Energia Elétrica												
Pedágio												
Recomendações												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Transporte	727.210,06	777.210,06	63.623,34	774.841,36	3,32	0,00	2.368,60	175.675,81	673.519,32	3,32	103.690,76	0,00
Transporte Aéreo												
Transporte Rodoviário	727.210,06	777.210,06	63.623,34	774.841,36	3,32	0,00	2.368,60	175.675,81	673.519,32	3,32	103.690,76	0,00
Transporte Ferroviário												
Transporte Hidroviário												
Transportes Especiais												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Desporto e Lazer	125.022,24	137.434,50	37.323,23	128.630,57	0,55	0,00	8.803,03	19.866,13	104.217,65	0,51	35.216,85	0,00
Desporto de Rendimento												
Desporto Cultural	65.481,64	103.640,65	33.696,48	96.254,07	0,41	0,00	7.436,58	16.229,36	71.791,15	0,35	31.849,50	0,00
Lazer	39.540,60	33.793,85	3.626,75	32.426,50	0,14	0,00	1.367,32	3.636,75	32.426,50	0,16	1.367,32	0,00
Administração Geral												
Demais Subfunções												



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado


Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			Execução de Despesas			SALDO (d) - (a-e)	INCRÉDULOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre		% (b)total (b)	No Bimestre		% (g)total (g)		
			Até o Bimestre (B)	Até o Bimestre (C)		Até o Bimestre (D)	Até o Bimestre (E)			
Encargos Especiais	316.185,00	316.185,00	21.051,00	295.134,00	6,66	21.051,00	295.134,00	93,34	79.520,00	0,00
Reforço de Capital da Dívida Interna	104.942,40	104.942,40	14.495,44	90.446,96	8,62	14.495,44	90.446,96	86,20	14.446,96	0,00
Reforço de Capital da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna	134.243,60	134.243,60	6.505,56	127.738,04	4,85	6.505,56	127.738,04	95,15	6.505,56	0,00
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
Demais Subvenções										
Reserva de Contingência	219.214,21	219.214,21	0,00	0,00	0,00	219.214,21	0,00	0,00	219.214,21	0,00
Reserva do RPPS										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (B)	1.862.185,26	1.862.404,05	283.913,59	1.578.490,46	8,26	283.913,59	1.578.490,46	83,15	283.913,59	0,00
TOTAL (B) - (B + F)	34.408.381,83	34.408.381,83	4.495.898,08	29.912.483,75	13,91	4.495.898,08	29.912.483,75	85,54	4.495.898,08	0,00

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	31/08/2015
Notas Explicativas	-

Campos Novos

PREFEITURA

CANCELA A PORTARIA Nº 1416/15

PORTARIA Nº 1416/15 de 16/09/2015

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR MARCELO RICARDO KUTZKE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor MARCELO RICARDO KUTZKE do cargo de MÉDICO. Retroagindo seus efeitos a 10 de setembro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de setembro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1422/15

PORTARIA Nº 1422/15 de 22/09/2015

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA ANA CARLA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora ANA CARLA SILVA do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Retroagindo seus efeitos a 21 de setembro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de setembro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2015 - BELLENZIER PNEUS LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 16/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dezoito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços da empresa Bellenzier Pneus Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Aparício Borges, 535, na cidade de Frederico Westphalen-RS, inscrita no CNPJ sob o nº 73.730.129/0001-29, neste ato representada pelo Sr. Herlon Ricardo Sato portador do CPF nº 000.407.550-10, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de pneus a serem utilizados na frota do SAMAE, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE PNEUS A SEREM UTILIZADOS NA FROTA DO SAMAE:

Item	Especificação	Un	Qtde	Valor Unitário
8	PNEU 215/55 R16	PÇ	4	264,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

- 3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.
- 3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação
- 3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.
- 3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

- 5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 10 (dez) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.
- 5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.
- 5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:
- a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
 - b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
 - c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.
- § 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- § 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
- I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;
 - III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- § 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
 - II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- § 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

- 9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:
- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
 - c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - d) Tiver presentes razões de interesse público;
 - e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS dos exercícios de 2015 e 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 14 de Setembro de 2015.

Pela Contratante Pela Contratada

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF – 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA

CPF - 693.438.029-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2015 - CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 16/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dezoito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços da empresa Cantu Comércio de Pneumáticos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia Antônio Heil, 800, na cidade de Itajaí-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.888.040/0009-80, neste ato representada pelo Sr. Douglas Cansan portador do CPF nº 828.359.180-00, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de pneus a serem utilizados na frota do SAMAE, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE PNEUS A SEREM UTILIZADOS NA FROTA DO SAMAE:

Item	Especificação	Un	Qtde	Valor Unitário
1	PNEU 175/70 R13	PÇ	12	149,80
3	PNEU 185/60 R14	PÇ	8	205,00
4	PNEU 185/60 R15	PÇ	8	230,00
7	PNEU 215/75 R17,5	PÇ	10	557,00

8	PNEU 12 x 16,5 – 12 LONAS	PÇ	4	640,00
9	PNEU 19,5L x 24 – 12 LONAS	PÇ	4	1950,00
10	PNEU 12,5/80 – 10 LONAS	PÇ	2	850,00
11	PNEU 19,5L x 24 – 12 LONAS	PÇ	2	1950,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;

b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 10 (dez) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS dos exercícios de 2015 e 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 14 de Setembro de 2015.

Pela Contratante
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Pela Contratada

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA
CPF – 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA
CPF - 693.438.029-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2015 - DANIEL CARLOS GRIS ME

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 16/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dezoito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços da empresa Daniel Carlos Gris ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia BR 282, KM 342, na cidade de Campos Novos-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.742.583/0001-75, neste ato representada pelo Sr. Daniel Carlos Gris, portador do CPF nº 036.990.879-13, doravante denominado FORNECEDOR, para a realização de consertos e demais serviços a serem utilizados nos pneus

da frota do SAMAE, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto REALIZAÇÃO DE CONSERTOS E DEMAIS SERVIÇOS A SEREM UTILIZADOS NOS PNEUS DA FROTA DO SAMAE:

Item	Especificação	Un	Qtde	Valor Unitário
27	TROCA DE PNEUS 175/70 R13, 175/70 R14, 185/60 R14, 185/60 R15, 185/80 R14	SV	80	19,50
28	DESMONTAGEM/MONTAGEM DE PNEUS 175/70 R13, 175/70 R14, 185/60 R14, 185/60 R15, 185/80 R14.	SV	110	19,50
29	BALANCEAMENTO DE PNEUS 175/70 R13, 175/70 R14, 185/60 R14, 185/60 R15, 185/80 R14.	SV	100	24,50
30	TROCA DE PNEUS 205/60 R16, 215/75 R17,5	SV	8	34,50
31	DESMONTAGEM/MONTAGEM DE PNEUS 205/60 R16, 215/75 R17,5	SV	10	19,50
32	BALANCEAMENTO DE PNEUS 205/60 R16, 215/75 R17,5	SV	10	29,50
33	DESMONTAGEM/MONTAGEM DE PNEUS 215/75 R17,5	SV	12	34,50
34	BALANCEAMENTO DE PNEUS 215/75 R17,5	SV	8	39,50
35	GEOMETRIA PNEUS 175/70 R13, 175/70 R14, 185/60 R14, 185/60 R15, 185/80 R14.	SV	80	59,50
36	GEOMETRIA DE PNEUS 205/60 R16, 215/75 R17,5	SV	16	59,50
37	GEOMETRIA DE PNEUS 215/75 R17,5	SV	4	59,50
38	CONCERTO DE PNEUS 175/70 R13, 175/70 R14, 185/60 R14, 185/60 R15, 185/80 R14, 205/60 R16.	SV	50	21,50
39	CONCERTO DE PNEU 215/75 R17,5	SV	6	34,50
40	CONCERTO DE PNEU 12 X 16,5 12 LONAS	SV	8	39,50
41	CONCERTO DE PNEU 19,5L X 24 12 LONAS	SV	8	99,50
42	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 X 16,5 12 LONAS	SV	4	179,00
43	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 19,5L X 24 12 LONAS	SV	4	549,00
46	DESMONTAGEM/MONTAGEM DE PNEUS 1000 X 20	SV	12	34,50
47	DESMONTAGEM/MONTAGEM DE PNEUS 275/80 R22,5	SV	12	34,50
48	TROCA DE PNEUS 1000 X 20 E 275/80 R22,5	SV	30	34,50
49	CONCERTO DE PNEUS 1000 X 20	SV	6	39,50
50	CONCERTO DE PNEUS 275/80 R22,5	SV	10	39,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a realização dos serviços e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser realizados conforme a necessidade, na forma, quantidades, e no prazo de até 10 (dez) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2– Todas as despesas relacionadas com o objeto licitado será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS dos exercícios de 2015 e 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 14 de Setembro de 2015.

Pela Contratante

Pela Contratada

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF – 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA

CPF - 693.438.029-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2015 - JOAÇABA PNEUS LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 16/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dezoito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços da empresa Joaçaba Pneus Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia BR 282, KM 392, na cidade de Joaçaba-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 84.587.245/0010-48, neste ato representada pela Sra. Ione Sühnel Bess portador do CPF nº 826.311.589-20, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de pneus e câmaras a serem utilizados na frota do SAMAE, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS A SEREM UTILIZADOS NA FROTA DO SAMAE:

Item	Especificação	Un	Qtde	Valor Unitário
2	PNEU 175/70 R14	PÇ	24	195,00
5	PNEU 185 R14	PÇ	8	237,00
12	PNEU 275/80 R22,5 LISO	PÇ	6	946,00
13	PNEU 1000 x 20 – 14 LONAS	PÇ	7	815,00
18	CÂMARA DE AR R13 E 14	PÇ	32	22,00
19	CÂMARA DE AR R15 E 16	PÇ	18	42,00
20	CÂMARA DE AR 1000 x 20	PÇ	7	78,00
21	CÂMARA DE AR 12 x 16,5	PÇ	4	68,00
22	CÂMARA DE AR 19,5L x 24	PÇ	4	224,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;

b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 10 (dez) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS dos exercícios de 2015 e 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 14 de Setembro de 2015.

Pela Contratante

Pela Contratada

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF – 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA

CPF - 693.438.029-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2015 - LUIZ CARLOS GHIGGI ME

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 16/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dezoito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços da empresa Luiz Carlos Ghiggi ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Marechal Deodoro, 333, na cidade de Campos Novos-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 76.840.909/0001-10, neste ato representada pelo Sr. Luiz Carlos Ghiggi portador do CPF nº 385.234.779-34, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de pneus e câmaras, e serviços diversos relacionados a pneus, a serem utilizados nas motocicletas do SAMAE, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS, E SERVIÇOS DIVERSOS RELACIONADOS A PNEUS, A SEREM UTILIZADOS NAS MOTOCICLETAS DO SAMAE:

Item	Especificação	Un	Qtde	Valor Unitário
14	PNEU 275 R18	PÇ	2	74,00
15	PNEU 90/90 R18	PÇ	2	89,00
16	PNEU 90/90 R19	PÇ	10	134,00
17	PNEU 110/90 R17	PÇ	10	159,00
23	CÂMARA DE AR 275 R18	PÇ	2	18,00
24	CÂMARA DE AR 90/90 R18	PÇ	2	18,00
25	CÂMARA DE AR 90/90 R19	PÇ	7	24,58
26	CÂMARA DE AR 110/90 R17	PÇ	7	23,60
44	CONCERTO DE PNEU 275 R18 E 90/90 R19	SV	50	24,00
45	CONCERTO DE PNEU 90/90 R18 E 110/90 R17	SV	70	24,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

- 3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.
- 3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação
- 3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.
- 3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:**

- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

- 5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 10 (dez) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.
- 5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.
- 5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:
- a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
 - b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
 - c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.
- § 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- § 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
- I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;
 - III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- § 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
 - II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- § 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

- 9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:
- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
 - c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - d) Tiver presentes razões de interesse público;
 - e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21

de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS dos exercícios de 2015 e 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 14 de Setembro de 2015.

Pela Contratante

Pela Contratada

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF – 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA

CPF - 693.438.029-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2015 - DIGICROM ANALÍTICA LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dezoito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços da empresa Digicrom Analítica Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Marianos, 227, na cidade de São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 60.160.546/0001-31, neste ato representada pelo Sr. Francisco Fores Medina, portador do CPF nº 670.018.748-68, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais, produtos e equipamentos a serem utilizados no laboratório da ETA do SAMAE, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO LABORATÓRIO DA ETA DO SAMAE:

Item	Especificação	Un	Qtde	Valor Unitário
53	ELETRODO COMBINADO DE PH DME-CV2	UN	2	595,00
54	ELETRODO DE FLÚOR PARA AUTO CALIBRAÇÃO	PÇ	2	2700,00
55	MANGUEIRAS PARA ANALISADOR ON-LINE AUTO CALIBRAÇÃO	KIT	3	206,00
56	PRESSOSTATO FIXO	PÇ	2	660,00
57	ÊMULO DO SENSOR DO MONITOR DE COAGULANTE	PÇ	3	460,00
58	SENSOR DE ANALISE X PARA MONITOR DE COAGULANTE-DIGIMED	UN	1	2200,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;

b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente

comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS dos exercícios de 2015 e 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 18 de Setembro de 2015.

Pela Contratante

Pela Contratada

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF – 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA

CPF - 693.438.029-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2015 - EMEC DO BRASIL COMÉRCIO DE BOMBAS E EQUIPAMENTOS LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dezoito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços da empresa Emec do Brasil Comércio de Bombas e Equipamentos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Wadia Jafet Assad, 179, na cidade de São Bernardo do Campo-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 08.609.254/0001-13, neste ato representada pelo Sr. Fernando Valença Rotolo Rodriguez portador do CPF nº 228.648.058-39, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais, produtos e equipamentos a serem utilizados no laboratório da ETA do SAMAE, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO LABORATÓRIO DA ETA DO SAMAE:

Item	Especificação	Un	Qtde	Valor Unitário
63	BOMBA DOSADORA ELETROMAGNÉTICA DE DIAFRAGMA COM REGULAGEM DO NUMERO DE PULSAÇÕES	PÇ	1	3950,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;

b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– O objeto licitado deve ser entregue conforme a necessidade de uso, na forma, quantidade, e no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar o material no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS dos exercícios de 2015 e 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 18 de Setembro de 2015.

Pela Contratante

Pela Contratada

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA
CPF – 049.807.399-89NEUSA APARECIDA DE LIMA
CPF - 693.438.029-00**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2015 - HEXIS CIENTÍFICA LTDA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dezoito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços da empresa Hexis Científica Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Antonieta Piva Barranqueiros, 385, na cidade de Jundiá-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.832.145/0001-11, neste ato representada pela Sra. Elena Eiko Kawamoto Gaboni portadora do CPF nº 021.916.848-23, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais, produtos e equipamentos a serem utilizados no laboratório da ETA do SAMAE, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO LABORATÓRIO DA ETA DO SAMAE:

Item	Especificação	Un	Qtde	Valor Unitário
27	SOLUÇÃO INDICADORA SPANDS UNIVERSAL, ANÁLISE DE FLUORETO 500ML, LIVRE DE ARSÊNIO, REF.300.220.01.38	PÇ	20	180,00
31	AGAR PEPTONA DE CASEÍNA-GLUCOSA-EXTRACTO DE LEVEDURA PARA MICROBIOLOGIA FRASCO COM 500GR	PÇ	1	220,00
35	PÓ DPD PARA SOLUÇÃO INDICADORA 24GR COMPATÍVEL COM MEDIDOR DE CLORO CL17 DA MARCA HACK	FR	6	119,00
36	SOLUÇÃO TAMPÃO CLORO LIVRE 473ML COMPATÍVEL COM MEDIDOR DE CLORO CL17 DA MARCA HACK	FR	6	149,00
37	SOLUÇÃO TAMPÃO CLORO LIVRE 473ML COMPATÍVEL COM MEDIDOR DE CLORO CL17 DA MARCA HACK	FR	6	129,00
64	TURBIDIMETRO DE BANCADA MICROPROCESSADO/BIVOLT	UN	1	19100,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;

b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3- Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS dos exercícios de 2015 e 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização

de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 18 de Setembro de 2015.

Pela Contratante

Pela Contratada

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF – 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA

CPF - 693.438.029-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2015 - METROLÓGICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dezoito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços da empresa Metrológica Com. e Repres. Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Piratininga, 67, na cidade de Blumenau-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 01.832.145/0001-11, neste ato representada pelo Sr. Paulo Henrique Aranha Pacheco portador do CPF nº 493.582.359-34, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais, produtos e equipamentos a serem utilizados no laboratório da ETA do SAMAE, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO LABORATÓRIO DA ETA DO SAMAE:

Item	Especificação	Un	Qtde	Valor Unitário
1	COPO BECKER FORMA BAIXA EM VD 1000ML	PÇ	3	10,70
2	COPO BECKER FORMA BAIXA EM VD 250ML	PÇ	6	3,90
3	COPO BECKER 3000 ML COM ALÇA EM PP, COM ESCALA EM RELEVO	PÇ	5	32,00
5	BALÃO ERLNMEYER GRAD.BOCA LARGA 500ML(BOCA 50MM)	PÇ	3	10,00
6	COPO AMOSTRAGEM 250ML EM PTFE C/BORDA REFORÇADA	UN	4	187,00
7	BALÃO VOLUM. EM PP TRASL. COM MENISCO CAP. 250ML	PÇ	5	28,00
8	PROVETA EM VIDRO 100ML, FORMA BAIXA COM ESCALA EM RELEVO	PÇ	6	7,70
10	ESTANTE PARA TUBOS DE ENSAIO 18X180 EM ARAME ZINCADO OU INOX	UN	10	34,00
12	BARRIL PLASTICO EM PE BOCA LARGA TAMP A TORNEIRA CAP. 15L.	UN	1	130,00
14	PISSETA 250ML EM PP, AMBAR PARA ALCOOL IODADO	UN	6	6,00
15	PISSETE 250ML EM PE-LD FLEXÍVEL PARA ÁGUA DESTILADA	PÇ	6	5,00
19	CRONOMETRO PARA LABORATORIO DIGITAL DESPERTADOR DE 0 A 60 MINUTOS	UN	5	30,00
20	TERMÔMETRO DIGITAL DE MÁXIMA E MÍNIMA, COM SENSOR DE TEMPERATURA INTERNA E EXTERNA, SENSOR COM CABO DE NO MÍNIMO 3 M	UN	5	40,00
23	BICO BUNSEN COM REGISTRO C/REG.ENTRADA DE AR.	UN	1	37,00
24	COMPARADOR COLORIMETRO C/DISCO PORTATIL- KIT 600 TESTES	KIT	2	500,00
25	ESPATULA C/ COLHER	UN	2	8,50
33	ALCOOL ETILICO ABSOLUTO 99,8% P.A. FRASCO C/ 1000 ML	UN	20	15,00
38	INDICADOR ALARANJADO DE METILA P.A. A.C.S. FRASCO COM 100GRS	UN	1	57,00
39	INDICADOR FENOLFTALEINA P.A. A.C.S. FRASCO COM 200ML	UN	1	38,00
40	ACIDO SULFURICO P.A. A.C. FRASCO COM 200ML	UN	1	45,00
59	CARTUCHO DE 5 MICRAS PARA OSMOSE REVERSA	UN	1	300,00

60	CARTUCHO DE CARVÃO GRANULADO PARA OSMOSE REVERSA	UN	1	300,00
61	CARTUCHO DE CARVÃO BLOCK PARA OSMOSE REVERSA	UN	1	300,00
62	CARTUCHO DE POLIMENTO PARA OSMOSE REVERSA	UN	1	300,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;

b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS dos exercícios de 2015 e 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 18 de Setembro de 2015.

Pela Contratante

Pela Contratada

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF – 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA

CPF - 693.438.029-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2015 - PRÓ-ANÁLISE QUÍMICA E DIAGNÓSTICA LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dezoito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços da empresa Pró-Análise Química e Diagnóstica Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Dona Margarida, 333, na cidade de Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob o nº 00.398.022/0001-51, neste ato representada pelo Sr. Daledier José Jorge Junior portador do CPF nº 800.263.979-00, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais, produtos e equipamentos a serem utilizados no laboratório da ETA do SAMAE, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO LABORATÓRIO DA ETA DO SAMAE:

Item	Especificação	Un	Qtde	Valor Unitário
09	TUBOS DE ENSAIO 18 X 180 MM, SEM BORDAS, COM PAREDES REFORÇADAS DE 1 MM DE ESPESSURA, TARJA BRANCA.	UN	400	1,47
11	FRASCO RESERVATÓRIO EM VIDRO COMP C/BURETA DIGITAL III	UN	2	120,00
13	CUBETA 50ML VIDRO PARA PHARO 300 MARCA MERCK	UN	4	1200,00
21	MACRO CONTROLADOR AUXILIAR DE PIPETAGEM PARA USO COM PIPETAS GRADUADAS E VOLUMÉTRICAS DE 0,1 A 20 ML	UN	2	265,00
22	CONTROLADOR ELETRÔNICO DE PIPETAGEM P/ACOPLAM. 01.A200ML.	UN	1	2500,00
28	SABÃO EXTRAN MA 02 NEUTRO COM 05L	GL	4	300,00
29	TESTE PARA FLÚOR CAIXA PARA 100 TESTES - FAIXA DE MEDIÇÃO DE 0.10-20,0MG/L REFIL REF. 1.1.4598-001	KIT	1	630,00
30	TESTE PARA CLORO REF. 1.00598.0001, FAIXA DE MEDIÇÃO 0.010 - 6.00 MG/L CL ² , CAIXA PARA 1200 TESTES, COMPATÍVEL COM NOVA 60 DA MERCK	KIT	1	1900,00
32	MEIO DE CULTURA PARA DETECÇÃO SIMULTÂNEA DE COLIFORMES TOTAIS E E.COLI, GRANULADO COM 500GR., DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.	PT	4	3500,00
34	TESTE PARA NITRATO CAIXA PARA 100 TESTES COD.097130001.	UN	1	680,00
41	CRISTAL VIOLETA P.A FRASCO COM 25 GRAMAS	UN	1	950,00
43	ALCOOL ACETONA P.A. 99,5% FRASCO COM 1000ML	UN	1	115,00
46	TUBOS DE ASPIRAÇÃO SERIOTOR EM PP.MOD.AUTOCLAVA	UN	1	33,95
47	TUBOS DE DOSIFICAÇÃO COMPATIVEL C/SERIOTOR	UN	1	630,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;

b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado

o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS dos exercícios de 2015 e 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO Nº FMAS 15/2015 (PRESENCIAL)

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 15/2015
EDITAL DE PREGÃO N.º FMAS 15/2015 (PRESENCIAL)
ALTERAÇÃO DO EDITAL

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, torna público, que alterou o edital de Pregão acima. As datas e horários permanecem inalterados. Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DA NOTA DE EMPENHO N.º 4617

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EMPENHO N.º 4617/2015

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, torna pública a Nota de Empenho n.º 4617/2015.

Credor: SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA.

Objeto: Material para pintura de 5.000m² de faixa de sinalização horizontal em várias ruas deste Município.

Valor: R\$ 39.934,00 (trinta e nove mil e novecentos e trinta e quatro reais).

Registro de Preço: 51/2014

Processo Licitatório n.º PMC 152/2014

Pregão Presencial n.º PMC 102/2014

Data da homologação: 30/09/2014

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA NOTA DE EMPENHO N.º 4633

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EMPENHO N.º 4633/2015

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, torna pública a Nota de Empenho n.º 4633/2015.

Credor: SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA.

Objeto: Mão de obra para pintura de 5.000m² de faixa de sinalização horizontal em várias ruas deste Município.

Valor: R\$ 20.466,00 (vinte mil quatrocentos e sessenta e seis reais).

Registro de Preço: 51/2014

Processo Licitatório n.º PMC 152/2014

Pregão Presencial n.º PMC 102/2014

Data da homologação: 30/09/2014

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 21/2015 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 33/2015
EDITAL PREGÃO N.º FMS 21/2015 (PRESENCIAL)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, fará realizar no dia 09/10/2015, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA DISTRIBUIÇÃO À PACIENTES COM VÁRIAS PATOLOGIAS EM ATENDIMENTO A ATENÇÃO BÁSICA E DEMAIS PROGRAMAS EXISTENTES NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 09/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 109/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 183/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 109/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/10/2015, às 09h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE 15.000 (QUINZE MIL) TABLÓIDES (38 X 29 CM) FECHADO, PARA IMPRESSÃO DO JORNAL INFORMATIVO DO MUNICIPIO, PARA DIVULGAÇÃO DAS OBRAS, AÇÕES E PROGRAMAS REALIZADOS PELAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 08/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 94/2015 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano: 155/2015 Processo Administrativo: Total dos Itens Vencedores: 10.325,00
Licitação.....: 94/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECÂNICOS NA MOTONIVELADORA CATERPILLAR RG 140H Nº: 16, ANO 1997

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 311044589 - ADESIVO THREE BOND - Unidade: UN								
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	GENUINA	2,000	0,0000	15,7823	31,56	Venceu	1 *****
Item.....: 2 - 23739 - ANEL - Unidade: UN								
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	GENUINA	4,000	0,0000	22,2086	88,83	Venceu	1 *****
Item.....: 3 - 311044590 - ANEL VED. BORRACHA - Unidade: UN								
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	GENUINA	8,000	0,0000	14,4592	115,67	Venceu	1 *****
Item.....: 4 - 311044590 - ANEL VED. BORRACHA - Unidade: UN								
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	GENUINA	4,000	0,0000	16,8218	67,29	Venceu	1 *****
Item.....: 5 - 34608 - DISCO - Unidade: UN								
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	GENUINA	36,000	0,0000	194,5849	7.005,06	Venceu	1 *****
Item.....: 6 - 34608 - DISCO - Unidade: UN								
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	GENUINA	10,000	0,0000	67,2872	672,87	Venceu	1 *****
Item.....: 7 - 311044591 - RET. TORQUE - Unidade: UN								
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	GENUINA	4,000	0,0000	181,9213	727,69	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 2/2

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 155/2015 Processo Administrativo: 10.325,00
Licitação.....: 94/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECÂNICOS NA MOTONIVELADORA CATERPILLAR RG 140H Nº. 16, ANO 1997

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 8 - 45510 - SERVIÇO - Unidade: UN

6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA	MOTOCAR	1,000	0,0000	1.616,0278	1.616,03	Venceu	1 *****
------	-----------------------	---------	-------	--------	------------	----------	--------	---------

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA - - EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC
VANESSA LANGER - - CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

FMAS RESILISÃO CONTRATO 0122/2015 M

TERMO DE RESILIÇÃO

CONTRATO Nº 0122/2015 M

Pregão Presencial Nº 0042/2015

Processo Licitatório Nº 0066/2015

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADA: M.A.J. CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA - ME

OBJETO: Pelo presente instrumento, as partes contratantes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, promovem a resilição do contrato 0122/2015 M oriundo do Processo Licitatório nº 0066/2015, da Pregão Presencial nº 0042/2015 conforme Art. 79 inciso II da lei 8.666/93, extinguindo-se com o contrato as obrigações e deveres nele transcritos, sem indenização a qualquer título às partes.

FMS RESILISÃO CONTRATO 0122/2015 M

TERMO DE RESILIÇÃO

CONTRATO Nº 0122/2015 M

Pregão Presencial Nº 0042/2015

Processo Licitatório Nº 0066/2015

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: M.A.J. CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA - ME

OBJETO: Pelo presente instrumento, as partes contratantes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, promovem a resilição do contrato 0122/2015 M oriundo do Processo Licitatório nº 0066/2015, da Pregão Presencial nº 0042/2015 conforme Art. 79 inciso II da lei 8.666/93, extinguindo-se com o contrato as obrigações e deveres nele transcritos, sem indenização a qualquer título às partes.

Lei 3.189/2015

LEI Nº 3.189, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Autoriza receber em doação, sem ônus, área de terra urbana, na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a receber em doação, sem ônus, área de terra urbana destinada à regularização de uma rua de acesso aos Loteamentos Luiz Antonio MR, Dona Alda, José Varela e Bárbara Letícia, de 2.221,80m² (dois mil duzentos e vinte e um vírgula oitenta metros quadrados), registrada no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Capinzal, sob a matrícula nº 17.683, Livro nº 2-AAN, Fls. 077, de propriedade de José Maria Varela, inscrito no CPF sob nº 020.944.959-49 e sua mulher Olinda de Lima Varela, inscrita no CPF sob nº 005.854.339-25, residentes e domiciliados à Avenida José Leonardo Santos, nesta cidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 23 de setembro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PMC RESILISÃO CONTRATO 0122/2015 M

TERMO DE RESILIÇÃO

CONTRATO Nº 0122/2015 M

Pregão Presencial Nº 0042/2015

Processo Licitatório Nº 0066/2015

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: M.A.J. CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA - ME

OBJETO: Pelo presente instrumento, as partes contratantes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, promovem a resilição do contrato 0122/2015 M oriundo do Processo Licitatório nº 0066/2015, da Pregão Presencial nº 0042/2015 conforme Art. 79 inciso II da lei 8.666/93, extinguindo-se com o contrato as obrigações e deveres nele transcritos, sem indenização a qualquer título às partes.

PORTARIA 1240/2015

PORTARIA Nº 1240, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designado o servidor Orlando Tholl, matrícula nº 410021/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário da Administração e Finanças, nível CC - 5, conforme o Anexo IV - A, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder interinamente como Gestor do Fundo de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2015

Capinzal - SC, em 22 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 363/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 363/2015

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO, os fatos relatados no Ofício PMCL/CI – nº 09/2015, pela Unidade de Controle Interno, recebido em 14.09.2015, que denuncia possível descumprimento na execução do objeto do Edital de Processo Licitatório nº 21/2015 – Pregão Presencial nº 14/2015;

CONSIDERANDO, que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência e da motivação, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, o preceituado no art. 78, incisos I e II combinado com o art. 79, I da Lei 8.666/93, os quais preceituam que “o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos constituem motivo para rescisão do contrato, podendo ser determinado por ato unilateral e escrito da Administração”;

CONSIDERANDO, o disposto no art. 78, parágrafo único, da referida Lei;

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso II, alínea f, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a abertura de processo administrativo para

apuração de possíveis irregularidades praticadas na execução do objeto do Item nº 1, do Edital de Processo Licitatório nº 21/2015 – Pregão Presencial nº 14/2015, bem como, averiguar a existência de prejuízos ao interesse público e, se for o caso, sugerir penalidades a serem aplicadas.

Art. 2º Para dar cumprimento ao disposto no artigo anterior fica constituída a comissão processante que será composta pelos servidores abaixo descritos, todos integrantes do quadro permanente desta instituição:

I – Eva Aparecida Kempner Abreu - Matrícula nº 21806;
II – Neusa Francisco Luckmann - Matrícula nº 25306; e
III – Rosicleide Sipriani Pereira - Matrícula nº 250501.

Art. 3º Para dar cumprimento às suas atribuições a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como, poderá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º A comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à administração superior desta entidade na forma da Lei.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de setembro de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.018/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº018/2015 de 22/09/2015.

NIBAR DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 78, § 4º da Lei Complementar nº008, de 23.12.99.

RESOLVE:

CONVOCAR PARA SERVIÇO OFICIAL OBRIGATÓRIO

Dirceu Pereira ocupante do cargo de Agente Administrativo parlamentar, em férias de acordo com a Portaria nº015/2015 de 25/08/2015, para serviço oficial obrigatório no dia 30/09/2015.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 22 de setembro de 2015.

NIBAR DA SILVA

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA 2º QUADRIMESTRE 2015

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, POR INTERMÉDIO DESTA, EM CONSONÂNCIA AO QUE DISPÕE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, CONVIDA A SOCIEDADE ORGANIZADA E AOS HABITANTES DO MUNICÍPIO PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE SERÁ REALIZADA DIA 30 DE SETEMBRO DE 2015, AS 10:00 HORAS, NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL, NA QUAL SERÁ DEMONSTRADO E AVALIADO O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2015.

COCAL DO SUL, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 85/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: DENISE RODRIGUES CANDIOTTO - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/PMCS/2015

Objeto: Registro de preços de Gêneros Alimentícios (merenda escolar), no atendimento a todas as escolas da rede municipal de Cocal do Sul.

Assinatura: 13/07/2015.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 44.791,00 (quarenta e quatro mil setecentos e noventa e um reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 90/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/PMCS/2015

Objeto: Registro de preços de Gêneros Alimentícios (merenda escolar), no atendimento a todas as escolas da rede municipal de Cocal do Sul.

Assinatura: 13/07/2015.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 5.070,00 (cinco mil e setenta reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

Concórdia

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 86/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 86/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio 789301/2013 - Drenagem Bairro Itaíba, no valor de R\$ 122.925,00 (cento e vinte e dois mil novecentos e vinte e cinco reais).

Concórdia SC, 23 de setembro de 2015.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E NOVA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2015 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para reforma da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos, neste Município, com recursos oriundos do convênio FUNDEB, com o Governo Federal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E NOVA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a empresa VANDERLEI DEITOS ME, usufruindo do seu direito de preferência por ter se declarado Microempresa (ME), e por ter sua proposta em até 10% acima da proposta mais bem classificada, conforme previsto no subitem 8.3.1 do Edital, protocolizou nova proposta de preços, sagrando-se vencedora da licitação em epígrafe, com o menor preço global de R\$ 301.435,00 (trezentos e um mil quatrocentos e trinta e cinco reais). Em virtude da ausência dos responsáveis legais das licitantes classificadas, a Presidente solicitou que fosse registrado que o resumo do julgamento da nova fase classificatória deste certame será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", do citado diploma legal, será contado a partir da data que será veiculada a referida intimação.

Concórdia, SC, 23 de setembro de 2015.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da CPL

Cordilheira Alta

PREFEITURA

RELATÓRIOS LRF 4º BIMESTRE/2015

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.484.484,00	17.484.484,00	2.814.785,33	16,10	11.917.476,74	68,16	5.567.007,26
RECEITAS CORRENTES	17.408.734,00	17.408.734,00	2.803.867,08	16,11	11.879.231,69	68,24	5.529.502,31
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.642.210,75	1.642.210,75	230.857,87	14,06	1.030.016,52	62,72	612.194,23
IMPOSTOS	1.203.042,25	1.203.042,25	195.276,95	16,23	879.860,35	73,14	323.181,90
TAXAS	433.168,50	433.168,50	35.580,92	8,21	150.156,17	34,66	283.012,33
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	180.000,00	180.000,00	41.000,66	22,78	161.884,74	89,94	18.115,26
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	180.000,00	180.000,00	41.000,66	22,78	161.884,74	89,94	18.115,26
RECEITA PATRIMONIAL	174.422,25	174.422,25	35.209,47	20,19	146.606,82	84,05	27.815,43
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	174.422,25	174.422,25	35.209,47	20,19	146.606,82	84,05	27.815,43
RECEITA DE SERVIÇOS	722.000,00	722.000,00	79.038,50	10,95	435.173,15	60,27	286.826,85
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.439.377,00	14.439.377,00	2.388.380,87	16,54	9.941.017,33	68,85	4.498.359,67
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.230.636,00	14.230.636,00	2.343.642,58	16,47	9.828.282,20	69,06	4.402.353,80
TRANSF. DE CONV.	208.741,00	208.741,00	44.738,29	21,43	112.735,13	54,01	96.005,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	250.724,00	250.724,00	29.379,71	11,72	164.533,13	65,62	86.190,87
MULTAS E JUROS DE MORA	60.224,00	60.224,00	17.871,31	29,67	101.094,21	167,86	-40.870,21
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500,00	500,00	854,87	170,97	854,87	170,97	-354,87
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	182.000,00	182.000,00	9.240,17	5,08	58.264,61	32,01	123.735,39
RECEITAS DIVERSAS	8.000,00	8.000,00	1.413,36	17,67	4.319,44	53,99	3.680,56
RECEITAS DE CAPITAL	75.750,00	75.750,00	10.918,25	14,41	38.245,05	50,49	37.504,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.450,00	2.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.450,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.450,00	2.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.450,00
ALIENAÇÃO DE BENS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	64.000,00	64.000,00	10.918,25	17,06	38.245,05	59,76	25.754,95
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.100,00	9.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.100,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.484.484,00	17.484.484,00	2.814.785,33	16,10	11.917.476,74	68,16	5.567.007,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (IV)	17.484.484,00	17.484.484,00	2.814.785,33	16,10	11.917.476,74	68,16	5.567.007,26
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	57.783,53	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.484.484,00	17.484.484,00	2.814.785,33	16,10	11.975.260,27	68,16	5.567.007,26
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.221.745,04	—	—	1.221.745,04	—	—
Superávit Financeiro	—	1.221.745,04	—	—	1.221.745,04	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.484.484,00	19.100.047,26	2.966.553,18	13.465.173,92	5.634.873,34	3.391.281,70	11.975.260,27	7.124.786,99	11.638.887,25
DESPESAS CORRENTES	15.142.023,20	16.455.102,54	2.764.917,81	12.193.576,38	4.261.526,16	3.151.201,79	11.136.298,06	5.318.804,48	10.804.535,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.668.794,90	7.198.793,89	1.415.679,62	4.781.401,72	2.417.392,17	1.419.519,62	4.768.721,72	2.430.072,17	4.641.816,54
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	110.000,00	10.000,00	0,00	5.131,94	4.868,06	0,00	5.131,94	4.868,06	5.131,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.363.228,30	9.246.308,65	1.349.238,19	7.407.042,72	1.839.266,93	1.731.682,17	6.362.444,40	2.883.864,25	6.157.586,56
DESPESAS DE CAPITAL	2.262.460,80	2.564.944,72	201.635,37	1.271.597,54	1.293.347,18	240.079,91	838.962,21	1.725.982,51	834.352,21
INVESTIMENTOS	1.882.460,80	2.277.944,72	201.635,37	988.149,59	1.289.795,13	191.573,01	652.526,01	1.625.418,71	647.918,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	380.000,00	287.000,00	0,00	283.447,95	3.552,05	48.506,90	186.436,20	100.563,80	186.434,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.484.484,00	19.100.047,26	2.966.553,18	13.465.173,92	5.634.873,34	3.391.281,70	11.975.260,27	7.124.786,99	11.638.887,25

Continua 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(j)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.484.484,00	19.100.047,26	2.966.553,18	13.465.173,92	5.634.873,34	3.391.281,70	11.975.260,27	7.124.786,99	11.638.887,25
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	11.917.476,74
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.484.484,00	19.100.047,26	2.966.553,18	13.465.173,92	—	3.391.281,70	11.975.260,27	—	23.556.363,99

FONTE:

Cordilheira Alta, 23/09/2015

ALCEU MAZZIONI
 PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
 CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
 TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	200,00	0,00	200,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100,00	0,00	100,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100,00	0,00	100,00
TOTAL	200,00	0,00	200,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 23/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.306.466,25	1.306.466,25	961.479,75	73,59
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	320.750,00	320.750,00	307.551,21	95,89
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	70.000,00	70.000,00	86.548,55	123,64
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	600.000,00	600.000,00	384.532,77	64,09
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	212.292,25	212.292,25	101.227,82	47,68
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	14.324,00	14.324,00	9.228,96	64,42
Dívida Ativa dos Impostos	77.000,00	77.000,00	2.810,04	3,65
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	12.100,00	12.100,00	69.582,40	575,06
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.003.500,00	14.003.500,00	9.814.531,03	70,09
Cota-Parte FPM	6.040.000,00	6.040.000,00	4.070.369,48	67,39
Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	451,25	45,13
Cota-Parte IPVA	550.000,00	550.000,00	382.142,26	69,48
Cota-Parte ICMS	7.262.000,00	7.262.000,00	5.258.079,43	72,41
Cota-Parte IPH-Exportação	115.000,00	115.000,00	81.404,69	70,79
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	35.500,00	35.500,00	22.073,92	62,18
Desoneração ICMS (LC 87/96)	35.000,00	35.000,00	22.073,92	63,07
Outras	500,00	500,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.309.966,25	15.309.966,25	10.776.010,78	70,39

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	726.647,00	726.647,00	413.830,51	56,95
Provenientes da União	726.647,00	726.647,00	413.830,51	56,95
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	8.969,00	8.969,00	10.417,20	116,15
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	735.616,00	735.616,00	424.247,71	57,67

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.194.350,78	3.679.379,39	2.862.167,53	77,79	2.481.174,21	67,43
Pessoal e Encargos Sociais	1.973.205,08	1.504.598,71	1.025.017,24	68,13	1.025.017,24	68,13
Outras Despesas Correntes	1.221.145,70	2.174.780,68	1.837.150,29	84,48	1.456.156,97	66,96

Continua 1/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	194.699,80	124.922,69	37.245,00	29,81	24.775,00	19,83
Investimentos	194.699,80	124.922,69	37.245,00	29,81	24.775,00	19,83
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.389.060,68	3.804.302,08	2.889.412,53	76,21	2.505.949,21	66,67
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/IV)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	838.072,00	968.323,50	478.570,68	16,51	440.532,03	17,58
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	838.072,00	968.323,50	478.570,68	16,51	440.532,03	17,58
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	838.072,00	968.323,50	478.570,68	16,51	440.532,03	17,58
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.550.978,58	2.835.978,58	2.420.841,85	83,49	2.065.417,18	82,42
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						19,17
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI) - (15 x IIIb)/100]⁶						449.015,56

Continua 2/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100	
Atenção Básica	3.710.177,58	3.745.396,11	2.857.326,18	98,24	2.470.252,68	98,34
Vigilância Sanitária	54.273,00	94.305,97	51.086,35	1,76	41.696,53	1,66
TOTAL	3.764.450,58	3.839.702,08	2.908.412,53	100,00	2.511.949,21	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "m" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "m" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[M/(l+m) - (15 \times IIIb) \times 100]$

Continua 3/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Cordilheira Alta, 23/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE II

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPEAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

Cordilheira Alta, 23/09/2015

ALCEU MAZZIONI PREFEITO MUNICIPAL	SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO
--------------------------------------	--	---

Município de Cordilheira Alta - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		17.484.484,00	
Previsão Atualizada		17.484.484,00	
Receitas Realizadas		11.917.476,74	
Déficit Orçamentário		57.783,53	
Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.221.745,04	
DESPESAS			
Dotação Inicial		17.484.484,00	
Créditos Adicionais		1.615.563,26	
Dotação Atualizada		19.100.047,26	
Despesas Empenhadas		13.465.173,92	
Despesas Liquidadas		11.975.260,27	
Despesas pagas		11.638.887,25	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		13.465.173,92	
Despesas Liquidadas		11.975.260,27	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		17.517.247,02	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-30.437,16
Resultado Primário		0,00	-51.067,26
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.820.018,86	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		875.539,61	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.450,00
Despesa de Capital Líquida		838.962,21	1.725.962,51
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	200,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.065.417,18	15,00	19,17
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 23/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (g)	17.484.484,00	19.100.047,26	2.966.553,18	13.465.173,92	100,00	5.634.873,34	3.391.281,70	11.975.280,27	100,00	7.124.786,99
Legislativa	760.189,82	760.189,82	89.113,40	450.564,20	3,35	309.625,62	103.533,62	416.014,45	3,47	344.175,37
Ação Legislativa	760.189,82	760.189,82	89.113,40	450.564,20	3,35	309.625,62	103.533,62	416.014,45	3,47	344.175,37
Administração	2.517.660,46	2.564.086,68	349.648,96	1.802.994,53	13,39	761.094,15	407.427,24	1.527.359,56	12,75	1.036.729,12
Administração Geral	2.517.660,46	2.564.086,68	349.648,96	1.802.994,53	13,39	761.094,15	407.427,24	1.527.359,56	12,75	1.036.729,12
Assistência Social	715.560,00	871.347,17	67.285,19	294.053,24	1,89	617.293,93	68.299,44	244.239,02	2,04	626.806,15
Assistência Comunitária	715.560,00	871.347,17	67.285,19	294.053,24	1,89	617.293,93	68.299,44	244.239,02	2,04	626.806,15
Saúde	3.764.450,58	3.839.702,08	582.194,34	2.906.412,53	21,60	931.289,55	737.965,91	2.511.949,21	20,98	1.327.752,87
Atenção Básica	3.710.177,58	3.745.396,11	574.890,41	2.857.326,18	21,22	888.069,93	732.731,54	2.470.252,68	20,63	1.275.143,43
Vigilância Sanitária	54.273,00	94.305,97	7.343,93	51.086,35	0,38	43.219,62	5.234,37	41.696,53	0,35	52.609,44
Educação	3.487.923,14	4.041.317,45	777.532,51	2.663.780,23	19,78	1.377.537,22	743.382,73	2.502.174,30	20,89	1.538.143,15
Ensino Fundamental	2.549.353,14	3.108.843,04	626.545,79	2.252.279,67	16,73	856.563,37	618.667,58	2.171.503,70	18,13	937.339,24
Ensino Médio	275.520,00	462.104,41	136.875,72	355.892,31	2,64	106.212,10	103.899,60	300.232,65	2,51	161.871,76
Ensino Superior	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Educação Infantil	615.450,00	415.450,00	8.600,00	8.600,00	0,06	406.850,00	8.600,00	8.600,00	0,07	406.850,00
Educação de Jovens e Adultos	10.100,00	10.100,00	3.591,00	4.688,25	0,03	5.411,75	1.895,25	2.992,50	0,02	7.107,50
Educação Especial	35.000,00	42.320,00	1.920,00	42.320,00	0,31	0,00	10.320,30	18.845,45	0,16	23.474,55
Cultura	152.500,00	158.500,00	10.999,50	98.840,60	0,73	59.659,40	7.734,00	95.575,10	0,80	62.924,90
Difusão Cultural	152.500,00	158.500,00	10.999,50	98.840,60	0,73	59.659,40	7.734,00	95.575,10	0,80	62.924,90
Direitos da Cidadania	17.000,00	17.000,00	6.656,00	12.142,00	0,09	4.858,00	2.156,00	7.641,00	0,06	9.359,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	17.000,00	17.000,00	6.656,00	12.142,00	0,09	4.858,00	2.156,00	7.641,00	0,06	9.359,00
Urbanismo	2.889.300,00	3.784.852,17	638.458,89	3.236.055,13	24,03	548.797,04	759.050,89	2.864.957,15	23,92	919.895,02
Serviços Urbanos	2.889.300,00	3.784.852,17	638.458,89	3.236.055,13	24,03	548.797,04	759.050,89	2.864.957,15	23,92	919.895,02
Habitação	14.200,00	14.200,00	0,00	0,00	0,00	14.200,00	0,00	0,00	0,00	14.200,00
Habitação Rural	7.100,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	7.100,00
Habitação Urbana	7.100,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	7.100,00
Agricultura	1.828.900,00	1.833.400,00	322.699,27	1.067.021,31	7,92	766.378,69	331.184,15	1.035.883,31	8,65	797.516,69
Promocão da Produção Vegetal	55.000,00	55.000,00	18.320,00	37.220,00	0,28	17.780,00	0,00	18.900,00	0,16	36.100,00
Extensão Rural	1.773.900,00	1.778.400,00	304.349,27	1.029.801,31	7,65	748.598,69	331.184,15	1.016.983,31	8,49	761.416,69
Comércio e Serviços	1.250,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00
Administração Geral	1.250,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00
Energia	180.500,00	266.149,89	14.482,75	187.224,64	1,39	78.925,25	40.953,08	145.255,05	1,21	120.894,84
Energia Elétrica	180.500,00	266.149,89	14.482,75	187.224,64	1,39	78.925,25	40.953,08	145.255,05	1,21	120.894,84
Desporto e Lazer	361.550,00	397.550,00	104.233,90	298.129,97	2,21	96.420,03	104.583,71	286.587,89	2,39	110.962,11
Desporto Comunitário	361.550,00	397.550,00	104.233,90	298.129,97	2,21	96.420,03	104.583,71	286.587,89	2,39	110.962,11

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.484.484,00	19.100.047,26	2.966.553,18	13.466.173,92	100,00	5.634.873,34	3.391.281,70	11.975.260,27	100,00	7.124.786,99
Encargos Especiais	793.500,00	550.500,00	3.278,45	485.955,54	3,61	64.544,46	84.011,93	337.324,23	2,82	213.175,77
Administração Geral	16.000,00	16.000,00	3.278,45	11.071,57	0,08	4.928,43	3.278,45	11.071,57	0,09	4.928,43
Refinanciamento da Dívida Interna	490.000,00	297.000,00	0,00	288.579,89	2,14	8.420,11	48.506,90	191.568,14	1,60	105.431,86
Serviço da Dívida Interna	287.500,00	237.500,00	0,00	186.304,08	1,38	51.195,92	32.226,58	134.684,52	1,12	102.815,48
TOTAL (III) = (I + II)	17.484.484,00	19.100.047,26	2.966.553,18	13.466.173,92	100,00	5.634.873,34	3.391.281,70	11.975.260,27	100,00	7.124.786,99

FONTE:

Cordilheira Alta, 23/09/2015

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de **Condeira Alta** - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RREO - ANEXOS I, RF, AT, SA, INDI, II

FREI-ANEXO 3 (RF, AL, S, INDI)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												RS 1,00
		PREVISÃO ATUALIZADA 2015												
		Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Agos/2015	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.591.412,71	1.462.983,72	1.676.333,36	1.690.172,73	1.851.100,49	1.883.787,48	1.784.144,34	1.704.352,91	1.830.178,19	1.716.040,30	1.653.042,79	1.577.480,29	20.410.658,80	20.080.775,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	145.920,44	91.187,94	99.143,72	133.846,25	86.200,12	84.223,50	289.784,21	101.410,12	129.286,81	96.273,89	130.729,57	100.128,30	1.498.717,87	1.642.210,75
IPTU	3.040,16	2.817,67	1.649,66	2.200,55	0,00	8.744,47	182.104,69	18.112,10	31.879,34	21.967,61	25.399,32	9.953,78	317.289,14	330.750,00
IPI	13.717,63	14.855,20	13.917,40	35.763,03	20.941	13.265,46	13.487,16	16.253,79	14.385,76	14.270,15	15.049,48	14.317,44	18.047,81	212.236,25
ISS	88.556,02	59.153,00	64.142,44	69.389,40	53.207,00	34.919,92	42.913,72	44.887,06	53.357,57	45.355,13	54.103,61	54.198,54	656.703,72	600.000,00
ITR	32.425,14	6.636,00	10.300,00	16.942,22	14.239,60	6.570,00	8.840,00	9.779,10	17.875,25	6.971,60	15.889,00	6.385,00	152.841,61	70.000,00
Outras Receitas Tributárias	7.742,79	7.838,07	9.134,33	8.271,93	16.593,11	21.100,69	42.839,04	12.478,05	9.788,89	9.719,00	19.705,38	15.675,54	183.243,29	439.189,90
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.834,38	13.751,53	13.422,88	14.311,59	14.017,15	15.105,59	32.049,27	18.134,45	21.200,09	20.077,53	22.741,47	18.299,19	214.235,32	180.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	13.187,37	14.253,72	12.304,69	15.659,69	12.722,89	16.432,73	21.739,01	18.889,68	20.883,08	21.897,21	19.410,51	15.786,96	202.037,69	174.422,25
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	42.415,03	38.831,26	36.701,65	46.382,79	86.159,60	34.477,11	69.899,08	46.542,94	53.032,66	61.099,26	44.332,88	34.705,62	604.604,08	722.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.308.444,69	1.299.285,75	1.502.942,14	1.727.009,21	1.627.684,75	1.485.991,27	1.347.238,47	1.494.387,52	1.561.116,70	1.600.238,35	1.419.895,73	1.395.171,14	17.687.200,72	17.111.419,00
Cota-Parte do FPM	380.362,84	371.533,94	491.732,86	700.030,07	596.335,67	611.826,61	465.103,52	493.031,92	591.411,88	594.288,39	391.036,57	443.046,62	5.117.256,19	5.040.000,00
Cota-Parte do ICMS	622.744,81	647.053,77	703.335,25	682.332,85	723.940,42	646.688,19	646.482,95	697.275,40	659.611,32	632.117,38	638.140,17	613.000,60	7.913.333,12	7.250.000,00
Cota-Parte do IPI/LA	52.834,41	44.419,35	27.041,69	16.621,34	14.302,87	42.489,50	51.657,77	51.853,71	62.115,08	56.856,06	55.229,50	55.726,67	623.296,76	500.000,00
Cota-Parte do ITR	1.245,03	3.859,71	222,42	17,03	43,76	62,29	46,42	107,82	8,24	88,19	86,76	15,75	5.785,44	1.000,00
Outras Transferências Correntes	131.063,31	101.206,69	133.354,27	96.000,92	133.899,26	45.983,00	64.980,05	105.931,30	105.304,10	149.369,32	208.583,73	137.898,69	1.413.612,63	1.702.689,00
Transferências do LC 81/1999	9.123,71	9.753,71	11.216,70	11.030,57	15.116,59	6.953,85	8.622,61	9.240,34	10.424,01	9.628,69	9.146,51	9.732,31	122.586,38	116.000,00
Transferências do LC 87/1996	2.959,59	2.350,36	2.893,69	5.187,18	0,00	0,00	0,00	11.026,66	2.759,24	2.759,24	2.759,24	2.759,24	35.041,62	35.000,00
Transferências do FUNDEC	115.716,90	10.501,49	120.222,05	125.407,57	141.267,21	130.939,04	127.735,54	138.209,67	139.482,13	132.038,38	126.893,23	130.425,96	1.555.743,38	1.405.750,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	110.100,80	8.193,22	9.833,37	9.340,61	22.076,18	16.567,28	13.401,20	22.900,80	43.656,50	14.459,06	15.962,63	13.417,08	202.883,13	203.724,00
DEDUÇÕES (II)	216.332,67	214.835,44	248.272,67	251.036,10	270.552,26	261.807,69	230.905,16	250.449,09	263.265,90	243.667,63	217.276,93	225.377,07	2.893.411,78	2.800.600,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	216.332,67	214.835,44	248.272,67	251.036,10	270.552,26	261.807,69	230.905,16	250.449,09	263.265,90	243.667,63	217.276,93	225.377,07	2.893.411,78	2.800.600,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.335.080,04	1.247.748,28	1.428.060,69	1.698.106,63	1.580.548,23	1.391.989,82	1.553.239,18	1.453.903,82	1.566.912,29	1.472.372,77	1.435.765,86	1.352.103,22	17.517.247,02	17.280.175,00

FONTE:

Condeira Alta, 23/09/2015

ALCEU MACZONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DE ANDRADE LACERDA
CONTROLEADOR(G) DO ORÇAMENTOSILVANA MAGALHÃES PIRES
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.203,56	1.313,14	1.313,14
DEDUÇÕES (II)	1.504.134,09	2.116.301,85	1.531.680,83
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.504.134,09	2.878.157,54	1.868.053,85
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	761.855,69	336.373,02
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.499.930,53	-2.114.988,71	-1.530.367,69
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.499.930,53	-2.114.988,71	-1.530.367,69

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2015 (C - A)
VALOR	584.621,02	-30.437,16

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 23/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	17.234.311,75	11.732.624,87	10.676.638,28
Receita Tributária	1.642.210,75	1.030.016,52	1.023.842,84
I.P.T.U.	320.750,00	307.551,21	271.500,04
I.S.S.	600.000,00	384.532,77	425.245,62
I.T.B.I.	70.000,00	86.548,55	109.315,88
I.R.R.F.	212.292,25	101.227,82	100.888,09
Outras Receitas Tributárias	439.168,50	150.156,17	116.893,21
Receita de Contribuição	180.000,00	161.884,74	114.238,61
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	180.000,00	161.884,74	114.238,61
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	174.422,25	146.606,82	118.425,97
(-) Aplicações Financeiras	174.422,25	146.606,82	118.425,97
Transferências Correntes	14.439.377,00	9.941.017,33	9.021.658,32
F.P.M.	4.832.000,00	3.256.295,81	3.085.828,70
I.P.V.A	440.000,00	305.714,45	279.718,79
I.C.M.S.	5.809.600,00	4.206.464,28	3.748.238,35
Convênios	208.741,00	112.735,13	133.216,00
Outras Transferências Correntes	3.149.036,00	2.059.807,66	1.774.656,48
Demais Receitas Correntes	972.724,00	599.706,28	516.898,51
Dívida Ativa	182.000,00	58.264,61	98.251,05
Diversas Receitas Correntes	790.724,00	541.441,67	418.647,46
RECEITAS DE CAPITAL (II)	75.750,00	38.245,05	1.693.518,22
Operações de Crédito (III)	2.450,00	0,00	727.603,25
Amortização de Empréstimos (IV)	64.000,00	38.245,05	42.775,62
Alienação de Ativos (V)	200,00	0,00	281.900,00
Transferências de Capital	9.100,00	0,00	641.239,35
Convênios	100,00	0,00	341.250,00
Outras Transferências de Capital	9.000,00	0,00	299.989,35
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	9.100,00	0,00	641.239,35
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.243.411,75	11.732.624,87	11.317.877,63

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.455.102,54	12.193.576,38	11.136.351,96	11.136.298,06	10.065.339,48
Pessoal e Encargos Sociais	7.198.793,89	4.781.401,72	4.493.072,76	4.768.721,72	4.479.120,80
Juros e Encargos da Dívida (IX)	10.000,00	5.131,94	53.216,93	5.131,94	30.692,39
Outras Despesas Correntes	9.246.308,65	7.407.042,72	6.590.062,27	6.362.444,40	5.555.526,29
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.445.102,54	12.188.444,44	11.083.135,03	11.131.166,12	10.034.647,09
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.564.944,72	1.271.597,54	2.974.234,19	838.962,21	2.225.445,23
Investimentos	2.277.944,72	988.149,59	2.688.398,02	652.526,01	2.036.805,94
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	287.000,00	283.447,95	285.836,17	186.436,20	188.639,29
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.277.944,72	988.149,59	2.688.398,02	652.526,01	2.036.805,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	80.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	18.803.047,26	13.176.594,03	13.771.533,05	11.783.692,13	12.071.453,03

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.559.635,51	-1.443.969,16	-2.453.655,42	-51.067,26	-753.575,40
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

Cordilheira Alta, 23/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 29/09/2015

ALCEU IMAZZONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANDSKI LANZARINI
CONTADOR(A) - CRC/SC 039463/O-6SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.308.466,25	1.308.466,25	981.479,75	73,59
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	380.574,00	380.574,00	378.375,38	96,88
1.1.1- IPTU	320.750,00	320.750,00	307.551,21	95,89
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.324,00	3.324,00	2.237,96	67,33
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	58.000,00	58.000,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	8.500,00	8.500,00	68.596,21	806,90
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	70.000,00	70.000,00	86.548,55	123,64
1.2.1- ITBI	70.000,00	70.000,00	86.548,55	123,64
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	633.600,00	633.600,00	395.328,00	62,39
1.3.1- ISS	600.000,00	600.000,00	384.532,77	64,09
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	11.000,00	11.000,00	6.989,00	63,54
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	19.000,00	19.000,00	2.810,04	14,79
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.600,00	3.600,00	995,19	27,67
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	212.292,25	212.292,25	101.227,82	47,68
1.4.1- IRRF	212.292,25	212.292,25	101.227,82	47,68
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.003.000,00	14.003.000,00	9.814.531,03	70,09
2.1- Cota-Parte FPM	6.040.000,00	6.040.000,00	4.070.369,48	67,39
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.040.000,00	6.040.000,00	4.070.369,48	67,39
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.262.000,00	7.262.000,00	5.258.079,43	72,41
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	35.000,00	35.000,00	22.073,92	63,07
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	115.000,00	115.000,00	81.404,69	70,79
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	461,25	46,13
2.6- Cota-Parte IPVA	550.000,00	550.000,00	382.142,26	69,48
2.7- Cota-Parte IOF-Outro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.309.466,25	15.309.466,25	10.776.010,78	70,39
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	253.606,25	253.606,25	229.467,03	90,48
5.1- Transferências do Salário-Educação	163.575,00	163.575,00	137.888,36	84,30
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - FNAE	38.500,00	38.500,00	27.414,00	71,21
5.4- Transferências Diretas - FNATE	50.300,00	50.300,00	54.057,01	107,47
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.231,25	1.231,25	10.107,66	820,93
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	210.241,00	210.241,00	107.432,20	51,10
6.1- Transferências de Convênios	207.741,00	207.741,00	107.432,20	51,71
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	162.300,00	162.300,00	74.604,77	45,97
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	626.147,25	626.147,25	411.504,00	65,72
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.800.600,00	2.800.600,00	1.962.904,60	70,09
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.208.000,00	1.208.000,00	814.073,67	67,39
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.452.400,00	1.452.400,00	1.051.615,15	72,41
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	7.000,00	7.000,00	4.414,75	63,07
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	23.000,00	23.000,00	16.261,02	70,79
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	92,20	46,10
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	110.000,00	110.000,00	76.427,81	69,48
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.408.200,00	1.408.200,00	1.072.490,85	76,16
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.405.750,00	1.405.750,00	1.037.495,36	73,94
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.450,00	2.450,00	4.995,49	203,90
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.394.850,00	-1.394.850,00	-895.409,24	64,19
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.077.800,00	1.077.800,00	875.539,61	81,23	875.539,61	81,23	
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
13.2- Com Ensino Fundamental	1.077.800,00	1.077.800,00	875.539,61	81,23	875.539,61	81,23	
14- OUTRAS DESPESAS	330.400,00	330.400,00	196.424,97	59,45	196.424,97	59,45	
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14.2- Com Ensino Fundamental	330.400,00	330.400,00	196.424,97	59,45	196.424,97	59,45	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.408.200,00	1.408.200,00	1.071.964,58	76,12	1.071.964,58	76,12	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR		
16- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-		
16.1 - FUNDEB 60%					-		
16.2 - FUNDEB 40%					-		
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00		
17.1 - FUNDEB 60%					0,00		
17.2 - FUNDEB 40%					0,00		
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00		
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.071.964,58		
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %					81,64		
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %					18,31		
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19,2)) %					0,05		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR		
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00		
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre (b) % (c)=(b/a)x100	
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)		3.827.366,56		3.827.366,56		2.694.002,70 70,39	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		DOTAÇÃO INICIALDOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e) % (f)=(e/d)x100		Até o Bimestre (g) % (h)=(g/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL		50.000,00 50.000,00		8.600,00 17,20		8.600,00 17,20	
23.1- Creche		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
23.2- Pré-escola		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL		2.691.735,89 2.927.194,39		1.986.706,55 67,87		1.921.005,11 65,63	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		1.408.200,00 1.408.200,00		1.071.964,58 76,12		1.071.964,58 76,12	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		1.283.535,89 1.518.994,39		914.741,97 60,22		849.040,53 55,89	
25- ENSINO MÉDIO		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
26- ENSINO SUPERIOR		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
28- OUTRAS		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)		2.741.735,89 2.977.194,39		1.996.306,55 67,02		1.929.605,11 64,81	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-895.409,24		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					4.995,49		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00		
35- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOSA PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-890.413,75		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)					2.820.018,96		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					26,17		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		DOTAÇÃO INICIALDOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e) % (f)=(e/d)x100		Até o Bimestre (g) % (h)=(g/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		166.075,00 166.075,00		7.127,00 4,29		7.127,00 4,29	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00 0,00		0,00 0,00		0,00 0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		126.542,25 257.616,56		148.857,99 57,78		133.783,46 51,93	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)		292.617,25 423.691,56		155.984,99 36,82		140.910,46 33,26	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)		3.034.353,14 3.400.885,95		2.151.291,54 63,26		2.070.515,57 60,88	

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (1)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (1)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.067.495,36	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.995,49	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.072.490,85	0,00

Cordilheira Alta, 23/09/2015

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPALSOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	2.450,00	0,00			2.450,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.564.944,72	1.271.597,54	838.962,21	0,00	1.293.347,18
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.564.944,72	1.271.597,54	838.962,21	0,00	1.293.347,18
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.562.494,72	-1.271.597,54	-	-	-1.290.897,18

FONTE:

Cordilheira Alta, 23/09/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Coronel Freitas

PREFEITURA

ATA DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº08/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2015

CONCORRÊNCIA Nº 08/2015

Ata da decisão da comissão de licitação referente ao Processo Licitação 109/2015, Edital de CONCORRÊNCIA 08/2015, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE OPTICA A SER INSTALADA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, QUE IRA INTEGRAR ESCOLAS RURAIS A REDE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS BÁSICOS E DEMAIS ANEXOS AO EDITAL. Aos vinte três dias do mês de setembro de dois mil e quinze, às 11:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas, reuniu-se a comissão de licitações para o julgamento dos questionamentos das empresas participantes do certame MACRO ENERGIA LTDA - EPP, FIBRATEL TELECOMUNICAÇÕES EIRELLI EPP, SMO INTERNET PROVIDER LTDA ME, L & A MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME referente ao envelope nº 01 fase de habilitação apresentada nos autos do referido processo.

Referente a empresa MACRO ENERGIA LTDA - EPP não apresentou o visto do CREA de SC, mas o mesmo foi entendido pela comissão que deve se exigir apenas do vencedor antes da assinatura do contrato, mediante decisões do TCU. A planilha de boa situação financeira conforme item 11.5.1 b1 não foi apresentada mas o balanço e suas demonstrações mostram por si só a boa situação financeira da empresa. Desta forma a comissão julgou habilitada a empresa MACRO ENERGIA LTDA - EPP para a próxima fase.

Referente a empresa L & A MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME, no item 11.4 do presente edital pede atestado de capacidade técnica e a comprovação do vínculo empregatício do funcionário detentor do atestado onde a empresa apresenta cópia da carteira de trabalho e a comissão julgou sendo um documento hábil para a habilitação da mesma. em relação ao CREA pessoa jurídica a comissão julgou procedente o questionamento feito pela empresa SMO INTERNET PROVIDER LTDA ME, onde não consta no CREA a habilitação técnica para o objeto da licitação. Desta forma a comissão julgou inabilitada a empresa L & A MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME.

Portanto a comissão de licitação julgou habilitadas as empresas MACRO ENERGIA LTDA - EPP, FIBRATEL TELECOMUNICAÇÕES EIRELLI EPP, SMO INTERNET PROVIDER LTDA ME. Fica aberto o prazo para manifestação de recursos pelo período de 5(cinco) dias úteis a partir da data de publicação da presente ata. nada mais havendo a tratar a comissão encerrou a presente ata que será publicada no site da prefeitura.

Coronel Freitas (SC), 24 de setembro de 2015

MARCELO J. RITTER CASIANE F. CARVALHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO MEMBRO

PAULO C. STRADA FLAVIA ROLIM DE MOURA
MEMBRO MEMBRO

LUIS CARLOS OSS
MEMBRO

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 54 E 55/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

4º TERMO ADITIVO Nº 54/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 142/2103

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Fica suprimido do objeto originário do contrato o sistema de Atendimento ao contribuinte via internet, no valor mensal de R\$ 238,15, e anual de R\$ 2.857,80, acrescendo-se em seu lugar o Cidadão Web com Gestão do ITBI via web, no valor mensal de R\$ 311,98, e total de R\$ 3.743,76, restringindo-se assim o seu licenciamento à vigência do contrato.

Vigência: 18/10/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

3º TERMO ADITIVO Nº 55/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2015

Contratado: Construtora Guilherme Arthur Ltda ME

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO do Contrato nº 17/2015, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30/10/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL – Aditivando o valor de R\$ 1.309,08 (um mil trezentos e nove reais e oito centavos), totalizando R\$ 200.270,00 (duzentos mil duzentos e setenta reais) o valor da obra, conforme demonstrado no orçamento em anexo referente a reprogramação.

Vigência: 30/10/2015

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 – DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO Nº 002/2015

ANEXO TC-07/94 – DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO Nº 002/2015

PACTUANTES: ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CORONEL MARTINS – AECM (22.529.139/0001-60)/MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS (95.993.093/0001-09).

I – DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio tem por objeto formalizar o CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO entre as partes para prestação de serviços de controle de adiantamento salarial mensal realizado pelo MUNICÍPIO aos servidores públicos municipais, através da utilização de cartões convênio para compra de produtos em estabelecimentos comerciais locais, a ser emitido e administrado pela AECM de conformidade com as cláusulas ora fixadas.

IV – DO PRAZO

CLÁUSULA QUINTA – O presente convênio é firmado pelo prazo determinado de 02 (dois) anos, iniciando-se a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Fica eleito o foro da Comarca de SÃO DOMINGOS- SC para dirimir qualquer litígio ou dúvida oriunda deste instrumento, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/09/2015

DATA VENCIMENTO CONVÊNIO: 02 (dois) anos, iniciando-se a partir de sua assinatura.

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS
DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CORONEL MARTINS - AECM
OLVAIR ANTONIO SARTORI
PRESIDENTE

RESPONSÁVEL JURÍDICO DO PRIMEIRO CONVENIENTE
JULCEMAR COMACHIO - ADVOGADO OAB/SC 18.445

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

ANEXO TC-07/94 – DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO Nº 003/2015

ANEXO TC-07/94 – DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO Nº 003/2015

PACTUANTES: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (34.028.316/0001-03)/MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS (95.993.093/0001-09).

OBJETO:

0.1 Pelo presente instrumento de Convênio e na melhor forma de direito, a ECT e a CONVENIENTE acordam em conjugar esforços, no intuito de proporcionar ATENDIMENTO DE SERVIÇOS POSTAIS à população da localidade de Coronel Martins, através de Agência de Correios Comunitária (doravante denominada simplesmente AGC), mediante prestação de serviços e a comercialização de produtos oferecidos pela ECT (doravante denominados simplesmente "SERVIÇOS"), na forma que lhe forem autorizados, conforme, de acordo com as orientações que lhe forem fornecidas e sob a supervisão da ECT.

0.2 Além das atividades de comercialização de produtos e da prestação de serviços da ECT, na forma autorizada pela ECT, a CONVENIENTE poderá executar outras atividades e prestar serviços afins e não concorrentes com a atividade postal, previamente autorizadas pela ECT e indicadas no Plano de Trabalho.

Fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de Florianópolis, do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões deste Convênio porventura surgidas em decorrência de sua execução e que não puderem ser decididas pela via administrativa, renunciando, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/09/2015

DATA VENCIMENTO CONVÊNIO: 17/09/2020

FORO: JUSTIÇA FEDERAL DE FLORIANÓPOLIS-SC

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal de Coronel Martins

PAULO OLIVEIRA DE ANDRADE
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Testemunha 1: _____

Testemunha 2: _____

PORTARIA Nº. 155 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 155 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Maria Nilce Marmentini Somavila, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professora- Área I, por um período de 15 (quinze) dias, a partir do dia 21 de setembro a 05 de outubro de 2015, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 21 de Setembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

DECIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 037/13

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

DECIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 037/13

O MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede administrativa na Avenida Getulio Vargas, nº 443, centro, na Cidade de Corupá (SC).

A empresa GENTE SEGURADORA S/A, pessoa jurídica de direito privado, devidamente, inscrita no CNPJ sob o nº. 90.180.605/0001-02, com sede com sede na Avenida Carlos Gomes, 350 - Boa Vista, Porto Alegre-RS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA O FORNECIMENTO DE SEGURO PARA A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ FORMULADO POR COMPANHIA DE SEGURO HABILITADA JUNTO A SUSEP.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, altera-se o valor do Contrato no valor de R\$ 1.600,00 (Hum Mil e Seiscentos Reais), referente ao endosso de inclusão do veículo Caminhão Cargo, placa MDT – 3571.

Data da Assinatura: 18/05/2015

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 3484/15

PORTARIA Nº 3484/15

AMPLIA A PEDIDO, CARGA HORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA MIRIAM TAUFENBACH DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

CONSIDERANDO a licença-maternidade e posteriormente licença-prêmio da servidora LUCIANA HAUCK,

Art. 1º- Ampliar a pedido, a carga horária da servidora SRA. MIRIAM TAUFENBACH, ocupante do cargo de Professor ACT, conforme Portaria nº 3385/15 e Processo Seletivo de ACT nº 004/2014, de 20 (vinte) horas semanais, para ampliação de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3385/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
21 de setembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 056/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 056/14

A Autarquia AGUÁS DE CORUPÁ, inscrita no CNPJ sob nº 14.797.046/0001-98, Rua Duque de Caxias, 257 – Centro, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

A empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12 e Inscrição Estadual nº 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, bairro Figueirinha – CEP 89270-000, Município de Guarimir, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE EXECUÇÃO DE TAPA BURACOS COM CBUQ E LOMBADAS TIPO II COM FORNECIMENTO DE PINTURA DE FAIXA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E PLACA REFLETIVA DE SINALIZAÇÃO PARA USO NA RECUPERAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ – SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 09 de maio de 2015 até 31 de Dezembro de 2015.

Data da Assinatura: 09/05/2015

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 75.415.075/0002-13, estabelecida na Rua Marcionilo dos Santos, 1426, bairro Corticeira – CEP 89270-000, Município de Guarimir, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ÓLEO DIESEL PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
Conforme disposto na Cláusula Quarta do Contrato original, altera-se o valor dos itens:

01 – Óleo Diesel Comum B S500, do presente Processo Licitatório, para o valor de R\$ 2,704 por litro;

02 – Óleo Diesel S10, do presente Processo Licitatório, para o valor de R\$ 2,791 por litro.

Data da Assinatura: 13/08/2015

Data da Vigência: 30/04/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 174/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 174/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.033.589/0001-12 e inscrição Estadual nº 253.869.366, estabelecida na Rua Fernando de Souza de Silva, nº 1199, Itoupava Norte – CEP 89052-475, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

CLÁUSULA PRIMEIRA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Conforme disposto na Cláusula Quarta do contrato firmado, altera-se o valor dos itens 073 – Luva cirúrgica nº 6,5 estéril, para o valor de R\$ 0,94 (noventa e quatro centavos) por par, item 074 – Luva cirúrgica nº 7,0 estéril, para o valor de R\$ 0,94 (noventa e quatro centavos) por par, item 075 – Luva cirúrgica nº 7,5 estéril, para o valor de R\$ 0,94 (noventa e quatro centavos) por par, item 076 – Luva cirúrgica nº 8,0 estéril, para o valor de R\$ 0,94 (noventa e quatro centavos) por par, item 77 – Luva de procedimento tam. P, para o valor de R\$ 14,95 (quatorze reais e noventa e cinco centavos) por caixa, item 78 – Luva de Procedimento tam. M, para o valor de R\$ 14,95 (quatorze reais e noventa e cinco centavos) por caixa, item 79 – Luva de procedimento tam. G, para o valor de R\$ 14,95 (quatorze reais e noventa e cinco centavos) por caixa, item 105 – seringa descartável 1 ml, para R\$ 0,137 (cento e trinta e sete milésimos de real) por unidade, item 106 – seringa descartável 3 ml, para R\$ 0,107 (cento e sete milésimos de real) por unidade, item 107 – seringa descartável 5 ml, para 0,127 (cento e vinte e sete milésimos de real) por unidade, item 108 – seringa descartável 10 ml, para R\$ 0,15 (quinze centavos) por unidade e item 109 – seringa descartável 20 ml para R\$ 0,383 (trezentos e oitenta e três milésimos de real) por unidade.

Data da Assinatura: 03/08/2015

Data da Vigência: 14/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA O MICRO ÔNIBUS PLACA MKJ 0699, UTILIZADO NO TRANSPORTE ESCOLAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 06/10/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 06/10/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 23 de Setembro de 2015.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

RETIFICAÇÃO 01/2015 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015, DE 17 SETEMBRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

RETIFICAÇÃO 01/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015, DE 17 SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Orgânica do Município de Curitibanos, a Lei Complementar nº 24 de 25 de abril de 2002, a Lei Complementar nº 26 de 17 de junho de 2002, a Lei Complementar nº 43, de 29 de maio de 2006, a Lei Complementar nº 76, de 12 de janeiro de 2012 e demais legislações aplicáveis, torna público, pela presente divulgação Edital de RETIFICAÇÃO das normas para realização da CONVOCAÇÃO PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTE DE TRÂNSITO de ingresso e formação de cadastro de reserva de servidores em caráter efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos seguintes termos.

1. Altera-se o horário da realização do curso de Formação de Agente de Trânsito para 08:00 às 12 horas e das 13:00 às 17:40 horas (horário de Brasília)

2. Os candidatos deverão comparecer no local indicado no Núcleo Municipal Teresa Lemos Preto, com antecedência mínima de 30(trinta) minutos do horário fixado, não sendo permitido o acesso do candidato após o horário previsto, munido da via original de um dos documentos considerados como válidos, de acordo com o

indicado no Edital de Concurso Público.

3. O Candidato deverá realizar a matrícula no Curso de Formação de Agente de Trânsito no 1º dia do início do curso, devendo o mesmo preencher a ficha de matrícula no local de realização do Curso de Formação, apresentando documento de identidade original valido.

4. O Curso de formação terá a carga horária de 120 (cento e vinte horas) aulas, conforme conteúdo programático anexo, sendo presenciais em tempo integral, com atividade internas e externas que poderão ser desenvolvidas nos turnos diurnos, com duração de até 10 horas/aulas dia.

5. Estará excluído do curso o candidato para o cargo de Agente de Trânsito que não atender a presente convocação editalícia, conforme previsto no Capítulo XI e itens 11.1 letra d e anexo VII do Edital de Abertura nº. 001/2015.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Os casos omissos ou dúbios a este processo serão resolvidos pela Comissão Geral do Concurso.

Curitibanos, 23 de setembro de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

ANEXOS DA RREO JANEIRO A AGOSTO 2015 - BIMESTRE JULHO-AGOSTO

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	77.164.039,00	77.164.039,00	12.089.973,45	15,67	53.985.561,32	69,96	23.178.477,68
RECEITAS CORRENTES	76.783.239,00	76.783.239,00	11.993.126,65	15,62	62.577.176,03	68,47	24.206.062,97
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.077.299,00	11.077.299,00	1.576.015,49	14,23	8.228.055,60	74,28	2.849.243,40
IMPOSTOS	8.963.186,00	8.963.186,00	1.369.945,52	15,28	6.631.240,96	73,98	2.331.945,04
TAXAS	2.004.403,00	2.004.403,00	156.089,76	7,79	1.366.487,57	68,17	637.915,43
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	109.710,00	109.710,00	49.980,21	45,56	230.327,07	209,94	-120.617,07
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.813.966,00	3.813.966,00	636.688,84	16,67	2.532.669,75	66,41	1.281.296,25
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.885.070,00	1.885.070,00	350.935,59	18,62	1.347.355,76	71,48	537.714,24
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.928.896,00	1.928.896,00	284.753,25	14,76	1.185.313,99	61,45	743.582,01
RECEITA PATRIMONIAL	1.048.221,00	1.048.221,00	431.325,20	41,15	2.611.007,17	249,09	-1.562.786,17
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.048.221,00	1.048.221,00	424.047,88	40,45	2.589.175,31	247,01	-1.540.954,31
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	7.277,32	0,00	21.831,86	0,00	-21.831,86
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.853.257,00	57.853.257,00	8.596.577,67	14,86	36.150.203,34	62,49	21.703.053,66
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	57.497.156,00	57.497.156,00	8.496.210,09	14,78	35.973.685,76	62,57	21.523.490,24
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSF. DE PESSOAS	5.000,00	5.000,00	49.587,58	991,75	49.587,58	991,75	-44.587,58
TRANSF. DE CONV.	341.101,00	341.101,00	50.780,00	14,89	126.950,00	37,22	214.151,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.990.496,00	2.990.496,00	753.519,35	25,20	3.055.240,17	102,16	-64.744,17
MULTAS E JUROS DE MORA	1.191.639,00	1.191.639,00	233.486,37	19,59	934.201,89	78,40	257.437,11
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	90.865,00	90.865,00	295.831,55	325,57	897.081,61	987,27	-806.216,61
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.146.470,00	1.146.470,00	197.966,14	17,27	1.039.259,64	90,65	107.210,36
RECEITAS DIVERSAS	561.522,00	561.522,00	26.235,29	4,67	184.697,03	32,89	376.824,97
RECEITAS DE CAPITAL	380.800,00	380.800,00	96.846,90	25,43	1.408.385,29	369,85	-1.027.585,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	11.000,00	11.000,00	99.098,20	900,89	252.491,86	2.295,38	-241.491,86
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.000,00	7.000,00	3.450,00	49,29	62.250,00	889,29	-55.250,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	4.000,00	4.000,00	96.648,20	2.391,21	190.241,86	4.756,05	-186.241,86
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	350.800,00	350.800,00	-2.251,30	0,00	1.155.893,43	329,50	-806.093,43
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	349.800,00	349.800,00	-2.251,30	0,00	1.155.893,43	330,44	-806.093,43
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.932.467,50	3.932.467,50	685.091,68	17,42	2.675.540,94	68,04	1.256.926,56
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	81.096.506,50	81.096.506,50	12.775.065,13	15,75	56.661.102,26	69,87	24.435.404,24
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	81.096.506,50	81.096.506,50	12.775.065,13	15,75	56.661.102,26	69,87	24.435.404,24
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	81.096.506,50	81.096.506,50	12.775.065,13	15,75	56.661.102,26	69,87	24.435.404,24
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	5.639.068,64	—	—	1.936.826,75	—	—
Superávit Financeiro	—	5.639.068,64	—	—	1.936.826,75	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	77.164.039,00	89.809.586,11	9.937.464,89	57.154.806,87	32.664.779,24	12.484.156,94	43.272.966,63	46.536.619,48	41.494.290,10
DESPESAS CORRENTES	68.209.480,12	69.474.032,94	8.557.148,67	44.975.997,62	24.498.035,32	10.379.327,93	38.581.679,10	30.882.353,84	37.474.443,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.318.933,75	42.821.676,22	6.539.821,62	25.288.005,05	17.533.671,17	6.594.113,36	25.140.394,48	17.681.281,74	24.555.326,01
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	636.000,00	277.400,00	5.344,19	24.599,30	252.800,70	5.344,19	24.599,30	252.800,70	24.599,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.254.546,37	26.374.966,72	2.011.982,86	19.663.393,27	6.711.563,45	3.779.670,38	13.416.685,32	12.958.271,40	12.894.518,46
DESPESAS DE CAPITAL	7.065.718,88	18.446.713,17	1.380.316,22	12.178.809,25	6.267.903,92	2.104.829,01	4.691.287,63	13.755.425,64	4.019.846,33
INVESTIMENTOS	6.007.458,88	17.388.453,17	1.209.565,26	11.495.782,59	5.892.670,58	1.934.078,05	4.008.260,87	13.380.192,30	3.336.819,67
Amortização da Dívida	1.058.260,00	1.058.260,00	170.750,96	683.026,66	375.233,34	170.750,96	683.026,66	375.233,34	683.026,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.888.840,00	1.888.840,00	0,00	0,00	1.888.840,00	0,00	0,00	1.888.840,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.888.840,00	1.888.840,00	0,00	0,00	1.888.840,00	0,00	0,00	1.888.840,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.932.467,50	3.932.467,50	683.482,29	2.640.362,21	1.292.105,29	683.482,29	2.640.362,21	1.292.105,29	2.640.362,21
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	81.096.506,50	93.742.053,61	10.620.947,18	59.795.169,08	33.946.884,53	13.167.639,23	45.913.328,84	47.828.724,77	44.134.652,31
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	81.096.506,50	93.742.053,61	10.620.947,18	59.795.169,08	33.946.884,53	13.167.639,23	45.913.328,84	47.828.724,77	44.134.652,31
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	10.747.773,42	—	56.661.102,26
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	81.096.506,50	93.742.053,61	10.620.947,18	59.795.169,08	—	13.167.639,23	56.661.102,26	—	100.796.754,57
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
					No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)			3.932.467,50	3.932.467,50	685.091,68	17,42	2.675.540,94	68,04	1.256.926,56
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			3.932.467,50	3.932.467,50	685.091,68	17,42	2.675.540,94	68,04	1.256.926,56
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			3.932.467,50	3.932.467,50	685.091,68	17,42	2.675.540,94	68,04	1.256.926,56
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			3.932.467,50	3.932.467,50	685.091,68	17,42	2.675.540,94	68,04	1.256.926,56

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	3.932.467,50	3.932.467,50	683.482,29	2.640.362,21	1.292.105,29	683.482,29	2.640.362,21	1.292.105,29	2.640.362,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.932.467,50	3.932.467,50	683.482,29	2.640.362,21	1.292.105,29	683.482,29	2.640.362,21	1.292.105,29	2.640.362,21

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.663.742,03
CURITIBANOS, 15/09/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				R\$ 1,00
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	4.624.575,32	4.152.148,14	472.427,18	17.038.260,02
2015	4.994.511,63	4.383.591,12	610.920,51	17.649.180,53
2016	4.479.190,26	5.045.519,74	-566.329,48	17.082.851,05
2017	4.244.162,25	4.753.104,87	-508.942,62	16.573.908,43
2018	4.029.493,57	4.440.747,57	-411.254,00	16.162.654,43
2019	3.796.172,38	4.245.358,97	-449.186,59	15.713.467,84
2020	3.571.359,68	4.065.194,67	-493.834,99	15.219.632,85
2021	3.312.291,44	4.052.584,11	-740.292,67	14.479.340,18
2022	3.080.501,25	3.983.437,43	-902.936,18	13.576.404,00
2023	2.852.071,14	3.941.792,94	-1.089.721,80	12.486.682,20
2024	2.611.869,12	3.981.367,02	-1.369.497,90	11.117.184,30
2025	2.414.854,84	3.901.825,90	-1.486.971,06	9.630.213,24
2026	2.190.289,34	3.955.225,44	-1.764.936,10	7.865.277,14
2027	1.957.972,84	4.071.532,48	-2.113.559,64	5.751.717,50
2028	1.804.887,69	3.935.856,37	-2.130.968,68	3.620.748,82
2029	1.642.249,71	3.866.691,36	-2.224.441,65	1.396.307,17
2030	1.472.316,14	3.853.956,09	-2.381.639,95	-988.332,78
2031	1.318.816,67	3.812.214,82	-2.493.398,15	-3.478.730,93
2032	1.196.929,11	3.685.050,84	-2.488.121,73	-5.966.852,66
2033	1.045.761,60	3.690.910,43	-2.645.148,83	-8.612.001,49
2034	922.668,72	3.622.300,20	-2.699.631,48	-11.311.632,97
2035	785.714,53	3.628.684,57	-2.842.970,04	-14.154.603,01
2036	669.012,33	3.586.920,96	-2.917.908,63	-17.072.511,64
2037	591.245,11	3.430.096,18	-2.838.851,07	-19.911.362,71
2038	521.136,50	3.269.329,73	-2.748.193,23	-22.659.555,94
2039	421.215,94	3.237.519,43	-2.816.303,49	-25.475.859,43
2040	350.042,34	3.124.989,09	-2.774.946,75	-28.250.806,18
2041	293.866,76	2.980.308,17	-2.686.441,41	-30.937.247,59
2042	265.680,48	2.756.575,95	-2.490.895,47	-33.428.143,06
2043	242.002,52	2.537.430,85	-2.295.428,33	-35.723.571,39
2044	181.015,08	2.470.759,51	-2.289.744,43	-38.013.315,82
2045	124.505,57	2.405.709,26	-2.281.203,69	-40.294.519,51
2046	81.995,83	2.306.894,28	-2.224.898,45	-42.519.417,96
2047	67.734,15	2.123.817,89	-2.056.083,74	-44.575.501,70
2048	52.321,77	1.962.695,88	-1.910.374,11	-46.485.875,81
2049	36.947,63	1.817.474,65	-1.780.527,02	-48.266.402,83
2050	23.839,76	1.678.709,41	-1.654.869,65	-49.921.272,48
2051	8.288,26	1.562.820,32	-1.554.532,06	-51.475.804,54
2052	6.972,97	1.409.578,86	-1.402.605,89	-52.878.410,43
2053	5.213,98	1.270.586,12	-1.265.372,14	-54.143.782,57
2054	3.237,62	1.144.261,30	-1.141.023,68	-55.284.806,25
2055	740,17	1.031.145,22	-1.030.405,05	-56.315.211,30
2056	0,00	922.487,73	-922.487,73	-57.237.699,03
2057	0,00	821.084,83	-821.084,83	-58.058.783,86
2058	0,00	728.753,98	-728.753,98	-58.787.537,84
2059	0,00	645.031,60	-645.031,60	-59.432.569,44
2060	0,00	569.120,85	-569.120,85	-60.001.690,29
2061	0,00	500.652,54	-500.652,54	-60.502.342,83
2062	0,00	438.960,33	-438.960,33	-60.941.303,16
2063	0,00	383.503,98	-383.503,98	-61.324.807,14
2064	0,00	333.753,37	-333.753,37	-61.658.560,51
2065	0,00	289.482,47	-289.482,47	-61.948.042,98
2066	0,00	250.098,73	-250.098,73	-62.198.141,71
2067	0,00	215.230,67	-215.230,67	-62.413.372,38
2068	0,00	184.416,02	-184.416,02	-62.597.788,40
2069	0,00	157.305,11	-157.305,11	-62.755.093,51
2070	0,00	133.559,81	-133.559,81	-62.888.653,32
2071	0,00	112.830,82	-112.830,82	-63.001.484,14
2072	0,00	94.816,73	-94.816,73	-63.096.300,87
2073	0,00	79.236,00	-79.236,00	-63.175.536,87
2074	0,00	65.824,88	-65.824,88	-63.241.361,75
2075	0,00	54.341,11	-54.341,11	-63.295.702,86

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	44.557,05	-44.557,05	-63.340.259,91
2077	0,00	36.274,31	-36.274,31	-63.376.534,22
2078	0,00	29.309,75	-29.309,75	-63.405.843,97
2079	0,00	23.498,10	-23.498,10	-63.429.342,07
2080	0,00	18.687,38	-18.687,38	-63.448.029,45
2081	0,00	14.746,15	-14.746,15	-63.462.775,60
2082	0,00	11.554,59	-11.554,59	-63.474.330,19
2083	0,00	8.995,02	-8.995,02	-63.483.325,21
2084	0,00	6.974,37	-6.974,37	-63.490.299,58
2085	0,00	5.403,34	-5.403,34	-63.495.702,92
2086	0,00	4.199,04	-4.199,04	-63.499.901,96
2087	0,00	3.290,56	-3.290,56	-63.503.192,52
2088	0,00	2.615,65	-2.615,65	-63.505.808,17

Projeção atuarial elaborada em 08/09/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

CURITIBANOS, 15/09/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	12.000,00				266.935,45		-254.935,45
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	4.000,00				190.241,86		-186.241,86
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.000,00				62.250,00		-55.250,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	1.000,00				14.443,59		-13.443,59
TOTAL	12.000,00				266.935,45		-254.935,45
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	249.200,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249.200,06
Investimentos	249.200,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249.200,06
TOTAL	249.200,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249.200,06
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	200.200,06	266.935,45					467.135,51

FONTE:

CURITIBANOS, 14/09/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalAMAURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	10.121.723,00	10.121.723,00	7.737.212,72	76,44
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.236.324,00	3.236.324,00	2.352.550,66	72,69
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.316.520,00	1.316.520,00	937.805,13	71,23
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.291.300,00	3.291.300,00	2.387.407,94	72,54
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.119.042,00	1.119.042,00	966.673,61	86,38
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	50.466,00	50.466,00	73.625,77	145,89
Divida Ativa dos Impostos	680.202,00	680.202,00	696.439,16	102,39
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa	427.869,00	427.869,00	322.710,45	75,42
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	40.482.724,00	40.482.724,00	24.682.238,49	60,92
Cota-Parte FPM	20.500.000,00	20.500.000,00	12.420.285,97	60,59
Cota-Parte ITR	131.652,00	131.652,00	16.700,48	12,69
Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	2.355.943,54	78,66
Cota-Parte ICMS	16.500.000,00	16.500.000,00	9.672.461,94	58,62
Cota-Parte IPI-Exportação	219.420,00	219.420,00	146.988,54	66,99
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	131.652,00	131.652,00	39.858,02	30,28
Desoneração ICMS (LC 87/96)	131.652,00	131.652,00	39.858,02	30,28
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	50.604.447,00	50.604.447,00	32.399.451,21	64,02

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.362.140,00	5.362.140,00	4.029.242,76	75,14
Provenientes da União	4.994.612,00	4.994.612,00	3.793.477,29	75,95
Provenientes dos Estados	312.673,00	312.673,00	155.930,47	49,87
Provenientes de Outros Municípios	54.855,00	54.855,00	79.835,00	145,54
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	68.826,00	68.826,00	32.360,24	47,02
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.430.966,00	5.430.966,00	4.061.603,00	74,79

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	14.076.946,00	16.254.523,69	11.400.997,72	70,14	9.355.392,23	57,56
Pessoal e Encargos Sociais	9.363.597,00	9.767.916,22	5.975.730,20	61,18	5.965.777,18	61,08
Outras Despesas Correntes	4.723.349,00	6.486.607,47	5.425.267,52	83,64	3.389.615,05	52,26
DESPESAS DE CAPITAL	806.689,00	1.220.087,13	1.012.038,78	82,95	499.275,38	40,92
Investimentos	806.689,00	1.220.087,13	1.012.038,78	82,95	499.275,38	40,92

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	806.689,00	1.220.087,13	1.012.038,78	82,95	499.275,38	40,92
Investimentos	806.689,00	1.220.087,13	1.012.038,78	82,95	499.275,38	40,92
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	14.883.635,00	17.474.610,82	12.413.036,50	71,03	9.854.667,61	56,39
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (n)	% (n/v)*100	Até o Bimestre (o)	% (o/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.362.140,00	7.347.587,70	5.496.694,06	44,28	3.762.973,64	38,18
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.362.140,00	7.347.587,70	5.496.694,06	44,28	3.762.973,64	38,18
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.362.140,00	7.347.587,70	5.496.694,06	44,28	3.762.973,64	38,18
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	9.521.495,00	10.127.023,12	6.916.342,44	55,72	6.091.693,97	61,82
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4e5						18,80
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI] - (15 x IIIb)/100 6						1.231.776,29

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2014	0,00	18.811,45	59.170,01	-59.170,01	0,00	
TOTAL	0,00	18.811,45	59.170,01	-59.170,01	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	18.811,45	0,00			18.811,45
TOTAL (VIII)	18.811,45	0,00			18.811,45	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100	
Atenção Básica	12.651.036,00	14.319.794,04	9.626.947,82	77,56	8.297.442,70	84,20
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.095.461,00	3.017.678,78	2.651.861,64	21,36	1.487.997,32	15,10
Vigilância Epidemiológica	137.138,00	137.138,00	134.227,04	1,08	69.227,59	0,70
TOTAL	14.883.635,00	17.474.610,82	12.413.036,50	100,00	9.854.667,61	100,00

FONTE:

1 Esse linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[M/(h+i) - (15 \times IIb)/100]$

CURITIBANOS, 14/09/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalAMAURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

CURITIBANOS, 15/09/2015

_____ JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	_____ AMAURY SILVA Secretário de Administração	_____ FLAVIO LUIZ ZILIO Contador
---	--	--

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		81.096.506,50		
Previsão Atualizada		81.096.506,50		
Receitas Realizadas		56.661.102,26		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.936.826,75		
DESPESAS				
Dotação Inicial		81.096.506,50		
Créditos Adicionais		12.645.547,11		
Dotação Atualizada		93.742.053,61		
Despesas Empenhadas		59.795.169,08		
Despesas Liquidadas		45.913.328,84		
Despesas pagas		44.134.652,31		
Superavit Orçamentário		10.747.773,42		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		59.795.169,08		
Despesas Liquidadas		45.913.328,84		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		74.456.145,78		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		6.485.136,97		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		4.821.394,94		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.663.742,03		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-580.000,00	-6.033.536,38	1.040,26
Resultado Primário		616.039,00	8.613.732,21	1.398,24
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.258.076,50	815.800,59	3.948.517,58	493.758,33
EXECUTIVO	5.258.076,50	815.800,59	3.948.517,58	493.758,33
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	557.151,69	0,00	524.996,78	32.154,91
EXECUTIVO	557.151,69	0,00	524.996,78	32.154,91
TOTAL:	5.815.228,19	815.800,59	4.473.514,36	525.913,24
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		5.783.637,35	25%	17,85
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		7.823.624,44	60%	68,95
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	19.000,00	
Despesa de Capital Líquida		4.691.287,53	13.755.425,64	

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	4.994.511,63	2.852.071,14	1.045.761,60	52.321,77
Despesas Previdenciárias (V)	4.383.591,12	3.941.792,94	3.690.910,43	1.962.695,88
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	610.920,51	-1.089.721,80	-2.645.148,83	-1.910.374,11
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			252.491,86	-241.491,86
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	249.200,06
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	6.091.693,97	15,00	18,80	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CURITIBANOS, 15/09/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
 Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
 Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		81.096.506,50		
Previsão Atualizada		81.096.506,50		
Receitas Realizadas		56.661.102,26		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.936.826,75		
DESPESAS				
Dotação Inicial		81.096.506,50		
Créditos Adicionais		12.645.547,11		
Dotação Atualizada		93.742.053,61		
Despesas Empenhadas		59.795.169,08		
Despesas Liquidadas		45.913.328,84		
Despesas pagas		44.134.652,31		
Superavit Orçamentário		10.747.773,42		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		59.795.169,08		
Despesas Liquidadas		45.913.328,84		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		74.456.145,78		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		6.485.136,97		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		4.821.394,94		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.663.742,03		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-580.000,00	-6.033.536,38	1.040,26
Resultado Primário		616.039,00	8.613.732,21	1.398,24
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.258.076,50	815.800,59	3.948.517,58	493.758,33
EXECUTIVO	5.258.076,50	815.800,59	3.948.517,58	493.758,33
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	557.151,69	0,00	524.996,78	32.154,91
EXECUTIVO	557.151,69	0,00	524.996,78	32.154,91
TOTAL:	5.815.228,19	815.800,59	4.473.514,36	525.913,24
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		5.783.637,35	25%	17,85
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		7.823.624,44	60%	68,95
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	19.000,00	
Despesa de Capital Líquida		4.691.287,53	13.755.425,64	

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	4.994.511,63	2.852.071,14	1.045.761,60	52.321,77
Despesas Previdenciárias (V)	4.383.591,12	3.941.792,94	3.690.910,43	1.962.695,88
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	610.920,51	-1.089.721,80	-2.645.148,83	-1.910.374,11
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			252.491,86	-241.491,86
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	249.200,06
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		6.091.693,97	15,00	18,80
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CURITIBANOS, 15/09/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
 Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
 Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		81.096.506,50		
Previsão Atualizada		81.096.506,50		
Receitas Realizadas		56.661.102,26		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.936.826,75		
DESPESAS				
Dotação Inicial		81.096.506,50		
Créditos Adicionais		12.645.547,11		
Dotação Atualizada		93.742.053,61		
Despesas Empenhadas		59.795.169,08		
Despesas Liquidadas		45.913.328,84		
Despesas pagas		44.134.652,31		
Superavit Orçamentário		10.747.773,42		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		59.795.169,08		
Despesas Liquidadas		45.913.328,84		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		74.456.145,78		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		6.485.136,97		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		4.821.394,94		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.663.742,03		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-580.000,00	-6.033.536,38	1.040,26
Resultado Primário		616.039,00	8.613.732,21	1.398,24
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.258.076,50	815.800,59	3.948.517,58	493.758,33
EXECUTIVO	5.258.076,50	815.800,59	3.948.517,58	493.758,33
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	557.151,69	0,00	524.996,78	32.154,91
EXECUTIVO	557.151,69	0,00	524.996,78	32.154,91
TOTAL:	5.815.228,19	815.800,59	4.473.514,36	525.913,24
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		5.783.637,35	25%	17,85
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		7.823.624,44	60%	68,95
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	19.000,00	
Despesa de Capital Líquida		4.691.287,53	13.755.425,64	

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	4.994.511,63	2.852.071,14	1.045.761,60	52.321,77
Despesas Previdenciárias (V)	4.383.591,12	3.941.792,94	3.690.910,43	1.962.695,88
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	610.920,51	-1.089.721,80	-2.645.148,83	-1.910.374,11
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			252.491,86	-241.491,86
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	249.200,06
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		6.091.693,97	15,00	18,80
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CURITIBANOS, 15/09/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
 Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
 Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (a)	77.164.039,00	89.809.586,11	9.937.464,89	57.154.806,87	95,58	32.654.779,24	12.484.156,94	43.272.966,63	94,25	46.536.619,48
Legislativa	2.756.432,00	2.756.432,00	293.295,50	1.347.012,13	2,25	1.409.419,87	348.804,59	1.287.795,85	2,80	1.468.636,15
Ação Legislativa	2.756.432,00	2.756.432,00	293.295,50	1.347.012,13	2,25	1.409.419,87	348.804,59	1.287.795,85	2,80	1.468.636,15
Administração	7.897.969,67	7.549.647,67	967.424,08	4.782.564,99	8,00	2.767.082,68	1.086.014,22	4.190.238,69	9,13	3.359.408,98
Planejamento e Orçamento	686.476,80	686.476,80	115.838,88	420.092,35	0,70	266.384,45	117.672,90	409.469,81	0,89	277.006,99
Administração Geral	2.478.971,05	2.424.171,05	331.819,59	1.334.313,74	2,23	1.089.857,31	346.282,35	1.220.866,25	2,65	1.203.304,80
Administração Financeira	4.431.821,82	4.338.299,82	508.704,75	2.978.251,11	4,98	1.360.048,71	610.124,99	2.511.627,64	5,47	1.826.672,18
Controle Interno	100.700,00	100.700,00	11.060,86	49.907,79	0,08	50.792,21	11.733,98	48.274,99	0,11	52.425,01
Segurança Pública	874.717,00	1.077.250,92	130.050,50	666.307,88	1,11	410.943,04	194.488,90	502.314,64	1,09	574.936,28
Policimento	795.717,00	998.250,92	130.050,50	661.884,55	1,11	336.366,37	193.808,90	499.591,31	1,09	498.659,61
Defesa Civil	79.000,00	79.000,00	0,00	4.423,33	0,01	74.576,67	680,00	2.723,33	0,01	76.276,67
Assistência Social	3.327.476,00	3.618.412,18	285.330,31	1.453.705,43	2,43	2.164.705,75	381.672,57	1.180.728,74	2,57	2.437.683,44
Assistência à Criança e ao Adolescente	427.586,50	559.379,56	49.755,79	222.971,92	0,37	336.407,64	62.379,32	159.441,10	0,35	399.938,46
Assistência Comunitária	2.263.889,50	2.781.632,62	230.230,33	1.206.135,21	2,02	1.575.497,41	313.949,06	966.688,34	2,17	1.784.944,28
Serviço da Dívida Interna	636.000,00	277.400,00	5.344,19	24.599,30	0,04	252.800,70	5.344,19	24.599,30	0,05	252.800,70
Previdência Social	6.253.754,70	6.603.754,70	1.213.690,62	4.630.279,30	7,74	1.973.475,40	1.213.690,62	4.630.004,13	10,08	1.973.750,57
Previdência do Regime Estatutário	6.253.754,70	6.603.754,70	1.213.690,62	4.630.279,30	7,74	1.973.475,40	1.213.690,62	4.630.004,13	10,08	1.973.750,57
Saúde	15.829.939,00	18.421.573,21	2.441.893,37	13.161.207,46	22,01	5.260.365,75	2.581.833,02	10.007.841,15	21,80	8.413.732,06
Atenção Básica	11.828.211,00	13.496.969,04	2.233.760,09	8.940.665,18	14,95	4.556.303,86	1.887.684,90	7.611.160,03	16,58	5.885.808,98
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.005.461,00	3.017.678,78	145.304,63	2.651.861,64	4,43	365.817,14	428.889,28	1.487.597,32	3,24	1.529.681,46
Vigilância Epidemiológica	137.138,00	137.138,00	57.972,41	134.227,04	0,22	2.910,96	25.359,67	69.227,59	0,15	67.910,41
Alimentação e Nutrição	1.769.129,00	1.769.787,39	4.856,24	1.434.453,60	2,40	335.333,79	239.899,17	839.456,18	1,83	930.331,21
Educação	22.210.893,80	26.281.281,24	2.779.001,34	16.453.015,53	27,52	9.828.266,71	3.763.249,52	11.799.711,64	25,70	14.481.569,60
Ensino Fundamental	12.561.281,50	14.843.929,09	1.165.496,64	10.728.394,40	17,94	4.115.544,69	2.076.134,77	6.402.084,88	13,94	8.441.844,21
Ensino Médio	261.109,80	261.109,80	16.847,39	109.713,80	0,18	151.396,00	27.445,59	75.632,40	0,16	185.477,40
Ensino Superior	93.253,50	93.253,50	0,00	16.000,00	0,03	77.253,50	6.400,00	16.000,00	0,03	77.253,50
Educação Infantil	9.196.510,00	11.000.249,85	1.595.657,31	5.553.917,33	9,29	5.446.332,52	1.638.269,16	5.270.594,35	11,48	5.729.255,49
Educação de Jovens e Adultos	21.942,00	21.942,00	0,00	0,00	0,00	21.942,00	0,00	0,00	0,00	21.942,00
Educação Especial	76.797,00	60.797,00	0,00	45.000,00	0,08	15.797,00	15.000,00	35.000,00	0,08	25.797,00
Cultura	766.600,00	766.600,00	56.472,40	225.243,28	0,38	541.356,72	52.441,66	217.066,98	0,47	549.503,02
Diffusão Cultural	766.600,00	766.600,00	56.472,40	225.243,28	0,38	541.356,72	52.441,66	217.066,98	0,47	549.503,02
Urbanismo	5.394.031,58	9.639.456,90	426.371,61	8.025.655,02	13,42	1.613.601,88	907.382,17	4.213.598,15	9,18	5.425.858,75
Serviços Urbanos	5.372.831,58	9.639.256,90	426.371,61	8.025.655,02	13,42	1.613.601,88	907.382,17	4.213.598,15	9,18	5.425.658,75
Preservação e Conservação Ambiental	21.200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Habituação	460.138,80	140.138,80	852,00	19.402,26	0,03	120.736,54	1.951,15	13.130,22	0,03	127.008,58
Habituação Urbana	460.138,80	140.138,80	852,00	19.402,26	0,03	120.736,54	1.951,15	13.130,22	0,03	127.008,58

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	77.164.039,00	89.809.586,11	9.937.464,89	57.154.806,87	95,58	32.654.779,24	12.484.156,94	43.272.966,63	94,25	46.536.619,48
Saneamento	7.500,00	91.000,00	-9.824,89	78.626,55	0,13	12.373,45	65.217,70	65.217,70	0,14	25.782,30
Saneamento Básico Urbano	7.500,00	91.000,00	-9.824,89	78.626,55	0,13	12.373,45	65.217,70	65.217,70	0,14	25.782,30
Gestão Ambiental	782.336,45	881.856,45	207.780,55	845.354,54	1,41	36.503,95	145.570,63	452.014,67	0,98	429.843,78
Preservação e Conservação Ambiental	770.336,45	869.856,45	205.591,66	839.254,54	1,40	30.600,91	143.803,93	447.059,71	0,97	422.796,74
Controle Ambiental	12.000,00	12.000,00	1.188,90	6.099,96	0,01	5.900,04	1.996,70	4.964,95	0,01	7.045,04
Agricultura	2.009.328,80	2.104.196,86	251.801,89	1.706.467,89	2,85	397.726,97	750.739,04	1.323.540,41	2,88	780.656,45
Extensão Rural	1.141.358,80	1.999.258,80	246.001,89	1.672.892,55	2,80	325.366,24	750.099,04	1.322.590,41	2,88	676.668,39
Promoção da Produção Agropecuária	867.970,00	104.938,06	5.800,00	33.575,33	0,06	71.362,73	640,00	950,00	0,00	103.988,06
Indústria	438.161,60	1.370.393,60	91.312,92	177.424,23	0,30	1.192.969,37	88.464,31	163.738,71	0,36	1.206.654,89
Promoção Industrial	438.161,60	1.370.393,60	91.312,92	177.424,23	0,30	1.192.969,37	88.464,31	163.738,71	0,36	1.206.654,89
Comércio e Serviços	430.000,00	430.000,00	4.000,00	13.585,48	0,02	416.414,52	2.352,00	6.802,22	0,01	423.197,78
Turismo	430.000,00	430.000,00	4.000,00	13.585,48	0,02	416.414,52	2.352,00	6.802,22	0,01	423.197,78
Energia	1.930.896,00	1.930.896,00	253.462,09	862.682,89	1,44	1.068.213,11	282.120,17	796.472,97	1,73	1.134.423,03
Energia Elétrica	1.930.896,00	1.930.896,00	253.462,09	862.682,89	1,44	1.068.213,11	282.120,17	796.472,97	1,73	1.134.423,03
Transporte	604.756,50	684.756,50	72.324,94	599.418,64	1,00	85.337,86	106.081,60	465.069,33	1,01	219.697,17
Transporte Aéreo	148.956,50	128.956,50	10.682,66	60.165,55	0,10	68.790,95	12.675,27	58.087,25	0,13	70.869,25
Transporte Rodoviário	455.800,00	555.800,00	61.682,28	539.253,09	0,90	16.546,91	93.406,33	406.972,08	0,89	148.827,92
Desporto e Lazer	1.333.369,00	1.406.198,98	174.609,93	959.684,71	1,80	446.514,27	210.287,99	810.462,73	1,77	595.706,25
Desporto Comunitário	1.167.369,00	1.167.369,00	173.393,34	803.301,94	1,34	364.067,06	157.131,74	654.109,56	1,42	513.259,04
Lazer	166.000,00	238.829,98	1.216,59	156.382,77	0,26	82.447,21	53.156,25	155.362,77	0,34	82.447,21
Encargos Especiais	2.166.896,10	2.166.896,10	297.635,72	1.147.167,70	1,92	1.019.730,40	301.795,08	1.147.167,70	2,50	1.019.730,40
Serviço da Dívida Interna	1.319.057,10	1.319.057,10	170.750,96	683.026,66	1,14	636.030,44	170.750,96	683.026,66	1,49	636.030,44
Outros Encargos Especiais	847.841,00	847.841,00	126.884,76	464.141,04	0,78	383.699,96	131.044,12	464.141,04	1,01	383.699,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.888.840,00	1.888.840,00	0,00	0,00	0,00	1.888.840,00	0,00	0,00	0,00	1.888.840,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.932.467,50	3.932.467,50	683.482,29	2.640.362,21	4,42	1.292.105,29	683.482,29	2.640.362,21	5,75	1.292.105,29
Legislativa	98.739,00	98.739,00	14.255,34	55.921,42	0,09	42.817,58	14.255,34	55.921,42	0,12	42.817,58
Ação Legislativa	98.739,00	98.739,00	14.255,34	55.921,42	0,09	42.817,58	14.255,34	55.921,42	0,12	42.817,58
Administração	1.272.000,00	1.272.000,00	193.172,06	749.072,33	1,25	522.927,67	193.172,06	749.072,33	1,63	522.927,67
Administração Geral	1.272.000,00	1.272.000,00	193.172,06	749.072,33	1,25	522.927,67	193.172,06	749.072,33	1,63	522.927,67
Saúde	822.825,00	822.825,00	181.453,50	686.282,64	1,15	136.542,36	181.453,50	686.282,64	1,49	136.542,36
Atenção Básica	822.825,00	822.825,00	181.453,50	686.282,64	1,15	136.542,36	181.453,50	686.282,64	1,49	136.542,36
Educação	1.738.903,50	1.738.903,50	294.601,39	1.149.085,82	1,92	589.817,68	294.601,39	1.149.085,82	2,50	589.817,68
Ensino Fundamental	833.796,00	833.796,00	141.700,01	561.424,85	0,94	272.371,15	141.700,01	561.424,85	1,22	272.371,15
Educação Infantil	905.107,50	905.107,50	152.901,38	587.660,97	0,98	317.446,53	152.901,38	587.660,97	1,28	317.446,53

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.932.467,50	3.932.467,50	683.482,29	2.640.362,21	4,42	1.292.105,29	683.482,29	2.640.362,21	5,75	1.292.105,29
Educação	1.738.903,50	1.738.903,50	294.601,39	1.149.085,82	1,92	589.817,68	294.601,39	1.149.085,82	2,50	589.817,68
Educação Infantil	905.107,50	905.107,50	152.901,38	587.660,97	0,98	317.446,53	152.901,38	587.660,97	1,28	317.446,53
TOTAL (III) = (I + II)	81.096.506,50	93.742.053,61	10.620.947,18	59.795.169,08	100,00	33.946.884,53	13.167.639,23	45.913.328,84	100,00	47.828.724,77

FONTE:

CURITIBANOS, 15/09/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalAMAUURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													R\$ 100	
	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Agos/2015	TOTAL (LÍQ. 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
RECEITAS CORRENTES (I)	6.896.958,87	6.893.275,96	6.893.898,77	7.045.913,46	7.364.669,85	6.754.167,69	7.189.094,59	8.730.491,83	7.396.727,24	6.833.455,37	6.096.132,81	6.275.999,64	84.466.794,69	84.676.283,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	706.930,05	612.174,05	636.463,55	712.724,65	434.654,74	955.647,28	1.119.594,53	2.451.267,04	625.471,45	723.785,07	789.091,46	807.690,05	10.877.980,91	11.077.239,00	
IPTU	78.470,38	20.426,85	12.817,20	10.555,45	1.633,05	1.058,47	343.955,04	1.504.183,82	234.621,99	89.506,88	96.592,54	87.008,20	2.470.620,51	3.236.324,00	
IPI/UF	103.699,53	99.888,23	115.151,03	184.069,67	17.141,49	135.753,05	174.705,53	132.033,03	118.944,69	128.399,85	125.087,44	131.657,53	1.499.217,10	1.119.042,00	
IUS	282.269,69	272.237,76	285.731,32	252.085,72	261.110,53	325.743,91	254.353,50	284.010,92	300.225,88	287.814,07	294.252,47	345.942,14	3.487.153,35	3.297.500,00	
LITEL	19.029,14	12.255,65	133.139,00	101.113,20	97.293,15	95.174,78	113.468,61	63.554,70	125.745,40	111.172,95	140.885,29	140.579,91	1.424.858,88	1.193.523,00	
Outras Receitas Tributárias	104.012,07	93.567,53	108.625,37	134.093,45	57.075,00	432.920,07	233.093,15	434.943,57	125.033,85	106.691,32	103.283,72	102.785,25	2.055.923,07	2.114.113,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	255.081,95	197.286,84	376.841,49	408.113,29	269.687,37	251.074,49	329.980,50	449.560,73	305.997,88	290.679,84	317.171,80	318.517,04	3.740.953,32	3.813.965,00	
RECEITA PATRIMONIAL	114.698,92	116.074,85	193.639,85	-193.000,34	594.159,51	185.265,69	171.285,58	452.553,69	579.039,28	194.281,98	253.559,14	177.795,08	2.675.816,47	1.047.721,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.535.498,49	5.761.967,37	5.003.625,74	5.737.889,92	5.701.591,74	5.102.695,09	4.670.605,50	5.121.246,65	5.350.018,34	5.390.559,37	4.821.079,47	4.774.465,40	62.383.051,07	65.046.201,00	
Ordemamento Financeiro	1.179.248,79	1.114.511,54	1.475.199,05	2.372.715,22	1.788.007,00	1.635.616,00	1.309.851,54	1.442.795,47	1.774.235,95	1.543.765,17	1.252.287,29	1.336.945,74	16.981.893,08	20.500.000,00	
Ordemamento Financeiro	1.076.039,94	1.111.590,51	1.234.441,71	1.782.244,89	1.325.716,75	1.163.993,00	1.182.944,93	1.273.056,28	1.208.739,00	1.239.099,87	1.152.285,44	1.106.871,89	14.253.819,95	16.500.000,00	
Ordemamento Financeiro	314.269,55	333.547,83	245.400,43	145.439,21	193.531,49	219.322,29	285.949,85	337.252,14	330.813,35	354.007,25	363.945,98	325.411,03	3.404.654,77	3.000.000,00	
Ordemamento Financeiro	23.791,08	213.264,80	34.317,77	14.185,48	8.634,18	784,40	1.699,42	0,00	3.153,19	733,25	305,73	1.300,31	302.259,61	31.652,00	
Outras Transferências Correntes	686.490,40	1.059.078,40	937.485,77	945.355,52	1.017.409,52	593.188,70	621.857,30	726.201,85	664.784,19	652.953,49	788.000,00	721.124,40	9.999.890,45	9.956.127,00	
Transferências da LC 89/1999	15.008,59	13.715,49	13.194,33	15.039,25	27.294,87	16.239,15	15.930,73	15.684,70	18.622,19	17.628,18	15.515,47	17.573,25	217.446,24	219.420,00	
Transferências da LC 87/1995	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	0,00	0,00	0,00	19.529,02	4.962,25	4.962,25	4.962,25	4.962,25	57.910,14	51.652,00	
Transferências do FUNDEC	1.252.724,70	1.230.650,97	1.396.448,11	1.357.632,34	1.394.527,59	1.262.431,74	1.231.175,50	1.232.227,20	1.344.461,16	1.277.462,91	1.229.076,41	1.267.195,63	15.579.647,82	15.537.550,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	572.244,58	240.292,04	340.595,13	354.285,93	364.580,49	215.334,82	888.182,59	263.222,72	290.200,39	334.199,41	566.230,24	167.289,11	4.562.998,83	2.990.495,00	
DEDUÇÕES (II)	664.615,09	724.753,76	754.349,43	880.102,52	815.878,45	820.872,43	1.160.934,18	785.875,58	840.453,99	800.483,87	1.009.042,52	733.319,10	10.004.644,82	10.011.614,00	
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.765,32	416.545,95	0,00	0,00	0,00	202.593,40	0,00	738.504,67	30.000,00	
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	141.735,07	165.352,81	153.651,48	235.355,43	152.445,91	140.763,23	179.167,17	174.972,84	172.088,55	165.367,42	176.998,49	174.032,23	2.095.445,73	1.855.070,00	
Dedução da Receita para Formação do FUNDEC	522.919,02	559.401,15	600.697,95	644.747,09	663.429,54	678.107,10	944.388,23	610.902,74	668.465,44	635.116,45	830.544,11	563.286,67	7.176.698,42	8.126.540,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III = I - II)	6.232.343,78	6.168.522,20	6.139.549,34	6.165.810,94	6.548.791,40	5.933.295,26	6.028.160,41	7.944.616,25	6.556.273,25	6.032.971,50	5.087.090,29	5.542.677,54	74.462.149,87	74.664.669,00	
FONTE:															
CURITIBANOS, 15/09/2015															

JOSE ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

AMURRY SILVA

Secretário de Administração

FLAVIO LACZULIO

Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.552.107,00	2.552.107,00	3.809.596,03	3.829.776,41
RECEITAS CORRENTES	2.552.107,00	2.552.107,00	3.809.596,03	3.829.776,41
Receita de Contribuições dos Segurados	1.885.070,00	1.885.070,00	1.338.521,14	1.137.276,67
Pessoal Civil	1.885.070,00	1.885.070,00	1.338.521,14	1.137.276,67
Ativo	1.865.070,00	1.865.070,00	1.323.681,62	1.122.624,26
Inativo	10.000,00	10.000,00	9.123,94	8.918,57
Pensionista	10.000,00	10.000,00	5.715,58	5.733,84
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	634.124,00	634.124,00	1.582.737,34	2.325.539,75
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	634.124,00	634.124,00	1.582.737,34	2.325.539,75
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	32.913,00	32.913,00	888.337,55	366.959,99
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	32.913,00	32.913,00	888.337,55	366.959,99
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.932.467,50	3.932.467,50	2.675.540,94	3.245.224,78
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	6.484.574,50	6.484.574,50	6.485.136,97	7.075.001,19

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	6.624.574,50	6.974.574,50	4.850.706,66	4.157.786,36	4.821.394,94	4.142.049,15
ADMINISTRAÇÃO	370.819,80	370.819,80	220.427,36	160.767,59	191.390,81	145.030,38
Despesas Correntes	351.072,00	351.072,00	220.119,36	156.189,59	191.082,81	140.452,38
Despesas de Capital	19.747,80	19.747,80	308,00	4.578,00	308,00	4.578,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.253.754,70	6.603.754,70	4.630.279,30	3.997.018,77	4.630.004,13	3.997.018,77

Continua 144

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	4.630.279,30	3.997.018,77	4.630.004,13	3.997.018,77
Aposentadorias	0,00	0,00	3.614.015,34	3.135.588,82	3.613.740,17	3.135.588,82
Pensões	0,00	0,00	1.015.329,56	860.729,15	1.015.329,56	860.729,15
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	934,40	700,80	934,40	700,80
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	6.253.754,70	6.603.754,70	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	6.253.754,70	6.603.754,70	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	6.624.574,50	6.974.574,50	4.880.706,66	4.157.788,36	4.821.394,94	4.142.049,15
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	(140.000,00)	(490.000,00)	-	-	1.663.742,03	2.932.952,94
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	581.551,28					
Plano Financeiro	581.551,28					
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	581.551,28					
Recursos para Formação de Reserva	0,00					
Outros Aportes para o RPPS	0,00					
Plano Previdenciário	0,00					
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00					
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00					
Outros Aportes para o RPPS	0,00					
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	1.450.000,00					
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA					
	2015		2014			
Caixa	0,00				0,00	

Continua 2/4

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2015		2014	
Bancos Conta Movimento		656.161,58		447.599,88	
Investimentos		19.643.329,01		15.866.512,30	
Outros Bens e Direitos		0,00		0,00	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	3.932.467,50	3.932.467,50	2.675.540,94	3.245.224,78
RECEITAS CORRENTES (VIII)	3.932.467,50	3.932.467,50	2.675.540,94	3.245.224,78
Recetta de Contribuições Patronais	3.932.467,50	3.932.467,50	2.675.540,94	2.245.224,78
Pessoal Civil	3.932.467,50	3.932.467,50	2.675.540,94	2.245.224,78
Ativo	3.932.467,50	3.932.467,50	2.675.540,94	2.245.224,78
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	3.932.467,50	3.932.467,50	2.675.540,94	3.245.224,78

Continua 3/4

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

CURITIBANOS, 15/09/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalAMALRY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.861.916,04	2.349.640,34	2.178.889,38
DEDUÇÕES (II)	13.091.086,39	18.873.156,77	18.459.385,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.648.238,08	19.221.310,78	18.751.627,59
Demais Haveres Financeiros	0,00	20,09	20,09
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	557.151,69	348.174,10	292.261,81
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-10.229.170,35	-16.523.516,43	-16.280.496,49
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	375.224,27	361.749,06	357.434,51
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-10.604.394,62	-16.885.265,49	-16.637.931,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2015 (C - A)
VALOR	247.334,49	-6.033.536,38

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-580.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	17.038.260,02	20.055.432,13	20.299.490,59
Disponibilidade de Caixa Bruta	720.443,45	575.029,82	656.161,58
Investimentos	16.317.816,57	19.480.402,31	19.643.329,01
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-17.038.260,02	-20.055.432,13	-20.299.490,59
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-17.038.260,02	-20.055.432,13	-20.299.490,59

FONTE:

CURITIBANOS, 15/09/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	79.667.485,50	52.663.541,66	49.131.801,08
Receita Tributária	11.077.299,00	8.228.055,60	7.255.499,13
I.P.T.U.	3.236.324,00	2.348.540,60	2.256.419,41
I.S.S.	3.291.300,00	2.383.771,62	1.916.927,43
I.T.B.I.	1.316.520,00	932.255,13	924.233,63
I.R.R.F.	1.119.042,00	966.673,61	758.245,84
Outras Receitas Tributárias	2.114.113,00	1.596.814,64	1.399.672,82
Receita de Contribuição	7.746.433,50	5.208.210,69	4.446.934,62
Receitas Previdenciárias	5.817.537,50	4.014.062,08	3.382.501,45
Outras Contribuições	1.928.896,00	1.194.148,61	1.064.433,17
Receita Patrimonial Líquida	0,00	21.831,86	0,00
Receita Patrimonial	1.048.221,00	2.611.007,17	3.029.457,67
(-) Aplicações Financeiras	1.048.221,00	2.589.175,31	3.029.457,67
Transferências Correntes	57.853.257,00	36.150.203,34	33.877.182,47
F.P.M.	16.400.000,00	9.978.064,50	9.257.485,74
I.P.V.A	2.400.000,00	1.892.939,67	1.710.974,35
I.C.M.S.	13.200.000,00	7.737.970,21	6.502.728,65
Convênios	341.101,00	126.950,00	0,00
Outras Transferências Correntes	25.512.156,00	16.414.278,96	16.405.993,73
Demais Receitas Correntes	2.990.496,00	3.055.240,17	3.552.184,86
Dívida Ativa	1.146.470,00	1.039.259,64	625.419,95
Diversas Receitas Correntes	1.844.026,00	2.015.980,53	2.926.764,91
RECEITAS DE CAPITAL (II)	380.800,00	1.408.385,29	3.104.122,07
Operações de Crédito (III)	19.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	11.000,00	252.491,86	141.687,50
Transferências de Capital	350.800,00	1.155.893,43	2.962.434,57
Convênios	349.800,00	1.155.893,43	2.962.434,57
Outras Transferências de Capital	1.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	350.800,00	1.155.893,43	2.962.434,57
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	80.018.285,50	53.819.435,09	52.094.235,65

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	73.406.500,44	47.616.359,83	45.816.301,58	41.222.041,31	38.563.944,65
Pessoal e Encargos Sociais	46.754.143,72	27.928.367,26	24.863.204,71	27.780.756,69	24.732.157,63
Juros e Encargos da Dívida (IX)	277.400,00	24.599,30	43.177,55	24.599,30	43.177,55
Outras Despesas Correntes	26.374.956,72	19.663.393,27	20.909.919,32	13.416.685,32	13.788.609,47
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	73.129.100,44	47.591.760,53	45.773.124,03	41.197.442,01	38.520.767,10
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	18.446.713,17	12.178.809,25	14.685.004,96	4.691.287,53	4.909.674,50
Investimentos	17.388.453,17	11.495.782,59	14.416.684,27	4.008.260,87	4.641.353,81
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.058.260,00	683.026,66	268.320,69	683.026,66	268.320,69
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	17.388.453,17	11.495.782,59	14.416.684,27	4.008.260,87	4.641.353,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.888.840,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	92.406.393,61	59.087.543,12	60.189.808,30	45.205.702,88	43.162.120,91

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-12.388.108,11	-5.268.108,03	-8.095.572,65	8.613.732,21	8.932.114,74
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				616.039,00	

CURITIBANOS, 15/09/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015 BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	533.610,81	501.455,50	-	32.154,91	133.841,78	5.124.234,72	4.208.624,48	3.948.517,58	815.800,59	493.758,33	525.913,34
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	533.610,81	501.455,50	0,00	32.154,91	133.841,78	5.124.234,72	4.208.624,48	3.948.517,58	815.800,59	493.758,33	525.913,34
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	32.153,69	291.591,59	0,00	29.997,10	132.541,78	2.123.772,05	1.738.314,24	1.738.314,24	374.452,65	143.635,94	173.574,04
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171,60	23,43	23,43	148,17	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	14,28	14,28	0,00	0,00	1.200,00	66.993,24	63.305,72	63.305,72	4.896,52	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	33.812,38	33.812,38	0,00	0,00	0,00	4.811,87	4.301,00	4.301,00	510,87	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330,00	0,00	0,00	330,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	81.108,10	78.850,29	0,00	2.217,81	0,00	2.592.180,59	2.139.279,09	1.880.029,09	373.625,44	338.535,46	340.744,27
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.201,91	44,67	44,67	3.157,24	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	103.147,36	103.147,36	0,00	0,00	0,00	332.773,06	263.355,33	263.458,43	68.679,70	11.594,93	11.594,93
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	23.540,88	23.540,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	23.540,88	23.540,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	23.540,88	23.540,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	557.151,69	524.996,38	0,00	32.154,91	133.841,78	5.124.234,72	4.208.624,48	3.948.517,58	815.800,59	493.758,33	525.913,34

FONTE:

CURITIBANOS, 15/09/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalAMALRY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	10.121.723,00	10.121.723,00	7.737.212,72	76,44
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.185.315,00	4.185.315,00	3.038.665,17	72,60
1.1.1- IPTU	3.236.324,00	3.236.324,00	2.352.550,66	72,69
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	16.456,00	16.456,00	2.780,48	16,90
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	548.550,00	548.550,00	446.687,90	81,43
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	383.985,00	383.985,00	236.646,13	61,63
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.317.617,00	1.317.617,00	938.636,32	71,24
1.2.1- ITBI	1.316.520,00	1.316.520,00	937.805,13	71,23
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.097,00	1.097,00	831,19	75,77
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.499.749,00	3.499.749,00	2.793.237,62	79,81
1.3.1- ISS	3.291.300,00	3.291.300,00	2.387.407,94	72,54
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	32.913,00	32.913,00	70.014,10	212,72
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	131.652,00	131.652,00	249.751,26	189,71
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	43.884,00	43.884,00	86.064,32	196,12
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.119.042,00	1.119.042,00	966.673,61	86,38
1.4.1- IRRF	1.119.042,00	1.119.042,00	966.673,61	86,38
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	-	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	40.482.724,00	40.482.724,00	24.662.238,49	60,92
2.1- Cota-Parte FPM	20.500.000,00	20.500.000,00	12.420.285,97	60,59
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	20.500.000,00	20.500.000,00	12.420.285,97	60,59
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	16.500.000,00	16.500.000,00	9.672.461,94	58,62
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	131.652,00	131.652,00	39.858,02	30,28
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	219.420,00	219.420,00	146.988,54	66,99
2.5- Cota-Parte ITR	131.652,00	131.652,00	16.700,48	12,69
2.6- Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	2.365.943,54	78,86
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	50.604.447,00	50.604.447,00	32.399.451,21	64,02
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.153.697,00	2.153.697,00	1.774.783,65	82,41
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.316.520,00	1.316.520,00	1.240.578,64	94,23
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.486,00	5.486,00	1.110,00	20,23
5.3- Transferências Diretas - PNAE	446.000,00	446.000,00	242.254,00	54,32
5.4- Transferências Diretas - PNATE	142.720,00	142.720,00	40.188,64	28,16
5.5- Outras Transferências do FNDE	232.000,00	232.000,00	132.960,00	57,31
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.971,00	10.971,00	117.692,37	1.072,76
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	411.939,00	411.939,00	178.715,58	43,38
6.1- Transferências de Convênios	400.391,00	400.391,00	126.950,00	31,71
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	11.548,00	11.548,00	51.765,58	448,26
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.194,00	2.194,00	69.157,91	3.152,14
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.567.830,00	2.567.830,00	2.022.657,14	78,77
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	8.096.544,00	8.096.544,00	4.890.466,21	60,40
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.100.000,00	4.100.000,00	2.442.221,47	59,57
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	3.300.000,00	3.300.000,00	1.934.491,73	58,62
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	26.330,00	26.330,00	8.011,45	30,43
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	43.884,00	43.884,00	29.397,66	66,99
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	26.330,00	26.330,00	3.340,03	12,69
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	600.000,00	600.000,00	473.003,87	78,83
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	15.962.805,00	15.962.805,00	10.417.267,30	65,28
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	15.907.950,00	15.907.950,00	10.292.990,70	64,70
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	54.855,00	54.855,00	124.276,60	226,55
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	7.811.406,00	7.811.406,00	5.402.524,49	69,16
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	11.972.103,75	12.613.259,28	7.823.624,44	62,03	7.823.624,44	62,03	
13.1- Com Educação Infantil	6.505.803,00	6.846.958,53	4.309.060,71	62,93	4.309.060,71	62,93	
13.2- Com Ensino Fundamental	5.466.300,75	5.766.300,75	3.514.563,73	60,95	3.514.563,73	60,95	
14- OUTRAS DESPESAS	3.990.701,25	3.990.701,25	3.184.683,18	79,80	1.624.884,60	40,72	
14.1- Com Educação Infantil	1.135.498,50	705.498,50	348.735,93	49,43	342.810,31	48,59	
14.2- Com Ensino Fundamental	2.855.202,75	3.285.202,75	2.835.947,25	86,32	1.282.074,29	39,03	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	15.962.805,00	16.603.960,53	11.008.307,62	66,30	9.448.509,04	56,91	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-		
16.1 - FUNDEB 60%							
16.2 - FUNDEB 40%							
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					641.155,53		
17.1 - FUNDEB 60%					641.155,53		
17.2 - FUNDEB 40%					0,00		
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					641.155,53		
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					8.807.353,51		
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					68,95		
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					15,60		
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					15,45		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR		
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					641.155,53		
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					641.155,53		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)		12.651.111,75		12.651.111,75		8.099.862,80	64,02
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL		9.685.690,50	9.529.846,03	5.665.261,94	58,45	5.467.908,17	57,38
23.1- Creche		4.842.845,25	4.764.923,02	2.832.630,97	59,45	2.733.954,09	57,38
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		3.820.650,75	3.776.228,52	2.328.898,32	61,67	2.325.935,51	61,59
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		1.022.194,50	988.694,50	503.732,65	50,95	408.018,58	41,27
23.2- Pré-escola		4.842.845,25	4.764.923,01	2.832.630,97	58,45	2.733.954,08	57,38
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		3.820.650,75	3.776.228,51	2.328.898,32	61,67	2.325.935,51	61,59
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		1.022.194,50	988.694,50	503.732,65	50,95	408.018,57	41,27
24- ENSINO FUNDAMENTAL		11.872.513,50	12.669.513,50	8.893.248,80	70,19	6.451.628,02	50,92
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		8.321.503,50	9.051.503,50	6.360.510,98	70,16	4.796.638,02	52,99
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		3.551.010,00	3.618.010,00	2.542.737,82	70,28	1.654.990,00	45,74
25- ENSINO MÉDIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)		21.558.204,00	22.199.359,53	14.558.510,74	65,58	11.919.536,19	53,69
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					5.402.524,49		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					124.276,60		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					609.097,75		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					6.135.898,84		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)					5.783.637,35		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					17,85		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.327.491,00	2.411.870,20	2.171.455,94	90,03	489.392,35	20,29	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.238.145,00	3.584.656,10	1.291.546,60	36,03	755.579,23	21,08	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.565.636,00	5.996.526,30	3.463.002,54	57,75	1.244.971,58	20,76	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	24.124.840,00	28.195.885,83	18.021.513,28	63,92	13.164.507,77	46,89	

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (I)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.850.298,51	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	10.292.990,70	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	10.531.138,80	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	9.445.900,56	0,00
49.2 Restos a Pagar	1.085.238,24	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	124.276,60	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.736.427,01	0,00

CURITIBANOS, 15/09/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalAMAURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	19.000,00	0,00			19.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	18.446.713,17	12.178.809,25	4.691.287,53	0,00	6.267.903,92
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	18.446.713,17	12.178.809,25	4.691.287,53	0,00	6.267.903,92
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-18.427.713,17	-12.178.809,25	-	-	-6.248.903,92

FONTE:

CURITIBANOS, 14/09/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto a Tomada de Preço nº. 097/2015. Objeto: Contratação de empresa para realização de reforma em cobertura na Escola Municipal Castro Alves. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 09/10/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações e retirada do edital junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Santos Dumont, Nº.413. Centro. Dionísio. Cerqueira, 22/09/2015.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão n. 098/2015. Objeto: Aquisição de peças e serviços mecânicos para conserto e manutenção do veículo Van Placa MJT 2749 da Secretaria da Educação. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 06/10/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira 23/09/2015.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

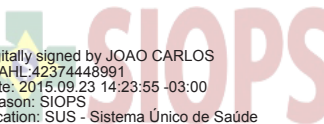
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão n. 099/2015. Objeto: Prestação de serviços de Imunização, Desratização e limpeza de cisternas nas escolas Municipais. . Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 06/10/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua

Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira 23/09/2015.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA


Digitally signed by JOAO CARLOS
STAH:42374448991
Date: 2015.09.23 14:23:55 -03:00
Reason: SIOPS
Location: SUS - Sistema Único de Saúde

UF: Santa Catarina

Município: Dionísio Cerqueira

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
4º Bimestre Julho e Agosto de 2015

RREO - ANEXO 12 (LC141/2012, art.35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b / a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	4.946.412,53	4.946.412,53	2.513.665,35	50,81
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.218.000,00	1.218.000,00	430.138,28	35,31
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	750.000,00	750.000,00	579.215,29	77,22
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.711.147,20	1.711.147,20	947.796,88	55,38
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	372.724,24	372.724,24	427.594,49	114,72
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	7.137,90	7.137,90	10.036,21	140,60
Dívida Ativa dos Impostos	845.765,44	845.765,44	84.424,85	9,98
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	41.637,75	41.637,75	34.459,35	9,98
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	19.397.632,50	19.397.632,50	12.055.350,93	62,14
Cota-Parte FPM	11.230.000,00	11.230.000,00	6.532.965,85	58,17
Cota-Parte ITR	24.874,50	24.874,50	1.456,17	5,85
Cota-Parte IPVA	1.520.000,00	1.520.000,00	774.073,92	50,92
Cota-Parte ICMS	6.480.000,00	6.480.000,00	4.639.469,83	71,59
Cota-Parte IPI-Exportação	107.068,50	107.068,50	88.962,75	83,08
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	35.689,50	35.689,50	18.422,41	51,61
Desoneração ICMS (LC 87/96)	35.689,50	35.689,50	18.422,41	51,61
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	24.344.045,03	24.344.045,03	14.569.016,28	59,84

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.180.164,55	7.165.408,40	4.185.488,88	58,41
Provenientes da União	4.931.805,00	4.984.305,00	3.107.894,29	62,35
Provenientes dos Estados	0,00	1.955.779,00	1.020.684,79	52,19
Provenientes de Outros Municípios	0,00	156.024,40	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	248.359,55	69.300,00	56.909,80	82,12

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	26.394,00	1.050,00	185.335,00	17.650,95
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	18.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.224.558,55	7.166.458,40	4.370.823,88	60,99

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f / e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g / e) x 100
DESPESAS CORRENTES	13.911.420,46	14.287.202,86	8.997.979,57	62,97	8.056.637,00	56,39
Pessoal e Encargos Sociais	8.600.696,00	8.143.696,00	5.074.492,67	62,31	5.074.492,67	62,31
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.310.724,46	6.143.506,86	3.923.486,90	63,86	2.982.144,33	48,54
DESPESAS DE CAPITAL	109.370,00	2.334.687,60	2.014.119,20	86,26	1.493.070,80	63,95
Investimentos	109.370,00	2.334.687,60	2.014.119,20	86,26	1.493.070,80	63,95
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	14.020.790,46	16.621.890,46	11.012.098,77	66,25	9.549.707,80	57,45

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h / IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	N/A	5.935.450,56	53,90	4.947.228,65	51,81
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	N/A	5.935.450,56	53,90	4.947.228,65	51,81
Recursos de Operações de Crédito	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	N/A		5.935.450,56	53,90	4.947.228,65	51,81

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	N/A	16.621.890,46	5.076.648,21	46,10	4.602.479,15
---	-----	---------------	--------------	-------	--------------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴ e 5	31,59
---	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15*IIIb)/100)] ⁶	2.417.126,71
---	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	4.137,37	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	N/A	4.137,37	0,00	0,00	N/A

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24,§ 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l)x 100	Até o Bimestre (m)	%(m/total m)x 100
Atenção Básica	7.864.250,46	8.358.250,46	5.308.284,39	48,20	4.750.430,32	49,74
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.452.210,00	6.599.310,00	4.652.821,41	42,25	3.888.019,74	40,71
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	500.500,00	460.500,00	251.154,36	2,28	218.224,96	2,29
Vigilância Epidemiológica	66.945,00	66.945,00	60.246,53	0,55	60.246,53	0,63
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	1.136.885,00	1.136.885,00	739.592,08	6,72	632.786,25	6,63
TOTAL	14.020.790,46	16.621.890,46	11.012.098,77	100,00	9.549.707,80	100,00

FONTE: SIOPS, Dionísio Cerqueira / SC

- 1 - Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 - Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
- 5 - Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
- 6 - No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

Justificativa:

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL_MERENDA ESCOLAR 2

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0033/2015

Processo licitatório nº: 0062/2015

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a alimentação escolar da rede municipal de ensino.

Data do Recebimento: 07/10/2015 as 09h00 min.

Data da abertura: 07/10/2015 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a

Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida

Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 23 de setembro de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 1410

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório Nº. 1410/2015

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 21/2015

As 14:00 horas do dia 23 de setembro de 2015, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 152/2015, para realizar a abertura do envelope da proposta de preço e realizar a habilitação da proponente interessada em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DA MAQUINA MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140B. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório os seguintes interessados: MARAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, PESA, PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, sendo que somente a empresa MARAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA apresentou representante para participar do processo.

Iniciada a sessão com a presença do interessado, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento da proposta apresentada pela proponente interessada. Após a análise e julgamento da proposta de preço do Processo Licitatório foi adjudicado o seguinte proponente:

ITENS	QUANT.	UNID.	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	JUNTA 5D0043	12,00
2	8,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PARAFUSO 0S1599	5,00
3	8,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PORCA 1B4205	2,00
4	8,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	TRAVA 7B7054	2,00
5	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	RETENTOR 7B0368	63,00
6	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ROLAMENTO CAPA 4F2041	212,00
7	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ROLAMENTO CONE 2D9457	412,00
8	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	CALÇO FIBRA 5D8211	7,00
9	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	CINTA CELERON 6D6859	120,00
10	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ADAPTADOR 2D4010	288,00
11	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ANEL 7S8561	18,00
12	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ANEL 5H4081	6,00
13	4,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ROLAMENTO CONE 4B9373	240,00
14	4,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ROLAMENTO CAPA 4B9374	190,00
15	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ANEL 1M9015	19,00
16	1,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	REPARO DO CILINDRO DA DIREÇÃO 2465910	120,00
17	1,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	EIXO 6D5585	264,00
18	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	RETENTOR 4D1608	15,00
19	1,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	JUNTA 6B9277	3,00
20	1,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	JUNTA 2D3469	18,00
21	4,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	EIXO RODA TRASEIRA 9D2716	820,00
22	4,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PORCA DO EIXO DA RODA 1M2069	48,00
23	4,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ARRUELA EIXO RODA TRASEIRA 6D2403	14,00
24	4,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ARRUELA 8F8049	4,00
25	4,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	CHAVETA 9D2717	12,00
26	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	TAMPA 2Y1037	345,00
27	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ANEL 8F5900	3,90
28	8,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	JUNTA 0L1147	3,00
29	4,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	RETENTOR DO EIXO TRASEIRO 5D0505	50,00
30	4,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ROLAMENTO CONE 2B3184	260,00
31	8,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ROLAMENTO CAPA 1B3931	156,34
32	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ARRUELA 7D6531	26,00
33	8,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	JUNTA 2B3147	3,00
34	4,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	JUNTA 3D2981	18,00
35	8,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	JUNTA 4B2732	9,00
36	4,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	CORRENTE TANDEM 54 ELOS	580,00
37	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	VARETA 6G0253	120,00
38	1,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	FILTRO TRANSMISSÃO HIDRAULICO 8B5935	55,20
39	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PINO 4D0905	36,00
40	4,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	GRAXEIRA 4B8489	2,00
41	1,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	LUVA 4D0929	160,00
42	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	MUNHÃO 4D0911	50,00

43	6,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ANEL 5D9657	15,00
44	4,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ANEL 4D0914	25,00
45	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PARAFUSO 4D0904	30,00
46	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	CHAVETA 4D0903	100,00
47	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	GARFO 8D0779	160,00
48	8,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PLACA 5D0133	15,00
49	4,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	TIRA BRONZE 5D0134	60,30
50	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PINO BOLA 2D0283	116,82
51	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PINO BOLA 4H7805	86,00
52	1,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	CINTA 5J7154	34,00
53	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ANEL 1H8128	2,50
54	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ANEL 2K6830	4,90
55	1,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	RETENTOR 4J8979	12,00
56	1,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	GAXETA 5J8150	16,00
57	1,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ANEL 6J9733	49,02
58	1,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ANEL DP EMOLO 4" 5J5402	45,00
59	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	JUNTA 4B7077	3,00
60	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	EIXO PINHÃO 1G2144	420,00
61	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	BUCHA BRONZE 1F2369	65,00
62	4,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	JUNTA 4D6337	8,00
63	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	BUCHA BRONZE 1F2834	28,00
64	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PINHÃO 4D5997	290,00
65	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	EIXO 8D0682	90,00
66	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	RETENTOR 4K4114	18,00
67	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	BUCHA DE BRONZE 1F2733	38,00
68	1,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	REPARO COMANDO 013213	100,00
69	150,00	LIT	MARAVIMAQUINAS	OLEO CAIXA SAE 90	12,16
70	40,00	LIT	MARAVIMAQUINAS	OLEO HIDRAULICO 68	8,99
71	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	FLUIDO DE FREIO 500ml DOT4	21,46
72	20,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PARAFUSO 10 x 50	1,40
73	20,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PORCA 10 mm	0,60
74	50,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ARRUELA LISA 10MM	0,18
75	30,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PARAFUSO 12 x 80	2,00
76	30,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PORCA 12 mm	0,44
77	30,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	ARRUELA LISA 12MM	0,61
78	35,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	CONTRA PINO 4x60	1,80
79	25,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	CONTRA PINO 1,50x40	0,50
80	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	RETENTOR 2Y4931	14,00
81	2,00	UND	MARAVIMAQUINAS	COLA FORMA JUNTAS AA 2	75,00
82	2,00	UND	MARAVIMAQUINAS	SILICONE CINZA (ALTA TEMPERATURA)	32,01
83	2,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	COLA TRAVA ROSCA	30,00
84	10,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PORCA LAMINA 5/8 REFORÇADA	1,14
85	10,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	PRISIONEIRO RODA 2D5238	4,80
86	10,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	CASTANHA RODA 2D8114	7,56
87	1,00	PÇ	MARAVIMAQUINAS	CUBO DA RODA TRASEIRA 2D7612	2.590,00
88	1,00	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA SERVIÇO PARA SUBSTITUIR REPARO CILINDRO DIREÇÃO	80,00
89	1,00	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SOLDA MIG	450,00
90	1,00	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE LAVAGEM PARCIAL DA MAQUINA	90,00
91	1,00	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA SERVIÇO DE DESMONTAR, SUBSTITUIR PEÇAS, AJUSTAR E MONTAR ENGRENAGEM MOCAO	350,00
92	1,00	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA SUBSTITUIR CILINDRO DIREÇÃO	80,00
93	2,00	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA RECUPERAR BRAÇO DIREÇÃO	370,00
94	1,00	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA RECUPERAR SUPORTE DA LAMINA	600,00
95	1,00	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA RECUPERAR SUPORTE DO GIRO	1.350,00
96	2,00	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA SUBSTITUIR PINO BOLA LEVANTE LAMINA	130,00
97	2,00	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA SUBSTITUIR PINO BOLA MOCAO	130,00

98	1,00	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA SUBSTITUIR REPARO CILINDRO DESLIZANTE	170,00
99	1,00	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA DESMONTAR, SUBSTITUIR PEÇAS, MONTAR E AJUSTAR REDUÇÃO LEVANTE LAMINA	370,00
100	1,00	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE TROCAR REPARO DO COMANDO	370,00
101	4,00	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA USINAR TAMBOR FREIO	190,00
102	3,00	SVÇ	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA RECUPERAR ALOJAMENTO DO EIXO NO CUBO	900,00
103	1,83	HR	MARAVIMAQUINAS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA EXTERNA PARA ANALIZAR FOLGA NOS CUBOS	110,00

Sendo um total de:

Fornecedor	Valor Total da Compra
MARAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	32.565,22

Encerada a fase de julgamento da proposta o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelope e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou a proponente.

Findos os trabalhos de classificação da proposta e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos vinte três dias do mês de setembro de dois mil e quinze.

ADRIANO PEREIRA	DIOGO DE BEM	MARIA LUCIA FREIBERGER
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/FMA/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/FMA/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 01/2015 FMA - Ata do Sistema de Registro de Preços 01/2015 – FMA - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de "sementes de aveia e azevem", para incentivo dos agricultores no melhoramento da qualidade na área rural, pastagem para animais e recuperação de solos com adubação verde, no município de Forquilha/SC, durante o exercício corrente.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/03/2016

3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 92/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 36/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de máquinas de lavar, para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/06/2016

2ª Publicação

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 156/PMF/2015;

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHA
--	--

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 156/PMF/2015;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para execução de serviços gerais de roçada e corte de grama a fim de atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o exercício corrente.

DATA DE ABERTURA: Dia 07 de outubro de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 23 de setembro de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0017-2015 DOM

Aviso de Licitação – Tomada de Preços nº 0017/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 0017/2015 – PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica com concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ), terraplenagem, passeios e sinalização viária nas Ruas "E" e "F", ambas situadas no bairro Nossa Senhora Aparecida, nesta cidade de Fraiburgo, sendo a área a pavimentar das ruas de 2.185,54 m², e área a pavimentar de passeios com 852,47 m², totalizando uma metragem de 3.038,01 m², conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Global; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 14.10.2015. Abertura do Certame: No mesmo dia às 14:15 horas. Recursos: 1.200 – Recursos Ordinários; e 01.9268 – Recursos Federais (Contrato de Repasse nº 809601/2014/Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº 2623.1016807-67/2014). O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ou no Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 23 de setembro de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 201/2015

DECRETO Nº 201, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2015 no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.306.0005.2.016 – Alimentação Escolar do Ensino Fundamental		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (50)	R\$	20.000,00
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0302 (51)	R\$	50.000,00
12.365.0005.1.009 – Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentos dos CEI		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (83)	R\$	210.000,00
Total	R\$	280.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721350301 – Transf. Diretas FNDE – PNAE	R\$	50.000,00
41722010100 – Cota-Parte do ICMS	R\$	230.000,00
TOTAL	R\$	280.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO EDITAL 02/2015

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 02/2015

IMPUGNANTE: DE MARCO VEÍCULOS LTDA

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e quinze, reuniram-se nas dependências da Prefeitura Municipal de Frei Rogério/SC., o Sr. Pregoeiro e a Equipe de Apoio para deliberar sobre o pedido de Impugnação ao Edital do certame licitatório n. 02/2015 (Pregão Presencial n. 01/2015), formulado pela empresa De Marco Veículos Ltda (Protocolo n. 441, de 18/09/2015). Constatou-se, inicialmente, que o pedido de Impugnação é tempestivo, pois formulado dentro do prazo estabelecido pelo subitem 15.1 do Edital. Quanto ao mérito, analisando os termos da impugnação proposta e após consulta ao Órgão Jurídico Municipal, deliberou-se pela revogação da licitação. Restou deliberado ainda que haverá a elaboração de um novo Edital para o certame, designando-se nova data para realização do Pregão.

Eu, Marcos Ribeiro da Equipe de apoio o digitei, e eu, Genesio Rinaldi, Pregoeiro, o conferi e subscrevi.

Frei Rogério, 22 de setembro de 2015.

GENESIO RINALDI

Pregoeiro

MARCOS RIBEIRO

Equipe de apoio

OSNI ABREU

Equipe de apoio

JANAÍNA FERREIRA

Equipe de Apoio

DECRETO Nº 751/2015 CONVOCA, EM ÂMBITO DA AMURC, A CONFERÊNCIA REGIONAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMURC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 751/2015 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

CONVOCA, EM ÂMBITO DA AMURC, A CONFERÊNCIA REGIONAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMURC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do município.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada e homologada a participação do Município de Frei Rogério na I Conferência Regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a ser realizada em plano regional, conforme prevê o EDITAL DE CONVOCAÇÃO 05/2015 da Associação dos Municípios da Região do Contestado (Amurc), cujo documento é o anexo I do presente Decreto.

Art. 2º A Conferência será realizada no dia 29 de Setembro de 2015, com início às 13h30' junto às instalações do CEDUP DE CURITIBANOS, localizado na Avenida Sebastião Calomeno S/N, próximo ao Hospital Regional Hélio Anjos Ortiz e do Polo Judiciário, em Curitiba, SC.

Art. 3º A Conferência terá por lema "O desafio na implementação das políticas da Pessoa com Deficiência: a transversalidade como radicalidade dos Direitos Humanos" e os trabalhos serão organizados com palestra, mesa redonda, debates, indicação de prioridades e eleição de delegados representantes.

Art. 4º. A Conferência Regional será presidida pelo Presidente da Associação de Municípios da Região da Amurc, ou, em sua ausência, por integrante da Comissão Organizadora da Conferência.

Art. 5º. As despesas com a organização e realização da Conferência correrão por conta dos recursos orçamentários da Prefeitura Municipal de Curitiba/AMURC

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Frei Rogério, 23 de setembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Galvão

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 07/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO/SC

Extrato de Contrato n. 007/2015

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO

CNPJ: 80.641.533/0001-91

Contratada: ANA CLAUDIA DALLA CORT SOARES

CPF: 058.929.349-42

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO, ORIENTAÇÃO, VISTORIA DE CRONOGRAMA E MEDIÇÃO, DA 5ª. ETAPA DA OBRA DA SEDE DA CÂMARA.

Valor: R\$ 870,00 (Oitocentos e Setenta Reais).

Vigência: 05/09/2015 à 05/11/2015.

Data da Assinatura: 02/09/2015.

Signatários: Roberto Bett – pela Contratante e Ana Claudia Dalla Cort Soares – pela Contratada.

Galvão SC, 02 de Setembro de 2015.

Roberto Bett - Presidente da Câmara de Vereadores

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE046/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 046/2015

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada, conforme a necessidade, de materiais gráficos para uso das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 06/10/2015. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 06/10/2015, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 23 de setembro de 2015.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 180/2015

DECRETO N.º 180, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.
HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 20, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015,
DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 20, de 18 de setembro de 2015, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 2º quadrimestre de 2015", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/09/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 20, de 18 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 2º quadrimestre de 2015.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 18 de setembro de 2015, no uso de suas atribuições:

RESOLVE aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 2º quadrimestre de 2015.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 18 de setembro de 2015.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 20/2015 CMS

Resolução nº 20, de 18 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 2º quadrimestre de 2015.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 18 de setembro de 2015, no uso de suas atribuições:

RESOLVE aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 2º quadrimestre de 2015.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 18 de setembro de 2015.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 24/09/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 02/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. FERNANDA MENDES MOTA, brasileira, casada, professora, RG nº 5.347.883-5, CPF: 033.367.079-51, residente e domiciliado na Rodovia SC 415, KM 9 – Mina Velha, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, ALTERAR a vigência do contrato administrativo nº 002/2015, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 002/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 08/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso

Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. NEIVA APARECIDA DE CAMARGO BRAMMER, brasileira, casada, professora, RG nº 4.172.174, CPF: 006.416.999-56, residente e domiciliado na Rua Deodoro de Carvalho, 495 – Georgia Paula, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, ALTERAR a vigência do contrato administrativo nº 008/2015, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 008/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 101/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. SILVIA CRISTINA DOS SANTOS, brasileira, casada, professora, RG nº 4.354.017, CPF: 059.750.279-00, residente e domiciliado na Rua Estrada São João Abaixo, 1083 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 101/2015 por mais 03 (três) meses e 12 (doze) dias, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 101/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 109/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 109/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, o Sr. EVERTON TETU ALVES, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 4.285.379, CPF: 054.718.709-21, residente e domiciliado na Rua São Francisco, 123 – Vila Trevo, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, ALTERAR a vigência do contrato administrativo nº 109/2015, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 109/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de

EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 14/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. DENISE APARECIDA CECCATTO, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.454.266-9, CPF: 067.409.079-94, residente e domiciliado na Rua Henrique Kuster, 280 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 014/2015 por mais 03 (três) meses e 12 (doze) dias, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 014/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 15/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. CLAUDIA LUCI DOS SANTOS MACHADO, brasileira, casada, professora, RG nº 28.947.806-6, CPF: 276.857.448-13, residente e domiciliado na Rua Randolpho Bastos, 022 – Centro, Guaratuba/PR., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, ALTERAR a vigência do contrato administrativo nº 015/2015, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 015/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 18/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. BARBARA ROMANZINI DA SILVA

POLSIN, brasileira, casada, professora, RG nº 4.295.184, CPF: 059.151.579-20, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, 217 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 018/2015 por mais 03 (três) meses e 12 (doze) dias, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 018/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 19/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. ELAINE CRISTINA ZIETZ, brasileira, união estável, professora, RG nº 4.751.541, CPF: 067.117.629-32, residente e domiciliado na Rua Afonso Pena, 846 – Georgia Paula, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 019/2015 por mais 03 (três) meses e 12 (doze) dias, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 019/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente

alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 20/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. REGINA MARIA LEGNAGHI, brasileira, união estável, professora, RG nº 3.228.478, CPF: 890.909.509-15, residente e domiciliado na Rua Eugênio Avanci, 868 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 020/2015 por mais 03 (três) meses e 12 (doze) dias, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 020/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 29/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. KAUANE KAROLINE NASS, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.763.435, CPF: 086.217.659-00, residente e domiciliado na Rua Guilherme Holz, 215 – Bom Retiro, Joinville/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, alterar a vigência do contrato administrativo nº 029/2015 por mais 03 (três) meses e 12 (doze) dias, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 029/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Adriane Beatriz Moecke Galando
Contratada	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 31/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, o Sr. LEONARDO MEDEIROS, brasileiro, casado, professor, RG nº 4.557.273-9, CPF: 008.705.939-86, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, 5699 P135 – Morro do Meio, Joinville/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, alterar a vigência do contrato administrativo nº 031/2015 por mais 03 (três) meses e 12 (doze) dias, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 031/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 32/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, o Sr. JÚLIO CÉSAR ALVES, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 30.100.519, CPF: 214.769.218-22, residente e domiciliado na Rua Carlos Boegenhausen, 1336 – Centro, Garuva/SC.,

doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, ALTERAR a vigência do contrato administrativo nº 032/2015, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 032/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 41/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. MARGARETE BUENO SCHUVAIZERSKI, brasileira, solteira, professora, RG nº 3.531.953, CPF: 019.560.419-90, residente e domiciliado na Rua Elias Nicolau Saad, 497 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 041/2015 por mais 03 (três) meses e 12 (doze) dias, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 041/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 42/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 042/2015
PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL
INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. LEONI APARECIDA VALIATTI STONOGA, brasileira, casada, professora, RG nº 2.716.096-3, CPF: 728.440.519-87, residente e domiciliado na Rua João Remi de Lima Meireles, 195 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, ALTERAR a vigência do contrato administrativo nº 042/2015, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 042/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 49/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2015
PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL
INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. LARISSA MEDEIROS, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.557.270, CPF: 056.944.989-84, residente e domiciliada na Rua Minas Gerais, 5699 – Morro do Meio, Joinville/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 049/2015 por mais 03 (três) meses e 12 (doze) dias, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 049/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 52/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2015
PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL
INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. MARINILDA DA SILVA MARIAN,

brasileira, casada, professora, RG nº 4.088.444, CPF: 796.311.349-20, residente e domiciliada na Rua Governador Celso Ramos, 854 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 052/2015 por mais 03 (três) meses e 12 (doze) dias, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 052/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 69/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. SILVIA CRISTINA DOS SANTOS, brasileira, casada, professora, RG nº 4.354.017, CPF: 059.750.279-00, residente e domiciliado na Rua Estrada São João Abaixo, 1083 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 024/2015 por mais 03 (três) meses e 12 (doze) dias, passando seu término para 11 de dezembro

de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 069/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 76/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. SILVANA FATIMA ESSER RIBAS, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.049.608-5, CPF: 067.938.779-94, residente e domiciliado na Rua Governador Celso Ramos, 3202 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, ALTERAR a vigência do contrato administrativo nº 076/2015, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 076/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 82/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 082/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. THAIS REGINA SCHMIDT, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.606.617, CPF: 086.894.359-21, residente e domiciliada na Rua Remi de Lima Meireles, 490, Cx. 02 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 082/2015 por mais 03 (três) meses e 12 (doze) dias, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 082/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratada	

Fabio Sozin
Cpf: 006.226.029-42

Dayane Miranda Rocha
Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 91/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 091/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, o Sr. EVERTON TETU ALVES, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 4.285.379, CPF: 054.718.709-21, residente e domiciliada na Rua São Francisco, 123 – Vila Trevo, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, ALTERAR a vigência do contrato administrativo nº 091/2015, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 091/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 96/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. MARILENE GOMES FERREIRA, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.694.118-5, CPF: 038.250.699-58, residente e domiciliada na Rua Afonso Pena, 659 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação,

que passa a fazer parte integrante deste aditivo, ALTERAR a vigência do contrato administrativo nº 096/2015, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 096/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratado Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO MD 04/2015

Resolução MD Nº 4/2015

Concede Bolsa de Estudos para servidora efetiva do Poder Legislativo Municipal.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e Regimentais, em especial o artigo 23 paragrafo único da Lei Complementar 86/2015, RESOLVE:

Considerando requerimento protocolado pela servidora em 01/09/2015;

Considerando a Lei nº 1010/99;

Considerando a Lei 1822/2014 (LDO);

Considerando a Lei 1893/2015 (LDO);

Considerando a necessidade de qualificação dos servidores do Legislativo;

Considerando a Lei Complementar 86/2015;

RESOLVE:

Art. 1º- Concede Bolsa de Estudos a servidora pública municipal efetiva do Poder Legislativo, Adriana Isabel Felicio no valor de R\$ 5.994,00 (cinco mil, novecentos e noventa e quatro reais), em 27 parcelas mensais, no valor de R\$ 222,00 (duzentos e vinte e dois reais) para o curso de Tecnologia em Gestão Pública.

Parágrafo Único - O início do curso inicia-se no mês de Outubro/2015.

Art. 2º - O valor correspondente a 1º mensalidade/matricula será creditado na folha de pagamento do beneficiado iniciando-se no mês de Setembro/2015.

Paragrafo Único - Para o recebimento da mensalidade subsequente deverá a servidora apresentar a Diretoria Administrativa do Poder Legislativo o comprovante da quitação da parcela relativa ao mês anterior.

Art. 3º - A Servidora se no decorrer do curso, trancar a matrícula, ou desistir do curso, ou ainda, ser reprovado no mesmo, ressarcirá

os valores recebidos, salvo motivo plenamente justificável, cujo julgamento pertence a Mesa Diretora.

Art. 4º - Após o término do curso, a servidora deverá permanecer trabalhando para o município por um período mínimo de 2 (dois) anos, sendo que se antes deste prazo a servidora pedir exoneração deverá ressarcir os valores que foram pagos de suas mensalidades proporcionalmente ao período que faltar para completar os 2 (dois) anos.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Resolução serão apropriadas no orçamento próprio do Poder Legislativo Municipal exercício 2015 e subsequentes, na seguinte dotação orçamentária: 3.3.9.0.18.99.00.00 - Auxílios Financeiros a Estudantes.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, em 18 de setembro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa Presidente da Mesa	
Gilmar Martins Vice-Presidente	Elvis Nei Estevam Secretário

Gaspar

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2015

OBJETO: Credenciamento de arbitros, auxiliares e mesários para atuação nas modalidades esportivas que compõem os “23º Jogos Escolares de Gaspar”, que ocorrerá entre os dias 21 a 30 de outubro de 2015. As interessadas em se Credenciar poderão apresentar a documentação exigida no Edital, a partir das 8h (oito horas) do dia 24 de setembro de 2015 até às 17h do dia 16 de outubro de 2015, na Sede da Prefeitura Municipal de Gaspar – Departamento de Compras localizada na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, na cidade de Gaspar/SC. Os interessados poderão obter a íntegra do EDITAL através do site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar, 23 de setembro de 2015.

MARLENE ALMEIDA – Secretária de Educação.

ERRATA AO DECRETO Nº 6572 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 6.572 de 16 de setembro de 2015, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 1830, de 18 de setembro de 2015, nos seguintes termos:

Onde se lê no art. 18º:

A inscrição do candidato será numerada conforme ordem de inscrição, cabendo a cada um (a), entregar à Comissão Municipal os documentos que comprovam os requisitos exigidos no art. 9º.

Leia-se:

A inscrição do candidato será numerada conforme ordem de inscrição, cabendo a cada um (a), entregar à Comissão Municipal os documentos que comprovam os requisitos exigidos no art. 8º.

Gaspar (SC), 22 de setembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº SAF-27/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº SAF-27/2013

O MUNICÍPIO DE GASPAR/SC, considerando indefinições de ordem financeira, que necessitam de solução e que não dependem exclusivamente da Administração Municipal, RESOLVE determinar à empresa PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA. (05.389.817/0001-17), com fundamento no artigo 8º, parágrafo único, parte final, c/c inciso V, § 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, a SUSPENSÃO DA CONTAGEM DOS PRAZOS CONTRATUAIS referente ao Contrato nº SAF-27/2013 – prestação de serviços, trabalho técnico social, cursos de capacitação profissional, produção de material informativo e didático, para o processo de urbanização, regularização e integração do assentamento precário das 302 famílias do Jardim Primavera, a partir da data de 17 de setembro de 2015.

Gaspar/SC, 21 de setembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI | Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 60/2015

RESOLUÇÃO Nº 60/2015

Autoriza a utilização do Plenário e gastos para realização de Sessão Solene Alusiva ao Dia do Professor.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e incisos IX e X do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o teor do Ofício Interno GV-Andréia Nagel nº 129/2015 [e seus anexos], datado de 16/9/2015 e subscrito pelos Vereadores Andréia S. Z. Nagel, Jaime Kirchner, Marli Iracema Sontag e pelo Suplente em Exercício Charles Petry, conforme cópia anexa; e

CONSIDERANDO o teor do Requerimento nº 130/2015, aprovado em sessão plenária desta Casa Legislativa de 11/08/2015, conforme cópia anexa,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização das instalações do Plenário e afins no dia 6 de outubro de 2015 para realização de “Sessão Solene alusiva ao Dia do Professor”.

Art. 2º Fica autorizada a realização de despesas no valor de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) que serão suportadas via dotação:

Unidade Gestora: 01 – Câmara Municipal de Gaspar
Função: 01 – Legislativa
Subfunção: 031 – Ação Legislativa
Programa: 0001 – Manutenção das Atividades do Legislativo
Ação: 2004 – Manutenção das Atividades em Geral
Dotação: 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 22 de setembro de 2015.

Mesa Diretora

José Hilário Melato Presidente	Ivete Mafra Hammes Vice-Presidente (em licença)
Hamilton Graf 1º Secretário	Giovano Borges 2º Secretário

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº087/2015**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2015 - ACRÉSCIMO DO ITEM 02

Ata de Registro de Preços nº 087/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC
PREGÃO PRESENCIAL nº 036/2015
PROCESSO nº
065/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: JALUZA IZABEL DE OLIVEIRA 05385828980

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA E LIMPEZA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo
1	MÃO DE OBRA – EMBARCAÇÕES E MOTORES NÁUTICOS	HRS	10.000,00	R\$ 85,00
2	FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO	PC	1,00	R\$ 200.000,00

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 14 de agosto de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº101/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2015 – RETIFICADA

Ata de Registro de Preços nº 101/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC
PREGÃO PRESENCIAL nº 031/2015
PROCESSO nº
062/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

ITEM	PNEUMÁTICOS	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	TOTAL DO ITEM
03	PNEU RADIAL TRASEIRO (14.9R28. TD 19) AGRIBIB 128 A8	MICHELLIN	4	R\$ 3.117,00	R\$ 12.468,00
19	PNEU RADIAL DIANTEIRO 12.5/80/18 340/80R18 BIBLOAD 143 A8 12LO-NAS	MICHELLIN	8	R\$ 2.488,00	R\$ 19.904,00
23	PNEU TRASEIRO (6.00-12 RGA 34 com certificação do INMETRO RGA 34 6LONAS	RINALDI	2	R\$ 385,00	R\$ 770,00

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 03 de setembro de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 63.2015 (MARIANE CARLA SCHULTZ ME) PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 63/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: MARCIANE CARLA SCHULTZ 04246317926
Valor : 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais)
Vigência : Início: 23/09/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE ALMOÇO PARA FUNCIONARIOS A SERVIÇO DA MUNICIPALIDADE QUE PRESTAM SERVIÇOS NO INTERIOR DO MUNICIPIO EM COMUNIDADES DISTANTES DA CIDADE PROXIMAS A LINHA OURO VERDE E LINHA GUATAPAREMA A SER SERVIDO NAS MESMAS COMUNIDADES, POR SEREM CENTRAL AS COMUNIDADES DA REGIÃO.

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS 102.2015 PMGBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2015
PROCESSO Nº 102/2015 HOMOLOGAÇÃO: 23/09/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALMOÇO PARA FUNCIONARIOS A SERVIÇO DA MUNICIPALIDADE QUE PRESTAM SERVIÇOS NO INTERIOR DO MUNICIPIO EM COMUNIDADES DISTANTES DA CIDADE PROXIMAS A LINHA OURO VERDE E LINHA GUATAPAREMA A SER SERVIDO NAS MESMAS COMUNIDADES, POR SEREM CENTRAL AS COMUNIDADES DA REGIÃO.

CONTRATADO: MARCIANE CARLA SCHULTZ 04246317926
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais)
=====

HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES EDITAL 005/2015

DECRETO Nº 280/2015, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 005/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ROQUE LUIZ MENEGHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa as inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 005/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo nº 005/2015 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

PROFESSOR I N1 - EDUCAÇÃO INFANTIL Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
112647	Adriana Ismelia Weimann Palu	HOMOLOGADA
107078	Adriani Dorigon	HOMOLOGADA
105564	Ana Celia Lopes Pereira	HOMOLOGADA

105754	Andressa Ferronato	HOMOLOGADA
108399	Andrieli Dos Santos Costa	HOMOLOGADA
107826	Ariane Devicari	HOMOLOGADA
110810	Catiane Carossi Marcon	HOMOLOGADA
108483	Claudete Faust	HOMOLOGADA
111615	Claudiane De Fatima Dos Santos	HOMOLOGADA
106213	Daniela Stoll Rinaldi	HOMOLOGADA
107602	Ediane Benedito	HOMOLOGADA
110994	Elenice Cristina Camera Scariot	HOMOLOGADA
107762	Fernanda Zilli	HOMOLOGADA
107982	Flavia Damin	HOMOLOGADA
110599	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	HOMOLOGADA
102459	Janaina Ramon Negri	HOMOLOGADA
107486	Janice Lourdes Viera	HOMOLOGADA
103548	Jeanice Muller	HOMOLOGADA
108668	Jusseli Teresinha Müller	HOMOLOGADA
111578	Karli Cristina Da Silveira	HOMOLOGADA
108825	Katia Cristina Vidal Furlanetto	HOMOLOGADA
108524	Kely Regina Dal Cin Franzosi	HOMOLOGADA
104929	Kielin Zelinda Frare De Giacometti	HOMOLOGADA
109247	Leandra Valeria Schultz	HOMOLOGADA
103650	Loreci Marques	HOMOLOGADA
110676	Luciana Maria Viera	HOMOLOGADA
107829	Luciane Betina Kinsel Seibel	HOMOLOGADA
105011	Luciane Schneider	HOMOLOGADA
109036	Maichele Daiane Passarin	HOMOLOGADA
110573	Marciele Huning	HOMOLOGADA
110632	Maria Vanda Batista Ribeiro Dela-libera	HOMOLOGADA
108977	Marines Graff Mossmann	HOMOLOGADA
108860	Marisa Pedrinha Turani Alba	HOMOLOGADA
107089	Marivane Luiza Romio	HOMOLOGADA
105141	Naiane Patricia Faust	HOMOLOGADA
111553	Nair Lolato	HOMOLOGADA
112124	Pamela Andressa Ortiz Ferreira	HOMOLOGADA
109725	Rosa Mari Balbinot	HOMOLOGADA
111201	Roselia Balbinot	HOMOLOGADA
112718	Rosicler Oliveira Cruz	HOMOLOGADA
110820	Sandra Rodrigues Da Silva Isotton	HOMOLOGADA
110040	Silvia Olivia Dondoni Isotton	HOMOLOGADA
109472	Simone Maria Romio	HOMOLOGADA
107046	Solange Turani	HOMOLOGADA
103250	Vanderlene Perin Bianchi	HOMOLOGADA
105725	Vanessa Aline Gralow	HOMOLOGADA

108301	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	HOMOLOGADA
109362	Vera Lucia Scherer	HOMOLOGADA
PROFESSOR I N1 - ANOS INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
107077	Adriani Dorigon	HOMOLOGADA
105563	Ana Celia Lopes Pereira	HOMOLOGADA
106914	Ana Melita Lamb	HOMOLOGADA
107840	Andrieli Dos Santos Costa	HOMOLOGADA
107825	Ariane Devicari	HOMOLOGADA
109617	Auria Ferreira De Andrade	HOMOLOGADA
108482	Claudete Faust	HOMOLOGADA
111614	Claudiane De Fatima Dos Santos	HOMOLOGADA
106420	Debora Trevisol	HOMOLOGADA
111075	Deise Daniela Dassoler	HOMOLOGADA
107601	Ediane Benedito	HOMOLOGADA
107455	Eduarda Noro	HOMOLOGADA
106308	Enelice Santin Filimbert	HOMOLOGADA
107761	Fernanda Zilli	HOMOLOGADA
107981	Flavia Damin	HOMOLOGADA
110598	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	HOMOLOGADA
103547	Jeanice Muller	HOMOLOGADA
108824	Katia Cristina Vidal Furlanetto	HOMOLOGADA
108523	Kely Regina Dal Cin Franzosi	HOMOLOGADA
104932	Kielin Zelinda Frare De Giacometi	HOMOLOGADA
109245	Leandra Valeria Schultz	HOMOLOGADA
103637	Loreci Marques	HOMOLOGADA
107828	Luciane Betina Kinsel Seibel	HOMOLOGADA
109035	Maichele Daiane Passarin	HOMOLOGADA
110631	Maria Vanda Batista Ribeiro Dela-libera	HOMOLOGADA
108976	Marines Graff Mossmann	HOMOLOGADA
108858	Marisa Pedrinha Turani Alba	HOMOLOGADA
107088	Marivane Luiza Romio	HOMOLOGADA
111552	Nair Lolato	HOMOLOGADA
112392	Roque Francisco Ribeiro	HOMOLOGADA
111200	Roselia Balbinot	HOMOLOGADA
110827	Sandra Rodrigues Da Silva Isotton	HOMOLOGADA
110046	Silvia Olivia Dondoni Isotton	HOMOLOGADA
109471	Simone Maria Romio	HOMOLOGADA
107045	Solange Turani	HOMOLOGADA
108101	Tania Gonzatti Höelscher	HOMOLOGADA
103249	Vanderlene Perin Bianchi	HOMOLOGADA
108300	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	HOMOLOGADA
109361	Vera Lucia Scherer	HOMOLOGADA
PROFESSOR II N1 - ARTES Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO

105889	Ana Claudia Anschau	HOMOLOGADA
111390	Gracielle Isabel Corte	HOMOLOGADA
103337	Ivanda Cardoso Lago	HOMOLOGADA
106836	Marcia Fiameti	HOMOLOGADA
105521	Priscila Lorenzetti	HOMOLOGADA
110103	Tania Fatima Mattiello	HOMOLOGADA
PROFESSOR II N1 - GEOGRAFIA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
102363	Marister Fontana	HOMOLOGADA
103151	Samara De Fatima Ames Ritter	HOMOLOGADA
PROFESSOR II N1 - HISTÓRIA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
109188	Bruna Santos Araujo	HOMOLOGADA
109185	Diacomo Antonio Cavalheiro	HOMOLOGADA
102639	Tatiane Aparecida Gugel	HOMOLOGADA
PROFESSOR II N1 - CIÊNCIAS Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
107369	Madalena Zancan	HOMOLOGADA
109310	Viviane Do Carmo Kinsel Juver	HOMOLOGADA
PROFESSOR II N1 - MATEMÁTICA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
107055	Ana Balensiefer	HOMOLOGADA
106144	Denise Vicentini	HOMOLOGADA
110065	Loriane Smaniotto	HOMOLOGADA
102649	Patricia Cristina Macedo	HOMOLOGADA
PROFESSOR II N1 - PORTUGUÊS Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
110320	Armida Cristina Voos	HOMOLOGADA
103815	Assir Dorge Morandin	HOMOLOGADA
112393	Roque Francisco Ribeiro	HOMOLOGADA
PROFESSOR II N1 - ESPANHOL Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
104266	Vanderleia Aparecida Konflanz	HOMOLOGADA
PROFESSOR II N1 - INGLÊS Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
108000	Dilvane Maria Bernardi Boff	HOMOLOGADA
111204	Gabriela Ketlim De Souza Ruedel	HOMOLOGADA
102896	Raquel Meurer	HOMOLOGADA
PROFESSOR II N1 - EDUCAÇÃO FÍSICA Modalidade A		

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
112606	Ana Paula Goncalves	HOMOLOGADA
111857	Andrea Paula Welter	HOMOLOGADA
110818	Daniele Zappani	HOMOLOGADA
110571	Dionara Marcia Casagrande	HOMOLOGADA
104274	Eric Charles Novello	HOMOLOGADA
105819	Jacson Tiago De Luca	HOMOLOGADA
106859	Jaqueline Scapin	HOMOLOGADA
102337	Josiani Carine Comassetto	HOMOLOGADA
103243	Juliana De Maman	HOMOLOGADA
112699	Lizabete Cora	HOMOLOGADA
105622	Marines Aparecida Dos Santos Faccio	HOMOLOGADA
102452	Natieli Borla	HOMOLOGADA
105242	Nelsi De Fatima Marques Hoelscher	HOMOLOGADA
103156	Rafael Fritzen Dos Santos	HOMOLOGADA
106787	Sabrina Priscila Simioni	HOMOLOGADA
108066	Simone Cristina Bencke	HOMOLOGADA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 80.15 TROFEUS E MEDALHAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº80/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 106/15, Edital de Pregão Presencial Nº 80/15, Objeto: Aquisição de Troféus e medalhas para premiação dos Campeonatos Municipal de Futebol de Campo Principal e Aspirante da 1ª e 2ª divisão; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 07/10/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 07/10/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 23 de setembro de 2015.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba, 23 de Setembro de 2015.

ROQUE LUIZ MENECHINI
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 70/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 70/2015 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL N.º 112/2015- PMG

Objeto: PUBLICAÇÕES DE ATOS LEGAIS EM JORNAIS DE CIRCULAÇÃO REGIONAL E ESTADUAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 112/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S. A, inscrita no CNPJ sob o no 92.821.701/0057-64 estabelecida na Rua Caçador, nº 112, bairro Atiradores, em Joinville/SC .

Vigência: Início: 17/09/2015 Término: 16/09/2016.

Fornecedor: 288519 - RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
2	1000	CM/CL	Publicação de atos oficiais do Município de Guaramirim (SC), em jornal de circulação estadual, com circulação diária com abrangência no Estado de Santa Catarina e, no mínimo, 05 edições semanais.	68,00	68.000,00
Total					R\$68.000,00

Guaramirim (SC), 23 de setembro de 2015.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 71/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 71/2015 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL N.º 112/2015- PMG

Objeto: PUBLICAÇÕES DE ATOS LEGAIS EM JORNAIS DE CIRCULAÇÃO REGIONAL E ESTADUAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 112/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: FSC EDITORA JORNALISTICA EDIÇÃO E IMPRENSA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o no 11.301.548/0001-98 estabelecida na Avenida Waldemar Grubba, nº 1311, bairro Vila Baependi, em Jaraguá do Sul/SC.

Vigência: Início: 17/09/2015 Término: 16/09/2016.

Fornecedor: 338397 - FSC EDITORA JORNALISTICA EDIÇÃO E IMPRENSA LTDA ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	2000	CM/CL	Publicação de atos oficiais do Município de Guaramirim (SC), em jornal de circulação regional, com circulação diária com abrangência na Região da AMVALI e, no mínimo 05 edições semanais.	3,00	6.000,00
Total				R\$6.000,00	

Guaramirim (SC), 23 de setembro de 2015.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

ATA JULGAMENTO DOCUMENTOS HABILITAÇÃO - PROCESSO Nº 104/2015 - PMG

ATA DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO
CONCORRÊNCIA p/ Obras e Serviços de Engenharia
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 104/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DA OBR DE construção de 02 (duas) pontes em concreto no bairro bananal do sul, no município de guaraniririm (sc).

Ao décimo oitavo dia do mês de setembro de dois mil e quinze, às nove horas, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC) reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria Nº 424/2015, sob a presidência do Sr. Paulo Roberto dos Santos Lima, tendo comparecido os seguintes membros Carlos Felipe Fischer e Emily Sasse Jordan, para o ato de julgamento da documentação da licitação acima referida.

A Comissão Permanente de Licitação contou com o auxílio do contador Rolf Werner Antonius Júnior que analisou o balanço patrimonial (já durante a sessão pública realizada no dia 14/09/2015), e dos engenheiros Frank Ricardo de Oliveira e Marcelo Morastoni que verificaram a qualificação técnica das licitantes, os quais entenderam que todas as licitantes cumprem os requisitos habilitatórios quanto à qualificação técnica.

No que tange ao motivo da suspensão da sessão anterior (verificação da idoneidade da empresa Lajecril Artefatos de Cimento Ltda.), cumpre esclarecer que a referida empresa logrou êxito em comprovar que teve sua penalidade reabilitada pelo Município de Laguna (entidade que a tinha declarada inidônea), ao apresentar a publicação do termo de reabilitação de penalidade (Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 1802, p. 213).

Quanto ao porte das empresas licitantes, conforme análise da documentação apresentada se verifica o seguinte:

EMPRESA	ME/EPP
EMPREENTEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA	EPP
TRILHA ENGENHARIA LTDA	EPP
LACCHENG ENGENHARIA LTDA	NÃO
ENGEDAL CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	NÃO
ARAUJO CONSTRUÇÕES LTDA	NÃO
FATOR 3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	EPP
LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	EPP
BTN CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.	NÃO

Após análise da documentação, a Comissão Permanente de Licitação entende que todas as empresas atenderam aos requisitos previstos no edital, de maneira que as declarou como habilitadas. Ressalta-se a condição da empresa FATOR3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA., que apresentou a Certidão Negativa Federal vencida, com data de 27/07/2015. (considerando-se a data do recebimento dos envelopes: 04/09/2015).

Contudo, considerando o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 123/2006, caso a empresa seja declarada vencedora, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para regularização. Caso não regularizado, a empresa, restará inabilitada.

Diante do julgamento da Habilitação das empresas fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso sobre o julgamento da habilitação das empresas, conforme determina a alínea "a", do inciso II, do artigo 109, da Lei nº. 8.666/93.

Em nada mais havendo, encerrou-se a sessão, lavrando-se a ata, que lida vai assinada pelos membros da Comissão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Paulo Roberto dos Santos Lima	Carlos Felipe Fischer	Emily Sasse Jordan
Presidente	Membro	Membro-suplente

Marcelo Morastoni
Engenheiro Civil – CREA– SC 035118-0

Frank Ricardo de Oliveira
Engenheiro Civil – CREA-SC 0657580

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 18/2015 - FAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2015 – FAS.

Objeto: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS PARA O CREAS (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE GUARAMIRIM, A FIM DE GARANTIR A PRIVACIDADE NOS ATENDIMENTOS OCORRIDOS NAS SALAS DO CREAS.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraniirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaraniirim/SC

Contratado: PERSIANAS E DECORAÇÕES FLORIANI LTDA - ME, sob o CNPJ nº 02.858.069/00001-86.

Valor: R\$ 2.656,35 (dois mil e seiscentos e cinquenta e seis reais e trinta e cinco centavos).

Guaramirim (SC), 23 de setembro de 2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 26/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preços 26/2015 – FMS

Processo Licitatório: 26/2015 - FMS

Tipo: Menor Preço - Preço Global

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PARA ASSESSORAMENTO NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

Entrega dos Envelopes: 16/10/2015 às 08h30min

Abertura dos Envelopes: 16/10/2015 às 08h30min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis nas segundas feiras, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, e de terça a

sexta feira das 07:00h às 13:00h pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 21 de setembro de 2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 29/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 29/2015 - FMS

Processo Licitatório: 29/2015 - FMS

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO QUANDO NECESSÁRIAS NAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, AUTOCLAVES E SELADORAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 08/10/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 08/10/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 24 de setembro de 2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO REABERTURA DE LICITAÇÃO N.º 13/2015 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
REABERTURA

Edital: Pregão Presencial 13/2015 -PMG

Processo Licitatório: 13/2015 - PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GRAMA SÃO CARLOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA DEFESA CIVIL E FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Entrega dos Envelopes: 07/10/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 07/10/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis na segunda feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, de terça a sexta feira das 07:00h às 13:00h pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 23 de setembro de 2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 107/2015-PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SETOR DE LICITAÇÕES

ERRATA I:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2015 – PMG

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE ROÇADA, PODA DE ÁRVORES, LIMPEZA DE ÁREAS PÚBLICAS E JARDINAGEM PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Pregão Presencial n.º 107/2015 – PMG

1. ALTERAÇÃO ELEMENTOS DO EDITAL

No item 10 do Edital, no qual se estabelece os documentos para habilitação, inclui-se no subitem 10.6.4, letra g, letra h, letra i.

2. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO (Passará a conter a seguinte descrição) A data de Recebimento dos Envelopes e Abertura da Sessão fica marcada para o dia 09/10/2015 às 09h, as demais informações permanecem inalteradas.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis na segunda feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, de terça a sexta feira das 07:00h às 13:00h pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br> ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 23 de setembro de 2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 568/2015

PORTARIA Nº. 568/2015

CONTRATA Pamela Amaral de Freitas Reginato através do Concurso Público 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Pamela Amaral de Freitas Reginato, através do Concurso Público 01/2014, na função de Agente escolar, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 14 de agosto de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de setembro de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 569/2015

PORTARIA Nº. 569/2015

CONTRATA Betina Vilarino Looz através do Concurso Público 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Betina Vilarino Looz, através do Concurso Público 01/2014, na função de Pediatra, 20 horas semanais vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 15 de setembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de setembro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 107/2015 PMG

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º: 107/2015 - PMG.

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Contratação de empresa para o serviço de roçada, poda de árvores, limpeza de áreas públicas e jardinagem para o Município de Guaramirim (SC).

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO**1. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:**

A empresa Expurgo Lar Prestadora de Serviços LTDA, interpôs IMPUGNAÇÃO, no que toca a alguns pontos específico ao Edital Pregão Presencial 107/2015, que visa a contratação de empresa para o serviço de roçada, poda de árvores, limpeza de áreas públicas e jardinagem para o Município de Guaramirim (SC).

2. DA ADMISSIBILIDADE

Estabelece o Edital de Pregão Presencial n.º 107/2015 em seu subitem "5.1" que as impugnações serão recebidas até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento dos envelopes propostos e documentação, data limite está prevista para 22/09/2015. Sendo que a presente impugnação foi protocolada junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Guaramirim em 21/09/2015 às 10 horas.

A empresa Expurgo Lar Prestadora de Serviços LTDA apresentou impugnação de forma tempestiva. Assim, pelo interesse público e pelo princípio da motivação, conheço da impugnação já que é sempre preferível que a Administração Pública se esforce para assegurar a legalidade do certame licitatório, não ignorando eventuais falhas que possam existir no edital. Sob esse aspecto, passamos a analisar a peça de Impugnação ofertada.

3. DO MÉRITO

Em suas razões o impugnante, alega que:

"Os serviços objeto do edital devem ser prestados exclusivamente por empresas especializadas, cuja responsabilidade técnica, são privativas do Engenheiro Agrônomo, logo, é necessário a inclusão de exigência da comprovação de Engenheiro Agrônomo no corpo técnico da empresa, este, obviamente, com registro junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia."

"Ainda nesse mesmo sentido, é de suma importância a exigência de comprovação de treinamento de equipe técnica, conforme exigência da NR 12 do Ministério do Trabalho e Emprego."

"É necessária também a inclusão de comprovação de aptidão técnica, tendo em vista o tipo de serviço a ser desenvolvido durante o contrato, uma vez que tais serviços devem ser realizados apenas por empresas especializadas, o que somente será comprovado através da documentação acima descrita somando-se aos Atestados de Capacidade Técnicas, que devem ser exigidos na qualificação técnica do edital."

"A exigência de Atestados de Capacidade Técnica é necessária para resguardar ao ente Público a segurança mínima necessária na contratação, onde, através dos atestados é possível verificar se a empresa licitante tem experiência anterior para a realização daquele tipo de serviço, afastando desta forma qualquer empresa aventureira ou iniciante para a execução dos serviços."

"A ausência no edital da documentação técnica aqui rebatida fere os princípios básicos que devem nortear a licitação, permite que empresas que não atendem a legislação, ou que não sejam especializadas para os serviços participe do certame, podendo inclusive sagrar-se vencedora, colocando em risco a saúde das pessoas, a segurança dos usuários, dos trabalhadores e inclusive do próprio administrador público, e colocando em risco o meio ambiente."

3. DA DECISÃO

Ante o exposto, o Pregoeiro, conforme relatório acima decide por acatar os pedidos feitos pela empresa Expurgo Lar Prestadora de Serviços LTDA devendo ser feito as devidas inclusões no Edital em relação à qualificação técnica fazendo constar a exigência dos seguintes documentos:

- Atestado de Capacidade Técnica; Certificado de Registro junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e Comprovação de possuir em seu quadro de funcionários um Responsável técnico na área.

Considerando que as modificações realizadas afetam a formulação da proposta pelas interessadas, decidimos por remarcar a abertura da sessão para o dia 09 de outubro de 2015 às 09:00, no mesmo local marcado anteriormente.

Guaramirim/SC, 23 de setembro de 2015.

É como decidido.

PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA

Pregoeiro

Portaria nº 371/2015

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE RESCISÃO AMIGAVEL - PREF 22/2014 E 07/2015 / FMS 08/2015 E 21/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGAVEL

CONTRATO Nº. 21/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2014 – CONVITE Nº. 01/2014.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CONTRATADO: EDITORA JORNALISTICA CATARINENSE LTDA EPP

Conforme Artigo 79, Inciso II da Lei 8666/93 e combinado com a previsão da Clausula Oitava do Contrato nº. 21/2014:

CLAUSULA PRIMEIRA - Conforme acordo estabelecido entre as partes o Contrato nº. 21/2014, fica rescindido a partir de 01 de outubro de 2015, sendo anulado o valor remanescente de R\$ 5.569,83 (Cinco mil, quinhentos e sessenta e nove reais, oitenta e três centavos).

Guarujá do Sul, SC, 23 de setembro de 2015.

Vera Lurdes Segat,

Gestora do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGAVEL

CONTRATO Nº. 08/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CONTRATADO: LR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME

Conforme Artigo 79, Inciso II da Lei 8666/93 e combinado com a previsão da Clausula Oitava do Contrato nº. 08/2015:

CLAUSULA PRIMEIRA - Conforme acordo estabelecido entre as partes o Contrato nº. 08/2015, fica rescindido a partir de 01 de outubro de 2015, sendo anulado o valor remanescente de R\$ 10.050,00 (Dez mil, cinquenta reais).

Guarujá do Sul, SC, 23 de setembro de 2015.

Vera Lurdes Segat,

Gestora do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGAVEL

CONTRATO Nº. 07/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 70/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2014.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

CONTRATADO: TECHIO CONS ASSES E DESEN EM GESTÃO PUBLICA LTDA ME

Conforme Artigo 79, Inciso II da Lei 8666/93 e combinado com a previsão da Clausula Oitava do Contrato nº. 07/2015:

CLAUSULA PRIMEIRA - Conforme acordo estabelecido entre as partes o Contrato nº. 07/2015, fica rescindido a partir de 01 de outubro de 2015, sendo anulado o valor remanescente de R\$ 9.600,00 (Nove mil, seiscentos reais). Guarujá do Sul, SC, 23 de setembro de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGAVEL

CONTRATO Nº. 22/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 12/2014 – CONVITE Nº. 03/2014.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

CONTRATADO: RCO COMUNICAÇÕES LTDA

Conforme Artigo 79, Inciso II da Lei 8666/93 e combinado com a previsão da Clausula Oitava do Contrato nº. 22/2014:

CLAUSULA PRIMEIRA - Conforme acordo estabelecido entre as partes o Contrato nº. 22/2014, fica rescindido a partir de 01 de outubro de 2015, sendo anulado o valor remanescente de R\$ 5.600,76 (Cinco mil, seiscentos reais, setenta e seis centavos).

Guarujá do Sul, SC, 23 de setembro de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO PP027/2015

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO Nº 0027/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição luminárias de LED para o sistema de iluminação pública no perímetro urbano de Herval d'Oeste

Pelo presente termo retifica-se o ITEM 23 – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA do edital de licitação, que passa a vigorar com a seguinte redação :

23.1. Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 05 DIAS após a autorização formal da administração municipal, nos locais informados quando da emissão da AF (Autorização de Fornecimento)

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Edital, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, inclusive quanto a data de abertura.

Informações: Setor de Compras e Licitações (49) 3554 0922 ou e-mail : rubens@hervaldoeste.sc.gov.br.

Herval d'Oeste (SC), 23 de setembro de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO TP 006/2015

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2015
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL
TIPO: Menor Preço Global

OBJETO

CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM EQUIPE PADRÃO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Pelo presente termo retifica-se o Preâmbulo do edital do edital de licitação, no que se refere a Unidade Gestora do Contrato que passa a vigorar com a seguinte redação :
Unidade Gestora "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", inscrito no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Edital, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, inclusive quanto a data de abertura.

Informações: Setor de Compras e Licitações (49) 3554 0922 ou e-mail : rubens@hervaldoeste.sc.gov.br.

Herval d'Oeste (SC), 23 de setembro de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº002/2015

Diante da impossibilidade de NOTIFICAÇÃO pessoal ou via correio, do AUTO DE INFRAÇÃO Nº 053/2015, ATRAVÉS DO PRESENTE EDITAL, notifica-se o contribuinte abaixo relacionado.

RONILDO POSSERA

Rua da Amizade, nº 412 – Bairro Estação Luzerna.

Herval d' Oeste – SC

Referente á: Auto de Infração 053/2015.

Prazo: 15 dias á partir da publicação.

Município de Herval d' Oeste

Engenheira Melissa Demo

Secretaria de Planejamento e Coordenação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº001/2015

Diante da impossibilidade de NOTIFICAÇÃO pessoal ou via correio, do AUTO DE INFRAÇÃO Nº 035/2015, ATRAVÉS DO PRESENTE EDITAL, notifica-se o contribuinte abaixo relacionado.

Contribuinte: CLAUDIA PETERS ANGREWKI

Rua Dionizio José Franceschett, nº 103 – Bairro São Vicente

Herval d' Oeste – SC

Referente á: Auto de Infração 035/2015.

Prazo: 15 dias á partir da publicação.

Município de Herval d' Oeste

Engenheira Melissa Demo

Secretaria de Planejamento e Coordenação

PORTARIA Nº 1073/2015

PORTARIA Nº 1073/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 23 de setembro de 2015, da servidora FERNANDA MENEGAZZI (Matr. 2872), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível – 6/2, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1074/2015

PORTARIA Nº 1074/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora NAIANA CAROLINE LESSA (Matr. 4018) ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de setembro de 2014 e 21 de setembro de 2015, para serem gozadas a contar de 23 de setembro de 2015 a 22 de outubro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1075/2015

PORTARIA Nº 1075/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR e dar nova redação à Portaria Nº 1055, que Concedeu Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora Rozemari Aparecida Danieli Hack (Matr. 590), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, onde se lê: "... Nível/Referência – 4/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 4/D, anexo XI", leia-se: "... Nível/Referência – 6/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/B, anexo XI da LC Nº 316/2013, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1076/2015

PORTARIA Nº 1076/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ADÃO DE SOUZA (Matr. 152), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 7/I, para o Nível/Referência – 7/J, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de setembro de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1077/2015

PORTARIA Nº 1077/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor CARLOS NORBERTO PESSOLI (Matr. 540), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 7/H, para o Nível/Referência – 7/I, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de setembro de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1078/2015

PORTARIA Nº 1078/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora INÊS RADAVELLI DA SILVA (Matr. 67), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 3/H, para o Nível/Referência – 3/I, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de setembro de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1079/2015

PORTARIA Nº 1079/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora ELIETE ANDREIA DE-BUS (Matr. 2788), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 8/B, para o Nível/Referência – 8/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de setembro de 2015, com interstício de 95 dias, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1080/2015

PORTARIA Nº 1080/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ROBERTO BRANDALISE (Matr. 2770), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 7/B, para o Nível/Referência – 7/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de setembro de 2015, com interstício de 96 dias, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1081/2015

PORTARIA Nº 1081/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível – 3, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora ORLANDA JUDITE FEDRIGO (Matr. 3613), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 04 de setembro de 2012 a 10 de setembro de 2015, com interstício de 06 (seis) dias, consoante no que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2841/2015

DECRETO Nº 2841, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

“ANULA PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 003, DE 29 DE JUNHO DE 2015 - CADASTRO DE RESERVA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015/2016, NAS MAIS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

Considerando que existem graves indícios de fraude nos processos seletivos nº 002/2015 e nº 003/2015 realizados pela AMARP;

Considerando que o poder judiciário suspendeu o processo seletivo nº 002/2015, autos nº 0900033-78.2015.8.24.0071, realizado conjuntamente com o processo seletivo nº 003/2015;

Considerando os princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade e igualdade;

Considerando que a comissão de servidores municipais recomenda a anulação dos processos seletivos 002/2015 e 003/2015;

Considerando que o Ministério Público recomenda (nº 0010/2015/PJ/TAN) a anulação do processo seletivo lançado pelo edital nº 003/2015, contratação de operador de máquinas;

Considerando que a administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios, a teor do enunciado nº 473 do STF;

Com amparo no artigo 88, incisos VII e XII, da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado nulo o processo seletivo para contratação de pessoal em caráter temporário para função de operador de máquinas, realizado para o exercício financeiro de 2015/2016, lançado pelo edital nº 003/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 23 DE SETEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 2842/2015

DECRETO Nº 2842, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

“ANULA PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 002, DE 17 DE JUNHO DE 2015 - CADASTRO DE RESERVA, SOB REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL, NO ÂMBITO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

Considerando que existem graves indícios de fraude nos processos seletivos nº 002/2015 e nº 003/2015 realizados pela AMARP;

Considerando que o poder judiciário suspendeu o processo seletivo nº 002/2015, autos nº 0900033-78.2015.8.24.0071;

Considerando os princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade e igualdade;

Considerando que a comissão de servidores municipais recomenda a anulação dos processos seletivos 002/2015 e 003/2015;

Considerando que a administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios, a teor do enunciado nº 473 do STF;

Com amparo no artigo 88, incisos VII e XII, da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado nulo o processo seletivo para contratação de pessoal em caráter temporário – cadastro de reserva - no âmbito do magistério público, lançado pelo edital nº 002/2015 em 17 de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 23 DE SETEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 047 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - MAT. MAN. BENS IMOVEIS

PROCESSO Nº. 258/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2015 – MULTIENTIDADES REGISTRO DE PREÇO Prefeitura Municipal de Ilhota Fundo Municipal de Saúde Fundo Municipal de Educação Fundo Municipal de Assistência Social Fundo Municipal de Esporte	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 07/10/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 07/10/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

ALEX MIRANDA
PREGOEIRO OFICIAL
Ilhota, 24 de setembro de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO 2015 FME - REFORMA CRECHE (THOMÉ)

Extrato do TERCEIRO Termo Aditivo de Contrato nº 007/2015 – FME
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 007/2015 – FME
Processo: TP 02/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA REFORMA DE PRÉDIO E AMPLIAÇÃO PARA ATENDER A CRECHE MUNICIPAL.

FORNECEDOR: THOME EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

Prazo: de 21/09/2015 à 20/11/2015

Assinatura: 18/09/2015

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 471/2015

PORTARIA Nº 471/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, o Sr. JACI TRES, no cargo de CONTADOR, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 23 de setembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 23 de setembro de 2015.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 472/2015

PORTARIA Nº 472/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

CONCEDER, 50% de função gratificada ao Sr. JACI TRES, no cargo de CONTADOR, com 200 horas mês, a partir de 23 de setembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 23 de setembro de 2015.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 473/2015

PORTARIA Nº 473/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o Sr. TIAGO MAURI DE SOUZA, do cargo de SOLDADOR, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 23 de setembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 23 de setembro de 2015.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

Imarui

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 001/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
CONVÊNIO Nº. 001/2015

Partes: Município de Imaruí – SC e o Hospital de Caridade e Maternidade São João Batista de Imaruí.

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para o HOSPITAL, com a finalidade de custear despesas advindas da manutenção da entidade.

Base Legal: O presente Instrumento tem lastro na Lei Municipal nº 1.844/2015, de 16 de janeiro de 2015 e Artigo. 22, XIV da Lei Orgânica do Município de Imaruí/SC.

Vigência: 19.01.2015 à 31.12.2015.

Valor Total: O valor total do presente convênio é de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), o valor mensal do repasse será pago em 02 (duas) parcelas, iguais e sucessivas, de até 60.000,00 (sessenta mil reais) totalizando o valor supracitado.

Assinam: Manoel Viana de Sousa – Prefeito Municipal

André Poluceno Viana- Responsável pela Secretaria de Saúde.

Laercio Arcenio Correa – Diretor Executivo do Hospital de Caridade.

4.000,00(quatro mil reais), totalizando o valor supracitado.

Assinam: Manoel Viana de Sousa - Prefeito Municipal

Lélia Regina de Souza Raimundo- Presidente

CONVÊNIO Nº 004/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
CONVÊNIO Nº. 004/2015

Partes: Município de Imaruí – SC e o Hospital de Caridade e Maternidade São João Batista de Imaruí.

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para o HOSPITAL, com a finalidade de custear despesas advindas da manutenção da entidade.

Base Legal: O presente Instrumento tem lastro na Lei Municipal nº 1.849, de 11 de março de 2015 e Artigo. 22. XIV da Lei Orgânica do Município de Imaruí/SC.

Vigência: 11.03.2015 à 31.12.2015.

Valor Total: O valor do repasse será de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), será pago em apenas uma única parcela.

Assinam: Manoel Viana de Sousa - Prefeito Municipal

Karine Cardoso Fontana – Secretária Municipal de Saúde

Laercio Arcenio Correa – Representante Legal do Hospital

CONVÊNIO Nº 002/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
CONVÊNIO Nº. 002/2015

Partes: Município de Imaruí – SC e a Associação Universitária Ima-ruense-AUI

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para a AUI, com a finalidade de custear despesas advindas da manutenção da entidade no tocante ao transporte universitário do Município de Imaruí.

Base Legal: O presente Instrumento tem lastro na Lei Municipal nº 1.845/2015, de 02 de Março de 2015 e Artigo. 22, XIV da Lei Orgânica do Município de Imaruí/SC.

Vigência: 09.03.2015 à 31.12.2015.

Valor Total: O valor total do presente convênio é de R\$ 33.000,00 (tinta e três mil reais), o valor mensal do repasse será pago em 10 (dez) parcelas, iguais e sucessivas, de até 3.000,00 (três mil reais) totalizando o valor supracitado.

Assinam: Manoel Viana de Sousa - Prefeito Municipal

Felipe Carvalho Monteiro - Presidente

CONVÊNIO Nº 005/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
CONVÊNIO Nº. 005/2015

Partes: Município de Imaruí – SC e a Associação de Pais dos Excepcionais de Imaruí-APAE.

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para o APAE, com a finalidade de custear despesas advindas da manutenção da entidade.

Base Legal: O presente Instrumento tem lastro na Lei Municipal nº 1.854/2015, de 17 de março de 2015 e Artigo. 22. XIV da Lei Orgânica do Município de Imaruí/SC.

Vigência: 19.03.2015 à 31.12.2015.

Valor Total: O valor total do presente convênio é de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais), o valor mensal do repasse será pago em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas de até 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), totalizando o valor supracitado.

Assinam: Manoel Viana de Sousa - Prefeito Municipal

Araken Gomes Vieira – Diretor Financeiro da APAE.

CONVÊNIO Nº 003/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
CONVÊNIO Nº. 003/2015

Partes: Município de Imaruí – SC e a Banda Municipal Unidos de Imaruí.

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para a BANDA, com a finalidade de custear despesas advindas da manutenção da entidade.

Base Legal: O presente Instrumento tem lastro na Lei Municipal nº 1.846/2015, de 02 de março de 2015 e Artigo. 22, XIV da Lei Orgânica do Município de Imaruí/SC.

Vigência: 09.03.2015 à 31.12.2015.

Valor Total: O valor total do presente convênio é de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), o valor mensal do repasse será pago em 11 (onze) parcelas, desiguais e sucessivas, sendo a primeira parcela é de R\$: 9.000,00 (nove mil reais) e as demais de até

CONVÊNIO Nº 006/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
CONVÊNIO Nº. 006/2015

Partes: Município de Imaruí – SC e a Associação Coral Raízes de Imaruí

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para o CORAL, com a finalidade de custear despesas advindas da manutenção da entidade.

Base Legal: O presente Instrumento tem lastro na Lei Municipal nº 1.855/2015, de 17 de março de 2015 e Artigo. 22. XIV da Lei Orgânica do Município de Imaruí/SC.

Vigência: 13.04.2015 à 31.12.2015.

Valor Total: O valor total do presente convênio é de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais), o valor mensal do repasse será pago em 03 (três) parcelas mensais, iguais e sucessivas de até 7.000,00 (Sete

mil reais), totalizando o valor supracitado.
Assinam: Manoel Viana de Sousa - Prefeito Municipal.
Renato Viebrantz – Presidente.

CONVÊNIO Nº 007/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
CONVÊNIO Nº. 007/2015

Partes: Município de Imaruí – SC e o Hospital de Caridade e Maternidade São Joao Batista de Imaruí.

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para o HOSPITAL, com a finalidade de custear despesas advindas da manutenção da entidade.

Base Legal: O presente Instrumento tem lastro na Lei Municipal nº 1.865/2015, de 22 de Abril de 2015 e Artigo. 22 XIV da Lei Orgânica do Município de Imaruí/SC.

Vigência: 22.04.2015 à 31.12.2015.

Valor Total: O valor do repasse será de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), pagos em até 03 (três) parcelas, iguais e sucessivas, de até 60.000,00 (sessenta mil reais) totalizando o valor supracitado.

Assinam: Manoel Viana de Sousa – Prefeito Municipal
Karine Cardoso Fontana – Secretária Municipal de Saúde
Laercio Arcenio Correa – Representante Legal do Hospital

Educação, Cultura, Desporto e Juventude.
Adelson Legal da Escola do Atleta – Representante Legal da Escola do Atleta.

CONVÊNIO Nº 010/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
CONVÊNIO Nº. 010/2015

Partes: Município de Imaruí – SC e o Hospital de Caridade e Maternidade São João Batista de Imaruí.

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para o HOSPITAL, com a finalidade de custear despesas advindas da manutenção da entidade.

Base Legal: O presente Instrumento tem lastro na Lei Municipal nº 1.880/2015, de 09 de Julho de 2015 e Artigo. 22, XIV da Lei Orgânica do Município de Imaruí/SC.

Vigência: 17.07.2015 à 31.12.2015.

Valor Total: O valor de repasse será de até R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), pagos em até 02 (duas) parcelas, iguais e sucessivas, de até 60.000,00 (sessenta mil reais) totalizando o valor supracitado.

Assinam: Manoel Viana de Sousa – Prefeito Municipal
Karine Cardoso Fontana - Secretária Municipal de Saúde.
Laercio Arcenio Correa – Diretor Executivo do Hospital de Caridade.

CONVÊNIO Nº 008/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
CONVÊNIO Nº. 008/2015

Partes: Município de Imaruí – SC e a Associação de Pais dos Excepcionais de Imaruí-APAE.

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para o APAE, com a finalidade de custear despesas advindas da manutenção da entidade.

Base Legal: O presente Instrumento tem lastro na Lei Municipal nº 1.872/2015, de 19 de maio de 2015 e Artigo. 22. XIV da Lei Orgânica do Município de Imaruí/SC.

Vigência: 03.06.2015 à 31.12.2015.

Valor Total: O valor total do presente convênio é de R\$ 11.369,60 (onze mil trezentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos), mediante parcelas desiguais e sucessivas, na forma do Plano de trabalho, apresentado pela entidade.

Assinam: Manoel Viana de Sousa - Prefeito Municipal
Araken Gomes Vieira – Diretor Financeiro da APAE.

CONVÊNIO Nº 009/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
CONVÊNIO Nº. 009/2015

Partes: Município de Imaruí – SC e a Escola de Formação e Educação da Criança e do Adolescente para a Sociedade e o Desporto - Escolinha do Atleta.

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para a ESCOLA DO ATLETA, com a finalidade de custear despesas advindas da manutenção da entidade.

Base Legal: O presente Instrumento tem lastro na Lei Municipal nº 1.874/2015, de 17 de Junho de 2015 e Artigo. 22, XIV da Lei Orgânica do Município de Imaruí/SC.

Vigência: 10.07.2015 à 31.12.2015.

Valor Total: O valor de repasse será de até R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitenta reais), pagas em até em 07 (sete) parcelas mensais, iguais e sucessivas de até 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), totalizando o valor supracitado.

Assinam: Manoel Viana de Sousa - Prefeito Municipal
Maria do Carmo Matos Crescencio- Secretaria Municipal de

DECRETO Nº 101, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 101, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial as disposições contidas na Lei n. 1.896, de 23 de setembro de 2015, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, DECRETO:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, exercício 2015, na importância de R\$1.825.780,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
PROJ/ATIV. – 2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	9	1.000	Aplicações Diretas	43.000,00
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	16	1.000	Aplicações Diretas	21.000,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	22	1.000	Aplicações Diretas	180.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	23	1.000	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	20.000,00
PROJ/ATIV. – 2.016	CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÕES, CONSORCIOS E FEDERAÇÕES DE MUNICIPIOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	20	1.000	Aplicações Diretas	35.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 1.013	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRA POLIESPORTIVA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	51	1.000	Aplicações Diretas	40.000,00
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	60	1.018	Aplicações Diretas	3.180,00
3.3.90.00.00.00.00.00	62	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	69	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	75	1.000	Aplicações Diretas	200.000,00
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	82	1.000	Aplicações Diretas	40.000,00
ÓRGÃO – 08	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
UNIDADE – 08.01	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. – 2.045	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	112	1.000	Aplicações Diretas	22.000,00
ÓRGÃO – 10	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
UNIDADE – 10.01	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.055	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	131	1.000	Aplicações Diretas	34.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.067	CONTRUÇÃO, LIMPEZA E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	151	1.000	Aplicações Diretas	54.000,00

PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	154	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	156	1.000	Aplicações Diretas	26.000,00
PROJ/ATIV. – 2.062	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PUBLICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	160	1.000	Aplicações Diretas	294.000,00
ÓRGÃO – 12	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
UNIDADE – 12.01	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.077	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	211	1.000	Aplicações Diretas	1.000,00
Total		1.053.180,00		

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	2	1.000	Aplicações Diretas	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	4	1.000	Aplicações Diretas	80.000,00
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.1.04	MANUTENÇÃO DO PAB FIXO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	11	1.064	Aplicações Diretas	5.000,00
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	12	1.064	Aplicações Diretas	108.000,00
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	15	1.064	Aplicações Diretas	44.600,00
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	19	1.064	Aplicações Diretas	55.000,00
UNIDADE – 14.05	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
PROJ/ATIV. – 2.115	TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	40	1.000	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	60.000,00
UNIDADE – 14.06	INVESTIMENTOS			
PROJ/ATIV. – 2.101	AQUISIÇÃO DE AREA E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	50	1.000	Aplicações Diretas	44.000,00
Total		696.600,00		

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	4	1.000	Aplicações Diretas	56.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	17	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
Total		76.000,00		

Total Geral	1.825.780,00
-------------	--------------

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º este decreto serão utilizados recursos da anulação parcial da seguinte dotação:

ÓRGÃO – 02	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	1	1.000	Aplicações Diretas	13.000,00
UNIDADE – 02.02	AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			

PROJ/ATIV. – 2.003	MANUTENÇÃO DA AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	4	1.000	Aplicações Diretas	2.500,00
ÓRGÃO – 03	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 03.01	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	6	1.000	Aplicações Diretas	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00	7	1.000	Aplicações Diretas	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00	8	1.000	Aplicações Diretas	1.060,00
ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.02	PROCURADORIA JURIDICA			
PROJ/ATIV. – 2.006	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	11	1.000	Aplicações Diretas	12.000,00
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANAJAMENTO E GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00	19	1.000	Aplicações Diretas	2.020,95
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	24	1.000	Aplicações Diretas	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00	26	1.000	Aplicações Diretas	3.700,00
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	27	1.000	Aplicações Diretas	25.000,00
PROJ/ATIV. – 2.014	PRECATORIOS E OUTRAS DESPESAS JUDICIAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.2.90.00.00.00.00	31	1.000	Aplicações Diretas	200.000,00
PROJ/ATIV. – 2.015	RECADASTRAMENTO IMOBILIARIO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	32	1.000	Aplicações Diretas	113.714,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
PROJ/ATIV. – 2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	33	1.000	Aplicações Diretas	153.731,84
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.022	MANUTENÇÃO DO NAE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	57	1.000	Aplicações Diretas	20.140,00
PROJ/ATIV. – 2.023	MANUTENÇÃO DA ESCOLA ABERTA INTEGRAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	58	1.000	Aplicações Diretas	3.180,00
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	59	1.000	Aplicações Diretas	138.040,58
3.3.90.00.00.00.00	63	1.018	Aplicações Diretas	3.180,00
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	66	1.000	Aplicações Diretas	104.883,81
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	79	1.000	Aplicações Diretas	54.978,82
PROJ/ATIV. – 2.031	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	83	1.000	Aplicações Diretas	100.000,00
UNIDADE – 07.03	DIRETORIA DE CULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.034	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	91	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00	92	1.000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	10.720,00
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 2.035	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	100	1.000	Aplicações Diretas	44.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.065	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E PONTILHÕES			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	177	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	179	1.000	Aplicações Diretas	1.060,00
PROJ/ATIV. – 1.066	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	181	1.000	Aplicações Diretas	30.000,00
PROJ/ATIV. – 1.068	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GALERIAS PLUVIAIS E ESGOTO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	164	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	166	1.000	Aplicações Diretas	1.060,00
PROJ/ATIV. – 2.061	MANUTENÇÃO DA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	161	1.000	Aplicações Diretas	23.000,00
ÓRGÃO – 12	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
UNIDADE – 12.01	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.077	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	210	1.000	Aplicações Diretas	35.000,00
ÓRGÃO – 13	FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
UNIDADE – 13.01	FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
PROJ/ATIV. – 2.076	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	188	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
Total		1.250.790,00		
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.102	MANUTENÇÃO DO SAMU			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	8	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	14	1.064	Aplicações Diretas	8.000,00
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	16	1.000	Aplicações Diretas	98.000,00
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	20	1.000	Aplicações Diretas	135.000,00
PROJ/ATIV. – 2.110	MANUTENÇÃO DO NASF			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	25	1.064	Aplicações Diretas	27.600,00
3.1.90.00.00.00.00.00	26	1.000	Aplicações Diretas	27.560,00
3.3.90.00.00.00.00.00	28	1.064	Aplicações Diretas	18.000,00
PROJ/ATIV. – 2.111	MANUTENÇÃO DO PMAQ			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	30	1.064	Aplicações Diretas	69.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	31	1.064	Aplicações Diretas	90.000,00
UNIDADE – 14.04	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA			
PROJ/ATIV. – 2.114	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	39	1.000	Aplicações Diretas	84.000,00
UNIDADE – 14.06	INVESTIMENTOS			
PROJ/ATIV. – 2.101	AQUISIÇÃO DE ÁREA E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE			

Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	47	1.000	Aplicações Diretas	2.650,00
Total		574.810,00		
Total Geral		1.825.780,00		

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 23 de setembro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

LEI Nº. 1.895, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº. 1.895, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO, AO HOSPITAL DE CARIDADE E MATERNIDADE SÃO JOÃO BATISTA DE IMARUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autoriza a repassar até R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) a título de recursos financeiros, mediante celebração de convênio ao Hospital de Caridade e Maternidade São João Batista, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.203.132/0001-00, com sede na Avenida Celso Ramos, n.14, Centro, Imaruí/SC.

I - O valor mencionado no caput deste artigo será repassado em até 04 (quatro) parcelas, iguais e sucessivas de até R\$30.000,00 (trinta mil reais) nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015.

II - o repasse será realizado, mediante transferência bancária para a conta corrente de titularidade da instituição beneficiada.

III – A efetividade do repasse financeiro fica condicionada à existência de recursos, consignados no Orçamento Municipal.

Art. 2º. Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear as despesas advindas da manutenção dos serviços prestados pela entidade, principalmente aqueles relacionados ao atendimento médico de urgência e emergência do Hospital.

Art. 3º- As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Fundo Municipal de Saúde, Projeto Atividade 2.050, Órgão 16, conforme segue:

3.3.50.43.00.00.00.00 0.1.000.000000
Subvenções Sociais

Art. 4º- A entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas legais aplicáveis à matéria, sobretudo em consonância com as disposições do Decreto municipal nº01/2014;

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, SC, 23 de setembro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

LEI Nº. 1.896, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº. 1.896, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, exercício 2015, na importância de R\$1.825.780,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
UNIDADE – 04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PROJ/ATIV. – 2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO

Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	9	1.000	Aplicações Diretas	43.000,00
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	16	1.000	Aplicações Diretas	21.000,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	22	1.000	Aplicações Diretas	180.000,00
3.3.50.00.00.00.00	23	1.000	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	20.000,00
PROJ/ATIV. – 2.016	CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÕES, CONSORCIOS E FEDERAÇÕES DE MUNICIPIOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00	20	1.000	Aplicações Diretas	35.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 1.013	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRA POLIESPORTIVA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	51	1.000	Aplicações Diretas	40.000,00
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	60	1.018	Aplicações Diretas	3.180,00
3.3.90.00.00.00.00	62	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	69	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	75	1.000	Aplicações Diretas	200.000,00
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	82	1.000	Aplicações Diretas	40.000,00
ÓRGÃO – 08	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
UNIDADE – 08.01	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. – 2.045	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	112	1.000	Aplicações Diretas	22.000,00
ÓRGÃO – 10	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
UNIDADE – 10.01	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.055	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	131	1.000	Aplicações Diretas	34.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.067	CONTRUÇÃO, LIMPEZA E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	151	1.000	Aplicações Diretas	54.000,00
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	154	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00	156	1.000	Aplicações Diretas	26.000,00
PROJ/ATIV. – 2.062	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	160	1.000	Aplicações Diretas	294.000,00
ÓRGÃO – 12	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
UNIDADE – 12.01	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.077	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	211	1.000	Aplicações Diretas	1.000,00
Total		1.053.180,00		

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	2	1.000	Aplicações Diretas	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	4	1.000	Aplicações Diretas	80.000,00
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.1.04	MANUTENÇÃO DO PAB FIXO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	11	1.064	Aplicações Diretas	5.000,00
ROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	12	1.064	Aplicações Diretas	108.000,00
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	15	1.064	Aplicações Diretas	44.600,00
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	19	1.064	Aplicações Diretas	55.000,00
UNIDADE – 14.05	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
PROJ/ATIV. – 2.115	TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	40	1.000	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	60.000,00
UNIDADE – 14.06	INVESTIMENTOS			
PROJ/ATIV. – 2.101	AQUISIÇÃO DE AREA E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	50	1.000	Aplicações Diretas	44.000,00
Total		696.600,00		

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	4	1.000	Aplicações Diretas	56.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	17	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
Total		76.000,00		

Total Geral	1.825.780,00
-------------	--------------

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos da anulação parcial da seguinte dotação:

ÓRGÃO – 02	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	1	1.000	Aplicações Diretas	13.000,00
UNIDADE – 02.02	AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			
PROJ/ATIV. – 2.003	MANUTENÇÃO DA AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	4	1.000	Aplicações Diretas	2.500,00
ÓRGÃO – 03	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 03.01	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	6	1.000	Aplicações Diretas	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	7	1.000	Aplicações Diretas	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	8	1.000	Aplicações Diretas	1.060,00
ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.02	PROCURADORIA JURIDICA			
PROJ/ATIV. – 2.006	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	11	1.000	Aplicações Diretas	12.000,00
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			

PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00	19	1.000	Aplicações Diretas	2.020,95
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	24	1.000	Aplicações Diretas	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00	26	1.000	Aplicações Diretas	3.700,00
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	27	1.000	Aplicações Diretas	25.000,00
PROJ/ATIV. – 2.014	PRECATORIOS E OUTRAS DESPESAS JUDICIAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.2.90.00.00.00.00	31	1.000	Aplicações Diretas	200.000,00
PROJ/ATIV. – 2.015	RECADASTRAMENTO IMOBILIARIO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	32	1.000	Aplicações Diretas	113.714,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
PROJ/ATIV. – 2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	33	1.000	Aplicações Diretas	153.731,84
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.022	MANUTENÇÃO DO NAE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	57	1.000	Aplicações Diretas	20.140,00
PROJ/ATIV. – 2.023	MANUTENÇÃO DA ESCOLA ABERTA INTEGRAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	58	1.000	Aplicações Diretas	3.180,00
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	59	1.000	Aplicações Diretas	138.040,58
3.3.90.00.00.00.00	63	1.018	Aplicações Diretas	3.180,00
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	66	1.000	Aplicações Diretas	104.883,81
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	79	1.000	Aplicações Diretas	54.978,82
PROJ/ATIV. – 2.031	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	83	1.000	Aplicações Diretas	100.000,00
UNIDADE – 07.03	DIRETORIA DE CULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.034	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	91	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.50.00.00.00.00	92	1.000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	10.720,00
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 2.035	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	100	1.000	Aplicações Diretas	44.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.065	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E PONTILHÕES			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	177	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00	179	1.000	Aplicações Diretas	1.060,00
PROJ/ATIV. – 1.066	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00	181	1.000	Aplicações Diretas	30.000,00
PROJ/ATIV. – 1.068	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GALERIAS PLUVIAIS E ESGOTO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor

3.3.90.00.00.00.00.00	164	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	166	1.000	Aplicações Diretas	1.060,00
PROJ/ATIV. – 2.061	MANUTENÇÃO DA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	161	1.000	Aplicações Diretas	23.000,00
ÓRGÃO – 12	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
UNIDADE – 12.01	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.077	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	210	1.000	Aplicações Diretas	35.000,00
ÓRGÃO – 13	FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
UNIDADE – 13.01	FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
PROJ/ATIV. – 2.076	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	188	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
Total	1.250.790,00			
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.102	MANUTENÇÃO DO SAMU			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	8	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
ROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	14	1.064	Aplicações Diretas	8.000,00
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	16	1.000	Aplicações Diretas	98.000,00
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	20	1.000	Aplicações Diretas	135.000,00
PROJ/ATIV. – 2.110	MANUTENÇÃO DO NASF			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	25	1.064	Aplicações Diretas	27.600,00
3.1.90.00.00.00.00.00	26	1.000	Aplicações Diretas	27.560,00
3.3.90.00.00.00.00.00	28	1.064	Aplicações Diretas	18.000,00
PROJ/ATIV. – 2.111	MANUTENÇÃO DO PMAQ			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	30	1.064	Aplicações Diretas	69.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	31	1.064	Aplicações Diretas	90.000,00
UNIDADE – 14.04	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA			
PROJ/ATIV. – 2.114	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	39	1.000	Aplicações Diretas	84.000,00
UNIDADE – 14.06	INVESTIMENTOS			
PROJ/ATIV. – 2.101	AQUISIÇÃO DE ÁREA E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	47	1.000	Aplicações Diretas	2.650,00
Total	574.810,00			
Total Geral	1.825.780,00			

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 23 de setembro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

RETIFICAÇÃO DA LEI Nº. 1.983, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

RETIFICAÇÃO DA LEI Nº. 1.983, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

Onde se lê:

LEI Nº. 1.983, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA CONCEDER INCENTIVOS FISCAIS E ESTÍMULOS MATERIAIS A EMPRESA ROSA DE SAROM INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS LTDA. ME, EM CONFORMIDADE COM A LEI N. 1678, DE 11 DE MARÇO DE 2013 QUE INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE INCENTIVO ÀS EMPRESAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autoriza a conceder à empresa Rosa de Sarom Indústria e Comércio Alimentícios Ltda. Me, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Hunberto de Freitas Tibau, 222, Capoeiras, Florianópolis, SC, inscrita no CNPJ sob o n.01.820.799/0001-25, os seguintes incentivos fiscais e estímulos materiais:

I – Concessão de direito real de uso de área de propriedade deste Município de Imaruí contendo 8.000m² (oito mil metros quadrados) para instalação do empreendimento no prazo máximo de 02 (dois) anos, sob pena de perda da preferencia (art. 7º,II da Lei 1.678/2013) ;

II - melhoria na via municipal de acesso à empresa, dentro das possibilidades do Poder Executivo Municipal (art. 7º,VI da Lei 1.678/2013);

III – Isenção de 50% da Taxa de Licença e Localização – TLL (alvará) pelo prazo máximo de 10 (dez) anos (art. 6º,IV da Lei 1.678/2013);

IV – Isenção de 50% da contribuição de melhorias decorrente de obras públicas, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos (art. 6º,III da Lei 1.678/2013);

V – Isenção de 80% do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN durante os 02 (dois) primeiros anos de instalação da empresa; e de 60% durante os 03 (três) anos subsequentes, pelo período máximo de 05 (cinco) anos (art. 6º,II da Lei 1.678/2013);

Art. 2º Incumbe ao Município e ao Conselho Municipal de Desenvolvimento de Imaruí controlar e fiscalizar a execução da presente resolução, sobretudo o fiel cumprimento, por parte da empresa beneficiária, do projeto, cronograma e demais exigências legais, sob pena das penalidades previstas nos arts. 12, 13 e 14 da Lei 1.678/2013.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, SC, 02 de setembro de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Leia-se:

LEI Nº. 1.893, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA CONCEDER INCENTIVOS FISCAIS E ESTÍMULOS MATERIAIS A EMPRESA ROSA DE SAROM INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS LTDA. ME, EM CONFORMIDADE COM A LEI N. 1678, DE 11 DE MARÇO DE 2013 QUE INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE INCENTIVO ÀS EMPRESAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso

de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autoriza a conceder à empresa Rosa de Sarom Indústria e Comércio Alimentícios Ltda. Me, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Hunberto de Freitas Tibau, 222, Capoeiras, Florianópolis, SC, inscrita no CNPJ sob o n.01.820.799/0001-25, os seguintes incentivos fiscais e estímulos materiais:

I – Concessão de direito real de uso de área de propriedade deste Município de Imaruí contendo 8.000m² (oito mil metros quadrados) para instalação do empreendimento no prazo máximo de 02 (dois) anos, sob pena de perda da preferencia (art. 7º,II da Lei 1.678/2013) ;

II - melhoria na via municipal de acesso à empresa, dentro das possibilidades do Poder Executivo Municipal (art. 7º,VI da Lei 1.678/2013);

III – Isenção de 50% da Taxa de Licença e Localização – TLL (alvará) pelo prazo máximo de 10 (dez) anos (art. 6º,IV da Lei 1.678/2013);

IV – Isenção de 50% da contribuição de melhorias decorrente de obras públicas, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos (art. 6º,III da Lei 1.678/2013);

V – Isenção de 80% do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN durante os 02 (dois) primeiros anos de instalação da empresa; e de 60% durante os 03 (três) anos subsequentes, pelo período máximo de 05 (cinco) anos (art. 6º,II da Lei 1.678/2013);

Art. 2º Incumbe ao Município e ao Conselho Municipal de Desenvolvimento de Imaruí controlar e fiscalizar a execução da presente resolução, sobretudo o fiel cumprimento, por parte da empresa beneficiária, do projeto, cronograma e demais exigências legais, sob pena das penalidades previstas nos arts. 12, 13 e 14 da Lei 1.678/2013.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, SC, 02 de setembro de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DA LEI Nº. 1.984, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

RETIFICAÇÃO DA LEI Nº. 1.984, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

Onde se lê:

LEI Nº. 1.984, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE IMARUÍ/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º - Fica instituído o dia 29 de setembro como “Dia Municipal do Idoso” no Município de Imaruí/SC.

Art. 2º - O dia Municipal ora instituído passa a integrar o calendário oficial de eventos da cidade de Imaruí.

Art. 3º - Fica autorizada, no referido, dia a realização de eventos em comemoração ao Dia do Idoso, tais como:

I – Homenagem as instituições e pessoas que se destacam pela promoção da Pessoa Idosa em Imaruá/SC;

II – Promover encontros e fóruns de debates com temas de relevância social tendo como foco central a pessoa idosa e seus familiares;

III – Promover concursos, oficinas temáticas, cursos e afins que promovam a pessoa idosa e seus familiares;

IV – Conscientizar a população sobre a importância das mudanças de atitudes para com a Pessoa Idosa;

V – Instituir reflexões acerca das necessidades da Pessoa Idosa e buscar formular estratégias, políticas e práticas em todos os setores, buscando concretizar as enormes potencialidades do envelhecimento no século XXI;

VI – Viabilizar e reorganizar a estrutura pública – privada para o atendimento a Pessoa Idosa visando à garantia plena dos seus direitos, tendo um envelhecimento seguro e digno, participando na vida econômica, política e social tendo a oportunidade de se desenvolver até nos últimos anos de vida; e

VII – Outras iniciativas que visem à promoção e valorização da pessoa idosa na sociedade.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Imaruá, SC, 09 de setembro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Leia-se:

LEI Nº. 1.894, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE IMARUÁ/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º - Fica instituído o dia 29 de setembro como "Dia Municipal do Idoso" no Município de Imaruá/SC.

Art. 2º - O dia Municipal ora instituído passa a integrar o calendário oficial de eventos da cidade de Imaruá.

Art. 3º - Fica autorizada, no referido, dia a realização de eventos em comemoração ao Dia do Idoso, tais como:

I – Homenagem as instituições e pessoas que se destacam pela promoção da Pessoa Idosa em Imaruá/SC;

II – Promover encontros e fóruns de debates com temas de relevância social tendo como foco central a pessoa idosa e seus familiares;

III – Promover concursos, oficinas temáticas, cursos e afins que promovam a pessoa idosa e seus familiares;

IV – Conscientizar a população sobre a importância das mudanças de atitudes para com a Pessoa Idosa;

V – Instituir reflexões acerca das necessidades da Pessoa Idosa e buscar formular estratégias, políticas e práticas em todos os setores, buscando concretizar as enormes potencialidades do envelhecimento no século XXI;

VI – Viabilizar e reorganizar a estrutura pública – privada para o atendimento a Pessoa Idosa visando à garantia plena dos seus direitos, tendo um envelhecimento seguro e digno, participando na vida econômica, política e social tendo a oportunidade de se desenvolver até nos últimos anos de vida; e

VII – Outras iniciativas que visem à promoção e valorização da pessoa idosa na sociedade.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Imaruá, SC, 09 de setembro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 03/2015

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 03/2015.

O Prefeito Municipal de Imbituba, com base no Parágrafo Único do Artigo 48 da Lei Complementar (LRF) nº. 101, de 04 de maio de 2000, convida toda a sociedade civil e organizada com a atuação e sede no Município de Imbituba, bem como demais munícipes, para participar da Audiência Pública que fará realizar no dia 24 de setembro de 2015, às 18 h, no Plenário da Câmara de Vereadores de Imbituba, na qual apresentará a avaliação das Metas Fiscais a 2º Quadrimestre de 2015.

Imbituba – SC, 22 de setembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal de Imbituba

EDITAL SEAGP Nº 133/2015

EDITAL SEAGP Nº 133/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 002/2011, divulgado através do Edital nº 002/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 002/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 24 de Setembro a 23 de Outubro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá

automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 23 de setembro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 133/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico em enfermagem

Maria Conceição da Silva Fistarol

EDITAL SEAGP Nº 134/2015

EDITAL SEAGP Nº 134/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 24 de Setembro a 23 de Outubro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 23 de setembro de 2015.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 134/2015
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde área 01
Elisabeth Schultz

EDITAL SEAGP Nº 135/2015

EDITAL SEAGP Nº 135/2015
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 24 de Setembro a 23 de Outubro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 23 de setembro de 2015.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 135/2015
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de saúde área 06
Sonia Maria Miranda da Silva

EDITAL SEAGP Nº 136/2015

EDITAL SEAGP Nº 136/2015
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 24 de Setembro a 23 de Outubro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 23 de Setembro de 2015.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 136/2015
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira
Caroline Bez Batti

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO Nº. 35/2015 PR 30/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E RENDA - SEAST

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, comunica, que fica revogado o Processo Licitatório nº 35/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 30/2015, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 24 de Setembro de 2015.
Dilson Petrassem Junior
Pregoeiro Oficial

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/149 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/149 A00
Contratada: SOMEVAL SOC. MERCANTIL VEICULOS AUTOMOTORES LTDA CNPJ: 83.706.788/0002-64
Objeto: O OBJETO DO PRESENTE TERMO DE CONTRATO É A AQUISIÇÃO DE 01(UM) CAMINHÃO 4X2 (TOCO), PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DO PREGÃO IDENTIFICADO NO PREÂMBULO E NA PROPOSTA VENCEDORA, OS QUAIS INTEGRAM ESTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO.
Fundamento: Processo nº. 77/2015 Pregão 47/2015
Valor R\$ 201.800,00 Prazo: 31/12/2015

Imbituba, 21 de Setembro de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura- Seapi
Contratante

Someval Soc. Mercantil
Veiculos Automotores LTD
Contratada

EXTRATO: PMI SEAST 2015/50 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAST 2015/50 A00
Contratada JARDEL GUILHERME BECK
CNPJ 18.893.224/0001-35
Objeto: Contratação de palestrante com o tema motivação e automotivação para fazer diferença em virtude da semana do idoso.
Valor: R\$ 3.600,00 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 36/2015 dispensa 04/2015

Imbituba, 14 de Setembro de 2015.
Selma Elias Westphal
Secretária municipal da Seast
Contratante

Jardel Guilherme Beck
Representante legal
Contratada

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 11/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 11/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor JAISON CARDOSO DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares n.º 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009, 4.597, de 21 de agosto de 2015, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS N.º 11/2015. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 23 de setembro de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

PORTARIA PMI/GGP Nº 518/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 518, de 23 de setembro de 2015.
Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 3.521, de 04 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. MARILENE DE CARVALHO, inscrita no CPF sob o n.º 591.820.089-49, Professora, matrícula n.º 366, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de setembro de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 519/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 519, de 23 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 3.528, de 04 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. NILCÉLIA FERREIRA BALTEZAN, inscrita no CPF sob o n.º 521.044.869-04, Professora, matrícula n.º 416, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de setembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 520/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 520, de 23 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 3.530, de 04 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. IVOLI JOSÉ OURIQUES NILO, inscrita no CPF sob o n.º 591.808.119-49, Professora, matrícula n.º 195, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de setembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1561/15

. DECRETO Nº 1561/15

. De 23 de setembro de 2015

Cancelamento de Restos a Pagar – Fundo Municipal de Assistência Social.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2014, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPENHO	ESPÉCIE	CREDOR	VALOR EMPENHADO	VALOR A CANCELAR	MOTIVO
5859/2014	ORDINÁRIO	ADMINISTRA DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA-ME.	R\$ 3.053,00	R\$ 3.053,00	despesa não efetuada, fornecedor não possui mais o cnpj do qual participou da licitação.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 23 de setembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial

Processo Licitatório nº 181/2015.

Inexigibilidade nº 006/2015-18201

Objeto: Contratação de formação de profissionais para capacitação na intervenção com agressores conjugais.

Entrega dos envelopes: 22/09/2015

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA 2º QUADRIMESTRE 2015

ESTADO de Santa Catarina

MUNICIPIO DE Iomere

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Segundo Quadrimestre do exercício de 2015

Lei Complementar nº101/2000, Art. 9º, § 4º

CONVITE

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece no § 4º do artigo 9º que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Em Cumprimento a tal disposição legal, a Administração Municipal de Iomerê, Estado de Santa Catarina através do presente convida Vossa Senhoria e a população em geral do Município para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativo ao SEGUNDO QUADRIMESTRE do exercício de 2015, a qual será realizada no próximo dia 28 de Setembro de 2015, às 09:00 horas, tendo como local o Auditório da Prefeitura Municipal de Iomerê.

Um dos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência da gestão fiscal mediante a participação popular. Assim, sua presença na audiência pública acima mencionada é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público.

Iomerê(SC), 23 de Setembro de 2015.

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

EDITAL N.º 30/2015

O Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, torna público que realizará, na forma prevista no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, a abertura de inscrições para PROCESSO SELETIVO DE PROVAS E TÍTULOS destinado ao recrutamento de pessoal para o exercício transitório das funções abaixo especificadas e relacionadas a cargos regidos pela Lei Complementar nº 001/2.002, de 26 de setembro de 2.002. O Processo Seletivo será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado de conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 -	O Processo Seletivo será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições legais vigentes e será executado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada à Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia – SC. Telefone (49) 3482-3500. Endereço eletrônico: recepcao@amauc.org.br
1.1.1-	As provas serão aplicadas no Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli, Avenida Assis Brasil nº 349, Centro – Ipumirim – SC.
1.1.2-	Em razão da indisponibilidade de local suficiente ou adequado para realização das provas em decorrência do número de candidatos, estas, a critério da Comissão, poderão ser realizadas em outro local.

1.2 Nomenclatura - Carga Horária - Vencimentos - Exigências

1.2.1 LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA COM HABILITAÇÃO ESPECÍFICA OU NORMAL SUPERIOR OU NÍVEL MÉDIO COM HABILITAÇÃO NO MAGISTÉRIO

Nomenclatura	C/H semanal	Venc. Inicial (R\$)	Exigências complementares no ato da contratação
Professor de 1º ao 5º Ano – Ensino Fundamental	20 horas	1.553,40 (*) (2) 1.150,66 (*) (3)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, pedagogia Educação Infantil ou curso normal superior. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia ou curso normal superior ou diploma de conclusão de Magistério Ensino Médio.
Professor de Educação Infantil – Pré Escola	20 horas	1.553,40 (*) (2) 1.150,66 (*) (3)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, pedagogia Educação Infantil ou curso normal superior. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia ou curso normal superior ou diploma de conclusão de Magistério Ensino Médio.
Professor de Reforço Escolar	20 horas	1.553,40 (*) (2) 1.150,66 (*) (3)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Séries Iniciais do Ensino fundamental ou Curso Normal Superior. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Séries Iniciais do Ensino Fundamental ou Curso Normal Superior, ou diploma de conclusão de Magistério Ensino Médio.
Professor Substituto para Afastamentos Legais	20 horas	1.553,40 (*) (2) 1.150,66 (*) (3)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura na área de educação Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de educação, ou diploma de conclusão de Magistério Ensino Médio.
Professor para Turmas com Alunos de Inclusão	20 horas	1.294,50 (2) 958,89 (3)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Especial Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação Licenciatura Plena em Educação Especial, Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia ou frequência a partir da 1ª fase.

1.2.2 ESTUDANTES DE NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR ESPECÍFICO

Nomenclatura	C/H semanal	Venc. (R\$)	Exigências complementares no ato da contratação
Professor AEE	20 horas	1.150,66(*)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação Licenciatura Plena em Educação Especial, Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia ou frequência a partir da 1ª fase.
Professor de Artes	20 horas	1.121,90(**) (1)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes

Professor de Ciências	20 horas	1.121,90(**) (1)	Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Ciências
Professor de Educação Física	20 horas	1.121,90(**) (1)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação em Licenciatura Plena Educação Física.
Professor de Geografia	20 horas	1.121,90(**) (1)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação de Licenciatura Plena em Geografia.
Professor de História	20 horas	1.121,90(**) (1)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação de Licenciatura Plena em História.
Professor de Informática	20 horas	958,89	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso superior em Gestão de Tecnologia da Informação ou em Licenciatura Plena em Pedagogia.
Professor de Língua Estrangeira – Inglês	20 horas	1.121,90(**) (1)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação de Licenciatura Plena em Inglês.
Professor de Língua Portuguesa	20 horas	1.121,90(**) (1)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação de Licenciatura Plena em Letras Português.
Professor de Matemática	20 horas	1.121,90(**) (1)	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação de Licenciatura Plena em Matemática.

1.2.3 NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR COMPLETO ESPECÍFICO

Nomenclatura	C/H semanal	Venc. (R\$)	Exigências complementares no ato da contratação
Professor AEE	20 horas	1.553,40 (*) (1)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Especial.
Professor de Artes	20horas	1.514,56 (**) (1)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes.
Professor de Ciências	20horas	1.514,56 (**) (1)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Ciências.
Professor de Educação Física	20horas	1.514,56 (**) (1)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física.
Professor de Geografia	20horas	1.514,56 (**) (1)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Geografia.
Professor de História	20horas	1.514,56 (**) (1)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em História.
Professor de Informática	20horas	1.514,56 (**) (1)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior em Gestão de Tecnologia da Informação
Professor de Língua Estrangeira – Inglês	20horas	1.514,56 (**) (1)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Inglês.
Professor de Língua Portuguesa	20horas	1.514,56 (**) (1)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras Português.
Professor de Matemática	20horas	1.514,56 (**) (1)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Matemática.

1.2.4 Área Esportiva e Cultural

Nomenclatura	C/H semanal	Venc. (R\$)	Exigências complementares no ato da contratação
Professor de Dança Folclórica e Artística	20 horas	1.294,50 (1) (2) 958,99(3)	Habilitado – Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE), e registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 5ª fase do curso de Educação Física.
Professor de Futebol de Salão	20horas	2.589,00 (1) (2) 1.917,78 (1) (3)	Habilitado – Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE), e registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 5ª fase do curso de Educação Física.
Professor Instrutor Musical	20 horas	2.589,00 (1) (2) 1.917,78 (1) (3)	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior em Música e experiência em música e instrumentos: violão, teclado e guitarra e canto coral e voz. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 5ª fase do curso de Música e ou Histórico Escolar de Conclusão de Ensino Médio e ter conhecimento prático comprovado em música e instrumentos: violão, teclado e guitarra e canto coral e voz.

Legenda:

(1) A jornada semanal de trabalho poderá variar, de acordo com as necessidades letivas, em 10 (dez) 20 (vinte), 30(trinta) e 40(quarenta) horas semanais, com a proporcional variação da remuneração.

(2) Habilitado

(3) Não Habilitado

(*) Compõe a remuneração a Regência de Classe, correspondente a 20% (vinte por cento) do vencimento básico.

(**) Compõe a remuneração a Regência de Classe, correspondente a 17% (dezesete por cento) do vencimento básico.

1.2.5 Serviços Administrativos - Auxiliar de Creche – Ensino Fundamental Completo

Nomenclatura	C/H semanal	Venc. (R\$)	Exigências complementares no ato da contratação
Auxiliar de Creche	40 horas	1.266,56	Habilitação Mínima Ensino Fundamental Completo

1.2.6 Serviços Gerais - Alfabetizadas

Nomenclatura	C/H semanal	Venc. (R\$)	Exigências complementares no ato da contratação
Zeladora	40 horas	1.102,68	Habilitação Mínima Alfabetizada

1.3	Os candidatos estudantes que se inscreverem para as funções descritas no item 1.2.2 do presente edital, aprovados neste Processo Seletivo formarão cadastro reserva e somente serão convocados se esgotadas as listas dos profissionais habilitados (item 1.2.1 e 1.2.3 do presente edital), e aprovados no presente Processo Seletivo.
1.4	Os candidatos serão contratados de acordo com a necessidade transitória da Administração Pública, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal.
1.5	A atribuição da carga horária será feita conforme as necessidades da administração, respeitando-se, contudo, a ordem de classificação.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1	As inscrições serão realizadas no período das 08h00min do dia 30 de setembro de 2015 até às 23h59min do dia 15 de outubro de 2015, pela internet, mediante formulário específico, disponibilizado nos sites www.amauc.org.br e www.ipumirim.sc.gov.br
2.2	Para inscrever-se, o candidato deverá no período de inscrição:
2.2.1	Acessar o site www.amauc.org.br ou www.ipumirim.sc.gov.br e localizar o “banner” Processo Seletivo
2.2.2	Ler na íntegra o Edital, fazer o cadastro do candidato se for o primeiro acesso, caso já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição, optando por uma ou duas áreas, no qual declarará estar ciente das condições exigidas e das normas expressas no Edital.
2.2.3	Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções.
2.2.4	Imprimir uma cópia do Requerimento da Inscrição e do Boleto e efetuar o pagamento até às 23h59min do dia 16/10/2015.
2.3	A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato, e a confirmação do pagamento do boleto, salvo para os que preencherem os requisitos para isenção.
2.4	O descumprimento das instruções para a inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição.
2.5	A partir de 20 de outubro de 2015, o candidato deverá conferir no site www.amauc.org.br ou www.ipumirim.sc.gov.br a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada falta de informação, o candidato deverá entrar em contato com a Amauc pelo telefone (49) 3482 3500, para verificar o ocorrido.
2.6	O Município de Ipumirim-SC e a Amauc não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
2.7	O comprovante de inscrição do candidato será documento impresso da inscrição e o boleto, devidamente quitado.
2.8	A Administração Municipal de Ipumirim-SC disponibilizará, na Biblioteca Pública Municipal, computador com acesso a internet para que os candidatos que necessitarem durante o período das inscrições, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min de segunda à sexta feira.
2.9	Em caso de inscrições erradas e pagamento das mesmas, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é de responsabilidade do candidato efetuar corretamente a sua inscrição para o cargo a qual pretende concorrer.
2.10	O Município e a AMAUC não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. O descumprimento das instruções para inscrição via internet implicará na não efetivação da mesma.
2.11	Os candidatos poderão inscrever-se para até duas funções, desde que haja compatibilidade de horário de provas, conforme dispõe o presente Edital, devendo, para tanto, proceder duas inscrições.
2.12	Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para a alteração de funções, seja qual for o motivo alegado.
2.13	São condições para a inscrição:
2.13.1	Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal.

2.13.2	Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa Saúde Física e Mental, estar no gozo dos direitos Políticos e Cíveis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar.
2.13.3	Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.
2.13.4	Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.
2.13.5	Se aprovado e convocado, o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar, além dos documentos os constantes no Anexo III presente Edital.

3. DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DA ISENÇÃO

3.1	A taxa de inscrição é de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Caso o candidato opte por inscrever-se em duas áreas deverá efetuar 2 (duas) inscrições, uma para cada área que optar, sendo assim pagar 2 (duas) taxas de inscrição.
3.2	Ficam isentos do pagamento:
3.2.1	Os doadores de sangue
3.3	Documentação necessária para receber a isenção:
3.3.1	Para o doador de sangue, apresentação de documento hábil expedido pela unidade coletora, que deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a duas doações no lapso de um ano antes da inscrição deste Processo Seletivo.
3.4	Os documentos necessários para comprovação da isenção deverão ser escaneados e anexados junto com o requerimento de inscrição, até o dia 09 de outubro de 2015, sob pena de indeferimento do pedido de isenção.

4. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1	Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal e Lei Nº 7.853/89.
4.2-	Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Processo.
4.2.1	Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.
4.3	Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.
4.4	As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente, em seu art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
4.5	Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal Nº 3.298/99, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições. O candidato deverá entregar na sede da Prefeitura Municipal de Ipumirim, SC, Rua D. Pedro II, 230, até o dia 09 de outubro de 2015, sob pena de indeferimento do pedido:
4.5.1	Requerimento solicitando vaga especial, contendo a identificação do candidato e indicação do cargo para o qual se inscreveu;
4.5.2	Laudo Médico (original ou cópia reprográfica autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova;
4.5.3	Solicitação de prova especial, se necessário. (A não solicitação de prova especial eximirá a empresa de qualquer providência).

4.6	Serão indeferidas as inscrições na condição especial de pessoa com deficiência dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.
4.7	A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.
4.8	Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, com estrita observância da ordem classificatória.
4.9	Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital não serão considerados como pessoas com deficiência e não terão prova especiais preparadas sejam quais forem os motivos alegados.
4.10	Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.
4.11	Após o ingresso do candidato com deficiência, este não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação da função e de aposentadoria por invalidez.

5. DAS PROVAS – DO LOCAL E DOS PRINCÍPIOS

5.1	O Processo Seletivo será de provas escritas com valoração de títulos.
5.2	DIA - HORÁRIO - LOCAL - As provas serão realizadas no dia 25 de outubro de 2015, com início às 14 horas e término às 17 horas tendo como local o Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli sito a Avenida Assis Brasil nº 349 ,Centro, Ipumirim-SC
5.2.1	Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares nas escolas localizadas na cidade, a Administração Municipal poderá alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e por meio do site.
5.3	A duração da prova escrita será de até 3h (três horas), já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
5.4	O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30min (trinta minutos), munido de caneta com tinta azul ou preta e UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL: <ul style="list-style-type: none"> - Cédula de Identidade - RG; - Carteira de Órgão ou Conselho de Classe; - Carteira de Trabalho e Previdência Social; - Certificado Militar; - Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto); - Passaporte.
5.4.1	Não será permitido ao candidato efetuar a prova se não estiver munido de um dos documentos relacionados no item 5.4
5.4.2	Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.
5.5	As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, cinco alternativas (a, b, c, d, e), sendo em cada questão uma alternativa correta.
5.5.1	Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para o cartão resposta, e para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada.
5.5.2	As questões anuladas pela Comissão serão computadas para todos os candidatos como resposta correta.
5.6	Durante as provas não será permitido, sob pena de exclusão do processo seletivo: qualquer espécie de consultas bibliográficas, comunicação com outros candidatos, ou utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares.
5.6.1	Os pertences pessoais, inclusive o aparelho celular (desligado e retirado a bateria) deverão ser guardados em baixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato.
5.6.2	O candidato que for flagrado na sala de provas portando qualquer dos pertences acima será excluído do processo seletivo.

5.7	Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal, designado pela Comissão do Processo.
5.8	Os envelopes das provas serão conferidos por dois candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com os dois fiscais, o termo de abertura dos mesmos.
5.9	Cada candidato juntamente com o caderno de provas receberá um cartão resposta, que não poderá ser substituído em hipótese alguma.
5.10	O caderno de prova conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão resposta.
5.11	O candidato deverá conferir se seus dados de identificação constantes no cartão resposta estão corretos e assiná-lo no local indicado.
5.12	O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de prova e o cartão de respostas.
5.13	Após terminar a prova o candidato deverá entregar ao fiscal o caderno com as questões e o cartão de resposta preenchido e ausentar-se do local da prova.
5.14	Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último concluir.
5.15	Os três últimos candidatos que permanecerem na sala, juntamente com os fiscais, efetuam a conferência dos cartões respostas, assinam a ata descrevendo o que foi verificado, assim como, todas as irregularidades que tenham ocorrido e rubricam os envelopes fechados.

6. DA COMPOSIÇÃO DA PROVA ESCRITA E DO NÚMERO DE QUESTÕES

Cargos:

Professor de 1º ao 5º ano do Ensino fundamental;
 Professor de Educação Infantil;
 Professor de Reforço Escolar;
 Professor Substituto para Afastamentos Legais;
 Professor de Artes;
 Professor de Ciências;
 Professor de Educação Física;
 Professor de Geografia;
 Professor de História
 Professor de Língua Estrangeira Inglês;
 Professor de Língua Portuguesa;
 Professor de Matemática;

Conteúdo	Nº de Questões
Língua Portuguesa	03 (três)
Raciocínio Lógico	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	04 (quatro)
Conhecimentos na Área de Educação	05 (cinco)
Conhecimentos Específicos	05 (cinco)
Total de Questões	20 (vinte)

Cargos:

Professor AEE;
 Professor de Dança Folclórica e Artística
 Professor de Futebol de Salão
 Professor Instrutor Musical.
 Professor para Turmas com Alunos de Inclusão;

Conteúdo	Nº de Questões
Língua Portuguesa	03 (três)
Raciocínio Lógico	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	04 (quatro)
Conhecimentos Específicos	10 (dez)
Total de Questões	20 (vinte)

Cargos:

Auxiliar de Creche
 Zeladora

Conteúdo	Nº de Questões
Língua Portuguesa	03 (três)

Raciocínio Lógico	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	04 (quatro)
Conhecimentos Específicos	05 (cinco)
Total de Questões	15 (quinze)

6.1	A prova escrita do candidato que se inscrever para duas áreas contará com cinco questões específicas de cada área. As demais questões serão computadas para ambas as provas.
6.2	A classificação final obedecerá a ordem decrescente de notas ou média.

7. DAS MATÉRIAS

7.1	As matérias constantes das provas a que se submeterão os candidatos são as constantes no Anexo I do presente Edital.
-----	--

8 DOS TÍTULOS

8.1 -	Serão considerados os seguintes Títulos, desde que correspondentes à área da Educação:
-------	--

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR
a) Doutorado (Educação)	2 (dois) pontos - máximo um título
b) Mestrado (Educação)	1,5 (um vírgula cinco) pontos - máximo um título
c) Especialização e Pós-Graduação lato sensu (Educação)	1 (um) ponto – 0,8 (zero vírgula oito) outra área
d) Graduação	0,5 (zero vírgula cinco)
e) Declaração de Tempo de Serviço no Magistério em Escolas legalmente constituídas e reconhecidas pelos órgãos competentes, cujos comprovantes deverão ser emitidos em papel timbrado do estabelecimento de ensino (conforme Anexo II do presente edital), DISCRIMINADO em dias de exercício por período com contagem até 31/07/2015, constando os dias efetivamente trabalhados, devidamente assinados e identificados pelo responsável. Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante.	0,005 (zero vírgula zero zero cinco) por mês efetivo no exercício.

8.1.1	O candidato que se inscrever para mais de uma função deverá entregar os títulos no mesmo envelope, não sendo considerados, em hipótese alguma, os títulos apresentados para função diferente daquele descrito no envelope.
8.2	Os cursos e certificados a que se refere o item 8.1 – “e” só serão considerados se forem emitidos por: <ul style="list-style-type: none"> - instituições de ensino superior devidamente reconhecidas; - órgãos da estrutura básica do Ministério da Educação ou das Secretarias Estaduais da Educação; - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Ipumirim-SC.
8.3	Sobre a nota obtida pelos candidatos serão somados os pontos referentes aos títulos, para a classificação final.
8.4	Os candidatos deverão entregar na Secretaria Municipal de Educação de Ipumirim, SC, Rua Bento Gonçalves nº 220, até a data final das inscrições, em envelope lacrado, os documentos com a comprovação dos títulos, descritos no item 8.1, conforme modelo abaixo:
8.5	Não serão aceitos protocolos de documentos referentes a títulos.
8.6	Não haverá segunda chamada para a entrega dos títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os apresentar no dia e horário determinados.
8.7	Os títulos entregues serão inutilizados após decorrido o prazo de 365 dias corridos, contado da data da divulgação oficial do resultado final do Processo Seletivo.

9. DAS NORMAS DE COMPORTAMENTO DO CANDIDATO

9.1	As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se a Comissão Organizadora do Processo Seletivo designado pelo Município e aos Fiscais, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.
9.2	Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.
9.3	Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer 0,30min (trinta minutos) antes do horário marcado para o início das provas, pois, no referido horário, os portões serão fechados, não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

9.4	É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, disponibilizados na internet nas paginas descritas no item 2.1, e afixados também nos quadros de aviso da Prefeitura, devendo, ainda, manter atualizado seu endereço.
-----	---

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1	Em todas as fases na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:
10.1.1	Melhor nota da prova escrita.
10.1.2	Melhor nota em conhecimento específico.
10.1.3	Idade mais elevada.
10.2	Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio em ato público, em local, data e horário definido pela Comissão Organizadora e na presença dos candidatos.

11. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

11.1	A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e terá caráter classificatório.
11.2 -	A nota da prova objetiva será obtida com a aplicação da fórmula abaixo:
	ONDE:
	NPO = Nota da prova objetiva
	TQP = Total de questões da prova
	NAP = Número de acertos na prova

12. DO RESULTADO FINAL

12.1 -	O resultado final será a nota obtida com o número de pontos auferidos na prova, acrescido da soma dos títulos.
--------	--

13. DOS RECURSOS

13.1 -	A impugnação a este Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de sua publicação, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos sites www.amauc.org.br e www.ipumirim.sc.gov.br
13.2	Os demais recursos deverão ser dirigidos à Comissão do Processo e apresentado exclusivamente, pela internet no site www.amauc.org.br ou www.ipumirim.sc.gov.br no link Processo Seletivo, interpostos até 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da contagem do prazo: a) da homologação das inscrições; b) dos gabaritos; (divulgação no site) c) do resultado do processo seletivo em todas as suas fases.
13.2.1	Para protocolar o recurso o candidato deverá acessar a Área do Candidato e clicar em Recursos e Requerimentos,
13.2.2	Quando o recurso se relacionar às questões da prova escrita, o candidato deverá apresentar um recurso para cada questão, sob pena de não obter provimento no caso de versar sobre mais de uma questão no mesmo recurso.
13.2.3	Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de constatação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.
13.3	Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal ou via fax.
13.4	Julgados os recursos em face do gabarito ou da prova objetiva, sendo caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.
13.5	Caberá à Comissão do Processo Seletivo decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.

13.6	Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.
13.7	Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1	A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.
14.2	A falsidade ou inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.
14.3	O Município e a AMAUC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao processo seletivo.
14.4	Considerando que convivemos com dupla ortografia pelo prazo de vigência da transição, serão aceitas como corretas as duas normas ortográficas.
14.5	O gabarito oficial e os cadernos da prova escrita serão disponibilizados no site da Amauc e do Município a partir das 10horas da segunda-feira subsequente à data da aplicação da prova.
14.6	As provas escritas estarão à disposição dos candidatos a partir do primeiro dia útil ao da realização da prova, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Ipumirim-SC
14.7	Após 180 (cento e oitenta) dias da divulgação oficial do resultado final do Processo Seletivo, o caderno de provas e os cartões respostas serão incineradas.
14.8	O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.
14.9	A validade do presente Processo Seletivo será até o último dia letivo de 2016.
14.10	A convocação para a contratação dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à contratação.
14.11	Os aprovados serão chamados conforme as necessidades locais, a critério da Administração, obedecida a ordem de classificação e, sempre que houver necessidade de novas contratações, a lista voltará a correr do início, contratando-se o primeiro candidato desimpedido.
14.12	Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos especialmente designados pela Administração Municipal e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, sendo que o não comparecimento no dia e hora designados para tal implicará na desclassificação automática do candidato do processo seletivo.
14.13	Nos termos do artigo 37, § 10º, da Constituição Federal, acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 04/06/98, é vedada a percepção simultânea de salários com proventos de aposentadoria, salvo nas hipóteses de acumulação remunerada, expressamente previstos pela Lei Maior.
14.14	Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão resolvidos em comum pela Administração Municipal e AMAUC.
14.15	A Homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por função, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.
14.16	A inexatidão das informações ou a constatação, mesmo posterior, de irregularidade em documentos ou nas provas, eliminarão o candidato do Processo Seletivo.
14.17	Os vencimentos constantes do presente Edital são referentes ao da data do presente Edital.

14.18	A contratação decorrente deste processo seletivo será regida pela Lei Complementar nº 001/2002 e eventuais alterações posteriores.
14.19	A escolha de vagas pelos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas e ocorrerá na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, no dia 03 de fevereiro de 2016 às 13h30min. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.
14.20	O candidato deverá escolher a vaga existente na sua totalidade de carga horária, não podendo a mesma ser dividida.
14.21	O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga ficando impedido de escolher outra vaga. Porém em razão de esgotada a listagem de aprovados no processo seletivo, o candidato desistente poderá justificar sua desistência, através de documento protocolado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e aguardar a manifestação, que poderá atender ou não de acordo com as necessidades de excepcional interesse público.
14.22	O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada.
14.23	O candidato poderá escolher até 40 (quarenta) horas semanais, caso haja necessidade por parte do município ou sempre de acordo com a demanda resultante das matrículas na Unidades Escolares e nos programas e projetos.
14.24	A cada nova chamada será dada continuidade à listagem de classificação com convocação dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação.
14.25	Após a primeira chamada, as vagas serão divulgadas conforme o surgimento das mesmas.
14.26	O candidato deverá se apresentar imediatamente para assumir a vaga escolhida. Passado 3 (três) dias do oferecimento da vaga, fica a Secretaria municipal de Educação, Cultura e Esportes autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresentar no prazo determinado, será excluído do processo seletivo.
14.27	O candidato que escolher vaga só será chamado novamente para outra vaga se o mesmo tiver possibilidade de aceitá-la e não implicar na alteração da vaga já assumida.
14.28	As vagas disponibilizadas para Processo Seletivo serão aquelas remanescentes da distribuição de aulas aos professores efetivos, portanto, estas aulas somente constituirão vaga a ser ofertada ao professor ACT depois de esgotadas todas as possibilidades de aproveitamento pelo professor efetivo em exercício na rede municipal de ensino.
14.29	A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo.
14.30	O Processo Seletivo de que trata este Edital terá validade para o ano de 2016. Havendo homologação de Concurso Público, no decorrer de 2016, para as áreas desta seleção, os aprovados neste serão convocados, com a consequente rescisão dos contratos firmados para a admissão em caráter temporário.
14.31	Demais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Recursos Humanos na Prefeitura de Ipumirim, SC, pelo site www.amauc.org.br . Ou pelo telefone (49) 3482.3500 (Amauc). Prefeito Municipal

ANEXO I CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDOS COMUNS PARA TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA - Novo Acordo Ortográfico. Interpretação de texto. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia e Acentuação. Coesão e Coerência. Gêneros textuais.
RACIOCÍNIO LÓGICO (MATEMÁTICA) - Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juro simples. Equação do 1.º e 2.º graus. Sistema de equações do 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Raciocínio lógico. Resolução de situações-problema.
ÁREA DA EDUCAÇÃO - Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214 e artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 e alterações – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Livro I: Título I; Título II – arts. 7.º a 24 e 53 a 59; Livro II: Título I; Título II. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Ética no trabalho docente. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino aprendizagem. Gestão democrática e Participação da Comunidade.
CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES - Cultura Geral. Fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos nos últimos anos e divulgados na mídia local e nacional. Meio ambiente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL, REFORÇO ESCOLAR, SUBSTITUTO PARA AFASTAMENTOS LEGAIS - Fases do desenvolvimento e da aprendizagem; Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Legislação Educacional nas esferas Municipal, Estadual e Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente; Educação inclusiva.

PROFESSOR PARA TURMAS COM ALUNOS DE INCLUSÃO E AEE - Políticas Públicas de Educação Especial e o atendimento educacional especializado para os alunos público-alvo do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e alunos de inclusão nas séries regulares; Estratégias de ensino aprendizagem para estudantes com Necessidades Educacionais Especiais; Plano de Atendimento Educacional Especializado; Atendimento e recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular e de sala de recursos multifuncionais; Atendimento Educacional Especializado e Tecnologia Assistiva; Atribuições do Professor de AEE; Atribuições do Professor para alunos de turmas com Inclusão, Atendimento Educacional Especializado e parcerias com as áreas intersetoriais.

PROFESSOR DE ARTES - Conhecimentos artísticos, estéticos e culturais produzidos historicamente e em produção pela humanidade; Conceitos de som, forma, cor, gesto, movimento, espaço e tempo nas linguagens artísticas: musical, visual, cênica, articulados aos processos de contextualização, produção artística e leitura de imagens e de obras de arte.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - Características dos seres vivos: cinco reinos; Corpo humano: células, sistemas, reprodução, AIDS e DSTs; Ecossistemas brasileiros; Vírus: características e viroses; Ar: poluição, contaminação, os diferentes gases e suas funções no ambiente; Solo: poluição, contaminação, características, o solo nos processos de produção; Água: poluição, contaminação, conservação, interação da água com os demais elementos do ambiente: Meio ambiente: preservação, degradação e recuperação ambiental; Massa: força e aceleração; Substâncias químicas e suas propriedades.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Educação do corpo e do movimento humano; Conceitos de ginástica, jogo, dança, esporte, dentro das diversas formas em que se apresentam, quer no âmbito individual quer no coletivo; Hábitos de vida saudável, de cooperação e de atividades coletivas; Corporeidade/Movimento: esquema corporal, lateralidade, estrutura espacial, orientação espaço-temporal, coordenação motora ampla e motricidade fina, ritmo, equilíbrio, coordenação viso-motora; Aptidão motora: Equilíbrio estático e dinâmico, força, flexibilidade e agilidade; Atividade de locomoção: caminhada, corrida, salto, saltito, galope, salto misto, tempo/espaço; Atividades em grupo de alta organização social e baixa complexidade de tarefa; Jogo: jogos sensoriais, jogos de faz de conta, jogos tradicionais, jogos de construção, jogos de cooperação e de oposição, recreação contestes e estafetas, jogos pré-desportivos, pequenos e grandes jogos; Dança: danças folclóricas, populares e modernas, danças de salão, atividades rítmicas, dramatizações e linguagem gestual, brinquedos cantados e cantigas de roda; Esporte: atletismo, handebol, basquetebol, voleibol, futebol; Ginástica: ginástica formativa, ginástica olímpica, ginástica rítmica; Origem e evolução da Educação Física; Fisiologia do exercício/qualidade de vida.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - Espaço geográfico; Lugar; Paisagem; Território; Região; Orientação e representação espacial; Fusos horários; Ambiente natural: ocupação, preservação/conservação; Economia e sociedade: desigualdades mundiais; Diversidade étnica e religiosa: conflitos sociais no Brasil e no mundo; Globalização: diferenças regionais; Santa Catarina e Ipumirim como lugar no/do mundo.

PROFESSOR DE HISTÓRIA - Conhecimentos e conceitos produzidos historicamente pela humanidade, presentes nos vários temas/conteúdos que compõem a História de Santa Catarina, História do Brasil, História da América e História Geral; Temporalidade, tempo/espaço, cultura, cotidiano, relações sociais e de poder, gênero, etnia, Imaginário, memória, identidade, relações de produção, ideologia.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA/INGLÊS - Língua estrangeira: relação com outras culturas; palavras com sons assemelhados nas várias situações de uso; contextualização das palavras com vários significados; produção textual a partir de situações do cotidiano.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - Texto e discurso: Conteúdo temático, configuração estrutural e estilo; Intertextualidade/ interdiscursividade: Eu e o outro; Intertextualidade – Textos recorrentes. Interdiscursividade – Outros dizeres, outros discursos, outras vozes que constituem o texto; A semântica textual: conteúdo e forma/estruturação frasal e textual; Coesão/coerência: Emprego de diferentes procedimentos linguísticos na superfície textual, lexicais (repetição, substituição, associação), e/ou gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), para garantir a compreensão do que se lê e/ou diz, ou seja, o sentido global do texto (coerência); Polissemia/polifonia: Os diferentes sentidos da palavra e as diferentes vozes que constituem o texto/discurso; Dialogismo, polissemia, polifonia e heterogeneidade discursiva; As marcas da polissemia e polifonia na produção escrita de alunos e professores; Nova ortografia da Língua Portuguesa.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Noções de probabilidade.

PROFESSOR DE DANÇA FOLCLÓRICA E ARTÍSTICA - Educação do corpo e do movimento humano; Conceitos de ginástica, jogo, dança, esporte, dentro das diversas formas em que se apresentam, quer no âmbito individual quer no coletivo; Hábitos de vida saudável, de cooperação e de atividades coletivas; Corporeidade/Movimento: esquema corporal, lateralidade, estrutura espacial, orientação espaço-temporal, coordenação motora ampla e motricidade fina, ritmo, equilíbrio, coordenação viso-motora; Aptidão motora: Equilíbrio estático e dinâmico, força, flexibilidade e agilidade; Atividade de locomoção: caminhada, corrida, salto, saltito, galope, salto misto, tempo/espaço; Atividades em grupo de alta organização social e baixa complexidade de tarefa; Jogo: jogos sensoriais, jogos de faz de conta, jogos tradicionais, jogos de construção, jogos de cooperação e de oposição, recreação contestes e estafetas, jogos pré-desportivos, pequenos e grandes jogos; Dança: danças folclóricas, populares e modernas, danças de salão, atividades rítmicas, dramatizações e linguagem gestual, brinquedos cantados e cantigas de roda; Esporte: atletismo, handebol, basquetebol, voleibol, futebol; Ginástica: ginástica formativa, ginástica olímpica, ginástica rítmica; Origem e evolução da Educação Física; Fisiologia do exercício/qualidade de vida.

PROFESSOR DE FUTEBOL DE SALÃO - Educação do corpo e do movimento humano; Conceitos de ginástica, jogo, dança, esporte, dentro das diversas formas em que se apresentam, quer no âmbito individual quer no coletivo; Hábitos de vida saudável, de cooperação e de atividades coletivas; Corporeidade/Movimento: esquema corporal, lateralidade, estrutura espacial, orientação espaço-temporal, coordenação motora ampla e motricidade fina, ritmo, equilíbrio, coordenação viso-motora; Aptidão motora: Equilíbrio estático e dinâmico, força, flexibilidade e agilidade; Atividade de locomoção: caminhada, corrida, salto, saltito, galope, salto misto, tempo/espaço; Atividades em grupo de alta organização social e baixa complexidade de tarefa; Jogo: jogos sensoriais, jogos de faz de conta, jogos tradicionais, jogos de construção, jogos de cooperação e de oposição, recreação contestes e estafetas, jogos pré-desportivos, pequenos e grandes jogos; Dança: danças folclóricas, populares e modernas, danças de salão, atividades rítmicas, dramatizações e linguagem gestual, brinquedos cantados e cantigas de roda; Esporte: atletismo, handebol, basquetebol, voleibol, futebol; Ginástica: ginástica formativa, ginástica olímpica, ginástica rítmica; Origem e evolução da Educação Física; Fisiologia do exercício/qualidade de vida.

PROFESSOR DE INFORMÁTICA - A importância da informática em sala de aula; Conceitos e funções básicas: Microsoft Office Word 2007, Linux; Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome; sites de busca na Internet; Windows 7.

PROFESSOR INSTRUTOR MUSICAL – Armadura de Clave, Armadura de Clave Sol, Armadura de Clave Fá, Notação e Partitura, Cifras, Intervalos Musicais, Leitura Rítmica, Escalas maiores e menores, Escalas Relativas

AUXILIAR DE CRECHE - LÍNGUA PORTUGUESA - Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto; classe das palavras; substantivo, adjetivo, artigo, utilização de consoantes e de vogais; flexão dos adjetivos e dos substantivos em gênero, grau e número; pontuação e acentuação gráfica; conjugação de verbos; regência nominal e verbal; concordância nominal e verbal; língua padrão ou norma culta; ortografia; morfologia; emprego dos pronomes; emprego dos verbos; sintaxe; virtudes e vícios da linguagem; regras gramaticais, tudo nos termos das normas ortográficas vigentes.

CONHECIMENTOS GERAIS e ATUALIDADES - Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos, sociais e atuais do Município de Ipumirim/SC, da microrregião, da região, do Estado de Santa Catarina, do País e em nível global. Identificação de autoridades do Governo Federal, do Governo do Estado de Santa Catarina e do Município de Ipumirim/SC, segundo os respectivos cargos, ou mesmo de autoridades de outros países, ou de lideranças de influência mundial. Aspectos contemporâneos da humanidade. Conhecimentos históricos, geográficos, políticos e político-administrativos, em geral; conhecimentos atuais sobre meio ambiente, aquecimento global. Atualidades econômicas e políticas, em nível local, regional, estadual, nacional e mundial, segundo o grau de conhecimentos e formação exigido para o exercício dos cargos em seleção.

MATEMÁTICA - Raciocínio lógico em regras de três, simples; operações básicas – adição, subtração, multiplicação e divisão; cálculos simples diversos; equações de 1º grau; cálculo de juros simples; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; cálculo de áreas e volumes, problemas e operações que afirmam o raciocínio lógico dos concorrentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – Conhecimentos básicos dos serviços e das atividades precípuas, decorrentes das atribuições do cargo; conhecimentos elementares pedagógico, cuidado com a limpeza e asseio das dependências da creche, preparação de alimentos, higienização de ambientes e higienização das crianças atendidas, relacionamento com os servidores e direção do estabelecimento, relacionamento com os pais das crianças atendidas, conhecimento sobre cuidados básicos que devem ser dispensados às crianças atendidas na creche.

ZELADORA - LÍNGUA PORTUGUESA - Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto; classe das palavras; substantivo, adjetivo, artigo, utilização de consoantes e de vogais; flexão dos adjetivos e dos substantivos em gênero, grau e número; pontuação e acentuação gráfica; conjugação de verbos; regência nominal e verbal; concordância nominal e verbal; língua padrão ou norma culta; ortografia; morfologia; emprego dos pronomes; emprego dos verbos; sintaxe; virtudes e vícios da linguagem; regras gramaticais, tudo nos termos das normas ortográficas vigentes.

CONHECIMENTOS GERAIS e ATUALIDADES - Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos, sociais e atuais do Município de Ipumirim/SC, da microrregião, da região, do Estado de Santa Catarina, do País e em nível global. Identificação de autoridades do Governo Federal, do Governo do Estado de Santa Catarina e do Município de Ipumirim/SC, segundo os respectivos cargos, ou mesmo de autoridades de outros países, ou de lideranças de influência mundial. Aspectos contemporâneos da humanidade. Conhecimentos históricos, geográficos, políticos e político-administrativos, em geral; conhecimentos atuais sobre meio ambiente, aquecimento global. Atualidades econômicas e políticas, em nível local, regional, estadual, nacional e mundial, segundo o grau de conhecimentos e formação exigido para o exercício dos cargos em seleção.

MATEMÁTICA - Raciocínio lógico em regras de três, simples; operações básicas – adição, subtração, multiplicação e divisão; cálculos simples diversos; equações de 1º grau; cálculo de juros simples; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; cálculo de áreas e volumes, problemas e operações que afirmam o raciocínio lógico dos concorrentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Conhecimentos sobre a limpeza de ambientes nas repartições públicas municipais; limpeza de dependências de circulação, dependências de trabalho e dependências sanitárias; conhecimentos sobre a prática de limpeza de pisos, assoalhos, madeiras, vidraças, mobiliário, em geral; conhecimentos sobre produtos químicos, bioquímicos e orgânicos para execução das limpezas antes relacionadas; normas de alimentação escolar; relacionamento entre os (as) Agentes de Copa e Limpeza com os alunos e professores; outros conhecimentos sobre a alimentação servida aos alunos; conhecimentos sobre o relacionamento com os demais servidores públicos municipais, com autoridades municipais, com os municípios; conhecimentos acerca das responsabilidades relacionadas com o exercício das atribuições do cargo; outros conhecimentos para a execução das atividades pertinentes às características e à especificidade do cargo. Segurança nos serviços de limpeza, inclusive acerca do uso de materiais e equipamentos e proteção individual; conhecimentos de serviços de copa (preparação de café, chás, chimarrão); formas e procedimentos para servir (café, chás, água, chimarrão) no ambiente de trabalho; conhecimentos relacionados ao lixo, sua classificação, separação, coleta e destino adequado. Conhecimentos elementares sobre o Programa nacional de Alimentação Escolar; formação de cardápios supervisionados por Nutricionista; prazo de validade dos produtos alimentícios; frequência de oferta de cardápios com produtos in natura (produtos frescos, tais como legumes, verduras e frutas); estocagem dos alimentos; conhecimentos sobre essências, especiarias, ervas aromáticas e temperos; preparo e reaproveitamento de alimentos está no uso de folhas, caules, frutas, sementes e raízes dos alimentos; formas para evitar desperdício de alimentos; valor nutricional de alimentos; classificação dos alimentos: alimentos secos ou sólidos, alimentos líquidos e alimentos pastosos ou gordurosos; controle da qualidade dos alimentos; desinfecção e limpeza dos alimentos; preparo dos alimentos: cozimento e resfriamento; manutenção dos alimentos: manutenção a frio e manutenção a quente; conhecimentos elementares acerca da pirâmide alimentar adaptada à população brasileira; guarda e armazenamento dos alimentos da alimentação escolar; congelamento e descongelamento dos alimentos; conhecimentos acerca dos equipamentos e utensílios de cozinha no preparo da alimentação escolar; higienização dos equipamentos e utensílios de cozinha e do ambiente em que é preparada e servida a alimentação escolar; relacionamento entre os(as) Agentes de Copa e Limpeza com os alunos e professores; outros conhecimentos sobre a alimentação servida aos alunos; conhecimentos sobre o relacionamento com os demais servidores públicos municipais, com autoridades municipais, com os municípios; conhecimentos acerca das responsabilidades relacionadas com o exercício das atribuições do cargo; outros conhecimentos para a execução das atividades pertinentes às características e à especificidade do cargo.

DECLARAÇÃO

DECLARO, para fins de direito que, RG, prestou serviço junto a, exercendo a função de, no período descrito na tabela abaixo, perfazendo o total de (.....) dias de efetivo exercício junto ao Magistério no município de -

Ano	Data inicial	Data final	Dias trabalhados
Total de dias de efetivo exercício:			

Declaro, sob pena de responsabilidade, que as informações constantes acima representam a verdade.

..... -, de de 20

Nome:

RG:

Função:

ANEXO III

CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Apresentação da documentação comprobatória das condições previstas na inscrição e dos requisitos estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ipumirim/SC e Instrução Normativa nº TC-11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ou seja:

a) Comprovante de habilitação, para o exercício das atribuições dos cargos, conforme estabelecido no item 1.2, seus quadros, itens e subitens, deste edital e na legislação municipal pertinente;

b) Manter todas as condições necessárias exigidas para inscrição neste processo seletivo, além das exigências previstas nas alíneas seguintes:

b.1) laudo de inspeção de saúde, procedida pelo órgão médico oficial para o exercício das atribuições do cargo ou emprego público, com todos os exames admissionais exigidos pela medicina e segurança do trabalho;

b.2) comprovação de nacionalidade brasileira;

b.3) certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos políticos;

b.4) quitação com as obrigações militares, quando for o caso;

b.5) quitação com as obrigações eleitorais;

b.6) idade mínima de 18 anos;

b.7) certidão de antecedentes criminais do Fórum de Domicílio;

b.8) declaração de bens e fontes de renda;

b.9) declaração de não acumulação de cargos, função, emprego ou recepção de proventos;

b.10) declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidade disciplinares, conforme legislação vigente;

b.11) dados pessoais:

b.11.1 cópia do documento de identidade;

b.11.2 cópia de comprovante de registro junto ao órgão que regulamenta e fiscaliza a profissão, quando exigido;

b.11.3 cópia do CPF;

b.11.4 cópia do certidão de casamento/nascimento;

b.11.5 cópia da certidão de nascimento dos filhos;

b.11.6 cópia da carteira de profissional e PIS/PASEP;

b.11.7 cópia do título de eleitor e comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral;

b.11.8 cópia do comprovante de escolaridade;

b.11.9) cópia de comprovante de endereço completo;

b.11.10) número de telefone ou e-mail;

b.11.11) número da conta corrente em rede bancária

ANEXO IV

REQUERIMENTO PARA CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Nome: _____
Nº de Inscrição: _____ RG: _____
CPF: _____, Inscrito (a) para o Cargo de: _____
, Código _____, Residente: _____, nº _____
, Bairro: _____, Fone: (____) _____, Portador da Necessidade Especial _____
, requer a Vossa Senhoria condições especiais (*) para realização da prova objetiva do Processo Seletivo Público da Prefeitura Municipal de Ipumirim/SC, conforme Edital nº 30/2015, anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade. Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

Nestes Termos
Pede Deferimento.

_____/SC, ____ de _____ de 2015.

Nome, nº de Inscrição e Assinatura

(*) Anexar documento apresentando as condições diferenciadas de que necessita para realização da prova e/ou justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da sua área de deficiência.

ANEXO V

REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito (a) no cargo de _____ do Edital nº 30/2015 do Município de Ipumirim /SC, residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme Edital e conforme assinalado abaixo:

1) () Prova com ampliação do tamanho da fonte
Fonte nº _____ / Letra _____
2) () Sala Especial
Especificar:

3) () Leitura de Prova
4) () Outra Necessidade
Especificar:

Nestes Termos
Pede Deferimento

_____, ____ de _____ de 2015.
(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO VI

CRONOGRAMA DAS FASES E OCORRÊNCIAS DO PROCESSO SELETIVO

Fase ou ocorrência que mereça destaque	Data
Publicação da íntegra do Edital	23/09/15
Prazo para impugnação das disposições editalícias	24/09/15 e 25/09/15
Período de inscrições	30/09/15 a 15/10/15
Divulgação das inscrições com solicitação de isenções	12/09/15
Recursos das inscrições com solicitação de isenções	13/09/15
Publicação de lista oficial de isentos	14/09/15
Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos	20/10/15
Prazo para recursos contra o resultado da divulgação das inscrições	20/10/15 e 21/10/15
Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições e dos locais de realização das provas	22/10/15
Aplicação da prova escrita objetiva escrita	25/10/15
Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva escrita	26/10/15

Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita	26/10/15 e 27/10/15
Divulgação do gabarito definitivo da prova objetiva escrita	28/10/15
Divulgação da classificação preliminar da prova objetiva escrita	03/11/15
Recursos contra a classificação preliminar da prova objetiva escrita	04/11/15 e 05/11/15
Resultado da avaliação dos títulos.	09/11/15
Prazo de recurso do resultado da avaliação dos títulos.	10/11/15 e 11/11/15
Nota final e classificação.	12/11/15
Prazo de recurso do resultado da nota final	13/11/15 a 16/11/15
Divulgação e Homologação da classificação final da prova escrita e títulos	20/11/15
Primeira chamada dos candidatos classificados	03/02/2016

Valdir Zanella
PREFEITO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 9/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2015/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 9/2015

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 08/10/2015, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 08/10/2015. Objeto da licitação: aquisição de um veículo novo, destinado ao setor de Vigilância Epidemiológica e Sanitária. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.
Ipumirim - SC, 23/09/2015

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Irineópolis

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2015

CONTRATO Nº 80/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2015

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 29/2015 Que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Comsol- Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte- SC.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, a seguir denominada Promitente Comprador, e a empresa/ Pessoa Física, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua Mato Grosso, número 288, sala 03, Centro, Município de Irineópolis, Estado Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ MF 08.375.640/0001-98, neste ato representada pelo senhor Antonio Bail Sobrinho, portador do CPF nº 678.324.159-91 e RG nº 1.794.314, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos da Lei nº. 11.947/2009 de 16 de junho de 2009, Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e §1º., da Lei nº. 8.666/93, fica de comum acordo alterado a quantidade descrita na Cláusula Primeira do Contrato nº 29/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 11.737,50 (Onze mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) conforme abaixo discriminado:

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
18	250	Vidro	Molho de tomate orgânico pronto para o consumo. Deverá ser entregue em vidros de no mínimo 500g, devidamente rotulados, incluindo informação nutricional e apresentar a data de validade inscrita na embalagem e com selo da certificadora de produtos orgânicos. A validade do produto no ato da entrega deverá ser de no mínimo 3 meses	8,00	2.000,00
19	550	Kg	Morango, fresco e firmes. Devera ser entregue em embalagens de 500g a 1kg.	14,15	7.782,50
23	230	Lt	Suco de uva (Uva Isabel) orgânico concentrado, com rendimento de 3 litros por unidade. Deverá ser entregue em embalagem contendo 01 litro, devidamente rotulado, incluindo informação nutricional e apresentar a data de validade inscrita na embalagem e com selo da certificadora de produtos orgânicos. A validade do produto no ato da entrega deverá ser de no mínimo 3 meses.	8,50	1.955,00

CLAUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus direitos jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 17 de setembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO BAIL SOBRINHO
COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE - SC
Testemunhas:

Nome: Valdir Marafigo	Nome: Gessica Greschechen
CPF: 017.851.289-30	CPF: 072.218.599-57

CONTRATO Nº 79/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 79/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Vinicius Luiz Silva dos Santos.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de engenharia de RESPONSABILIDADE TÉCNICA, NA QUALIDADE DE ENGENHEIRO DE MINAS, referente à PEDREIRA LOCALIZADA DA LOCALIDADE DE SERRA GRANDE, com a emissão da respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica por parte do CONTRATADO.

Vigência: 01/10/2015 a 31/12/2015.

Valor: Pelos serviços a serem prestados, a CONTRATANTE compromete-se a pagar ao CONTRATADO a quantia de R\$ 1.185,00 (um mil, cento e oitenta e cinco reais) mensais, por 08 (oito) horas mensais trabalhadas, perfazendo o total de R\$ 3.555,00 (três mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais), pelo período de 01 de outubro a 31 de dezembro do corrente.

Base Legal – 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 81/2015 - TERMO DE SUPRESSÃO

ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 81/2015

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO ao Contrato Aditivo de fornecimento nº 35/2015, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Rádio Nirvana FM Ltda.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Rádio Nirvana FM Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Avenida 22 de julho, nº 742, centro, cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.572.391/0001-35, neste ato representada pelo senhor Vânio Gandolfi, portador do CPF nº 018.665.289-55, e RG nº 13R 3.128.092 SSP/SC, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 13/2014, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2014, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, fica suprimido o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO Constitui objeto deste termo a supressão de 25% do saldo a pagar do valor total do contrato (R\$ 28.500,00), ou seja, da importância de R\$ 7.125,00. Em virtude desta alteração, o valor mensal que era de R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais), passará, a partir de 01.10.2015, a ser de R\$ 3.562,50 (três mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), até o final da vigência contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – FUNDAMENTO LEGAL As supressões de que trata este Termo Aditivo tem como fundamento legal a alínea "b", do inciso I, do artigo 65, c/c § 1º do mesmo dispositivo da Lei n.º 8.666/93, consolidada.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA O presente Termo vigorará a contar da data de sua assinatura e terá sua eficácia condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO As demais Cláusulas do termo ora aditado, permanecem inalteradas.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 17 de setembro de 2015.

Município de Irineópolis	
Juliano Pozzi Pereira	Rádio Nirvana FM Ltda Vânio Gandolfi
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Ellen Anny Konopka Colombo	Nome: Ivete Cardoso Fronczak
CPF: 068.466.679-03	CPF: 383.533.939-72

LEI Nº. 1.856/2015

LEI Nº. 1.856/2015.

"Dispõe sobre a alteração do artigo 6º da Lei nº 951/1999 e dá outras providências."

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º O artigo 6º da Lei nº 951/1999 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º- As áreas destinadas ao sistema de circulação, a implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como os espaços livres de uso público, serão consideradas áreas públicas e não poderão ser inferiores a 35% da gleba a ser loteada na seguinte proporção:

I- 10% (dez por cento) para as áreas comunitárias destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II- 10% (dez por cento) para as áreas verdes e espaços livres de uso público;

III- Excepcionalmente e até 31.12.2016, para o registro de novos loteamentos junto ao Município, deverão ser consideradas as seguintes proporções:

a) Loteamentos com até 50 (cinquenta) lotes:

1. Necessidade de destinação de apenas 5% (cinco por cento) da área de empreendimento para áreas verdes e espaços livres de uso público e áreas comunitárias destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários que devem estar localizadas necessariamente na área central do empreendimento.

b) Loteamentos acima de 50 (cinquenta) lotes:

1. Fiel observância dos incisos I e II deste artigo.

(Acréscimo de dispositivos pela Lei nº 1.725/2013).

§1º- As áreas destinadas ao sistema de circulação ocuparão no mínimo os 15% (quinze por cento) restantes.

§2º- Os loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores de 15.000 m² (quinze mil metros quadrados) terão o percentual de áreas públicas, estabelecido por lei municipal isentando-se dos índices fixados neste artigo.

§3º- Excepcionalmente e até 31.12.2016, para aqueles loteamentos já consolidados e ainda não regularizados junto ao Município, fica permitida a sua legalização sem a necessidade da observância do contido neste artigo.

(Acréscimo de dispositivos pela Lei nº 1.725/2013).

§4º- Excepcionalmente e até 31/12/2016, para os loteamentos com até 50 lotes as áreas destinadas ao sistema de circulação, a implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como os espaços livres de uso público, serão consideradas áreas públicas e não poderão ser inferiores a 20% (vinte por cento) da gleba a ser loteada nas proporções descritas nos incisos I, II e III.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 23 de setembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N º 325/2015

PORTARIA N º. 325/2015.

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o disposto no art. 112 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidora efetiva CLARICE MICHAHOSUKI, a contar da data de 16/09/2015, pelo período de 30 (trinta) dias, de acordo com as condições previstas na LC 01/97 de 30/12/1997.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16/09/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de Setembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 326/2015

PORTARIA N º 326/2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora FRANCIELI LEMES BARBOSA, contratada para as atividades de Professora ACT através da Portaria nº 017/2015 de 02/02/2015, com redação dada pelas Portarias nº 156/2015 de 11/05/2015 e 237/2015 de 08/07/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº 007/2015/SME, passando de 20 para 40 h/sem, para no período de 10/09/2015 à 08/12/2015 atuar no ensino fundamental em substituição a professora efetiva Margarida Schafacheki, em gozo de Licença a Título de Prêmio por Assiduidade.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 10/09/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de Setembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 01/2015 FMAS - CLAUDIO TKACZ**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

Termo de Rescisão Contratual, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e Claudio Tkacz.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, a seguir denominada Locatário, e do outro lado Claudio Tkacz, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 613.285.379-00 e portador da cédula de identidade n.º 18ªR-1.459.598 SSP-SC, residente e domiciliado à Paraná, n.º 640, no Centro do Município de Irineópolis-SC,, a seguir denominado Locador, acordam e ajustam firmar a presente rescisão contratual nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas.

CLÁUSULA PRIMEIRA Os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm entre si justa e acertada a presente Rescisão de Contrato de Locação, que é válida a partir desta data. Esta Rescisão é feita de comum acordo, na melhor harmonia, dando ao locador, locatário recíproca e geral quitação, resolvendo as partes rescindir amigavelmente o Contrato n.º 01/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA Em razão da presente rescisão, liberam-se as partes de todas as cláusulas do Contrato Original, declarando, desde já, o Contratado, que nada tem a reclamar, administrativa ou judicialmente, seja que título for com relação ao Contrato que ora extingue.

E, por estarem as partes de pleno acordo e para que passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 16 de setembro de 2015.

Município de Irineópolis Juliano Pozzi Pereira Prefeito Municipal Locatário	Claudio Tkacz Locador
--	--------------------------

Testemunhas:

Nome: Patricia Fabiane Fronczak CPF: 037.425.669-11	Nome: Ivete Cardoso Fronczak CPF: 383.533.939-72
--	---

**TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 27/2015 -
ANTONIO MAURO MOISSA****TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

Termo de Rescisão Contratual, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e Antonio Mauro Moissa.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, a seguir denominada Locatário, e do outro lado Antonio Mauro Moissa, residente e domiciliado a Localidade de Santo Antonio, Interior do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº 854.167.709-53, RG nº 3.111.330, a seguir denominado Locador, acordam e ajustam firmar a presente rescisão contratual nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas.

CLÁUSULA PRIMEIRA Os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm entre si justa e acertada a presente Rescisão de Contrato de Locação, que é válida a partir desta data. Esta Rescisão é feita de comum acordo, na melhor harmonia, dando ao locador e ao locatário recíproca e geral quitação, resolvendo as partes rescindir amigavelmente o Contrato n.º 27/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA Em razão da presente rescisão, liberam-se as partes de todas as cláusulas do Contrato Original, declarando, desde já, o Contratado, que nada tem a reclamar, administrativa ou judicialmente, seja que título for com relação ao Contrato que ora extingue.

E, por estarem as partes de pleno acordo e para que passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 16 de setembro de 2015.

Município de Irineópolis Juliano Pozzi Pereira Prefeito Municipal Locatário	Antonio Mauro Moissa Locador
--	---------------------------------

Testemunhas:

Nome: Patricia Fabiane Fronczak CPF: 037.425.669-11	Nome: Ivete Cardoso Fronczak CPF: 383.533.939-72
--	---

Itá

PREFEITURA

EDITAL 041 - PROCESSO SELETIVO 017/2014

EDITAL 041 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
Nº 017/2014 - 31º CHAMADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 017/2014, homologado pelo Decreto 005/2015 de 12 de janeiro de 2015, para comparecerem no dia 24 de setembro 2015, às 08 h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 – Vila Gerasul, Itá/SC.

Educação Física

19º	049	Kátia Karina Weirich
20º	145	Duan Deitos
21º	151	Luana Fátima dos Santos

Itá – 23 de setembro de 2015

Leide Mara Bender

Prefeita Municipal

EXTRATO CONTRATOS 99 A 101

Aditivo Nº : 1AD 45/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: DOLORES FABIANA WATHIER GONÇALVES DA SILVA

Valor : 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 09/09/2015 Término: 31/12/2015

Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação de locação do imóvel.

Contratada....: DOLORES FABIANA WATHIER GONÇALVES DA SILVA

Vigência : Início: 09/09/2015 Término: 31/12/2015

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº...: 99/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: O2 PROPAGANDA LTDA - ME

Valor : 7.670,00 (sete mil seiscentos e setenta reais)

Vigência : Início: 01/09/2015 Término: 31/12/2015

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (14) Saldo: 1.994,70

Objeto : O presente contrato é a contratação de empresa especializada para elaboração e criação dos seguintes projetos: DESENVOLVIMENTO DE PROJETO PARA POSICIONAMENTO DIGITAL

2016; ORGANIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS; GERAÇÃO DE CONTEÚDO PARA REDE SOCIAL FACEBOOK.

Contratada....: O2 PROPAGANDA LTDA - ME

Vigência : Início: 01/09/2015 Término: 31/12/2015

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (14)

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº...: 100/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: BONISSONI & WEIMER COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME

Valor : 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 01/09/2015 Término: 31/12/2015

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (14) Saldo: 1.994,70

Objeto : O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para elaboração, criação e estruturação gráfica do website "Município de Itá", composto por arquivos HTML, PHP, imagens diversas, programação em PHP e base de dados MySQL.

Contratada....: BONISSONI & WEIMER COMERCIO DE PRODUTOS

Vigência : Início: 01/09/2015 Término: 31/12/2015

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (14)

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº...: 101/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 21/09/2015 Término: 21/09/2025

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015

Objeto : Concessão da prestação do serviço público de transporte

coletivo de passageiros, em linhas regulares, no Município de Itá, pelo prazo de 10 anos.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

LEI N. 2419

LEI Nº 2419, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

A prefeita do Município de Itá, Estado de Santa Catarina Senhora LEIDE MARA BENDER, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de aquisição de máquinas e equipamentos, pavimentação de rodovias, sistemas de captação, adução e distribuição de água, urbanização e arborização de vias públicas e passeios públicos.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos

anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 36/2015

Processo Licitatório nº 51/2015 – Pregão Presencial nº 36/2015 – Objeto: contratação de Instituição Financeira, Oficial ou Privada, para prestação de serviços bancários, com exclusividade, para o pagamento de salários dos servidores da Administração Direta e Indireta, Fundos e Fundação, do Município de Itaiópolis e operações de empréstimos consignados (sem exclusividade) em folha de pagamento dos servidores. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 09 de outubro de 2015, até as 09h30min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 09 de outubro de 2015, as 09h40min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 23 de setembro de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015 – PR Nº 34/2015

Processo Licitatório nº 47/2015 – Pregão Presencial nº 34/2015. Objeto: aquisição de madeira de eucalipto para reforma de pontes e pontilhões do Município. Proponente: Madeireira Rodeiozinho Ltda. ME. Itens: 01 (400m³ pranchões de eucalipto – bitola 8x20x5,00 – R\$ 450,00 o m³); 02 (500M³ - vigas de eucalipto, diversos diâmetros e comprimentos – R\$ 360,00 o m³) e 03 (200m³ de tábuas de eucalipto, seca, com medidas a definir – R\$ 370,00 o m³). Valor Total: R\$ 434.000,00. Prazo: 12 meses. Itaiópolis, 14 de setembro de 2015. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 34/2015

Processo Licitatório nº 47/2015 – Pregão Presencial nº 34/2015. Objeto: aquisição de madeira de eucalipto para reforma de pontes e pontilhões do Município. Contrato nº 113/2015. Contratada: Madeireira Rodeiozinho Ltda. ME. Valor Total: R\$ 14.955,00. Prazo: 31/12/2015. Itaiópolis, 14 de setembro de 2015. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 186 DE 23/09/2015

DECRETO 186 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO DO PROCESSO SELETIVO Nº 04/2015

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. MILTON SIMON, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado para conhecimentos dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 04/2015, o Resultado Final Classificatório (após os recursos), conforme segue:

*PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
9	96152	Luis Carlos Dall Soto	05/03/1969	5,225	3,500	8,725	1º
10	95387	Aline Schoeninger Wiest	25/12/1990	5,225	3,500	8,725	2º
2	94622	Ivana Raquel Krug	06/08/1987	4,675	3,500	8,175	3º
20	92457	Rafael Schneider Welter	14/11/1992	4,400	3,500	7,900	4º
11	96234	Karoline Ertel	20/01/1981	4,125	3,500	7,625	5º
18	93352	Tatiane Spaniol Walker	04/06/1988	4,125	3,500	7,625	6º
5	88982	Jose Gilvane Lauer	09/10/1977	3,850	3,500	7,350	7º
15	88925	Juliano Da Rocha Castanhede	27/06/1980	3,850	3,500	7,350	8º
8	87878	Danieli Hensel	09/08/1991	3,850	3,500	7,350	9º
22	86659	Hugo Vinicius Werlang	11/08/1992	3,850	3,160	7,010	10º
14	86818	Vanessa Cristina Corti Sturm	06/04/1988	3,575	2,950	6,525	11º
7	95775	Lucir Pedro Guareschi Junior	26/07/1993	4,400	1,200	5,600	12º
12	89456	Katiana Giehl	18/05/1978	2,750	2,700	5,450	13º
21	96030	Ricardo Rother	21/09/1988	4,125	1,200	5,325	14º
16	95361	Fabio Oswald	24/03/1988	4,125	0,800	4,925	15º
19	87901	Bruna Grolli	23/04/1988	3,575	1,000	4,575	16º
17	94680	Gessica Balestrin	15/03/1991	3,300	1,200	4,500	17º
1	95727	Marco Antonio Klein	21/03/1985	3,025	1,200	4,225	18º
13	92984	Fernanda Kummer Mueller	09/01/1994	3,300	0,580	3,880	19º
3	96014	Adriana Soares Nunes	24/05/1985	3,575	--	3,575	20º
4	94683	Pablo Andre Silva Weber	06/01/1990	3,025	--	3,025	21º

PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
28	88263	Celsi Kessler	06/11/1971	2,750	3,500	6,250	1º
30	87504	Bruna Regina Reckziegel	15/02/1990	2,750	3,500	6,250	2º
23	93162	Marli Schmitz Schoffen	28/02/1970	2,200	3,500	5,700	3º
24	87536	Claudia Paulina S. Azevedo	27/08/1986	3,850	1,200	5,050	4º
32	96328	Karin Scholz	20/11/1994	3,575	1,200	4,775	5º
26	96297	Felipe Jose Bozzetto	22/04/1991	3,025	1,200	4,225	6º
31	94018	Diangela Strack	22/10/1992	3,025	1,200	4,225	7º
25	91794	Ester Schoenwald Da Silva	03/07/1981	3,025	0,720	3,745	8º
29	88987	Denise De Castro	16/04/1983	2,750	0,920	3,670	9º
27	92532	Carine Kaufmann	02/02/1993	1,925	1,200	3,125	10º

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
42	95582	Jaqueline Ferraz	20/10/1991	3,850	3,100	6,950	1º
40	92016	Maria Elena Pereira	17/04/1976	2,750	3,500	6,250	2º
43	95270	Carmen Lucia Drebel Dehlano	09/03/1965	2,475	3,260	5,735	3º
35	86300	Tatiana Feyh Wagner	08/12/1992	4,400	- -	4,400	4º
44	88855	Leandro Hinterholz	20/10/1983	2,750	1,200	3,950	5º
41	94204	Edimara De Mattos Zimmer	10/06/1994	1,925	1,200	3,125	6º
36	87655	Charlene Paes Copini	09/07/1987	3,025	- -	3,025	7º
38	93532	Matiele Kloh Coczenski	23/05/1987	1,375	1,200	2,575	8º
37	93521	Paloma Cristiane Dos Santos	09/03/1994	1,100	1,200	2,300	9º
39	92416	Maique Kessler	25/07/1995	2,200	- -	2,200	10º

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
45	91781	Jusemar Freitag	25/08/1988	2,750	2,4375	5,1875	1º
47	96705	Adelise Maria Feyh	31/03/1993	3,025	- -	3,0250	2º
46	91908	Lucas Fuchs Klein	29/04/1991	2,475	- -	2,4750	3º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
58	88955	Cristian Reckziegel Kaufmann	28/03/1993	2,475	3,2625	5,738	1º
60	94532	Karine Schneiders	05/10/1994	3,025	2,2825	5,308	2º
66	95972	Bruna Sehnem Fernandes	13/12/1996	3,300	1,3975	4,698	3º
65	96274	Mathias Back Kühlkamp	16/05/1996	3,025	1,2375	4,263	4º
59	89406	Andrey Sohn	28/01/1992	2,475	1,7500	4,225	5º
54	87671	Luiz Theodoro Wesendonck	06/12/1993	4,125	- -	4,125	6º
52	86500	Jordy Kuhn	29/03/1995	3,300	0,8250	4,125	7º
63	94108	Leandro Cesar de A. Becher	20/03/1980	2,200	1,7500	3,950	8º
68	96000	Jaine Finger	08/05/1996	3,850	- -	3,850	9º
51	91910	Mateus Feil Haas	07/04/1994	3,575	- -	3,575	10º
57	96348	Fernanda Hentges Brinhol	07/09/1996	1,650	1,4975	3,148	11º
61	86994	Jader Beumer	05/11/1996	3,025	- -	3,025	12º
49	94439	Renan Cesar Mueller	30/04/1990	2,200	0,8250	3,025	13º
53	89212	Daniela Fernanda N. Paschoali	04/10/1994	1,925	1,0125	2,938	14º
70	87630	Gabriela Philipsen	05/01/1996	2,750	- -	2,750	15º
50	88923	Rafael Moesch Ribeiro	28/01/1994	2,200	0,4125	2,613	16º
55	87296	Jaine Karal	11/07/1997	2,475	- -	2,475	17º
67	92036	Mariluze Borges Da Silva	25/04/1991	2,200	- -	2,200	18º
56	86791	Lenice Lurdes Walker Klein	04/04/1990	2,200	- -	2,200	19º
69	96450	Daiane Ames Kehl	15/08/1996	1,925	- -	1,925	20º
64	95675	Luis Carlos Schneider Furlan	11/03/1992	1,925	- -	1,925	21º
62	86958	Diego Rohrig Eichler	09/03/1993	1,650	- -	1,650	22º

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
71	86852	Marcos Fiorentin	15/04/1977	3,575	4,220	7,795	1º
72	86061	Sergio Renato Machado Fagundes	05/01/1959	2,750	- -	2,750	2º

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
73	86184	Lucileia Bottega	16/11/1981	2,750	1,2000	3,950	1º
75	92707	Vania Witeck	09/08/1984	3,025	- -	3,025	2º
76	92399	Vanessa De Castro	03/03/1989	2,475	- -	2,475	3º

PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
78	93048	Tatieli Zeni Canova	14/02/1989	4,400	3,500	7,900	1º
79	96033	Solange Bitencourt Rodrigues	19/02/1981	3,575	3,500	7,075	2º
77	94823	Adriana Maria Dos Santos	01/11/1988	3,025	3,500	6,525	3º

PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
81	86280	Jaqueline Maria Söhn Zulian	02/11/1987	3,575	2,4375	6,013	1º
82	94029	Taiane Machado	20/10/1991	3,025	1,6375	4,663	2º

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (ALEMÃO) - HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
83	96155	Ivete Altenhofen	07/02/1977	3,025	1,200	4,225	1º

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (ALEMÃO) - NÃO HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
84	96194	Franciele Thome	21/01/1998	1,375	- -	1,375	1º

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) - HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
85	95267	Jone Maria Rech Rambo	04/03/1964	2,200	3,060	5,260	1º
86	95593	Ivanice Teresa Rambo	24/10/1980	1,650	3,500	5,150	2º

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) - NÃO HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
87	96308	Aline Brizzolla Dos Santos	21/08/1995	1,375	- -	1,375	1º

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - NÃO HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
89	88718	Marciane Preis Teloeken	01/08/1996	3,575	1,4250	5,000	1º
92	94873	Jaqueline Orth	31/05/1988	3,025	0,4125	3,438	2º
90	95575	Cleomar Pereira	21/09/1984	2,200	0,9125	3,113	3º
88	86275	Cristiane Finger Grave	02/12/1985	2,750	- -	2,750	4º
91	88930	Janice Lucia Walker Klein	28/06/1988	2,200	- -	2,200	5º

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
98	95774	Tatiana Mees	30/06/1989	4,950	3,500	8,450	1º
94	87437	Eduardo Hinterholz	18/06/1980	3,025	3,500	6,525	2º
96	95420	Patricia Mees	22/12/1992	2,200	3,500	5,700	3º
97	91898	Roseli Gass	20/03/1975	3,025	1,200	4,225	4º
95	96616	Rosanete De Souza	30/03/1985	3,025	1,200	4,225	5º

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
99	95245	Francisco Rother	12/08/1996	4,950	1,7875	6,738	1º

102	88035	Jussara Karal	24/02/1994	3,850	2,6800	6,530	2º
100	94754	Marcia Jorgina Casagrande	23/03/1976	2,750	3,2625	6,013	3º
101	88195	Suelen Rauber	08/03/1998	4,125	- -	4,125	4º
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO Modalidade A							
C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
103	94052	Jocieli Aparecida Marcondes	08/07/1977	2,200	2,960	5,160	1º
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL (EDUCAÇÃO INFANTIL) - HABILITADO Modalidade A							
C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
150	95852	Cleusa Kaufmann	28/09/1975	5,225	3,460	8,685	1º
133	94409	Marli Ames Hickmann	22/12/1974	5,225	3,420	8,645	2º
159	94764	Josiani Pauli	20/02/1990	4,950	3,500	8,450	3º
163	94387	Fatima Nelia Fassbinder	11/10/1953	4,675	3,500	8,175	4º
135	92209	Elisangela Da Rosa	30/08/1979	4,675	3,500	8,175	5º
149	95313	Aline Elisa Schneider Weber	28/02/1990	4,675	3,500	8,175	6º
130	87899	Michele Reimann	26/12/1991	4,675	3,500	8,175	7º
164	87261	Fabiane Dewes	02/07/1985	5,225	2,900	8,125	8º
112	93547	Roseli Sehnem Wirth	28/10/1979	4,400	3,500	7,900	9º
105	94874	Fabiana Krug	25/08/1993	4,400	3,500	7,900	10º
137	94192	Cintia Pauli	12/08/1989	4,400	3,400	7,800	11º
132	87257	Neilise Beatriz Muller Nyland	07/07/1967	4,125	3,500	7,625	12º
134	88256	Rosane Bernadete Schwertz	24/05/1971	4,125	3,500	7,625	13º
160	89142	Luciane Dresch Hendges	05/11/1981	4,125	3,500	7,625	14º
122	87805	Rubia Mara Weber Eidt	03/02/1987	4,125	3,500	7,625	15º
127	88848	Maria Zeli Ferreira	16/05/1953	3,850	3,500	7,350	16º
128	94346	Rosane Becker Valk	09/09/1979	3,850	3,500	7,350	17º
109	85810	Lucia Hemsing	27/11/1987	3,850	3,500	7,350	18º
143	86578	Clenice Costa	28/11/1989	3,850	3,500	7,350	19º
162	94745	Lori Müller	18/10/1965	3,575	3,500	7,075	20º
106	92110	Gicela Lourdes Nunes	05/11/1978	3,575	3,500	7,075	21º
113	96560	Silene Costa Da Silva Lazaretti	06/04/1989	3,575	3,500	7,075	22º
121	93735	Simone Da Luz Reichert	27/08/1976	4,675	2,300	6,975	23º
131	93912	Metilde Bido Locatelli	21/11/1962	3,300	3,500	6,800	24º
111	92632	Sirlei Maria A. Schneiders	05/12/1973	3,300	3,500	6,800	25º
126	94366	Noeli Nadir Raimann	21/10/1976	3,300	3,500	6,800	26º
124	88560	Marilene Sehnem Fernandes	14/09/1977	3,300	3,500	6,800	27º
125	93807	Patricia Mallmann	19/04/1991	4,400	2,300	6,700	28º
108	94691	Lovane Machado	01/11/1978	3,025	3,500	6,525	29º
161	86655	Liane Schwengber Körbes	30/09/1975	3,025	3,420	6,445	30º
110	88659	Marlene Gruetzmann	25/02/1983	3,300	3,100	6,400	31º
151	93549	Anelise Stülp Finger	19/01/1984	2,750	3,500	6,250	32º
147	86592	Juliane Ines Hofer Ghilardi	09/06/1993	5,225	0,960	6,185	33º
145	88038	Luana Mueller	23/07/1993	4,400	1,200	5,600	34º
117	86820	Tania Mari Missio Kowalski	18/02/1986	1,925	3,500	5,425	35º
141	89054	Cristiane Welchen	15/03/1982	4,400	1,000	5,400	36º
123	89182	Michele Kaufmann	19/11/1991	4,125	1,200	5,325	37º
114	93157	Scheila Luiza Staub Finger	06/11/1993	4,400	0,600	5,000	38º
148	86521	Cleunice Bourscheid	14/08/1989	3,575	1,200	4,775	39º
154	88405	Claudia Padilha	20/03/1992	3,575	1,200	4,775	40º
140	88873	Elisane Albarello	06/01/1993	3,575	1,200	4,775	41º

152	86434	Candida Fabiana De Moura	02/07/1993	3,575	1,200	4,775	42º
107	94983	Jessica Sima Ramos	22/10/1992	4,675	- -	4,675	43º
156	93891	Juline Kuhn Meier	29/04/1988	3,575	0,960	4,535	44º
146	92609	Fernanda Bottega	23/02/1992	3,850	0,600	4,450	45º
138	93096	Carolina Hofer	26/01/1994	3,850	0,600	4,450	46º
136	96277	Daiane Dill	13/01/1990	3,025	1,200	4,225	47º
153	93731	Claunice Ines Reichert	07/07/1992	3,850	0,200	4,050	48º
115	93802	Monica Tais Korbes Schneider	11/07/1994	3,025	1,000	4,025	49º
158	86206	Karine Klement Feyh	17/04/1993	3,575	0,320	3,895	50º
139	96570	Ariane Luiza Fellini Constante	07/10/1990	3,850	- -	3,850	51º
155	86272	Daniele Heck	21/10/1993	3,850	- -	3,850	52º
120	96503	Patricia De Lima Dos Santos	16/09/1992	3,025	0,720	3,745	53º
157	91949	Karine Ines Kunst	15/01/1993	3,025	0,720	3,745	54º
119	95356	Nubia Naue	11/02/1993	2,750	0,800	3,550	55º
116	86317	Maiara Beatriz Pauli	27/03/1995	2,750	0,560	3,310	56º
118	92041	Margarete Lisaki	15/06/1988	3,300	- -	3,300	57º
142	96352	Cristiane Ferrari	15/01/1983	2,475	- -	2,475	58º

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL (SÉRIES INICIAIS) - HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
209	94177	Fabiane Morgenstern	24/06/1988	5,225	3,500	8,725	1º
212	93728	Daiane Cristine Anschau	10/04/1990	5,225	3,500	8,725	2º
192	88509	Franciele Cristina Bracht	05/10/1988	4,950	3,500	8,450	3º
195	88021	Gabriela Caspers	13/09/1985	4,675	3,500	8,175	4º
169	87879	Rosane Marli Werlang	28/02/1971	4,675	3,300	7,975	5º
211	86360	Marcia Cristina Pascoa Preis	25/06/1970	4,400	3,500	7,900	6º
183	92507	Luciane Dewes	02/05/1985	4,400	3,500	7,900	7º
189	94769	Loiva Heck Schaefer	27/10/1979	4,125	3,500	7,625	8º
205	91859	Ediane Ripplinger Melz	18/09/1989	4,125	3,500	7,625	9º
170	93177	Raquel Aparecida Caliar Spies	23/09/1972	3,850	3,500	7,350	10º
191	94161	Ani Beatriz Ostgen Kipper	18/04/1991	3,850	3,500	7,350	11º
208	86350	Luciana Freitag	13/05/1983	3,575	3,500	7,075	12º
184	87415	Ediane Weis	19/06/1990	3,300	3,300	6,600	13º
201	87260	Marli Lucia S. Schaefer	08/01/1965	3,025	3,500	6,525	14º
190	87553	Marilene Oswald	11/05/1971	3,025	3,500	6,525	15º
171	95918	Vanda Rohden Neckel	17/08/1976	3,025	3,500	6,525	16º
199	93806	Francieli Krawczak	20/02/1985	3,025	3,500	6,525	17º
166	94755	Rafaela Thums Ebeling	06/08/1992	3,575	2,700	6,275	18º
210	87749	Marlene Valk	21/12/1975	2,750	3,500	6,250	19º
172	94002	Vaneza Maria Werlang Gabriel	21/04/1983	2,750	3,500	6,250	20º
194	92106	Liciane Mara Wesendonck	19/05/1977	2,475	3,500	5,975	21º
168	87349	Tatiane Rods L. Habitzreiter	18/03/1979	2,475	3,200	5,675	22º
186	86916	Aurea Kaufmann Werlang	29/06/1969	4,400	1,200	5,600	23º
204	87738	Daniela Antunes	24/04/1985	5,500	- -	5,500	24º
203	95110	Julia Schmitz	28/09/1990	4,125	1,200	5,325	25º
165	95747	Suzane Buss	09/02/1991	4,125	1,200	5,325	26º
175	94731	Vania Schmitz	15/12/1991	4,125	1,200	5,325	27º
173	94829	Thais Regina Marasca	12/12/1994	4,125	1,200	5,325	28º
176	95719	Susana Michels	29/01/1993	3,850	1,200	5,050	29º
180	89385	Tainessa Keil	06/08/1993	3,850	1,200	5,050	30º
181	95809	Soeli Kothe	02/09/1994	3,850	1,200	5,050	31º

185	95862	Elenice Teresinha R. Henn	26/06/1968	3,850	1,080	4,930	32º
182	88735	Sirlene Stuelp Giehl	21/04/1988	3,575	1,200	4,775	33º
207	93135	Janaina Dewes	20/10/1993	4,125	0,600	4,725	34º
187	93031	Julia Catherine Brixner	03/08/1992	3,575	0,980	4,555	35º
177	94362	Tatiane Staub	24/10/1993	4,400	- -	4,400	36º
178	88853	Siamara Meier	06/06/1993	3,575	0,800	4,375	37º
206	94887	Neide Sehn Epping	05/03/1983	3,025	1,200	4,225	38º
198	95350	Andreia Pereira Da Silva	24/11/1989	3,300	0,400	3,700	39º
202	86515	Francieli Eyng	24/06/1991	2,475	1,200	3,675	40º
193	95347	Dioneia Pereira Da Silva	24/11/1989	2,750	0,600	3,350	41º
188	95318	Danieli Spaniol Walker	16/12/1989	2,750	0,520	3,270	42º
200	87692	Gracieli Krawczak	26/12/1988	1,650	1,200	2,850	43º
179	93309	Tais Cristine Meurer Vogel	17/07/1992	2,750	- -	2,750	44º
167	95828	Rosilei Fatim De Lima Martins	25/06/1976	1,650	0,460	2,110	45º

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO | Modalidade A

C. Int.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	Prova Objetiva	Títulos	Total	Class.
239	94370	Patricia Fernanda F. da Rosa	19/05/1992	4,400	3,4875	7,888	1º
264	94626	Josane Rita A. do Nascimento	29/12/1983	4,400	2,8500	7,250	2º
216	86954	Thais Bouffleur	24/12/1994	3,850	3,2625	7,113	3º
265	87187	Glaucia Petry Dorneles	20/02/1995	3,850	2,8625	6,713	4º
248	93537	Daniele Teresinha Preuss	26/09/1991	3,025	3,6875	6,713	5º
242	86772	Marilete Staub	17/12/1995	3,300	3,2625	6,563	6º
244	88303	Janaina Giehl Deters	18/05/1995	3,575	2,9825	6,558	7º
277	89163	Cristiane Pradella	10/06/1988	2,750	3,8075	6,558	8º
249	87029	Thanara Petry	13/02/1996	3,850	2,6625	6,513	9º
218	95311	Deise Roden Vogel	11/06/1995	3,575	2,8625	6,438	10º
273	95810	Patricia Luisa Klein Santos	27/07/1994	3,575	2,8500	6,425	11º
233	86764	Debora Adriana De Brum	21/12/1994	3,575	2,8225	6,398	12º
272	87037	Rosilei Kroetz Walker	09/10/1981	2,750	3,2625	6,013	13º
217	96431	Natalie Schneiders	14/04/1981	3,575	2,4225	5,998	14º
224	87006	Franciele Denise Kuhlkamp	28/08/1993	3,850	2,0500	5,900	15º
231	96091	Andreia Neiss	05/01/1995	2,475	3,4075	5,883	16º
243	96038	Daiane Ines Butzge	30/05/1995	3,575	2,2625	5,838	17º
237	94076	Kryslen Tainara Gass Soares	27/05/1995	3,300	2,5300	5,830	18º
267	87506	Carla Cristina Finger	12/03/1994	3,300	2,4625	5,763	19º
240	87188	Ana Beatriz F. Wermuth	21/03/1980	3,300	2,4375	5,738	20º
266	88172	Tatiane Muller	04/03/1992	2,750	2,8625	5,613	21º
236	88581	Ecleia Cleonice Zimmer	03/07/1988	2,750	2,8500	5,600	22º
257	95512	Catia Naue	01/05/1996	3,025	2,4375	5,463	23º
226	87034	Edina Schmitz	15/05/1995	2,750	2,6225	5,373	24º
259	94861	Josenara Tais Heck	23/07/1995	3,850	1,3975	5,248	25º
228	96283	Aline Scholz	17/01/1993	3,575	1,5575	5,133	26º
227	92081	Ivana Ruppenthal Vieira	24/05/1984	3,300	1,6500	4,950	27º
213	87501	Catia Schmitz	29/01/1994	2,475	2,4375	4,913	28º
256	96236	Evelyn Bergmann	01/07/1996	3,300	1,5575	4,858	29º
261	92900	Fabiane Brixius	27/12/1996	3,575	1,2375	4,813	30º
235	88715	Janete Cavalheiro	09/03/1987	1,925	2,8500	4,775	31º
214	94491	Alessandra Regina Deters	03/08/1996	3,025	1,7175	4,743	32º
215	93253	Cintia Taiza Klein	29/03/1995	4,675	- -	4,675	33º
225	93058	Cidiane Michelin	05/12/1990	3,850	0,8250	4,675	34º

269	94467	Salete Sausen	25/09/1982	2,200	2,4375	4,638	35º
238	96132	Jaqueline Meier	04/12/1996	3,025	1,5975	4,623	36º
241	86345	Simone Beatriz Soffiatti	04/06/1997	4,125	0,4125	4,538	37º
246	96109	Camila Majolo	12/12/1996	3,025	1,4375	4,463	38º
234	88797	Rosane Kirchhof	21/01/1984	1,650	2,7500	4,400	39º
220	88584	Camila Anschau	13/07/1994	1,650	2,4625	4,113	40º
254	88593	Ana Luisa Kolling Hemming	20/09/1997	3,575	0,4000	3,975	41º
230	94236	Larissa Rodrigues De Lima	06/08/1993	3,575	--	3,575	42º
251	92734	Jaqueline Kessler	04/10/1997	3,300	--	3,300	43º
253	88382	Natanatieli Da Silva	20/04/1997	2,750	0,4000	3,150	44º
247	87008	Francieli Bottega Schneider	19/03/1993	3,025	--	3,025	45º
260	92602	Joice Roden Schlickmann	17/06/1996	3,025	--	3,025	46º
245	95272	Verenice Rafaela Feyh	27/10/1996	3,025	--	3,025	47º
252	86960	Aline Spies Borscheid	30/09/1997	3,025	--	3,025	48º
262	92764	Camila Dewes	26/08/1996	2,200	0,4125	2,613	49º
275	92466	Suzana Silva	10/04/1980	2,475	--	2,475	50º
258	87195	Vanessa Angelica Reckziegel	09/03/1995	2,475	--	2,475	51º
268	91609	Fernanda Regina Gabriel	07/05/1995	2,475	--	2,475	52º
274	96709	Franciele Hofmann	19/05/1997	2,475	--	2,475	53º
232	96123	Adriane Neiss	22/04/1997	1,925	0,5325	2,458	54º
271	96256	Deise Dill	18/04/1997	1,925	0,4000	2,325	55º
229	95165	Vaniele Solange Hermes	22/02/1986	2,200	--	2,200	56º
270	95794	Ediane Carla Luft	20/12/1995	2,200	--	2,200	57º
276	89382	Bruna Follmann Barden	23/02/1996	2,200	--	2,200	58º
250	96040	Pietra Cristina Lima	13/05/1997	1,925	--	1,925	59º
255	86585	Raquel Klein	02/01/1991	1,650	--	1,650	60º
263	95791	Eliane Luisa Luft	09/07/1997	1,100	--	1,100	61º

Art. 2º. Os desempates estão de acordo com o item 7 do edital.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA – SC, 23 de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Alberto Lengert

Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA Nº 183/2015

PORTARIA Nº 183 de 23 de setembro de 2015

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 2/2006 e Lei Complementar nº 91/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a carga horária de vinte horas semanais para quarenta horas semanais da servidora municipal Fernanda Luisa Giehl, matrícula nº 14445/02, ocupante do cargo de provimento em efetivo de Instrutora de Dança, em conformidade a Lei Complementar nº 91 de 22 de setembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC., 23 de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PREGÃO Nº 26/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO
DE PREÇOS Nº 26/2015 FMS

Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente destinados para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Itapiranga, conforme portaria Ministério da Saúde Nº 2.198 de 11/09/2009, proposta nº 11356.676000/1130-03, recurso de emenda parlamentar nº 29050004.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:45 do dia 07/10/2015.

Início da Sessão: dia 07/10/2015, às 09:00, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações ou no site <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 22 de setembro de 2015.

Luis Carlos Steffenon

Adm. do FMS

Itapoá

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 610/2015 DENOMINA VIA PÚBLICA: "KATI PRIES" NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

LEI MUNICIPAL Nº 610/2015

Data: 22 de setembro de 2015

DENOMINA VIA PÚBLICA: "KATI PRIES" NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a seguinte via pública: "Kati Pries", circunscrita no Bairro Itapema do Norte, município de Itapoá, estado de Santa Catarina, na Rua 970, de nome sugestivo Piraquiba, iniciando na Avenida Beira Mar III, ponto A, junto ao Lote – 06, lado esquerdo, Balneário Jardim da Barra, para quem olha, ao lado direito, junto às terras de Chalé Empreendimentos Imobiliários, numa distância de 2.800m até o Ponto B, onde do lado esquerdo confronta com o lote 16 da Quadra 36 no Balneário Jardim da Barra e do lado direito com terras de Chalé Empreendimentos Imobiliários, conforme as coordenadas: Ponto A - 26° 5' 1" S – 48° 36' 15" O e Ponto B – 26° 41' 14" S e 48° 37' 50" O, conforme croqui anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de setembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2015 CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL COM ENSINO, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DO CORPO TÉCNICO DE PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO, ANÁLISE DE CONTINGÊNCIAS PASSÍVEIS DE REDUÇÃO E DIAGNÓSTICO DA GESTÃO DE DESPESAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 14/2015

Processo: 79/2015

A Prefeitura do Município de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público nos termos do art. 24 Inciso XIII da Lei Federal 8.666/93 que formalizou, Dispensa de Licitação nº 14/2015, Processo nº79/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada : Fundação de Apoio a Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul, CNPJ 03.354.241/0001-27. Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL COM ENSINO, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DO CORPO TÉCNICO DE PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO, ANÁLISE DE CONTINGÊNCIAS PASSÍVEIS DE REDUÇÃO E DIAGNÓSTICO DA GESTÃO DE DESPESAS EM PESSOAL. Valor total R\$ 487.810,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil oitocentos e dez reais).

Ituporanga, 24 de setembro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jacinto Machado

PREFEITURA

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 074/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 074/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: SCARABELOT TORNEARIA MECANICA LTDA ME

Valor Aditado: R\$ 2.356,00 (dois mil trezentos e cinquenta e seis reais).

Vigência: Início: 21/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 024/2015 - CV

Objeto: FICA ADITADO O QUANTITATIVO CONTRATADO NO LIMITE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO); EM DECORRÊNCIA DO REAJUSTE PACTUADO, FICA ALTERADO O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 9.500,00 (NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS) PARA R\$ 11.856,00 (ONZE MIL OITOCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS).

Jacinto Machado – SC, 21 de Setembro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 156/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 156/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP

Valor Aditado: R\$ 50.219,42 (cinquenta mil duzentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos).

Vigência: Início: 18/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 009/2014 - TP

Objeto: FICA PACTUADO O ACRÉSCIMO E ADITAMENTO DOS SEGUINTE ITENS: 1.5, 1.6, 2.3, 3.1.1.1, 3.1.1.2, 3.1.1.3 E 3.1.1.4, NO LIMITE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) VISANDO ATENDER AS NOVAS DEMANDAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME REVISÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO.

Jacinto Machado – SC, 18 de Setembro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 128/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 128/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA LTDA EPP

Vigência: Início: 16/09/2015 Término: 16/11/2015

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 004/2014 - TP

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 16/11/2015.

Jacinto Machado – SC, 16 de Setembro de 2015.

ADELOR EMERICH

Prefeito Municipal em Exercício

Joaçaba

PREFEITURA

ADITIVO 3 - CONTRATO 28/2013/FMS

CONTRATO Nº 28/2013/FMS – TA 03

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato por seu Secretário, Sr. ADEMIR LUIZ RIGHI, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa REALMAC MAQ. E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.231.890/0001-00, estabelecida na AV. LICINIO CORDOVA, 411 D, Bairro SÃO CRISTOVAO, no Município de CHAPECÓ/SC, representada neste ato pelo Sr. ANTELMO JOSÉ CAZALLI, portador da Carteira de Identidade nº 1.614.029 e CPF nº 492.136.959-34, residente e domiciliado na cidade de CHAPECÓ/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 28/2013/FMS, firmado em 26/06/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 26/2013/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 23/2013/FMS, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços "outsourcing" de impressão e fotocópias, com cessão de equipamentos (multifuncionais e impressoras monocromáticas a laser) novos, conforme especificações do Anexo I do Edital, destinados à manutenção das atividades dos diversos setores e programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

Fica revisado, a partir desta data, para 0,062 (sessenta e dois milésimos de centavos de real) o valor unitário da cópia, em atendimento ao requerimento da contratada, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, conforme sugerido no parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município e em conformidade com o disposto no artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, por seus representantes legais, em 04 vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 23 de setembro de 2015.
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

REALMAC – MAQ. E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA
ANTELMO JOSÉ CAZALLI

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

EXTRATO TP 16/2015/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2015/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 16/2015/PMJ

Objeto: Contratação de empresa para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para as obras de reforma preventiva e corretiva da pista de atletismo, pista de cross country e quadras poliesportivas, no Complexo Esportivo e Centro de Eventos da UNOESC, Campus II, em Joaçaba-SC. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 09/10/2015, a partir das 14h30min, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h do dia 09/10/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br

Joaçaba, 23 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

EXTRATO TP 17/2015/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2015/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 17/2015/PMJ

Objeto: Contratação de empresa para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para as obras de melhoria e complementação da pista de BMX, localizada no Clube 10 de Maio, neste Município. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 09/10/2015, a partir das 17h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 16h30min do dia 09/10/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br

Joaçaba, 23 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

HOMOLOG PL 79/2015 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 79/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015/PMJ

O Prefeito do Município de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 79/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 50/2015/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa para a confecção de camisetas destinadas a promoção e divulgação do Festival de Danças de Joaçaba/2015.

-Empresas Vencedoras:

CONFECÇÕES MIELE LTDA-ME

VALOR R\$ 1.290,00

Fiscal: Otavio Jose Schueda

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 21 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Prefeito Municipal

Rafael Laske

PORTARIA N.º 4672

PORTARIA Nº 4.672 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º NOMEAR COMISSÃO ESPECIAL para avaliação de imóveis de propriedade da Municipalidade em conformidade com o art. 11, parágrafo 1º, da Lei Ordinária n.º 3.721 de 26 de dezembro de 2007, são considerados inservíveis.

2º DESIGNAR os servidores, CHEILA SACCHETTI, MARCOS ANTONIO MARTINAZZO, IRINEU MENEGHINI, JOSE ANTONIO MARTINS, ILTON ANTONIO SCHMITZ, para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando a portaria n.º 4537/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de setembro de 2015

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4673

PORTARIA Nº 4.673 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Sindicância", no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure responsabilidade perante a multas de trânsito após denúncias realizadas pela Câmara de Vereadores, face ao protocolo n.º 139.758/2015 da Secretaria Municipal de Saúde e parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, FRANCIANI ALICE RIZZI E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de setembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4674

PORTARIA Nº 4.674 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Sindicância", no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure responsabilidade perante a despesa gerada com o INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, face ao protocolo n.º 139.764/2015 do servidor Paulo Jose Palla e parecer da Secretaria Municipal de Gestão Financeira.

2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, JANA TERESINHA PINTO PILGER e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de setembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4675

PORTARIA Nº 4.675 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) JOSE EVERALDO TIBES durante o período de 31 de agosto de 2015 a 30 de agosto de 2016, para exercer as funções de MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Teste Seletivo n.º 05/2015/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 31 de agosto de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de setembro de 2015.

RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4676

PORTARIA Nº 4.675 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) SOLANO KOZLINSKI DO PRADO durante o período de 01 de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, para exercer as funções de MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Teste Seletivo n.º 05/2015/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de setembro de 2015.

RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0006/2015 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006/2015

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0005/2015, na Ata de Julgamento de Preços, homologada em 24/06/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para confecção de uniformes para os servidores das áreas administrativas e técnicas do SIMAE para o exercício de 2015, conforme Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0005/2015.

1.2 As empresas registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Empresa Vencedora	Valor Unitário
1	25	PÇ	COLETE FEMININO, ABERTURA FRONTAL, SEM MANGAS, DECOTE EM "V"; BOTÕES FRONTAIS, CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, BOTÃO 20MM DE DIÂMETRO; FRENTE COM PINCHAS E FIANCOS, COSTAS REPARTIDA SEM ABERTURA FINAL; TECIDO (TWO WAY - BI-ELASTIC), NA COR AZUL MARINHO; COSTURAS EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÕES E PESPONTOS; OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 24MM PARA A FRENTE; TERMOCOLAGEM DAS ENTRETRELAS EM MAQUINÁRIO APROPRIADO; PASSADORIA ESPECÍFICA PARA O PRODUTO; PONTOS POR CM. = 3,5 A 4,0 EM TODAS AS COSTURA E OVERLOCK; LOGOTIPO DO SIMAE BORDADO, EM BRANCO, NA LATERAL FRONTAL ESQUERDA.	CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA	R\$ 83,90

2	50	PÇ	BLUSA TIPO CAMISETA, FEMININA, MANGA LONGA; TECIDO: 68% POLIÉSTER, 27% ALGODÃO E 5% DE ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE NA COR BRANCA; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; ABERTURA FRONTAL COM ZÍPER INVISÍVEL OU BOTÕES FRONTAIS CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPONTADA NO CONTORNO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PES-PONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; ZÍPER INVISÍVEL NA COR DO TECIDO OU; BOTÃO BRANCO COM QUATRO FUROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO; ENTRETELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK.	SAMOURA CONFECÇÕES LTDA	R\$ 75,50
3	50	PÇ	BLUSA TIPO CAMISETA FEMININA, MANGA CURTA; TECIDO: 68% POLIÉSTER, 27% ALGODÃO E 5% DE ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE NA COR BRANCA; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; ABERTURA FRONTAL COM ZÍPER INVISÍVEL OU BOTÕES FRONTAIS CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPONTADA NO CONTORNO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PES-PONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; ZÍPER INVISÍVEL NA COR DO TECIDO OU; BOTÃO BRANCO COM QUATRO FUROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO; ENTRETELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK	SAMOURA CONFECÇÕES LTDA	R\$ 68,50
4	50	PÇ	BLUSA TIPO CAMISETA, FEMININA, SEM MANGA; TECIDO: 68% POLIÉSTER, 27% ALGODÃO E 5% DE ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE NA COR BRANCA; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; ABERTURA FRONTAL COM ZÍPER INVISÍVEL OU BOTÕES FRONTAIS CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPONTADA NO CONTORNO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PES-PONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; ZÍPER INVISÍVEL NA COR DO TECIDO OU; BOTÃO BRANCO COM QUATRO FUROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO; ENTRETELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK.	SAMOURA CONFECÇÕES LTDA	R\$ 70,00
5	8	PÇ	BLUSA TIPO CAMISETA FRENTE ABERTA, FEMININA, MANGA LONGA; TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE 001-1235, COR AZUL CLARO; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; ZÍPER INVISÍVEL NA COR DO TECIDO OU BOTÕES FRONTAIS, CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPONTADA NO CONTORNO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PES-PONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; BOTÃO COM QUATRO FUROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO; ENTRETELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK.	SAMOURA CONFECÇÕES LTDA	R\$ 70,00

6	8	PÇ	BLUSA TIPO CAMISETA FRENTE ABERTA, FEMININA, MANGA CURTA; TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE 001-1235, COR AZUL CLARO; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; ZÍPER INVISÍVEL NA COR DO TECIDO OU BOTÕES FRONTAIS, CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPONTADA NO CONTOURO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PESPONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; BOTÃO COM QUATRO FUROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO; ENTRETELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK.	SAMOURA CONFECÇÕES LTDA	R\$ 69,00
7	10	PÇ	CAMISA MASCULINA, MANGA LONGA, EM TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE 001-1235, COR AZUL CLARO, COM PUNHOS FECHADOS POR CASEADO E BOTÃO CARCELA COM BOTÃO E CASEADO; COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO; FRENTE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS, NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SÍMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA. LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPONTOS, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 01 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO.	SAMOURA CONFECÇÕES LTDA	R\$ 77,50
8	25	PÇ	CAMISA MASCULINA, MANGA CURTA, EM TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE 001-1235, COR AZUL CLARO, COM PUNHOS FECHADOS POR CASEADO E BOTÃO CARCELA COM BOTÃO E CASEADO; COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO; FRENTE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS, NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SÍMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA. LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPONTOS, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 01 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO.	SAMOURA CONFECÇÕES LTDA	R\$ 74,50
9	50	PÇ	CAMISA MASCULINA, MANGA CURTA COM BAINHA FIXA, EM TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE, COR BRANCA; COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO; FRENTE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS, NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SÍMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA, LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPONTO, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO.	SAMOURA CONFECÇÕES LTDA	R\$ 75,00

10	20	PÇ	CAMISA MASCULINA, MANGA LONGA COM BAINHA FIXA, EM TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE, COR BRANCA; COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO; FRENTE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS, NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SÍMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA, LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPONTO, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO.	SAMOURA CONFECÇÕES LTDA	R\$ 78,50
11	50	PÇ	CALÇA SOCIAL FEMININA, LISA, SEM BOLSOS; TECIDO TWO WAY - BI-ELASTIC, NA COR AZUL MARINHO; CÓS POSTIÇO COM 4,5CM DE LARGURA E ENCHANCE TRASEIRA, FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÃO; VISTA EMBUTIDA COM ZÍPER DA COR DO TECIDO E TRAVA AUTOMÁTICA EM NYLON; TRASEIRO COM PENCES; LINHA 80 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTOS, PESPONTOS, CASEADOS E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; BOTÃO 4 FUROS DE 14MM DE DIÂMETRO DA COR DO TECIDO; COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA COLOCAÇÃO DO CÓS; COSTURA EM INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 10MM PARA O FECHAMENTO DAS LATERAIS, ENTREPERNAS; COSTURA PONTO CORRENTE 2 AGULHAS DEFASADAS PARA O FECHAMENTO DO GANCHO TRASEIRO, COM SOBRA DE 3CM DE TECIDO EM CADA LADO NA ALTURA DO CÓS (COSTURA ABERTA COM AS BORDAS OVERLOCADAS); COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÃO DO ZÍPER, VISTA E PESPONTOS; TRAVETES, NO ACABAMENTO FINAL DA VISTA E JUNCÃO DOS GANCHOS; PONTOS POR CM.= 3,5 A 4,0 EM TODAS AS COSTURA E OVERLOCK.	CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA	R\$ 75,30
12	30	PÇ	CALÇA SOCIAL FEMININA, LISA, TIPO MARIA JOÃO. COMPRIMENTO = JOELHO, BARRA SIMPLES À MÁQUINA, COM ABERTURA NA LATERAL EXTERNA; TECIDO TWO WAY - BI-ELASTIC, NA COR AZUL MARINHO; CÓS POSTIÇO COM 4,5 CM DE LARGURA E ENCHANCE TRASEIRA, TRANSPASSADO A 10 CM, FECHAMENTO ATRAVÉS DE 02 BOTÕES FORRADOS NA MESMA COR DO TECIDO, SEM PASSADORES; VISTA EMBUTIDA COM ZÍPER DA COR DO TECIDO E TRAVA AUTOMÁTICA EM NYLON E DOIS BOTÕES INTERNOS NO CÓS TRANSPASSADO; TRASEIRO COM PENCES; 02 FINGE BOLSOS FRONTAIS EMBUTIDOS COM ABERTURA OBLÍQUA TIPO FACA E 02 FINGE BOLSOS EMBUTIDOS COM VIVOS TRASEIROS; LINHA 80 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, PESPONTOS, CASEADOS E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA COLOCAÇÃO DO CÓS; COSTURA EM INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 10 MM PARA O FECHAMENTO DAS LATERAIS, ENTREPERNAS; COSTURA PONTO CORRENTE 2 AGULHAS DEFASADAS PARA O FECHAMENTO DO GANCHO TRASEIRO, COM SOBRA DE 3 CM DE TECIDO EM CADA LADO NA ALTURA DO CÓS (COSTURA ABERTA COM AS BORDAS OVERLOCADAS); COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÃO DO ZÍPER, VISTA E PESPONTOS; TRAVETES, NO ACABAMENTO FINAL DA VISTA E JUNCÃO DOS GANCHOS; PONTOS POR CM = 3,5 A 4,0 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK.	CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA	R\$ 71,40
13	50	PÇ	CALÇA SOCIAL MASCULINA, TECIDO BE-ELASTIC (TWO WAY), NA COR AZUL MARINHO, SEM PREGAS, TRASEIRO COM PENCES CÓS POSTIÇO ENTRETRELADO E FORRADO COM 3,5 CM DE LARGURA E ENCHANCE TRASEIRA, 08 PASSANTES INSERIDOS NA PARTE INFERIOR DO CÓS, VISTA EMBUTIDA COM ZÍPER, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÃO NA COR AZUL MARINHO, 02 BOLSOS FRONTAIS EMBUTIDOS COM ABERTURA OBLÍQUA TIPO FACA E 02 BOLSOS EMBUTIDOS COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 15CM FECHADOS POR BOTÕES E CASEADOS, FORRO EM TECIDO 75% ALGODÃO E 25% POLIÉSTER, ZIPER DE NYLON COM CADARÇO DA COR DO TECIDO E TRAVA AUTOMÁTICA, TRAVETES NAS EXTREMIDADES DOS BOLSOS, VIVOS E NO ACABAMENTO FINAL DA VISTA, CASEADO RETO DE 18MM. COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA COLOCAÇÃO DO CÓS; COSTURA EM INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 10MM PARA O FECHAMENTO DAS LATERAIS, ENTREPERNAS; COSTURA PONTO CORRENTE 2 AGULHAS DEFASADAS PARA O FECHAMENTO DO GANCHO TRASEIRO, COM SOBRA DE 3CM DE TECIDO EM CADA LADO NA ALTURA DO CÓS (COSTURA ABERTA COM AS BORDAS OVERLOCADAS); COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÃO DO ZÍPER, VISTA E PESPONTOS, INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7MM PARA O FECHAMENTO DO FORRO DOS BOLSOS.	CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA	R\$ 75,90
14	105	PÇ	BLUSA TIPO SUÉTER LISO (65% ACRÍLICA E 35% POLIAMIDA), MARCA E MODELO REFERÊNCIA ACRILAN ELITE COR AZUL MARINHO (60511); MANGA LONGA, COM GAITA DE 6 CM NOS PUNHOS E CÓS, GAITA 3CM NOS PUNHOS, DECOTE E COMPRIMENTO, SENDO DECOTE REMALHADO COM GAITA DE 3 CM NA COR DA MALHA; COM DECOTE "V" OU COM DECOTE REDONDO, REMALHADOS COM GAITA DE 3 CM E ABERTURA DE 19 CM; LOGOTIPO DO SIMAE BORDADO NA FRENTE, NO LADO ESQUERDO; CONFECÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE.	CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA	R\$ 74,90
15	15	PÇ	CASACO DE LÃ (65% ACRÍLICA E 35% POLIAMIDA), MARCA E MODELO REFERÊNCIA ACRILAN ELITE COR AZUL MARINHO (60511); MANGA LONGA, PUNHOS E COMPRIMENTO COM BARRA, BOTÕES NA MESMA COR AZUL DA LÃ; DECOTE "V", REMALHADO COM GAITA DE 3 CM; LOGOTIPO DO SIMAE BORDADO NA FRENTE, NO LADO ESQUERDO; CONFECÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE.	INDÚSTRIA E COMÉRCIO VENEZZA LTDA	R\$ 80,00

16	10	PÇ	JAQUETA FEMININA LEVE, CURTA, NA COR AZUL MARINHO, EM TECIDO SEYCHELLES; COM ZIPER ATÉ A GOLA; 02 BOLSOS FRONTAIS TRANSVERSAIS; CAMADA DE FIBRA 60 GRAMAS E FORRO; GOLA BICUDA; BORDADO, NA COR BRANCA, DO LOGOTIPO DO SIMAE NA FRENTE EM TAMANHO PEQUENO, LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO.	GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA	R\$133,00
17	15	PÇ	CASACO CURTO MASCULINO EM TECIDO SEYCHELS, NA COR AZUL MARINHO, COM RECORTES; CAMADA DE FIBRA 100 GRAMAS E FORRO; COM ZIPER, BOLSOS LATERAIS; BORDADO NA COR BRANCA, DO LOGOTIPO DO SIMAE NA FRENTE EM TAMANHO PEQUENO, LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO.	GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA	R\$ 135,50
18	5	PÇ	BLAZER SOCIAL FEMININO, FORRADO, COM GOLA TIPO PALETÓ, LEVEMENTE ACINTURADO, TECIDO (TWO WAY - BI-ELASTIC), NA COR AZUL MARINHO, ABERTURA FRONTAL COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE 3 BOTÕES E 3 CASEADOS NO SENTIDO HORIZONTAL, 02 BOLSOS FRONTAIS EMBUTIDOS INFERIORES COM PORTINHAS INSERIDAS NA ABERTURA DO BOLSO, FRENTE COM PINCHAS E FIANCOS, COSTAS REPARTIDA SEM ABERTURA FINAL, DEVERÁ TER OMBREIRAS PEQUENAS EMBUTIDAS DE FELTRO, DEVERÁ SER TOTALMENTE FORRADO COM TECIDO 100 % POLIÉSTER, TIPO "FAILETTE". TODA A FRENTE DEVERÁ SER ENTRETELADA COM ENTRETELA DE TECIDO, MICROPONTOS, PRÓPRIA PARA BLAZERS. COSTURAS EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÕES E PESCONTOS OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO. CASEADO RETO DE 24MM PARA A FRENTE. TERMOCOLAGEM DAS ENTRETELAS EM MAQUINARIO APROPRIADO. PASSADORIA ESPECÍFICA PARA O PRODUTO. PONTOS POR CM.= 3,5 A 4,0 EM TODAS AS COSTURA E OVERLOCK. BOTÃO 20MM DE DIÂMETRO PARA A FRENTE, COMPRIMENTO = QUADRIL, LOGOTIPO DO SIMAE BORDADO, EM BRANCO, NA LATERAL FRONTAL ESQUERDA.	CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA	R\$ 165,50
19	5	PÇ	CASACO LONGO FEMININO EM NYLON SEYCHLS COM RECORTES, COR AZUL MARINHO; CAMADA DE FIBRA 100 GRAMAS E FORRO; COM ZIPER; BOLSOS LATERAIS; BORDADO DO LOGOTIPO DO SIMAE NA FRENTE, LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO; CONFORME FOTO EM ANEXO.	GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA	R\$ 169,50
20	100	PÇ	CALÇA EM TERBRIM AZUL MARINHO (67% POLIESTER E 33% ALGODAO, ARMAÇÃO EM SARJA 2/1, GRAMATURA MEDIA DE 226 G/M2 PRÉ-ENCOLHIDO, COM TINGIMENTO), APRESENTANDO QUALIDADE ESPECÍFICA DE NÃO AMARROTAMENTO, ESTABILIDADE E RESISTÊNCIA; - MODELO MASCULINO; - 02 BOLSOS INTERNOS NA FRENTE, MODELO CALÇA JEANS TRADICIONAL, FORRO DO MESMO TECIDO DA CALÇA; - 02 BOLSOS EXTERNOS TRASEIROS CHAPADOS, CHANFRADOS NAS EXTREMIDADES; - CÓS POSTIÇO NO MESMO TECIDO DA CALÇA, COM 4,5 CM DE LARGURA, FECHAMENTO ATRAVÉS DE 01 BOTÃO; 7 PASSANTES INSERIDOS NA PARTE INFERIOR DO CÓS: 03 NA PARTE POSTERIOR, 01 EM CADA LATERAL E 02 NA PARTE DIANTEIRA; - VISTA EMBUTIDA (BRAGUILHA) COM 03 BOTÕES; - TRASEIRO COM PENCES; - BAINHA DE 2,0 CM; - BOTÕES NÃO METÁLICOS, TAMANHO 24, COM 2 FUROS PARA ABOTOAR NA FRENTE; - LINHA E ABOTÕES NA MESMA COR DO TECIDO; - TRAVETES PARA REFORÇAR OS CANTOS DOS BOLSOS E O ACABAMENTO FINAL DA VISTA; - COSTURAS DUPLAS NOS ACABAMENTOS DOS BOLSOS, BRAGUILHA, ZIPER E GANCHO; - OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO; - ESTAMPA EM SERIGRAFIA "SIMAE", NA COXA DIREITA, PRÓXIMO A COSTURA DA DIREITA (COSTURA DE FORA), APROXIMADAMENTE 14 CM ABAIXO DO BOLSO, TAMANHO DA SERIGRAFIA 22 X 05 CM, NA COR BRANCA; - CONFECÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE.	GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA	R\$ 53,80
21	70	PÇ	JAQUETA EM NYLON PARAQUEDAS, COR AZUL MARINHO; CAMADA DE FIBRA 100 GRAMAS E FORRO; COM GOLA, ZIPER INTEIRO DA CINTURA ATÉ O FINAL DA GOLA E BOLSOS LATERAIS; BORDADO, NA COR BRANCA, DO LOGOTIPO DO SIMAE NA FRENTE EM TAMANHO PEQUENO 5 X 4 CM, LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO; BORDADO " SIMAE " BRANCO, NAS COSTAS, ABAIXO DOS OMBROS, ALTURA DAS LETRAS 6 CM, COMPRIMENTO DO BORDADO 19 CM, ESPESURA DAS LETRAS 1 CM.	GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA	R\$ 141,30

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de uniformes, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 0005/2015 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

4.2 A Presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.3.1. O SIMAE convocará a empresa registrada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.3.2. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a empresa registrada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3. Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4. As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, parágrafo 2º da lei 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

5. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de vigência da ata.

5.2. No ato da entrega do material a empresa fornecedora deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica-NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

5.3 Fica aqui estabelecido que os materiais serão recebidos:

- a) provisoriamente, para verificação da quantidade entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação e a consequente aceitação.

5.4. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

5.5. Se a substituição do material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital da Licitação 0005/2015 e na presente Ata de Registro de Preços.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos nos objetos/materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

6.4 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

7.3 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.4 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

7.5.1 A empresa registrada deverá, no prazo de até 10 (dez) dias, após assinatura da presente Ata de Registro de Preços disponibilizar grades de tamanhos para prova e definição de quantidades e tamanhos a serem solicitados.

7.5.2 Efetuar a entrega dos uniformes pedidos, de acordo com numeração e quantidades solicitadas, em um prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após confirmação pelo SIMAE.

7.5.3 Providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos.

7.5.4 Manter, durante a execução da Ata, todas as condições de habilitação previstas no Edital Pregão Presencial nº 0005/2015 e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.5.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução desta ata.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será:

8.1.1 – Efetivado de acordo com o material entregue mediante apresentação das notas fiscais/faturas de materiais que deverão ser emitidas em nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar o número da licitação, acompanhado de cópia da ordem de compra emitida pelo SIMAE de Joaçaba – SC; Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br.

8.1.2 - É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A;

8.1.3 - Realizado através do SIMAE, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de entrega e aceite do material.

8.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de Santa Catarina, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

8.5 - O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela empresa registrada.

8.6 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do material no SIMAE, sito Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba – SC, Sede Administrativa do SIMAE, constituindo-se na única remuneração devida.

9. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

9.1 - O prazo para entrega dos materiais, depois de enviada Autorização de Fornecimento, deverá ser da seguinte forma:

a) 10 (dez) dias para entrega da grade de tamanhos.

b) 45 (quarenta e cinco) dias para confecção dos uniformes, contados da confirmação do SIMAE, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio da numeração e quantidades a ser confeccionada.

9.1.1 Os materiais deverão ser entregues no SIMAE, sito Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba – SC, Sede Administrativa do SIMAE.

9.1.2 A descarga do material é de responsabilidade da empresa fornecedora.

9.1.3 A entrega da grade de tamanhos será feita apenas antes da primeira entrega.

9.1.4 O prazo de 45 dias para entrega será o prazo concedido pelo SIMAE à empresa registrada para cada pedido de confecção.

10 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 - A despesa resultante da Licitação 0005/2015 ocorrerá à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2015, consignadas no:

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01 14.01 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 2.060 2.061 2.062

ELEMENTO: 3.3.90.30.23.00.00.00 3.3.90.30.23.00.00.00 3.3.90.30.23.00.00.00

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DAS FORNECEDORAS

11.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:

a) Quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;

b) Quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

- c) Quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas às empresas registradas são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003, no Edital da Licitação 0005/2015 e na presente Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas às empresas registradas:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia úteis de atraso injustificado no fornecimento das grades de tamanhos, bem como no atraso da entrega dos uniformes, sobre o valor total do contrato, até o limite de 20%;
- b) 10% (dez por cento) no caso da empresa registrada não realizar a entrega do material ou pedir a rescisão da Ata de Fornecimento, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do fornecimento contratado, pelo desatendimento às condições de fornecimento, exceto prazo de entrega.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a empresa registrada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou empenho, quando enviado por fax dentro do prazo de validade da proposta;
- b) não manter a proposta após a adjudicação;
- c) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- d) fraudar a execução da Ata de Registro de Preços;
- e) descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

12.3 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa registrada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da empresa registrada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da empresa fornecedora.

12.5 Nenhum pagamento será realizado à empresa registrada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 05 (cinco) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba-SC, 24 de junho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

Rejane Pilatti Muller de Andrade/ Sócia Administradora

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES VENEZZA LTDA - ME

Juliana Aparecida Thomazi Samoura/ Sócia Administrativa

SAMOURA CONFECÇÕES LTDA

Hipólito Henrique Kremer/ Gerente Administrativo

CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA

Clodomir Bahr Junior/ Procurador

GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA

Testemunhas:

Giane Maria Marquenze Lecher

CPF: 614.258.349-49

Graciela Pratto Bordin da Rosa

CPF: 033.369.969-61

CANCELAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0001/2015

CANCELAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0001/2015

A DIRETORA PRESIDENTE DO SIMAE DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, no uso das atribuições do seu cargo, torna público para conhecimento dos interessados, que "CANCELAR" a ata de registro de preços 0001/2015 decorrente do Pregão Presencial 0002/2015. O cancelamento se deu baseado em fundamentação jurídica, preservando o interesse da administração. Informações poderão ser obtidas por e-mail compras@simae.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3551-8220.

Joaçaba – SC, 27 de Agosto de 2015.
Elisabet Maria Zanella Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

PORTARIA JHL 219/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 219/2015 DE 14.09.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Adriano Feltrim (Matr. 162), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref.B, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.04.2014 à 01.04.2015, para serem fruídas no período de 13.10.2015 à 22.10.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 13 de outubro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 14 de Setembro de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 220/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 220/2015 DE 14.09.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Osmar Antonio Antonelo (Matr. 175), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operações, P-2, N-1, Ref.A, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.10.2014 à 01.10.2015, para serem fruídas no período de 19.10.2015 à 07.11.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 19 de outubro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 14 de Setembro de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 221/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 221/2015 DE 14.09.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Silvane Maier (Matr. 104), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-2, Ref.C-4, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15.01.2014 à 14.01.2015, para serem fruídas no período de 05.10.2015 à 24.10.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 08 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 14 de Setembro de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 222/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 222/2015 DE 14.09.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Osmar Zampirão (Matr. 107), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-2, Ref.A-3, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.01.2014 à 06.01.2015, para serem fruídas no período de 28.10.2015 à 26.11.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 28 de outubro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 14 de Setembro de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

REVOGAÇÃO PREGÃO 0020/2015 - SIMAE

REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 0020/2015

A DIRETORA PRESIDENTE DO SIMAE DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, no uso das atribuições do seu cargo, torna público para conhecimento dos interessados, que "REVOGA" o processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 0020/2015 do tipo menor preço por item, para aquisição de sinalizadores para os veículos da frota do SIMAE, com credenciamento e abertura das propostas realizado em 08/09/2015, na Rua Tiradentes, 123. A revogação se deu baseada em fundamentação jurídica, preservando o interesse da administração. Informações poderão ser obtidas por e-mail compras@simae.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3551-8220.

Joaçaba – SC, 22 de Setembro de 2015.
Elisabet Maria Zanella Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 74/2015 PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 74/2015 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 74/2015 através da Secretaria Municipal da Educação, para a Celebração de um Contrato com a Sra. VERA LUCIA LETTI LERMEN, inscrita no CPF sob n.º 944.871.119-00, neste ato representada pela SRA. MIRIAM DOLORES CANOVA OGLIARI, inscrita no CPF sob o nº 382.828.950-91, sito à Rua: Rui Barbosa – 21 - Bairro: Centro, 88501-170 - Lages/SC para locação de Imóvel situado na Rua: Fausto de Souza - 300 – Bairro: Centro – CEP: 88502-211, na cidade de Lages/SC, a ser utilizada pelo PAPS - PSICOSSOCIAL, pelo valor de R\$ 1.500,00(mil e quinhentos reais) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 24 de Julho de 2015.
Marimilia Casa Costa Coelho
Secretária Municipal da Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimilia Casa Costa Coelho, Secretária Municipal da Educação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 24 de Julho de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Município em Exercício Interino

EXTRATO CONTRATO 380/2015 PML O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 380/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE TURISMO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: PARTNER COMERCIAL LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 08.234.845/0001-53, estabelecida na Rua.Papanduva, 08–Esquina com a rua Jaraguá do Sul– Petropolis, Lages/SC – CEP. 88.505-366

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 219/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 98/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Microcomputadores para os Centros de Informações Turísticas e a Secretaria Municipal de Turismo de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega: em até 15 (quinze) dias a contar da solicitação, em locais a serem definidos pela Secretaria de Turismo

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da

CONTRATADA, de R\$ 7.060,00 (sete mil e sessenta reais)

Lages, 28 de agosto de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 295/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 295/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: NENE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n. 18.679.799/0001-50, sediada a Rua Aujor luz, 560, Garagem Anexa – Santa Catarina – Lages/SC, CEP 88.512-400.

Contrato, de acordo com parecer Jurídico (PROGEM) Nº 1141/2015, e nos termos do Art. 24, IV da Lei 8.666/93, em decorrência do Processo Licitatório nº 203/2015, correlato a Dispensa de Licitação nº 72/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Mão de Obra para construção de casas em Madeira para Pessoas Carentes.

3 – DO(S) PRAZO(S) E LOCAL(IS):

3.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

3.2 De Entrega(s): em até 03 (três) dias da(s) data(s) da(s) Ordem(ns) de Serviço(s);

3.3 De Execução: em até 45 (quarenta e cinco) dias da assinatura do contrato;

3.4 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será até 31/12/2015;

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 280.800,00 (duzentos e oitenta mil reais).

Lages, 23 de junho de 2015.
Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

Laguna

PREFEITURA

ACÓRDÃO 07/15 - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

LAGUNA – SC.

ACÓRDÃO 007/2015

RECURSO VOLUNTÁRIO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2370/14 (Apenso n. 2077/15)

RELATOR: André Felipe da Rosa

RECORRENTE: Bloko Rosa Ltda.

ADVOGADO DO RECORRENTE: José Rosênio de Jesus (OAB/SC n. 28362)

PROCURADOR DA FAZENDA: Drs. Adriano T. Massih

EMENTA: RECURSO VOLUNTÁRIO. ANULAÇÃO DE LANÇAMENTO DE ISS. EMPRESA CADASTRADA NO SIMPLES NACIONAL. PAGAMENTO DE TRIBUTO REALIZADO. RECURSO PROVIDO.

DESCRIÇÃO: Trata-se de Recurso Voluntário, interposto pelo Recorrente acima identificado, em não se conformando com a r. decisão da Autoridade Fazendária que julgou improcedente o pedido.

RELATÓRIO: Trata-se de pedido para anular o lançamento de Imposto Sobre Serviço realizado no processo administrativo 2370/2014, 1115/2014 e 2077/2015, aonde preteia que o débito está lançado em duplicidade, uma vez que já recolhe na guia da UNIÃO, por meio do simples nacional.

O contribuinte apresentou toda a documentação. No processo administrativo 1115/2014 apresentou o requerimento para a realização do evento, ata e estatuto de folhas 02 a 27, certidão negativa de folhas 28 a 34, laudo e ART nas folhas 35 a 50, recolhimento da guia do simples nacional folhas 51 a 52, contrato de prestação de serviços da folha 53 a 70, estimativa de publico folhas 71 a 76, ofício a FLAMA folha 77, parecer da fiscalização tributaria de folhas 78 a 89, solicitação de informações do Departamento de Arrecadação de folhas 90 a 94, notificação Extrajudicial de folhas 95 a 97 e orientação do procurador fiscal de folha 98, no processo administrativo 2077/2015 apresentou defesa de folha 02, recolhimento da guia do simples nacional de folhas 03 a 05, documento pessoal de folhas 06 e o extrato de pagamento de folhas 10 e 11, parecer da fiscalização tributária de folhas 12 /14 e orientação do procurador fiscal de folha 15 no processo administrativo 2370/2014, ofício com pedido para reconsiderar o lançamento de folha 02, documentos da empresa e pessoal, guia de recolhimento do simples nacional da folha 03 a 11, extrato do contribuinte folha 12, solicitação de informações 13 a 33, parecer da fiscalização de folhas 34 a 36, parecer do procurador fiscal de folha 36 - verso a 38, parecer secretário da fazenda folha 38, ofício de reconsideração de folhas 39 a 67, manifestação do procurador do conselho municipal de contribuinte de folhas 68 a 69, diligência solicitada pelo relator de folhas 70 a 88. É o breve relato.

VOTO: Cabe a este relator analisar somente o mérito do processo administrativo 2370/2014, uma vez que somente esse já está com o parecer do Secretário da Fazenda, na qual o contribuinte entrou com recurso administrativo junto a este conselho.

O procurador do Conselho Municipal de Contribuinte opinou pelo indeferimento, uma vez que a atividade que consta no CNAE 9493-6/00, por não esta contemplado na lei do simples nacional.

Com os novos documentos anexados a este processo ficou provado que o BLOKO ROSA, merece ser enquadrado no simples nacional. Sendo que a redação do CNAE 9493-6/00:

Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte.

As organizações associativas são entidades que representam os interesses de grupos específicos ou que defendem idéias e causas diante da opinião publica, é necessário a reunião de vários membros para compor uma associação.

Não sendo o caso em questão, pois em seu quadro de sócios só tem dois membros, cada um com sua cota parte, respondendo diretamente pela empresa.

Assim, tendo o requerente já recolhido o ISS, através da guia Simples Nacional, julgo pela procedência do pedido, revogando a decisão do secretário da fazenda e reenvio o processo administrativo 2077/2015 para a FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, para cumprir todas as diligências quanto forem necessárias, encaminhando notificação extrajudicial a empresa MINHA ENTRADA, com sede em Tubarão e a empresa ABADA LAGUNA, com o CNPJ 004.286.593/0001-55, para apresentar todos os documentos que demonstrem a venda de ingresso e o recolhimento do ISS das referidas empresas.

DECISÃO: O Conselho Municipal de Contribuintes devidamente reunido, tomou conhecimento do voto do Relator pelo provimento do recurso. Após discussão da matéria pelos Conselheiros, iniciou-se a votação, por cada um dos Conselheiros, na presença do Presidente do CMC. Em decisão unânime e, mediante voto do Relator, o Conselho decidiu dar provimento ao Recurso Voluntário interposto pelo Recorrente revogando a decisão do Secretário da Fazenda.

Participaram da sessão de julgamento, realizada no dia quatorze de setembro de dois mil e quinze, presidida pelo Conselheiro Luís Fernando Nandi Vicente, além do Relator, Conselheiro André Felipe da Rosa, os Conselheiros Ivo Perin, Fernando Fernandes e Samir Ahmad. Acompanhou o julgamento, o Sr. Renato da Silva Brás e o Dr. José Rosênio de Jesus (OAB/SC n. 28362), representando o recorrente. Exarou parecer pela Fazenda Municipal o Dr. Adriano T. Massih.

Laguna, 18 de setembro de 2015.

André Felipe da Rosa

Relator

Luís Fernando Nandi Vicente
Presidente do Conselho

Adriano Teixeira Massih
Procurador atuante no CMC

DECRETO Nº 4.485/15

DECRETO Nº 4.485 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 6º da Lei Municipal nº 1.781 de 22 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 15 - Secretaria de Turismo e Lazer

Projeto/Atividade: 2.062 – Manutenção da Gestão Administrativa Geral da Secretaria de Turismo

Elemento da Despesa: 335 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, recursos decorrentes da seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 15 - Secretaria de Turismo e Lazer

Projeto/Atividade: 2.062 – Manutenção da Gestão Administrativa Geral da Secretaria de Turismo

Elemento da Despesa: 324 – 3.1.90.11.00.00.00.00.01 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.486/15

DECRETO Nº 4.486 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 6º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Lagunense do Meio Ambiente, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 23 - Fundação Lagunense do Meio Ambiente

Unidade: 01 - Fundação Lagunense do Meio Ambiente

Proj/Atividade: 4.100 – Manter e preservar o meio ambiente

Elemento da Despesa: 4 – 3.1.90.94.00.00.00.00.01 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 23 - Fundação Lagunense do Meio Ambiente

Unidade: 01 - Fundação Lagunense do Meio Ambiente

Proj/Atividade: 4.100 – Manter e preservar o meio ambiente

Elemento da Despesa: 9 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LC Nº 324/15

LEI COMPLEMENTAR Nº 324 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

"DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 420 E 423 DA L.C. 105/2003 - ctm"

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Laguna e demais contribuintes, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os arts. 420 e 421 da Lei Complementar nº 105, de 19 dezembro de 2003, passam a vigorar, respectivamente, com a seguinte redação:

"Art. 420. O valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFIRM) e os créditos tributários vencidos e não pagos nas datas fixadas na legislação pertinente, serão atualizados monetariamente, mensalmente, com base na variação nominal do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 421. Não se sujeitam à atualização monetária com base no critério definido no art. 420, em razão de serem atualizados anualmente, no mês de janeiro de cada ano, também com base na variação nominal do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE:

I - a base de cálculo dos tributos; e

II - a Planta Genérica de Valores e o Valor Básico do metro Quadrado de Construção".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LC Nº 325/15

LEI COMPLEMENTAR Nº 325 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DA L.C. 298/14".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 298, de 20 de novembro de 2014 passa a vigorar, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. As Gratificações previstas neste artigo, deverão ser concedidas por ato do Chefe do Poder Executivo, delas fazendo jus apenas o servidor público municipal ocupante de cargo efetivo da administração direta, na forma do anexo único desta Lei, não se aplicando ao efetivo em cargo em comissão".

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.841/15

LEI Nº 1.841 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CEDER O USO DE BENS QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, de forma não onerosa, ao Governo do Estado de Santa Catarina, por meio de termo de cessão de uso, pelo prazo de vinte anos, uma área de terras

com 631,00 m2, no Bairro Progresso, nesta Cidade e Comarca confrontando pela frente, com a Rua Santa Rita de Cássia em 18,98 m, pelos fundos, com terras do Município de Laguna em 18,10 m, pelas laterais, de um lado, com a Rua Tiradentes, em 37,72 m e, do outro lado, com terras do Município de Laguna, em 32,00 m.

Parágrafo único. A área antes identificada faz parte de uma área maior, de 15.000,00 m2, devidamente registrada no RI da Comarca, sob a matrícula 3.362, do livro 2-O, fls. 197.

Art. 2º A cessão ora autorizada tem por fim, possibilitar ao Governo do Estado de Santa Catarina, a construção de uma unidade do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS.

Art. 3º Após o término do prazo de cessão, toda edificação e ou benfeitoria realizadas na área cedida, reverterão ao patrimônio público municipal, independentemente de qualquer indenização.

Art. 4º Toda construção a ser erguida nos imóveis cedidos, bem como toda e qualquer benfeitoria neles realizada, dependerá de prévia aprovação da Prefeitura Municipal de Laguna.

Parágrafo único. Todas as despesas de manutenção do imóvel cedido, correrão por conta do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º O uso do imóvel cedido, em desacordo com a presente Lei, ensejará a revogação e ou extinção da cessão.

Art. 6º O Estado de Santa Catarina deverá concluir as obras de que trata o artigo 2º desta Lei, no prazo máximo de dois (02) anos.

Parágrafo único. A não conclusão das obras no prazo de que trata o caput deste artigo, ensejará a rescisão da cessão, ficando incorporada ao patrimônio público, independentemente de indenização, as obras e ou benfeitorias até então realizadas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1.842/15

LEI Nº 1.842 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.
"DÁ DENOMINAÇÃO À VIA PÚBLICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Laguna iniciou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se Rua João José Cândido, a Rua Projetada no Bairro Barbacena, tendo seu início na SC-436, fundos com a Churrascaria e Lanchonete Bom Dia e seu término na Rua Davi T. Rodrigues, neste Município.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar placas indicativas para a sinalização da referida Rua.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.843/15

LEI Nº 1.843 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readeguando a dotação orçamentária no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo.

Unidade: 05 – Secretaria de Saúde e Promoção Social

Proj/Ativ: 1.086 Aquisição de Veículo.

Elemento da Despesa:

79 – 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0064 – Equipamento e Material Permanente R\$ 100.000,00

469 – 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 – Equipamento e Material Permanente R\$ 35.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, fica autorizado o uso do valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), oriundos do provável excesso de arrecadação através de convênio - descentralização nº 2015DC 000880, Processo SES42894/2015 - a ser celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Laguna e o Município de Laguna, recurso 64 (1.0064 - Transferências de Convênios - Estado/Outros), e o restante de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), correspondente a contrapartida financeira, recurso 80 (1.0000 - Recursos Ordinários), fica autorizado o uso mediante a diminuição em igual valor das dotações orçamentárias abaixo:

Órgão: 09 – Poder Executivo.

Unidade: 05 – Secretaria de Saúde e Promoção Social

Proj/Ativ: 2.037 Assistência aos animais soltos nas vias urbanas

Elemento da Despesa:

80 – 3.3.50.43.00.00.00.00.01.0000 – Subvenções Sociais R\$ 9.479,50

81 – 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 – Material de Consumo R\$ 5.559,00

82 – 3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 – Outros Serv. Terc. Pessoa FísicaR\$ 15.050,80

83 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica...R\$ 4.910,70

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1206/2015

PORTARIA RH Nº 1206/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, MARCIEL DE OLIVEIRA AGOSTINHO Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 08.09.2015 a 07.10.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Setembro de 2015.
RENATO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1209/2015

PORTARIA RH Nº 1209/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 08.09.2015 a 07.10.2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Adriano dos Santos da Rosa	2014/2015
Daniela Serafim de Freitas	2014/2015
Gislaine de Souza Ribeiro	2013/2014
Maristela dos Santos Sá	2014/2015
Marlaine Eduardo dos Santos Guerreiro	2014/2015
Rosinea Antônio José Abraão	2014/2015
Samarina Rodrigues Rochadel	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Setembro de 2015.
RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1210/2015

PORTARIA RH Nº 1210/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 3904/2015;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. THUANE BATISTA ROLDÃO Coordenador, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 08/09/2015, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Setembro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1211/2015

PORTARIA RH Nº 1211/2015

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 4647/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 08 de Setembro de 2015 a 07 de Outubro de 2015, ao Servidor VERA LÚCIA DA SILVA, Assistente

Social, referente ao período 2009/2014, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Setembro de 2015.
GRAZIELLE SITÔNIO DUARTE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1214/2015

PORTARIA RH Nº 1214/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, JOSÉ NUNES NETO Motorista, do dia 08.09.2015 a 07.10.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Setembro de 2015.
RENATO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1215/2015

PORTARIA RH Nº 1215/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário CAMILA PIRES DOS PASSOS para exercer o Cargo de Professor Auxiliar, 20 horas, HAB 030, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 09/09/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Setembro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1216/2015

PORTARIA RH Nº 1216/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário ADRIANA DE SOUZA VIEIRA para exercer o Cargo de Professor Artes, 40 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 09/09/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Setembro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1218/2015

PORTARIA RH Nº 1218/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, DEYSILANE FERMINO DE SOUZA do Cargo de Professor de Educação Física, HAB 100, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1219/2015

PORTARIA RH Nº 1219/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 10.09.2015 a 09.10.2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Gláucia Soares	2014/2015
Josiane Castro de Oliveira	2014/2015
Paulo Roberto Fernandes Júnior	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Setembro de 2015.

RAQUEL XAVIER

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1220/2015

PORTARIA RH Nº 1220/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, ROSILDA SOARES do Cargo de Professor Auxiliar, HAB 030, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1221/2015

PORTARIA RH Nº 1221/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, RENNE LOPES KFOURI RIBEIRO para exercer o cargo em comissão de Supervisor Escolar, DAE 2, no C.E.I. Prof. Laurení Vieira de Souza, Vila Vitória, nos termos da Lei Complementar nº 138/2006, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1222/2015

PORTARIA RH Nº 1222/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, IANE PEDRO PACHECO para exercer o cargo em comissão de Supervisor Escolar, DAE 2, no C.E.I. Padre Augustinho, Progresso, nos termos da Lei Complementar nº 138/2006, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1223/2015

PORTARIA RH Nº 1223/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor ROSÂNGELA ANTÔNIO CIDADE Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1224/2015

PORTARIA RH Nº 1224/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor INÊS JOÃO HENRIQUE Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 03/04/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1225/2015

PORTARIA RH Nº 1225/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, ELOAZIA HELENA DE OLIVEIRA para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/09/2015, em conformidade com a Lei nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1226/2015

PORTARIA RH Nº 1226/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, VANESSA GONÇALVES GOULART DA SILVA para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/09/2015, em conformidade com a Lei nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1227/2015

PORTARIA RH Nº 1227/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário KARISE RODRIGUES AVELINO para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 11/09/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1228/2015

PORTARIA RH Nº 1228/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário DANIELLE DE OLIVEIRA BERTO NEVES para exercer o Cargo de Professor Inglês, 20 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 11/09/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1229/2015

PORTARIA RH Nº 1229/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário IDENIR BRUNA RESENDES DE SOUZA para exercer o Cargo de Professor Inglês, 20 horas, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 11/09/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1230/2015

PORTARIA RH Nº 1230/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, GRASIELA LEAL FIRMO Auxiliar de Consultório Dentário, do dia 14.09.2015 a 13.10.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Setembro de 2015.

RAQUEL XAVIER

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1232/2015

PORTARIA RH Nº 1232/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 4987/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 14 de Setembro de 2015 a 12 de Dezembro de 2015, ao Servidor PAULO ROBERTO LIMAS, Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Setembro de 2015.

RENATO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1233/2015

PORTARIA RH Nº 1233/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 4389/2015;

RESOLVE:

REMOVER REINALDO BENTO DOS SANTOS Motorista, 40 horas, nos termos do Art. 31 da Lei Complementar nº 136/2006, da Secretaria de Saúde para a Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1234/2015

PORTARIA RH Nº 1234/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, JULIANA DE SÁ PATRÍCIO para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na

Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 14/09/2015, em conformidade com a Lei nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1238/2015

PORTARIA RH Nº 1238/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

PRORROGAR A PEDIDO A LICENÇA SEM VENCIMENTO, pelo período de 01 ano do Servidor VIVIANE BATISTA ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136, datada de 01 de junho de 2006 e suas alterações, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº1217/2015

PORTARIA RH Nº 1217/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, RENNE LOPES KFOURI RIBEIRO do cargo em comissão de Supervisor Escolar, DAE 2, no C.E.I. Padre Augustinho, Progresso, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE REVOGAÇÃO Pregão Presencial Nº 012/2015-PML

O Pregoeiro do município de Laguna/SC, tendo em vista a suspensão do Processo Licitatório na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2015, destinado à contratação de empresa para prestação de serviços de acesso a internet, segurança de rede, hospedagem de e-mail com fornecimento de suporte técnico de link de internet e interligação das secretarias, escolas e demais prédios utilizados pelo município de Laguna; considerando o constante na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 49, resolve REVOGAR a presente Licitação para readequação e correção do Edital, com vistas ao atendimento do interesse público e por conveniência administrativa. A presente Revogação visa garantir efetivamente os princípios da administração pública, de forma que o interesse público seja preservado em todos os Atos adotados pela Administração ou por seus representantes. Laguna, 23 de setembro de 2015. Waldir Jose de Souza - Pregoeiro.

Lauro Muller

PREFEITURA

INEXGIBILIDADE HMHL Nº84/2015

INEXGIBILIDADE HMHL Nº84/2015

PROCESSO Nº84/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO SR EDER GUILHERME COSTA PARA FORNECIMENTO DO LIVROS EDUCACIONAIS DA COLEÇÃO JOTABÊ – MENINO SABICHÃO, DA SÉRIE “ GRANDES CATARINENSES” EPISÓDIO QUE NARRA A VIDA E A OBRA DE LAURO MULLER.

VALOR GLOBAL: R\$ 9.750,00 (nove mil setecentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: SR EDER GUILHERME

VIGÊNCIA: 18/09/2015 até 31/12/2015

Lauro Müller, 23 de setembro de 2015.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2015

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 29 do Decreto nº 028, de 24 de março de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica excluído do Anexo I da Resolução nº 01 de 02 de abril de 2014, a empresa MADEIREIRA SÃO MATEUS, inscrita no CNPJ 83.116.624/0001-04.

Art. 2º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Lauro Muller, 22 de setembro de 2015.

Soraya Curcio Librelato

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI Nº 1.890/2015

LEI Nº 1.890/2015 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, CONCEDE BENEFÍCIOS EM ACORDOS JUDICIAIS REALIZADOS DURANTE MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO PROMOVIDO PELO PODER JUDICIÁRIO, ACORDOS EXTRAJUDICIAIS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica instituído o PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, no âmbito do Município de Lauro Müller/SC, destinado a promover a regularização dos créditos da Fazenda Pública Municipal, decorrentes de débitos fiscais de pessoas físicas e jurídicas, somente inscritos em dívida ativa, em cobrança judiciais ou extrajudiciais, relativos a Imposto Sobre Serviços – ISS, Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Alvarás e Taxas diversas de competência de criação e arrecadação do Município.

Art. 2º — O REFIS abrange os créditos fiscais da Fazenda Pública Municipal, constituídos até 31 de dezembro de 2014, somente inscritos em dívida ativa, que se encontrem em fase de cobrança administrativa ou judicial, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles que se encontram com parcelamento ativo, atrasados ou não, que poderão ser renegociados nos termos desta Lei pelo restante que falta para pagamento, ficando autorizado o Poder Executivo, por meio da Procuradoria do Município, a firmar acordo judicial ou extrajudicial, concedendo os benefícios previstos nesta Lei, iniciando-se a partir da aprovação da presente Lei até 30 (trinta) dias úteis após a sanção da mesma.

§ 1º — Os benefícios desta Lei compreendem:

I — Concessão de dispensa dos juros e da multa incidentes sobre os créditos fiscais em cobrança judicial ou extrajudicial, na forma que segue abaixo:

a) 100% (cem por cento) mediante pagamento do principal, acrescido da correção monetária, em parcela única.

09tituído LO PODER JUDICIÁRIO, b) 75% (setenta e cinco por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 4 (quatro) parcelas.

c) 50% (cinquenta por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 6 (seis) parcelas.

d) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 9 (nove) parcelas.

II — O Contribuinte poderá optar ainda, pelo pagamento do principal, acrescido dos juros, correção monetária e multa, sem o benefício de qualquer desconto, acima de 10 (dez) parcelas.

§ 2º — No caso de opção para pagamento parcelado, as parcelas serão mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data da opção, em parcelas iguais.

§ 3º — Para auferir os benefícios desta Lei, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 4º — É da competência do Procurador do Município promover a inclusão em pauta ou apresentar termo de acordo para homologação judicial ou extrajudicial competente no período previsto neste artigo, podendo incluir os valores de honorários advocatícios para os casos de acordos judiciais.

§ 5º — Nos casos em que o contribuinte demonstre na Audiência de Conciliação Fiscal a impossibilidade do pagamento da parcela única ou da primeira parcela na ocasião da data do acordo, ficará facultado ao Procurador do Município autorizar referido recolhimento pelo prazo de até 15 (quinze) dias.

Art. 3º — A adesão aos benefícios previstos nesta Lei implica automaticamente na confissão e reconhecimento dos créditos objeto da ação, com renúncia de oposição de embargos do devedor na ação de execução.

Art. 4º — A inadimplência de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou alternadas, implica no vencimento do total das parcelas vencidas, retomando-se a ação de execução, perdendo o devedor os benefícios concedidos com amparo desta Lei, passando a sofrer os acréscimos aplicáveis aos inadimplentes de tributos.

Parágrafo Único — O cancelamento do parcelamento por culpa do contribuinte implicará na execução judicial do crédito remanescente, ou no prosseguimento da ação judicial em caso de execuções já ajuizadas.

Art. 5º — Os benefícios previstos na presente Lei não se aplicam aos créditos constituídos em razão da prática de crime contra a ordem tributária.

Art. 6º — Os contribuintes com débitos já parcelados administrativamente ou no bojo de execuções fiscais municipais, poderão aderir ao REFIS no que tange ao saldo remanescente, apurado de acordo com a porcentagem paga do valor devido, mediante pagamento à vista ou novo parcelamento, desde que não tenham auferido benefício do desconto de juros e multa no parcelamento anterior.

Art. 7º — O gozo dos benefícios instituídos por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, seja a que título for, sendo que seus efeitos não retroagirão em hipótese alguma.

Art. 8º — Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 9º — Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

Lebon Regis

PREFEITURA

CONTRATO N 9/2015 - HMMSA

"Resumo de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO

LEBON RÉGIS

Contrato no. 9/2015

CONTRATANTE: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

CONTRATADA: ALDORI DE SOUZA BÉLLI.

CPF: 296.481.739-15

Objeto: Prestação de serviços de pedreiro em reforma de quartos e banheiros do setor de enfermagem do Hospital.

Valor: R\$ 6.000,00 (Seis mil Reais)

Vigência: 21/09/2015 à 25/10/2015.

Recursos Orçamentários: 2.065.3390.36.22.00.00-302(1.02) e 338(1.38).

Lebon Régis, 21 de Setembro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

Leoberto Leal

PREFEITURA

ERRATA DECRETO N.º 106/2015

ERRATA DE PUBLICAÇÃO
DECRETO N.º 106/2015

Considerando erro de digitação na publicação do Decreto Municipal n.º 106/2015, realizada no Diário Oficial dos Municípios, publicada na Edição n.º 1831, de 21 de setembro de 2015, p. 267, retifica-se a referido Decreto nos seguintes Termos:

DECRETO Nº 106, DE 19 DE SETEMBRO DE 2015.

Onde se lê:

“DECLARA EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL AFETADAS POR TEMPORAL – COBRADE 1.3.2.1.4 E COM QUEDA DE GRANIZO – COBRADE 1.3.2.1.3, CONFORME IN/MI 01/2012”

Leia-se:

“DECLARA EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL AFETADAS POR CHUVAS INTENSAS – COBRADE 1.3.2.1.4, CONFORME IN/MI 01/2012”

Onde se lê:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como temporal – COBRADE 1.3.2.1.4 e com queda de granizo – COBRADE 1.3.2.1.3, conforme IN/MI Nº 01/2012.

Leia-se:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como chuvas intensas – COBRADE 1.3.2.1.4, conforme IN/MI Nº 01/2012.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

TIPO: “Menor Preço por Item”. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 018/2015. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 07 de outubro de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoaleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 32681212. Em 23/09/2015. ROBERTA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2015

Tipo: “Menor Preço por Item”, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para os veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 042/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 16h30min (dezesseis horas e trinta minutos), do dia 07 de outubro de 2015. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 23/09/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Leoberto Leal
Edital do Processo Seletivo nº 002/2015
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal homologa e torna pública a Lista dos Candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital do Processo Seletivo nº 002/2015.

FISIOTERAPEUTA PARA ATUAR NO NASF		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
13	Claire Mari de Souza T. Feliciano.	063.409.889-62
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

FONOAUDIÓLOGO PARA ATUAR NO NASF		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
05	Zuleide Adelaide da Silva	546.575.807-44
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

NUTRICIONISTA PARA ATUAR NO NASF		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
07	Cristina Helena Ferreira Biagi	044.688.429-46
04	Marcio Jose de Tofol	622.843.809-30
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

ENFERMEIRO		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
02	Priscila Gabriela da Cunha	037.613.459-33
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

ODONTÓLOGO		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
11	Rafaela Macedo Dias	066.102.309-51
12	Rafael Weber Rosa	007.783.070-93
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

ATENDENTE DE SAÚDE PÚBLICA		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
08	Ana Luzia de Aguiar	071.870.999-32
03	Ana Maria Batista	054.185.799-16
15	Cleiton Brambila	059.185.639-54
06	Diovana De Freyn	091.208.439-17

14	Lucas Bauer Marian	105.085.439-08
10	Maiara Hoffmann Heinz	108.426.779-92
09	Mayara Terezinha Francisco	097.968.489-70
01	Sarah Alves Espezim de Souza	096.958.959-05
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 08		

Comunica ainda que as Provas serão realizadas às 09h00min do dia 26 de setembro de 2015, nas dependências da Escola de Educação Básica Bertino Silva, no centro da Cidade de Leoberto Leal.

Leoberto Leal, 24 de setembro de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Leoberto Leal

Edital do Processo Seletivo nº 003/2015

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS DO PROCESSO SELETIVO

001 - Professor de Educação Infantil (Prof. II – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
02	Aliandre Luzia Lohn	049.422.209-39
14	Iana Martina Knaul	093.174.879-80
15	Dalvana R. Knaul Dell'Agnolo	052.683.799-33
17	Marisete Maria de Souza Marian	867.993.049-00
19	Michele Carla Marian Hoffmann	043.275.809-70
30	Marlene Kreusch	069.284.369-80
40	Ana Paula Eger	059.027.949-19
42	Rúbia Regina Kreusch	987.585.439-53
49	Patrícia Aparecida Krauze	080.089.079-59
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 09		

002 - Professor de Educação Infantil (Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
09	Geise Huguen	102.381.089-10
20	Inadri Hilleshein	095.060.339-27
21	Elis Regina Schovinder Machado	089.827.449-40
25	Rosângela das Graças Lopes	624.933.299-58
28	Rosemary da Silva Franzen	915.711.549-49
29	Diovana De Freyn	091.208.439-17
32	Bianca Maria Tholl Cognaco	093.082.999-98
36	Rosilene Krauze	038.390.489-74
37	Bruna Maria da Cunha	102.337.529-00
39	Ana Paula Linhares	099.800.229-14
43	Daiana Herhardt	096.654.599-02
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 11		

003 - Professor de Educação Infantil (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
01	Joelcio Mikaliski	082.249.289-00
03	Maiara Hoffmann Heinz	108.426.779-92
12	Ana Maria Batista	054.185.799-16
34	Ana Luzia de Aguiar	071.870.999-32
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 04		

004 - Professor de Anos Iniciais (Prof. II – Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
07	Beatriz Clasen	095.029.879-42
11	Djeni Knis	085.024.429-37
13	Eliza Leal	091.104.129-05
18	Irivaldo Jesus Knis	020.536.149-86
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 04		

005 - Professor de Anos Iniciais (Cursando Licenciatura Plena na Área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF

23	Joel Leal	098.177.379-69
41	Elizamar Hoffmann Frutuoso	034.756.849-18
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

006 - Professor de Anos Iniciais (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
24	Maristela Lopes Kertzendorff	098.316.389-80
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

007 - Professor de Educação Física (20 h/semanais – licenciatura plena na área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
16	Cláudia Becker da Cunha	044.184.409-09
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

008 - Professor de Educação Física (20 h/semanais – cursando licenciatura plena na área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
26	Daniela Vermöhlen	012.131.849-40
35	Vorli José Guchert Júnior	080.865.459-46
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

009 - Professor de Educação Física (40 h/semanais – licenciatura plena na área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
33	Vinicius Guchert	053.636.939-92
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

010 - Professor de Educação Física (40 h/semanais – cursando licenciatura plena na área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
38	Ana Cleide Back	097.294.689-66
48	Simone de Oliveira	065.528.719-10
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

030 - Professor de Inglês (cursando licenciatura plena na área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
08	Camila Coelho	066.779.739-48
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

031 - Professor de Inglês (Prof. Leigo – Ensino Médio)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
47	Charles Knaul	069.652.319-12
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

033 - Professor de Educação Especial (cursando licenciatura plena na área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
45	Drielli Jaciara Back	091.415.499-02
46	Luciane Maria Franzen	952.291.169-00
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 02		

035 - Professor Substituto (Prof. Nível II – licenciatura plena na área)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
27	Patrícia Carmisini Franzen	054.304.829-27
44	Djanie Carla Kreusch	898.312.099-15
50	Maria Albertina Hoffmann	221.570.429-20
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 03		

038 – Instrutor de Informática (Graduação na área de informática)		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
22	Helvis Hercílio de Souza	039.089.569-51
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 01		

041 – Auxiliar de Serviços Gerais		
Nº da Inscrição	Nome do Inscrito	CPF
04	Ana Cláudia André	101.841.339-12
05	Sarah Alves Espezim de Souza	096.958.959-05
06	Evani Kreusch Farias	007.750.589-12
10	Patrícia Mari da Silva	050.690.319-29

31	Alini Zimmermann	083.622.679-84
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS: 05		

Leoberto Leal, 24 de setembro de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

PL 084/2015 - LE 001/2015 - ALIENAÇÃO DOS BENS MÓVEIS (VEÍCULOS) - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 084/2015 - PML

Edital de Leilão nº 001/2015 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade LEILÃO PRESENCIAL.

OBJETO: Leilão Público para a alienação dos bens móveis (veículos) descritos no instrumento convocatório, no estado em que se encontram e pela melhor oferta.

REGIMENTO: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; os Decretos Municipais nº 921/2007 e 918/2008, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CREDECIAMENTO: até às 09 horas do dia 14 de outubro de 2015.

SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: às 09h do dia 14 de outubro de 2015.

PORTARIA 001/2015/SMSBES COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA

PORTARIA Nº 001/2015/SMSBES

"CRIA A COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E NOMEIA SEUS MEMBROS".

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STRÖHER, no exercício de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a necessidade de formulação e implementação das políticas relacionadas à seleção, aquisição, prescrição e dispensação de produtos farmacêuticos do Sistema Único de Saúde, no âmbito do Município de Luzerna(SC),

RESOLVE:

Art.1º - Criar a COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA, em caráter consultivo e deliberativo, com a finalidade de selecionar medicamentos essenciais a serem utilizados no Sistema Único de Saúde do Município de Luzerna(SC).

Parágrafo Único - A natureza, finalidade, atribuições, composição e funcionamento serão estabelecidos no Regimento Interno da COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA.

Art.2º- Nomear os seguintes representantes para compor a COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA para o Sistema Único de Saúde do Município de Luzerna(SC):

Médicos: MARIA CRISTINE ANTELO BENDER

ERLO LUTZ

Farmacêuticas: PATRICIA TEDESCO

GIOVANA PAZINI DIEHL

Enfermeira: ALESSANDRA DAROS NUNES

Dentistas: SIMONE VOLPATO FABRO

THÁBITA ISIS MASCARELLO

Secretário: WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de setembro de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

Secretário de Saúde e Bem Estar Social

Macieira

PREFEITURA

EDITAL DE CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº002/2015

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma do Edital Nº 001/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Macieira/SC, CONVOCA todos os eleitores do município para participar da ELEIÇÃO QUE DEFINIRÁ OS NOVOS MEMBROS DO conselho tutelar do município de macieira/SC.

1. A eleição ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00 às 15 horas, nos locais abaixo estabelecidos:

LOCAIS DE VOTAÇÃO URNAS RECEPTORAS	SEÇÕES ELEITORAIS EQUIVALENTES ÀS DA JUSTIÇA ELEITORAL
Escola Municipal Pequenos Brilhantes	Todos os eleitores da escola Albina Mosconi
Escola Municipal Prof. Candida Bertotto Zucatti	Todos os eleitores das comunidades do interior do município.

1.1.Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezesseis anos inscritos como eleitores no município devidamente cadastrados na Justiça Eleitoral até 90 dias;

1.2.O voto é facultativo para todos;

1.3.Para o exercício do voto,o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento oficial de identidade com foto;

1.4.Cada eleitor poderá votar em apenas 01 (um) candidato;

1.5.Não será permitida a votação por procuração;

2. Os candidatos a membros do Conselho tutelar são:

17- Andréia Aparecida Santos Zimmer

09- Angela Castilho da Silva

14- Angela Margarida Trindade Antunes

12- Esther Barichello Tasca

18- Josiane Vittorazzi Favarin

16- Leida Castanheiro Maurina

05- Leidimara Recalcatti

13 -Luciane Aparecida de Oliveira

10 -Luciane Eloy de Andrade-Luciane do mecânico

01 -Solange dos Santos

11- Sueli de Oliveira

Macieira, 23 de setembro de 2015.

Comissão do CMDCA

PUBLICAÇÃO

RESUMIDA

CONTRATO

ADMINISTRATIVO Nº 0007/2015 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0006/2015.

Pregão Presencial nº 0004/2015.

Contrato Administrativo nº 0004/2015.

Objeto: Contratação de empresa com profissional qualificado (mecânico) para a recuperação do veículo Ford Transit, placas MIF 2337, ano e modelo 2010, conforme especificações e quantitativos do Anexo I do Edital.

Contratada: MECÂNICA ZAGO SB LTDA.

Vigência do Contrato: Até 31 de dezembro de 2015.

Valor Global: R\$ 14.612,25 (quatorze mil seiscentos e doze reais e vinte e cinco centavos).

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 17 de setembro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

PUBLICAÇÃO

RESUMIDA

CONTRATO

ADMINISTRATIVO Nº 0034.2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato Administrativo nº 0034/2015. Objeto: A prestação de serviços compreende o fornecimento, configuração e manutenção de Link de internet, para atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura na velocidade de 01 MB e para atendimento à Secretaria Municipal de Infra-estrutura (garagem da Prefeitura), com a velocidade de 02 MB. Contratada: C.S. NET INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA. Valor total da mensalidade: R\$ 167,00 (cento e sessenta e sete reais).

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente após a emissão de Nota Fiscal.

Macieira, 15 de setembro de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 18/2015

RESOLUÇÃO Nº 18/15, de 23 de setembro de 2015.

PRORROGA PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Eder Gielgen, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

ART. 1º Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Resolução nº 04 de 25 de fevereiro de 2015, tendo em vista decisão aprovada em plenário na sessão ordinária do dia 22.09.2015.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 23 de setembro de 2015.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 50/2015 - IN

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Inexigibilidade de Licitação nº 50/2015

O Município de Maracajá torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 50/2015 – Inexigibilidade de Licitação, referente Contratação de empresa especializada na execução de calçadas com blocos de concreto na Escola Eulalia Oliveira de Bem, localizada na Rua Antonio Manoel da Rocha, nº 1088, Espigão Grande, no município de Maracajá – SC, em conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA CNPJ nº 05.763.785/0001-78

Valor: 11.299,38 (onze mil duzentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos)

Base Legal: Art. 24, inciso I da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993

Justificativa: A inexigibilidade de licitação, deve ser realizado pois de acordo com as planilhas orçamentária da obra, constatou-se que a média de preços apurada esta dentro do limite previsto no Art 24, inciso I da lei de licitações e suas posteriores alterações, sem a premente necessidade e proceder à abertura de processo administrativo de licitação, vez que o valor orçado, não ultrapassou o valor estabelecidos em lei

Maracajá/SC, 11 de setembro de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 94/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 94/2015

Contratante: Município de Maracajá,

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Objeto: execução de calçadas com blocos de concreto na Escola Eulalia Oliveira de Bem, localizada na Rua Antonio Manoel da Rocha, nº 1088, Espigão Grande, no município de Maracajá – SC, em conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma anexo e Termo de Compromisso PAC 204533/2013/FNDE.

Valor: R\$ 11.299,38 (onze mil duzentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos)

Vigência: 15/09/2015 a 14/09/2015

Maracajá, 15 de setembro de 2015.

Wagner da Rosa
Contratante.

Reginaldo Jeremias
Contratado.

Marema

PREFEITURA

DECRETO Nº 118 /2015

DECRETO Nº 00118 /2015

De 24/08/2015

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO FNDE PROINFANCIA, NO EXERCÍCIO DE 2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.059/2014 DE 002 de dezembro 2014.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decreta a utilização por excesso de arrecadação referente RECURSOS FINANCEIROS PROINFANCIA – FNDE – FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, no comparativo do valor da provável arrecadação REF. arrecadação conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 19.937,56 (Dezenove Mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Art. 2º-Com os Recursos Advindos do Art. 1º deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido 110

Código	Secretaria/departamento	
05.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
funcional	Proj./ativ.	descrição
12.365.1201	2.038	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL.
Modalidade	Fonte	Dotação
33.90000	1.137	19.937,56

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 24 de agosto de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Silvano Ciro Piasieski

Func. Designado

DECRETO Nº 122 /2015

DECRETO Nº 0122 /2015

De 31/08/2015

"DECRETA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.059/2014 de 02 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - A suplementação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 41.000,00 (Quarenta e um mil reais), na seguinte programação de despesa:

Reduzido 32

Código	Secretaria/departamento	
05.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
funcional	Proj./ativ.	descrição
12.365.1201	2.038	Manutenção Das Atividades Educ. Infantil
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.01	11.000,00

Reduzido 35

Código	Secretaria/departamento	
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.1001	2.026	Manutenção Das Atividades Saudel
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.93.00.00	10.01	30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 34

Código	Secretaria/departamento	
05.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
funcional	Proj./ativ.	descrição
12.365.1201	2.038	Manutenção Das Atividades Educ. Infantil
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.01	11.000,00

Reduzido 06

Código	Secretaria/departamento	
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.1001	2.026	Manutenção Das Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	10.01	30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 31 de agosto de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

DECRETO Nº 123/2015

DECRETO Nº 0123/2015

De 01/09/2015

"DECRETA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.059/2014 de 02 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - A suplementação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), na seguinte programação de despesa:

Reduzido 35

Código	Secretaria/departamento	
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.1001	2.026	Manutenção Das Atividades Sautdel
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.93.00.00	10.01	30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 06

Código	Secretaria/departamento	
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.1001	2.026	Manutenção Das Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	10.01	30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 01 de setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

CONTRATO FMAS N 012/2015

MINUTA

Contrato nº: 012/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: ADEVAL BIKE PAPELARIA E BAZAR LTDA ME

Finalidade: Aquisição de Alimentos, Produtos de Limpeza, Material Escolar, Permanente, utilitários e cursos para atendimento a programa no Departamento de Assistência Social

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório FMAS nº 003/2015 –Pregão Presencial/FMAS nº 002/2015

Valor Total: R\$ 2.796,08 (Reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 18 de Setembro de 2015.

CONTRATO FMAS Nº 013/2015

MINUTA

Contrato nº: 013/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: CTR ALIMENTOS LTDA ME

Finalidade: Aquisição de Alimentos, Produtos de Limpeza, Material Escolar, Permanente, utilitários e cursos para atendimento a programa no Departamento de Assistência Social

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório FMAS nº 003/2015 –Pregão Presencial/FMAS nº 002/2015

Valor Total: R\$ 2.312,50 (Reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 18 de Setembro de 2015.

Marcos Pedro Batistel

Prefeito

CONTRATO FMAS Nº 014/2015

MINUTA

Contrato nº: 014/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME Finalidade: Aquisição de Alimentos, Produtos de Limpeza, Material Escolar, Permanente, utilitários e cursos para atendimento a programa no Departamento de Assistência Social

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório FMAS nº 003/2015 –Pregão Presencial/FMAS nº 002/2015

Valor Total: R\$ 7.093,40 (Reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 18 de Setembro de 2015.

Marcos Pedro Batistel

Prefeito

CONTRATO FMAS Nº 015/2015

MINUTA

Contrato nº: 015/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA ME

Finalidade: Aquisição de Alimentos, Produtos de Limpeza, Material Escolar, Permanente, utilitários e cursos para atendimento a programa no Departamento de Assistência Social

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório FMAS nº 003/2015 –Pregão Presencial/FMAS nº 002/2015

Valor Total: R\$ 7.643,50 (Reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 18 de Setembro de 2015.

Marcos Pedro Batistel

Prefeito

CONTRATO FMAS Nº 016/2015

MINUTA

Contrato nº: 016/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: MB CATARINENSE LTDA ME

Finalidade: Aquisição de Alimentos, Produtos de Limpeza, Material Escolar, Permanente, utilitários e cursos para atendimento a programa no Departamento de Assistência Social

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório FMAS nº 003/2015 –Pregão Presencial/FMAS nº 002/2015

Valor Total: R\$ 7.140,50 (Reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 18 de Setembro de 2015.

Marcos Pedro Batistel

Prefeito

CONTRATO FMAS Nº 017/2015

MINUTA

Contrato nº: 017/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: SHOPPING DO REAL COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA ME

Finalidade: Aquisição de Alimentos, Produtos de Limpeza, Material Escolar, Permanente, utilitários e cursos para atendimento a programa no Departamento de Assistência Social

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório FMAS nº 003/2015 –Pregão Presencial/FMAS nº 002/2015

Valor Total: R\$ 4.183,50 (Reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 18 de Setembro de 2015.

Marcos Pedro Batistel

Prefeito

CONTRATO FMAS Nº 018/2015

MINUTA

Contrato nº: 018/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: SUPERMERCADO MAREMA LTDA ME

Finalidade: Aquisição de Alimentos, Produtos de Limpeza, Material Escolar, Permanente, utilitários e cursos para atendimento a programa no Departamento de Assistência Social

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório FMAS nº 003/2015 –Pregão Presencial/FMAS nº 002/2015

Valor Total: R\$ 6.398,98 (Reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 18 de Setembro de 2015.

Marcos Pedro Batistel

Prefeito

CONTRATO N. 082/2015

Minuta

CONTRATO: 082/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: MARCENARIA SULAR LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA A ESCOLA D EDUCAÇÃO INFANTIL DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO

E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PUBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFANCIA TIPO "C".

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 7.366,00 (reais).

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema, 21 de setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 083/2015

Minuta

CONTRATO: 083/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: EKIPSUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA A ESCOLA D EDUCAÇÃO INFANTIL DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PUBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFANCIA TIPO "C" – TERMO DE COMPROMISSO 68401.

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 856,20 (reais).

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema, 21 de setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 084/2015

Minuta

CONTRATO: 084/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: GESUL COMERCIAL LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA A ESCOLA D EDUCAÇÃO INFANTIL DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PUBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFANCIA TIPO "C" – TERMO DE COMPROMISSO PAR 201400623.

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 3.843,50 (reais).

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema, 21 de Setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 085/2015

Minuta

CONTRATO: 085/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA A ESCOLA D EDUCAÇÃO INFANTIL DO PROGRAMA NACIONAL DE REEESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PUBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFANCIA TIPO "C" – TERMO DE COMPROMISSO PAR 201400623.

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 3.079,00 (reais).

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema, 21 de Setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 086/2015

Minuta

CONTRATO: 086/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: MB CATARINENSE LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA A ESCOLA D EDUCAÇÃO INFANTIL DO PROGRAMA NACIONAL DE REEESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PUBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFANCIA TIPO "C" – TERMO DE COMPROMISSO PAR 201400623.

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 3.645,00 (reais).

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema, 21 de Setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

DECRETO N. 119/2015

Decreto n. 119/2015

de 24/08/2015

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 DO FMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.059/2014 DE 02 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2014 do MUNICIPIO DE MAREMA, na ordem de recursos com valor R\$ 149.636,54 (Cento e quarenta e nove mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

Art. 3º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Código	Secretaria/departamento			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
10.301.1001	2.058	MANUT. TRANSF. PARA SAÚDE / ESTADO		
Modalidade	Fonte	Dotação		
3.1.90.00.00	13.67	NASF 19	Reduzido 37	5.519,90
3.3.90.00.00	13.67	ASSIST. FARMAC. BASICA 23	Reduzido 38	7.121,63
33.90.00.00	13.67	ATENÇÃO BASICA/ ESTADO 22	Reduzido 39	32.654,63

Código	Secretaria/departamento			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
10.301.1001	2.032	MANUT. DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA		
Modalidade	Fonte	Dotação		
3.3.90.00.00	13.38	FARM. BASICA 13	Reduzido 40	9.510,49

Código	Secretaria/departamento			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
10.304.1001	2.031	MANUT. EM SAÚDE VIGILANCIA SANITÁRIA		
Modalidade	Fonte	Dotação		

33.90.00.00	13.38	VIG. SANIT. 15	Reduzido 41	16.359,00
Código	Secretaria/departamento			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
funcional	Proj./ativ.	fdescrição		
10.305.1001	2.030	MANUTENÇÃO EM SAUDE VIG. EPIDEMIOLOGICA		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	13.38	FARMACIA BASICA 13	Reduzido 42	9.133,26
Código	Secretaria/departamento			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
10.302.1001	2.029	MANUT. MAC. AMBUL. HOSP. E LIM. FINANCIAMENTO		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	13.38	MAC 17	Reduzido 43	63.785,95
Código	Secretaria/departamento			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
10.301.1001	2.026	MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90.00.00	03.02	DETAL. 0	Reduzido 44	1.500,00
33.90.00.00	03.02	DETAL. 0	Reduzido 45	1.723,76
Código	Secretaria/departamento			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
10.301.1001	2.028	MANUT. DAS ATIV. DE ATENÇÃO BASICA VARIÁVEL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
31.90.00.00	13.38	NASF 19	Reduzido 46	2.327,92

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito - SC, em 24 agosto de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

DECRETO N. 127/2015

DECRETO n. 127/2015

De 17/09/2015

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n.042/2015 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 018/2015, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.042/2015 na Modalidade de Pregão Presencial n. 018/2015, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em aquisição de mobiliário e equipamentos para escola infantil – Proinfância tipo “C”.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item 01,03 e 07 ao proponente vencedor GESUL COMERCIAL LTDA ME no valor de R\$ 3.843,50; o objeto do item 04, 05 e 08 ao proponente vencedor KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA no valor de R\$ 3.079,00; o objeto do item 02 e 06 ao proponente vencedor MB CATARINENSE LTDA ME no valor de R\$ 3.645,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de Setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 128/2015

DECRETO n. 128/2015

De 18/09/2015

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n.03/2015 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 02/2015, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.03/2015 na Modalidade de Pregão Presencial n. 02/2015, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em aquisição de produtos de artesanato, material de limpeza, material didático, material permanente e gêneros alimentícios para atendimento aos programas do Departamento Social.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto dos itens 19, 22, 26, 27, 31, 34, 35, 38, 39, 42, 45, 49, 50, 51, 55, 59, 61, 69, 70, 72, 98 ao proponente vencedor ADEVAL BIKE PAPELARIA E BAZAR LTDA EPP no valor de R\$ 2.796,08; o objeto dos itens 33, 36, 114, 115, 116, 117, 118 e 120 ao proponente vencedor CTR ALIMENTOS LTDA ME no valor de R\$ 2.312,50; o objeto dos itens 02, 03, 10, 11, 47, 53, 62, 63, 65, 73, 78, 89 e 93, ao proponente vencedor JP EQUIPAMENTOS LTDA ME no valor de R\$ 7.093,40; o objeto dos itens 01, 07, 09, 15, 16 e 99, ao proponente vencedor KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA ME no valor de R\$ 7.643,50; o objeto dos itens 05 e 06 ao proponente vencedor MB CATARINENSE LTDA ME, no valor de R\$ 7.140,50; o objeto dos itens 13, 18, 21, 30, 37, 40, 41, 43, 48, 52, 54, 56, 60, 66, 68, 71, 74, 75, 81, 83, 87, 92, 94, 106, 107, 108, 111 e 112 ao proponente vencedor SHOPPING DO REAL COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS no valor de R\$ 4.183,50; o objetos dos itens 17, 20, 23, 24, 25, 28, 29, 32, 44, 46, 57, 58, 64, 67, 77, 79, 80, 85, 86, 90, 91, 95, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 113, 119 e 125 ao Proponente vencedor SUPERMERCADO MAREMA LTDA ME, no valor de R\$ 6.398,46.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de Setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

DECRETO Nº 120/2015

Decreto nº 120/2015

24/08/2015

"DECRETA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO EXERCÍCIO DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.059/2014 de 02 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - A suplementação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
01.01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORE	
funcional	Proj./ativ.	descrição
01.101.2018	2.018	Manutenção Das Atividades Legislativas
Modalidade	Fonte	Dotação

3.3.90.00.00	01.00	10.000,00
--------------	-------	-----------

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

Código	Secretaria/departamento	
01.01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORE	
funcional	Proj./ativ.	descrição
01.101.2018	2.018	Manutenção Das Atividades Legislativas
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.00	10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de agosto de 2015.
MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Servidor Designado

DECRETO Nº 124/2015

Decreto nº 124/2015

De 10 de Setembro de 2015.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL E A CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Considerando a conclusão dos trabalhos de responsabilidade da empresa contratada para organizar, coordenar e executar o Concurso Público nº 001/2015; Considerando a publicação de todos os resultados e exauridas todas as possibilidades de recurso em face administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final e a classificação definitiva do Concurso Público nº 001/2015, conforme consta nos quadros em anexo.

II – Portadores de Necessidades Especiais – PNE:

Não houve inscritos na condição de portadores de necessidades especiais presentes no dia da prova do concurso público.

III – Somente constam neste Decreto os concorrentes que foram aprovados e classificados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de Setembro de 2015.
MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Funcionário Designado

CARGO: ENFERMEIRO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA C.G	NOTA C.E	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
000393	SELIS MARA VICENZI MANTELLI	26	48	7,4	1ºLUGAR
000387	DIEGO POZZER	36	36	7,2	2ºLUGAR
000480	ANGÉLICA PAULA PARAVISI	29	40	6,9	3ºLUGAR
000384	FRANCIELE REGINA BASSO	28	40	6,8	4ºLUGAR
000512	MICHELLE BRESCOVITE	32	32	6,4	5ºLUGAR
000478	RAQUEL GRACIANI	23	40	6,3	6ºLUGAR
000407	LUCIANE MARIA LUNARDI	27	36	6,3	7ºLUGAR
000527	MARILUCI NEISS	31	32	6,3	8ºLUGAR
000434	CAMILA SOLIGO BERNARDI	26	36	6,2	9ºLUGAR

000535	MARIELI DA FONSECA	21	40	6,1	10ºLUGAR
000531	ALINE CRISTINA DA ROSA	24	36	6,0	11ºLUGAR
000416	MORGANA MAURA BRUM GRADE	36	24	6,0	12ºLUGAR
000390	LETICIA APARECIDA TURATTI	27	32	5,9	13ºLUGAR
000469	VANESSA APARECIDA GASPARIN	30	28	5,8	14ºLUGAR
000391	SIMONE BAGGIO	24	32	5,6	15ºLUGAR
000424	FRANCIELI MARIA GABIATI	24	32	5,6	16ºLUGAR
000366	DANI FELIPE DE SOUZA PINTO	19	36	5,5	17ºLUGAR
000396	NATANIELE MORETTO	27	28	5,5	18ºLUGAR
000541	SUELYN PAULA GUARNIERI MARAFON	18	36	5,4	19ºLUGAR
000408	NAUANE SUELEN ZANATTA	26	28	5,4	20ºLUGAR
000369	JUCELI NESPOLO	25	28	5,3	21ºLUGAR
000540	ARIANE FATIMA DEGGERONI	12	40	5,2	22ºLUGAR
000372	CHEILA DE PICOLI	16	36	5,2	23ºLUGAR
000439	JESSICA VANESSA CORRADI DALAZEN	20	32	5,2	24ºLUGAR
000376	THAISE CARINA XAVIER	24	28	5,2	25ºLUGAR
000365	RENATA TRIANA RODRIGUES BIANCHI	14	36	5,0	26ºLUGAR
000507	MAIARA ARIANE NICHEL	26	24	5,0	27º LUGAR
000386	MARIZETE PAVELSKI SPRANDEL	12	36	4,8	***
000386	MARIZETE PAVELSKI SPRANDEL	12	36	4,8	***
000374	DULCE ANDREIA DE OLIVEIRA	20	28	4,8	***
000373	ALINE FAVERO	24	24	4,8	***
000486	JÉSSICA CARLETI MATTANA	24	24	4,8	***
000459	VIVIANE CASSANELLI	27	20	4,7	***
000420	ELOISA APARECIDA PIRES	16	28	4,4	***
000521	KELYN PROVENCY MACHADO	15	28	4,3	***
000519	JAQUELINE DOS REIS TIGRE	19	24	4,3	***
000495	GRACIELLE ARIENTI ORLANDIN	23	20	4,3	***
000504	VICENTE LUCAS MORAES MACHADO	18	24	4,2	***
000484	JUCIMARI DÁVILA BASEI	22	20	4,2	***
000448	BRUNA VALMORBIDA	13	28	4,1	***
000496	LARISSA FÜHR	12	28	4,0	***
000419	KÁSSIA KOLOSCKE	20	20	4,0	***
000443	ELIANE DE ARAUJO	15	24	3,9	***
000481	GISLAINE BOSCHETTI DA CAMPO	16	20	3,6	***
000450	JOÃO VANDERLEI FELISBINO	***	***	***	***
000394	PAOLA CRISTINA CERATTO	***	***	***	***
000402	TAIZA DAL PIAN	***	***	***	***
000432	TALUANI SOFIA DO NASCIMENTO	***	***	***	***
000425	THAYS BIEGER	***	***	***	***
000368	VALDECI GARCIA	***	***	***	***

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA C.G	NOTA C.E	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
000422	DEBORA BIASUS	30	52	8,2	1ºLUGAR
000498	FABIANO VICELLI DELLA BETHA	26	52	7,8	2ºLUGAR
000460	CLEODESON GATTI	33	36	6,9	3ºLUGAR
000456	ÉMERSOM LUIZ BODANEZE JUNIOR	30	32	6,2	4ºLUGAR
000440	AMANDA CAMILA MARINELLO	21	40	6,1	5ºLUGAR
000370	FABIANO ALVES DA ROSA	29	24	5,3	6ºLUGAR
000389	WELTON MORESCHI	27	24	5,1	7ºLUGAR
000388	JÉSSICA MARTINS DE QUADROS	18	32	5,0	8ºLUGAR
000436	LADY DIANA CARDOSO	16	32	4,8	***
000483	FABIANE BRANCALIONE	20	28	4,8	***
000542	CACIO ANDRE NERVIS	24	16	4,0	***
000392	THAIS FERNANDA MANICA	21	20	4,1	***
000477	DENIMERSIO FOSSA	16	24	4,0	***
000403	LEANDRO CHITOLINA	19	16	3,5	***
000515	MILLER DANI FLECK BATISTA	14	20	3,4	***
000490	FERNANDA GRAZIELA CAREGNATTO	16	16	3,2	***
000463	THAIS MONIQUE CHITOLINA DONZELLI	19	12	3,1	***
000406	FILIPPE DA SILVA PEREIRA GEMINIANO	14	8	2,2	***
000458	RODRIGO ANTONIO BELLAVER	8	8	1,6	***
000501	EDIVAN CARLOS ZILLI	***	***	***	***

000413	JULIANA KUSMIRCZUCK	***	****	***	***
000367	LIGIA CHITOLINA	***	***	***	***
000400	PAULO HENRIQUE VIEIRA	***	***	***	***

CARGO: FISIOTERAPEUTA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA C.G	NOTA C.E	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
000494	FERNANDO BEHLING	31	48	7,9	1º LUGAR
000397	MARIELI CRISTINA VAZATTA	26	52	7,8	2º LUGAR
000548	SILVANE TEREZA CHIODI	23	48	7,1	3º LUGAR
000444	ANGÉLICA GRIS	31	40	7,1	4º LUGAR
000433	ALINE STRAIT DE OLIVEIRA	18	52	7,0	5º LUGAR
000476	CARINA PAULA CERATTO	25	44	6,9	6º LUGAR
000385	DAIANE MANOELA ROSINA	24	40	6,4	7º LUGAR
000454	JUCIANE SANDRA WEHNER	24	40	6,4	8º LUGAR
000556	EVANIR TEREZINHA DE ALMEIDA MARQUES	26	36	6,2	9º LUGAR
000375	ÍSIS DAIANE MUSSIO	25	36	6,1	10º LUGAR
000452	ANDRÉIA MARTINS RIBEIRO	24	36	6,0	11º LUGAR
000378	MARIELE MATILDE ZANELLA	24	32	5,6	12º LUGAR
000417	MARIANA ROSSETTO	22	32	5,4	13º LUGAR
000437	CARLA REGINA BIANCHET	12	36	48	***
000513	EDILAINE RAMOS DO AMARAL	19	28	47	***
000551	CAROLINE VEIGA SILVA	10	32	42	***
000522	BRUNA BES	15	24	39	***
000492	TATIELE BRESSAN SIGNORI	20	20	40	***
000465	ANA PAULA CANTELE	***	***	***	*****
000532	MARINA BETANIA PEGORARO	***	***	***	***
000418	PRISCILA ROBERTA RECK	***	***	***	***

CARGO: MERENDEIRA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA C.G	NOTA C.E	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
000529	PASCOINA RAMPAZZO	34	44	7,8	1º LUGAR
000554	ROSANGELA APARECIDA VIEIRA	25	52	7,7	2º LUGAR
000364	SIRLEI INES GEWEHR TONETTI	29	44	7,3	3º LUGAR
000466	JOVANA SANDRA SOTTILI	28	40	6,8	4º LUGAR
000508	LUIZA DE FATIMA CONCARI	21	44	6,5	5º LUGAR
000547	IVONE DIAS	***	***	****	****

CARGO: OPERADOR

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA DA PROVA OBJETIVA (valendo 5)	NOTA DA PROVA DE PRÁTICA (valendo 5)	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000550	RAFAEL CUNICO	2,75	5,0	7,75	1º Lugar
000555	VANDERLEI LUNARDI	2,55	4,0	6,55	2º Lugar
000415	ADONES BALLERINI	3,45	3,0	6,45	3º Lugar
000503	GIOVANI PAGNONCELLI	3,30	2,50	5,80	4º Lugar
000409	LUAN JUNIOR NESPOLO	2,90	2,75	5,65	5º Lugar
000518	MICHEL SEIDLER JEREMIAS	2,85	2,0	4,85	6º Lugar
000530	NELIO JEAN BAU	2,80	2,0	4,80	7º Lugar

MOTORISTA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA DA PROVA OBJETIVA (valendo 5)	NOTA DA PROVA PRÁTICA (valendo 5)	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000430	MARCELO BISON	2,85	3,50	6,35	1º Lugar
000517	ROSEMIR DONZELLI	2,55	3,75	6,30	2º Lugar
000516	IVAN DE BORBA DA SILVA	3,70	2,50	6,20	3º Lugar
000467	MARCELO MATTIELLO	2,65	3,00	5,65	4º Lugar

PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA C.G	NOTA C.E	NOTA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
000371	MAGALI TERRIBELE	20	44	1,045	5,53	1º LUGAR
000505	MARISTELA RAMPAZZO	14	24	2,0	4,66	***

000506	TATIANE ECCO FAVETTI	19	36	0,50	4,35	***
000538	ELIZETE MOREIRA	16	32	0,50	3,86	***
000514	PATRICIA PERCIO	25	20	0,65	3,80	***
000524	TATIANE SINISKI	17	24	0,70	3,57	***
000457	CRISTIANE BISON	15	16	===	2,52	***
000442	JULIANE ZANCHIN	17	16	===	2,31	***

PROFESSOR DE INGLÊS

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA C.G	NOTA C.E	NOTA - TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000431	TEREZINHA CHITOLINA SIVIERO	19	28	2,0	5,29	1º LUGAR

CARGO: VIGIA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA C.G	NOTA C.E	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
000455	SANDRO BELLAVER	30	56	8,6	1º LUGAR
000453	ADILSON PERUZZO	25	60	8,5	2º LUGAR
000543	VILSON PEROTTO	33	52	8,5	3º LUGAR
000412	VALDAIR FRANCISCO CHITOLINA	29	52	8,1	4º LUGAR
000497	MAURICIO BRUM GUBERT	20	60	8,0	5º LUGAR
000435	VALDOMIRO RODRIGUES DOS SANTOS	03	20	2,3	***
000447	MARCOS MAGNAN	***	***	***	***
000528	VANDERLEI ANTUNES DOS SANTOS	***	***	***	***

DECRETO Nº. 121/2015

DECRETO nº. 121/2015

De 31/08/2015

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL LISIANE REGINA ZANOTTO EXERCENDO O CARGO DE ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 – Estatuto dos Servidores Públicos. CONSIDERANDO pedido efetuado pela servidora.

DECRETA

Art. 1º - A exoneração a pedido da Servidora Público Municipal LISIANE REGINA ZANOTTO na função de ASS ADMINISTRATIVA, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Marema, 31 de agosto de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

DECRETO Nº. 125/2015

DECRETO nº. 125/2015

De 14/09/2015

NOMEIA MARISTELA RAMPAZZO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CORDENADORA DE CRECHE - CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II – QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 036/2014 DE 19.02.2014 EM COMPLEMENTO DA LEI 040/2014 DE 10/12/2014 DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração

DECRETA

Art. 1º - A nomeação de MARISTELA RAMPAZZO na função de COORDENADORA DE CRECHE, Cargo em Comissão de Livre nomeação e exoneração – 40 horas, no Departamento Municipal de Educação/Creche Municipal, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19.02.2014, em complemento da Lei 040/2014 de 10.12.2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

DECRETO Nº. 126/2015

DECRETO nº. 126/2015

De 14/09/2015

NOMEIA ANDREIA TONIAZZO MORO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE SETOR – CC-05 - CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II – QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 036/2014 DE 19.02.2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração

DECRETA

Art. 1º - A nomeação de ANDREIA TONIAZZO MORO na função de CHEFE DE SETOR – CC -05, Cargo em Comissão de Livre nomeação e exoneração – 40 horas, no Departamento Municipal de Assistência Social, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19.02.2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

DECRETO Nº. 129/2015

DECRETO nº. 129/2015

De 18/09/2015

NOMEIA JANETE TEREZINHA TESTA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO – CC-10 - CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II – QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 036/2014 DE 19.02.2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração. CONSIDERANDO a necessidade de contratação emergencial devido a falta de pessoal aprovado em concurso e teste seletivo 2015.

DECRETA

Art. 1º - A nomeação de JANETE TEREZINHA TESTA na função de ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO – CC -10, Cargo em Comissão de Livre nomeação e exoneração – 40 horas, no Departamento Municipal de Assistência Social, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19.02.2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 15/09/2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

PORTARIA Nº 125/2015

Portaria nº 125/2015

De 09/09/2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MARILETE MARIA RAMPAZZO MAROSTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado medico do Dra. JEAN TISSIANI CRM/SC 11.665 dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora.

D E C I D E

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde por um período de 15 dias a Servidora Pública Municipal MARILETE MARIA RAMPAZZO MAROSTICA, a contar a partir de 09 de setembro de 2015 a

23 de setembro de 2015.

Parágrafo Único – O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registra do e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº126/2015

Portaria nº126/2015

De 09/09/2015

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR EVERTON CERATTO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NO SEMESTRE RELATIVO AO PERÍODO 27/02/2015 A 27/08/2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 6 da Lei Municipal n. 036/2014 de 19 de fevereiro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º - Homologar a avaliação funcional do Servidor Público Municipal EVERTON CERATTO com carga horária de 40 horas semanais, na função de MOTORISTA em função da pontuação recebida, considerando APROVADO no semestre relativo ao período de 27/02/2015 A 27/08/2015. SEXTA.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 09 de setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Setor Recursos Humanos

PORTARIA Nº127/2015

Portaria nº127/2015

De 09/09/2015

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVERTON CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Conclusão de ensino médio devidamente registrado no órgão competente.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal, EVERTON CERATTO gratificação por grau de instrução de nível de conclusão de ensino médio, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 09 de setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

Massaranduba

PREFEITURA

ATA Nº 05.2015 (FMS) - AQUISIÇÃO DE AVIAMENTOS PARA OS GRUPOS DE SCFV DO CRAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015

Processo Licitatório Nº 09/2015

Pregão Presencial Nº 05/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Ao quarto dia do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 4673, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.743.462/0001-61, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório nº 09/2015 - Pregão Presencial nº 05/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de diversos materiais de artesanato para os grupos de convivência familiar e fortalecimento de vínculos do CRAS do município de Massaranduba (SC), para atender a demanda do Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO, neste ato representado por IMELDE ZANELLA	83.618.751/0001-01
BONA GENTE COMERCIAL LTDA, neste ato representado por WILSON DE ANDRADE	01.150.822/0001-11
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, neste ato representado por GENUIR KUREK	21.304.312/0001-69

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação: aquisição de diversos materiais de artesanato para os grupos de convivência familiar e fortalecimento de vínculos do CRAS do município de Massaranduba (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

ITEM	EMPRESA	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	PLUMANTE DE FIBRA SILICONADA. FAMÍLIA DA MANTA ACRÍLICA, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER. VALOR POR QUILO. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 10 KG. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	SANTA FÉ	60	R\$ 18,70	R\$ 1.122,00
2	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	AGULHAS PARA BORDAR PONTO CRUZ, PONTA ARREDONDADA, EM AÇO NIQUELADO, TAMANHO: Nº 24. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	COATS CORRENTE	80	R\$ 0,25	R\$ 20,00
3	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	AGULHA DE MÃO, TAMANHO 03 (58MM), COMPOSIÇÃO: AÇONIQUELADO. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	COTAS CORRENTE	80	R\$ 0,14	R\$ 11,20
4	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	AGULHA DE MÃO, TAMANHO 07 (58MM), COMPOSIÇÃO: AÇONIQUELADO. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	COATS CORRENTE	80	R\$ 0,14	R\$ 11,20
5	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	AGULHA DE MÃO, TAMANHO 08 (58MM), COMPOSIÇÃO: AÇONIQUELADO. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	COATS CORRENTE	80	R\$ 0,14	R\$ 11,20
6	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	AGULHA SEM PONTA PARA BORDAR COM FITA, TAMANHO: Nº 18, COMPOSIÇÃO: AÇO NIQUELADO. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	COATS CORRENTE	80	R\$ 0,30	R\$ 24,00
7	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	AGULHA SEM PONTA PARA BORDAR COM FITA, TAMANHO: Nº 16, COMPOSIÇÃO: AÇO NIQUELADO. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	COATS CORRENTE	80	R\$ 0,48	R\$ 38,40
11	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	GUIZO DE METAL, TAMANHO: ALTURA: 18MM, LARGURA: 18MM E ESPESSURA: 18MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES. COR: DOURADO.	PACOTE	MALULI	3	R\$ 10,80	R\$ 32,40
12	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	GUIZO DE METAL, TAMANHO: ALTURA: 12MM, LARGURA: 13MM E ESPESSURA: 13MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES. COR: DOURADO.	PACOTE	MALULI	3	R\$ 6,80	R\$ 20,40
13	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	ESPIRAL PLÁSTICO, UTILIZADO PARA PORTA RECADOS, TAMANHO: 11CM DE COMPRIMENTO. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: TRANSPARENTE.	UNID	MALULI	600	R\$ 0,14	R\$ 84,00
15	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO ENCERADO, TAMANHO: 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: MARROM.	ROLO	LINHANYL	2	R\$ 9,20	R\$ 18,40
16	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO ENCERADO, TAMANHO: 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: VERDE.	ROLO	LINHANYL	2	R\$ 9,20	R\$ 18,40
17	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO ENCERADO, TAMANHO: 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: ROSA.	ROLO	LINHANYL	2	R\$ 9,20	R\$ 18,40

18	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO ENCERADO, TAMANHO: 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: ROXO.	ROLO	LINHANYL	2	R\$ 9,20	R\$ 18,40
19	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO ENCERADO, TAMANHO: 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: CARAMELO.	ROLO	LINHANYL	2	R\$ 9,20	R\$ 18,40
20	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO ENCERADO, TAMANHO: 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: VERMELHO.	ROLO	LINHANYL	2	R\$ 9,20	R\$ 18,40
21	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO ENCERADO, TAMANHO: 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: AZUL.	ROLO	LINHANYL	2	R\$ 9,20	R\$ 18,40
41	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	VELCRO MACHO E FÊMEA (CONJUNTO), COMPOSIÇÃO 70% POLIÉSTER E 30% POLIAMIDA, TAMANHO: 25MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 25 METROS. COR: BRANCO.	UNID	CIRCULO	1	R\$ 39,00	R\$ 39,00
42	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	VELCRO MACHO E FÊMEA (CONJUNTO), COMPOSIÇÃO 70% POLIÉSTER E 30% POLIAMIDA, TAMANHO: 25MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 25 METROS. COR: PRETA.	UNID	CIRCULO	1	R\$ 39,00	R\$ 39,00
43	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TESOURA TIPO GARÇA PARA BORDAR, EM AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 9CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	MUNDIAL	10	R\$ 11,00	R\$ 110,00
45	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TESOURA PONTA FINA 16CM. TESOURA MULTIUSO FORJADAE NIQUELADA PARA COSTURA, FIO LISO, TAMANHO 21CM.APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	MALULI	5	R\$ 27,95	R\$ 139,75
46	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TESOURA MULTIUSO FORJADA E NIQUELADA PARA COSTURA, FIO LISO, TAMANHO 20CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	MALULI	5	R\$ 30,50	R\$ 152,50
51	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	PASSAMANARIA DE ACABAMENTOS, LARGURA 16MM. APRESENTAÇÃO: PEÇA COM 10M. COR: BRANCA.	PECAS	HAK	5	R\$ 12,15	R\$ 60,75
54	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO DE SILICONE. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.	ROLO	MALULI	4	R\$ 11,40	R\$ 45,60
55	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TOALHA DE ROSTO PARA PINTAR, 100% ALGODÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,49MX0,80M. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: CREME.	UNID	KARSTEN	30	R\$ 9,45	R\$ 283,50
56	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TOALHA DE ROSTO PARA PINTAR, 100% ALGODÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,49MX0,80M. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: VERDE-CLARO.	UNID	KARSTEN	30	R\$ 9,45	R\$ 283,50
57	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TOALHA DE ROSTO PARA PINTAR, 100% ALGODÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,49MX0,80M. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: BRANCA.	UNID	KARSTEN	40	R\$ 9,45	R\$ 378,00
58	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BORDADO INGLÊS, COMPOSIÇÃO: BASE: 90% POLIÉSTER E10% ALGODÃO, BORDADO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO: 10CM DE LARGURA. APRESENTAÇÃO: PEÇA CONTENDO 13,7M. COR: BRANCA.	UNID	MALULI	5	R\$ 26,00	R\$ 130,00
59	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BORDADO INGLÊS, COMPOSIÇÃO: BASE: 90% POLIÉSTER E10% ALGODÃO, BORDADO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO: 08CM DE LARGURA. APRESENTAÇÃO: PEÇA CONTENDO 13,7M. COR: BRANCA.	UNID	MALULI	5	R\$ 19,50	R\$ 97,50
60	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BORDADO INGLÊS, COMPOSIÇÃO: BASE: 90% POLIÉSTER E10% ALGODÃO, BORDADO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO: 06CM DE LARGURA. APRESENTAÇÃO: PEÇA CONTENDO 13,7M. COR: BRANCA.	UNID	MALULI	5	R\$ 16,90	R\$ 84,50
61	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	ALFINETE DE ALTÍSSIMA QUALIDADE, MEDINDO 03CM, COLORIDO. APRESENTAÇÃO: DISCO COM 40 UNIDADES.	UNID	AQUARELA	30	R\$ 1,10	R\$ 33,00
64	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	OLHOS MÓVEIS, PARA APLICAÇÃO EM ARTESANATO, TAMANHO: Nº 20. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 PARES.	PACOTE	PUPPETS	10	R\$ 16,30	R\$ 163,00
65	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	OLHOS MÓVEIS, PARA APLICAÇÃO EM ARTESANATO, TAMANHO: Nº 10. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 PARES.	PACOTE	PUPPETS	10	R\$ 5,00	R\$ 50,00
66	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	OLHOS MÓVEIS, PARA APLICAÇÃO EM ARTESANATO, TAMANHO: Nº 07. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 PARES.	PACOTE	PUPPETS	10	R\$ 3,40	R\$ 34,00
67	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	OLHOS MÓVEIS, PARA APLICAÇÃO EM ARTESANATO, TAMANHO: Nº 08. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 PARES.	PACOTE	PUPPETS	10	R\$ 3,85	R\$ 38,50
68	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	OLHOS MÓVEIS, PARA APLICAÇÃO EM ARTESANATO, TAMANHO: Nº 03. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 PARES.	PACOTE	PUPPETS	10	R\$ 1,70	R\$ 17,00
69	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	OLHOS MÓVEIS, PARA APLICAÇÃO EM ARTESANATO, TAMANHO: Nº 04. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 PARES.	PACOTE	PUPPETS	10	R\$ 2,05	R\$ 20,50
70	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	OLHOS MÓVEIS, PARA APLICAÇÃO EM ARTESANATO, TAMANHO: Nº 05. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 PARES.	PACOTE	PUPPETS	10	R\$ 2,20	R\$ 22,00
75	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	OLHO FIXO, SEM MOVIMENTO, TIPO CASCA, TAMANHO: Nº01. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 PARES. COR: VERDE.	PACOTE	PUPPETS	5	R\$ 1,05	R\$ 5,25
76	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	OLHO FIXO, SEM MOVIMENTO, TIPO CASCA, TAMANHO: Nº03. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 PARES. COR: VERDE.	PACOTE	PUPPETS	5	R\$ 2,20	R\$ 11,00

77	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	OLHO FIXO, SEM MOVIMENTO, TIPO CASCA, TAMANHO: Nº04. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 PARES. COR: VERDE.	PACOTE	PUPPETS	5	R\$ 3,40	R\$ 17,00
78	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	OLHO FIXO, SEM MOVIMENTO, TIPO CASCA, TAMANHO: Nº05. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 PARES. COR: VERDE.	PACOTE	PUPPETS	5	R\$ 4,50	R\$ 22,50
80	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	CORDÃO DE JUTA, CRU, ESPESSURA 02MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.	ROLO	RR E L ARGOLAS	3	R\$ 11,30	R\$ 33,90
81	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOTÕES PLÁSTICOS COM MOTIVOS BORBOLETAS. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	VANDIR BOTÕES	60	R\$ 0,25	R\$ 15,00
82	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOTÕES PLÁSTICOS COM MOTIVOS FLORES. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	VANDIR BOTÕES	60	R\$ 0,25	R\$ 15,00
83	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOTÕES PLÁSTICOS COM MOTIVOS JOANINHAS. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	VANDIR BOTÕES	60	R\$ 0,25	R\$ 15,00
84	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOTÕES PLÁSTICOS COM MOTIVOS CORAÇÕES. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	VANDIR BOTÕES	60	R\$ 0,25	R\$ 15,00
85	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOTÕES PLÁSTICOS COM MOTIVOS PICOLÉS. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	VANDIR BOTÕES	60	R\$ 0,25	R\$ 15,00
86	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOTÕES PLÁSTICOS COM MOTIVOS COELHOS. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	VANDIR BOTÕES	60	R\$ 0,25	R\$ 15,00
87	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOTÕES PLÁSTICOS COM MOTIVOS NATALINOS. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	VANDIR BOTÕES	60	R\$ 0,25	R\$ 15,00
88	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOTÕES PLÁSTICOS COM MOTIVOS FRUTAS. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	VANDIR BOTÕES	60	R\$ 0,25	R\$ 15,00
89	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOTÕES DE MDF, PINTADO A MÃO, CORTADO POR SISTEMAA LASER, TAMANHO: APROXIMADAMENTE 4,5CMX3,7CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: DIVERSAS.	UNID	VANDIR BOTÕES	60	R\$ 1,15	R\$ 69,00
94	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO TALAGARÇA FINA, COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO, GRAMATURA: 163G/M2 - 228,2G/ML, TAMANHO: 1,40M DE LARGURA. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: CREME.	METRO	EXTILOTEX	8	R\$ 17,90	R\$ 143,20
95	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	SIANINHA, COMPOSIÇÃO: 100% METALIZADA, TAMANHO: LARGURA DE 01CM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 50M. COR: DOURADA.	ROLO	AQUARELA	2	R\$ 26,50	R\$ 53,00
96	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	SIANINHA, COMPOSIÇÃO 100% VISCOSE, LARGURA APROXIMADAMENTE 08MM. APRESENTAÇÃO: PEÇA COM 50M. COR: VERDE. MARCA PRÉ-APROVADA: HAK. APRESENTAR AMOSTRA.	ROLO	HAK	2	R\$ 36,80	R\$ 73,60
97	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	SIANINHA, COMPOSIÇÃO 100% VISCOSE, LARGURA DE APROXIMADAMENTE 08MM. APRESENTAÇÃO: PEÇA COM 50M. COR: VERMELHO. MARCA PRÉ-APROVADA: HAK. APRESENTAR AMOSTRA.	ROLO	HAK	2	R\$ 36,80	R\$ 73,60
98	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	SIANINHA, COMPOSIÇÃO 100% VISCOSE, LARGURA DE APROXIMADAMENTE 08MM. APRESENTAÇÃO: PEÇA COM 50M. COR: AMARELO. MARCA PRÉ-APROVADA: HAK. APRESENTAR AMOSTRA.	ROLO	HAK	2	R\$ 36,80	R\$ 73,60
99	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	SIANINHA, COMPOSIÇÃO 100% VISCOSE, LARGURA DE APROXIMADAMENTE 08MM. APRESENTAÇÃO: PEÇA COM 50M. COR: ROSA. MARCA PRÉ-APROVADA: HAK. APRESENTAR AMOSTRA.	ROLO	HAK	2	R\$ 36,80	R\$ 73,60
100	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	SIANINHA, COMPOSIÇÃO 100% VISCOSE, LARGURA DE APROXIMADAMENTE 08MM. APRESENTAÇÃO: PEÇA COM 50M. COR: AZUL. MARCA PRÉ-APROVADA: HAK. APRESENTAR AMOSTRA.	ROLO	HAK	2	R\$ 36,80	R\$ 73,60
102	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	SIANINHA, COMPOSIÇÃO 100% VISCOSE, LARGURA DE APROXIMADAMENTE 10MM. APRESENTAÇÃO: PEÇA COM 50M. COR: ROSA. MARCA PRÉ-APROVADA: HAK. APRESENTAR AMOSTRA.	ROLO	HAK	2	R\$ 57,00	R\$ 114,00
103	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	SIANINHA, COMPOSIÇÃO 100% VISCOSE, LARGURA DE APROXIMADAMENTE 10MM. APRESENTAÇÃO: PEÇA COM 50M. COR: VERDE. MARCA PRÉ-APROVADA: HAK. APRESENTAR AMOSTRA.	ROLO	HAK	2	R\$ 57,00	R\$ 114,00
104	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	SIANINHA, COMPOSIÇÃO 100% VISCOSE, LARGURA DE APROXIMADAMENTE 10MM. APRESENTAÇÃO: PEÇA COM 50M. COR: AMARELO. MARCA PRÉ-APROVADA: HAK. APRESENTAR AMOSTRA.	ROLO	HAK	2	R\$ 57,00	R\$ 114,00
105	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	SIANINHA, COMPOSIÇÃO 100% VISCOSE, LARGURA DE APROXIMADAMENTE 10MM. APRESENTAÇÃO: PEÇA COM 50M. COR: VERMELHO. MARCA PRÉ-APROVADA: HAK. APRESENTAR AMOSTRA.	ROLO	HAK	2	R\$ 57,00	R\$ 114,00
106	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	SIANINHA, COMPOSIÇÃO 100% VISCOSE, LARGURA DE APROXIMADAMENTE 10MM. APRESENTAÇÃO: PEÇA COM 50M. COR: AZUL. MARCA PRÉ-APROVADA: HAK. APRESENTAR AMOSTRA.	ROLO	HAK	2	R\$ 57,00	R\$ 114,00
107	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FILTRO DE COMBUSTIVEL SPRINT - UTI - PA 2002/03 -PSS 881	METRO	PELEBELL	10	R\$ 21,00	R\$ 210,00

108	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO FLANELA, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, PARA COEIRO, TAMANHO: LARGURA DE 0,80M. APRESENTAÇÃO: PORMETRO. COR: ESTAMPA COM TONS DE ROSA.	METRO	VINATEX	8	R\$ 7,00	R\$ 56,00
109	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO FLANELA, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, PARA COEIRO, TAMANHO: LARGURA DE 0,80M. APRESENTAÇÃO: PORMETRO. COR: ESTAMPADA COM TONS DE AZUL.	METRO	VINATEX	8	R\$ 7,00	R\$ 56,00
110	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO FLANELA, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, PARA COEIRO, TAMANHO: LARGURA DE 0,80M. APRESENTAÇÃO: PORMETRO. COR: ESTAMPADA COM TONS DE VERDE.	METRO	VINATEX	8	R\$ 7,00	R\$ 56,00
111	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO TRICOLINE, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: ESTAMPAS DIVERSAS.	METRO	TEXANA	50	R\$ 17,80	R\$ 890,00
112	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO TRICOLINE, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: ESTAMPAS NATALINAS.	METRO	CIRCULO	40	R\$ 21,90	R\$ 876,00
113	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO TRICOLINE, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: CORES LISAS.	METRO	TEXANA	70	R\$ 14,10	R\$ 987,00
114	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO CHITA, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: ESTAMPAS FLORAIS.	METRO	MASCARENHAS	15	R\$ 5,50	R\$ 82,50
118	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO DE FRALDA, CONFECCIONADA COM TECIDO DUPLO DE FIBRAS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: FORMATO 70CMX68CM. POSSUI UMA ALTA ABSORÇÃO COM 52 FIOS POR CM² E NÃO APRESENTA DESFIAMENTO NA HORA DE LAVAR. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: BRANCA. APRESENTAR AMOSTRA.	METRO	PAPPI	15	R\$ 4,65	R\$ 69,75
119	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO PELÚCIA, PELO CURTO, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M E ESPESSURA COM 06MM. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: BRANCA.	METRO	PELEBELL	8	R\$ 22,60	R\$ 180,80
124	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO ESTAMPADO PARA PATCHWORK, COMPOSIÇÃO: 100%ALGODÃO, TAMANHO: LARGURA DE NO MÍNIMO 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: ESTAMPAS DIVERSAS.	METRO	DOHLER	40	R\$ 18,70	R\$ 748,00
126	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO ATOALHADO, FELPUDO, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: COM LARGURA DE NO MÍNIMO 1,60M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: BEGE.	METRO	LUFAMAR	8	R\$ 14,95	R\$ 119,60
127	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO VOIL, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO:LARGURA DE 3,00M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: VERMELHO.	METRO	CORTEX	10	R\$ 6,90	R\$ 69,00
128	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO VOIL, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO:LARGURA DE 3,00M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: MARROM.	METRO	CORTEX	10	R\$ 6,90	R\$ 69,00
129	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO VOIL, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO:LARGURA DE 3,00M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: VERDE MUSGO.	METRO	CORTEX	10	R\$ 6,90	R\$ 69,00
130	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO VOIL, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO:LARGURA DE 3,00M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: LARANJA.	METRO	CORTEX	10	R\$ 6,90	R\$ 69,00
131	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO VOIL, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO:LARGURA DE 3,00M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: LILÁS.	METRO	CORTEX	10	R\$ 6,90	R\$ 69,00
132	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO VOIL, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO:LARGURA DE 3,00M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: PÉROLA.	METRO	CORTEX	10	R\$ 5,80	R\$ 58,00
133	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO VOIL, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO:LARGURA DE 3,00M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: BRANCA.	METRO	CORTEX	10	R\$ 5,80	R\$ 58,00
134	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO VOIL, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO:LARGURA DE 3,00M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: ROXO.	METRO	CORTEX	10	R\$ 6,90	R\$ 69,00
136	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO TULE, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO:LARGURA DE 2,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: ROSA CLARO.	METRO	DELFIN	10	R\$ 3,10	R\$ 31,00
137	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO TULE, COMPOSIÇÃO: COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO: LARGURA DE 2,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: AZUL CLARO.	METRO	DELFIN	10	R\$ 3,10	R\$ 31,00

138	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO TULE, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO: LARGURA DE 2,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: VERDE CLARO.	ME-TRO	DELFIN	10	R\$ 3,10	R\$ 31,00
139	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO TULE, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO: LARGURA DE 2,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: PINK.	ME-TRO	DELFIN	10	R\$ 3,10	R\$ 31,00
140	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO TULE, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO: LARGURA DE 2,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: BRANCO.	ME-TRO	DELFIN	10	R\$ 3,10	R\$ 31,00
141	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO TULE, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO: LARGURA DE 2,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: PRETO.	ME-TRO	DELFIN	10	R\$ 3,10	R\$ 31,00
142	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO ETAMINE, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: BEGE.	ME-TRO	EXTILOTEX	15	R\$ 14,35	R\$ 215,25
143	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO ETAMINE PARA BORDAR PONTO CRUZ, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: BRANCA.	ME-TRO	EXTILOTEX	10	R\$ 14,35	R\$ 143,50
144	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO ETAMINE, PARA BORDAR PONTO CRUZ, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: BEGE.	ME-TRO	EXTILOTEX	10	R\$ 14,35	R\$ 143,50
145	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO XADREZ TRICOLINE, 100% ALGODÃO, LARGURA DE 1,50M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: VERMELHO E BRANCO.	ME-TRO	DAVI TECIDOS	10	R\$ 18,80	R\$ 188,00
146	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	TECIDO BRIM LEVE, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: LARGURA DE 1,60M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: AZUL.	ME-TRO	VINATEX	20	R\$ 13,40	R\$ 268,00
147	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	MANTA ACRÍLICA COLANTE R1, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, LEVEMENTE COLANTE DE UM SÓ LADO, TAMANHO: LARGURA DE 1,50M. APRESENTAÇÃO: POR METRO.	ME-TRO	PEGORARI	20	R\$ 12,40	R\$ 248,00
148	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	MANTA ACRÍLICA COLANTE R2, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, LEVEMENTE COLANTE DOS DOIS LADOS, TAMANHO: LARGURA DE 1,50M. APRESENTAÇÃO: POR METRO.	ME-TRO	PEGORARI	20	R\$ 12,80	R\$ 256,00
149	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	CORTADOR CIRCULAR COM LÂMINA DE 28MM. PARA CORTESDE PRECISÃO EM PAPEIS, TECIDOS, PLÁSTICOS, METAISMOLES, FILMES DE ACETATO E OUTROS. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	WESTERN	3	R\$ 19,45	R\$ 58,35
150	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	CORTADOR CIRCULAR COM LÂMINA DE 45MM. PARA CORTES DE PRECISÃO EM PAPEIS, TECIDOS, PLÁSTICOS, METAIS MOLES, FILMES DE ACETATO E OUTROS. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	WESTERN	3	R\$ 19,45	R\$ 58,35
154	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO MULTICOLOR, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: FIO NE 4/6. APRESENTAÇÃO: NOVELO COM 200G.	ROLO	CIRCULO	40	R\$ 11,99	R\$ 479,60
156	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	MARABÚ, COMPOSIÇÃO: FABRICADO COM PLUMA NATURAL, TAMANHO: PEÇA DE APROXIMADAMENTE 0,02MX1,80M. APRESENTAÇÃO: POR PEÇA. COR: VERMELHO.	PECAS	PUPPETS	10	R\$ 4,38	R\$ 43,80
157	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	MARABÚ, COMPOSIÇÃO: FABRICADO COM PLUMA NATURAL, TAMANHO: PEÇA APROXIMADAMENTE 0,02MX1,80M. APRESENTAÇÃO: POR PEÇA. COR: LARANJA.	PECAS	PUPPETS	10	R\$ 4,38	R\$ 43,80
158	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	MARABÚ, COMPOSIÇÃO: FABRICADO COM PLUMA NATURAL, TAMANHO: PEÇA APROXIMADAMENTE 0,02MX1,80M. APRESENTAÇÃO: POR PEÇA. COR: AMARELO.	PECAS	PUPPETS	10	R\$ 4,38	R\$ 43,80
159	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	MARABÚ, COMPOSIÇÃO: FABRICADO COM PLUMA NATURAL, TAMANHO: PEÇA APROXIMADAMENTE 0,02MX1,80M. APRESENTAÇÃO: POR PEÇA. COR: BRANCO.	PECAS	PUPPETS	10	R\$ 4,38	R\$ 43,80
160	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	MARABÚ, COMPOSIÇÃO: FABRICADO COM PLUMA NATURAL, TAMANHO: PEÇA APROXIMADAMENTE 0,02MX1,80M. APRESENTAÇÃO: POR PEÇA. COR: ROXO.	PECAS	PUPPETS	10	R\$ 4,38	R\$ 43,80
161	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	MARABÚ, COMPOSIÇÃO: FABRICADO COM PLUMA NATURAL, TAMANHO: PEÇA APROXIMADAMENTE 0,02MX1,80M. APRESENTAÇÃO: POR PEÇA. COR: PINK.	PECAS	PUPPETS	10	R\$ 4,38	R\$ 43,80
162	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	CONE DE ISOPOR MACIÇO, TAMANHO: 34CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	STYRO-FORM	10	R\$ 9,40	R\$ 94,00
163	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	CONE DE ISOPOR MACIÇO, TAMANHO: 18CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	STYRO-FORM	10	R\$ 2,00	R\$ 20,00
164	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	CONE DE ISOPOR MACIÇO, TAMANHO: 14CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	STYRO-FORM	10	R\$ 1,70	R\$ 17,00
165	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOLAS DE ISOPOR, TAMANHO: Nº 20MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	STYRO-FORM	5	R\$ 7,00	R\$ 35,00

166	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOLAS DE ISOPOR, TAMANHO Nº 50MM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	STYRO-FORM	100	R\$ 0,29	R\$ 29,00
167	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOLAS DE ISOPOR, TAMANHO: Nº 35MM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	STYRO-FORM	200	R\$ 0,14	R\$ 28,00
168	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOLAS DE ISOPOR, TAMANHO: Nº 75MM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	STYRO-FORM	100	R\$ 0,55	R\$ 55,00
169	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOLAS DE ISOPOR, TAMANHO: Nº 15MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	STYRO-FORM	5	R\$ 8,00	R\$ 40,00
170	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	BOLAS DE ISOPOR, TAMANHO: Nº 40MM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	STYRO-FORM	300	R\$ 0,23	R\$ 69,00
196	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 100M. COR: ROSA.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 12,55	R\$ 75,30
197	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 100M. COR: AZUL.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 12,55	R\$ 75,30
198	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 100M. COR: VERDE.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 12,55	R\$ 75,30
199	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 100M. COR: VERMELHO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 12,55	R\$ 75,30
200	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 100M. COR: AMARELO OURO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 12,55	R\$ 75,30
201	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 100M. COR: AMARELO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 12,55	R\$ 75,30
202	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 100M. COR: LARANJA.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 12,55	R\$ 75,30
203	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 100M. COR: BRANCA.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 12,60	R\$ 75,60
204	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 100M. COR: LILÁS.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 12,55	R\$ 75,30
205	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 100M. COR: CREME.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 12,55	R\$ 75,30
206	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 100M. COR: MARROM.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 12,55	R\$ 75,30
207	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 100M. COR: ROXO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 12,55	R\$ 75,30
208	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 100M. COR: PINK.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 12,55	R\$ 75,30
209	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 100M. COR: LARANJA.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 12,55	R\$ 75,30
210	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: LARANJA.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
211	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: AZUL CLARO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
212	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: AZUL ESCURO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
213	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: AMARELO BEBÊ.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
214	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: AMARELO OURO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
215	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: BRANCO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
216	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: VERDE CLARO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80

217	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: LILÁS.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
218	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: VERMELHO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
219	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: VERDE ESCURO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
220	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: CREME.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
221	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: PINK.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
222	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: MARROM.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
223	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: PRETO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
224	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: ROSA ESCURO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
225	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA DE CETIM, DUPLA FACE, TAMANHO: 03MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100 M. COR: MOSTARDA.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,80	R\$ 58,80
226	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	NOVELO DE LÃ, COMPOSIÇÃO: 100% ACRÍLICO, PARA CABELO DE BONECA. APRESENTAÇÃO: NOVELO DE 100G. COR: BRANCO. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	CIRCULO	8	R\$ 10,85	R\$ 86,80
227	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	NOVELO DE LÃ, COMPOSIÇÃO: 100% ACRÍLICO, PARA CABELO DE BONECA. APRESENTAÇÃO: NOVELO DE 100G. COR: BEGE. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	CIRCULO	8	R\$ 10,85	R\$ 86,80
228	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	NOVELO DE LÃ, COMPOSIÇÃO: 100% ACRÍLICO, PARA CABELO DE BONECA. APRESENTAÇÃO: NOVELO DE 100G. COR: PRETO. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	CIRCULO	8	R\$ 10,85	R\$ 86,80
229	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	NOVELO DE LÃ, COMPOSIÇÃO: 100% ACRÍLICO, PARA CABELO DE BONECA. APRESENTAÇÃO: NOVELO DE 100G. COR: AMARELO. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	CIRCULO	8	R\$ 10,85	R\$ 86,80
230	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	RENDA DE NYLON, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: LARGURA DE 02CM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 50M. COR: BRANCA.	ROLO	CIRCULO	2	R\$ 21,75	R\$ 43,50
231	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	RENDA DE NYLON, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: LARGURA DE 02CM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 50M. COR: ROSA.	ROLO	CIRCULO	2	R\$ 21,75	R\$ 43,50
232	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	RENDA DE NYLON, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: LARGURA DE 02CM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 50M. COR: ROXA.	ROLO	CIRCULO	2	R\$ 21,75	R\$ 43,50
233	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	RENDA DE NYLON, COMPOSIÇÃO 100% POLIAMIDA, TAMANHO: LARGURA DE 02CM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 50M. COR: VERDE CLARA.	ROLO	CIRCULO	2	R\$ 21,75	R\$ 43,50
234	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FELTRO ESTAMPADO, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: ESTAMPAS DIVERSAS. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	30	R\$ 15,40	R\$ 462,00
235	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FELTRO COLORIDO POÁ, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: VERDE POÁ. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 15,40	R\$ 308,00
236	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FELTRO COLORIDO POÁ, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: VERMELHO POÁ. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 15,40	R\$ 308,00
237	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FELTRO COLORIDO POÁ, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: ROSA POÁ. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 15,40	R\$ 308,00
238	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FELTRO COLORIDO POÁ, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: PRETO POÁ. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 15,40	R\$ 308,00
259	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	ARGOLA PLÁSTICA, CONFECCIONADA COM PLÁSTICO RÍGIDO, TAMANHO: Nº 120. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	RITAS	200	R\$ 0,75	R\$ 150,00
260	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	ARGOLA PLÁSTICA, CONFECCIONADA COM PLÁSTICO RÍGIDO, TAMANHO: 70MM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	RITAS	200	R\$ 0,38	R\$ 76,00
261	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	ARGOLA PLÁSTICA, CONFECCIONADA COM PLÁSTICO RÍGIDO, TAMANHO: 50MM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	RITAS	200	R\$ 0,24	R\$ 48,00
264	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	ARAME ENCAPADO PARA ARTESANATO, ESPESSURA 0,89MM, - TAMANHO: Nº 20. APRESENTAÇÃO: CHICOTE COM 10M. COR: VERDE.	ROLO	PUPPETS	4	R\$ 3,40	R\$ 13,60

265	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA ADESIVA IDEAL PARA ENCAPAR ARAMES, LARGURA DE 1,2CM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM APROXIMADAMENTE 27M. COR: VERDE ESCURO.	ROLO	PUPPETS	8	R\$ 3,20	R\$ 25,60
266	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA ADESIVA IDEAL PARA ENCAPAR ARAMES, LARGURA DE 1,2CM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM APROXIMADAMENTE 27M. COR: VERDE CLARO.	ROLO	PUPPETS	8	R\$ 3,20	R\$ 25,60
267	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA ADESIVA IDEAL PARA ENCAPAR ARAMES, LARGURA DE 1,2CM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM APROXIMADAMENTE 27M. COR: MARROM.	ROLO	PUPPETS	8	R\$ 3,20	R\$ 25,60
280	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FOCINHO DE PLÁSTICO, TAMANHO: 2,5. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	PUPPETS	10	R\$ 9,80	R\$ 98,00
281	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FOCINHO DE PLÁSTICO, TAMANHO: 3. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	PUPPETS	10	R\$ 13,40	R\$ 134,00
282	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FOCINHO DE PLÁSTICO, TAMANHO: 4,5. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	PUPPETS	10	R\$ 13,80	R\$ 138,00
283	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	COLA PERMANENTE. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 45G.	UNID	ACRILEX	20	R\$ 2,50	R\$ 50,00
285	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	RÉGUA DE ACRÍLICO CRISTAL, ESPESSURA 3MM, COM MARCAÇÕES DE CM E ÂNGULOS. IDEAL PARA USO ARTESANAL E ESCOLAR, TAMANHO: 15CMX30CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	WESTERN	3	R\$ 49,00	R\$ 147,00
289	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA CROCHÊ, COMPOSIÇÃO 100% DE ALGODÃO MERCELRIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELOS COM 65M. COR: BEGE.	UNID	CIRCULO	10	R\$ 2,09	R\$ 20,90
290	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA CROCHÊ, COMPOSIÇÃO 100% DE ALGODÃO MERCELRIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELOS COM 65M. COR: ROXO.	UNID	CIRCULO	10	R\$ 2,09	R\$ 20,90
291	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA CROCHÊ, COMPOSIÇÃO 100% DE ALGODÃO MERCELRIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELOS COM 65M. COR: LILÁS.	UNID	CIRCULO	10	R\$ 2,09	R\$ 20,90
292	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA CROCHÊ, COMPOSIÇÃO 100% DE ALGODÃO MERCELRIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELOS COM 65M. COR: PINK.	UNID	CIRCULO	10	R\$ 2,09	R\$ 20,90
293	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA CROCHÊ, COMPOSIÇÃO 100% DE ALGODÃO MERCELRIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELOS COM 65M. COR: AMARELO.	UNID	CIRCULO	10	R\$ 2,09	R\$ 20,90
294	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA CROCHÊ, COMPOSIÇÃO 100% DE ALGODÃO MERCELRIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELOS COM 65M. COR: LARANJA.	UNID	CIRCULO	10	R\$ 2,09	R\$ 20,90
295	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA CROCHÊ, COMPOSIÇÃO 100% DE ALGODÃO MERCELRIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELOS COM 65M. COR: PRETO.	UNID	CIRCULO	10	R\$ 2,09	R\$ 20,90
296	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA CROCHÊ, COMPOSIÇÃO 100% DE ALGODÃO MERCELRIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELOS COM 65M. COR: VERMELHO.	UNID	CIRCULO	10	R\$ 2,09	R\$ 20,90
297	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA CROCHÊ, COMPOSIÇÃO 100% DE ALGODÃO MERCELRIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELOS COM 65M. COR: VERDE-CLARO.	UNID	CIRCULO	10	R\$ 2,09	R\$ 20,90
298	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA CROCHÊ, COMPOSIÇÃO 100% DE ALGODÃO MERCELRIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELOS COM 65M. COR: VERDE-ESCURO .	UNID	CIRCULO	10	R\$ 2,090	R\$ 20,90
299	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA CROCHÊ, COMPOSIÇÃO 100% DE ALGODÃO MERCELRIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELOS COM 65M. COR: BRANCO.	UNID	CIRCULO	10	R\$ 2,09	R\$ 20,90
300	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA CROCHÊ, COMPOSIÇÃO 100% DE ALGODÃO MERCELRIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELOS COM 65M. COR: MARROM.	UNID	CIRCULO	10	R\$ 2,09	R\$ 20,90
301	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA CROCHÊ, COMPOSIÇÃO 100% DE ALGODÃO MERCELRIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELOS COM 65M. COR: CAMELO.	UNID	CIRCULO	10	R\$ 2,09	R\$ 20,90
302	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	LINHA DE COSTURA. COMPOSIÇÃO: 63% POLIÉSTER, 37% ALGODÃO. APRESENTAÇÃO: TUBOS DE 91,4M. COR: BEGE.	UNID	COATS CORRENTE	10	R\$ 1,17	R\$ 11,70
303	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	LINHA DE COSTURA. COMPOSIÇÃO: 63% POLIÉSTER, 37% ALGODÃO. APRESENTAÇÃO: TUBOS DE 91,4M. COR: PRETO.	UNID	COATS CORRENTE	10	R\$ 1,17	R\$ 11,70
304	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	LINHA DE COSTURA. COMPOSIÇÃO: 63% POLIÉSTER, 37% ALGODÃO. APRESENTAÇÃO: TUBOS DE 91,4M. COR: ROSA.	UNID	COATS CORRENTE	10	R\$ 1,17	R\$ 11,70
305	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	LINHA DE COSTURA. COMPOSIÇÃO: 63% POLIÉSTER, 37% ALGODÃO. APRESENTAÇÃO: TUBOS DE 91,4M. COR: BRANCO.	UNID	COATS CORRENTE	10	R\$ 1,17	R\$ 11,70
306	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	LINHA DE COSTURA. COMPOSIÇÃO: 63% POLIÉSTER, 37% ALGODÃO. APRESENTAÇÃO: TUBOS DE 91,4M. COR: MARROM.	UNID	COATS CORRENTE	10	R\$ 1,17	R\$ 11,70
307	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	LINHA DE COSTURA, 100% POLIÉSTER FIADO. APRESENTAÇÃO: TUBO COM 100M. COR: PRETO.	UNID	DINNER	5	R\$ 2,73	R\$ 13,65
308	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	LINHA DE COSTURA, 100% POLIÉSTER FIADO. APRESENTAÇÃO: TUBO COM 100M. COR: BRANCO.	UNID	DINNER	5	R\$ 2,73	R\$ 13,65
309	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	LINHA DE COSTURA, 100% POLIÉSTER FIADO. APRESENTAÇÃO: TUBO COM 100M. COR: VERMELHO.	UNID	DINNER	5	R\$ 1,83	R\$ 9,15

310	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	LINHA DE COSTURA, 100% POLIÉSTER FIADO. APRESENTAÇÃO: TUBO COM 100M. COR: BEGE.	UNID	DINNER	5	R\$ 1,83	R\$ 9,15
311	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	LINHA DE COSTURA, 100% POLIÉSTER FIADO. APRESENTAÇÃO: TUBO COM 100M. COR: MARROM.	UNID	DINNER	5	R\$ 1,83	R\$ 9,15
312	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	LINHA DE COSTURA, 100% POLIÉSTER FIADO. APRESENTAÇÃO: TUBO COM 100M. COR: VERDE.	UNID	DINNER	5	R\$ 1,83	R\$ 9,15
313	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	PLÁSTICO TRANSPARENTE, ESPESSURA 0,20M E LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO.	ME-TRO	CATARI-NENSE	20	R\$ 6,40	R\$ 128,00
314	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA XADREZ, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, LARGURA DE 30MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 10M. COR: VERMELHO.	ROLO	NAJAR	10	R\$ 14,50	R\$ 145,00
315	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA XADREZ, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, LARGURA DE 30MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 10M. COR: AZUL-CLARO.	ROLO	NAJAR	8	R\$ 14,50	R\$ 116,00
316	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA XADREZ, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, LARGURA DE 30MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 10M. COR: VERDE.	ROLO	NAJAR	10	R\$ 14,50	145,00
317	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA XADREZ, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, LARGURA DE 30MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 10M. COR: ROSA-CLARO.	ROLO	NAJAR	8	R\$ 14,50	R\$ 116,00
318	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA XADREZ, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, LARGURA DE 30MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 10M. COR: AMARELO.	ROLO	NAJAR	8	R\$ 14,50	R\$ 116,00
319	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA XADREZ, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, LARGURA DE 30MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 10M. COR: LARANJA.	ROLO	NAJAR	8	R\$ 14,50	R\$ 116,00
352	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 09, LARGURA 38MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 50M. COR: VERMELHA.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 40,80	R\$ 244,80
353	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 09, LARGURA 38MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 50M. COR: VERDE.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 40,80	R\$ 244,80
354	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 09, LARGURA 38MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 50M. COR: AMARELO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 40,80	R\$ 244,80
355	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 09, LARGURA 38MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 50M. COR: AZUL.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 40,80	R\$ 244,80
356	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 09, LARGURA 38MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 50M. COR: LARANJA.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 40,80	R\$ 244,80
357	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: AMARELO BEBÊ.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
358	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: AZUL ESCURO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
359	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: AZUL BEBÊ.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
360	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: AZUL ROYAL.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
361	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: VERDE BANDEIRA.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
362	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: VERDE LIMÃO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
363	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: VERDE MUSGO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
364	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: ROSA.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
365	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: ROSA BEBÊ.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
366	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: VINHO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
367	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: LILÁS.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
368	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: ROXO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40

369	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: LARANJA.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
370	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: PINK.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
371	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: BRANCO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
372	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: CINZA.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
373	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: FERRUGEM.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
374	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: CARAMELO.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
375	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: MARROM.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
376	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: TERRA.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
377	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: CREME.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
378	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: VERDE ABACATE.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
379	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FITA CETIM, COMPOSIÇÃO: 4% POLIAMIDA E 96% POLIÉSTER, LARGURA DE 04MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M.COR: BEGE.	ROLO	AQUARELA	6	R\$ 9,90	R\$ 59,40
387	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	VIÉS ESTAMPADO, COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO, LARGURA DE 23MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 20M. COR: ESTAMPAS DIVERSAS.	ROLO	DESTAQUE	15	R\$ 10,55	R\$ 158,25
388	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	VIÉS ESTAMPADO, COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO, LARGURA DE 12MM. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 20M. COR: ESTAMPAS DIVERSAS.	ROLO	DESTAQUE	15	R\$ 7,05	R\$ 105,75
389	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	JUTA SINTÉTICA, COMPOSIÇÃO: 100% POLIPROPILENO, LARGURA DE 01M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: CRUA.	METRO	PLAST.CO	5	R\$ 6,80	R\$ 34,00
390	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	PRENDEDOR DE ROUPA EM MADEIRA MINI, TAMANHO 2,5CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: BRANCO.	UNID	VANDIR BOTÕES	200	R\$ 0,35	R\$ 70,00
419	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: VERMELHA.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
420	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: VERDE-CLARO.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
421	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: VERDE-BANDEIRA.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
422	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: AMARELO-OURO.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
423	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: AMARELO-BEBÊ.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
424	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: AZUL-BEBÊ.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
425	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: AZUL ROYAL.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
426	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: ROSA-BEBÊ.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00

427	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: ROXO.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
428	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: PRETO.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
429	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: BRANCO.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
430	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: LARANJA.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
431	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: CAMELO.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
432	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: BEGE.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
433	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: MARROM.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
434	ZANELLA COMERCIO DO VESTUARIO	FIO PARA USO EM CROCHÊ, BORDADOS, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO. APRESENTAÇÃO: NOVELO 10/2 COM 40M(118TEX). COR: PINK.	ROLO	CIRCULO	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
Total do fornecedor: R\$ 22.430,25							
22	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: ROSA CLARO.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,00	R\$ 64,00
23	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: VERMELHO.	UNID	SANTA FÉ	2	R\$ 64,00	R\$ 128,00
24	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: VERDE.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,00	R\$ 64,00
25	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: AZUL CLARO.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,00	R\$ 64,00
26	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: AZUL ROYAL.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,00	R\$ 64,00
27	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: PRETO.	UNID	SANTA FÉ	2	R\$ 64,00	R\$ 128,00
28	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: LARANJA.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,00	R\$ 64,00
29	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: BRANCO.	UNID	SANTA FÉ	2	R\$ 64,00	R\$ 128,00
30	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: PINK.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,00	R\$ 64,00
31	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: ROXO ESCURO.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,00	R\$ 64,00
32	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: ROXO CLARO.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,00	R\$ 64,00
33	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: MARROM.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,00	R\$ 64,00
34	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: AMARELO.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,00	R\$ 64,00
35	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: AZUL ESCURO.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,00	R\$ 64,00
36	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: POA FUNDO VERMELHO COM BOLINHAS BRANCAS.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,50	R\$ 64,50
37	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: POA FUNDO ROSA COM BOLINHAS BRANCAS.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,50	R\$ 64,50
38	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: POA FUNDO PRETO COM BOLINHAS BRANCAS.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,50	R\$ 64,50
39	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: POA FUNDO VERDE ESCURO COM BOLINHAS BRANCAS.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,50	R\$ 64,50

40	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TNT, 40GR/M2, LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: BOBINA FECHADA COM 50M. COR: POA FUNDO AZUL COM BOLINHAS BRANCAS.	UNID	SANTA FÉ	1	R\$ 64,50	R\$ 64,50
44	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TESOURA DE COSTURA: TAMANHO 20CM. POLEGADAS 8 . CABO DE PROLIPROPILENO PRETO, ARO ALONGADO COM LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	WESTERN	12	R\$ 16,00	R\$ 192,00
52	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	PANO DE PRATO, COM BAINHA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70CMX50CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA. COR: BRANCA.	UNID	VANTEX	300	R\$ 2,14	R\$ 642,00
120	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TECIDO SOFT, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO:LARGURA DE NO MÍNIMO 1,20M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: AMARELO.	ME-TRO	SANTAN-TEXTIL	8	R\$ 17,90	R\$ 143,20
121	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TECIDO SOFT, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO:LARGURA DE NO MÍNIMO 1,20M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: AZUL.	ME-TRO	SANTAN-TEXTIL	8	R\$ 17,90	R\$ 143,20
122	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TECIDO SOFT, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO:LARGURA DE NO MÍNIMO 1,20M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: VERDE.	ME-TRO	SANTANA-TEXTIL	8	R\$ 17,90	R\$ 143,20
123	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TECIDO SOFT, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, TAMANHO:LARGURA DE NO MÍNIMO 1,20M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: ROSA.	ME-TRO	SANTANA-TEXTIL	8	R\$ 17,90	R\$ 143,20
125	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	TECIDO ALGODÃO CRU, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, GRAMATURA DE 180 G/M2, TAMANHO: COM LARGURA DE NO MÍNIMO 1,60M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: CRU, NATURAL.	ME-TRO	ESTILOTEX	50	R\$ 7,80	R\$ 390,00
239	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FELTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: VERMELHO. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	40	R\$ 10,50	R\$ 420,00
240	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FELTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: NA LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: AMARELO OURO. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
241	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FELTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: AMARELO BEBÊ. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
242	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FELTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: ROSA. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
243	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FELTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: ROSA BEBÊ. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
244	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FELTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: AZUL ROYAL. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
245	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FELTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: AZUL BEBÊ. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
246	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FELTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: MOSTARDA. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
247	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FELTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: MEDIDA 1,40MX1,00M. COR: CREME. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
248	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FELTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: VIOLETA. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
249	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FELTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: BORDÔ. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
250	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FELTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: LILÁS. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
251	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FELTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: SALMÃO. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
252	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FELTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: LARANJA. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
253	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FELTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: BRANCA. APRESENTAR AMOSTRA.	ME-TRO	SANTA FÉ	40	R\$ 10,50	R\$ 420,00

254	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FILTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: VERDE-CLARO. APRESENTAR AMOSTRA.	METRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
255	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FILTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: VERDE BANDEIRA. APRESENTAR AMOSTRA.	METRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
256	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FILTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: GOIABA. APRESENTAR AMOSTRA.	METRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
257	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FILTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: MARROM. APRESENTAR AMOSTRA.	METRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
258	BONA GENTE COMERCIAL LTDA	FILTRO COLORIDO, ESPESSURA DE 01MM, TAMANHO: LARGURA DE 1,40M. APRESENTAÇÃO: POR METRO. COR: FERRUGEM. APRESENTAR AMOSTRA.	METRO	SANTA FÉ	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
Total do fornecedor: R\$ 7.827,30							
48	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PAPEL TERMO COLANTE (ENTRETELA DUPLA FACE) PARA PATCHCOLAGEM. APRESENTAÇÃO: POR METRO.	METRO	TECLABELL	30	R\$ 7,15	R\$ 214,50
62	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	COLA ADESIVA INSTANTÂNEA MULTIUSO, DE ALTA VISCOSIDADE, A BASE DE CIANOACRILATO. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 20G. MARCA PRÉ-APROVADA: TEK BOND.	UNID	TECBOND	30	R\$ 8,45	R\$ 253,50
79	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TERMOLINA LEITOSA, PRONTA PARA O USO. SOLÚVEL EM ÁGUA. NÃO TÓXICA. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 100ML.	FRASCOS	ACRILEX	20	R\$ 4,25	R\$ 85,00
90	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PISTOLAS DE COLA QUENTE. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: BIVOLT (110X220 VOLTS), O APLICADOR UTILIZA COLA QUENTE DE RESINA PLÁSTICA, GATILHO ANATÔMICO. TAMANHO: PEQUENA, QUE UTILIZA REFIS DE COLA GROSSO: 0,75CM DE DIÂMETRO E COMPRIMENTO DO REFIL 30CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	JOCAR	15	R\$ 15,90	R\$ 238,50
91	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PISTOLAS DE COLA QUENTE. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: BIVOLT (110X220 VOLTS), O APLICADOR UTILIZA COLA QUENTE DE RESINA PLÁSTICA, GATILHO ANATÔMICO. TAMANHO: GRANDE, QUE UTILIZA REFIS DE COLA GROSSO: 0,75CM DE DIÂMETRO E COMPRIMENTO DO REFIL 30CM. APRESENTAÇÃO: UNITÁRIA.	UNID	JOCAR	15	R\$ 30,40	R\$ 456,00
92	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	REFIL DE COLA QUENTE GROSSO, TRANSPARENTE 11,2MM DE ESPESSURA POR 30CM DE COMPRIMENTO. ADESIVO TERMOPLÁSTICO ELABORADO À BASE DE RESINAS SINTÉTICAS ECERAS ESPECIAIS INDICADO PARA AS MAIS DIVERSAS APLICAÇÕES. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1 KG.	PACOTE	RENDECOLA	4	R\$ 24,80	R\$ 99,20
93	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	REFIL DE COLA QUENTE FINO TRANSPARENTE 7,5MM DE ESPESSURA POR 30CM DE COMPRIMENTO. ADESIVO TERMOPLÁSTICO ELABORADO À BASE DE RESINAS SINTÉTICAS E CERAS ESPECIAIS INDICADO PARA AS MAIS DIVERSAS APLICAÇÕES. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1 KG.	PACOTE	RENDECOLA	4	R\$ 24,80	R\$ 99,20
152	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	BARBANTE CRU, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: Nº 06. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 2000M. COR: CRU.	ROLO	KOREA	20	R\$ 29,90	R\$ 598,00
153	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	BARBANTE CRU, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: Nº 08. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 2000M. COR: CRU.	ROLO	KOREA	20	R\$ 29,90	R\$ 598,00
155	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	ALFINETE DE SEGURANÇA, TAMANHO Nº 01. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 144 UNIDADES.	CAIXA	BACCHI	8	R\$ 18,25	R\$ 146,00
171	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: VERMELHA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 1,59	R\$ 15,90
172	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: AMARELO.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 1,59	R\$ 15,90
173	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: VERDE.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 1,59	R\$ 15,90
174	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: DOURADA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 1,59	R\$ 15,90
175	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 06MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: BRANCA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 1,59	R\$ 15,90
176	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: VERMELHA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 1,90	R\$ 19,00
177	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: AMARELA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 2,78	R\$ 27,80
178	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: DOURADA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 2,78	R\$ 27,80

179	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: PRATA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 2,78	R\$ 27,80
180	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: AZUL.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 2,78	R\$ 27,80
181	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: LARANJA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 2,78	R\$ 27,80
182	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: VERDE.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 2,78	R\$ 27,80
183	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: BRANCA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 2,78	R\$ 27,80
184	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: LILÁS.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 2,78	R\$ 27,80
185	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 08MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: PRETA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 2,78	R\$ 27,80
186	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: VERMELHA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 4,45	R\$ 44,50
187	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: AMARELA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 4,45	R\$ 44,50
188	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: DOURADA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 4,45	R\$ 44,50
189	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: PRATA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 4,45	R\$ 44,50
190	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: AZUL.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 4,45	R\$ 44,50
191	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: LARANJA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 4,45	R\$ 44,50
192	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: VERDE.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 4,45	R\$ 44,50
193	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: BRANCA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 4,45	R\$ 44,50
194	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: LILÁS.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 4,45	R\$ 44,50
195	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	LANTEJOULA PVC, TAMANHO: 10MM. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES. COR: PRETA.	PACOTE	LANTECOR	10	R\$ 4,45	R\$ 44,50
276	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MOSQUETÃO. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	A.A	3	R\$ 80,00	R\$ 240,00
284	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PERCEVEJO LATONADO, COMPOSTO EM ARAME CHAPA DE AÇO, COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM E PONTAS PERFURANTES. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	JOCAR	8	R\$ 1,79	R\$ 14,32
287	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	COLA PARA TECIDO, NÃO TÓXICA, PRONTA PARA USO, SOLÚVEL EM AGUA. COMPOSIÇÃO: RESINA DE EMULSÃO ACRÍLICA, ÁGUA, ADITIVOS E CONSERVANTE. APRESENTAÇÃO: 35G. MARCA PRÉ-APROVADA: ACRILEX.	UNID	ACRILEX	20	R\$ 2,95	R\$ 59,00
288	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	COLA FRIA SILICONE, ADESIVO TRANSPARENTE FLEXÍVEL, FÁCIL DE USAR, FEITO A BASE DE CIANOACRILATO, ALTO PODER DE ADESÃO. APRESENTAÇÃO: FRASCO.	FRASCOS	JOCAR	20	R\$ 5,45	R\$ 109,00
381	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FITA CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 01, LARGURA 07MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: ROSA.	ROLO	KIT	6	R\$ 12,50	R\$ 75,00
382	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FITA CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 01, LARGURA 07MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: AZUL.	ROLO	KIT	6	R\$ 12,50	R\$ 75,00
383	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FITA CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 01, LARGURA 07MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: VERDE.	ROLO	KIT	6	R\$ 12,50	R\$ 75,00
384	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FITA CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 01, LARGURA 07MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: VERDE-CLARO.	ROLO	KIT	6	R\$ 12,50	R\$ 75,00
385	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FITA CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 01, LARGURA 07MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: AMARELO.	ROLO	KIT	6	R\$ 12,50	R\$ 75,00
386	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FITA CETIM, FACE SIMPLES, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, TAMANHO: Nº 01, LARGURA 07MM. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 100M. COR: LILÁS.	ROLO	KIT	6	R\$ 12,50	R\$ 75,00

391	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VERMELHO.	FRASCOS	ACRILEX	20	R\$ 2,43	R\$ 48,60
392	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VERDE FOLHA.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
393	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VERMELHO FOGO.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
394	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: LILÁS.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
395	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: AMARELO LIMÃO.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
396	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: LARANJA.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
397	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VERDE OLIVA.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
398	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: NUDE.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
399	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VERDE ABACATE.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
400	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: TERRA QUEIMADA.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
401	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: ROSA ESCURO.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
402	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: AZUL TURQUESA.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
403	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: BRANCO.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
404	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: ROXO.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
405	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VINHO.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
406	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: MARROM TERRA.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
407	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VERDE CLARO.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
408	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA PARA TECIDO, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA, PRONTA PARA USO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 37ML. COR: VERDE MUSGO.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
409	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:- FRASCO DE 35ML. COR: VERDE PISTACHE.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
410	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:- FRASCO DE 35ML. COR: DOURADO.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
411	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:- FRASCO DE 35ML. COR: VERMELHO.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
412	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:- FRASCO DE 35ML. COR: VERDE FOLHA.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30

413	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:- FRASCO DE 35ML. COR: CINZA.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
414	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:- FRASCO DE 35ML. COR: BRANCO.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
415	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:- FRASCO DE 35ML. COR: AZUL.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
416	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:- FRASCO DE 35ML. COR: AMARELO.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
417	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:- FRASCO DE 35ML. COR: AMARELO BEBÊ.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
418	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TINTA COM EXPANSÃO A CALOR APRESENTA ACABAMENTO EM RELEVO EMBORRACHADO, BASE INCOLOR. APRESENTAÇÃO:- FRASCO DE 35ML. COR: MARFIM.	FRASCOS	ACRILEX	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
Total do fornecedor: R\$ 5.158,62							
Total geral dos itens: R\$ 35.416,17							

1.2. Consumo médio: o valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 35.416,17 (TRINTA E CINCO MIL E QUATROCENTOS E DEZESSEIS REAIS E DEZESSETE CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pelo Fundo de Assistência Social, que será o Órgão Gerenciador da mesma.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias desta Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula I, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório nº 09/2015 - Pregão Presencial nº 05/2015.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes no edital do Processo Licitatório nº 09/2015 - Pregão Presencial nº 05/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: Nota Fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 8 (oito) do mês subsequente; Nota Fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 20 (vinte) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão efetuadas conforme recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
07	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2091	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CRAS
33903023	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS
13502	Outras Transf. do Fundo de Assist. Social
07	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2091	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CRAS.
33903023	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS
33502	Outras Transf. do Fundo de Assist. Social

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. O prazo de entrega será de 03 (três) dias consecutivos após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

5.2. Local de entrega: Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 4673, Centro, na cidade

de Massaranduba (SC).

5.3. A empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2051/2010, ao critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator.

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata.

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores.

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções.

6.5.1. Advertência.

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1º (primeiro) colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

6.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da Lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no Art. 24, inciso VII da Lei 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito.

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços.

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços.

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em Lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo Fundo Municipal de Assistência Social, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.2. Notificar a contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.1.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital de Pregão Presencial Nº 09/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 04 de setembro de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

ANNA KARINE REINKE FRANZ
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME
Genuir Kurek
CONTRATADA

ZANELLA COMÉRCIO DO VESTUÁRIO
Imelde Zanella
CONTRATADA

BONA GENTE COMERCIAL LTDA
Wilson de Andrade
CONTRATADA

ATA Nº 07.2015 (FMS) - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O PRONTO ATENDIMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015

Processo Licitatório nº 19/2015

Pregão Presencial nº 15/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Ao vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, o FUNDO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. SUZANE ELISA F. REINKE e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do Art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 15/2015 através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES NO PRONTO ATENDIMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL, para atender a demanda pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do edital que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes as empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, neste ato representado por CLEITON ANDRE WAGNER	00.802.002/0001-02
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS, neste ato representado por CRISTIANO GARCIA DE FREITAS	94.894.169/0001-86
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, neste ato representado por IVAN CARLOS FACIOLI	02.520.829/0001-40
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, neste ato representado por GERSON POSTAI	03.652.030/0001-70
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, neste ato representado por JUSTO GOYA DORNELLES JUNIOR	85.247.385/0001-49
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, neste ato representado por PAULA BURATTE	05.531.725/0001-20
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, neste ato representado por ANDRÉ CARLOS BEHNKE	09.944.371/0001-04
LA DALLA PORTA JUNIOR, neste ato representado por PAULO RICARDO COSTA PALMEIRA	11.145.401/0001-56
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, neste ato representado por JOSE DE OLIVEIRA SAMPAIO	67.729.178/0004-91

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES NO PRONTO ATENDIMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

ITEM	EMPRESA	PRODUTO	UNID.	MARCA	QTDE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
13	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ATENSINA (CLORIDRATO DE CLONIDINA) 0,1MG (CONCENTRAÇÃO DE 0,1MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	BOEHRINGER INGELHEIM	2.000	R\$ 0,21	R\$ 420,00
16	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML. USO ADULTO E PEDIÁTRICO. SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO. FRASCO CONTENDO 20ML.	FRASCO	HIPOLABOR	200	R\$ 1,65	R\$ 330,00
17	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%. AMPOLA DE VIDRO OU DE PLÁSTICO CONTENDO 10ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA.	AMPOLA	SAMTEC	200	R\$ 0,49	R\$ 98,00
21	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA (GOTAS). FRASCO CONTENDO 20ML.	FRASCO	FARMACE	150	R\$ 3,44	R\$ 516,00
22	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	BIPERIDENO 5MG/ML. AMPOLA CONTENDO 1ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL.	AMPOLA	CRISTALIA	150	R\$ 2,05	R\$ 307,50
24	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000 UI. FRASCO CONTENDO SOLUÇÃO INJETÁVEL IM.	FRASCO	TEUTO	1.600	R\$ 7,00	R\$ 11.200,00
25	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	TERBUTALINA 0,5MG/ML. AMPOLA CONTENDO SULFATO DE TERBUTALINA. SOLUÇÃO PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA/CUTÂNEA.	AMPOLA	HIPOLABOR	150	R\$ 1,75	R\$ 262,50
27	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CEDILANIDE 0,2MG/ML. AMPOLA CONTENDO 2ML. INJETÁVEL.	AMPOLA	UNIÃO QUÍMICA	150	R\$ 1,31	R\$ 196,50
34	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1%. AMPOLA DE PLÁSTICO CONTENDO 10ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL.	AMPOLA	SAMTEC	250	R\$ 0,20	R\$ 50,00
35	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CLORETO DE SÓDIO 20%. AMPOLA DE PLÁSTICO OU DE VIDRO CONTENDO 10ML.	AMPOLA	ISOFARMA	250	R\$ 0,24	R\$ 60,00
36	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CLOPIDROGEL 75MG (CONCENTRAÇÃO DE 75MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	ARROW-ACTAVIS	250	R\$ 0,37	R\$ 92,50
53	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CLORIDRATO DE ETILEFRINA 10MG. AMPOLA CONTENDO 1ML.	AMPOLA	UNIÃO QUÍMICA	150	R\$ 0,99	R\$ 148,50
60	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	FLEETENEMA GLICERINADO 120MG/ML. FRASCO CONTENDO 500ML.	FRASCO	JP	100	R\$ 7,12	R\$ 712,00
61	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	FENOBARBITAL SÓDICO 100MG/ML. AMPOLA CONTENDO 2ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL.	AMPOLA	CRISTALIA	250	R\$ 1,86	R\$ 465,00

65	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	HEPARINA SÓDICA 5000 UI/ML. FRASCO CONTENDO 5ML. INJETÁVEL.	FRASCO	BLAUSIEGEL	100	R\$ 9,14	R\$ 914,00
66	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	HEPARINA 5000 UI. AMPOLA CONTENDO 0,25ML.	AMPOLA	CRISTALIA	100	R\$ 4,81	R\$ 481,00
68	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	HIDRALAZINA 20MG/ML. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 1ML PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAMUSCULAR/INTRAVENOSA.	AMPOLA	CRISTALIA	150	R\$ 5,09	R\$ 763,50
72	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5MG (CONCENTRAÇÃO DE 5MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	BALDACCI	1.100	R\$ 0,36	R\$ 396,00
73	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 10MG (CONCENTRAÇÃO DE 10MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	GERMED	250	R\$ 0,10	R\$ 25,00
81	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CLORIDRATO DE NALOXONA DE 0,4MG/ML. AMPOLA CONTENDO 1ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL.	AMPOLA	HIPOLABOR	50	R\$ 5,29	R\$ 264,50
83	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	NITROGLICERINA 5MG/ML. AMPOLA CONTENDO 10ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL.	AMPOLA	CRISTALIA	50	R\$ 30,85	R\$ 1.542,50
84	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	NITROPRUSSETO DE SÓDIO 25MG/ML. AMPOLA CONTENDO 2ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL.	AMPOLA	HYPOFARMA	70	R\$ 5,22	R\$ 365,40
88	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ÓLEO AGE: LOÇÃO OLEOSA A BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COM VITAMINAS A E E. UTILIZADO COMO AUXILIAR NO TRATAMENTO DE CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS. FRASCO CONTENDO 200ML.	FRASCO	MOPH	300	R\$ 3,44	R\$ 1.032,00
90	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	OXITOCINA 5U/ML. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 1ML. INJETÁVEL.	AMPOLA	UNIÃO QUÍMICA	70	R\$ 1,24	R\$ 86,80
97	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CLORETO DE SUXAMETÔNIO 500MG/10ML. FRASCO CONTENDO 10ML.	AMPOLA	ARISTON	150	R\$ 9,55	R\$ 1.432,50
101	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SULFATO DE MAGNÉSIO 10%. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 10ML. INJETÁVEL.	AMPOLA	SAMTEC	150	R\$ 0,31	R\$ 46,50
104	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SUSTRATE 10MG (CONCENTRAÇÃO DE 10MG DE PROPATILNITRATO POR COMPRIMIDO).	COMP.	FQM	550	R\$ 0,46	R\$ 253,00
108	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SORO FISIOLÓGICO 0,9%. FRASCO CONTENDO 1000ML PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA.	FRASCO	SEGMENTA-EUROFARMA	3.000	R\$ 3,42	R\$ 10.260,00
109	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SORO GLICOSADO 5%. FRASCO CONTENDO 250ML DE SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE.	FRASCO	SEGMENTA-EUROFARMA	1.500	R\$ 1,88	R\$ 2.820,00
Total do Fornecedor: R\$ 35.541,20							
4	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	ATROPINA 0,25MG. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 1ML, PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA.	AMPOLA	ISOFARMA	250	R\$ 0,27	R\$ 67,50
9	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	ANESTÉSICO COLÍRIO. FRASCO CONTENDO 10ML DE SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL, CLORIDRATO DE TETRACAÍNA 1% E CLORIDRATO DE FENILEFRINA 0,1%.	FRASCO	ALLERGAN	60	R\$ 6,36	R\$ 381,60
19	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 1ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA.	AMPOLA	TEUTO	1.200	R\$ 0,84	R\$ 1.008,00
48	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	DOPAMINA 5MG/ML. AMPOLA CONTENDO 10ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL.	AMPOLA	TEUTO	200	R\$ 0,70	R\$ 140,00
52	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	ACETATO DE RETINOL 10.000 UI, AMINOÁCIDO 2,5%, ETIONINA 0,5%, CLORANFENICOL 0,5%. POMADA OFTÁLMICA CONTENDO PESO LÍQUIDO DE 3,5G.	BISN.	LATINO-FARMA	50	R\$ 7,89	R\$ 394,50
67	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	HALOPERIDOL 5MG/ML. AMPOLA CONTENDO 1ML PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA/INTRAMUSCULAR.	AMPOLA	TEUTO	250	R\$ 0,84	R\$ 210,00
86	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	NIMESULIDA GOTAS 50MG/ML. FRASCO CONTENDO 15ML. SOLUÇÃO PARA ADMINISTRAÇÃO ORAL.	FRASCO	VITAPAN	100	R\$ 0,81	R\$ 81,00
95	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	PROMETAZINA 25MG (CONCENTRAÇÃO DE 25MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	TEUTO	1.100	R\$ 0,07	R\$ 77,00
103	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	SIMETICONA 75MG/ML. FRASCO CONTENDO 10ML.	FRASCO	HIPOLABOR	150	R\$ 0,70	R\$ 105,00
Total do Fornecedor: R\$ 2.464,60							
20	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 5ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA.	AMPOLA	TEUTO	8.200	R\$ 1,39	R\$ 11.398,00
80	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	SULFATO DE NEOMICINA 5MG/G + 250 UI. BISNAGA CONTENDO 10G PARA ADMINISTRAÇÃO TÓPICA.	BISN.	PRATI	300	R\$ 1,10	R\$ 330,00

111	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	AEROLIN INALATÓRIO PARA USO ADULTO E PEDIÁTRICO. CADA DOSE CONTÉM: SULFATO DE SALBUTAMOL 120,5MCG (EQUIVALENTE A 100MCG DE SALBUTAMOL), EXCIPIENTE NORFLURANO (HFA134A) Q.S.P, 1 DOSE.	FRASCO	GLENMARK	1.000	R\$ 4,98	R\$ 4.980,00
Total do Fornecedor: R\$ 16.708,00							
12	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ANESTÉSICO SPRAY. FRASCO CONTENDO 50ML DE SOLUÇÃO TÓPICA, CONTENDO EM CADA ML, 100MG DE LIDOCAÍNA E 1ML DE EXCIPIENTES.	FRASCO	HIPOLABOR	20	R\$ 32,50	R\$ 650,00
15	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	BROMETO DE IPRATROPRIO 0,25MG/ML. PARA USO ADULTO E PEDIÁTRICO. SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO. FRASCO CONTENDO 20ML.	FRASCO	TEUTO	200	R\$ 0,58	R\$ 116,00
40	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	DIAZEPAN 10MG (CONCENTRAÇÃO DE 10MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	SANTISA	1.100	R\$ 0,04	R\$ 44,00
41	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	DIAZEPAN 5MG (CONCENTRAÇÃO DE 5MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	SANTISA	1.100	R\$ 0,04	R\$ 44,00
46	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	DIPIRONA SÓDICA 500MG (CONCENTRAÇÃO DE 500MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	GREEN PHARMA	1.100	R\$ 0,06	R\$ 66,00
51	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	DIMENIDRINATO 30MG, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50MG/ML, GLICOSE 1000MG, FUTOSE 1000MG. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 10ML.	AMPOLA	TAKEDA	3.100	R\$ 4,25	R\$ 13.175,00
54	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ENALAPRIL 10MG (CONCENTRAÇÃO DE 10MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	MEDQUIMICA	250	R\$ 0,05	R\$ 12,50
77	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML. FRASCO CONTENDO 10ML PARA ADMINISTRAÇÃO ORAL.	FRASCO	MARIOL	250	R\$ 0,47	R\$ 117,50
78	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MALEATO DE METILERGOMETRINA 0,2MG/ML. AMPOLA CONTENDO 1ML PARA ADMINISTRAÇÃO SUBCUTÂNEA/ENDOVENOSA/INTRAMUSCULAR.	AMPOLA	UNIAO QUIMICA	200	R\$ 1,30	R\$ 260,00
87	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	NIFEDIPINA 10MG (CONCENTRAÇÃO DE 10MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	BRAINFARMA	600	R\$ 0,03	R\$ 18,00
91	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PARACETAMOL EM GOTAS 200MG/ML. FRASCO CONTENDO 10ML PARA ADMINISTRAÇÃO ORAL. SABOR TUTTI-FRUTTI.	FRASCO	NATULAB	350	R\$ 0,45	R\$ 157,50
93	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PROPANOLOL 40MG (CONCENTRAÇÃO DE 40MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	GEOLAB	1.100	R\$ 0,02	R\$ 22,00
Total do Fornecedor: R\$ 14.682,50							
45	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	DIPIRONA SÓDICA EM GOTAS. FRASCO CONTENDO 10ML, SABOR TUTTI-FRUTTI.	FRASCO	FARMACE	300	R\$ 0,49	R\$ 147,00
47	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	DIGOXINA 0,25MG (CONCENTRAÇÃO DE 0,25MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	PHARLAB	1.100	R\$ 0,03	R\$ 33,00
62	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	GLICOSE 25%. AMPOLA DE PLÁSTICO CONTENDO 10ML. SOLUÇÃO ESTÉRIL E ATEROGÊNICA.	AMPOLA	ISOFARMA	500	R\$ 0,20	R\$ 100,00
63	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	GLICOSE 50%. AMPOLA DE PLÁSTICO CONTENDO 10ML. SOLUÇÃO ESTÉRIL E ATEROGÊNICA.	AMPOLA	FARMACE	800	R\$ 0,21	R\$ 168,00
85	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	NIMESULIDA 100MG (CONCENTRAÇÃO DE 100MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	VITAPAN	1.200	R\$ 0,05	R\$ 60,00
Total do Fornecedor: R\$ 508,00							
2	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	AMIODARONA 50MG/ML. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 3ML.	AMPOLA	HIPOLABOR	250	R\$ 1,68	R\$ 420,00
3	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	AMINOFILINA 24MG/ML. AMPOLA CONTENDO 10ML, PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA.	AMPOLA	HIPOLABOR	350	R\$ 0,69	R\$ 241,50
5	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	ADENOZINA 6MG/ML. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 2ML. INJETÁVEL.	AMPOLA	HIPOLABOR	150	R\$ 7,88	R\$ 1.182,00
6	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	ADRENALINA 1MG. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 1ML.	AMPOLA	HIPOLABOR	700	R\$ 1,26	R\$ 882,00
10	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	ANESTÉSICO SEM VASOCONSTRICTOR (CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA SEM VASOCONSTRICTOR 2%). FRASCO CONTENDO 20ML. SOLUÇÃO ESTÉRIL INJETÁVEL.	FRASCO	HIPOLABOR	3.000	R\$ 1,47	R\$ 4.410,00
23	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	BROMOPRIDA 5MG/ML. AMPOLA CONTENDO 2ML. INJETÁVEL.	AMPOLA	WASSER	650	R\$ 0,75	R\$ 487,50

33	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	COMPLEXO B. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 2ML. INJETÁVEL.	AMPO-LA	HYPOFAR-MA	2.000	R\$ 0,60	R\$ 1.200,00
38	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	CINARAZINA 75MG (CONCENTRAÇÃO DE 75MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	BRAINFA-MA	1.100	R\$ 0,09	R\$ 99,00
43	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	DICLOFENACO SÓDICO 75MG/ML. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 3ML PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAMUSCULAR.	AMPO-LA	TEUTO	5.100	R\$ 0,42	R\$ 2.142,00
44	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 2ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAMUSCULAR/INTRAVENOSA.	AMPO-LA	FARMACE	15.100	R\$ 0,40	R\$ 6.040,00
49	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	MIDAZOLAN 15MG/3ML. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 3ML.INJETÁVEL.	AMPO-LA	HIPOLA-BOR	250	R\$ 1,05	R\$ 262,50
56	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	FUROSEMIDA 10MG/ML. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 2ML DE SOLUÇÃO INJETÁVEL PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA/INTRAMUSCULAR.	AMPO-LA	FARMACE	1.000	R\$ 0,42	R\$ 420,00
59	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	FLUMAZENIL 0,5MG/ML. AMPOLA CONTENDO 5ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL.	AMPO-LA	BIOCHIMI-CO	100	R\$ 31,40	R\$ 3.140,00
69	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	HIDROCORTIZONA 500MG. FRASCO CONTENDO SOLUTO INJETÁVEL PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA/INTRAMUSCULAR.	FRAS-CO	TEUTO	1.100	R\$ 3,15	R\$ 3.465,00
79	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	MANITOL 20% 200MG/ML. FRASCO CONTENDO 250ML.	FRAS-CO	BASA	150	R\$ 4,09	R\$ 613,50
82	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	NOREPINEFRINA 1MG/ML. AMPOLA CONTENDO 4ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL.	AMPO-LA	HIPOLA-BOR	150	R\$ 3,99	R\$ 598,50
102	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	SULFADIAZINA DE PRATA 1%, 10MG. BISNAGA CONTENDO 50G. USO ADULTO E PEDIÁTRICO.	BISN.	NATIVITA	550	R\$ 3,42	R\$ 1.881,00
110	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	SORO GLICOFISIOLÓGICO. FRASCO CONTENDO 500ML DE SOLUÇÃO CLORETO DE SÓDIO 9MG/ML E GLICOSE 50MG/ML, PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA.	FRAS-CO	BASA	1.500	R\$ 2,37	R\$ 3.555,00
Total do Fornecedor: R\$ 31.039,50							
14	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	RANITIDINA 50MG/ML. AMPOLA CONTENDO 2ML. SOLUÇÃO DE USO INJETÁVEL.	AMPO-LA	TEUTO	1.100	R\$ 0,42	R\$ 462,00
28	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	CEFTRIAXONA SÓDICA. FRASCO CONTENDO 1G. PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA.	FRAS-CO	TEUTO	1.000	R\$ 4,54	R\$ 4.540,00
31	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	CETOPROFENO 100MG. FRASCO-AMPOLA. SOLUÇÃO INJETÁVEL PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA.	FRAS-CO	UNIÃO QUIMICA	3.000	R\$ 3,10	R\$ 9.300,00
32	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	CETOPROFENO IM 50MG/ML. AMPOLA DE VIDRO PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAMUSCULAR.	AMPO-LA	UNIÃO QUIMICA	2.100	R\$ 1,59	R\$ 3.339,00
37	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML. AMPOLA CONTENDO 1ML PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA.	AMPO-LA	TEUTO	3.100	R\$ 0,74	R\$ 2.294,00
42	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	DEXAMETASONA 4MG/ML. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 2,5ML PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA.	AMPO-LA	TEUTO	3.000	R\$ 0,74	R\$ 2.220,00
55	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	CITRATO DE FENTANIL 0,0785MG/ML EQUIVALENTE A 0,05MG/ML. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 2ML DE SOLUÇÃO INJETÁVEL PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA/INTRAMUSCULAR.	AMPO-LA	UNIÃO QUIMICA	150	R\$ 0,85	R\$ 127,50
70	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	HIDROCORTIZONA 100MG. FRASCO CONTENDO SOLUTO INJETÁVEL PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA/INTRAMUSCULAR.	FRAS-CO	UNIÃO QUIMICA	900	R\$ 3,10	R\$ 2.790,00
71	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 10MG/ML. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 1ML PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA.	AMPO-LA	BIOLAB	100	R\$ 1,82	R\$ 182,00
89	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	OMEPRAZOL SÓDICO 40MG+10ML DILUENTE. AMPOLA CONTENDO SOLUÇÃO INJETÁVEL PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA.	AMPO-LA	BLAU	900	R\$ 4,49	R\$ 4.041,00
Total do Fornecedor: R\$ 29.295,50							
7	LA DALLA PORTA JUNIOR	AAS 100MG (CONCENTRAÇÃO DE 100MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	SOBRAL	1.600	R\$ 0,02	R\$ 32,00
8	LA DALLA PORTA JUNIOR	ANESTÉSICO EM GEL (CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA GELEIA2%). BISNAGA CONTENDO 30G.	BISN.	HYPER-MARCAS	250	R\$ 1,32	R\$ 330,00
11	LA DALLA PORTA JUNIOR	ANESTÉSICO COM VASOCONSTRICTOR (CLORIDRATO DE EPINEFRINA). FRASCO CONTENDO 20ML. SOLUÇÃO ESTÉRIL INJETÁVEL.	FRAS-CO	HYPOFAR-MA	500	R\$ 3,22	R\$ 1.610,00
26	LA DALLA PORTA JUNIOR	CAPTOPRIL 25MG (CONCENTRAÇÃO DE 25MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	GEOLAB	2.100	R\$ 0,02	R\$ 42,00
39	LA DALLA PORTA JUNIOR	DIAZEPAN 10MG/2ML. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 2ML PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA/INTRAMUSCULAR.	AMPO-LA	SANTISA	1.100	R\$ 0,55	R\$ 605,00

74	LA DALLA PORTA JUNIOR	IBUPROFENO 600MG (CONCENTRAÇÃO DE 600MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	TEUTO	700	R\$ 0,07	R\$ 49,00
75	LA DALLA PORTA JUNIOR	METILDOPA 250MG (CONCENTRAÇÃO DE 250MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	SUN	700	R\$ 0,11	R\$ 77,00
92	LA DALLA PORTA JUNIOR	PARACETAMOL 750MG (CONCENTRAÇÃO DE 750MG POR COMPRIMIDO).	COMP.	ZYDUS	1.600	R\$ 0,05	R\$ 80,00
Total do Fornecedor: R\$ 2.825,00							
1	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	AGUA DESTILADA PARA INJEÇÃO - AMPOLA DE PLÁSTICO CONTENDO 10 ML. SOLUÇÃO ESTÉRIL E ATERÔGENICA	AMPO-LA	EQUIPLEX	15.000	R\$ 0,11	R\$ 1.650,00
58	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	FENITOINA SÓDICA 50MG/ML. AMPOLA CONTENDO 5ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL.	AMPO-LA	HIPOLA-BOR	350	R\$ 2,50	R\$ 875,00
76	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	METOCLOPRAMIDA 5MG/ML. AMPOLA DE VIDRO CONTENDO 2ML PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA/INTRAMUSCULAR.	AMPO-LA	ISOFARMA	15.000	R\$ 0,25	R\$ 3.750,00
96	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	PROMETAZINA 50MG/2ML. AMPOLA CONTENDO 2ML PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAMUSCULAR.	AMPO-LA	SANVAL/HIPOLA-BOR	1.100	R\$ 1,09	R\$ 1.199,00
98	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	RINGER COM LACTATO. FRASCO CONTENDO 500ML PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA.	FRASCO	EUROFARMA	350	R\$ 3,30	R\$ 1.155,00
100	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML. AMPOLA CONTENDO 1ML. INJETÁVEL E SEM CONSERVANTES.	AMPO-LA	CRISTALIA	1.100	R\$ 3,30	R\$ 3.630,00
Total do Fornecedor: R\$ 12.259,00							
Total Geral dos Itens: R\$ 145.323,30							

1.2. Consumo médio: o valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 145.323,30 (CENTO E QUARENTA E CINCO MIL TREZENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E TRINTA CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Saúde Municipal, que será o Órgão Gerenciador da mesma.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias desta Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula I, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório nº 19/2015 - Pregão Presencial nº 15/2015.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do Processo Licitatório nº 19/2015 - Pregão Presencial nº 15/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

- Para Notas Fiscais emitidas na primeira quinzena do mês, o pagamento será efetuado no dia 08 do mês subsequente;
- Para Notas Fiscais emitidas na segunda quinzena do mês, o pagamento será efetuado no dia 20 do mês subsequente.

Através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na Nota Fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
06	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
002	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
2103	MANUTENÇÃO DA UNIDADE HOSPITALAR
33903009000000	MATERIAL FARMACOLÓGICO
10200	Receitas de Impostos - Saúde
06	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
002	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
2103	MANUTENÇÃO DA UNIDADE HOSPITALAR

33903009000000	MATERIAL FARMACOLÓGICO
16301	Transf. Convênio - Estado/Saúde
06	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
002	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
2103	MANUTENÇÃO DA UNIDADE HOSPITALAR
33903009000000	MATERIAL FARMACOLÓGICO
36301	Transf. Convênio - Estado/Saúde

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O prazo de entrega será de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços.

5.2. As entregas serão realizadas no Pronto Atendimento (anexo ao Hospital Municipal), situado na Rua 11 de Novembro, Centro, 3560, em frente à Micar Materiais de Construção.

5.3. A empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2051/2010, a critério do Fundo Municipal de Saúde.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Fundo Municipal de Saúde pelo infrator.

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata.

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores.

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções.

6.5.1. Advertência.

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1º (primeiro) colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto,

processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da Lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no Art. 24, inciso VII da Lei 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito.

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços.

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços.

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Saúde Municipal, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar à contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Fundo Municipal não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital de Pregão Presencial Nº 15/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 26 de agosto de 2015.

SUZANE ELISA F. REINKE

Gestora dos Fundo Municipal de Saúde

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
ANDRÉ CARLOS BEHNKE
Contratada

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
GERSON POSTAI
Contratada

DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
IVAN CARLOS FACIOLI
Contratada

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
JOSE DE OLIVEIRA SAMPAIO
Contratada

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
JUSTO GOYA DORNELLES JUNIOR
Contratada

LA DALLA PORTA JUNIOR
PAULO RICARDO COSTA PALMEIRA
Contratada

MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS
CRISTIANO GARCIA DE FREITAS
Contratada

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CLEITON ANDRE WAGNER
Contratada

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
PAULA BURATTE
Contratada

ATA Nº 10.2015 (FMS) - EXAMES E LAUDOS DE ULTRASSONOGRAFIA E RAIOS-X

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015
VALIDADE: 12 (doze) meses

Ao décimo oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora, Sra. SUZANE ELISA F. REINKE e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 22/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para contratação de empresa para realização de serviços de responsabilidade técnica para realização de exames e laudos de ultrassonografia e radiológicos para utilização nos Postos de Saúde e Pronto Atendimento do município de Massaranduba (SC), para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme edital do Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes as empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAÚDE E EDUCAÇÃO LTDA, neste ato representado por PATRICIA MARIA DA COSTA NEVES	10.747.668/0001-50

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação: contratação de empresa para realização de serviços de responsabilidade técnica para realização de exames e laudos de ultrassonografia e radiológicos para utilização nos Postos de Saúde e Pronto Atendimento do município de Massaranduba (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente Ata, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

ITEM	EMPRESA	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1.1	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA ABDOMEN TOTAL	EX	ESPAÇO CLIN	500	R\$ 73,91	R\$ 36.958,00
1.2	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	EXAMES ULTRASSONOGRAFIA ABDOMEM SUPERIOR	EX	ESPAÇO CLIN	120	R\$ 69,31	R\$ 8.317,80
1.3	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	EXAME ULTRASSONOGRAFIA ENDOVAGINAL	EX	ESPAÇO CLIN	600	R\$ 73,93	R\$ 44.361,60
1.4	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	EXAMES ULTRASSONOGRAFIA RINS E VIAS URINARIAS	EX	ESPAÇO CLIN	250	R\$ 73,93	R\$ 18.484,00
1.5	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA VIA ABDOMINAL	EX	ESPAÇO CLIN	80	R\$ 69,30	R\$ 5.544,00
1.6	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE	EX	ESPAÇO CLIN	100	R\$ 69,31	R\$ 6.931,50
1.7	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA DE MAMAS	EX	ESPAÇO CLIN	300	R\$ 73,93	R\$ 22.180,80
1.8	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	EXAME ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA	EX	ESPAÇO CLIN	500	R\$ 73,93	R\$ 36.968,00
1.9	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA PELVICA E GINECOLOGICA	EX	ESPAÇO CLIN	100	R\$ 69,30	R\$ 6.930,00
1.10	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	EX	ESPAÇO CLIN	30	R\$ 69,31	R\$ 2.079,45
1.11	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	ULTRASSONOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL	EX	ESPAÇO CLIN	30	R\$ 69,31	R\$ 2.079,45
1.12	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	ULTRASSONOGRAFIA DE PAREDE ABDOMINAL	EX	ESPAÇO CLIN	40	R\$ 69,31	R\$ 2.772,60
1.13	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	LAUDO PARA EXAME DE RAO X	EX	ESPAÇO CLIN	10000	R\$ 11,08	R\$ 110.892,80
TOTAL GERAL DOS ITENS:						R\$ 304.500,00	

1.2. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 304.500,00 (TREZENTOS E QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será utilizada pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, que será o Órgão Gerenciador da mesma.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias desta Ata de Registro de Preços é o relacionado na cláusula I, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório nº 22/2015 - Pregão Presencial nº 18/2015.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital de Processo Licitatório nº 22/2015 - Pregão Presencial Nº 18/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao fechamento dos exames de ultrassonografia e laudos de raios-X realizados no mês, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na Nota Fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos.

4.1.1. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.1.2. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preço serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Os serviços, objeto deste edital deverão ser entregues pelo fornecedor adjudicado da seguinte forma:

5.1.1. A realização dos exames de ultrassonografia e laudos de raios-X deverá ser efetivada parceladamente, conforme necessidade e

solicitação do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, em todas as quartas-feiras de cada mês, no horário das 07h00min às 19h00min horas, após a data do recebimento da Ordem de Serviço, que será emitida pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba.

5.1.2. A realização dos laudos de raios-X deverá ser efetuada até duas vezes por semana, em todas as quartas-feiras e quintas-feiras do mês, após o recebimento dos exames realizados por uma Técnica de Enfermagem do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba.

5.1.3. Os exames de ultrassonografia e laudos de raios-X deverão ser realizados no Prédio da Unidade Mista de Saúde - Hospital Municipal, situado na Rua 11 de Novembro, 3560, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina.

5.2. A empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

5.3. As Notas Fiscais deverão ser emitidas para:

Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba
CNPJ: 11.231.203/0001-05 I.E.: ISENT0
Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro
CEP: 89108-0000 Massaranduba – SC

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator.

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata.

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores.

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência.

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total da Ata, em caso de recusa do 1º (primeiro) colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no Art. 24, inciso VII da Lei 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito.

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de Ata decorrente do registro de preços.

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial da Ata decorrente do registro de preços.

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao órgão gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.2. Notificar a contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

10.1.3. O município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução desta Ata, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do Art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.3. Disponibilizar os serviços contratados, de forma parcelada, conforme necessidade do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, conforme prescreve o item 12 do Processo Licitatório nº 22/2015, após solicitação através de Ordem de Serviço, devendo ser expedida a Nota Fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

11.1.4. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta contratação.

11.1.5. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, sem a autorização expressa pela Administração.

11.1.6. Manter durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta licitação.

11.1.7. Sujeitar-se a mais ampla fiscalização por parte do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram.

11.1.8. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, observando-se as leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis ao caso e demais exigências legais para o exercício das atividades do objeto desta Ata, ficando, ainda o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba isento de qualquer vínculo empregatício.

11.1.9. Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas e quaisquer outros que forem devidos.

11.1.10. Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. A contratante ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital de Pregão Presencial Nº 22/2015 e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 18 de setembro de 2015.

SUZANE ELISA F. REINKE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Contratante

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Contratante

INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAÚDE E EDUCAÇÃO LTDA

PATRICIA MARIA DA COSTA NEVES

Contratada

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO EMERGENCIA 065-2015

DECRETO Nº. 065/2015, 21 DE SETEMBRO DE 2014.

Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município afetadas por alagamentos (COBRADE – 12.300).

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em exercício de Meleiro, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 12, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, CONSIDERANDO:

I – A ocorrência de cheias, provocada pelas fortes precipitações em curto espaço de tempo e isolando comunidades e em alguns locais acompanhadas de descargas elétricas e granizo, que atingiram o município nos dias 17, 18, 19 e 20 de setembro de 2015, conforme FIDE (Formulário de Informações do Desastre);

II – Que o enorme volume de chuva, causou inundações de residências, órgãos públicos e comerciais e destruição das lavouras, resultando em significativos danos materiais e prejuízos econômicos e sociais constantes no formulário FIDE em anexo;

III – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Alagamentos (COBRADE – 12.300), conforme Instrução Normativa MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, nas ações da resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 4º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 5º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil diretamente responsável pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº. 866 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser

concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedados a prorrogação dos contratos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Meleiro (SC), 21 de setembro de 2015.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secretário Administração e Finanças

EXTRATO TOMADA DE PREÇO Nº 051-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 051/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 14/10/2015, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas referente a TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 051/2015, que tem como objeto a prestação de serviço de construção e implantação da 2ª etapa do Portal turístico em estrutura metálica na Avenida Silvio Jorge Zanette com fornecimento de material e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projetos básico anexos ao processo. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400.

Meleiro/SC, 23 de setembro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 001/2015 AO CONTRATO ADM 28/2015

Extrato de Termo Aditivo 01/2015 ao Contrato Administrativo nº 28/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Contratado: GEOVANO MARCELO DA SILVA

Valor: 23.368,50

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados que realizou aditamento de preço do contrato nº 028/2015 de 12/02/2015 (contratação de serviços médico veterinários), constante da cláusula segunda, com supressão de valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, constante da justificativa do setor que fazem parte integrante do referido contrato, sendo o valor suprimido de R\$ 6.924,00 (seis mil novecentos e vinte e quatro reais) a serem suprimidos do valor original do contrato de R\$ 30.292,50 (trinta mil duzentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos), sendo que o valor fica suprimido para R\$ 23.368,50 (vinte e três mil trezentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

Modelo (SC), 23 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ATA APROVAÇÃO DE AMOSTRA 122/2015 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua Aníbal Gaya, nº938, Centro – Navegantes CEP 88375-000
Fone: (47) 3342 3580.

CI SAS n.º 309/2015 Em, 22 de setembro de 2015.

Secretária de administração: Sra. Silvana Maria Mendes Francisco
Departamento de Compras e Licitações

Assunto: Aprovação das amostras - Processo Licitatório nº122/2015
– Cesta básica destinada ao Benefício Eventual do Sistema Único de Assistência Social.

Prezadas,

Pela presente, em razão da necessidade de avaliação dos itens/especificações apresentados alimentos que compõe a cesta básica, que se pretende adquirir através do processo licitatório supracitado, venho manifestar concordância com as amostras apresentadas pelo participante COMERCIAL STONNI LTDA - ME, de acordo com os itens apresentados e os descritos na Ata de Reunião e Julgamento de Proposta. 9

Certa de suas providências, agradeço penhorada, ao tempo em que renovo protestos de estima e apreço.

Iuli da Cunha Ceschin
Secretaria de Assistência Social

ATA DE APROVAÇÃO AMOSTRA 129/2015 PMN

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC., APÓS ANALISAR AS AMOSTRAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2015 INFORMA QUE FORAM APROVADOS/REPROVADOS, CONFORME SEGUE:

FORNECEDORA COM.TEXTIL –

Itens aprovados: 03, 31, 33.

Itens reprovados: 18 (não possui marca e medida incorreta), 35 (cor não confere com o solicitado, contém partem em metal).

CÉLIA REGINA – Itens reprovados: 08 (quantidade e peso não conferem), 32 (não atende as medidas, cor da parte interna deveria ser branco), 40 (medidas não conferem).

JLM - Itens aprovados : 20, 27, 29, 41.

Itens reprovados: 12 (sem Certificado Inmetro e espessura não confere), 30 (medidas não conferem), 34 (não plastificada, etc...)

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA-ME - Itens nºs : 04 / 09 / 16 / 19 / 26 / 36

“Não apresentou amostras”, repassar para Procedimento Administrativo.

BOZZANO E BOZZANO – Item aprovado 07

Itens reprovados: 06 (produto não cola madeira, couro e tecido), 17 (base e cabo não atendem o solicitado), 38 (medidas não conferem), 44/45 (sem marca e ponteira de plástico)

LINEAR – Itens aprovados : 05, 10, 11, 22, 43

Itens reprovados: 02 (medidas não atendem, sem garantia e veio com bateria).

28 (não atende medidas mínimas), 39 (tamanho incompatível e sem garantia) .

ELMO – Itens aprovados: 14, 15, 21, 42.

Item reprovado: 01 (não apresentou amostra), 23/24/25(não apresentou certificado PEFC).

Navegantes/SC 23 de setembro de 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2015.

EXTRATO * ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN107/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 107/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 107/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas/fornecedores abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE CALHAS E RUFOS, DEVIDAMENTE INSTALADOS, PARA REFORMAS, MANUTENÇÕES E REPAROS NAS ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC.

FORNECEDOR: ABC MÃO DE OBRA E COMÉRCIO DE VIDROS.

VALOR TOTAL: R\$ 123.400,00

FORNECEDOR: IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA.

VALOR TOTAL: 93.800,00

Vigência: 24/08/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 11/2015 FUMREBOM (RETIFICADO/REPUBLICADO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 FUMREBOM

---retificado/republicado---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PRÉ-HOSPITALARES, PARA SEREM UTILIZADOS NAS AMBULÂNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 06/10/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 06/10/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 23 de setembro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 57/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (DESTILADORES DE AGUA) PARA SEREM UTILIZADOS NO CEO (CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 06/10/2015 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 06/10/2015 às 9:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

CHAMAMENTO 2º COLOCADO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO 129/2015 PMN

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC., CONVOCA PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DO

2º COLOCADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2015 - PMN, CONFORME SEGUE:

ITENS	2º COLOCADO
18	BLU DISTRIBUIDORA
35	LINEAR
8	ELMO
32	JLM
40	FORNECEDORA
12	CÉLIA REGINA
30	ELMO PAPELARIA
34	ELMO PAPELARIA
4	JLM
9	LINEAR
16	ELMO PAPELARIA
19	JLM
26	ELMO PAPELARIA
36	LINEAR
6	JLM
17	FORNECEDORA
38	ELMO PAPELARIA
44	CÉLIA REGINA
45	ELMO PAPELARIA
2	ELMO PAPELARIA
28	JLM
39	ELMO PAPELARIA
1	LINEAR
23	BLU DISTRIBUIDORA
24	LINEAR
25	JLM
NAVEGANTES/SC, 23 DE SETEMBRO DE 2015.	

DECRETO 454 TRANSFERE FERIADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 454 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

TRANSFERE FERIADO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

DECRETA:

Art. 1º O feriado do dia 28 de outubro de 2015, alusivo ao Dia do Servidor Público, que cairá numa quarta-feira, será transferido para o dia 30 de outubro de 2015, uma sexta-feira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE SETEMBRO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de setembro de 2015.
Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 455 REGULAMENTA LC 248 ESTAGIÁRIOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 455 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015
REGULAMENTA O § 3º DO ARTIGO 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 248 DE 23 DE JUNHO DE 2015 E REVOGA DECRETO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município,

CONSIDERANDO a necessidade de definir o número de estagiários que serão contratados para cada unidade administrativa do Poder Executivo, especialmente em razão da previsão contida no § 3º do artigo 1º da Lei Complementar nº 248, de 23 de junho de 2015,
DECRETA:

Art. 1º Serão concedidas à Secretaria de Administração e Logística, para encaminhamento às unidades administrativas solicitantes, as seguintes vagas de estágio:

I – 20 (vinte) vagas de nível de ensino superior, sendo:

a) 3 (três) na área de contabilidade para estudantes a partir do 4º período;

- b) 2 (duas) na área de administração para estudantes a partir do 3º período;
c) 2 (duas) na área de Engenharia e Arquitetura para estudantes a partir do 4º período;
d) 13 (treze) na área de Direito para estudantes a partir do 5º período;

II – 05 (cinco) Vagas de nível médio.

Art. 2º Fica autorizada, a Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito, a disponibilizar, para o CITRAN, estagiários na forma do Convênio de Trânsito.

Art. 3º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio, conforme previsão contida no § 2º do Art.1º da Lei Complementar nº 248 de 23 de junho de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, o Decreto nº 440 de 31 de agosto de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 456 CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500

DECRETO Nº 456 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015
NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o que dispõe a lei 2286 de 19/03/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por este ato, o Conselho Municipal de Cultura, cujos integrantes são os seguintes:

I Representantes da Fundação Cultural de Navegantes:

Titular: Regina Célia Correia

Suplente: Marcos Venício Montagna

II Representantes da Secretaria Municipal da Educação:

Titular: Luíza Ramos

Suplente: Ana Lúcia dos Santos Coelho

III Representantes da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte:

Titular: Carlos Sérgio de Souza

Suplente: Gérson Ademir Fagundes

IV Representantes da Secretaria de Finanças:

Titular: Márcio Capella

Suplente: Edinéia Bett Santiago

V Representantes da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUMAN:

Titular: Paulo Celso Mafra

Suplente: Cláudia Angioletti

VI Representantes da Secretaria de Governo:

Titular: Cassiano Ricardo Weiss

Suplente: Célio de Oliveira

VII Representantes do Audiovisual residente no Município:

Titular: Caroline Westerkamp Costa

Suplente: Luan Kaly Beretta

VIII Representantes das Artes Visuais:

Titular: Rosiane Serafim

Suplente: Carla Patrícia Moreira

IX Representantes das Artes Cênicas:

Titular: Jonathan Moroni Cardoso Silveira

Suplente: Vagner Luiz da Silva

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500

X Representantes da Música:

Titular: Rubens Serafim

Suplente: Thainara Caetano de Camargo

XI Representantes das Humanidades:

Titular: Vilma Marli Rebello Mafra

Suplente: Cleusa Mendes

XII Representantes do Patrimônio Imaterial:

Titular: Bárbara Eva de Almeida

Suplente: Maria Olívia Emílio Baltazar

XIII Representantes do Patrimônio Material:

Titular: Ângela Peryel

Suplente: Cinara Vieira de Souza

XIV Representantes da Arquitetura:

Titular: Ricardo Batista dos Santos

Suplente: Gisele Schmitt

XV Representantes do Artesanato:

Titular: Fabia Francisca

Suplente: Vera Lucia Bergold

XVI Representantes do Empresariado Municipal:

Titular: Rafael Nunes de Oliveira

Suplente: Eduardo Werner

Art. 2º O Conselho Municipal de Cultura é nomeado para um mandato de 2 (dois) anos conforme determina a lei 2286 de 19 de março de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, o Decreto nº 491 de 18 de março de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 453 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 453 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela da Lei nº 3037 de 21/09/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 950.000,00 (Novecentos e cinquenta mil reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 08 – Bloco Investimento

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 47 – Infra-Estrutura em Saúde

1.065 – Construção, Reforma e Ampliação da Unidades de Saúde

Fonte de Recursos – 013300 – Transferências de Convênios – União/Saúde

94 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 950.000,00

T O T A L R\$ 950.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos – 013300 – Transferências de Convênios – União/Saúde

25 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 950.000,00

T O T A L R\$ 950.000,00

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 23 de Setembro de 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de Setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 456 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 456 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela da Lei nº 3038 de 21/09/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 72.500,00 (Setenta e dois mil e quinhentos reais) da seguinte dotação:

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Esportes

Unidade: 01 – Diretoria Técnica - FME

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 76 – Esporte e Lazer

1.005 – Construção de Áreas Esportivas

Fonte de Recursos – 01.6400 – Transferência de Convênios – Estado/Outros (não relacionados a educação/saúde e assistência social)

06 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.900,00

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Esportes

Unidade: 02 – Diretoria Administrativa - FME

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 24 – Navegantes é Esporte

2.072 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos – 01.6400 – Transferência de Convênios – Estado/Outros (não relacionados a educação/saúde e assistência social)

20 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 22.600,00

T O T A L R\$ 72.500,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Esportes

Unidade: 01 – Diretoria Técnica - FME

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 76 – Esporte e Lazer

1.006 – Construção de Ginásio de Esportes

Fonte de Recursos – 01.6400 – Transferência de Convênios – Estado/Outros (não relacionados a educação/saúde e assistência social)

09 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 72.500,00

T O T A L R\$ 72.500,00

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 23 de Setembro de 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de Setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EDITAL Nº 028/2015/SME

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL nº 028/2015/SME

Fixa data e estabelece normas para o Processo de Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, aos ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do Quadro do Magistério Público Municipal.

A Secretaria Municipal de Educação comunica que estarão abertas as inscrições para a Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação para os ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal, previsto nos artigos 16, 17, 18, 19 da Lei Complementar nº 072 de 08 de Janeiro de 2010 que trata do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Navegantes.

1. Das Inscrições

1.1. Poderão participar do processo de Progressão Funcional Horizontal – por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação ocupantes de cargo efetivo de Professor e Especialista em Assuntos Educacionais.

1.2. O período de inscrição será de 05 a 09 de outubro de 2015, na Secretaria Municipal de Educação de Navegantes.

1.3. A ficha de inscrição deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação de Navegantes, de acordo com a documentação do servidor, descrita no item 1.4, deste Edital.

1.4. O servidor deverá anexar à ficha de inscrição para Progressão Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação:

a) Cópia de Certificado de Cursos de aperfeiçoamento e/ou Capacitação com o mínimo de 04(quatro) horas/aula de cursos na área de formação profissional, e o total de cursos apresentados deverão completar, no mínimo, 80(oitenta) horas/aula. Juntamente com as cópias, o servidor deverá apresentar no ato da inscrição os certificados originais, que serão conferidos e devolvidos no ato.

b) Somente serão computados e validados os cursos que contemplem a área de formação/atuação profissional do servidor do Magistério.

c) Só serão validados os certificados que tiverem o registro de Carga Horária, Registro da Entidade Responsável pela Minистраção do Curso, Conteúdos, Ministrante, Entidade responsável pelo Curso e Validação do Sistema Municipal de Ensino.

d) Os cursos de aperfeiçoamento ou capacitação serão viabilizados pela Secretaria Municipal de Educação ou por ela autorizados e/ou reconhecidos.

e) Fará jus à Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação ao apresentar, a cada 02 (dois) anos no período designado a referida Progressão, 80(oitenta) horas/aula na área de atuação ou formação profissional.

f) Serão considerados os certificados emitidos nos últimos 02 (dois) anos (outubro de 2013 a outubro de 2015).

1.5. Efetuada a inscrição, o servidor deverá verificar a exatidão das informações e assinar a ficha de inscrição.

2. Do Processo de Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação

2.1. Somente poderá participar da Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação

- Servidores efetivos que já cumpriram o estágio probatório.
- Servidores que atendam aos incisos I, II e III do artigo 25 da Lei Complementar nº 072 de 08 de janeiro de 2010, que trata do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério de Navegantes.

2.2. Será divulgada a relação das inscrições indeferidas, bem como os motivos do indeferimento, nas unidades escolares, até o dia 20/10/2015.

2.3. A contar da data de publicação do indeferimento das inscrições, o servidor terá 03 (três) dias úteis para interpor recurso administrativo dirigido à Secretaria Municipal da Educação, bem como, solicitar anulação da sua inscrição.

2.4. A solicitação do recurso administrativo e/ou da solicitação da anulação da inscrição deverá ser através de requerimento e entregue na Secretaria de Educação, no período de 21 a 23/10/2015.

2.5. A portaria de Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, os resultados dos recursos administrativos e as anulações das inscrições serão expedidas pela Secretaria Municipal de Educação.

2.6. O enquadramento dos servidores que tiveram seus processos de Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, deferidos, atenderá ao disposto no artigo 18§ 1º e 2º da lei Complementar nº 072/2010 [...] A progressão nas classes da carreira não altera a posição nos níveis.

2.7. O resultado final da Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação será divulgado no dia 03 de novembro de 2015, nas respectivas unidades escolares e na Secretaria da Educação.

2.8. Será efetuada a Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, a partir de janeiro de 2016, para fins de assentamento funcional e inclusão na folha de pagamento.

3. Das Disposições Finais

3.1 A Secretária Municipal de Educação de Navegantes, professora Nerozilda Pinheiro Ferreira, instaurará comissão específica para análise dos processos de Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, com a composição de técnicos da Secretaria de Educação e profissionais efetivos que já tenham cumprido o estágio probatório nos cargos de Professor e Especialista em Assuntos Educacionais.

3.2 A Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, de que trata o presente Edital, terá validade restrita ao período de sua realização.

3.3 O pedido de Progressão Funcional Horizontal importará no conhecimento do servidor do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas desta progressão.

3.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Educação.

Navegantes – SC, 21 setembro de 2015.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

Silvana Mendes Francisco

Secretária da Administração e Logística

Nerozilda Pinheiro Ferreira

Secretária de Educação

EXTRATO CONTRATUAL Nº189/2015.

Extrato Contratual PMN 189/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Sona Construtora Ltda.

Vigência : Início: 08/09/2015 Término: 05/01/2015.

Licitação : Tomada de Preços nº 092/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 171/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de concreto (com fornecimento de materiais) das Ruas Paraguai - Bairro Gravatá, Rua Osmundo Dutra, Rua Maria Carlota Vieira, Rua José Wander Pinheiro, Rua Comendador Pedro F. dos Santos e Rua Orlandino Formigal - Bairro Meia Praia - Conforme Tomada de Preço nº 092/2014 - Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM - TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Navegantes, 04 de setembro de 2015.

II ATA PREGÃO PRESENCIAL 11/2015 FUMREBOM-FRACASSADO

Pregão Presencial 11/2015 FUMREBOM

o pregoeiro informa aos interessados que o licitante Sermedical não apresentou as AFE's solicitadas conforme a ata anterior, sendo desta forma inabilitada, nova data será agendada para licitação na mesma edição do DOM

navegantes, 23 de setembro de 2015

LEI 3039 ALTERA LEI 1505 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO RUA TERESA DE SOUZA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 3039 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

ALTERA A LEI 1505/2002, QUE DENOMINA LOGRADOUROS PÚBLICOS QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a denominação da "Estrada Geral de Areias", situada no Bairro Escalvados, prevista no artigo 1º da lei 1505/2002, que passa a ser denominada Rua Teresa de Souza.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário da lei nº 1505 de 28 de fevereiro de 2002.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI COMPLEMENTAR 256 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 256 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, CLASSIFICAÇÃO, EXTINÇÃO, CRIAÇÃO DE CARGOS E A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei complementar:

CAPÍTULO I**Das Disposições Preliminares**

Art. 1º. Esta Lei Complementar disciplina a estrutura organizacional, os níveis hierárquicos, orgânicos e funcionais da Câmara Municipal de Navegantes e define as atribuições comuns e específicas dos órgãos de direção, chefia e assessoramento, bem como dos cargos de provimento efetivo, em comissão e as gratificações de funções de confiança.

Parágrafo Único - Os anexos I a VI são partes integrantes desta Lei Complementar.

Art. 2º. O regime jurídico aplicado aos servidores públicos da Câmara Municipal é o estatutário, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

CAPÍTULO II**Da Estrutura Administrativa**

Art. 3º. A estrutura de apoio técnico e administrativo dos departamentos da Câmara Municipal compreende:

I – Direção Superior: formado pela Mesa Diretora, e, administrado pela Presidência da Câmara de Vereadores, nos termos do Regimento Interno, formado:

- a) Mesa Diretora;
- b) Gabinete da Presidência;
- b.1) Assessoria da Presidência.

II – Departamentos de Direção:

- a) Diretoria Administrativa:
 - a.1 – Coordenadoria Financeira;
 - a.2 – Coordenadoria de Patrimônio e Manutenção;
 - a.3 – Ouvidoria;
 - a.4 – Assessoria de Comunicação Social



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

- b) Procuradoria Geral:
 - b.1 – Assessoria Jurídica;
 - b.2 – Assessoria das Comissões Permanentes;
 - c) Controladoria Interna.
- III – Agentes Políticos:
- a) Gabinetes dos Vereadores.
 - a.1 – Assessorias dos Vereadores.

CAPÍTULO III

Do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos

Art. 4º. Integram a estrutura do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal da Câmara Municipal de Navegantes:

- I – Quadro de Pessoal (Anexos I e III);
- II – Quadro de Níveis de Vencimentos dos Servidores Efetivos (Anexo II);
- III – Quadro de Cargos e Atribuições (Anexos IV e V);
- IV – Organograma da Câmara de Vereadores (Anexo VI).

Art. 5º. Para fins desta Lei Complementar considera-se:

- I - Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos - conjunto de normas e procedimentos que regulam a vida funcional e a remuneração do servidor;
- II - Quadro de Pessoal - conjunto de cargos de provimento efetivo, em comissão, e de funções gratificadas;
- III - Grupo Ocupacional - conjunto de cargos agrupados segundo a natureza do trabalho, escolaridade, qualificação, atribuições e graus de complexidade e responsabilidade;
- IV - Cargo de Provimento Efetivo - conjunto de funções e responsabilidades definidas com base na estrutura organizacional da Câmara Municipal, cuja investidura se dá exclusivamente mediante concurso público;
- V - Cargo de Provimento em Comissão - conjunto de funções de chefia, direção e assessoramento, com responsabilidades definidas com base na estrutura organizacional da Câmara Municipal, cuja investidura é de livre nomeação e exoneração;
- VI – Função Gratificada – conjunto de atribuições, classificadas segundo a natureza e o grau das responsabilidades, atribuídas por critério de confiança exclusivamente a servidor ocupante de cargo efetivo da estrutura organizacional da Câmara Municipal, ou colocado à sua disposição, e desempenhadas na unidade à qual estiver vinculada a função;
- VII - Quadro de Aproveitamento - conjunto de relações que permitem aproveitar o servidor em disponibilidade, observadas a escolaridade e a compatibilidade de funções;
- VIII - Quadro de Vencimento - conjunto de coeficientes que, aplicados sobre o piso salarial dos servidores da Câmara Municipal e definido por Lei, determina o vencimento do servidor;
- IX - Progressão Funcional - avanço entre referências e níveis decorrentes da promoção de servidor no mesmo cargo;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

- X - Referência - graduação ascendente, existente em cada nível, determinante da progressão funcional horizontal;
XI - Nível - graduação ascendente, existente em cada grupo ocupacional, determinante da progressão funcional vertical;
XII - Lotação - local onde o servidor desempenha suas funções;
XIII - Escolaridade - grau de instrução necessário para o desempenho das funções de cada cargo;
XIV - Habilitação - formação acadêmica mínima exigida para o exercício das atividades relativas a cada cargo existente na estrutura organizacional da Câmara Municipal; e
XV - Investidura Originária - posse no cargo para o qual, mediante concurso público, o servidor logrou ingresso na Câmara Municipal, respeitada a habilitação exigida.
XVI Remuneração - o vencimento do cargo de carreira acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecido em lei.
XVII - Vencimentos (salário) - retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

CAPÍTULO IV

Da Carreira e da Progressão Funcional

Art. 6º. A carreira funcional de que trata a presente Lei Complementar fica estruturada na forma dos Anexos I a III.

Art. 7º. O ingresso na carreira dar-se-á no nível e referência iniciais do cargo para o qual o servidor prestou concurso público.

Art. 8º. A progressão funcional dar-se-á horizontal ou verticalmente, mediante promoção por tempo de serviço, por merecimento, especial e por aperfeiçoamento.

§1º A progressão horizontal dar-se-á quando o servidor, por força de promoção, for movimentado de uma referência para outra imediatamente superior, no mesmo nível.

§2º A progressão vertical dar-se-á quando o servidor, por força de promoção, for movimentado da última referência de um nível para a primeira referência do nível imediatamente superior do mesmo cargo.

Art. 9º. A progressão funcional, horizontal ou vertical, decorrente de promoção por tempo de serviço, dar-se-á com a movimentação do servidor de uma para outra referência ou nível do mesmo cargo, a cada 02 (dois) anos de efetivo exercício, após cumprido o período de estágio probatório.

Art. 10. A progressão funcional, horizontal ou vertical, decorrente de promoção por merecimento, dar-se-á com a movimentação do servidor de uma para outra referência ou nível do mesmo cargo, decorrido 01 (um) ano de efetivo exercício contado da progressão a que se refere o artigo anterior, obedecidos os critérios de avaliação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 11. A progressão funcional, horizontal ou vertical, decorrente de promoção por aperfeiçoamento, dar-se-á com a movimentação do servidor de uma para outra referência ou nível do mesmo cargo, considerando-se os seguintes critérios:

I – 01 (uma) referência por conclusão de curso de curta duração, observada carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas/aula;

II – 02 (duas) referências por conclusão de curso de graduação; e

III – até 04 (quatro) referências por conclusão de curso de pós-graduação, segundo os seguintes parâmetros:

a) 02 (duas) referências por conclusão de curso de pós-graduação *latu sensu*, com a obtenção do título de especialista;

b) 03 (três) referências por conclusão de curso de pós-graduação *strictu sensu*, com a obtenção do título de mestre;

c) 04 (quatro) referências por conclusão de curso de pós-graduação *strictu sensu*, com a obtenção do título de doutor.

§ 1º A promoção por conclusão de curso de curta duração fica limitada a 2 (duas) referências por ano civil.

§ 2º Na hipótese do inciso I do *caput* deste artigo, será permitido o aproveitamento de, no máximo, 120 (cento e vinte) horas/aula para cada curso de curta duração.

§ 3º A promoção por conclusão de curso de graduação ou de pós-graduação fica limitada, consideradas as duas hipóteses, a uma por ano civil, com interstício de 3 (três) anos para nova promoção tendo por fundamento o disposto nos incisos II e III do *caput* deste artigo, independentemente da data de sua conclusão.

§ 4º Os cursos referidos no inciso I do *caput* deste artigo deverão relacionar-se com as atribuições do cargo efetivo do servidor, ou do órgão da Câmara Municipal onde exerça as suas funções, ou afins, cabendo à Presidência da Câmara Municipal, mediante requerimento do interessado, reconhecê-los ou não para efeito de imediata promoção por aperfeiçoamento no seu cargo efetivo.

§ 5º Os cursos referidos nos incisos II e III do *caput* deste artigo deverão relacionar-se com as áreas de conhecimento da Câmara de Vereadores, cabendo à Presidência da Câmara Municipal, a requerimento do interessado, reconhecê-los ou não para efeito de promoção por aperfeiçoamento no seu cargo efetivo, vedado seu aproveitamento para nova promoção.

§ 6º A concessão da promoção por aperfeiçoamento, referida no inciso I do *caput* deste artigo, poderá ser concedida aos servidores já ocupantes de cargos efetivos, que comprovarem a participação, a partir de 1º de janeiro de 2010;

§ 7º Para a promoção por aperfeiçoamento de que tratam os incisos II e III do *caput* deste artigo, não poderão ser aproveitados os cursos de graduação e de pós-graduação utilizados para o enquadramento dos servidores levado a efeito pelo art. 23 desta Lei Complementar.

§ 8º A repercussão financeira da promoção por aperfeiçoamento se dará a partir da data do protocolo do pedido de reconhecimento do curso para esse fim, devidamente instruído.

§ 9º É permitida a cumulação de cursos para a contagem da carga horária a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo, desde que cada um deles alcance, no mínimo, 15 (quinze) horas/aula, vedado seu aproveitamento para nova promoção.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

§ 10 É permitido, para a obtenção da promoção por aperfeiçoamento prevista no inciso I do *caput* deste artigo, o aproveitamento de cursos à distância, respeitado o limite máximo de 120 (cento e vinte) horas/aula por ano civil.

§ 11 A carga horária de cursos de curta duração que exceder ao número de horas previsto no inciso I do *caput* deste artigo para uma promoção por aperfeiçoamento, poderá ser utilizada para outra promoção, ainda que noutra ano civil, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 12. Fica instituído o Adicional de Pós-Graduação, destinado aos servidores efetivos portadores de títulos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, do quadro de pessoal da Câmara Municipal.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, somente serão considerados os cursos que, na forma da legislação específica, forem reconhecidos e ministrados por instituições de ensino credenciadas ou reconhecidas pelo Ministério da Educação - MEC ou pelo Conselho Estadual de Educação, ou oficialmente validados quando feitos no exterior.

§ 2º Os cursos de pós-graduação *lato sensu* serão admitidos, desde que tenham duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

§ 3º Os cursos referidos neste artigo deverão relacionar-se com as áreas de conhecimento técnico-administrativas da Câmara Municipal, cabendo à Presidência, a requerimento do interessado, reconhecê-los ou não, com repercussão financeira a contar da data do protocolo do pedido.

Art. 13. O Adicional de Pós-Graduação incidirá sobre o vencimento relativo do Quadro de Vencimento dos Cargos de Provimento Efetivo - Anexo I, observado o seguinte:

I - 15% (quinze por cento), aos portadores de título de especialista;

II - 20% (vinte por cento), aos portadores de título de mestre;

III - 25% (vinte e cinco por cento), aos portadores de título de doutor.

§ 1º Os percentuais fixados nos incisos do *caput* não são cumulativos.

§ 2º A repercussão financeira se dará a partir da data do protocolo do pedido de reconhecimento do curso, que deverá estar acompanhado de fotocópia do diploma ou certificado de conclusão, ou ainda, de declaração de conclusão de curso emitida pela instituição de ensino.

Art. 14. Fica instituído o Adicional de Graduação, destinado aos servidores efetivos do quadro de pessoal da Câmara Municipal, portadores de diploma de conclusão de curso de graduação em nível superior que, na forma da legislação específica, for reconhecido e ministrado por instituição de ensino credenciada ou reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) ou pelo Conselho Estadual de Educação, observado o disposto no § 5º do art. 11.

Parágrafo único. Não será admitido, para a concessão de Adicional de Graduação, o aproveitamento de curso de graduação em nível superior já utilizado pelo servidor para a progressão funcional por aperfeiçoamento de que trata o inciso II do art. 11 desta Lei Complementar.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 15. O valor do Adicional de Graduação é de 5% (cinco por cento) do vencimento do nível “7”, referência “C”, do Quadro de Vencimento dos Cargos de Provimento Efetivo – Anexo XIV.

§ 1º A repercussão financeira dar-se-á a partir da data do protocolo do pedido de reconhecimento do curso, que deverá estar acompanhado de fotocópia do diploma ou certificado de conclusão ou, ainda, de declaração de conclusão de curso emitida pela instituição de ensino.

Art. 16. É vedada a cumulação do Adicional de Graduação com o de Pós-Graduação.

Art. 17. Para efeito de promoção por tempo de serviço e merecimento não será considerado como de efetivo exercício no cargo o tempo relativo a:

- I - licença para tratamento de interesses particulares;
- II - faltas injustificadas;
- III - suspensão disciplinar; e
- IV - prisão administrativa ou decorrente de decisão judicial.

CAPÍTULO V

Da Composição do Quadro de Pessoal

Art. 18. O Quadro de Pessoal de que trata esta Lei Complementar compõe-se de:

I - cargos de provimento efetivo compreendendo:

- a) Atividades de Nível Superior - ANS;
 - b) Atividades de Nível Médio - ANM; e
- II - cargos de provimento em comissão; e
- III - funções gratificadas.

Art. 19. Os cargos de provimento efetivo estão classificados e inseridos nos seguintes Grupos Ocupacionais:

- I - Atividades de Nível Superior - ANS: cargos de provimento efetivo, para cujo desempenho é exigido diploma de curso superior, conforme disposto no Anexo I;
- II - Atividades de Nível Médio - ANM: cargos de provimento efetivo, para cujo desempenho é exigido certificado de conclusão de curso de 2º grau, conforme disposto no Anexo I;

Art. 20. Os cargos de provimento efetivo da Câmara Municipal são os seguintes:

- I - Agente de Serviços Gerais;
- II - Assessor Administrativo de Recursos Humanos;
- III - Assessor Contábil;
- IV - Assessor Jurídico;
- V - Assessor Legislativo;
- VI - Assistente Legislativo;
- VII - Assistente Contábil;
- VIII - Contador;
- IX - Técnico de Som, Operação e Manutenção Geral;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

X - Analista de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda;

XI - Motorista;

XII - Recepcionista;

XIII - Telefonista.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos de provimento efetivo estarão hierarquicamente subordinados às chefias imediatas dos departamentos onde forem lotados, por ato do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 21. Os requisitos para provimento, referência inicial de vencimento, carga horária semanal e quantidade dos cargos de provimento efetivo da Câmara Municipal são aqueles constantes do Anexo I, desta Lei Complementar.

Art. 22. Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 23. Os cargos de provimento em comissão da Câmara Municipal são os seguintes:

- I- Assessor das Comissões Permanentes;
- II- Assessor de Comunicação Social;
- III- Assessor de Gabinete;
- IV- Chefe de Gabinete da Presidência;
- V- Diretor Administrativo;
- VI- Procurador Geral;
- VII- Controlador Interno;
- VIII- Coordenador Financeiro;
- IX- Coordenador de Patrimônio e Manutenção.

Parágrafo único. Os Cargos de Coordenador de Patrimônio e Manutenção e Controlador Interno devem ser ocupados, exclusivamente, por servidores de carreira nos casos e condições previstos no anexo III.

Art. 24. As atribuições comuns dos cargos de provimento em comissão constam nos dispositivos desta Lei Complementar, enquanto as atribuições específicas dos cargos de provimento efetivo e em comissão da Câmara Municipal são aquelas dispostas nos Anexos IV e V, desta Lei Complementar.

Art. 25. São atribuições comuns a todos os níveis de direção, chefia e assessoramento:

- I - programar, organizar, orientar, dirigir, coordenar e supervisionar a execução de todas as tarefas de responsabilidade da direção, chefia ou assessoramento;
- II - promover os meios adequados ao suprimento das necessidades, de modo a assegurar o desempenho da unidade que dirige;
- III - assessorar o superior imediato no planejamento e na organização das atividades e dos serviços que lhe forem solicitados;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

- IV - responsabilizar-se e prestar contas junto ao órgão hierarquicamente superior dos resultados esperados e alcançados;
- V - cumprir e fazer cumprir, na área de sua atuação, as normas e regulamentos vigentes;
- VI - zelar, em sua área de atuação, pela implantação, implementação e funcionamento das normas de controle interno estabelecidas para todos os órgãos e unidades da Câmara Municipal;
- VII - distribuir os serviços ao pessoal sob sua direção, examinando o andamento dos trabalhos e providenciando sua pronta conclusão;
- VIII - promover a sistematização das formas de execução dos serviços de sua competência;
- IX - informar e instruir processos de sua área de atuação, encaminhando aqueles que dependem de solução de autoridade imediatamente superior;
- X - proferir despachos interlocutórios em processos cuja decisão caiba ao nível imediatamente superior e decisórios em processos de sua competência;
- XI - manter a disciplina do pessoal de seu órgão ou unidade de trabalho;
- XII - despachar com o superior hierárquico imediato os assuntos de sua competência.

Art. 26. O ocupante do cargo de direção, chefia e assessoramento não poderá, em hipótese alguma, escusar-se de decidir em assuntos de sua competência, sob pena de responsabilizar-se pelas consequências decorrentes de sua recusa ou omissão.

Art. 27. As Funções Gratificadas possuem caráter temporário e serão concedidas pelo Presidente.

§ 1º A Função Gratificada não exime o servidor do exercício das atribuições do cargo de que é titular, e será concedida em função da atribuição de maiores responsabilidades ou de responsabilidades distintas daquelas inerentes ao seu cargo efetivo.

§ 2º São Funções Gratificadas às desempenhadas:

I – pelos membros de Comissões Permanentes, assim designadas em ato do(a) Presidente;

II – pelo(s) Pregoeiro(s) Oficial(is).

III – pelos membros de Comissões Especiais de Trabalho constituídas pelo(a) Presidente, desde que, pela complexidade, duração ou importância das tarefas que lhes forem cometidas, lhes sejam expressamente atribuídas;

IV – pelo Ouvidor; e

V – pelos servidores aos quais sejam atribuídas funções de assessoramento técnico.

§ 3º A remuneração da Função Gratificada de Ouvidor constante nos Anexos desta Lei Complementar correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do vencimento básico do respectivo cargo de carreira do servidor nomeado.

§ 4º É vedada a cumulação de Funções Gratificadas.

§ 5º A Gratificação de Função, prevista neste artigo, somente é devida enquanto perdurarem as atividades e em nenhuma hipótese será incorporada, para efeito de vencimento ou remuneração do servidor.

Art. 28. Os cargos integrantes de cada Grupo Ocupacional referidos no art. 19, e os de provimento em comissão, estão relacionados, classificados e quantificados nos Anexos I a IV desta Lei Complementar.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 29. Os requisitos e a habilitação profissional dos cargos e funções integrantes do quadro do pessoal efetivo estão definidos nos Anexos I a III desta Lei Complementar.

CAPÍTULO VI **Da Política Salarial**

Art. 30. O quadro de vencimento estabelecido no Anexo II desta Lei Complementar é constituído de valores em moeda corrente, dispostos em 07 (sete) níveis verticais e 07 (sete) referências horizontais por nível, com incremento de 3,5% (três e meio por cento) entre cada nível.

Parágrafo único. Ficam mantidos os valores constantes da Tabela de Vencimento prevista no Anexo II da Lei Complementar 170/2013, para os servidores ocupantes cargos efetivos da Câmara de Vereadores, até o nível em que cada um dos atuais servidores estiverem posicionados, considerando a partir deste nível um incremento de 3,5% (três vírgula cinco por cento) por nível, na forma do Anexo II.

Art. 31. O valor do vencimento dos cargos comissionados e das funções gratificadas é estabelecido nos Anexos III e IV desta Lei Complementar.

Art. 32. Os valores das referências de vencimentos dos cargos de provimento efetivo e em comissão são aqueles fixados nos Anexos I a IV, e serão revisados anualmente, tendo como data-base o mês de janeiro, e no mesmo percentual de reajuste concedido aos servidores públicos municipais de Navegantes, obedecendo aos limites constitucionais.

Parágrafo Único - Caso não ocorra a revisão geral anual conforme prevê o *caput* deste artigo, fica assegurada aos Vereadores e os servidores da Câmara de Vereadores de Navegantes a revisão salarial em janeiro de cada ano, por resolução do Presidente da Mesa Diretora, devendo ser calculada com base no Índice Geral de Preços ao Consumidor – INPC, a fim de recompor as perdas salariais do exercício anterior.

CAPÍTULO VII **Das Disposições Gerais e Finais**

Art. 33. Ficam criados os cargos de provimento efetivo de Assessor Administrativo de Relações Humanas, Contador, Técnico de Som, Operador e Manutenção Geral, e Analista de Comunicação Social – Publicidade e propaganda.

Art. 34. São extintos os cargos de provimento em comissão de:

- I - Assistente Técnico de Som e Manutenção Geral;
- II - Gerente Administrativo e Financeiro;
- III - Procurador Adjunto;
- IV - Coordenador de Patrimônio;
- V - Ouvidor; e
- VI - Secretária.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

§ 1º Os cargos públicos de provimento em comissão referidos neste artigo serão automaticamente extintos quando seus atuais titulares forem exonerados, a pedido ou a juízo da autoridade competente, tendo, como prazo para as exonerações, até o dia 31 de dezembro de 2015.

§ 2º O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado em caso de necessidade devidamente justificada e comprovada.

§ 3º Fica mantido vencimento dos cargos de que trata este artigo, nos valores fixados anteriormente à vigência desta Lei Complementar, até a data da efetiva extinção dos cargos.

Art. 35. Ficam criados os cargos de provimento em comissão de:

- I - Assessor das Comissões Permanentes;
- II - Coordenador Financeiro;
- III - Controlador Interno;
- IV - Coordenador de Patrimônio e Manutenção.

Art. 36. Fica criada a função gratificada de ouvidor.

Art. 37. Ficam resguardadas e garantidas as situações funcionais dos atuais servidores efetivos ativos, já constituídas.

Art. 38. A carga horária dos servidores abrangidos pela presente lei será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sexta-feira, sendo que os comissionados deverão obrigatoriamente estar presentes nas sessões da Câmara de Vereadores;

Parágrafo Único - A carga horária estabelecida no *caput* para servidores poderá ser flexibilizada, atendendo às necessidades da população e dos serviços, à natureza das funções e as características das repartições, devendo, contudo, ser no mínimo de 06 (seis) horas diárias;

Art. 39. Os horários de atendimento ao público, de funcionamento e controle de horários de trabalho de servidores da Câmara Vereadores serão regulamentados por portaria, pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes.

Art. 40. Caberá ao Presidente da Câmara Municipal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei Complementar, instituir comissão especial para a elaboração das normas pertinentes à progressão funcional, assegurada a participação de servidores efetivos.

Art. 41. A progressão funcional será interrompida se ao final do exercício financeiro as despesas de pessoal da Câmara Municipal ultrapassarem o limite estabelecido no art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, sendo restabelecida, se as circunstâncias o permitirem, no exercício seguinte ao da interrupção.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Parágrafo Único: Na hipótese do presente artigo, Ato do Presidente da Câmara Municipal decretará a interrupção e o restabelecimento da progressão funcional.

Art. 42. Os valores e níveis salariais determinados nos anexos II e III vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 43 As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria, ficando condicionadas à comprovação, em processo administrativo próprio, antes da realização de concurso público.

Art. 44. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, ressalvadas as disposições contidas no art. 42, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Complementares 170/2013, 172/2013 e 230/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
 Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
 CEP 88370-446 – Navegantes - SC
 CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Anexo I – Lei Complementar 256 de 23 de setembro de 2015

CARGOS EFETIVOS

Cargo	Nº de vagas	Níveis Rem./Carga horária	Escolaridade
Agente de serviços gerais	1	1.672,42 por 40 horas semanais	Ensino Médio Completo
Contador	1	E4/G6 por 40 horas semanais	Ensino Superior Completo Ciências Contábeis
Assessor Jurídico	2	E4/G6 por 40 horas semanais	Ensino Superior Completo em Direito com inscrição na OAB-SC
Assessor Legislativo	1	5.424,11 por 40 horas semanais	Ensino Superior Completo
Assistente Contábil	1	5.424,11 por 40 horas semanais	Ensino Superior Completo Ciências Contábeis
Assessor Contábil	1	7.878,90 por 40 horas semanais	Ensino Superior Completo Ciências Contábeis
Assistente Legislativo	1	5.424,11 por 40 horas semanais	Ensino Superior Completo
Motorista	1	A1/C3 por 40 horas semanais	Ensino Médio Completo
Recepcionista	2	A1/C3 por 40 horas semanais	Ensino Médio Completo
Técnico em som, Operação e manutenção geral	1	C1/E3 por 40 horas semanais	Ensino Médio Completo e Curso Técnico em Operador de Som, em nível médio.
Telefonista	2	A1/C3 por 30	Ensino Médio



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
 Rua João Emilio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
 CEP 88370-446 – Navegantes - SC
 CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

		horas semanais	completo
Analista Legist.de	1	D1/F3 por 40	Ensino Superior
Comunicação		horas semanais	Completo em
Public. e Prop.			Jornalismo,
			Publicidade e
			Propaganda, ou
			Relações
			Públicas.
Assessor Adm. de	1	D1/F3 por 40	Ensino Médio
Recursos Humanos		horas semanais	Completo
			Curso Técnico em
			Recursos Humanos/
			Contabilidade
			Completo (MEC)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
 Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
 CEP 88370-446 – Navegantes - SC
 CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Anexo II – Lei Complementar 256 de 23 de setembro de 2015

TABEÇAS DE NÍVEIS SALARIAIS

OS VALORES DA TABELA DE NÍVEIS SALARIAIS SÃO EM MOEDA CORRENTE (R\$)

Nível	1	2	3	4	5	6	7
A	1.490,57	1.544,64	1.600,66	1.658,71	1.718,88	1.781,22	1.845,82
B	1.912,77	1.982,14	2.054,04	2.128,54	2.205,74	2.285,74	2.368,65
C	2.454,55	2.543,58	2.635,83	2.731,44	2.830,50	2.933,16	3.040,35
D	3.039,55	3.149,79	3.264,03	3.382,42	3.505,10	3.632,22	3.763,96
E	3.900,48	4.041,95	4.188,55	4.340,46	4.497,89	4.661,03	4.830,08
F	5.005,26	5.186,80	5.374,92	5.569,87	5.771,88	5.981,23	6.198,16
G	6.422,97	6.655,93	6.897,36	7.147,52	7.406,76	7.675,40	7.953,79



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
 Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
 CEP 88370-446 – Navegantes - SC
 CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Anexo III – Lei Complementar 256 de 23 de setembro de 2015

CARGOS COMISSIONADOS

OS VALORES DA TABELA DE NÍVEIS SALARIAIS SÃO EM MOEDA CORRENTE (R\$)

Cargo	Nº de vagas	Remuneração/Carga horária	Escolaridade
Assessor de Comunicação Social	1	3.039,14 por horas semanais	Ensino Superior em, Jornalismo, Publicidade ou Relações Públicas
Assessor de Gabinete	01 vaga para cada vereador	2.560,00 por horas semanais	Ensino Médio Completo
Chefe do Gabin. da Presidência	1	3.439,14 por horas semanais	Ensino Médio Completo
Procurador Geral	1	7.222,22 por horas semanais	Superior Completo em Direito e Inscrição na OAB/SC
Assessor das Comissões Permanentes	1	5.158,73 por horas semanais	Superior Completo em Direito e Inscrição na OAB/SC
Diretor Administrativo	1	7.222,22 por horas semanais	Ensino Superior completo
Controlador Interno	1	2.464,81 por horas semanais	Superior Completo Ciências Contábeis e Servidor de Carreira
Coordenador de Patrimônio	1	4.190,34 por horas semanais	Superior Completo Servidor de Carreira
Coordenador Financeiro	1	4.190,34 por horas semanais	Superior Completo

Função Gratificada

Ouvidor	1	20% por horas semanais	Ensino Médio Completo
---------	---	------------------------	-----------------------



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Anexo IV – Lei Complementar 256 de 23 de setembro de 2015

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVOS

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

- * Manter limpas as dependências da sede da Câmara Municipal.
- * Limpar, conservar e zelar pelo mobiliário.
- * Fazer e servir café e água.
- * Manter limpos todos os utensílios da cozinha.
- * Requisitar material de limpeza necessário à manutenção do asseio.
- * Requisitar café, açúcar, água e outros, necessários ao cumprimento de suas funções.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo Municipal.

ASSESSOR CONTÁBIL

- * Elaborar calendários e esquemas de pagamentos.
- * Movimentar, juntamente com a Presidência, as contas bancárias da Câmara.
- * Promover a elaboração de propostas orçamentárias anualmente, de acordo com a legislação vigente.
- * Estudar o comportamento das despesas.
- * Coordenar as providências visando ao repasse de numerários às contas do Legislativo pela Prefeitura.
- * Fornecer elementos para a abertura de créditos adicionais.
- * Promover a escritura sintética e analítica dos lançamentos relativos às operações contábeis, visando a um demonstrativo claro.
- * Promover a elaboração do programa financeiro dentro da estimativa das despesas correntes e de capital.
- * Assinar mapas, resumos, quadros, demonstrativos e outros documentos de operações contábeis.
- * Visar todos os documentos elaborados e expedidos pela Assessoria.
- * Organizar e fazer confeccionar, nos prazos legais, balanços, balancetes e relatórios necessários à apuração contábil.
- * Promover o empenho de despesas.
- * Manter a Presidência e a Secretaria Geral informadas dos saldos das dotações orçamentárias.
- * Providenciar, dentro das normas legais, a aquisição do material necessário ao funcionamento quando devidamente autorizado pela Presidência ou Secretaria Geral.
- * Promover o registro de salário-família, adicionais por tempo de serviço e outras vantagens dos servidores.
- * Tomar parte e fazer tomar seus subordinados de seminários, encontros, cursos ou outras



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

atividades que visem ao aprimoramento dos trabalhos da Assessoria.

- * Executar outras tarefas afins necessárias à regulamentação da escrituração contábil da Câmara.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.
- * Aplicar e fazer aplicar as leis e os regulamentos referentes ao pessoal.
- * Estudar e discutir, com os órgãos interessados, a proposta orçamentária referente à parte do pessoal.
- * Tomar medidas necessárias à revisão periódica do Plano de Classificação de Cargos da Câmara.
- * Promover a apuração do tempo de serviço dos servidores para todo e qualquer efeito.
- * Promover a verificação dos dados relativos ao controle do salário-família, adicional por tempo de serviço ou outras vantagens dos servidores previstas na legislação em vigor.
- * Efetivar a organização e atualização dos registros.
- * Fazer os assentamentos da vida funcional e de outros dados do pessoal.
- * Comunicar irregularidades na admissão de pessoal.
- * Comunicar à Coordenadoria Financeira a exoneração ou provimento de servidores.
- * Receber e preparar a declaração de bens de servidores da Câmara sujeitos a tanto, efetivando o devido registro.
- * Acompanhar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pelos Poderes Executivo e Legislativo do Município;
- * Preparar guias de recolhimento de obrigações sociais incidentes sobre a remuneração dos servidores.
- * Fornecer a declaração de ganhos anuais aos servidores para efeito de imposto de renda.
- * Fornecer aos vereadores a declaração anual de ganhos para efeito de imposto de renda.
- * Efetuar todas as tarefas necessárias ao pagamento dos servidores.
- * Exercer outras atividades correlatas.

ASSESSOR JURÍDICO

- * Emitir pareceres de natureza jurídica nas matérias em tramitação na Câmara de Vereadores com o intuito de subsidiar os vereadores sobre as proposições em trâmite na Câmara de Vereadores, verificando a legalidade e a constitucionalidade dos projetos de lei apresentados às Comissões ou ao Plenário da Câmara, submetendo-os previamente à apreciação do Procurador Geral.
- * Assessorar os vereadores em assuntos jurídicos ligados ao trabalho legislativo, dando-lhes subsídios para a discussão de matérias legislativas.
- * Emitir pareceres sobre reuniões jurídicas quando solicitado.
- * Desenvolver estudos constantes e manter arquivo de jurisprudência de interesse aos trabalhos da Câmara.
- * Acompanhar, pesquisar e estudar a evolução no país, informando as unidades e os vereadores interessados da existência ou alteração de dispositivos legais que afetem a comunidade e os trabalhos legislativos da Câmara.
- * Assessorar, quando solicitado, as Comissões de Sindicância e os Inquéritos, especiais e permanentes.
- * Organizar e manter coletânea de legislação, jurisprudência, pareceres e outros diplomas



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

legais de interesse do Legislativo em arquivo próprio.

- * Programar e supervisionar as atividades desenvolvidas nas comissões técnicas.
- * Analisar contratos, convênios, acordos, ajustes e respectivos aditivos, como também os editais de licitação, dispensa e inexigibilidade da Câmara de Vereadores, emitindo os respectivos pareceres.
- * Elaborar minutas e atos oficiais como leis, decretos, portarias, resoluções parlamentares e projetos de lei.
- * Elaborar relatórios consubstanciados a respeito das atividades da Procuradoria.
- * Exercer outras atividade correlatas.

ASSESSOR LEGISLATIVO

- * Redigir projetos de lei, mensagens, convites, convocações e outros documentos de maior complexidade afeitos ao trabalho legislativo.
- * Conferir as proposições e projetos constantes do expediente e ordem do dia, verificando sua ordem de discussão.
- * Acompanhar a tramitação dos projetos e proposições, sua expedição e sanção.
- * Conferir a totalidade da documentação necessária à entrada dos projetos na Câmara.
- * Determinar a multiplicação e o fornecimento de cópias de atos oficiais.
- * Prestar informações aos vereadores sobre matérias em tramitação.
- * Prestar assistência a vereadores, bancadas e à Mesa na busca de subsídios que possam instruir matérias em julgamento.
- * Fazer fornecer aos vereadores devidamente autorizados pela Presidência documentos sob a guarda de serviço de arquivo e protocolo.
- * Solicitar aos vereadores e/ou ao Poder Executivo a juntada de documentação necessária à entrada de projetos na Câmara.
- * Fazer confeccionar releases de matérias que irão à discussão na sessão.
- * Controlar o cronograma de projetos a irem à ordem do dia.
- * Confeccionar folhas de presença de vereadores.
- * Redigir termos de posse de vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito.
- * Controlar a sanção dos projetos aprovados, verificando o cumprimento do tempo legal hábil.
- * Coordenar os trabalhos entre as diversas sessões na Câmara.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.
- * Executar outras atividades correlatas e auxiliares às funções da Secretaria Geral.

ASSISTENTE CONTÁBIL

- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo Municipal.
- * Elaborar o Orçamento da Câmara.
- * Manter sistema de acompanhamento e controle orçamentário, verificando sua correta execução, bem como a exatidão e regularidade das contas da Câmara.
- * Proceder à análise de balanços e outros documentos informativos de natureza contábil-financeira.
- * Preparar relatórios que demonstrem o comportamento geral da execução financeira



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

orçamentária em função da disponibilidade financeira.

- * Elaborar o cronograma de dispêndio da Câmara.
- * Remeter à Prefeitura, na época própria, para fins de orçamento, a previsão de despesas da Câmara para o Exercício seguinte.
- * Fazer registrar sintética e analiticamente as operações financeiras.
- * Organizar balancetes e balanços financeiros bem como outros documentos de apuração contábil-financeira.
- * Promover o exame e a conferência dos processos de pagamento.
- * Promover o registro contábil dos bens do patrimônio da Câmara.
- * Promover o recebimento das importâncias devidas.
- * Efetuar pagamento de despesas.
- * Requisitar talões de cheques.
- * Contatar agências bancárias para assuntos de sua competência.
- * Determinar a preparação de cheques.
- * Providenciar a publicação de movimento financeiro.
- * Remeter a expediente da Câmara o Demonstrativo Financeiro Mensal.
- * Promover o recolhimento de obrigações sociais.
- * Promover o recolhimento do imposto de renda na fonte, dos servidores, vereadores ou prestadores de serviços.
- * Promover, no encerramento do Exercício, a entrega do saldo numerário à Prefeitura.
- * Exercer outras atividades correlatas à Tesouraria.

ASSISTENTE LEGISLATIVO

- * Redigir ofícios, cartas, despachos e demais expedientes de acordo com normas pré-estabelecidas em legislação pertinente.
- * Redigir atos administrativos mais complexos, dentro da orientação da Secretaria Geral.
- * Conferir a datilografia e/ou digitação de documentos por outros servidores executados.
- * Redigir exposições de motivo de Projetos de Lei, Resoluções e outros documentos oficiais que exijam mais discernimento e poder de análise.
- * Encaminhar documentação para despacho e assinatura.
- * Encaminhar documentação a ser expedida pela Câmara ao setor competente.
- * Acompanhar os trabalhos legislativos em sessões da Câmara.
- * Auxiliar vereadores e demais servidores em tarefas necessárias ao bom desempenho dos trabalhos legislativos.
- * Fornecer aos vereadores documentação necessária ao desempenho das funções legislativas.
- * Auxiliar a Mesa Diretora nos trabalhos legislativos.
- * Coordenar o andamento das proposições.
- * Fazer publicar, para distribuição aos vereadores, cópias do [Regimento Interno da Câmara](#) e da [Lei Orgânica](#) municipal.
- * Executar outras tarefas afins determinadas pela Presidência, fazendo a distribuição aos setores competentes.
- * Auxiliar os vereadores quando necessário e solicitado no encaminhamento de seus trabalhos legislativos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

- * Auxiliar os servidores ligados à área legislativa, norteando as atividades.
- * Executar outras tarefas afins determinadas pela Secretaria Geral.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.

MOTORISTA

- * Conduzir os veículos oficiais da Câmara de Vereadores.
- * Zelar pelas boas condições físicas e mecânicas dos veículos.
- * Providenciar os reparos necessários e o constante abastecimento de combustível dos veículos.
- * Observar as datas pertinentes à renovação da documentação legal dos veículos.
- * Estar sempre devidamente uniformizado e com asseio pessoal.
- * Manter-se à disposição da Presidência e dos integrantes das Comissões da Câmara de Vereadores e dos vereadores e servidores, desde que autorizados pela Presidência da Casa.
- * Estar à disposição do Legislativo, ainda que em horas extraordinárias à jornada normal de trabalho.
- * Manter em perfeita ordem legal os documentos de habilitação para a condução dos veículos.
- * Manter os veículos limpos e asseados.
- * Dirigir veículo(s) automotor(es) obedecendo ao Código de Trânsito Brasileiro, seguindo itinerário e programa estabelecido
- * Adotar medidas adequadas à prevenção ou solução de qualquer incidente, garantindo sua segurança e a dos passageiros.
- * Executar outras atividades correlatas às acima descritas, a critério do superior imediato.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo Municipal.

RECEPCIONISTA

- * Fazer diariamente a recepção dos munícipes, visitantes e autoridades, promovendo sua identificação mediante crachás.
- * Fazer companhia aos visitantes, pessoalmente ou solicitando a outro servidor enquanto estiverem nas demais dependências da Casa.
- * Manter anotação das visitas recebidas pela Casa.
- * Receber e manter protocolo de recebimento de correspondências.
- * Executar outras tarefas afins determinadas por superiores.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.
- * Zelar pelo bom trato devido aos munícipes, visitantes e autoridades, assim como aos demais servidores.
- * Atribuições do cargo de telefonista na substituição destes por ausências temporárias, faltas, folgas, férias ou impedimentos.

TÉCNICO DE SOM, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL

- * Operar e montar a aparelhagem de som.
- * Operar o sistema de votação eletrônica da Câmara Municipal.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

- * Realizar a manutenção da aparelhagem de som.
- * Executar a manutenção geral.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.

TELEFONISTA

- * Operar todo o sistema de telefonia da Câmara de Vereadores.
- * Receber e fazer ligações telefônicas solicitadas por vereadores, servidores e outros, devidamente autorizadas pela Chefia de Gabinete ou seu delegado.
- * Manter registro de todas as ligações efetuadas diariamente, fazendo constar o número ligado, a cidade, o horário, o solicitante e a duração da chamada.
- * Manter catálogos telefônicos que facilitem a localização de números telefônicos.
- * Manter lista atualizada dos números de linhas de repartições, empresas ou outras entidades mais intimamente ligadas aos trabalhos desenvolvidos na Câmara de Vereadores.
- * Apontar os recados telefônicos e levá-los, a tempo e modo, a conhecimento de seus destinatários.
- * Solicitar material necessário ao desempenho de suas funções.
- * Requisitar às companhias telefônicas o reparo em linhas que apresentem problemas.
- * Proceder à constante vistoria dos aparelhos ligados à central de telefonia interna, verificando seu estado de funcionamento e solicitando os reparos ao Diretor Administrativo quando for o caso.
- * Executar outras tarefas afins determinadas por superiores.
- * Solicitar à Secretaria Administrativa a presença de técnicos para manutenção do sistema de telefonia quando necessário.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.
- * Atribuições do cargo de recepcionista na substituição destes por ausências temporárias, faltas, folgas, férias ou impedimentos;

ANALISTA LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E PROPAGANDA

- * Criar anúncios relacionados com assuntos da Câmara Municipal nas mais diversas mídias;
- * Desenvolver Layouts e artes gráficas para comunicados, informativos e convites da Câmara Municipal;
- * Executar serviços jornalísticos relacionados com assuntos e matérias da Câmara Municipal;
- * Fazer a cobertura dos trabalhos das comissões, das sessões, audiências públicas, entrevistas coletivas, exposições e dos eventos internos e externos relacionados com a Câmara;
- * Elaborar matérias especiais para os órgãos de divulgação da Câmara;
- * Encarregar-se do processo de suprimento de notícias encaminhadas para os mecanismos de divulgação institucional da Câmara Municipal.
- * Providenciar a captação nas mais variadas fontes de informações, que suprirão os meios de comunicação institucional mantidos pela Câmara Municipal;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

- * Promover a aferição de resultados, para verificar diariamente, em todas as mídias, o resultado das ações de divulgação promovidas pela Câmara Municipal
- * Garantir cobertura imparcial e democrática de todas as atividades da Casa, inclusive a cobertura jornalística dos pronunciamentos em plenário;
- * Elaborar relatórios, diagnósticos e avaliações específicas, tendentes a qualificar os processos de divulgação institucional da Câmara Municipal;
- * Encarregar-se do processo de difusão e disponibilização das notícias consolidadas ao público e aos órgãos de imprensa interessados, sobre a Câmara Municipal;
- * Assistir aos órgãos do Poder Legislativo, através das diretrizes determinadas pela chefia imediata, das matérias que serão objeto de divulgação pela Câmara Municipal;
- * Desempenhar outras atribuições de jornalista, comunicador social e publicitário que lhe forem dadas pelas chefias competentes;
- * Desenvolver outras atribuições relacionadas ao cargo.

ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS

- * Assessorar e cumprir as determinações do Presidente da Câmara Municipal, relacionadas a gestão de servidores, respectivas funções, planejamento, negociações de relações humanas e do trabalho;
- * prestar orientações sobre a importância da saúde e segurança no trabalho.
- * Manter atualizados os assentamentos sobre a vida funcional dos Vereadores e servidores da Câmara Municipal;
- * Promover a emissão e controle das folhas de pagamentos e os processos de promoção e progressão dos servidores públicos, ativos e inativos, e estagiários;
- * Promover a apuração do tempo de serviço dos servidores para todo e qualquer efeito.
- * Emitir os relatórios mensais de cartão-ponto e o controle de horas extraordinárias e compensação de horas dos servidores;
- * Comunicar superior hierárquico as faltas ocorridas, bem como sugerir a aplicação de penalidades aos servidores;
- * Estudar questões relativas a direitos, vantagens, deveres e responsabilidade dos servidores, conforme as determinações legais;
- * Processar pedidos de licença, férias, aposentadoria, entre outros;
- * Controlar convênios dos servidores públicos da Câmara Municipal;
- * Supervisionar as atividades de recrutamento e seleção de pessoal, de acordo com as deliberações da Presidência ou da Diretoria Administrativa.
- * Encaminhar à publicação os resultados de concursos públicos.
- * Preparar os atos de nomeação de pessoal.
- * Preparar a lavratura de atos referentes à pessoal.
- * Providenciar a identificação, matrícula e expedição de carteiras funcionais aos servidores.
- * Organizar a lotação numérica dos servidores.
- * Executar outras atividades correlatas, bem como as tarefas que lhe forem atribuídas por seus superiores hierárquicos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

CONTADOR

- * Promove o controle, conferência, classificação e contabilização das operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da Câmara Municipal;
- * Cuida da elaboração e execução do Orçamento da Câmara;
- * Promove a execução do Controle Interno da Câmara e prestação de contas;
- * Escritura analiticamente os atos ou fatos administrativos, efetuando os correspondentes lançamentos contábeis, para possibilitar o controle contábil e orçamentário;
- * Contabiliza os documentos, analisando-os e processando-os, para assegurar a observância do plano de contas adotado;
- * Promove a prestação, acertos e conciliação de contas em geral, conferindo saldos, localizando e retificando possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis;
- * Elabora o balanço anual da Câmara Municipal;
- * Elabora a prestação de contas para apreciação da Câmara Municipal e remessa ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- * Escritura livros contábeis;
- * Faz a escrituração sintética e analítica dos lançamentos relativos às operações contábeis, visando demonstrar a receita e despesa;
- * Examina empenhos de despesa, verificando a classificação e a existência de recursos nas dotações orçamentárias, para o pagamento dos compromissos assumidos;
- * Supervisiona os cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis, utensílios e instalações, ou participar destes trabalhos, adotando os índices indicados em cada caso, para assegurar a aplicação correta das disposições legais pertinentes;
- * Organiza, elabora e assina balancetes, balanço e demonstrativos contábeis, relativos à execução orçamentária e financeira, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira da Administração do Legislativo Municipal;
- * Elabora relatórios sobre a situação patrimonial, econômica e financeira da Câmara;
- * Efetua os controles de gastos em conformidade com as normas legais;
- * Promove o recebimento das importâncias devidas à Câmara;
- * Efetua o pagamento da despesa, de acordo com as disponibilidades de erário;
- * Efetua os recebimentos e elabora o respectivo documento de quitação;
- * Efetua o pagamento das despesas devidamente autorizadas;
- * Procede à guarda, conferência e controle sistemático do numerário e valores de Caixa;
- * Controla o movimento financeiro, através do sistema informático instalado na Tesouraria, se houver;
- * Mantém o controle de depósitos e retiradas bancárias, mantendo em dia as fichas controle de contas;
- * Arquiva os documentos pertinentes às movimentações financeiras;
- * Executa outras funções que lhe sejam superiormente cometidas ou impostas por Resolução ou regulamento em matéria financeira;
- * Exerce outras atividades correlatas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emilio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Anexo V – Lei Complementar 256 de 23 de setembro de 2015

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- * Recepcionar visitantes e hóspedes oficiais da Câmara, conduzindo-os à Presidência e prestando-lhes o apoio necessário durante a sua permanência na Casa.
- * Organizar e manter atualizado cadastro contendo nomes, telefones e endereços de autoridades e instituições de interesse da Câmara.
- * Manter-se atualizado sobre o completo funcionamento da Câmara com o objetivo de prestar informações aos jornais, visitantes e interessados.
- * Desenvolver programas de visitação de alunos de estabelecimentos públicos de ensino às dependências da Câmara como forma de ensinar aos educandos a estrutura político-administrativa do país.
- * Desenvolver outros programas que proporcionem uma maior integração entre a Câmara e a comunidade;
- * Promover a realização das atividades de divulgação, imprensa e relações públicas da Câmara;
- * Promover as informações das atividades da Câmara ao público.
- * Organizar os registros relativos às audiências, visitas, conferências e reuniões de que devam participar a Presidência ou seu representante.
- * Apreciar a relação Câmara/público, sugerindo medidas para melhorá-la.
- * Programar solenidades, expedir convites, controlar protocolo e anotar todas as providências necessárias ao cumprimento dos programas.
- * Acompanhar as sessões para anotações necessárias à expedição de release das atividades desenvolvidas na sessão.
- * Emitir releases das sessões da Câmara à Imprensa, visando à maior divulgação dos atos de interesse da comunidade.
- * Divulgar a Imprensa as atividades sociais em que a Presidência representou ou fez representar a Câmara.
- * Manter arquivo de recortes de jornais contendo matérias em que figurem a Câmara, seu trabalho, seus componentes.
- * Providenciar, na Imprensa, retificação de textos de atos publicados ou de matérias que não condigam com a verdade.
- * Programar e divulgar as atividades sociais internas da Câmara.
- * Preparar matérias para divulgação a imprensa referentes às proposições e pronunciamentos dos parlamentares.
- * Exercer outras atividades correlatas determinadas pela Presidência ou pela Secretaria Geral.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emilio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ASSESSOR DE GABINETE

- * Assessorar o vereador a quem estiver ligado nos assuntos relacionados ao Gabinete e nos trabalhos legislativos.
- * Planejar e supervisionar o controle de gastos do Gabinete do vereador a quem estiver ligado.
- * Assessorar o vereador a quem estiver ligado na elaboração das proposições e pronunciamentos, oferecendo-lhe subsídios necessários para os trabalhos legislativos.
- * Assessorar os vereadores na elaboração, redação e datilografia ou digitação de proposições, pronunciamentos e pareceres.
- * Acompanhar as sessões legislativas, assessorando o vereador a quem estiver ligado, disponibilizando os materiais por este solicitado durante as sessões.
- * Realizar pesquisas e estudos e preparar monografias, relatórios e demais documentos objetivando oferecer aos vereadores subsídios na elaboração de suas proposições e pronunciamentos.
- * Organizar a agenda diária do vereador a quem estiver ligado, mantendo-o sempre informado dos compromissos agendados.
- * Registrar e controlar as audiências, visitas, reuniões e outros compromissos em que os vereadores tenham interesse de participar.
- * Exercer outras atividades de assessoramento correlatas determinadas pelos parlamentares a quem estiver ligado.
- * Representar o vereador a quem estiver ligado quando este assim o solicitar em assuntos relacionados ao Gabinete.
- * Recepcionar os visitantes que adentrarem ao Gabinete do vereador a quem estiver ligado.
- * Manter o vereador a quem estiver ligado atualizado, informando-o de todos os fatos ocorridos em seu gabinete, prestando relatório semanal das ocorrências.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

- * Coordenar os trabalhos do Gabinete da Presidência.
- * Redigir correspondências diretamente ligadas ao Gabinete da Presidência.
- * Acompanhar a Presidência em atos oficiais da Câmara de Vereadores quando solicitado.
- * Supervisionar os trabalhos afetos ao Assessor de Comunicação Social e seus subordinados.
- * Executar outras atividades correlatas determinadas pela Presidência.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.
- * Coordenar atividades de planejamento estratégico da Câmara de Vereadores.
- * Gerenciar a execução das metas previstas no plano estratégico.

COORDENADOR FINANCEIRO

- * Dirigir a área sob sua responsabilidade, planejando, coordenando e controlando o desenvolvimento das atividades, em observância à legislação aplicável, bem como às deliberações da Mesa Diretora e às portarias do Presidente;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

- * Efetuar permanente avaliação do desempenho setorial com relação ao alcance dos objetivos e desenvolvimento das atribuições propostas.
- * Coordenar o Setor Financeiro da Câmara Municipal.
- * Manifestar-se nos processos administrativos de ordem financeira.
- * Exercer o controle da execução do Orçamento da Câmara.
- * Acompanhar demonstrativos mensais, balancetes, balanços e prestação de contas da Câmara.
- * Acompanhar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo Poder Legislativo do município.
- * Acompanhar os atos e fatos de natureza contábil e elaborar os demonstrativos financeiros correspondentes.
- * Executar outras atividades correlatas às acima descritas, a critério da Presidência da Câmara.
- * Assessorar o Secretário da Mesa da Câmara no que lhe couber.
- * Manter atualizado cadastro de informações funcionais e outros dados relativos a servidores, vereadores e funcionários terceirizados.
- * Prestar informações em requerimentos dos servidores, de acordo com os dados extraídos das fichas funcionais e a legislação pertinente.
- * Elaborar empenho das despesas e ordens de pagamento e controlar o saldo das dotações orçamentárias.
- * Efetuar pagamentos de notas fiscais, faturas, carnês e demais documentos financeiros da Câmara.
- * Preparar documentos e relatórios com vistas ao controle financeiro e orçamentário da Câmara.
- * Submeter ao exame da Presidência o resultado de concorrências, tomadas de preço e outras modalidades.
- * Receber, registrar e controlar o numerário transferido pela Prefeitura, mantendo-o em conta corrente bancária.

PROCURADOR GERAL

- * Emitir, quando solicitado pela Presidência e/ou Mesa Diretora, Pareceres sobre assuntos relacionados à edilidade.
- * Assessorar a Presidência e a Mesa Diretora em matérias de interesse da Câmara, oferecendo sugestões tendentes a solucionar problemas relacionados à edilidade.
- * Assessorar, quando solicitado, as Comissões Especiais e Permanentes da Câmara de Vereadores.
- * Representar a Câmara de Vereadores em processos administrativos, judiciais e extrajudiciais em que esta figure como autora, ré, oponente ou assistente.
- * Preparar informações a serem prestadas em mandados impetrados contra atos da Mesa Diretora, Presidência ou Vereança.
- * Manter a Presidência informada dos processos em andamento, providências adotadas e despachos proferidos.
- * Exercer outras atividades correlatas ao assessoramento jurídico da Câmara de Vereadores.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DIRETOR ADMINISTRATIVO

- * Representar e prestar assistência ao Presidente da Câmara nas funções político-administrativas.
- * Superintender a Administração da Câmara Municipal.
- * Manter relações públicas e de contato com o público e demais poderes.
- * Prestar atendimento burocrático ao Gabinete da Presidência.
- * Preparar, encaminhar e acompanhar as mensagens do Poder Legislativo ao Poder Executivo quando indicado.
- * Exercer as atividades ligadas à Administração Geral da Câmara, especialmente no que se refere a (à) (ao):
 - a) permissões e autorizações;
 - b) pessoal e recursos humanos;
 - c) licitações, compras, material e almoxarifado;
 - d) manutenção de móveis, máquinas, equipamentos e veículos.
- * Preparar minutas de atos oficiais.
- * Registrar e fazer publicar atos oficiais.
- * Acompanhar e colaborar na elaboração do orçamento programa e do orçamento plurianual de investimento, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- * Exercer outras atividades ligadas à Administração do Poder Legislativo por ato expresso do Presidente da Câmara.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.

CONTROLADOR INTERNO

- * Acompanhar a legalidade dos atos de execução orçamentária de forma prévia, concomitante e subsequente aos fatos.
- * Acompanhar a execução contábil, financeira, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade na administração dos recursos e bens públicos.
- * Acompanhar o cumprimento dos limites de gastos do Poder Legislativo Municipal e o cumprimento das medidas adotadas para retorno das despesas de pessoal aos limites estabelecidos no regramento jurídico.
- * Elaborar e submeter previamente ao Chefe do Poder Legislativo programação de auditorias internas, inclusive com a possibilidade de solicitação de contratação de terceiros.
- * Realizar inspeções e auditorias ou acompanhá-las para verificar a legalidade e a legitimidade dos atos e avaliar os resultados.
- * Manifestar-se, expressamente, sobre as contas anuais, atestando ao Chefe do Poder Legislativo que tomou conhecimento das conclusões nelas contidas.
- * Encaminhar ao Tribunal de Contas Relatório de Auditoria e manifestação sobre as contas anuais do Chefe do Poder Legislativo, com indicação das providências adotadas e a adotar para corrigir eventuais ilegalidades ou irregularidades, ressarcir danos causados ao erário ou evitar a ocorrência de novas falhas semelhantes.
- * Sugerir ao Chefe do Poder Legislativo a instauração de Tomada de Contas Especial, nos caso de identificação e ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

- * Assinar, por seu titular, o Relatório de Gestão Fiscal e Resumido da Execução Orçamentária de que tratam os artigos 54 e 55 da lei complementar nº 101/2000.
- * Emitir, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, relatório circunstanciado sobre os trabalhos realizados e encaminhá-lo ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.
- * Elaborar Instruções Normativas nas questões que visem à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial, com o consentimento do Chefe do Poder Legislativo.

ASSESSOR DAS COMISSÕES PERMANENTES

- * Assessorar os vereadores integrantes das Comissões Permanentes e Especiais da Câmara de Vereadores na elaboração dos pareceres, bem como na elaboração de emendas e projetos de lei substitutivo de autoria das Comissões, ou na redação final das proposições da Câmara de Vereadores;
- * Emitir parecer acerca das proposições que tramitam na Câmara Municipal;
- * Programar e supervisionar as atividades desenvolvidas nas Comissões Permanentes e Especiais da Câmara de Vereadores;
- * Assessorar os vereadores integrantes das Comissões, para a elaboração dos pareceres finais, bem como redação de emendas ou correções;
- * Redigir os pareceres e demais atos das Comissões, segundo as determinações destas;
- * Acompanhar as Comissões em trabalhos externos, anotando as verificações, observações, providências a serem tomadas ou outras informações tidas como importantes para o trabalho das Comissões;
- * Manter rol de Comissões da Câmara de Vereadores, fazendo constar os respectivos membros, cargos, finalidades e duração de mandato;
- * Elaborar as atas das reuniões das Comissões;
- * Manter arquivos de pareceres, relatórios e outros documentos inerentes aos trabalhos desenvolvidos pelas Comissões;
- * Solicitar e providenciar documentos e legislação, bem como estudos, necessários ao bom desempenho dos trabalhos das Comissões;
- * Manter arquivo próprio para as Comissões, repassando-o ao arquivo geral quando findos os objetivos da Comissão;
- * Executar outras tarefas afins quando determinada pela Presidência das Comissões, Presidência da Casa, Secretaria Geral ou seu delegado;
- * Acompanhar, pesquisar e estudar a evolução legislativa do país, informando as unidades e os vereadores interessados a respeito da existência ou alteração de dispositivos legais que afetem a comunidade e os trabalhos legislativos da Câmara de Vereadores;
- * Solicitar e providenciar documentos e legislação, bem como, estudos necessários ao bom desempenho dos trabalhos das Comissões, fornecendo-lhes os subsídios necessários a elaboração dos pareceres pela Comissão.

COORDENADOR DE PATRIMÔNIO

- * Realizar o cadastramento e tombamento dos bens patrimoniais, bem como manter o controle da distribuição.
- * Promover a avaliação e reavaliação dos bens móveis e imóveis para efeito de alienação,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

incorporação e seguro.

- * Manter atualizado o registro de bens móveis e imóveis da Câmara Municipal, efetuando as transferências e reaproveitamento dos mesmos.
- * Identificar os bens móveis procedendo à afixação de plaquetas.
- * Realizar verificações sob responsabilidade dos diversos setores quanto à mudança de responsabilidade.
- * Comunicar e tomar providências cabíveis nos casos de irregularidades constatadas.
- * Realizar inspeção e propor a alienação dos móveis inservíveis ou de recuperação antieconômica.
- * Realizar o inventário mensal e anual dos bens patrimoniais.
- * Realizar o inventário periódico dos bens móveis existentes nos gabinetes dos vereadores em exercício e no momento em que ocorrer seu afastamento ou licenciamento.
- * Emitir relatórios administrativos mensais, devendo, os mesmos, serem encaminhados ao Gabinete da Presidência, Controle Interno/Contabilidade e Procuradoria Jurídica.
- * Efetuar o registro dos bens móveis e imóveis no banco de dados nos Sistema Patrimonial.
- * Conferir e receber todos os bens permanentes adquiridos.
- * Orientar sobre a utilização dos materiais permanentes.
- * Realizar a manutenção preventiva, corretiva e emergencial dos bens móveis e imóveis da Câmara.
- * Cumprir as exigências da Portaria TC-61/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, bem como outras leis, Resoluções, Decretos ou Portarias relacionados ao patrimônio público.
- * Executar outras atividades inerentes à sua área de competência.

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

OUVIDOR

- * Exercer a função de representante do cidadão no Poder Legislativo.
- * Gerenciar a análise e o encaminhamento das solicitações, sugestões, críticas e reclamações ao órgão competente para providências cabíveis, tendo por objetivo assegurar qualidade, agilidade, presteza, satisfação, respeito e atenção integral ao cidadão, na qualidade de um ser humano portador de direitos.
- * Solicitar informações ou cópia de documentos a qualquer setor ou servidor da Câmara.
- * Acompanhar o processamento das solicitações, sugestões, críticas e reclamações no órgão competente.
- * Orientar e encaminhar os cidadãos aos órgãos ou entidades competentes, nos casos em que a demanda apresentada não estiver inserida na esfera de atribuições.
- * Encaminhar o recebimento e o cadastramento das solicitações, sugestões, críticas e reclamações apresentadas pessoalmente, por carta, pro telefone ou por qualquer outro meio de comunicação aos seus respectivos destinatários.
- * Manter sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como sobre sua fonte, assegurando a proteção dos denunciante, quando requerer o caso ou assim for solicitado.
- * Organizar os mecanismos e canais de acesso dos interessados à Ouvidoria.
- * Facilitar o amplo acesso do usuário aos serviços da Ouvidoria, simplificando seus

29



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emilio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

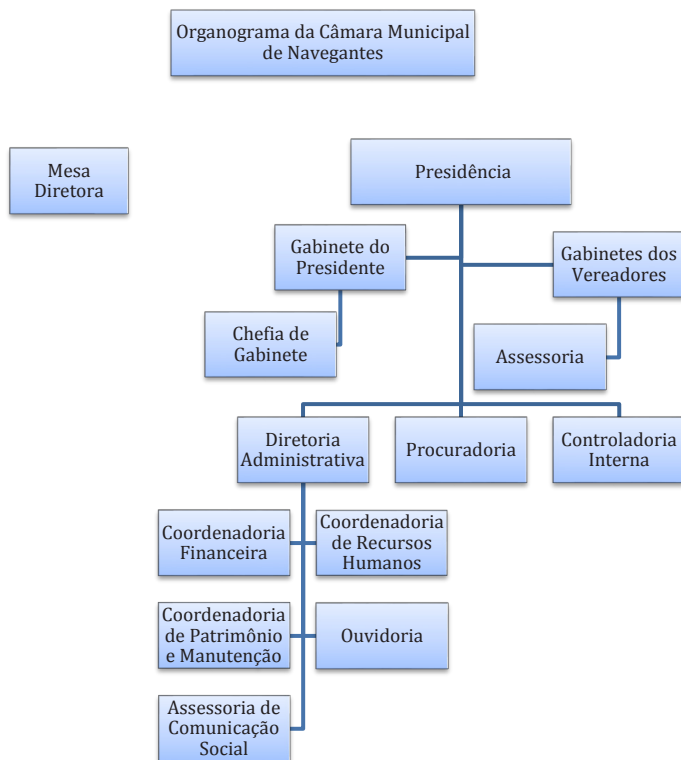
procedimentos e orientando os cidadãos sobre os meios de formalização das mensagens a serem encaminhadas à Ouvidoria Legislativa Municipal.

* Conhecer as opiniões e necessidades da sociedade para sugerir à Câmara Municipal as mudanças por ela desejadas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emilio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Anexo VI – Lei Complementar 256 de 23 de setembro de 2015



LEI COMPLEMENTAR 257 ESTACIONAMENTO ROTATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 257 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015
DISPÕE SOBRE O ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1.º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a instituir, de acordo com Inciso X do art. 24 da lei federal 9.503/97, dentro do perímetro urbano do município de Navegantes, o estacionamento rotativo pago para veículos automotores, na forma estabelecida pela presente lei complementar.

Art. 2.º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, por Decreto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação, sobre:

I – o valor a ser cobrado pelo Estacionamento Rotativo;

II - as vias e espaços públicos que comporão o estacionamento rotativo;

III – o horário de funcionamento do sistema;

IV - períodos de tempo máximo de estacionamento em cada vaga, de acordo com a necessidade de rotatividade das mesmas, conforme as características das áreas onde estão localizadas;

V – a operacionalidade do estacionamento rotativo.

Parágrafo Único: A implantação do Estacionamento Rotativo Pago em qualquer das vias componentes somente poderá ter início após estar devidamente implantada a sinalização vertical e horizontal e após divulgação, com 15 dias de antecedência, do início da vigência da cobrança.

. 7º

Art. 3.º Constituem infrações ao sistema de estacionamento rotativo pago:

I - estacionar o veículo nas áreas regulamentadas sem pagamento da tarifa correspondente ao tempo de estacionamento;

II - utilizar o comprovante de pagamento da tarifa de forma incorreta, contrariando as instruções nele inseridas;

III - ultrapassar o tempo máximo de estacionamento na mesma vaga, estabelecido através das placas de regulamentação;

IV- estacionar fora do espaço delimitado para a vaga;

V - estacionar motocicletas nas vagas reservadas para automóveis e vice-versa.

Parágrafo Único: A prática das infrações arroladas nos incisos I a V deste artigo sujeitará o condutor às penas previstas na lei 9503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro e/ou taxas administrativas de regularização definidas por Decreto.

Art. 4.º A colocação de caçambas para entulhos e suprimentos para construção civil nas áreas demarcadas como Estacionamento Rotativo Pago deverá ocorrer mediante o pagamento, definido por Decreto, devendo, para tanto, a empresa proprietária e/ou responsável pelas caçambas, realizar o cadastramento dos referidos equipamentos na Administradora do Estacionamento Rotativo.

Art. 5.º As Áreas de Estacionamento Rotativo deverão obedecer ao disposto nas resoluções 303 e 304 do Contran – Conselho Nacional de Trânsito que rege sobre vagas especiais.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 6.º Excluem-se da obrigação de pagar, para ter direito ao estacionamento rotativo, as ambulâncias, os veículos oficiais (placa branca) e a serviço de órgãos públicos, devidamente identificados.

Art. 7.º Excluem-se das vagas do Estacionamento Rotativo aquelas destinadas a estacionamento de curta duração em farmácias, reservadas aos pontos de automóveis de aluguel, bem como as áreas destinadas para carga e descarga, desde que devidamente sinalizadas.

Art. 8.º A permanência do condutor ou de outra pessoa no veículo não desobriga o pagamento do Estacionamento Rotativo.

Art. 9.º Os cartões ou tickets do estacionamento rotativo pago serão comercializados pelos fiscais e monitores da Concessionária, por estabelecimentos comerciais credenciados e/ou equipamento eletrônico multivaga.

Art. 10 Fica, o Poder Executivo, autorizado a firmar concessão onerosa com o objetivo de administrar, controlar e fiscalizar o Estacionamento Rotativo Pago, instituído pela presente Lei.

Parágrafo Único: Os custos de manutenção e/ou controle do Estacionamento Rotativo Pago serão de exclusiva responsabilidade da Concessionária.

Art. 11 A Concessionária deverá pagar, ao Poder Público, quantia mensal pela exploração concedida, na proporção que vier a ser estabelecida na respectiva licitação.

Parágrafo Único: Os valores repassados pela Administradora ao Município deverão ser aplicados em campanhas educativas de trânsito, na sinalização e fiscalização.

Art. 12 Não caberá ao Município nem à Administradora qualquer responsabilidade civil ou penal por acidentes, danos, furtos ou quaisquer prejuízos que os veículos ou seus usuários possam vir a sofrer nos locais delimitados pelo Estacionamento Rotativo.

Art. 13 O Estacionamento Rotativo Pago não implica guarda e vigilância do veículo estacionado, mas tão somente a autorização de permanência do veículo em local indicado durante o período de tempo determinado.

Art. 14 Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação revogando-se a lei n.º 1355/2000 e os Decretos 309/2001 e 1411/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI COMPLEMENTAR 258 ALTERA LC 072 REGÊNCIA DE CLASSE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 258 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015
ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 42 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 72 DE 8 DE JANEIRO DE 2010

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º O artigo 42 da Lei Complementar n.º 72 de 8 de janeiro de 2010 passará a vigor com a seguinte redação:

“Art. 42 Professor em efetivo exercício do magistério faz jus à gratificação de regência de classe de 20% (vinte por cento) do seu vencimento básico.

Parágrafo Único: Não faz jus à regência de classe o professor que, no mês:

- I - tiver uma falta injustificada;
- II - sofrer penalidade de advertência e/ou suspensão disciplinar;
- III - não comparecer às reuniões pedagógicas e aos conselhos de classe”.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI COMPLEMENTAR 259 ALTERA LC 011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 259 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

ALTERA OS ANEXOS III E IV DA LEI COMPLEMENTAR N.º 11 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2003 – QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DO QUADRO GERAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NAVEGANTES, ALTERADO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 109 DE 19 DE AGOSTO DE 2011

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º . Os Anexos III e IV da lei complementar n.º 11 de 4 de dezembro de 2003, referentes aos cargos de Motorista, Motorista de Caminhão, Motorista Socorrista Samu, passam a vigorar conforme anexo III e IV;

Art. 2º. As alterações aplicam-se a Administração Direta e Indireta;

Art. 3º . A Função de Motorista Oficial passa a ter a nomenclatura Motorista.

Art. 4º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO III

QUADRO CONTENDO CARGOS E RESPECTIVAS

UNIDADES DE VENCIMENTOS

(REGIDOS PELO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS)

ATIVIDADES DE NÍVEL MEDIO (QP-ANM)		
Motorista Socorrista SAMU		R\$ 1375,94
TRANSP. OFICIAL E SERVICOS GERAIS (QP-TOSG)		
Motorista		R\$ 1375,94
Motorista de Caminhão		R\$ 1375,94

ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTOS

(REGIDOS PELO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS)

Categoria Funcional: Atividades de Nível Medio					
Cargo: Motorista Socorrista SAMU					
Salário Inicial: R\$ 1.375,94		Código: QP-AMN		Carga Horária: 40 horas	
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$ 1.417,22	R\$ 1.459,73	R\$ 1.503,53	R\$ 1.548,63	R\$ 1.595,09	R\$ 1.642,94
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$ 1.692,23	R\$ 1.743,00	R\$ 1.795,29	R\$ 1.849,15	R\$ 1.904,62	R\$ 1.961,76
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
R\$ 2.020,61	R\$ 2.081,23	R\$ 2.143,67	R\$ 2.207,98	R\$ 2.274,22	

Categoria Funcional: Atividades de Nível Medio					
Cargo: Motorista					
Salário Inicial: R\$ 1.375,94		Código: (QP-TOSG)		Carga Horária: 40 horas	
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$ 1.417,22	R\$ 1.459,73	R\$ 1.503,53	R\$ 1.548,63	R\$ 1.595,09	R\$ 1.642,94
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$ 1.692,23	R\$ 1.743,00	R\$ 1.795,29	R\$ 1.849,15	R\$ 1.904,62	R\$ 1.961,76
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
R\$ 2.020,61	R\$ 2.081,23	R\$ 2.143,67	R\$ 2.207,98	R\$ 2.274,22	

Categoria Funcional: Atividades de Nível Medio					
Cargo: Motorista de Caminhão					
Salário Inicial: R\$ 1.375,94		Código: (QP-TOSG)		Carga Horária: 40 horas	
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$ 1.417,22	R\$ 1.459,73	R\$ 1.503,53	R\$ 1.548,63	R\$ 1.595,09	R\$ 1.642,94
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$ 1.692,23	R\$ 1.743,00	R\$ 1.795,29	R\$ 1.849,15	R\$ 1.904,62	R\$ 1.961,76
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
R\$ 2.020,61	R\$ 2.081,23	R\$ 2.143,67	R\$ 2.207,98	R\$ 2.274,22	

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI Nº 3037 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 3037 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

"Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 950.000,00 (Novecentos e cinquenta mil reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 08 – Bloco Investimento
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 301 – Atenção Básica
 Programa: 47 – Infra-Estrutura em Saúde
 1.065 – Construção, Reforma e Ampliação da Unidades de Saúde
 Fonte de Recursos – 013300 – Transferências de Convênios – União/Saúde
 94 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 950.000,00

T O T A L R\$ 950.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
 UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 301 – Atenção Básica
 Programa: 49 – Serviços de Saúde
 2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde
 Fonte de Recursos – 013300 – Transferências de Convênios – União/Saúde
 25 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 950.000,00

T O T A L R\$ 950.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 21 de Setembro de 2015.
 Roberto Carlos de Souza
 PREFEITO

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 21 de Setembro de 2015.
 Silvana Maria Mendes Francisco
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI Nº 3038 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 3038 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

"Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 72.500,00 (Setenta e dois mil e quinhentos reais) da seguinte dotação:

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Esportes
 Unidade: 01 – Diretoria Técnica - FME
 Função: 27 – Desporto e Lazer
 Subfunção: 812 – Desporto Comunitário
 Programa: 76 – Esporte e Lazer
 1.005 – Construção de Áreas Esportivas
 Fonte de Recursos – 01.6400 – Transferência de Convênios – Estado/Outros (não relacionados a educação/saúde e assistência social)
 06 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.900,00

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Esportes
 Unidade: 02 – Diretoria Administrativa - FME
 Função: 27 – Desporto e Lazer
 Subfunção: 812 – Desporto Comunitário
 Programa: 24 – Navegantes é Esporte
 2.072 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa
 Fonte de Recursos – 01.6400 – Transferência de Convênios – Estado/Outros (não relacionados a educação/saúde e assistência social)
 20 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 22.600,00

T O T A L R\$ 72.500,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Esportes
 Unidade: 01 – Diretoria Técnica - FME
 Função: 27 – Desporto e Lazer
 Subfunção: 812 – Desporto Comunitário
 Programa: 76 – Esporte e Lazer
 1.006 – Construção de Ginásio de Esportes
 Fonte de Recursos – 01.6400 – Transferência de Convênios – Estado/Outros (não relacionados a educação/saúde e assistência social)
 09 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 72.500,00

T O T A L R\$ 72.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 21 de Setembro de 2015.
 Roberto Carlos de Souza
 PREFEITO

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 21 de Setembro de 2015.
 Silvana Maria Mendes Francisco
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE PROGRESSÃO VERTICAL – PROMOÇÃO POR TITULAÇÃO (ALTERAÇÃO DE NÍVEL) CONFORME EDITAL Nº 027/2015/SME

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Avenida João Sacavem, n.º 975 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
Fone/Fax: (047) 3342-3583

Resultado FINAL do Processo de Progressão Vertical – Promoção por Titulação (Alteração de Nível) conforme Edital Nº 027/2015/SME

Deferidos
Educação Infantil

Professor (a)	CARGA HORÁRIA	ALTERA PARA:
Edinéia Mônica de Andrade	20h	MAG III
Lucimar Vequi Andreani	20h	MAG III
Shirley Schneider Schreiber da Costa	20h	MAG III

Ensino

Fundamental

Professor (a)	CARGA HORÁRIA	ALTERA PARA:
Maris Stella Corrêa	40h	MAG III
Roberto Nicolodi	20h	MAG IV
Rodrigo Pedro Dias	30h	MAG III
Sandra Bárbara Rumor	20h	MAG III
Vanessa Caroline Franco	10h	MAG III

Indeferidos

Ensino Fundamental	Motivo:
Professor (a)	
Cintia Cardoso	*Não atende ao item 2.1 do Edital: "Somente poderá participar da Progressão Vertical servidores que já cumpriram o estágio probatório."
Vivian Cardoso da Silva	*Documento apresentado não atende a alínea "b" do item 1.4 do Edital: "Cópia dos Diplomas de Graduação em nível de Licenciatura e de Pós-Graduação na área de efetivação/atuação [...]" **A comissão atesta como indeferido o pedido de recurso de acordo com o art. 23 da LEI COMPLEMENTAR Nº 072 DE 08 DE JANEIRO DE 2010: "Os profissionais do Magistério poderão progredir na carreira mediante comprovação de conclusão de curso de graduação plena e pós-graduação específica de duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula." O Edital especifica que a comprovação de conclusão de curso de graduação e pós-graduação será feita através de apresentação de Diploma.

Atenciosamente,

Comissão:

Ana Lúcia dos Santos Coelho
Lidiane Helena Crispim Cabral
Patricia Duarte Cidral

Navegantes, 20 de agosto de 2015.

Nerozilda Pinheiro Ferreira
Secretária de Educação

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

PORTARIA N.º 038 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA N.º 038 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE PENSÃO POR MORTE, EM CARÁTER INTEGRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §7, inciso II da Constituição Federal com redação da E.C nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I Determinar a concessão do benefício de Pensão por Morte, nos termos do art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 41/03) e do art. 47 da Lei Complementar Municipal nº 099/2011, em decorrência do falecimento em data de 02 de setembro de 2015 do servidor inativo EWALDO JOÃO REIS, portador da cédula de identidade RG nº 574.181-5 e inscrito no CPF sob nº 291.645.329/68, em favor de TERESA CORREA DE MELLO, companheira, portadora da cédula de identidade RG nº 305.756-9 e inscrita no CPF sob o nº 312.417.199-34, o equivalente a 100% (cem por cento), conforme processo administrativo n.º 2015.07.02267, a partir da data do seu falecimento, até posterior deliberação.

II Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do art. 47º, inciso II da Lei Complementar Municipal nº 99/2011, observada a metodologia contida nas planilhas de cálculos de proventos, conforme processos administrativos n.º 2015.07.02267, que serão pagos mensalmente pelo NAVEGANTESPREV.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 02 de setembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 24 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Jan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 24 de setembro de 2015.

Jan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Nova Trento

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCAÇÃO

Eu, JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, Prefeito Municipal de Nova Trento em exercício, no cumprimento ao disposto no Artigo 9º, §4º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, CONVOCO as entidades civis organizadas e a população em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada às 14 horas do dia 29 de setembro de 2015, na Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara, no auditório daquele Poder Legislativo, com o objetivo de apresentar e avaliar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o 2º QUADRIMESTRE DE 2015.

A sua participação é muito importante.

Nova Trento, 22 de setembro de 2015.
JOSEMAR GUILHERME FRANZOI
PREFEITO MUNICIPAL em exercício

PORTARIA Nº 669/2015 (CORRETA)

PORTARIA Nº 669/2015
Nomeação/Lotação/Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 11, 15, 17, 18 e 66, da Lei nº 1.668 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Municipal)

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 124/2015, de 03 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 001/2014, realizado em 14/12/2014, GREICE CRISTINA DARÓS, matrícula nº 6803, no Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, Nível III, Referência A (Ensino Fundamental – Anos Iniciais) com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal - Grupo I, com Posse e exercício em 03 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 872/2015 "A"

PORTARIA Nº 872/ 2015 "A"
Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Setembro/2015, ao Servidor Público Municipal DIOGO MARCHIORI, matrícula nº 323, concursado, ocupante do cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 03/05/2013 a 02/05/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de setembro de 2015.
Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 03 de setembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 916/2015

PORTARIA Nº 916/ 2015
Concede Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 106, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal CLEIA INES GASPERI, matrícula nº 1043, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência L, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Reis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 14 de setembro de 2015 a 13 de outubro de 2015, conforme resultado pericial datado de 17/09/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de setembro de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 18 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 918/2015

PORTARIA Nº 918/ 2015

Concede Licença Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 102, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal ANNE SGROTT, matrícula nº 1136, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência L, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi – Centro, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 14 de setembro de 2015 a 12 de novembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 21/09/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de setembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 21 de setembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 920/2015

PORTARIA Nº 920/ 2015

Concede Licença Tratamento de Saúde

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal ALCIR DANILO TOMAZI, matrícula nº 6921, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 09 de setembro de 2015 a 08 de outubro de 2015, conforme resultado pericial datado de 21/09/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de setembro de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e Publicada a presente Portaria em 21 de setembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE DATA - PP066/2015

TERMO DE RETIFICAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 102/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de Fraldas Descartáveis Geriátricas para uso na distribuição gratuita a pessoas carentes, atendendo as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Nova Trento/SC, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

O Presidente da Comissão de Licitações da Prefeitura de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais, informa que foi procedida a RETIFICAÇÃO de data referente ao Edital supra referido, conforme segue:

Da Alteração:

Considerando a presente retificação, altera-se a data e o horário de recebimento de documentação e proposta para dia 09 de outubro de 2015 às 10:00 horas.

O Presente Termo visa a alteração da data e do horário de abertura do certame.

Justificativa: Alteração do horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Nova Trento, de acordo com o Decreto nº 187/2015 de 22/09/2015.

Nova Trento, 23 de setembro de 2015.

Aprigio José Botameli

Presidente da Comissão de Licitações

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 042/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 23/09/2015

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para futura e eventual: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS EM METROS LINEARES, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS (EXPLOSIVOS) E ACESSÓRIOS EM RUAS DO PERÍMETRO URBANO E OUTRAS VIAS PÚBLICAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC QUE APRESENTAR NECESSIDADE, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.

CONTRATADO: ZYDEK E MOCCELLIN LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.182,15 (Um mil cento e oitenta dois reais e quinze centavos) ref. a 26,2 Metros Lineares.

DATA: 23/09/2015 – ELI MARIOTT – Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

CONVITE 85/2015

PROCESSO Nº 115/2015

CONVITE Nº. 85/2015

Tipo: Menor Preço/Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA COMPOR PARQUE INFANTIL.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 02/10/2015 às 14h:30min.

Abertura das Propostas: dia 02/10/2015, às 15h00min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada.

Orleans - SC, 23 de setembro de 2015.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

REVOGAÇÃO DE LEILÃO 01/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2015

NOTA DE REVOGAÇÃO LEILÃO Nº 01/2015.

Objeto: LEILÃO PÚBLICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS (MOTOCICLETAS, VEÍCULOS, CAMINHÃO, CAÇAMBA, MÁQUINAS PESADAS E CADEIRAS ODONTOLÓGICAS).

Motivo: ERRO DE ANO DE MÁQUINA PESADA ESPECIFICADA NO DECRETO 3.853 DE 24 DE JUNHO DE 2015 CONFORME ITEM 8.1. DO EDITAL SUPRAMENCIONANDO.

Orleans, 23 de setembro de 2015.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

Ouro

PREFEITURA

ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO N 0037/2015 MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO N. 0001/2015

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ONDE LÊ-SE:

CONTRATO Nº 058/2015

Contratante: Município de Ouro

Contratado: ALF CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – EPP

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços para ampliação e reforma do Centro de Educação Infantil Pedacinho do Céu

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8666/93.

Vigência: vigorará de 31/08/2015 até 31/12/2015.

Data de assinatura: 31/08/2015

PASSA A SER LIDO:

PROCESSO LICITATÓRIO N 0037/2015

MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO N. 0001/2015

AO CONTRATO Nº 058/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ALF CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – EPP

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços para ampliação e reforma do Centro de Educação Infantil Pedacinho do Céu

Vigência: 01/09/2015 até 31/12/2015

Data de assinatura: 01/09/2015.

EDITAIS DE NOTIFICAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.268 000551/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MLP5971 54017033F 27/06/2015 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - 282310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.268 000552/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MES5048	54017013F	15/06/2015	51851	167
MLP5971	54943544C	27/06/2015	57970	191
MLP5971	54017011F	27/06/2015	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

LILIAN GABRIELA VOLFF
DIRETORA DE TRANSITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - ELETRONICO - 282310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.771 000097/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ABZ2305	8771020476	21/12/2010	74550	218	*	I
ACH3214	8771024657	21/01/2011	74550	218	*	I
AFB2026	8771020583	25/12/2010	74550	218	*	I
AGO1461	8771024708	23/01/2011	74550	218	*	I
AGV5566	8771020568	24/12/2010	74550	218	*	I
AIC1805	8771020665	26/12/2010	74550	218	*	I
AJK0088	8771024663	22/01/2011	74550	218	*	I
AJK0088	8771024679	22/01/2011	74550	218	*	I
AKE2338	8771024620	19/01/2011	74550	218	*	I
AKE7451	8771022826	12/01/2011	74550	218	*	I
ANM0621	8771024777	26/01/2011	74550	218	*	I
AOJ0397	8771020978	02/01/2011	74550	218	*	I
AOK7996	8771024637	20/01/2011	74550	218	*	I
BFC9925	8771020692	27/12/2010	74550	218	*	I
BMV7959	8771024527	16/01/2011	74550	218	*	I
BNX1333	8771022610	05/01/2011	74630	218	*	II
BQT0285	8771024492	15/01/2011	74550	218	*	I
BRA9576	8771022570	03/01/2011	74550	218	*	I
BUM4914	8771024741	24/01/2011	74550	218	*	I
CKJ5526	8771020911	01/01/2011	74550	218	*	I
CML7277	8771020974	02/01/2011	74630	218	*	II
CTU0020	8771020588	25/12/2010	74550	218	*	I
GPY5907	8771020836	31/12/2010	74550	218	*	I
HIC4604	8771020610	25/12/2010	74550	218	*	I
IDC3315	8771020949	02/01/2011	74550	218	*	I
IFC1130	8771022605	05/01/2011	74550	218	*	I
IFK7755	8771024580	17/01/2011	74630	218	*	II
IFZ3034	8771020807	31/12/2010	74630	218	*	II
IGW3918	8771024440	13/01/2011	74550	218	*	I
IJK5052	8771020757	29/12/2010	74550	218	*	I
JLC6687	8771020432	25/12/2010	74710	218	*	III
JLC6687	8771020433	25/12/2010	74550	218	*	I
JYE0248	8771020483	22/12/2010	74550	218	*	I
LXD5295	8771024448	13/01/2011	74550	218	*	I
LXH5998	8771020458	31/12/2010	74550	218	*	I
LXR3143	8771024550	16/01/2011	74550	218	*	I
LYB1621	8771020783	30/12/2010	74630	218	*	II
LYB1621	8771020793	30/12/2010	74550	218	*	I
LYD2046	8771020835	31/12/2010	74550	218	*	I
LYH8550	8771020810	31/12/2010	74550	218	*	I
LZB7952	8771022638	07/01/2011	74550	218	*	I
LZC4929	8771017715	30/11/2010	74630	218	*	II
LZJ6370	8771024690	23/01/2011	74630	218	*	II
LZW7110	8771024668	22/01/2011	74550	218	*	I
LZY5194	8771020564	24/12/2010	74550	218	*	I
LZY5194	8771020838	31/12/2010	74630	218	*	II
MAD5462	8771020522	23/12/2010	74550	218	*	I
MAD6510	8771020494	22/12/2010	74550	218	*	I
MAM6648	8771019196	12/12/2010	74550	218	*	I
MAW5457	8771020954	02/01/2011	74550	218	*	I
MBE3852	8771020753	29/12/2010	74630	218	*	II
MBH7467	8771020558	24/12/2010	74550	218	*	I
MBJ5856	8771020460	21/12/2010	74550	218	*	I
MBJ5856	8771020804	31/12/2010	74550	218	*	I
MCV5384	8771020424	24/12/2010	74550	218	*	I
MDH1169	8771020985	02/01/2011	74550	218	*	I
MDI0021	8771024614	19/01/2011	74550	218	*	I
MDP4022	8771024496	15/01/2011	74550	218	*	I
MDS1096	8771020660	26/12/2010	74550	218	*	I
MDV4738	8771020827	31/12/2010	74550	218	*	I
MDV7143	8771024446	13/01/2011	74550	218	*	I
MEB0020	8771020618	25/12/2010	74550	218	*	I
MEC8015	8771024364	20/01/2011	74550	218	*	I

MEE8396	8771024547	16/01/2011	74550	218	*	I
MEZ0834	8771019227	17/12/2010	74550	218	*	I
MFB1581	8771024535	16/01/2011	74550	218	*	I
MFM7796	8771024557	16/01/2011	74550	218	*	I
MFM8922	8771020444	28/12/2010	74550	218	*	I
MFO9384	8771022816	09/01/2011	74550	218	*	I
MFS4850	8771015984	19/11/2010	74550	218	*	I
MFT0789	8771010459	22/09/2010	74550	218	*	I
MGB4036	8771022727	09/01/2011	74550	218	*	I
MGH4009	8771024458	14/01/2011	74550	218	*	I
MGK3034	8771020551	24/12/2010	74550	218	*	I
MGL6206	8771024430	13/01/2011	74550	218	*	I
MGR0453	8771022600	05/01/2011	74630	218	*	II
MGX7277	8771021003	03/01/2011	74550	218	*	I
MGX7277	8771020613	25/12/2010	74550	218	*	I
MHD8670	8771019223	17/12/2010	74550	218	*	I
MHL8702	8771024415	12/01/2011	74550	218	*	I
MHO7553	8771024418	12/01/2011	74550	218	*	I
MHP8628	8771024617	19/01/2011	74550	218	*	I
MHQ4275	8771024601	18/01/2011	74630	218	*	II
MIA0216	8771024469	14/01/2011	74550	218	*	I
MIC4619	8771024639	20/01/2011	74550	218	*	I
MIH3920	8771024509	15/01/2011	74550	218	*	I
MIU5349	8771024588	17/01/2011	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 22 DE SETEMBRO DE 2015.

LILIAN GABRIELA VOLFF
DIRETORA DE TRANSITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - ELETRONICO - 282310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.771 000098/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEN5332	8771008565	27/08/2010	74550	218 * I	85.12
ICJ9318	8771014488	31/10/2010	74550	218 * I	85.12
IMD3403	8771013404	20/10/2010	74550	218 * I	85.12
LXD8350	8771015816	14/11/2010	74550	218 * I	85.12
LXL5299	8771015016	06/11/2010	74550	218 * I	85.12
LXL5299	8771015033	07/11/2010	74550	218 * I	85.12
LYJ7011	8771007500	12/08/2010	74550	218 * I	85.12

LYX5672	8771015822	14/11/2010	74550	218	*	I	85.12
MBR8932	8771015749	13/11/2010	74630	218	*	II	127.69
MCJ7100	8771007501	12/08/2010	74550	218	*	I	85.12
MDK7290	8771008508	25/08/2010	74550	218	*	I	85.12
MDQ0309	8771013534	24/10/2010	74550	218	*	I	85.12
MFI9677	8771014506	31/10/2010	74550	218	*	I	85.12
MFM9678	8771015058	08/11/2010	74550	218	*	I	85.12
MFW7675	8771016058	21/11/2010	74550	218	*	I	85.12
MGB9003	8771013644	27/10/2010	74550	218	*	I	85.12
MGM8759	8771016029	21/11/2010	74550	218	*	I	85.12
MGO0659	8771018335	02/12/2010	74550	218	*	I	85.12
MGT8337	8771018347	03/12/2010	74550	218	*	I	85.12
MHG2709	8771016009	20/11/2010	74630	218	*	II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 22 DE SETEMBRO DE 2015.

LILIAN GABRIELA VOLFF
DIRETORA DE TRANSITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - ELETRONICO - 282310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.771 000099/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACQ9560	8771020784	30/12/2010	74550	218	*	I
AGM3321	8771024838	28/01/2011	74550	218	*	I
AQK8340	8771024926	30/01/2011	74550	218	*	I
AQK8340	8771024936	30/01/2011	74630	218	*	II
BOU9229	8771024957	31/01/2011	74550	218	*	I
BVM4689	8771024386	29/01/2011	74550	218	*	I
DPJ9703	8771019133	11/12/2010	74630	218	*	II
IFK7755	8771024958	31/01/2011	74550	218	*	I
IFK7755	8771024923	30/01/2011	74550	218	*	I
LYL3472	8771022669	08/01/2011	74550	218	*	I
LYQ5853	8771020852	31/12/2010	74550	218	*	I
MCP3838	8771022644	07/01/2011	74550	218	*	I
MCW5587	8771022717	09/01/2011	74550	218	*	I
MEE7612	8771024993	01/02/2011	74550	218	*	I
MEG7995	8771024598	18/01/2011	74550	218	*	I

MEG7995	8771024603	18/01/2011	74550	218	*	I
MGG8427	8771017598	24/11/2010	74550	218	*	I
MGL3785	8771024380	28/01/2011	74630	218	*	II
MHI4208	8771024814	27/01/2011	74630	218	*	II
MHK9488	8771022613	05/01/2011	74550	218	*	I
MHY7826	8771024410	31/01/2011	74550	218	*	I
MIT0069	8771025158	03/02/2011	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 22 DE SETEMBRO DE 2015.

LILIAN GABRIELA VOLFF
DIRETORA DE TRANSITO

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2666

DECRETO Nº. 2666/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E DECRETA DESAPROPRIAÇÃO ORDINÁRIA E DIRETA DE PARTE DE IMÓVEL, CONFORME ESPECIFICA.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica do Município, o artigo 5º, inciso XXIV da Constituição Federal, e ainda os artigos 2º, 5º, alínea "m" e artigo 6º do Decreto-Lei n. 3.365, de 21/06/1941, as disposições da Lei n. 2.786, de 21/05/1956 e demais disposições aplicáveis à espécie; e,

Considerando a garantia constitucional que reconhece, como uma tendência irreversível do Estado moderno, a possibilidade de interferência do Poder Público na mudança compulsória da destinação de um bem privado, ajustando aos interesses sociais, mediante a desapropriação prevista em dispositivos de ordem constitucional e legal;

Considerando a Utilidade Pública por Interesse Social do imóvel abaixo descrito, cujo qual atende às exigências ambientais e as condições necessárias à implantação da Estação de Tratamento de Esgotamento Sanitário, ajustando com isso a propriedade aos interesses sociais, consistente na melhoria da qualidade de vida, meio ambiente e via de consequência da saúde da população;

Considerando a seleção do projeto de saneamento apresentado pelo Município de Ouro Verde – SC pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e o convênio já firmado;

Considerando a necessidade de andamento e conclusão das obras de implantação do Tratamento de Esgoto Sanitário no Município de Ouro Verde;

Considerando a localização estratégica da área as margens do Rio Anta Gorda, em local desabitado e de fácil acesso;

Considerando, a viabilidade técnica e ambiental de utilização da área;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública e desapropriada, ordinária e diretamente, por interesse social, por via amigável ou judicial, com fundamento na alínea "d" e "h" do art. 5º e art. 6º e seguintes do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, consolidado, uma área de terras, sem benfeitorias, constante da matrícula nº 2.299 do ORI da Comarca de Abelardo Luz – SC, registrada em nome do Sr. FIDELIX TEDESCO e sua esposa Sra. IRACI TELPISOV TEDESCO, medindo com 13.143,00 m² (treze mil, cento e quarenta e três metros quadrados), conforme abaixo descrita, tudo de conformidade com o mapa e memorial descritivo anexos, os quais constituem-se parte integrante do presente Decreto, com as seguintes confrontações:

"Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-1 localizado ao Norte da Propriedade, deste segue com azimute de 151º19'14" e distância de 87,97 m., confrontando neste trecho com parte do lote colonial 15 de propriedade de Fidelix Tedesco, até o vértice M-2, deste segue com azimute de 228º03'12" e distância de 80,72 m., confrontando neste trecho com parte do lote colonial 15 de propriedade de Fidelix Tedesco, até o vértice M-3, deste segue com azimute de 133º48'34" e distância de 33,76 m., confrontando neste trecho com parte do lote colonial 15 de propriedade de Fidelix Tedesco, até o vértice M-4, deste, segue com azimute de 152º58'18" e distância de 39,84m., confrontando neste trecho com parte do lote colonial 15 de propriedade de Fidelix Tedesco, até o vértice M-5, deste segue com azimute de 150º53'23" e distância de 67,53 m., confrontando neste trecho com parte do lote colonial 15 de propriedade de Fidelix Tedesco, até o vértice M-6, deste segue com azimute de 298º28'17" e distância de 21,50 m., com azimute de 267º59'47" e distância de 20,74 m., confrontando neste trecho com o Rio Anta Gorda, até o vértice M-7, deste segue com azimute de 330º52'56" e distância de 40,48 m., com azimute de 332º54'07" e distância de 15,00 m., com azimute de 332º54'07" e distância de 15,00 m., com azimute de 333º01'42" e distância de 18,40 m., com azimute de 306º43'58" e distância de 24,07 m., com azimute de 323º07'47" e distância de 52,61 m., com azimute de 326º11'54" e distância de 17,09 m., com azimute de 339º40'51" e distância de 16,02 m., confrontando neste trecho com sanga, até o vértice M-8, deste, segue com azimute de 43º05'21" e distância de 121,39m., confrontando neste trecho com a Estrada Municipal, até o vértice M-1, ponto inicial da descrição deste perímetro."

Parágrafo único. O imóvel ora desapropriado por interesse social, antes descrito, será destinado à implantação da Estação de Tratamento de Esgoto do Município de Ouro Verde.

Art. 2º Fica, outrossim, declarada de caráter de urgência a desapropriação, nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com redação dada pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 3º Para confirmação do preço da área objeto da desapropriação, cuja apuração prévia já foi feita através de três orçamentos, a fim de possibilitar eventual depósito ou acordo judicial ou extrajudicial, fica a cargo da seguinte comissão de servidores efetivos do Município de Ouro Verde, que deverá apresentar o laudo em 05 (cinco) dias:

DOUGLAS COSTACURTA – Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do cargo de Gestor Municipal de Convênios;

PEDRO LUIZ REBESCHINI – Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Comissionado, ocupante do Cargo de Secretário de Administração

e Gestão;

ALMERI LOURDES FESTA – Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Professora;

ALMIR BALENA – Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Técnico em Agropecuária;

ELIZABETE DE FATIMA ALVES PAZ MORO – Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Técnico em Enfermagem.

Art. 4º Confirmada a avaliação, fica determinado à Secretaria Municipal da Administração que promova a notificação do(s) proprietário(s) para que este se manifeste sobre o interesse de acordo administrativo em relação à transferência de domínio do imóvel.

Art. 5º Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos consignados no orçamento do Município para este exercício financeiro de 2015.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, 21 de setembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

PORTARIA Nº0111

PORTARIA N.º 0111/2015

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal Sra. LEA CRISTINA CAVALLI MARQUES, por período de 30 (trinta) dias, conforme atestados Médico, a partir de 03 de setembro de 2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 22 de setembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

Palhoça

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º144/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 144/2015 do PREGÃO Nº 070/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de material de expediente para utilização pela Prefeitura da Palhoça, Fundo Municipal da Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$135.230,00 (cento e trinta e cinco mil e duzentos e trinta reais) DATA: 27/08/2015 A 26/08/2016.

LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
17	Papel recado, tipo: autoadesivo (Post It)	BL	Informis	2.000,00000	R\$2,2000	R\$4.400,0000
18	Papel recado, tipo: autoadesivo (Post It)	BL	Informis	2.000,00000	R\$2,2000	R\$4.400,0000
1	Folha de EVA verde bandeira.	UN	SELLER	20,00000	R\$3,0155	R\$60,3100
2	Folha de EVA branca	UN	SELLER	20,00000	R\$3,0000	R\$60,0000
3	Folha EVA azul	UN	SELLER	20,00000	R\$3,0000	R\$60,0000
4	Folha EVA cortiça	UN	SELLER	20,00000	R\$10,5000	R\$210,0000
5	Papel cartão branco	FL	VMP	100,00000	R\$1,6000	R\$160,0000
6	Papel cartão azul	FL	VMP	100,00000	R\$1,6000	R\$160,0000
7	Papel cartão preto	FL	VMP	100,00000	R\$1,6000	R\$160,0000
8	Papel cartão verde	FL	VMP	100,00000	R\$1,6000	R\$160,0000
9	Papel cartão vermelho	FL	VMP	100,00000	R\$1,6000	R\$160,0000
10	Papel colorido no formato A4 (210x297mm	PCT	REPORT	100,00000	R\$4,1600	R\$416,0000
19	Papel carbono filme, para lápis e esferográficas, preta.	CX	Cis	60,00000	R\$59,0000	R\$3.540,0000
11	Papel verge. Material Celulose Vegetal, formato A4	CX	Offpaper	200,00000	R\$12,0000	R\$2.400,0000
12	Papel verge. Material Celulose Vegetal, formato A4	CX	Spiral	201,00000	R\$23,6900	R\$4.761,6900
13	Papel verge. Material Celulose Vegetal.	CX	Offpaper	201,00000	R\$14,0000	R\$2.814,0000
14	Papel verge formato A4	CX	Offpaper	201,00000	R\$14,0000	R\$2.814,0000
15	Papel verge formato A4	CX	Offpaper	201,00000	R\$14,0000	R\$2.814,0000
20	Papel contact transparente,	RL	Informis	50,00000	R\$50,0000	R\$2.500,0000
16	Cartolina branca, gramatura 180gr/ m2, 50x66cm	UN	JANDAIA	500,00000	R\$0,9000	R\$450,0000
1	Tinta guache branca	CX	ACRILEX	50,00000	R\$5,9000	R\$295,0000
2	Tinta guache vermelha	CX	ACRILEX	50,00000	R\$5,9000	R\$295,0000
3	Tinta guache azul	CX	ACRILEX	50,00000	R\$5,9000	R\$295,0000
4	Tinta guache amarela	CX	ACRILEX	50,00000	R\$5,9000	R\$295,0000
5	Tinta guache laranja	CX	ACRILEX	50,00000	R\$5,9000	R\$295,0000
6	Tinta guache preta	CX	ACRILEX	50,00000	R\$5,9000	R\$295,0000
1	PASTA AZ LOMBO ESTREITO 05CM, COM VISOR.	UN	Chies	1.500,00000	R\$12,5000	R\$18.750,0000
2	Pasta AZ lombo largo 08 cm, com visor.	UN	Chies	3.000,00000	R\$12,5000	R\$37.500,0000
3	Pasta suspensa com ferragens, para arquivo de gavetas.	UN	TIMPEL	3.000,00000	R\$4,5000	R\$13.500,0000
1	Alfinete com cabeça plástica nº 29 caixa com 50 gr diversas cores, em aço.	CX	Bacchi	100,00000	R\$2,6600	R\$266,0000
2	Fitalho branco, 5mm largura, rolo c/ 50 mts	RL	Correia	5,00000	R\$2,4200	R\$12,1000
3	Fitalho vermelho, 5mm largura, rolo c/ 50 mts	RL	Correia	5,00000	R\$2,2300	R\$11,1500
4	Fitalho lilás, 5mm largura, rolo com 50 metros	RL	Correia	5,00000	R\$2,2300	R\$11,1500
5	Fitalho verde, 5mm largura, rolo com 50 metros	RL	Correia	5,00000	R\$2,2300	R\$11,1500
6	Fitalho rosa choque, 5mm largura, rolo c/ 50 metros	RL	Correia	5,00000	R\$2,2300	R\$11,1500
7	Fitalho laranja, 5mm largura, rolo com 50 metros	RL	Correia	5,00000	R\$2,2300	R\$11,1500
8	Fitalho amarelo, 5mm largura, rolo com 50 metros	RL	Correia	5,00000	R\$2,2300	R\$11,1500

12	Mural de metal para recados com imãs	UN	ZM	200,00000	R\$49,0000	R\$9.800,0000
9	Pistola cola quente grande	UN	Make	100,00000	R\$25,0000	R\$2.500,0000
13	Saco de polietileno, grosso, com 04 furos, para pasta catálogo, medidas mínimas 24 x 33 cm.	UN	Dac	5.000,00000	R\$0,3000	R\$1.500,0000
10	Tela para pintura, fabricado em tecido 100% algodão, tipo "escalar". Tamanho 30x30	UN	SOUZA	100,00000	R\$9,4100	R\$941,0000
11	Umectante para os dedos (molha dedo) em pasta, com glicerina, não tóxico, não manche.	UN	ACRIMET	200,00000	R\$3,0200	R\$604,0000
2	Apagador para quadro branco, em polipropileno, formato anatômico, feltro especial medindo aproximadamente 15x6cm, macio. O produto deverá permitir a troca do feltro (refil)	UN	PILOT	400,00000	R\$10,8000	R\$4.320,0000
1	Calculadora de mesa c/ 12 dígitos, tamanho grande, visor solar e pilha AA, desligamento automático, garantia 01 ano	UN	Cassio	400,00000	R\$28,0000	R\$11.200,0000
Total Geral dos Itens						R\$135.230,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º145/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 145/2015 do PREGÃO Nº 070/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MARCONI KIRCH. OBJETO: Aquisição de material de expediente para utilização pela Prefeitura da Palhoça, Fundo Municipal da Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$167.300,00 (cento e sessenta e sete mil e trezentos reais) DATA: 27/08/2015 A 26/08/2016.

MARCONI KIRCH						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Carimbo auto entintado, cor preta	UN	Carbrink	500,00000	R\$11,8000	R\$5.900,0000
2	Carimbo auto entintado, cor preta	UN	Carbrink	500,00000	R\$13,9000	R\$6.950,0000
3	Carimbo auto entintado, cor preta	UN	Carbrink	500,00000	R\$20,5000	R\$10.250,0000
4	Carimbo auto entintado, cor preta	UN	Carbrink	500,00000	R\$27,4000	R\$13.700,0000
5	Carimbo auto entintado, cor preta	UN	Carbrink	500,00000	R\$36,5000	R\$18.250,0000
6	Carimbo auto entintado, cor preta	UN	Carbrink	500,00000	R\$23,4000	R\$11.700,0000
7	Carimbo auto entintado, cor preta	UN	Carbrink	500,00000	R\$78,5000	R\$39.250,0000
1	FITA ADESIVA DE PAPEL KRAFT 50MMX50M	RL	Eurocel	1.500,00000	R\$6,2400	R\$9.360,0000
2	Fita Crepe Tartan 18mmx50m.	UN	Fitas SP	1.500,00000	R\$2,9000	R\$4.350,0000
3	Fita adesiva dupla face 18mmx30m	UN	Fitas SP	500,00000	R\$2,6500	R\$1.325,0000
4	Fita adesiva de polipropileno, transparente, em filme de polipropileno coberto com adesivo acrílico (transparente), medindo 12mmx30m.	RL	Fitas SP	100,00000	R\$0,4500	R\$45,0000
5	Fita adesiva de polipropileno, transparente, Fita adesiva transparente em filme de polipropileno coberto com adesivo acrílico (transparente). Medindo 50mmx50m	RL	Fitas SP	1.600,00000	R\$2,2000	R\$3.520,0000
1	Caneta para quadro branco regarregável na cor azul, com ponta macia para não danificar o mesmo, apaga facilmente. Ponta de acrílico com espessura de escrita de 2,3 mm.	UN	MARIPEL	300,00000	R\$1,6000	R\$480,0000
2	Caneta marca texto. Corpo em material plástico, ponta chanfrada em polietileno e filtro em poliéster fluorescente. Cor amarela, traço de 5mm, podendo variar para +/- 1mm. A tinta deverá ser transparente, luminosa, secagem rápida (instantânea), devendo ainda ser lavável e não tóxica. Selo de adequação à norma ABNT	UN	Jocar	5.000,00000	R\$0,6900	R\$3.450,0000
3	Caneta marca texto. Corpo em material plástico, ponta chanfrada em polietileno e filtro em poliéster fluorescente. Cor verde, traço de 5mm, podendo variar para +/- 1mm. Carga na cor verde. Selo de adequação à norma ABNT NBR 15236/2012 - Corrigida 2013.	UN	Jocar	1.500,00000	R\$0,6800	R\$1.020,0000
4	Caneta marca texto. Corpo em material plástico, ponta chanfrada em polietileno e filtro em poliéster fluorescente. Cor rosa, traço de 5mm, podendo variar para +/- 1mm. Carga na cor verde. Selo de adequação à norma ABNT NBR 15236/2012 - Corrigida 2013.	UN	Jocar	1.500,00000	R\$0,7000	R\$1.050,0000
1	Perfurador de papel para no mínimo 20 folhas de 75g/m², diâmetro do furo de 6mm, trava de segurança, estrutura interna em metal, distância entre os furos 80mm, dimensões aprox. 5,3x12,1x12,1 cm.	UN	Jocar	800,00000	R\$10,8750	R\$8.700,0000

2	Perfurador de papel, modelo de mesa, semi-industrial. corpo único em ferro fundido, na cor cinza, com forro de base em plástico removível, comprimento da base de no mínimo 17cm e largura frontal de no mínimo 12cm. Capacidade de perfuração de até 5mm referente a papel 75g/m2.	UN	CAVIA	800,00000	R\$35,0000	R\$28.000,0000
Total Geral dos Itens						R\$167.300,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º146/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 146/2015 do PREGÃO Nº 070/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA. OBJETO: Aquisição de material de expediente para utilização pela Prefeitura da Palhoça, Fundo Municipal da Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 119.229,74 (cento e dezenove mil duzentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos) DATA: 27/08/2015 A 26/08/2016.

AQUINPEL SUPRIM. P/ESCRIT. INFORM. E PAPELARIA LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Agenda diária com capa dura, medidas aprox. 13,8x20,0cm	UN	Frama	1.000,00	R\$8,15	R\$ 8.150,00
2	Agenda telefônica	UN	Tilibra	300,00	R\$10,58	R\$3.174,00
3	Giz de cera pequena, tipo curtom, caixa com 12 cores, soluvel em água	CX	Acrilex	500,00000	R\$1,20	R\$600,00
4	Caneta hidrocor ponta fina, corpo arredondado, composição: plástico abc, plástico, estojo com 12 cores.	Est	Make	300,00	R\$2,88	R\$864,00
5	Lápis de cor caixa com 12 unidades: tipo: eco lápis	CX	Labra	1.000,00	R\$3,23	R\$3.230,00
6	Massa de modelar com 12 cores não tóxicas e antialérgico	CX	Acrilex	350,00	R\$1,6514	R\$577,99
7	Tesoura escolar aço Inox	UN	Make	500,00	R\$0,98	R\$ 490,00
8	Caixa para correspondência articulada. Tipo trip	UN	Acrimet	400,00	R\$57,38	R\$22.952,00
9	Porta caneta, clips e cartão, em acrílico cristal.	UN	Waleu	480,00	R\$ 5,30	R\$2.544,00
10	Pranchetas em acrílico, pegador em eucatex, tamanho escritório	UN	Novacril	550,00	R\$ 5,33	R\$ 2.931,050
11	Suporte para fita adesiva, de plástico resistente	UN	Waleu	60,00	R\$ 10,59	R\$ 635,40
12	Caixa para correspondência articulada. Tipo dupla	UN	Acrimet	15,00	R\$ 38,15	R\$ 572,25
13	Caneta esferográfica com as seguintes características mínimas: cor azul, em material plástico	CX	Injexpen	1.000,00	R\$ 11,10	R\$11.100,00
14	Caneta esferográfica com as seguintes características mínimas: cor preta,	CX	Injexpen	1.000,00	R\$ 11,10	R\$11.100,00
15	Caneta esferográfica com as seguintes características mínimas: cor vermelha	CX	Injexpen	1.000,00	R\$ 11,10	R\$11.100,00
16	Apontador para lápis, material plástico rígido,	UN	Foska	1.000,00	R\$ 0,52	R\$520,00
17	Apontador para lápis, todo em ferro, tamanho médio, 01 furo cônico	UN	Leonora	400,00	R\$0,68	R\$ 272,00
18	Borracha escolar branca nº 40, macia e suave	UN	Redbor	4.000,00	R\$ 0,15	R\$600,00
19	Lápis preto nº 02. Resistente. Confeccionado em madeira proveniente de manejo sustentável, comprovado através de certificação ambiental.	UN	Labra	9.000,00	R\$ 0,19	R\$ 1.710,00
20	Grampo para grampeador 23/13	CX	Jocar	500,00	R\$ 2,56	R\$ 1.280,00
21	Grampo para grampeador 26X6	CX	Make	5.000,00	R\$ 0,70	R\$ 3.500,00
22	Grampo trilho 80mm, de latão, caixa c/50 unidades.	CX	Foska	5.000,00	R\$ 4,73	R\$ 23.650,00
23	Grampo trilho 80mm, em plástico, caixa com 50 unidades	CX	Hellomax	1.310,00	R\$ 5,86	R\$ 7.676,00
Total Geral dos Itens						R\$119.229,74

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º147/2015**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO****ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE PALHOÇA**

ATA Nº 147/2015 do PREGÃO Nº 070/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de material de expediente para utilização pela Prefeitura da Palhoça, Fundo Municipal da Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 120.014,89 (cento e vinte mil quatorze reais e oitenta e nove centavos) DATA: 27/08/2015 A 26/08/2016.

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Clips nº 6/0, formato paralelo confeccionado em arame galvanizado flexível, sem oxidações, caixa com 50 unidades	CX	Wireplast	1.500,00	R\$1,10	R\$ 1.650,00
2	Clips nº 2/0, formato paralelo confeccionado em arame galvanizado flexível, sem oxidações, caixa com 100 unidades	CX	Wireplast	1.700,00	R\$0,8655	R\$1.471,35
3	Clips nº 8/0, formato paralelo confeccionado em arame galvanizado flexível, sem oxidações, caixa com 50 unidades	CX	Wireplast	1.000,00	R\$1,71	R\$1.710,00
4	Clips nº 4/0, formato paralelo confeccionado em arame galvanizado flexível, sem oxidações, caixa com 100 unidades	CX	Wireplast	1.000,00	R\$1,73	R\$ 1.730,00
5	Livro ata capa dura com 200 folhas, pautadas e numeradas, formato mínimo de 205x300mm.	UN	Pag Brasil	400,00	R\$ 10,90	R\$ 4.360,00
6	Livro protocolo, capa dura com 50 folhas pautadas e numeradas sequencialmente. No formato mínimo de 153x216mm, encadernação costurada	UN	Foroni	400,00	R\$3,30	R\$ 1.320,00
7	Livro ponto capa dura, com 100 folhas, com turnos: manhã, tarde e noite na mesma pagina	UN	Foroni	150,00	R\$10,94	R\$ 1.641,00
8	Livro ata, capa dura com 100 folhas pautadas e numeradas, formato de dimensões mínimas 205 x 300 mm	UN	Pag Brasil	600,00	R\$5,6988	R\$3.419,28
9	Pilha alcalina, 1,5 V, (D) grande, acondicionadas em cartelas com 02 unidades.	PCT	Maxprint G30	400,00	R\$ 12,00	R\$4.800,00
10	Pilha alcalina, 1,5 V, média (tipo C), acondicionadas em cartelas com 02 unidades.	PCT	Elgin	400,00	R\$ 7,60	R\$3.040,00
11	Pilha alcalina, 1,5 V,(AA) pequena, acondicionadas em cartelas com 04 unidades.	PCT	Elgin	400,00	R\$ 5,02	R\$2.008,00
12	Pilha tipo palito, tipo: alcalina (AAA). 1,5 V.	UN	Elgin	300,00	R\$ 1,4877	R\$ 446,31
13	Tecido TNT, cor vermelho rolo com 1,4mx50m	RL	SB	5,00	R\$ 39,80	R\$199,50
14	Tecido TNT, cor verde rolo com 1,4mx50m	RL	SB	5,00	R\$ 39,90	R\$199,50
15	Tecido TNT, cor branco rolo com 1,4mx50m	RL	SB	5,00	R\$ 39,90	R\$199,50
16	TNT rosa rolo com 1,4mx50m.	RL	SB	5,00	R\$ 39,90	R\$199,50
17	TNT laranja rolo com 1,4mx50m	RL	SB	5,00	R\$39,90	R\$ 199,50
18	TNT azul rolo com 1,4mx50m.	RL	SB	5,00	R\$ 39,90	R\$199,50
19	TNT amarelo rolo com 1,4mx50m.	RL	SB	5,00	R\$ 39,90	R\$ 199,50
20	TNT lilás rolo com 1,4mx50m.	RL	SB	5,00	R\$ 39,90	R\$ 199,50
21	TNT Verde bandeira rolo com 1,4mx50m	RL	SB	5,00	R\$ 39,90	R\$199,50
22	Caderno 10 matérias, capa dura, com 200 folhas, no tamanho grande, aproximadamente em 30x24x4cm	UN	Panamericana	500,00	R\$ 5,39	R\$
23	Caderno Capa Dura, 1/4, acabamento costurado, formato: 21 x 4,8 cm (AxL), com 96 folhas.	UN	Jandaia	1.500,00	R\$ 1,94	R\$ 2.910,00
24	Caderno Linguagem Brochura, 48 folhas, miolo papel aproximado de 63grs, formato 200x275, capa e contracapa em papelão 780g/m², revestido em papel couchê 115 g/m², espessura mínima de 1,1mm.	UN	Jandaia	1.500,00	R\$ 2,1493	R\$ 3.223,95
25	Cola em bastão, atóxica, a base de água, lavável, não ressecada e não podendo manchar onde aplicada. Embalagem: blister com no mínimo 10 gr, de plástico, rígido, com tampa vedante	UN	Leo e Leo	1.000,00	R\$ 0,43	R\$ 430,00
26	Cola branca, líquida, viscosa, constituída de resina sintética em emulsão aquosa, com boa adesividade, lavável, atóxica, secagem rápida, homogênea, não podendo manchar onde aplicada	UN	Piratininga	1.000,00	R\$ 0,50	R\$ 500,00
27	Cola adesiva. Tipo instantânea, não tóxica, de secagem rápida. Em embalagem plástica com no mínimo 20g	UN	Tek Bond	500,00	R\$ 6,88	R\$ 3.440,00
28	Corretivo fita, 12mx4,2mm.	UN	Mercur	1.000,00	R\$ 5,74	R\$5.470,00
29	Corretivo líquido a base de água ,não tóxico, branco, homogêneo, aplicável a pincel, com tampa rosqueável, diluível em água	UN	Artmax	1.500,00	R\$ 0,65	R\$ 975,00
30	Régua plástica transparente (cristal) , milimétrica, 30cm. Espessura mínima 2,5mm.	UN	Waleu	900,00	R\$ 0,46	R\$ 414,00

31	Tesoura em aço inox, com aproximadamente 21CM com cabo emborrachado na cor preta	UN	Jocar	20,00	R\$ 3,30	R\$ 66,00
32	Grampeador de mesa médio, para grampo 26/6. Comprimento mínimo: 16 cm.	UN	Make	3.000,00	R\$ 12,50	R\$ 37.500,00
33	Grampeador de grande capacidade em aço; capacidade para grampear até 100 folhas de papel 75g/m²	UN	Make	1.000,00	R\$ 33,00	R\$ 33.000,00
Total Geral dos Itens						R\$120.014,89

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º148/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 148/2015 do PREGÃO Nº 070/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa TRANSPONCI TRANSPORTADORA EIRELI - ME. OBJETO: Aquisição de material de expediente para utilização pela Prefeitura da Palhoça, Fundo Municipal da Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 89.900,00 (oitenta e nove mil e novecentos reais) DATA: 27/08/2015 A 26/08/2016.

TRANSPONCI TRANSPORTADORA EIRELI - ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Papel alcalino no formato A4 (210x297mm) , resma com 500 fls, gramatura: 75 g/m²	PCT	Prestige	10.000	R\$8,99	R\$ 89.900,00
Total Geral dos Itens						R\$ 89.900,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º149/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 149/2015 do PREGÃO Nº 070/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME. OBJETO: Aquisição de material de expediente para utilização pela Prefeitura da Palhoça, Fundo Municipal da Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 31.847,99 (trinta e um mil oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos) DATA: 27/08/2015 A 26/08/2016.

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Pasta catálogo, tipo fichário, capa dura revestida em PVC, lombada de 05 cm, na cor preta, c/ visor, com 50 plásticos	UN	Dac	400,00	R\$6,65	R\$ 2.660,00
2	Pasta de papelão plastificado com aba elástica, cor branca ou preta, medindo aproximadamente 250x330x50mm	UN	ICL	1.000,00	R\$ 0,78	R\$ 780,00
3	Pasta plástica com aba elástica, transparente cristal, texturizada com aproximadamente 249x335x50mm.	UN	Alaplat	1.350,00	R\$ 2,38	R\$ 3.213,00
4	Pasta plástica com aba elástica, transparente fumê, texturizada com aproximadamente 249x335x50mm.	UN	Alaplat	1.100,00	R\$ 2,38	R\$ 2.618,00
5	Pasta plástica em L, transparente, texturizada, medindo aproximadamente 230x330mm	UN	Dac	900,00	R\$ 0,5611	R\$ 504,99
6	Pasta plástica em polipropileno, texturizada, transparente, com grampo trilho em PVC, medindo aproximadamente 250x330x50mm	UN	Alaplat	600,00	R\$ 1,11	R\$ 666,00
7	Pasta plástica fumê(40mm), texturizada, medindo aproximadamente 230x330mm	UN	Alaplat	300,00	R\$ 1,90	R\$ 570,00
8	Pasta plástica transparente (40mm), texturizada, medindo aproximadamente 230x330mm	UN	Alaplat	300,00	R\$ 1,96	R\$ 588,00
9	Almofada para carimbo. Dimensões: 5,0x9,0cm. Material da caixa: plástico	UN	J. Stamp	300,00	R\$ 2,07	R\$ 621,00
10	ELÁSTICO CIRCULAR (DINHEIRO), EM LÁTEX, CAIXA PEQUENA COM 25 GRAMAS	CX	Premier	1.000,00	R\$ 0,83	R\$ 830,00
11	Estilete grande, lâmina retrátil em aço, lâmina larga, corpo injetado. Lâmina em aço especial temperado.	UN	Cis	300,00	R\$ 3,63	R\$ 1.089,00
12	Estilete pequeno, lâmina retrátil em aço, lâmina estreita, corpo injetado. Lâmina em aço especial temperado.	UN	Cis	300,00	R\$ 2,63	R\$ 789,00
13	Extrator de grampo. Material em aço inoxidável. Tipo espátula. Dimensões mínimas de 15x1,8x1,8cm.	UN	J.Stamp	1.000,00	R\$ 1,02	R\$ 1.020,00
14	TINTA P/ALMOFADA DE CARIMBO, SEM ÓLEO, PRETA, FRS COM NO MÍNIMO 40ML	UN	J. Stamp	280,00	R\$ 1,50	R\$ 420,00
15	Caixa plástica polionda para Arquivo Morto, medidas aproximadas 350X130X245mm. Cor azul.	UN	Alaplat	5.000,00	R\$ 2,21	R\$ 11.050,00

16	Caixa plástica Polionda para Arquivo Morto, medidas aproximadas 350X130X245mm. Cor vermelha.	UN	Alaplast	2.000,00	R\$ 2,2145	R\$ 4.429,00
Total Geral dos Itens						R\$ 31.847,99

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º150/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. BOMBEIROS

ATA Nº 150/2015 do PREGÃO Nº 108/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ESTALEIRO PANGA LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e materail para manutenção de embarcações e equipamentos marítimos do Corpo de Bombeiros de Palhoça. VALOR: R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais) DATA: 27/08/2015 A 26/08/2016.

ESTALEIRO PANGA LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Fornecimento de Peças	UN		100.000,00	R\$0,90	R\$ 90.000,00
2	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA	H		300,00	R\$ 160,00	R\$48.000,00
Total Geral dos Itens						R\$ 138.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º151/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 151/2015 do PREGÃO Nº 116/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP. OBJETO: Contratação de empresa para locação com montagem e desmontagem de estruturas temporárias para eventos. VALOR: R\$ 191.750,00 (cento e noventa e um mil setecentos e cinquenta reais) DATA: 27/08/2015 A 26/08/2016.

CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Locação com montagem e desmontagem de grade de isolamento em estrutura tubular metálica medindo 1,20m altura intertraváveis.	M		1.000,00	R\$6,00	R\$ 6.000,00
2	Tapume em chapas metálicas medindo 2,40m altura com mão francesa para travamento.	M		1.000,00	R\$ 5,00	R\$5.000,00
3	Locação com montagem e desmontagem de base de palco sem cobertura com altura variavel entre 30cm e 160m altura, piso de madeira 200mm e escada de acesso, montado totalmente em estrutura de aluminio box truss p30. incluída a instalação de sistema de iluminação e de combate e pretação a incêndios.	M²		300,00	R\$ 20,00	R\$ 6.000,00
4	Tablado de madeira 20mm com base em vigamento de estrutura tubular metálica com 12cm altura.	M²		500,00	R\$ 10,00	R\$ 5.000,00
5	Locação com montagem e desmontage de estande medindo 3m x 3m (9m²) com piso elevado em madeira, carpete tipo fadamac, paredes em ts dupla face branco com 4mm de espessura, emoldurados por perfis octogonais, travessas em cor de aluminio anodizado, iluminação com no minimo uma lampada de 100w, uma tomada monofásica, testeira na parte frontal para aplicação da identificação. incluída a instalação de sistema de iluminação e de combate e pretação a incêndios.	UN		30,00	R\$ 30,00	R\$ 900,00
6	Locação com montagem e desmontagem de refletor 500w de potencia com instalação elétrica, fiação necessária e aterramento para ser utilizada nas tendas.	UN		50,00	R\$ 5,00	R\$ 250,00
7	Locação com montagem e desmontagem de palco medindo 6m x 6m com cobertura modelo chapéu de bruxa, lona branca, fechamento em lona nas laterais e fundos, uma escada de acesso. incluída a instalação de sistema de iluminação e de combate e pretação a incêndio.	UN		10,00	R\$ 1.085,00	R\$ 10.850,00
8	Locação com montagem e desmontagem de palco medindo 5m x 5m com cobertura modelo chapéu de bruxa, lona de cobertura branca, fechamento em lona nas laterais e fundos, um escada de acesso. incluída a instalação de sistema de iluminação e de combate a pretação a incêndio.	UN		10,00	R\$ 1.000,00	R\$ 10.000,00

9	Locação com montagem e desmontagem de palco medindo 12m x 6m com cobertura modelo duas águas, lona de cobertura branca, sanete preta nas laterais e fundos, fly, escada de acesso, montado totalmente em estrutura de alumínio box truss p30. incluída a instalação de sistema de iluminação e de combate e pretensão a incêndios.	UN		3,00	R\$ 4.000,00	R\$ 12.000,00
10	locação com montagem e desmontagem de palco medindo 7m x 4m com cobertura modelo duas águas, lona de cobertura branca, sanete preta nas laterais e fundos, fly, escada de acesso, montado totalmente em estrutura de alumínio box truss p30. incluída a instalação de sistema de iluminação e de combate e pretensão a incêndios.	UN		3,00	R\$ 1.500,00	R\$ 4.500,00
11	Locação com montagem e desmontagem de tenda modelo chapéu de bruxa medindo 3x x 3m com lona de cobertura branca, pé direito de 2,20m altura, calhas de chuva metálica para escoamento de água, fechamento nas laterais e fundos. incluída a instalação de sistema de iluminação e combate e pretensão a incêndios.	UN		50,00	R\$ 150,00	R\$ 7.500,00
12	Locação com montagem e desmontagem de tenda modelo chapéu de bruxa medindo 5m x 5m com lona de cobertura branca, pé direito de 2,50m altura, calhas de chuva metálica para escoamento da água, fechamentos nas laterais e fundos. incluída a instalação de sistema de iluminação e de combate e pretensão a incêndios	UN		50,00	R\$350,00	R\$ 17.500,00
13	Locação com montagem e desmontagem de tenda modelo chapéu de bruxa medindo 6m x 6m com lona de cobertura branca, pé direito de 2,50m altura, calhas de chuva metálica para escoamento da água, fechamentos nas laterais e fundos. incluída a instalação de sistema de iluminação e de combate e pretensão a incêndios	UN		50,00	R\$ 450,00	R\$ 22.500,00
14	Locação com montagem e desmontagem de tenda modelo chapéu de bruxa medindo 10m x 10m com lona de cobertura branca, pé direito de 3m altura, calhas de chuva metálica para escoamento da água, fechamentos nas laterais e fundos. incluída a instalação de sistema de iluminação e de combate e pretensão a incêndios	UN		100,00	R\$ 800,00	R\$ 80.000,00
15	Locação com entrega e recolhimento de cadeira plastica sem braço de apoio com resistencia de até 150kg	Diaria		1.000,00	R\$ 2,00	R\$ 2.000,00
16	Locação com entrega e recolhimento de mesa quadrada plastica 70x70	Diaria		250,00	R\$ 7,00	R\$1.750,00
Total Geral dos Itens						R\$ 191.750,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º152/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 152/2015 do PREGÃO Nº 117/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa WA COMÉRCIO LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais, artefatos de cimento; lajotas sextavadas, paver, meio fio, pampa de concreto, placa de alerta e grelha de ferro. Material esse que será utilizado em várias obras neste município. VALOR: R\$ 86.800,00 (oitenta e seis mil e oitocentos reais) DATA: 28/08/2015 A 27/08/2016.

WA COMÉRCIO LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
9	Placa cimentada modelo siga em frente guia para deficientes visuais, na cor vermelha 45x45cm espessura 2,5cm	M2	WA	947,00000	R\$23,6000	R\$22.349,2000
8	Placa cimentada modelo de cruz, na cor natural 45x45cm espessura de 2.5 cm	M2	WA	2.307,00000	R\$19,9000	R\$45.909,3000
7	Placa acimentada alerta na cor vermelha 45x45cm espessura 2,5cm	M2	WA	789,00000	R\$23,5000	R\$18.541,5000
Total Geral dos Itens						R\$86.800,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º153/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 153/2015 do PREGÃO Nº 117/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa RACINE COMERCIAL LTDA ME. OBJETO: Aquisição de materiais, artefatos de cimento; lajotas sextavadas, paver, meio fio, pampa de concreto, placa de alerta e grelha de ferro. Material esse que será utilizado em várias obras neste município. VALOR: R\$ 209.124,45 (duzentos e nove mil, cento e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos) DATA: 28/08/2015 A 27/08/2016.

RACINE COMERCIAL LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Tampa de concreto armado 60x40 (espessura de 10cm e ferro de aço 8,00mm) resistência mínima de FCK 25Mpa.	UN	IPL	4.737,00000	R\$29,8500	R\$141.399,4500
5	Grelha de concreto armado 30x60 (espessura de 10cm e ferro de aço 8,00mm) resistência mínima de FCK 25Mpa.	UN	IPL	1.935,00000	R\$35,0000	R\$67.725,0000
Total Geral dos Itens						R\$209.124,4500

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º154/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 154/2015 do PREGÃO Nº 117/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa CC ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de materiais, artefatos de cimento; lajotas sextavadas, paver, meio fio, pampa de concreto, placa de alerta e grelha de ferro. Material esse que será utilizado em várias obras neste município. VALOR: R\$ 1.240.779,50 (um milhão duzentos e quarenta e mil setecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos) DATA: 28/08/2015 A 27/08/2016.

CC ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Paver de concreto 10x20cm com espessura de 0,08cm na cor cinza, com resistência mínima de Fck=35Mpa	M2	CCA	14.517,00000	R\$39,0000	R\$566.163,0000
3	Meio Fio - 100x30x10	PÇ	CCA	27.913,00000	R\$11,0000	R\$307.043,0000
1	Lajotas sextavada 2,50x2,50x80mm.	UN	CCA	15.003,00000	R\$24,5000	R\$367.573,5000
Total Geral dos Itens						R\$1.240.779,5000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º155/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 155/2015 do PREGÃO Nº 117/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais, artefatos de cimento; lajotas sextavadas, paver, meio fio, pampa de concreto, placa de alerta e grelha de ferro. Material esse que será utilizado em várias obras neste município. VALOR: R\$ 106.656,00 (cento e seis mil e seiscentos e cinquenta e seis reais) DATA: 28/08/2015 A 27/08/2016.

PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	Grelha de ferro fundido, medidas internas de 40x60cm com espessura de 5 (cinco) cm, com resistência para suportar tráfego de até 20.000kg.	UN	FERMAR	1.111,00000	R\$96,0000	R\$106.656,0000
Total Geral dos Itens						R\$106.656,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º156/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 156/2015 do PREGÃO Nº 120/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para locação com montagem e desmontagem de estruturas temporárias para eventos. VALOR: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) DATA: 31/08/2015 A 30/08/2016.

ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Água Mineral, sem gás, acondicionada em bombonas de 20 litros de policarbonato transparente, PH mínimo de 6.0 a 25º C na fonte. A Água mineral é apenas para reposição, no momento da entrega será feita a troca do vasilhame.	UN	Santa Rita	5.000,00	R\$5,00	R\$ 25.000,00
Total Geral dos Itens						R\$ 25.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º157/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 157/2015 do PREGÃO Nº 107/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa M.J.G TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de equipamentos de cozinha para as unidades escolares e para a Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar atendidas pelo Município de Palhoça. VALOR: R\$ 84.897,50 (oitenta e quatro mil oitocentos e noventa e sete reais). DATA: 31/08/2015 A 30/08/2016.

M.J.G TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Lavadora de Alta Pressão com Carrinho integrado. Característica do produto: pistola com trava de segurança, aplicador de detergente, mangueira aproximadamente de 5 m. Pressão mínima de 2400 libras e potência mínima de 1650 w. Bivolt. Garantia de fabricação de 12 meses	UN	Wap	1,00	R\$560,00	R\$ 560,00
2	Estante para Armazenagem com sistema de Encaixe. Características do produto: em orifício trapezoidal e semi círculo nas extremidades da coluna, com passo aproximado de 50mm, modelo individual.	UN	GGL	50,00	R\$ 975,00	R\$ 48.750,00
3	Estante para armazenagem, sistema de Encaixe. Características do produto: em orifício trapezoidal e semi círculo nas extremidades da coluna, com passos aproximados de 50 mm, modelo individual, sem utilização de parafusos, confeccionada em aço, espessura aproximada de 2 mm #14.	UN	GGL	50,00	R\$ 676,00	R\$ 33.800,00
4	Carrinho metálico para transportar caixas plásticas. Características do produto: pintado, tubo arredondado, barra chata, com rodas pneumáticas de aproximadamente 325 x 84 lonas (pneu com câmara). Capacidade aproximada para 400 kg para transporte de caixas plásticas. Dimensões aproximadas C x L: 1,49 x 0,78 cm e peso aproximado de 22 quilos	UN	Tecnoma	5,00	R\$ 357,50	R\$ 1.787,50
Total Geral dos Itens						R\$ 84.897,50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º158/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 158/2015 do PREGÃO Nº 107/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de equipamentos de cozinha para as unidades escolares e para a Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar atendidas pelo Município de Palhoça. VALOR: R\$ 40.650,00 (quarenta mil seiscentos e cinquenta reais). DATA: 31/08/2015 A 30/08/2016.

LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Calculadora Eletrônica: - Calculadora de mesa com 12 dígitos. Características do produto: funções: contador de itens, mark up, cálculo de taxas, inversão de sinais, seletor de arredondamento e decimais, delta porcentagem, GT, correção dígito a dígito, imprime data, calendário. Dados técnicos: voltagem: bivolt; alimentação: energia; Visor: fluorescente verde; Impressão: bicolor (IR - 40T); Dimensões aproximadas do produto: Largura 19,80 cm, Altura 26 cm; Profundidade: 6,50 cm - Peso: 0,880 kg.	UN	Elgin	10,00	R\$295,00	R\$ 2.950,00
2	Mesa de manipulação em aço inox sem espelho. Dimensões aproximadas: medidas (C) 150 cm x (L) 70 cm. Características do produto: 100% em aço inoxidável. Tipo do aço: austeníticos (0,08 C, CR 18%, 8% NI). Resistente à corrosão e oxidação. Altura total aproximada de 87 cm. Espessura da chapa de aço (tampa da mesa) mínimo de 1,0 mm. Contendo grade vazada na parte inferior. Terminais plásticos nos pés com regulagem de altura. Capacidade aproximada de peso da tampa: 350 quilos. Capacidade aproximada de peso da prateleira inferior: 130 quilos. Capacidade aproximada de peso total: 480 quilos. Estrutura inferior reforçada de tubo em aço inox com diâmetro aproximado de 04 cm. Peso total aproximado da mesa: 40 quilos. As matérias primas utilizadas na fabricação do equipamento devem atender às normas técnicas específicas para cada material. Garantia de fabricação de 12 meses	UN	Imeca	40,00	R\$ 800,00	R\$ 32.000,00
3	Caixa plástica. Características do produto: modelo contentor. Capacidade aproximada para 67 quilos. Cor branca, vazada. Dimensões aproximadas: 57 x 76,0 x 31,0 cm. Matéria prima: Polietileno de alta densidade (PEAD)	UN	Proplast	200,00	R\$ 28,50	R\$ 5.700,00
Total Geral dos Itens						R\$ 40.650,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º159/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 159/2015 do PREGÃO Nº 107/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MARIA HELENA COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - ME. OBJETO: Aquisição de equipamentos de cozinha para as unidades escolares e para a Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar atendidas pelo Município de Palhoça. VALOR: R\$ 32.370,00 (trinta e dois mil trezentos e setenta reais). DATA: 31/08/2015 A 30/08/2016.

MARIA HELENA COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Armário alto com dimensão aproximada total: 2800 de altura x 2760 de largura x 050 de profundidade. Característica do produto: comportando seis (06) portas inteiras, confeccionado em BP com espessura aproximada de 15 mm. Com acabamento em fita ABS de 3 mm aproximadamente, revestido em ambas as faces por laminado melamínico de alta resistência. Possui três (03) prateleiras móveis internas e uma fixa para travamento das portas. Na parte inferior do armário possui 24 gavetas para pasta suspensas confeccionado em BP com espessura de 15 mm aproximadamente, com acabamento em fita ABS 03 mm aproximadamente. Revestido em ambas as faces por laminado metálico de alta resistência. Rodapé confeccionado em chapa de aço laminado a frio SAE 1010, com pés niveladores para correção de desnível do piso com 60 mm aproximadamente de altura. Portas confeccionadas em chapa BP com espessura de 15 mm aproximadamente. Revestido em ambas as faces por laminado metálico de alta resistência. Contém 03 dobradiças em cada porta. Puxador horizontal em polipropileno, tamanho de 57 mm aproximadamente. Fechadura centralizada na porta de aço tipo cilíndrica do tipo Yale com 02 chaves com fechamento simultâneo das portas com trincapé. Cor ovo, com acabamento na cor ovo. Garantia de fabricação	UN	Maria Helena	1,00	R\$4.570,00	R\$ 4.570,00
2	Mesa de manipulação em aço inox sem espelho. Dimensões aproximadas: medidas (C) 100 cm x (L) 60 cm. Características do produto: 100% em aço inoxidável. Tipo do aço: austeníticos (0,08 C, CR 18%, 8% NI). Resistente à corrosão e oxidação. Altura total aproximada de 87 cm. Espessura da chapa de aço (tampa da mesa) mínimo de 1,0 mm. Contendo grade vazada na parte inferior. Terminais plásticos nos pés com regulagem de altura. Capacidade aproximada de peso da tampa: 300 quilos. Capacidade aproximada de peso da prateleira inferior: 100 quilos. Capacidade aproximada de peso total: 400 quilos. Estrutura inferior reforçada de tubo em aço inox com diâmetro aproximado de 04 cm. Peso total aproximado da mesa: 38 quilos. As matérias primas utilizadas na fabricação do equipamento devem atender às normas técnicas específicas para cada material. Garantia de fabricação de 12 meses.	UN	Embraflex	40,00	R\$ 695,00	R\$ 27.800,00
Total Geral dos Itens						R\$ 32.370,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º160/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 160/2015 do PREGÃO Nº 107/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa L. MOHR LTDA ME. OBJETO: Aquisição de equipamentos de cozinha para as unidades escolares e para a Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar atendidas pelo Município de Palhoça. VALOR: R\$ 36.300,00 (trinta e seis mil e trezentos reais). DATA: 31/08/2015 A 30/08/2016.

L. MOHR LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Liquidificador industrial em aço inox (corpo e copo) com capacidade para 4 litros. Capacidade: copo com capacidade útil de 04 litros. Característica do produto: copo removível confeccionado em chapa de aço inox, em peça única, sem soldas, com espessura aproximadamente de 01 mm. Motor de baixa rotação. Tensão elétrica: bivolt. Frequência de rede elétrica: 60 Hz, RPM mínimo: 3740 rpm. Potência: de ½ HP. Tampa do copo em aço inox, com espessura mínima de chapa de 0,6 mm, com dobras estruturais que permitam a limpeza interna. Facas, eixo, buchas, porca fixadora do eixo da faca e pino elástico de tração da faca em aço inox. Sapatas antivibratórias em material aderente. O conjunto formado pelas facas, eixo e elementos de fixação deve ser removível para limpeza, sem a necessidade de utilização de ferramentas. Interruptor liga/desliga. Interruptor para pulsar. Matéria prima: as matérias primas utilizadas na fabricação do equipamento devem atender às normas técnicas específicas para cada material. O copo, a tampa, alças e gabinete devem ser em aço inoxidável. Tipo do aço: austeníticos (0,08 C, CR 18%, 8% NI). Resistente à corrosão e oxidação. O equipamento e seus componentes devem ser isentos de rebarbas, arestas cortantes ou elementos perfurantes. Garantia de fabricação de 12 meses.	UN	Fak	100,00	R\$363,00	R\$ 36.300,00
Total Geral dos Itens						R\$ 36.300,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º161/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 161/2015 do PREGÃO Nº 107/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MILENIUM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de equipamentos de cozinha para as unidades escolares e para a Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar atendidas pelo Município de Palhoça. VALOR: R\$ 9.000,00 (nove mil reais). DATA: 31/08/2015 A 30/08/2016.

MILENIUM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Pallet plástico. Característica do produto: cor preto, vazado, com dimensões aproximadas de 1x1,20x0,15m. Com capacidade aproximada para 2500 kg de carga. Material: polietileno e polipropileno.	UN	Larplásticos	100,00	R\$90,00	R\$ 9.000,00
Total Geral dos Itens						R\$ 9.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º162/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 162/2015 do PREGÃO Nº 107/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de equipamentos de cozinha para as unidades escolares e para a Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar atendidas pelo Município de Palhoça. VALOR: R\$ 48.300,00 (quarenta e oito mil trezentos e vinte reais). DATA: 31/08/2015 A 30/08/2016.

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Balança eletrônica de plataforma sem coluna. Capacidade: 100 quilos. Divisão: 20g. Plataforma de chapa lisa. Dimensão aproximada da plataforma: (AxLxP) 400 x400x 400 mm. Material: aço inox. Tipo do aço: austeníticos (0,08 C, CR 18%, 8% NI). Resistente a corrosão e oxidação. Características: visor móvel, com display luminoso (aproximadamente de 20 mm e 06 dígitos), cabo aproximadamente de 3 metros. Tensão elétrica: bivolt automático. Frequência da rede elétrica: 50/60 hz. Padrão de saída: RS 232. Pés reguláveis para nivelamento da balança. Garantia de assistência técnica de 12 meses.	UN	Micheleti	50,00	R\$966,00	R\$ 48.300,00
Total Geral dos Itens						R\$ 48.300,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º163/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 163/2015 do PREGÃO Nº 107/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ML & HL COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de equipamentos de cozinha para as unidades escolares e para a Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar atendidas pelo Município de Palhoça. VALOR: R\$ 101.582,00 (cento e um mil quinhentos e oitenta e dois reais). DATA: 31/08/2015 A 30/08/2016.

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Balcão em aço inoxidável com 02 cubas e com espelho. Material: aço inoxidável com espessura mínima de 1,0 mm. Tipo do aço: austeníticos (0,08 C, CR 18%, 8% NI). Resistente à corrosão e oxidação. Dimensões aproximadas do balcão: C 200 cm x 70 cm. Dimensões aproximadas do espelho: 10 cm. Dimensões aproximadas da cuba: 0,5 x 0,4 x 0,25 cm. Características do produto: tampo e pés em aço inoxidável (100% aço inoxidável), estrutura inferior reforçada de tubo com diâmetro aproximado de 04 cm (100% aço inoxidável), altura total aproximada (incluindo espelho) de 0,90 cm. Garantia de fabricação de 12 meses	UN	Solution	50,00	R\$2.031,64	R\$ 101.582,00
Total Geral dos Itens						R\$ 101.582,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º164/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 164/2015 do PREGÃO Nº 113/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa LICITAMIX MATERIAIS E DE ESCRITÓRIO LTDA. OBJETO: Aquisição de utensílios de cozinhas para as unidades escolares do município. VALOR: R\$ 8.960,00 (oito mil novecentos e sessenta reais) DATA: 31/08/2015 A 30/08/2016.

LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
15	Cesto expositor de alimentos.	PÇ	POWVER	60,00000	R\$33,9000	R\$2.034,0000
18	Colher de Servir em alumínio.	UN	ABC	200,00000	R\$9,9000	R\$1.980,0000
19	Colher de sobremesa em aço inox.	PÇ	DISOLE	2.000,00000	R\$1,1300	R\$2.260,0000
25	Escorredor de Macarrão Grande.	UN	INGA	20,00000	R\$29,0000	R\$580,0000
27	Faca para carne com lâmina aço inox 6".	PÇ	DISOLE	70,00000	R\$12,0000	R\$840,0000
33	Garrafa Térmica com capacidade aproximada de 2 litros	UN	ALADIN	4,00000	R\$69,0000	R\$276,0000
52	Ralador 04 faces	PÇ	ANODILAR	100,00000	R\$9,9000	R\$990,0000
Total Geral dos Itens						R\$8.960,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º165/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 165/2015 do PREGÃO Nº 113/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MILENIUM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de utensílios de cozinhas para as unidades escolares do município. VALOR: R\$ 29.903,00 (vinte e nove mil e novecentos e três reais) DATA: 31/08/2015 A 30/08/2016.

MILENIUM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
8	Bule Médio: em alumínio, modelo industrial, com tampa .alças em baquelete ou polipropileno.	UN	ALUMINIO NACIONAL	100,00000	R\$41,1500	R\$4.115,0000
16	Chaleira em alumínio, modelo industrial ou hotel, com cabo em baquelete ou polipropileno.	UN	ALUMINIO NACIONAL	100,00000	R\$55,7200	R\$5.572,0000
17	Coador para café. Coador de malha, Tamanho extra grande industrial.	UN	COLONIAL	200,00000	R\$5,8300	R\$1.166,0000
24	Escorredor de macarrão para massas em Alumínio, com alças pretas com plástico.	PÇ	INGA	30,00000	R\$16,8900	R\$506,7000

26	Escumadeira em alumínio. Dimensões aproximadas: 10 cm de diâmetro e comprimento do cabo de 35,0 cm.	PÇ	NOVA ABC	100,00000	R\$10,6900	R\$1.069,0000
28	Faca para Legumes. I	UN	DISOLLE PARAT	100,00000	R\$2,2500	R\$225,0000
30	Frigideira em alumínio reforçada para cozinha industrial.	UN	ALUMINIO NACIONAL	70,00000	R\$35,0000	R\$2.450,0000
40	Pegador de macarrão em aço inoxidável, com comprimento aproximado de 28 cm, espessura cabo longo.	PÇ	DISOLLE CLEAN	100,00000	R\$11,0000	R\$1.100,0000
42	Panela Caçarola. Toda em alumínio	UN	CASABELA	150,00000	R\$75,0000	R\$11.250,0000
45	Panela Caçarola. Em alumínio, linha industrial, com alças, tampa em alumínio, capacidade aproximada 9 litros. Dimensões aproximadas: diâmetro 28 cm, altura 13 cm e espessura de 2,0 mm.	UN	ALUMINIO NACIONAL	70,00000	R\$34,9900	R\$2.449,3000
Total Geral dos Itens						R\$29.903,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º166/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 166/2015 do PREGÃO Nº 113/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de utensílios de cozinhas para as unidades escolares do município. VALOR: R\$ 25.021,00 (vinte e cinco mil e vinte e um reais) DATA: 31/08/2015 A 30/08/2016.

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Balde plástico reforçado. Material polietileno ou polipropileno.	UN	SANTANA	100,00000	R\$3,2900	R\$329,0000
7	Bandeja plástica na cor branca tipo açougue. Material polietileno ou polipropileno. Dimensões aproximadas: 36 x 41cm.	PÇ	SANTANA	150,00000	R\$5,4400	R\$816,0000
9	Caixa retangular com tampa. Capacidade aproximada de 3,0 litros.	PÇ	SANTANA	150,00000	R\$6,4400	R\$966,0000
12	Caneca Plástica com uma alça lateral.	PÇ	KIT MERENDA	3.000,00000	R\$1,5500	R\$4.650,0000
22	Cortador de legumes	UN	FAK	100,00000	R\$49,1000	R\$4.910,0000
23	Cremera plastica para sobremesa	PÇ	KIT MERENDA	5.000,00000	R\$1,6200	R\$8.100,0000
47	Placa de Corte. Profissional na cor vermelha, tamanho aproximado de 1,0 x 30 x 50 cm.	UN	FUTURA	70,00000	R\$37,5000	R\$2.625,0000
48	Placa de Corte. Profissional, na cor verde, tamanho aproximado 1,0 x 30 x 50 cm.	UN	FUTURA	70,00000	R\$37,5000	R\$2.625,0000
Total Geral dos Itens						R\$25.021,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º167/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 167/2015 do PREGÃO Nº 113/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa SOLO COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de utensílios de cozinhas para as unidades escolares do município. VALOR: R\$ 2.660,00 (dois mil e seiscentos e sessenta reais) DATA: 31/08/2015 A 30/08/2016.

SOLO COMERCIAL LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
20	Colher de mesa em aço inox. Dimensões aproximadas: 200 mm de comprimento e 1,80 mm de espessura.	PÇ	BRINOX	2.000,00000	R\$1,3300	R\$2.660,0000
Total Geral dos Itens						R\$2.660,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º168/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 168/2015 do PREGÃO Nº 113/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa COMERCIAL UTIMIX LTDA-ME. OBJETO: Aquisição de utensílios de cozinhas para as unidades escolares do município. VALOR: R\$ 10.990,00 (dez mil novecentos e noventa reais) DATA: 31/08/2015 A 30/08/2016.

COMERCIAL UTIMIX LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
36	Lixeira plástica com capacidade aproximada de 100 litros, redonda, cor branca, com tampa, pedal, roda e armação de ferro.	UN	UTIMIX / JAGUAR	70,00000	R\$157,0000	R\$10.990,0000
Total Geral dos Itens						R\$10.990,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º169/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 169/2015 do PREGÃO Nº 113/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa RENATO MARANA. OBJETO: Aquisição de utensílios de cozinhas para as unidades escolares do município. VALOR: R\$ 48.391,10 (quarenta e oito mil trezentos e noventa e um reais e dez centavos). DATA: 31/08/2015 A 30/08/2016.

RENATO MARANA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Abridor de lata e garrafa fabricado em Aço Inox	PÇ	DINOX	100,00000	R\$1,5800	R\$158,0000
2	Assadeira retangular. Dimensões aproximadas: 5,00 cm (A) x 24 cm (L) x 34,50 cm (C).	PÇ	AL MARANA	100,00000	R\$6,8300	R\$683,0000
3	Assadeira retangular. Dimensões aproximadas: no 6,0 cm (A) x 27 cm (L) x 38,0 cm (C).	UN	AL MARANA	100,00000	R\$8,3700	R\$837,0000
4	Bacia Plástica grande. Capacidade aproximada: 30 litros.	UN	Jaguar	30,00000	R\$14,7200	R\$441,6000
5	Bacia Plástica média, com capacidade aproximada de 19,0 litros.	UN	PRATIC	100,00000	R\$6,3500	R\$635,0000
10	Caixa retangular com tampa. Capacidade aproximada: 6,0 litros.	PÇ	SANTANA	150,00000	R\$6,5800	R\$987,0000
11	Caixa Retangular com tampa. Capacidade aproximada: 11 litros.	UN	PLEION	150,00000	R\$15,6600	R\$2.349,000
13	Bacia plástica pequena. Cor branca e detalhe canelado. Capacidade aproximada: 11 litros.	UN	MB	200,00000	R\$6,0800	R\$1.216,0000
14	Cesto expositor de alimentos.. Resistência a 15 kg.	PÇ	MAXI	60,00000	R\$16,0000	R\$960,0000
21	Concha toda em alumínio.	PÇ	AL MARANA	100,00000	R\$4,9600	R\$496,0000
29	Faca para pão com lâmina aço inox 8".	PÇ	Simonaggio	50,00000	R\$4,1600	R\$208,0000
31	Frigideira Grande: - Frigideira em alumínio reforçada para cozinha industrial.	UN	AL MARANA	70,00000	R\$44,6200	R\$3.123,4000
32	Garrafa térmica, capacidade para no mínimo 5 litros.	UN	INVICTA	4,00000	R\$24,4500	R\$97,8000
34	Leiteira média. Leiteira em alumínio, com bico e tampa, capacidade aproximada de 3,0 litros	UN	AL MARANA	50,00000	R\$21,0000	R\$1.050,0000
35	Leiteira grande. Leiteira em alumínio, com bico e tampa, capacidade aproximada de 4,5 litros.	UN	AL MARANA	50,00000	R\$28,0600	R\$1.403,0000
37	Lixeira Plástica branca com pedal e com tampa. Capacidade aproximada para 70 litros.	PÇ	MARALAR	70,00000	R\$67,6300	R\$4.734,1000
38	Lixeira plástica, cor branca, capacidade aproximada de 15 litros.	UN	SANTANA	30,00000	R\$17,3900	R\$521,7000
39	Jarra plástica transparente com tampa, capacidade aproximada para 3 litros.	PÇ	Jaguar	100,00000	R\$6,5000	R\$650,0000
41	Pegador de Salada: em aço inoxidável.	UN	GOURMET MIX	100,00000	R\$8,3000	R\$830,0000
43	Panela Caçarola. Toda em alumínio, linha industrial, com duas (02) alças, com tampa toda em alumínio, com capacidade aproximada de 12,0 litros. Dimensões aproximadas: diâmetro 30 cm e altura 15,0 cm.	UN	AL MARANA	150,00000	R\$40,0000	R\$6.000,0000
44	Panela Caçarola.	UN	AL MARANA	70,00000	R\$27,8500	R\$1.949,5000
46	Peneira pequena em aço inox, tamanho aproximado de 14cm de diâmetro e comprimento.	PÇ	ETILUX	50,00000	R\$10,4600	R\$523,0000

49	Placa de corte profissional	PÇ	MARALAR	70,00000	R\$32,0000	R\$2.240,0000
50	Pote plástico hermético, capacidade aproximada de 3 litros.	PÇ	PLASUTIL	200,00000	R\$5,7400	R\$1.148,0000
51	Prato de vidro transparente temperado	PÇ	NADIR	3.000,00000	R\$3,9500	R\$11.850,0000
53	Socador de Feijão: em polietileno atóxico com cabo de aproximadamente 60 cm.	UN	MARALAR	100,00000	R\$33,0000	R\$3.300,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 48.391,1000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º170/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 170/2015 do PREGÃO Nº 110/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa CELIA REGINA W. SANI ME. OBJETO: Aquisição de fogões industriais para as unidades escolares atendidas pelo Município. VALOR: R\$ 36.960,00 (trinta e seis mil e novecentos e sessenta reais). DATA: 03/09/2015 A 02/09/2016.

CELIA REGINA W. SANI ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Fogão 6 bocas 30 x 30 com 3 duplas e 3 simples sem forno : - que atendam as especificações mínimas: corpo e mesa de aço carbono, pintura a pó eletroestática, base fosfatizada, gás baixa pressão, perfil 5 mm, grelha 30 x 30 em ferro fundido, varão cromado com tampão e bico de entrada de gás reversível, registro cromado de 1/4", queimadores duplo de diâmetro 160 mm em ferro fundido e queimadores simples de diâmetro 100 mm.	UN	VENANCIO/EXTRA	30,00000	R\$1.232,0000	R\$36.960,0000
Total Geral dos Itens						R\$36.960,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º171/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 171/2015 do PREGÃO Nº 110/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MILENIUM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de fogões industriais para as unidades escolares atendidas pelo Município. VALOR: R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais). DATA: 03/09/2015 A 02/09/2016.

MILENIUM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	Fogão de 6 bocas 40x40 c/ 3 duplas e 3 simples com forno: - que atendam as especificações mínimas: estrutura reforçada em chapa de aço carbono com perfil de 10 cm, pintura a pó eletroestática, base fosfatizada, gás baixa pressão, grelha 40 x 40 em ferro fundido 8 pontas, varão cromado com tampão e bico de entrada de gás reversível, registro cromado de 1/4", queimadores simples de diâmetro 100 mm. Forno em aço inox, controle de chama no varão do fogão, isolamento em lã de rocha.	UN	CRISTALAÇO	30,00000	R\$1.750,0000	R\$52.500,0000
Total Geral dos Itens						R\$52.500,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º172/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 172/2015 do PREGÃO Nº 110/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa VMLX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de fogões industriais para as unidades escolares atendidas pelo Município. VALOR: R\$ 25.965,00 (vinte e cinco mil e novecentos e sessenta e cinco reais). DATA: 03/09/2015 A 02/09/2016.

VMLX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Forno Industrial Maxi: - Acabamento interno esmaltado a fogo, porta em aço inox, controle de chama no varão do fogão, isolamento térmico com lã de rocha.	UN	VENANCIO / Modelo FIM Linha MAXI	30,00000	R\$547,5000	R\$16.425,0000

1	Fogão de 4 bocas 30x30 c/ 2 duplas e 2 simples sem forno: - que atendam as especificações mínimas: corpo e mesa de aço carbono, pintura a pó eletroestática, base fosfatizada, gás de baixa pressão, perfil 5 cm, grelha 30 x 30 em ferro fundido, varão cromado com tampão e bico de entrada de gás resersível, registro cromado de 1/4", queimadores duplo de diâmetro 160 mm em ferro fundido e queimadores simples de diâmetro 100 mm.	UN	VENANCIO	10,00000	R\$954,0000	R\$9.540,0000
Total Geral dos Itens						R\$25.965,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º173/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 173/2015 do PREGÃO Nº 124/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa HDR SERV. COM. & TRANSP. NA CONST. CIVIL LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa para serviço de arbitragem dos eventos da Fundação Municipal de Esportes com Olimpíadas Estudantil de Palhoça e demais Eventos. VALOR: R\$ 32.880,00 (trinta e dois mil e oitocentos e oitenta reais). DATA: 03/09/2015 A 02/09/2016.

HDR SERV. COM. & TRANSP. NA CONST. CIVIL LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Serviço de Arbitragem para Basquete, comporta por 2 Árbitros e 1 Mesário por partida. Árbitros com treinamento específico para a função. Incluso Taxa de Administração da partida.	SERV		40,00000	R\$68,0000	R\$2.720,0000
5	Serviço de Arbitragem para Handebol, comporta por 2 Árbitros e 1 Mesário por partida. Árbitros com treinamento específico para a função. Incluso Taxa de Administração da partida.	SERV		20,00000	R\$70,0000	R\$1.400,0000
4	Serviço de Arbitragem para Voleibol, comporta por 2 Árbitros e 1 Mesário por partida. Árbitros com treinamento específico para a função. Incluso Taxa de Administração da partida.	SERV		60,00000	R\$38,0000	R\$2.280,0000
3	Serviço de Arbitragem para Futsal, composta por 2 Árbitros e 1 Mesário por partida. Árbitros e Auxiliares com treinamento específico para a função. Incluso Taxa de Administração da partida..	SERV		60,00000	R\$48,0000	R\$2.880,0000
2	Serviço de Arbitragem para Futebol de Campo, composta por 1 Árbitro, 2 Auxiliares e 1 Mesário por partida. Árbitros e auxiliares com treinamento específico para a função. Incluso Taxa de Administração da partida.	SERV		100,00000	R\$98,0000	R\$9.800,0000
1	Serviço de Arbitragem para Futebol de Campo, composta por 2 Árbitros e 1 Mesário por partida. Árbitros e mesário com treinamento específico para a função. Incluso Taxa de Administração de partida.	SERV		100,00000	R\$138,0000	R\$13.800,0000
Total Geral dos Itens						R\$32.880,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º174/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 174/2015 do PREGÃO Nº 103/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de alimentos (leite especial) para as crianças do Serviços de Acolhimento Institucional de Palhoça. VALOR: R\$ 35.744,00 (trinta e cinco mil e setecentos e quarenta e quatro reais). DATA: 03/09/2015 A 02/09/2016.

BRUTHAN COMERCIAL LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Fórmula infantil de partida com ferro para lactentes de 0 à 6 meses de idade, contendo como fonte proteica exclusivamente proteínas do leite de vaca (lactoalbumina e caseína); 100% lactose como fonte de carboidratos e lipídeos de origem vegetal, contendo ARA e DHA na proporção de 2:1. Latas de 400 - Fórmula infantil de partida com ferro para lactentes de 0 à 6 meses de idade, contendo como fonte proteica exclusivamente proteínas do leite de vaca (lactoalbumina e caseína); 100% lactose como fonte de carboidratos e lipídeos de origem vegetal, contendo ARA e DHA na proporção de 2:1. Latas de 400	LATA	ENFAMIL PRE-MIUM1	800,00000	R\$23,8900	R\$19.112,0000

2	Fórmula infantil com ferro para lactentes de 6 meses a 1 anos de idade, contendo como fonte protéica a caseína e a proteína do soro do leite; perfil lipídico 100%vegetal; polímeros de glicose e lactose como composição de carboidratos; proporções adequada de ARA e DHA (2:1). Latas de 400g. - Fórmula infantil com ferro para lactentes de 6 meses a 1 anos de idade, contendo como fonte protéica a caseína e a proteína do soro do leite; perfil lipídico 100%vegetal; polímeros de glicose e lactose como composição de carboidratos; proporções adequada de ARA e DHA (2:1). Latas de 400g.	LATA	ENFAMIL PREMIUM 2	800,00000	R\$20,7900	R\$16.632,0000
Total Geral dos Itens						R\$32.880,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º175/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 175/2015 do PREGÃO Nº 125/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa CELIA REGINA W. SANI ME. OBJETO: Aquisição de produtos (sanitizantes, luva plástica descartável, touca descartável em TNT, saco amostra de alimentos, bobina de saco picotado e álcool 70%) para higienização, armazenamento e limpeza de alimentos nas cozinhas das unidades escolares. VALOR: R\$ 2.858,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta e oito reais). DATA: 15/09/2015 A 14/09/2016.

CELIA REGINA W. SANI ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	Bobina de saco plástico picotado transparente, tamanho 30 x 40 cm e capacidade para 3 kg, bobina com 500 unidades.	RL	Meison	200,00000	R\$14,2900	R\$2.858,0000
Total Geral dos Itens						R\$2.858,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º176/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 176/2015 do PREGÃO Nº 125/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de produtos (sanitizantes, luva plástica descartável, touca descartável em TNT, saco amostra de alimentos, bobina de saco picotado e álcool 70%) para higienização, armazenamento e limpeza de alimentos nas cozinhas das unidades escolares. VALOR: R\$ 14.950,00 (quartoze mil novecentos e cinquenta reais). DATA: 15/09/2015 A 14/09/2016.

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA – EPP						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Álcool 70 líquido límpido, incolor, transparente, volátil, inflamável, de odor característico e sabor ardente. Embalagem plástica de 1 litro.	LTS	FLOPS	5.000,00000	R\$2,9900	R\$14.950,0000
Total Geral dos Itens						R\$14.950,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º177/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 177/2015 do PREGÃO Nº 125/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de produtos (sanitizantes, luva plástica descartável, touca descartável em TNT, saco amostra de alimentos, bobina de saco picotado e álcool 70%) para higienização, armazenamento e limpeza de alimentos nas cozinhas das unidades escolares. VALOR: R\$ 5.087,76 (cinco mil oitenta e sete reais e setenta e seis centavos). DATA: 15/09/2015 A 14/09/2016.

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Sanitizante em pó composição dicloroisocianurato de sódio e excipiente e QSP, com finalidade de desinfecção de frutas, verduras, legumes e utensílios (Embalagem de 5 kg), diluição de 3 g a 5 g por litro de água, concentração de 105 e 200 ppm, coloração branca, solubilidade em água, levemente alcalino, o produto deve ser notificado pela ANVISA M.S.	KG	neoclean santives	174,00000	R\$29,2400	R\$5.087,7600
Total Geral dos Itens						R\$5.087,76

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º178/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 178/2015 do PREGÃO Nº 125/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MAYCON WILL ME . OBJETO: Aquisição de produtos (sanitizantes, luva plástica descartável, touca descartável em TNT, saco amostra de alimentos, bobina de saco picotado e álcool 70%) para higienização, armazenamento e limpeza de alimentos nas cozinhas das unidades escolares. VALOR: R\$ 2.852,80 (dois mil oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos). DATA: 15/09/2015 A 14/09/2016.

MAYCON WILL ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Luva Plástica descartável no tamanho único, embalada em caixa ou pacote com 100 unidades.	PCT	DESCARPACK	421,00000	R\$2,2000	R\$926,2000
3	Touca descartável em TNT embalada em caixa ou pacote com 100 unidades.	PCT	DESCARPACK	260,00000	R\$7,4100	R\$1.926,6000
Total Geral dos Itens						R\$2.852,80

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º179/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 179/2015 do PREGÃO Nº 125/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa RIGEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Aquisição de produtos (sanitizantes, luva plástica descartável, touca descartável em TNT, saco amostra de alimentos, bobina de saco picotado e álcool 70%) para higienização, armazenamento e limpeza de alimentos nas cozinhas das unidades escolares. VALOR: R\$ 16.510,00 (dezesseis mil e quinhentos e dez reais). DATA: 15/09/2015 A 14/09/2016.

RIGEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	Saco esterelizado para amostra de alimentos em polietileno transparente, deve conter tarja na cor branca para anotações, tamanho de 15 x 35 cm e espessura aproximada de 4.0 mil (102 mm) sem lacre e fechamento manual, embalagem com 1000 (mil) unidades.	PCT	M. B	127,00000	R\$130,0000	R\$16.510,0000
Total Geral dos Itens						R\$16.510,00

EDITAL Nº 01/2015 DO CMI

Edital nº 01/2015

O Conselho Municipal do Idoso de Palhoça/SC, no uso de suas atribuições legais torna público que com base na Lei Municipal nº 3.750, de 11 de dezembro de 2012, que estão abertas as inscrições para a eleição de 06 (seis) representantes titulares e suplentes da sociedade civil para a função de Conselheiros Municipais do Idoso (atividade considerada de caráter relevante e não remunerada), biênio 2015/2017, estabelece o calendário e dá outras providências.

Art.1º O Conselho Municipal do Idoso de Palhoça/SC é um órgão colegiado permanente do sistema descentralizado e participativo da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Palhoça, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, observado o dispositivo no art. 6º da Lei nº 8.842 de 1994.

Art.2º Competirá ao Conselho Municipal do Idoso de Palhoça/SC:

I- Requerer, dos órgãos competentes, diagnóstico da população idosa, sob os aspectos bio-psico-social, político, econômico e cultural, no âmbito municipal;

II- Definir prioridades da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, bem como acompanhar e fiscalizar sua aplicabilidade;

III- Reformular e encaminhar aos órgãos competentes alterações na Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a partir de estudos e pesquisas que levem em conta a sua inter-relação com o sistema social vigente;

IV- Avaliar e deliberar sobre serviços, programas e/ou projetos de acordo com a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e propor adequações necessárias;

V- Inscrever e fiscalizar entidades e programas governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, no âmbito municipal, de acordo com o art. 48 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 2003);

VI- Apreciar propostas orçamentárias do governo municipal, na área do idoso, bem como avaliar e deliberar sobre a aplicação dos recursos destinados à implantação e/ou implementação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

VII- Zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e incentivar a participação do idoso e de organizações representativas na formulação de políticas, planos, programas e projetos de atendimentos ao idoso;

VIII- Avaliar e deliberar sobre celebração de convênios e contratos entre o governo municipal e entidades de atendimento ao idoso;

IX- Articular com os conselhos de direitos e setoriais nas interfaces relacionadas à área do idoso e com organizações governamentais e não-governamentais, buscando parcerias à implementação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

X- Requisitar adequações das entidades e/ou programas governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 2003);

XI- Incentivar, organizar e apoiar a realização de eventos na área do idoso, no âmbito municipal;

XII- Convocar, a cada dois anos, a sociedade civil para organizar o Fórum Eletivo das Organizações Não-Governamentais para compor o Conselho Municipal do Idoso de Palhoça/SC;

XIII- Convocar a Conferência Municipal do Idoso de Palhoça;

XIV- Promover, anualmente ou quando se fizer necessária, capacitação para os conselheiros; e

XV- Requisitar informações e ou documentos de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no âmbito de sua competência, com o objetivo de instituir procedimentos e efetuar encaminhamentos necessários.

Art.3º O Conselho Municipal do Idoso de Palhoça/SC é composto por 12 (doze) membros, respeitando os seguintes critérios:

I- 06 (seis) conselheiros titulares com seus respectivos suplentes,

indicados pelo Poder Executivo e representando os seguintes órgãos governamentais do Município:

a) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo um representante da área de gestão e outro da área da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde.

II- 06 (seis) conselheiros titulares, com seus respectivos suplentes, representantes de entidades civis organizadas do Município, eleitas em fórum, nas seguintes categorias:

a) 03 (três) representantes de entidades de apoio e prestadoras de serviço de atendimento ao idoso;

b) 03 (três) representantes de grupos de convivência para pessoas idosas.

III- As organizações não-governamentais serão eleitas bienalmente, em fórum próprio, convocado por edital pelo Prefeito Municipal, com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência da data de eleição;

IV- Uma vez eleita, a entidade não-governamental, representante da sociedade civil organizada, terá prazo de dez dias para indicar seu representante. Caso não o faça, será substituída, na composição do Conselho, pela Entidade suplente.

V- Os representantes governamentais serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir da homologação do Fórum Eletivo das Organizações Não-Governamentais.

Art. 4º A posse dos conselheiros governamentais e não-governamentais deverá ser efetivada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação do Fórum Eletivo das Organizações Não-Governamentais.

1º Os órgãos governamentais que compõem o Conselho Municipal do Idoso de Palhoça/SC poderão ser substituídos a qualquer tempo, conforme dispositivos regimentais do Conselho;

2º A vigência do mandato dos conselheiros é de 02 (dois) anos, facultada a recondução;

3º As funções dos membros do Conselho Municipal do Idoso de Palhoça/SC não serão remuneradas, sendo seu desempenho considerado como serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento a Sessões Plenárias do Conselho, reuniões de Comissões ou participação em diligências.

Art. 5º Somente poderão compor o Conselho Municipal do Idoso de Palhoça/SC instituições juridicamente constituídas, em regular funcionamento e que estejam inscritas no Conselho, de acordo com o art. 48 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 2003).

Art. 6º São instâncias do Conselho Municipal do Idoso de Palhoça/SC:

I- Sessão Plenária;

II- Mesa Diretora;

III- Comissões Permanentes;

IV- Secretaria Executiva;

1º A Sessão Plenária é instância deliberativa e soberana do Conselho Municipal do Idoso de Palhoça/SC;

2º A Mesa Diretora, eleita conforme dispositivos regimentais é composta pelos seguintes cargos:

I- Presidente;

II- Vice-presidente;
III- 1º Secretário;

3º As Comissões Permanentes são instâncias constituídas por decisão da Sessão Plenária;

4º A Secretaria Executiva, instância de apoio técnico-administrativo do Conselho Municipal do Idoso de Palhoça/SC, será composta por, no mínimo, um técnico de nível superior, cedido pelo poder Executivo Municipal.

Palhoça, 21 de Setembro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CALENDÁRIO:

02/09 (Quarta-feira) -
14h - Reunião do CMI; Aprovação do Edital; Estabelecimento da Comissão Eleitoral.

Local: Centro de Convivência do Idoso
Endereço: Rua Padre João Batista Réus, s/nº, Caminho Novo, Palhoça/SC.

21/09 (Segunda-feira) -
Publicação do Edital.

22/09 até 22/10 -
Divulgação do Edital.

28/10 (Quarta-feira) -
Data da Eleição*
Das 14h às 16h
Local: Centro de Convivência do Idoso
Endereço: Rua Padre João Batista Réus, s/nº, Caminho Novo, Palhoça/SC.

* Poderão votar:

Grupos de Idosos: Presidente/Coordenador ou Vice ou seu representante via ofício de indicação.

Entidade: Presidente ou seu representante via ofício de indicação.

12/11 (Quarta-feira) -
Último dia para oficialização das indicações dos representantes governamentais

20/11 (Sexta-feira) -
15h - Data da Posse
Local: Centro de Convivência do Idoso
Endereço: Rua Padre João Batista Réus, s/nº, Caminho Novo, Palhoça/SC.

REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 130/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
REPUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 06 de outubro de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição Desencarcerador destinado ao Fundo Municipal Corpo de Bombeiros -FUNREBOM, conforme discriminado nos anexos, partes integrantes deste instrumento convocatório. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 23 de setembro de 2015. PREGOEIRA.

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº132/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
132/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Limpeza e desinfecção de caixas d'água, que serão prestados nas Unidades de Ensino do Município e demais setores que integram a Secretaria de Educação, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LOTE 1: - KEVIN BUGS VAZ ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 49.998,93 (quarenta e nove mil novecentos e noventa e oito reais e noventa e três centavos).

Palhoça, 23 de Setembro de 2015.
André José Silveira
Pregoeiro

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº136/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
136/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de água mineral sem gás para as Unidades de Ensino e demais setores que fazem parte da Secretaria de Educação, no Sul do Município, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LOTE 1: - ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 21.700,00 (vinte um mil e setecentos reais).

Palhoça, 23 de Setembro de 2015.
André José Silveira
Pregoeiro

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 113/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 113/2015. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 27/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PISO EM CONCRETO NO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PALMITOS. CONFORME PROJETOS. Data da entrega dos envelopes: 13/10/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 13/10/2015 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 23 de Setembro de 2015.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 049/2013

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 049/2013 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Papanduva, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.533/0001-01 neste ato representada por seu Prefeito Sr. Dario Schicovski, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 049/2013 para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica suprimido do objeto do contrato, o(s) aplicativo(s) Compras, com 02 acessos simultâneos, no valor mensal de R\$ 131,81 (cento e trinta e um reais e oitenta e um centavos), da unidade orçamentária Fundo Municipal de Saúde a partir do mês de Setembro/2015, nos termos do art. 65, § 2º, da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso II letra d) § 1º da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

Cláusula Terceira – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva, 18 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Papanduva
Dario Schicovski
CONTRATANTE

Betha Sistemas Ltda.
Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Ricardo Zenfe
Matricula nº 2765

Marcio Wisniewski
Matricula nº 50

De Acordo:
Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO N.373

DECRETO Nº 373, de 14 de Setembro de 2015.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “III” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 740, de 20 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 89.999,00 (oitenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Código	Secretaria/departamento	
06.01	Secretaria do Desenvolvimento Social	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
08.244.801	1.003	Obras de Infraestrutura Social
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.0134	89.999,00
TOTAL		89.999,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros resultante do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 89.999,00 (oitenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), da fonte de recurso 01.0134 – Transferência de Convênios – União/Outros.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência a partir de 14 de setembro de 2015

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 14 de setembro de 2015.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

EDCITAL N. 0053/2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0053/2015

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0012/2015

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ivandre Bocalon, justifica a Dispensa de Licitação para a contratação de empresa especializada na prestação dos seguintes serviços:

- Instalação do Sistema E-SUS PEC modo de treinamento e definitivo;
- Treinamento para os servidores na instalação e importação do arquivo XML do CNES das Unidades de Saúde de Passos Maia;
- Ajuste dos cadastros domiciliares e cadastros individuais dos

municípios de Passos Maia;

- Treinamento na Ficha de Cadastro Domiciliar e Cadastro Individual para o servidor administrador do E-SUS;
- Importação dos Cadastros domiciliares e cadastros individuais no sistema E-SUS;
- Treinamento ao Administrador do E-SUS nessas importações e interpretação das críticas;
- Treinamento no preenchimento das fichas de procedimentos, ficha odontológica, ficha de atendimento individual, ficha de atividades e ficha de visita domiciliar;
- Treinamento na interpretação das críticas das importações das referidas fichas e correções;

Valor: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

Amparo Legal: Art.24, inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e demais normas vigentes.

Passos Maia, 23 de setembro de 2015.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 758, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº 758, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 42, § 1º, “e”, c/c art. 62, V, e art. 99, ambos da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2016, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração municipal;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - das metas fiscais; e
- VII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º. Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir

as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º. A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN.

Art. 5º. O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Instituto de Previdência dos Servidores, Poder

Executivo com fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assistência Social (centralizado);

- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (centralizado);

Art. 6º. mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2012 a 2014, fixada para 2015 e projetada para 2016 a 2018;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2014 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2016 a 2018;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2012 a 2014;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2016;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2012 a 2014, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º. O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2016 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º. Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2016, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º. Se a receita estimada para o exercício de 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11. A expansão das despesas obrigatórias, de caráter

continuado, não poderá exceder, no exercício de 2016 a 10%(Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2016.

Art. 12. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13. O Orçamento para o exercício de 2016, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15. Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2016, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18. A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19. Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em de 02 exercícios 2014/2015 e funcionamento regular exercício de 2016, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20. As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento

de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22. Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2016, a preços correntes.

Art. 24. O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26. O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27. Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2016, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29. A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30. O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33. O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34. Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40. Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, para a avaliação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na

comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41. O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2015, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42. Até o dia 30 de Outubro de 2015, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2016.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2015, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43. O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de setembro de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 102/2013

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 102/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0051/2013

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N. 0001/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ivandre Bocalon, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - SC, denominadapara este instrumento simplesmente de contratante, e, de outro lado, à empresa OZAIDE ANTONIO ALVES DA ROCHA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 07.768.117/0001-69, sediada na Avenida Izabete Grisa, n. 127, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Município de Irani – SC, neste ato representada pelo Senhor Ozaide Antonio da Rocha, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o n. 552.201.189-00, a seguir denominada simplesmente contratada, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no artigo 65, I, "b", da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de adequar o projeto original, acrescentando serviços que não estavam previstos anteriormente e são imprescindíveis para o pleno funcionamento da Unidade de Saúde, bem como para efetivo cumprimento da legislação ambiental.

Considerando que há projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentaria, detalhando os serviços que serão realizados, bem como o seu efetivo valor.

Considerando, ainda, que o presente termo aditivo visa incluir itens que não estavam previstos na Planilha Orçamentária, além disso, tem-se que o valor proposto pela contratada está em consonância com o mercado atual.

Considerando, ainda, que o valor do presente aditivo não ultrapassa o limite legal.

Conclui-se que a realização do presente termo aditivo do contrato acima identificado atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS QUE SERÃO INCLUÍDOS NO PROJETO ORIGINAL

· Execução do sistema de tratamento de esgoto sanitário, conforme orçamento e memorial descritivo em anexo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

A cláusula terceira do Contrato Administrativo n. 102/2013, passará a ter a seguinte redação:

Pelos serviços objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA à importância total de R\$ 401,533.20 (quatrocentos e um mil quinhentos e trinta e três reais e vinte centavos), condicionado aos serviços efetivamente executados, com base nos quantitativos e preços propostos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro de Comarca de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 23 de setembro de 2015.

IVANDRE BOCALON

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATANTE

OZAIDE ANTONIO ALVES DA ROCHA – ME

CONTRATADA

Testemunhas:

EDSON SALVADEGO

CPF N. 067.004.859-32

DOUGLAS AIGNER

CPF N. 009.844.399-27

Penha

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO Nº 159/2015- PMP

2º Termo aditivo nº 159/2015- PMP
Ao Contrato nº 199/2013- PMP

Licitação: Processo Adm. nº 68/2013 - PMP modalidade Dispensa de Licitação Nº 08/2013 – PMP.

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Locação de Imóvel para funcionamento do Departamento de Trânsito de Penha, localizada na Avenida Eugênio Krause, nº 152, Centro - Penha/SC.

Os signatários deste instrumento de 2º Termo aditivo nº 159/2015-PMP, de um lado José Nelmo Pinto, portador da carteira de identidade de nº 420.209-0 SSP/SC e inscrito no CPF de nº 304.074.439-91, residente e domiciliado à Avenida Eugênio Krause, 140, Fundos, Centro, Penha/SC, e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Sr. Evandro Eredos dos Navegantes, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula primeira do contrato administrativo nº 199/2013 PMP fica aditado do dia 19.09.2015 até o dia 31.12.2015.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor presente na clausula segunda do contrato administrativo nº 199/2013 PMP fica reajustado para R\$ 2.213,23 (dois mil duzentos e treze reais e vinte e três centavos) mensais e um valor total de quatro meses de R\$:8.852,92 (oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos, conforme índice IPCA(IBGE).

CLAUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade: 15.07 – Departamento de Trânsito

Funcional: 06.181.0016- policiamento

Projeto/Atividade: 2086 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Trânsito

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0012 - Aplicações Diretas

Código Reduzido: 000157

CLAUSULA QUARTA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 19 de Setembro de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

3º TERMO ADITIVO Nº 160/2015- PMP

3º TERMO ADITIVO Nº 160/2015- PMP
AO CONTRATO Nº 196/2013 PMP

Licitação: Processo Adm. nº 65/2013 - PMP modalidade Dispensa de Licitação Nº 06/2013 – PMP.

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 160, Centro, Penha/SC.

Os signatários deste instrumento de 1º Termo Aditivo nº 161/2014 PMP, de um lado, Leonaldo Lima de Borba, portador da carteira de Identidade 3.465.346-5 SSP/SC, e inscrito no CPF de nº 023.880.689-83, residente e domiciliado à Rua João Medeiros, nº 160, Centro, Penha/SC, e a Prefeitura Municipal de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Sr. Evandro Eredos dos Navegantes, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula primeira do contrato administrativo nº 196/2013 PMP fica aditado do dia 19.09.2015 até o dia 31.12.2015

CLAUSULA SEGUNDA

O valor presente na clausula segunda do contrato administrativo nº 196/2013 PMP fica reajustado para R\$: 2.138,80 (dois mil, cento e trinta e oito reais e oitenta centavos) mensais e um valor total de 4 meses de R\$: 8.555,20 (oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), reajustado conforme o índice IPCA(IBGE).

CLAUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 04- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade: 04.02- CASA DA CIDADANIA

Funcional: 04.061.0003

Projeto/Atividade: 2.006 – FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DE CASA DA CIDADANIA

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

Código Reduzido: 000014

As demais clausulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 19 de Setembro de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

4º TERMO ADITIVO Nº 118/2015-FMS

4º Termo Aditivo nº 118/2015 FMS

Ao Contrato nº 62/2014 FMS

Licitação: Processo Licitatório nº 15/14 – FMS, modalidade Tomada de Preços nº 01/14 – FMS

Objeto: Prestação de Serviço de obras e serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra para Construção da Nova Unidade Básica de Saúde COAHB, com área 257,91m², na Rua Antônio Carlos Rangheti, Penha – SC.

Pelo presente instrumento do 4º Termo Aditivo nº 118/2015-FMS ao Contrato Administrativo 62/2014-FMS a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Osório Domingos Correa, nº 62, bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP: 88385-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.594.845/0001-06, neste ato representada pelo Sr. Claudio Daniel Moser, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a Construção da Nova Unidade Básica de Saúde COAHB, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor prevista na clausula segunda do contrato administrativo 62/2014-FMS, fica realizado o aditivo de acréscimo no valor de R\$ 15.550,06 (quinze mil, quinhentos e cinquenta reais e seis centavos) e um aditivo de supressão no valor total de R\$ R\$: 15.378,00 (quinze mil, trezentos e setenta oito reais), totalizando assim um acréscimo de R\$: 172,06 (cento e setenta e dois reais e seis centavos), conforme parecer jurídico de nossa procuradoria.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 20.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.301.0014- ATENÇÃO BÁSICA
Projeto/Atividade: 2.055 – PAB FIXO- AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.0064- Aplicações Diretas
Código Reduzido: 000015

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 22 de Setembro de 2015.

CONTRATADA PREFEITURA

TESTEMUNHAS: _____
NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

5º TERMO ADITIVO Nº 117/2015- FMS

5º TERMO ADITIVO Nº 117/2015-FMS

AO CONTRATO Nº 78/2014-FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 20/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 14/2014 -FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10) PARA SER UTILIZADO PELA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 5º Termo aditivo nº 117/2015-FMS ao Contrato Administrativo nº 78/2014,-FMS para fornecimento de combustível, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa AUTO POSTO GIROTTO LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, Avenida Eugenio Krause, nº 631, Centro, telefone 47-3345.6706, inscrita no CNPJ sob o nº 04.523792/0001-30, neste ato representada Sérgio José Giroto, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor previsto na clausula quarto do contrato administrativo nº 78/2014 –FMS, fica aditado o valor de R\$: 50.670,00 (cinquenta mil, seiscentos e setenta reais) que corresponde um acréscimo de 25%, conforme parecer jurídico de nossa procuradoria.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 20.01 – Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 10.304.0014 – Vigilância Sanitária
Projeto/Atividade: 2.060 – Funcionamento e Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária
Elementos: 3.3.90.00.00.00.00.00.0058– aplicações diretas
Código reduzido: 000099

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 20.01 – Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 10.304.0014 – Vigilância Sanitária
Projeto/Atividade: 2.060 – Funcionamento e Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária
Elementos: 3.3.90.00.00.00.00.00.00613– aplicações diretas
Código reduzido: 000067

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 22 de Setembro de 2015.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL**ATO Nº 11/2015**

ATO 011/CMP/ED001/2015

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA

DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente a Comissão de acompanhamento do Concurso e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. A Classificação Preliminar da prova escrita dos candidatos ao Concurso Público Edital 001/2015, já considerando os critérios de desempate, consta divulgada no Anexo I deste ato.
2. Os recursos contra a classificação preliminar podem ser nos dias 24 e 25 de Setembro de 2015 nos termos do Edital.
3. Os candidatos aprovados na prova escrita dos cargos de Advogado e Jornalista deverão enviar/protocolar via Sedex/Ar seus certificados para a prova de títulos do dia 29 de Setembro até 02 Outubro de 2015 conforme termos do edital.

PENHA, 23 de Setembro de 2015

Felipe Rebello Schmidt

Presidente da Câmara

ANEXO I**CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA**

Advogado Ensino Superior										
Posi- ção	Insc.	Candidato	Data Nasc. Acertos	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	NOTA DA PROVA	SITUAÇÃO
				Nota	Acertos	Nota				
1	106742	Gleycellen Jussiani De Freitas Da Silva	23/10/1986	13	2,60	21	5,88	34	8.48	Aprovado
2	99139	Sabrine Santos De Souza Besen Floriani	23/08/1983	14	2,80	20	5,60	34	8.40	Aprovado
3	105990	Priscila Pimont Berndt	14/02/1986	11	2,20	21	5,88	32	8.08	Aprovado
4	99233	Bianca Dalri Menestrina	02/06/1988	10	2,00	21	5,88	31	7.88	Aprovado
5	102939	Leandro Foster	23/10/1977	9	1,80	21	5,88	30	7.68	Aprovado
6	105868	Daniela Fernanda Da Silva	17/11/1982	10	2,00	20	5,60	30	7.60	Aprovado
7	106893	Charles Saint-clair Heil	19/11/1975	11	2,20	19	5,32	30	7.52	Aprovado
8	100452	Gelson Margotti Pra	16/03/1988	11	2,20	19	5,32	30	7.52	Aprovado
9	106323	William Geraldo Azevedo	11/02/1990	11	2,20	19	5,32	30	7.52	Aprovado
10	106544	Samir Leonardo Hallack Mokdisse	14/03/1990	12	2,40	18	5,04	30	7.44	Aprovado
11	106517	Luis Irapuan Campelo Bessa Neto	02/07/1992	12	2,40	18	5,04	30	7.44	Aprovado
12	106919	Christiano Celmer Balz	23/04/1982	13	2,60	17	4,76	30	7.36	Aprovado
13	105219	Jose Grava Neto	15/03/1985	10	2,00	18	5,04	28	7.04	Aprovado
14	99618	Priscilla Macuco Ferreira	02/04/1986	10	2,00	18	5,04	28	7.04	Aprovado
15	100967	Gabriela Soldatelli Schneider	16/01/1990	10	2,00	18	5,04	28	7.04	Aprovado
16	98618	Phillipe Guilherme Pereira	04/06/1991	10	2,00	18	5,04	28	7.04	Aprovado
17	106106	Jaqueline Cardoso Novais	10/08/1978	11	2,20	17	4,76	28	6.96	Aprovado
18	104342	Rafael Alberto Da Silva	03/01/1985	11	2,20	17	4,76	28	6.96	Aprovado
19	101048	Gustavo Francisco Reis	06/06/1988	11	2,20	17	4,76	28	6.96	Aprovado
20	107348	Carolina Marin	12/07/1991	12	2,40	16	4,48	28	6.88	Aprovado
21	107249	Alan Gregory Retkva	31/08/1988	9	1,80	18	5,04	27	6.84	Aprovado
22	106737	Rafael Buchmann	07/06/1985	10	2,00	17	4,76	27	6.76	Aprovado
23	97866	Juliane Meline Saldanha Muniz Stafin	05/01/1991	10	2,00	17	4,76	27	6.76	Aprovado
24	106048	Dionathan Cesar Machado	04/09/1992	10	2,00	17	4,76	27	6.76	Aprovado
25	103820	Leticia Helena Zendron Range	03/09/1992	12	2,40	15	4,20	27	6.60	Aprovado
26	104177	Alessandro Alves Leme	29/03/1975	9	1,80	17	4,76	26	6.56	Aprovado
27	102563	Nelson Jose Karam Althoff	05/12/1976	9	1,80	17	4,76	26	6.56	Aprovado

28	103944	Barbara Prochaska Lemos	12/12/1985	9	1,80	17	4,76	26	6.56	Aprovado
29	98389	Francinet Cirilo Silva	21/07/1986	10	2,00	16	4,48	26	6.48	Aprovado
30	106314	Adriana Strenner	12/05/1990	10	2,00	16	4,48	26	6.48	Aprovado
31	101238	Matheus Zimmermann Freitas	31/03/1992	10	2,00	16	4,48	26	6.48	Aprovado
32	106586	Caroline Mryglod	26/07/1992	10	2,00	16	4,48	26	6.48	Aprovado
33	98745	Wesley Bormann	19/01/1983	11	2,20	15	4,20	26	6.40	Aprovado
34	107390	Marina Cardoso Ferreira Fornasaro	05/08/1984	11	2,20	15	4,20	26	6.40	Aprovado
35	104760	Felipe De Castro Mucelin	16/08/1981	8	1,60	17	4,76	25	6.36	Aprovado
36	107277	Eliezer Vanzella	22/11/1985	12	2,40	14	3,92	26	6.32	Aprovado
37	101586	Fabio Kammer	06/09/1982	9	1,80	16	4,48	25	6.28	Aprovado
38	107431	Filipe Rocha Ricardo	06/01/1990	9	1,80	16	4,48	25	6.28	Aprovado
39	98812	Humberto Carlos Borges	04/10/1966	10	2,00	15	4,20	25	6.20	Aprovado
40	99777	Fabiano Bastos Garcia Teixeira	26/09/1980	10	2,00	15	4,20	25	6.20	Aprovado
41	106631	Rafael Luiz Dalagnolo	18/04/1973	11	2,20	14	3,92	25	6.12	Aprovado
42	102557	Tiago Murilo De Souza	13/01/1990	8	1,60	16	4,48	24	6.08	Aprovado
43	100216	Ricardo Matiello	20/06/1991	8	1,60	16	4,48	24	6.08	Aprovado
44	106785	Maria Eduarda Berg Gayoso Neves	01/07/1987	9	1,80	15	4,20	24	6.00	Aprovado
45	107052	Francielle Dos Santos	25/08/1992	9	1,80	15	4,20	24	6.00	Aprovado
46	106944	Mauricio Comini	20/09/1982	10	2,00	14	3,92	24	5.92	Aprovado
47	103603	Ana Paula Pereira	24/03/1990	10	2,00	14	3,92	24	5.92	Aprovado
48	106750	Erika Lana Lafin De Lacerda	15/08/1979	11	2,20	13	3,64	24	5.84	Aprovado
49	98033	Julio Cesar Nunes	07/06/1992	11	2,20	13	3,64	24	5.84	Aprovado
50	98285	Maycon Trevisan	04/03/1993	11	2,20	13	3,64	24	5.84	Aprovado
51	107296	Cristina Cecchele Madeira	09/08/1978	8	1,60	15	4,20	23	5.80	Aprovado
52	100175	Liliane Almeida Mello	26/03/1987	8	1,60	15	4,20	23	5.80	Aprovado
53	101211	Leticia Bellincanta Souza	22/04/1989	12	2,40	12	3,36	24	5.76	Aprovado
54	97987	Thiago Moura Furtado	06/05/1989	12	2,40	12	3,36	24	5.76	Aprovado
55	103952	Aloisio Alceu Henz Filho	24/02/1992	12	2,40	12	3,36	24	5.76	Aprovado
56	106445	Alexandra De Souza Caldeira	13/01/1992	9	1,80	14	3,92	23	5.72	Aprovado
57	99387	Jordy Felipe Schweitzer	10/08/1993	9	1,80	14	3,92	23	5.72	Aprovado
58	98044	Peterson Walter Scabury De Oliveira	16/07/1981	10	2,00	13	3,64	23	5.64	Aprovado
59	106716	Laurence Tedeski Costa Petters Sargagna	04/05/1989	10	2,00	13	3,64	23	5.64	Aprovado
60	101011	Sheila Goncalves Florentino Miranda	10/05/1988	7	1,40	15	4,20	22	5.60	Aprovado
61	100206	Daniel Nilo Florindo	29/10/1979	8	1,60	14	3,92	22	5.52	Aprovado
62	101681	Alexandre Velame	28/09/1981	8	1,60	14	3,92	22	5.52	Aprovado
63	98232	Claudia Roczanski Pinheiro	04/02/1984	8	1,60	14	3,92	22	5.52	Aprovado
64	99284	Andreia Kochella	11/11/1975	9	1,80	13	3,64	22	5.44	Aprovado
65	106228	Cristiane Da Silva Coimbra Lira	21/05/1983	10	2,00	12	3,36	22	5.36	Aprovado
66	102075	Renata Pacheco	14/08/1984	10	2,00	12	3,36	22	5.36	Aprovado
67	106855	Luciana Pucci Silva	04/08/1985	7	1,40	14	3,92	21	5.32	Aprovado
68	107399	Aliatan Ribeiro De Souza	03/09/1985	11	2,20	11	3,08	22	5.28	Aprovado
69	107152	Lucas Henrique Tschoeke Steidel	04/08/1992	11	2,20	11	3,08	22	5.28	Aprovado
70	103065	Pamela Raissa Pereira	15/11/1992	11	2,20	11	3,08	22	5.28	Aprovado
71	107241	Maxine Ethel Bueno Netto	19/03/1976	9	1,80	12	3,36	21	5.16	Aprovado
72	98590	Aline De Souza Zimmermann	28/04/1984	9	1,80	12	3,36	21	5.16	Aprovado
73	104729	Eduardo Fernando Zaleski Teixeira	11/02/1989	9	1,80	12	3,36	21	5.16	Aprovado
74	99640	Gustavo Rauh Schroeder	06/03/1989	9	1,80	12	3,36	21	5.16	Aprovado
75	105290	Andrey Gastaldi Da Silva	07/08/1990	9	1,80	12	3,36	21	5.16	Aprovado
76	106966	Mariana Mioranza Koppe Pereira	05/10/1988	10	2,00	11	3,08	21	5.08	Aprovado
77	100977	Ricardo Wippel	27/10/1991	10	2,00	11	3,08	21	5.08	Aprovado

78	106304	Alessandra Schatzmann Fernandes	11/01/1975	7	1,40	13	3,64	20	5.04	Aprovado
79	106349	Avenino Willian Reitz	09/10/1992	11	2,20	10	2,80	21	5.00	Aprovado
	100732	Soraia Santos Cruz	11/12/1978	8	1,60	12	3,36	20	4.96	Reprovado
	102784	Patricia Cardoso Martins	19/08/1981	8	1,60	12	3,36	20	4.96	Reprovado
	104042	Mariane Nascimento Mendes	12/01/1983	8	1,60	12	3,36	20	4.96	Reprovado
	106880	Rafael Dorval Da Costa	18/02/1984	8	1,60	12	3,36	20	4.96	Reprovado
	103745	Luis Eduardo Ravedutti	10/03/1990	8	1,60	12	3,36	20	4.96	Reprovado
	99851	Shemersom Spader	22/04/1991	8	1,60	12	3,36	20	4.96	Reprovado
	106864	Leandro Vinicius Hahn	22/06/1977	12	2,40	9	2,52	21	4.92	Reprovado
	107433	Uwer Gerson Ikert	10/03/1980	9	1,80	11	3,08	20	4.88	Reprovado
	99631	Carolina Sperotto Andrighetto Da Silva	28/06/1990	10	2,00	10	2,80	20	4.80	Reprovado
	106637	Shirlene Reichert	14/11/1991	7	1,40	12	3,36	19	4.76	Reprovado
	102957	Miraci Severo Vieira	30/06/1962	9	1,80	10	2,80	19	4.60	Reprovado
	99006	Tatiana C Dos Reis Filagrana	02/07/1981	9	1,80	10	2,80	19	4.60	Reprovado
	102941	William Ribeiro Goulart	28/09/1981	9	1,80	10	2,80	19	4.60	Reprovado
	106766	Tatiana Maes Trentini	17/06/1985	10	2,00	9	2,52	19	4.52	Reprovado
	104644	Victor Hugo Ossowsky	19/04/1987	10	2,00	9	2,52	19	4.52	Reprovado
	105891	Maira Da Rocha Bressanini	14/01/1983	7	1,40	11	3,08	18	4.48	Reprovado
	98026	Luciana Garrozzi	28/12/1983	7	1,40	11	3,08	18	4.48	Reprovado
	106658	Fernanda Vargas Weis	17/10/1987	11	2,20	8	2,24	19	4.44	Reprovado
	107071	Paula Roberta Mello	16/12/1981	8	1,60	10	2,80	18	4.40	Reprovado
	107347	Jean Carlos Pontes Schulze	09/05/1991	8	1,60	10	2,80	18	4.40	Reprovado
	97682	Fabiana Arend Branco	04/10/1991	8	1,60	10	2,80	18	4.40	Reprovado
	106354	Gilliard Mariano Horongozo	07/07/1982	9	1,80	9	2,52	18	4.32	Reprovado
	105493	Fabio Joao Jovita	21/05/1987	9	1,80	9	2,52	18	4.32	Reprovado
	105989	Adriana Petter Da Silva Fiorotto	25/02/1973	6	1,20	11	3,08	17	4.28	Reprovado
	105142	Danubia Cereza	05/04/1991	10	2,00	8	2,24	18	4.24	Reprovado
	100423	Bruna Fernanda De Campos	14/08/1987	7	1,40	10	2,80	17	4.20	Reprovado
	107353	Elizandreia Luzia	20/02/1979	8	1,60	9	2,52	17	4.12	Reprovado
	105571	Maria Laura Santos Labes	13/07/1987	9	1,80	8	2,24	17	4.04	Reprovado
	101378	Carina Testoni Greiffo	23/02/1993	9	1,80	8	2,24	17	4.04	Reprovado
	107236	Bruno Garcia Junior	13/02/1982	10	2,00	7	1,96	17	3.96	Reprovado
	107175	Renan Lopes Araujo	02/11/1990	7	1,40	9	2,52	16	3.92	Reprovado
	101343	Vanio Bolan Darella	28/10/1985	8	1,60	8	2,24	16	3.84	Reprovado
	107245	Josias Dias De Camargo Filho	28/07/1970	5	1,00	10	2,80	15	3.80	Reprovado
	98815	Melina De Fatima Catapan	26/05/1987	7	1,40	8	2,24	15	3.64	Reprovado
	107114	Fabricio Luiz Balanca	20/11/1982	9	1,80	6	1,68	15	3.48	Reprovado
	106055	Juliana Maria Miniuki	14/07/1987	6	1,20	8	2,24	14	3.44	Reprovado
	101663	Natasha Batista Rosa	11/02/1988	7	1,40	7	1,96	14	3.36	Reprovado
	104822	Rafael Pimentel Pereira	23/01/1981	5	1,00	8	2,24	13	3.24	Reprovado
	98424	Raphael Ruggeri Artner	19/01/1989	8	1,60	5	1,40	13	3.00	Reprovado
	98053	Leticia Tavares	01/06/1988	6	1,20	6	1,68	12	2.88	Reprovado
	106413	Rubens Emilio Stenger	31/03/1962							Ausente
	102028	Rosineia De Fatima Bianchessi Sauer	18/09/1964							Ausente
	100195	Marcelo Wormsbecker	23/06/1967							Ausente
	105727	Angelita Fatima Ferracini	03/01/1970							Ausente
	107438	Raymundo Witte Lins	26/10/1970							Ausente
	104138	Katia Regina Loss Coletti	18/04/1973							Ausente
	106888	Lilian Germano Toyama	27/10/1974							Ausente
	106844	Mariana Pelandre	15/12/1975							Ausente

	98454	Claudia Dos Santos	24/02/1976							Ausente
	98172	Larissa Fernanda Cugnier	17/07/1977							Ausente
	107305	Manuela Moreira Barreto	05/09/1979							Ausente
	105070	Edivaldo Ubaldo Martins Da Silva	30/12/1979							Ausente
	107174	Cristiane Villasanti Fagundes	27/04/1980							Ausente
	102911	Renato Beirao Schmitz	26/05/1980							Ausente
	97707	Marciela	13/06/1981							Ausente
	104749	Alessandra Bento	10/10/1981							Ausente
	97690	Rafael Hendrigo Godoy	18/11/1981							Ausente
	104659	Joanita Maria Alves	24/11/1981							Ausente
	98139	Jonatha Vilarino	15/02/1982							Ausente
	106576	Rafaela Berger De Souza Batschauer	15/07/1982							Ausente
	107401	Alexander Pinto	19/04/1983							Ausente
	99835	Giovane Glesias Feldhaus	20/07/1984							Ausente
	97425	Michael Ricardo Beck	10/01/1985							Ausente
	99287	Giseli Schmidt Decker	22/09/1985							Ausente
	106249	Ana Paula Silveira	13/04/1987							Ausente
	106638	Luana Freitas Da Rosa	21/04/1987							Ausente
	99312	Laila Rodrigues Mussi	25/06/1987							Ausente
	106188	Andressa Cicatto Longui	27/03/1988							Ausente
	98704	Celio Cesar Sauer Junior	11/11/1988							Ausente
	104918	Jaqueline Gurzynski Da Silva	02/02/1990							Ausente
	102338	Nathalia Da Rocha Fabre	03/03/1990							Ausente
	98354	Camila Novaes Castilho	18/06/1990							Ausente
	99401	Camila Gabriela Leal	14/07/1990							Ausente
	106130	Joana Sotopietra Sedrez	17/07/1990							Ausente
	98084	Antonio Roberto De Godoy Filho	06/09/1990							Ausente
	99823	Veridina Tombini Bedin	15/10/1990							Ausente
	106441	Maura Maravilha Dos Santos	22/05/1991							Ausente

Jornalista | Ensino Superior

Posição	Insc.	Candidato	Data Nasc. Acertos	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	NOTA DA PROVA	SITUAÇÃO
				Nota	Acertos	Nota				
1	107439	Alexandre Silva Brandao	26/04/1978	13	2,60	22	6,16	35	8.76	Aprovado
2	103308	Victor Oliveira De Miranda	20/04/1979	10	2,00	23	6,44	33	8.44	Aprovado
3	97625	Tatiane Alves Vila Machado	27/05/1986	10	2,00	23	6,44	33	8.44	Aprovado
4	105371	Cesar Laus Simas	10/06/1957	11	2,20	22	6,16	33	8.36	Aprovado
5	102824	Luis Gustavo Varela	28/05/1993	10	2,00	22	6,16	32	8.16	Aprovado
6	101721	Mateus Pereira Silveira	20/01/1993	13	2,60	19	5,32	32	7.92	Aprovado
7	105757	Mauricio Andre Daleffe	07/07/1983	11	2,20	20	5,60	31	7.80	Aprovado
8	106430	Tierri Rafael Ribeiro Angeluci	17/04/1987	11	2,20	20	5,60	31	7.80	Aprovado
9	99896	Leticia Guimaraes Povoas	16/05/1982	9	1,80	21	5,88	30	7.68	Aprovado
10	105944	Camila Raymundi	15/08/1987	13	2,60	18	5,04	31	7.64	Aprovado
11	99587	Maria Do Carmo Pasquali Falchi	08/02/1994	10	2,00	20	5,60	30	7.60	Aprovado
12	104736	Roberta Locatelli Ramos Schaefer	21/08/1982	8	1,60	21	5,88	29	7.48	Aprovado
13	106175	Ricardo Jose Torres	20/02/1987	8	1,60	21	5,88	29	7.48	Aprovado
14	105150	Danilo Matheus Kossoski	20/02/1983	13	2,60	17	4,76	30	7.36	Aprovado
15	103946	Ricardo Paulino Martins Portelinha	27/07/1979	10	2,00	19	5,32	29	7.32	Aprovado
16	100462	Amanda Elisa Weber	07/10/1986	10	2,00	19	5,32	29	7.32	Aprovado

17	107402	Airton Norbal Ramos Neto	19/02/1988	10	2,00	19	5,32	29	7.32	Aprovado
18	103268	Paula Ribeiro Leitaó	26/12/1978	8	1,60	20	5,60	28	7.20	Aprovado
19	102574	Ana Paula Bazi	10/09/1985	8	1,60	20	5,60	28	7.20	Aprovado
20	101738	Mayara Dalla Libera Brenner	13/04/1990	12	2,40	17	4,76	29	7.16	Aprovado
21	100660	Pricilla De Kassia Back	10/07/1984	9	1,80	19	5,32	28	7.12	Aprovado
22	107171	Danubia Vieira Davila	10/10/1984	9	1,80	19	5,32	28	7.12	Aprovado
23	107255	Jonathan Mendo Da Silva	10/09/1986	10	2,00	18	5,04	28	7.04	Aprovado
24	105032	Siliana Dalla Costa	09/03/1983	7	1,40	20	5,60	27	7.00	Aprovado
25	98790	Joyce Guiselli Cavalli	14/07/1984	7	1,40	20	5,60	27	7.00	Aprovado
26	105072	Emerson Dos Santos De Oliveira	04/07/1987	8	1,60	19	5,32	27	6.92	Aprovado
27	107160	Albanir Buzzi Junior	30/12/1988	9	1,80	18	5,04	27	6.84	Aprovado
28	101650	Anelise Araujo Durlo	04/02/1989	9	1,80	18	5,04	27	6.84	Aprovado
29	99971	Bruna Werle De Oliveira	20/02/1990	9	1,80	18	5,04	27	6.84	Aprovado
30	98092	Ismail Emiliano Pereira Filho	02/07/1994	9	1,80	18	5,04	27	6.84	Aprovado
31	106719	Mario Estevam Malschitzky	25/10/1982	10	2,00	17	4,76	27	6.76	Aprovado
32	106043	Leda Regina De Souza Limas	04/12/1961	8	1,60	18	5,04	26	6.64	Aprovado
33	106823	Juliana Galliano Vieira	01/09/1987	8	1,60	18	5,04	26	6.64	Aprovado
34	106458	Daniela Suemi Aguenta	04/07/1991	12	2,40	15	4,20	27	6.60	Aprovado
35	99263	Marilucia Pereira	03/01/1972	9	1,80	17	4,76	26	6.56	Aprovado
36	100124	Priscila Gilinski Machado	10/07/1983	9	1,80	17	4,76	26	6.56	Aprovado
37	102162	Gabriela Piske	16/06/1991	6	1,20	19	5,32	25	6.52	Aprovado
38	101088	Bianca Oliveira Jardim Da Silva De Souza	11/12/1981	7	1,40	18	5,04	25	6.44	Aprovado
39	107306	Maria Stella Priscila Martinez Mafra	26/03/1992	8	1,60	17	4,76	25	6.36	Aprovado
40	106745	Claudia Cristina Batschauer	10/10/1973	10	2,00	15	4,20	25	6.20	Aprovado
41	106421	Camila Batista Tibes	03/02/1991	8	1,60	15	4,20	23	5.80	Aprovado
42	107211	Thiago Pedro Malkowski	07/10/1986	10	2,00	13	3,64	23	5.64	Aprovado
	98775	Marcia Gabrielle Ravasco Da Costa	06/10/1986	7	1,40	9	2,52	16	3.92	Reprovado
	106114	Paulo Roberto Missfeldt	05/09/1984							não assinau cartão
	101281	Daniela Da Rosa Pacheco	07/07/1978							Ausente
	104836	Glauir Ferreira Borges	14/01/1983							Ausente
	106329	Sammia Ingreed Pereira Santos	31/05/1986							Ausente
	98193	Breno Tavares Nunes	19/10/1986							Ausente
	99962	Ellen Anny Konopka Colombo	30/12/1989							Ausente
	100825	Pedro Luis Ribeiro Augusto	12/06/1990							Ausente
	106925	Sofia Viero	30/07/1990							Ausente
	102715	Fagner Da Rosa	18/12/1990							Ausente
	107196	Pricilla Tiane Vargas	05/07/1993							Ausente
	104145	Luiza Gutheil Bayer	19/07/1993							Ausente

Motorista | Ensino Fundamental

Posição	Insc.	Candidato	Data Nasc. Acertos	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	NOTA DA PROVA	SITUAÇÃO
				Nota	Acertos	Nota				
1	106700	Abelardo Zeverino	10/01/1962	14	2,80	8	5,60	22	8.40	Aprovado
2	97783	Marcelo Ravache Abreu Lima	09/06/1980	13	2,60	8	5,60	21	8.20	Aprovado
3	105911	Josue Dorval Vieira	01/05/1964	12	2,40	8	5,60	20	8.00	Aprovado
4	99907	Richard Wilston Zonta	13/07/1974	12	2,40	8	5,60	20	8.00	Aprovado
5	107375	Jose Odair De Jesus	11/05/1969	11	2,20	8	5,60	19	7.80	Aprovado
6	105195	Douglas Silva Argenta	05/04/1971	11	2,20	8	5,60	19	7.80	Aprovado
7	103421	Helio Jose Hess	15/10/1979	11	2,20	8	5,60	19	7.80	Aprovado

8	105176	Mayckon De Souza	29/08/1981	11	2,20	8	5,60	19	7.80	Aprovado
9	105895	Adriano Bressanini	02/04/1982	11	2,20	8	5,60	19	7.80	Aprovado
10	107108	Hugo Vicente Tomazi Fontana	05/10/1992	14	2,80	7	4,90	21	7.70	Aprovado
11	100023	David Alexandre Farias	10/02/1979	10	2,00	8	5,60	18	7.60	Aprovado
12	105792	Renato Gilnei Tibes De Freitas	23/08/1987	10	2,00	8	5,60	18	7.60	Aprovado
13	99815	Rafael Fernandes Garcia	10/06/1991	10	2,00	8	5,60	18	7.60	Aprovado
14	104394	Jaime Milani	05/04/1966	9	1,80	8	5,60	17	7.40	Aprovado
15	105796	Maikel Cardozo Lopes	27/11/1983	9	1,80	8	5,60	17	7.40	Aprovado
16	104057	William Jose Correa	15/12/1988	9	1,80	8	5,60	17	7.40	Aprovado
17	107300	Jean Carlos Nilsen	28/08/1989	9	1,80	8	5,60	17	7.40	Aprovado
18	104518	Jean Roberto Schelter	23/06/1981	12	2,40	7	4,90	19	7.30	Aprovado
19	100328	Luiz Gustavo Remor	09/07/1992	12	2,40	7	4,90	19	7.30	Aprovado
20	107076	Carlos Alberto Coutinho Filho	14/09/1965	15	3,00	6	4,20	21	7.20	Aprovado
21	105178	Sidney Fabio Silva Marcondes De Aquino	02/09/1972	11	2,20	7	4,90	18	7.10	Aprovado
22	100745	Rafael Severino	06/02/1985	7	1,40	8	5,60	15	7.00	Aprovado
23	98565	Fernando Adilson Da Silva	12/12/1983	14	2,80	6	4,20	20	7.00	Aprovado
24	97935	Anselmo Ferreira	13/03/1976	10	2,00	7	4,90	17	6.90	Aprovado
25	100747	Luiz Roberto Cunha	18/08/1976	10	2,00	7	4,90	17	6.90	Aprovado
26	105410	Luis Carlos Rodrigues Varela	11/09/1965	13	2,60	6	4,20	19	6.80	Aprovado
27	101090	Sergio De Almeida Coelho	22/05/1966	13	2,60	6	4,20	19	6.80	Aprovado
28	105839	Angelo Gustavo Duarte Silva	06/03/1978	13	2,60	6	4,20	19	6.80	Aprovado
29	105597	Wilson Silva Stolf	08/06/1977	9	1,80	7	4,90	16	6.70	Aprovado
30	99200	Michael Alexandre De Azevedo	16/11/1981	9	1,80	7	4,90	16	6.70	Aprovado
31	100378	Rafael.mattos Correia	17/02/1982	9	1,80	7	4,90	16	6.70	Aprovado
32	99478	Donald Goncalo Bento	19/11/1988	9	1,80	7	4,90	16	6.70	Aprovado
33	98167	Sidnei Alves Moreira	17/10/1980	5	1,00	8	5,60	13	6.60	Aprovado
34	104359	Nilson Eduardo De Sousa Alves	01/10/1987	12	2,40	6	4,20	18	6.60	Aprovado
35	105570	Angelo Antonio Sebastiao	22/06/1974	8	1,60	7	4,90	15	6.50	Aprovado
36	103657	Carlos Alberto Patel	27/10/1964	11	2,20	6	4,20	17	6.40	Aprovado
37	105337	Artur Ricardo Da Silva Khorouzan	15/02/1980	11	2,20	6	4,20	17	6.40	Aprovado
38	98421	Stefanes Tormena Agostinho Peiter	08/03/1984	11	2,20	6	4,20	17	6.40	Aprovado
39	99485	Kaue Alexandre Olsen Ferreira	21/05/1991	11	2,20	6	4,20	17	6.40	Aprovado
40	104778	Felipe Ricardo Macaneiro Trein	13/10/1992	11	2,20	6	4,20	17	6.40	Aprovado
41	99721	Maria Aparecida Ricobom	22/11/1962	14	2,80	5	3,50	19	6.30	Aprovado
42	99967	Juliano Moreira	25/12/1978	14	2,80	5	3,50	19	6.30	Aprovado
43	102716	Luiz Carlos Dos Santo	22/12/1962	10	2,00	6	4,20	16	6.20	Aprovado
44	100267	Amarildo Vicente Zorrer	25/09/1963	10	2,00	6	4,20	16	6.20	Aprovado
45	97647	Ivan Maschio	17/03/1971	10	2,00	6	4,20	16	6.20	Aprovado
46	99710	Alvaro De Oliveira Gomes	27/05/1974	10	2,00	6	4,20	16	6.20	Aprovado
47	105214	Cleberon Dany Bezerra	08/08/1979	10	2,00	6	4,20	16	6.20	Aprovado
48	105203	Jonnata Sidney Kis	21/01/1981	10	2,00	6	4,20	16	6.20	Aprovado
49	101745	Wagner Castorino De Brito	27/02/1981	10	2,00	6	4,20	16	6.20	Aprovado
50	106579	Thiago Augusto Chaves	21/06/1983	10	2,00	6	4,20	16	6.20	Aprovado
51	99700	Cedenir Joao Domeciano	20/02/1985	10	2,00	6	4,20	16	6.20	Aprovado
52	106049	Richard William Ilg	15/09/1988	10	2,00	6	4,20	16	6.20	Aprovado
53	97807	Andre Felipe Soares Sell	13/12/1983	6	1,20	7	4,90	13	6.10	Aprovado
54	107083	Nelson Vicente De Souza Neto	03/02/1988	6	1,20	7	4,90	13	6.10	Aprovado
55	106964	Elton Pauli Nascimento	06/05/1994	6	1,20	7	4,90	13	6.10	Aprovado
56	105447	Francisco Pedro Da Silva	11/04/1987	13	2,60	5	3,50	18	6.10	Aprovado
57	107037	Nelson Lopes Dos Santos	29/03/1959	9	1,80	6	4,20	15	6.00	Aprovado

58	104143	Ubiratan Morlo Barreto	28/05/1960	9	1,80	6	4,20	15	6.00	Aprovado
59	105847	Gilmar Labes	30/04/1965	9	1,80	6	4,20	15	6.00	Aprovado
60	102253	Jose Benassi Filho	20/07/1966	9	1,80	6	4,20	15	6.00	Aprovado
61	99558	Mauricio Froelich	25/04/1974	9	1,80	6	4,20	15	6.00	Aprovado
62	107032	Fernando Narciso Felizardo	20/11/1983	9	1,80	6	4,20	15	6.00	Aprovado
63	106781	Marcelo Cordeiro	14/05/1983	5	1,00	7	4,90	12	5.90	Aprovado
64	101739	Leonel Jose Chemim	06/12/1965	12	2,40	5	3,50	17	5.90	Aprovado
65	106537	Luiz Kodric	09/06/1968	12	2,40	5	3,50	17	5.90	Aprovado
66	107312	Edgard Da Silva Leite	14/04/1994	12	2,40	5	3,50	17	5.90	Aprovado
67	98419	Valdemar Fritzke	25/12/1959	7	1,40	6	4,20	13	5.60	Aprovado
68	101728	Ademiir Albino	11/09/1964	7	1,40	6	4,20	13	5.60	Aprovado
69	99325	Rafael Pscheidt	14/06/1979	3	0,60	7	4,90	10	5.50	Aprovado
70	99264	Leonardo Ubirajara Montibeller De Souza	13/09/1979	6	1,20	6	4,20	12	5.40	Aprovado
71	98305	Fellipe Ruan Ferreira Da Silva	16/06/1992	6	1,20	6	4,20	12	5.40	Aprovado
72	101265	Margarete Maximiliano Cordova	21/03/1966	9	1,80	5	3,50	14	5.30	Aprovado
73	107162	Gerson Francez	22/09/1968	9	1,80	5	3,50	14	5.30	Aprovado
74	98948	Marcelo Cristiano Pardo	10/05/1977	9	1,80	5	3,50	14	5.30	Aprovado
75	99022	Paulo Roberto Wöhlke Filho	22/09/1983	9	1,80	5	3,50	14	5.30	Aprovado
76	101083	Jhefferson Carlos Costa De Azevedo	23/03/1984	9	1,80	5	3,50	14	5.30	Aprovado
77	104358	Gustavo Caleo Milani	10/03/1997	9	1,80	5	3,50	14	5.30	Aprovado
78	100283	Felinto Antonio Jaco Filho	27/04/1968	5	1,00	6	4,20	11	5.20	Aprovado
79	99775	Diego Do Nascimento	23/07/1985	5	1,00	6	4,20	11	5.20	Aprovado
80	100641	Rayana Leticia Silveira De Andrade	12/06/1997	5	1,00	6	4,20	11	5.20	Aprovado
81	103014	Marcelo Pereira Da Silva	01/06/1966	8	1,60	5	3,50	13	5.10	Aprovado
82	105271	Maykon Francisco Lele	16/03/1990	8	1,60	5	3,50	13	5.10	Aprovado
83	104912	Axel Miguel Volani	08/05/1994	4	0,80	6	4,20	10	5.00	Aprovado
	105229	Renato Mauricio Suave	13/09/1966	7	1,40	5	3,50	12	4.90	Reprovado
	98125	Jose Valdecir Kuchinski	09/08/1973	7	1,40	5	3,50	12	4.90	Reprovado
	99504	Diogo Roesler	01/11/1982	7	1,40	5	3,50	12	4.90	Reprovado
	107389	Luis Paulo Zellner De Almeida	31/08/1985	7	1,40	5	3,50	12	4.90	Reprovado
	99211	Jean Carlos Herdt	18/12/1986	7	1,40	5	3,50	12	4.90	Reprovado
	104380	Vanderlei Roberto Clemes	20/04/1969	10	2,00	4	2,80	14	4.80	Reprovado
	99465	Cleber Chaves Konstantino	20/10/1979	10	2,00	4	2,80	14	4.80	Reprovado
	106860	Jose Antonio Vecchietti Neto	12/08/1995	10	2,00	4	2,80	14	4.80	Reprovado
	106763	Andre Elias Gomes Muniz	04/09/1981	6	1,20	5	3,50	11	4.70	Reprovado
	100329	Hellison Thomas Hess	18/04/1990	6	1,20	5	3,50	11	4.70	Reprovado
	102611	Daniel Robin Kanzler Foerster	27/06/1980	9	1,80	4	2,80	13	4.60	Reprovado
	106819	Robson Carvalho De Lima	15/10/1990	9	1,80	4	2,80	13	4.60	Reprovado
	98143	Carlos Cezar Matias De Lima	31/03/1976	5	1,00	5	3,50	10	4.50	Reprovado
	107021	Camila Luiza Carmesini Dutra	10/08/1988	12	2,40	3	2,10	15	4.50	Reprovado
	106655	Rogério Correia	26/12/1957	8	1,60	4	2,80	12	4.40	Reprovado
	100819	Gilmar Jose Da Silva	04/07/1977	8	1,60	4	2,80	12	4.40	Reprovado
	102676	Marcelo Vicenzi	09/02/1984	4	0,80	5	3,50	9	4.30	Reprovado
	97813	Jorge De Souza Teodoro	10/09/1967	7	1,40	4	2,80	11	4.20	Reprovado
	103534	Alex Da Silva Cardoso Fonseca	05/04/1985	7	1,40	4	2,80	11	4.20	Reprovado
	98833	Evandro Fabricio Alves Lourenco	03/04/1987	7	1,40	4	2,80	11	4.20	Reprovado
	104888	Helder Valdir Baldanca	13/08/1984	6	1,20	4	2,80	10	4.00	Reprovado
	100703	Evandro Marcos Rohr	30/03/1985	6	1,20	4	2,80	10	4.00	Reprovado
	99593	Fernando Andre Candido	13/02/1991	6	1,20	4	2,80	10	4.00	Reprovado
	99105	Diogo Rafael Fuchter Vieira	03/09/1985	8	1,60	3	2,10	11	3.70	Reprovado

Técnico de Informática | Ensino Médio

Posição	Insc.	Candidato	Data Nasc. Acertos	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	NOTA DA PROVA	SITUAÇÃO
				Nota	Acertos	Nota				
1	107253	Ricardo Bressan Tasca	28/09/1989	14	2,80	23	6,44	37	9.24	Aprovado
2	98160	Ney Mario Ferreira	23/02/1981	11	2,20	20	5,60	31	7.80	Aprovado
3	106617	Maicon Jeferson Da Silva	10/05/1986	12	2,40	18	5,04	30	7.44	Aprovado
4	97551	Priscila Flores Da Luz	12/08/1986	12	2,40	18	5,04	30	7.44	Aprovado
5	106610	Murilo Juliano Souza	29/07/1986	10	2,00	18	5,04	28	7.04	Aprovado
6	100067	Jeferson Siqueira Balelo	03/09/1993	10	2,00	18	5,04	28	7.04	Aprovado
7	99187	Renato Do Nascimento Lara	28/12/1986	11	2,20	16	4,48	27	6.68	Aprovado
8	99355	Tiago Marques Garcia	17/08/1992	7	1,40	15	4,20	22	5.60	Aprovado
9	100181	Lucas Matheus Maria	02/07/1996	10	2,00	12	3,36	22	5.36	Aprovado
	105208	Rodrigo Da Silva Dantas Soares	05/06/1983	4	0,80	6	1,68	10	2.48	Reprovado
	107330	Vinicius Machado De Souza	25/01/1979							Ausente
	106760	Silas Lourenco Da Silva	14/02/1990							Ausente
Vigia Ensino Fundamental										
Posição	Insc.	Candidato	Data Nasc. Acertos	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	NOTA DA PROVA	SITUAÇÃO
				Nota	Acertos	Nota				
1	104165	Jose Leonardo Assuncao Loretto	11/12/1975	9	1,80	10	7,00	19	8.80	Presente
2	107319	Cleire Rosa E Silva	30/09/1968	11	2,20	9	6,30	20	8.50	Presente
3	102732	Joao Henrique Osorio Coutinho	07/10/1966	10	2,00	9	6,30	19	8.30	Presente
4	100488	Fabiano Andre	16/03/1989	10	2,00	9	6,30	19	8.30	Presente
5	98201	Luciano Marcio Da Silva	30/06/1968	11	2,20	8	5,60	19	7.80	Presente
6	99456	Orli Joao Da Silveira Junior	10/12/1982	9	1,80	7	4,90	16	6.70	Presente
	102669	Valdery Rodrigues Dos Santos	25/02/1988	6	1,20	5	3,50	11	4.70	Reprovado
	107341	Marcelo Luiz De Oliveira	28/02/1980	3	0,60	4	2,80	7	3.40	Reprovado
	98378	Sergio Mendes	12/11/1969	5	1,00	3	2,10	8	3.10	Reprovado

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2015

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2015

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA prevista no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, A SER REALIZADA NO PLENÁRIO EXPEDICIONÁRIO TENENTE MILTON FONSECA, sito Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 101 – Centro - Penha, NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, A PARTIR DAS 14h00min (quatorze horas), com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2015.

Penha, 23 de setembro de 2015.

JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO

Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA

Relator

SÉRGIO DE MELLO

Membro

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2015. CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina. CONTRATADA: AUTO POSTO GIROTTI LTDA. ASSINATURA: 22/09/2015 VIGÊNCIA: 24(vinte e quatro) meses. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30.01.00.00 .00.00.0.0.0000 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de gasolina comum para abastecimento dos veículos que compõem a frota oficial da Câmara de Vereadores de Penha, atendendo as especificações mínimas contidas no Anexo I do Edital – TERMO DE REFERÊNCIA. Valor global de R\$ R\$ 63.800,00 (sessenta e três mil e oitocentos reais).

Penha, 22 de setembro de 2015.

Felipe Rebello Schmidt

Presidente



Petrolândia

PREFEITURA

Decreto nº. 055/2015

DECRETO Nº. 055, de 17 de Agosto de 2015.

DISCIPLINA PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELOS MÉDICOS E ODONTÓLOGOS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE CREDENCIADOS PELO MUNICÍPIO NA PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS E NA SOLICITAÇÃO DE EXAMES E PROCEDIMENTOS DE SAÚDE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo no Inciso VII, do Art. 85, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que o art. 196, da Constituição Federal dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o art. 197 da Constituição Federal prevê que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado;

CONSIDERANDO que o § 1º, do art. 2º, da Lei nº. 8.080/1990 dispõe que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO o art. 4º, da Lei nº. 8.080/1990, o qual prevê que constitui o Sistema Único de Saúde (SUS) o conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta ou indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público;

CONSIDERANDO o art. 6º, I, d, da Lei nº. 8.080/1990 que dispõe que estão incluídas ainda o campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

CONSIDERANDO que a lista de medicamentos elaborada pelo SUS constitui importante instrumento para aplicação e efetividade da concretização do acesso universal e igualitário à saúde, a qual deve ser respeitada pelos profissionais da saúde, salvo hipóteses justificadas por meio de laudo em que revele a sua eficácia para o caso concreto;

CONSIDERANDO que o art. 3º, da Lei nº. 9.787/199 prevê que as prescrições médicas e odontológicas de medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI);

CONSIDERANDO a linha “a”, do art. 35, da Lei nº. 5.991/73 prevê que somente será aviada a receita que estiver escrita à tinta, em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais;

CONSIDERANDO que os profissionais de saúde – médicos e odontólogos – vinculados a este Município estão submetidos às normas que regem a Administração Pública, devendo cumpri-las, sob pena de incorrer em violação a dever funcional, após o regular devido processo legal;

DECRETA:

Art. 1º. Os médicos e odontólogos vinculados a Secretaria Municipal de Saúde e estes profissionais credenciados pelo Município, sempre que estiverem no exercício de suas atribuições funcionais, devem prescrever medicamentos, solicitar exames e procedimentos de saúde nos termos das políticas públicas, das listas padronizadas e dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs) do Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 1º. No caso de o médico e o odontólogo, servidor credenciado do Município, necessitar prescrever medicamentos, solicitar exames e procedimentos de saúde diversos dos disponíveis nas políticas públicas, das listas padronizadas e nos PCDTs do SUS, deverá ser apresentada justificativa técnica que demonstre a inadequação, a ineficiência ou a insuficiência da prescrição daquele tratamento de saúde padronizado para o caso concreto.

§ 2º. Para a prescrição de medicamentos, os médicos e os odontólogos, credenciados ou vinculados à Secretaria de Saúde, deverão ainda:

- I. Adotar obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), contando o nome do princípio ativo e, quando pertinente, o nome de referência da substância;
- II. Emitir receitas em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais;

§ 3º. A justificativa técnica de que trata o § 1º. deste artigo:

I. não eximirá o servidor público da obrigação de informar a respeito:

- a) do potencial dos serviços públicos de saúde; e
- b) da referência expressa do tratamento disponível no SUS para a patologia diagnosticada.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 17 de Agosto de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto nº. 056/2015

DECRETO Nº. 056, de 17 de Agosto de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 09 – FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA

Unidade 01 – Fundo Municipal da Agricultura

Proj./Atividade – 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal da Agricultura

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (3) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0080 – Recursos Ordinários, na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 17 de Agosto de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 057/2015

DECRETO Nº. 057, de 20 de agosto de 2015.

EXTINGUE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC.

CONSIDERANDO que estes Centros de Educação Infantil – CEI do Município tiveram suas atividades paralisadas através do Decreto nº. 063 de 19/08/2009 e Decreto nº. 022 de 18/03/2013, em razão do número insuficiente de alunos para formação de turmas;

CONSIDERANDO que os alunos e professores foram incorporados em outras unidades educacionais do Município;

CONSIDERANDO que o Município oferece o serviço de transporte escolar destes alunos para outros Centros Educacionais;

CONSIDERANDO a racionalização dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que o Município não tem perspectiva futura e projetos para reativar os Centros de Educação Infantil - CEI;

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso VII, Artigo 85, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam extintos os Centros de Educação Infantil - CEI do Município de Petrolândia/SC, abaixo relacionados:

I. Centro de Educação Infantil Paulo Corneles Lehmkuhl – Localidade de Rio de Dentro;

II. Centro de Educação Infantil Serra da Barra Nova – Localidade de Serra da Barra Nova;

III. Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho – Localidade de Serra Grande.

Art. 2º. Os imóveis ocupados pelos Centros de Educação Infantil – CEI, enumerados no art. 1º. deste Decreto, terão sua utilização destinada para atividades de interesse social, cultural e educacional.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de agosto de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 058/2015

DECRETO Nº. 058, de 20 de Agosto de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (6) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0080 – Recursos Ordinários, na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (9) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0154 – Recursos CRAS R\$ 50.000,00

Art. 3º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0154 – Recursos CRAS, na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Agosto de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 059/2015

DECRETO Nº. 059, de 20 de Agosto de 2015.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1617 de 12 de Dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) da

seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade 01 – Departamento de Serviços Urbanos

Proj./Atividade – 2.047 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00 – (149) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0032 – Recursos Vinculados COSIP R\$ 10.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º a importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade 01 – Departamento de Serviços Urbanos

Proj./Atividade – 2.047 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (144) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0032 – Recursos Vinculados COSIP R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Agosto de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 060/2015

DECRETO Nº. 060, de 20 de Agosto de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (11) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0121 – Recursos Farmácia Básica R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0121 – Recursos Farmácia Básica, na importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Agosto de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 061/2015

DECRETO Nº. 061, de 20 de Agosto de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00 – (4) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0135 – Recursos Programas de Saúde - PSF R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0135 – Recursos Programas de Saúde - PSF, na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Agosto de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 062/2015

DECRETO Nº. 062, de 20 de Agosto de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade 01 – Departamento de Transportes e Obras

Proj./Atividade – 2.038 – Conservação de Estradas

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (125) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0312 – Outros Convênios com o Estado R\$ 32.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0312 – Outros Convênios com o Estado, na importância de R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Agosto de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 063/2015

DECRETO Nº. 063, de 31 de agosto de 2015.

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DOS MOTORISTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso VII, Artigo 85, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O horário de trabalho dos Servidores Públicos Municipais ocupantes do cargo de Motorista de Transporte Escolar passa a ser o seguinte:

Transporte Escolar DIURNO	TOTAL DE HORAS
Das 06:00 às 09:00 horas	03:00 horas
Das 11:00 às 13:30 horas	02:30 horas
Das 16:15 às 18:45 horas	02:30 horas

Transporte Escolar NOTURNO	TOTAL DE HORAS
Das 22:15 às 23:15 horas	01:00 hora

Transporte Escolar APAE	TOTAL DE HORAS
Das 06:00 às 08:00 horas	02:00 horas
Das 11:10 às 16:50 horas	05:30 horas/minutos
Das 17:00 às 18:30 horas	01:30 hora/minutos

Art. 2º. Após o cumprimento de cada horário estabelecido no Artigo anterior, o servidor fica dispensado, podendo exercer atividades particulares.

Art. 3º. Em caso de necessidade, o Município poderá requisitar o servidor para prestar serviços além do horário estabelecido, inclusive em períodos noturnos, finais de semana e feriados, percebendo a remuneração extraordinária, na forma da Lei, se não for possível a compensação de horários.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 31 de agosto de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 064/2015

DECRETO Nº. 064, de 31 de Agosto de 2015.

CRIA CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade a Lei Municipal nº. 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 6.782,86 (Seis mil, setecentos e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos) com a seguinte classificação no orçamento

vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo de Saúde

Proj.Atividade– 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (39) Aplicações Diretas

Recursos - 00.03.0155 – Outros Convênios com a União R\$ 6.782,86

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Especial acima, utilizar-se-á recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior verificado na Fonte de Recurso 03.0155– Outros Convênios com a União, constante do Balanço da Prefeitura Municipal de Petrolândia, na importância de R\$ 6.782,86 (Seis mil, setecentos e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 31 de Agosto de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 065/2015

DECRETO Nº. 065, de 31 de Agosto de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo de Saúde

Proj.Atividade– 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (28) Aplicações Diretas

Recursos - 00.01.0110 – Convênios de Capital-União
..... R\$ 36.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0110 – Convênios de Capital- União, na importância de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 31 de Agosto de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 066/2015

DECRETO Nº. 066, de 31 de Agosto de 2015.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1617 de 12 de Dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.028 – Manutenção das Atividades de Turismo

Elemento de Despesa – 3.3.50.00.00.00.00 – (36) Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários. R\$ 1.000,00

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.028 – Manutenção das Atividades de Turismo

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (37) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários. R\$ 18.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º a importância de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.028 – Manutenção das Atividades de Turismo

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00 – (40) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários. R\$ 19.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 31 de Agosto de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 067/2015

DECRETO Nº. 067, de 31 de Agosto de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.028 – Manutenção das Atividades de Turismo

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00 – (40) Aplicações

Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários. R\$ 9.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0132 – Recursos Ordinários, na importância de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 31 de Agosto de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 068/2015

DECRETO Nº. 068, de 09 de Setembro de 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PETROLÂNDIA.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII do Artigo 85, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1570 de 09 de Agosto de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, por um período de 02 (dois) anos, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Petrolândia, com a seguinte constituição:

I - Representantes de Entidades Governamentais:

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Ana Carolina da Cunha Capistrano

Suplente: Iara Clasen

Representantes da Secretaria Municipal da Educação e Cultura:

Titular: Sandra Regina Deuttner Monteiro

Suplente: Rosemere Scheidt Schmitt

Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:

Titular: Salete Firmo Waltrich

Suplente: Elisiane Welter de Brito

Representantes da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Titular: Anny Jacqueline Wiggers

Suplente: Thatiane da Cunha

II - Representantes da Sociedade Civil:

Representantes dos Usuários da Política da Assistência Social:

Titulares:	Suplentes:
Rainilda Defreyn	Juliete Doerner Lemkull
Eliziane Bento Muniz	Cinara C. Weber
Vera Lucia Sebold	Lisleide Regina Senem
Cristina Cardoso	Josiane Loterio Velho
Ana Gabriele Franz	Vanessa da Rosa
Seniria Aparecida S. Rodrigues Correa	Rosane Huller

Representantes dos Trabalhadores do Setor da Assistência Social:

Titular: Marcia Schwambach Schmitt

Suplente: Mariana Goebel Schmidt

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogados o Decreto nº. 074, de 20/08/2013 e o Decreto nº. 038 de 06/05/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 09 de Setembro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 300/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 300/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CON-SERTO VEICULOS DA SECRETARIA DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 177/2015.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 1.256,50 (um mil duzentos e cinquenta e seis cinquenta.)

DATA DO CONTRATO: 18 DE SETEMBRO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 302/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 302/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CON-SERTO DE VEICULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 179/2015.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais.)

DATA DO CONTRATO: 21 de setembro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 303/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 303/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CONTRATAÇÃO DE ARTISTA PLÁSTICO ADILSON GUANABARA PARA MINISTRAR PALESTRAS E OFICINA DE PINTURA- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 180/2015.

EMPRESA CONTRATADA: ADILSON FERNANDES GUANABARA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta reais).

DATA DO CONTRATO: 21 DE SETEMBRO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 304/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 304/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE UM AR CONDICIONADO 12000 BTUS, PARA A POLICIA MILITAR, CONVENIO RADIO PATRULHA-SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 181/2015.

EMPRESA CONTRATADA: LOJAS BENOIT

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, no valor de R\$ 1.499,00(um mil quatrocentos e noventa e nove reais).

DATA DO CONTRATO: 21 DE SETEMBRO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 305/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 305/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CON-SERTO DA MAQUINA CARREGADEIRA, PEÇAS E MÃO DE OBRA DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 182/2015.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 3.464,61 (tres mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavos.)

DATA DO CONTRATO: 22 de setembro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 306/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 306/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CON-SERTO DOS VEICULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 183/2015.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 7.318,82 (sete mil trezentos e dezoito reais e oitenta e dois centavos.)

DATA DO CONTRATO: 22 de setembro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

DECRETO Nº 4.277, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.277, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 1.852 de 22 de setembro de 2015

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação no Município de Pinheiro Preto no valor de R\$ 141.796,00 (Cento e quarenta e um mil setecentos e noventa e seis reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 3 – Administração Geral
Atividade: 2.22 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
Modalidade de Aplicação: 3390-0000
Fonte: 01.00 R\$ 15.000,00

Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças
Função: 27 – Desporto e Lazer
Subfunção: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 24 – Esporte e Vida
Atividade: 2.43 – Manutenção das atividades esportivas
Modalidade de Aplicação: 3390-0000
Fonte: 01.00 R\$ 15.000,00

Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional
Atividade: 2.32 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3190-0000
Fonte: 01.00 R\$ 111.796,00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$141.796,00 (Cento e quarenta e um mil, setecentos e noventa e seis reais):

Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 3 – Administração Geral
Atividade: 1.1 – Aquisição de veículos Administração
Modalidade de Aplicação: 4490-0000
Fonte: 01.00 R\$ 999,00

Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional
Atividade: 1.7 – Aquisição de veículos Educação
Modalidade de Aplicação: 4490-0000
Fonte: 01.01 R\$ 10.999,00

Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 364 – Educação Superior
Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional
Atividade: 2.33 – Apoio Ao Ensino Superior
Modalidade de Aplicação: 3390-0000
Fonte: 01.00 R\$ 25.600,00

Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 367 – Educação Especial
Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional
Atividade: 2.34 – Apoio a Educação Especial
Modalidade de Aplicação: 3350-0000
Fonte: 01.00 R\$ 2.100,00

Unidade Orçamentária: 2005 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 10 - Saúde

Subfunção: 605 - Abastecimento
Programa: 11 – Agua Potável
Atividade: 1.6 – Ampliação do Sistema de Aguas
Modalidade de Aplicação: 4490-0000
Fonte: 01.00 R\$ 3.400,00

Unidade Orçamentária: 2005 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 608 – Promoção da Produção Agropecuária
Programa: 20 – Assistência ao Produtos Rural
Atividade: 1.13 – Aquisição veículos máquinas e Implementos Rurais
Modalidade de Aplicação: 4490-0000
Fonte: 01.00 R\$ 10.400,00
Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras
Função: 15- Urbanismo
Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 14 – Urbanização de vias
Atividade: 1.10 – Pavimentação de Ruas e Passeios
Modalidade de Aplicação: 4490-0000
Fonte: 01.00 R\$ 49.900,00

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras
Função: 15- Urbanismo
Subfunção: 451 – Infra Estrutura Urbana
Programa: 16 – Serviços de Utilidade Pública
Atividade: 2.38 – Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública
Modalidade de Aplicação: 3171-0000
Fonte: 01.00 R\$ 17.999,00

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras
Função: 15- Urbanismo
Subfunção: 451 – Infra Estrutura Urbana
Programa: 16 – Serviços de Utilidade Pública
Atividade: 2.38 – Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública
Modalidade de Aplicação: 3371-0000
Fonte: 01.00 R\$ 9.100,00

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras
Função: 22 - Industria
Subfunção: 661 – Promoção Industrial
Programa: 21 –Desenvolvimento Industrial
Atividade: 1.14 – Promoção da Industria e do Comércio
Modalidade de Aplicação: 4490-0000
Fonte: 01.00 R\$ 4.300,00

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras
Função: 22 - Industria
Subfunção: 661 – Promoção Industrial
Programa: 21 –Desenvolvimento Industrial
Atividade: 1.14 – Promoção da Industria e do Comércio
Modalidade de Aplicação: 4590-0000
Fonte: 01.00 R\$ 999,00

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 23 – Estradas Vicinais
Atividade: 1.15 – Aquisição de Máquinas e Veículos
Modalidade de Aplicação: 4490-0000
Fonte: 01.00 R\$ 6.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 22 DE SETEMBRO DE 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.851, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº 1.851, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A VENDA DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto - SC autorizado, na forma da lei, a vender os bens móveis inservíveis descritos no Anexo I a presente lei, ficando autorizada a baixa do patrimônio público municipal.

Parágrafo único. O valor mínimo para a venda será o constante do Anexo II da presente lei, fixado por comissão avaliadora instituída pela Portaria nº 283, de 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 23 de setembro de 2015.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.852, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº 1.852, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação no Município de Pinheiro Preto no valor de R\$ 141.796,00 (Cento e quarenta e um mil setecentos e noventa e seis reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 3 – Administração Geral

Atividade: 2.22 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 01.00 R\$ 15.000,00

Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 24 – Esporte e Vida

Atividade: 2.43 – Manutenção das atividades esportivas

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 01.00 R\$ 15.000,00

Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional

Atividade: 2.32 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3190-0000

Fonte: 01.00 R\$ 111.796,00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 141.796,00 (Cento e quarenta e um mil, setecentos e noventa e seis reais):

Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 3 – Administração Geral

Atividade: 1.1 – Aquisição de veículos Administração

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 01.00 R\$ 999,00

Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional

Atividade: 1.7 – Aquisição de veículos Educação

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 01.01 R\$ 10.999,00

Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 - Educação

Subfunção: 364 – Educação Superior

Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional

Atividade: 2.33 – Apoio Ao Ensino Superior

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 01.00 R\$ 25.600,00

Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 - Educação

Subfunção: 367 – Educação Especial

Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional

Atividade: 2.34 – Apoio a Educação Especial

Modalidade de Aplicação: 3350-0000

Fonte: 01.00 R\$ 2.100,00

Unidade Orçamentária: 2005 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 605 - Abastecimento

Programa: 11 – Água Potável

Atividade: 1.6 – Ampliação do Sistema de Águas

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 01.00 R\$ 3.400,00

Unidade Orçamentária: 2005 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 608 – Promoção da Produção Agropecuária

Programa: 20 – Assistência ao Produtos Rural

Atividade: 1.13 – Aquisição veículos máquinas e Implementos Rurais

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 01.00 R\$ 10.400,00

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras

Função: 15- Urbanismo

Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana

Programa: 14 – Urbanização de vias

Atividade: 1.10 – Pavimentação de Ruas e Passeios

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 01.00 R\$ 49.900,00

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras

Função: 15- Urbanismo
Subfunção: 451 – Infra Estrutura Urbana
Programa: 16 – Serviços de Utilidade Pública
Atividade: 2.38 – Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública
Modalidade de Aplicação: 3171-0000
Fonte: 01.00 R\$ 17.999,00

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras
Função: 15- Urbanismo
Subfunção: 451 – Infra Estrutura Urbana
Programa: 16 – Serviços de Utilidade Pública
Atividade: 2.38 – Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública
Modalidade de Aplicação: 3371-0000
Fonte: 01.00 R\$ 9.100,00

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras
Função: 22 - Industria
Subfunção: 661 – Promoção Industrial
Programa: 21 –Desenvolvimento Industrial
Atividade: 1.14 – Promoção da Industria e do Comércio
Modalidade de Aplicação: 4490-0000
Fonte: 01.00 R\$ 4.300,00

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras
Função: 22 - Industria
Subfunção: 661 – Promoção Industrial
Programa: 21 –Desenvolvimento Industrial
Atividade: 1.14 – Promoção da Industria e do Comércio
Modalidade de Aplicação: 4590-0000
Fonte: 01.00 R\$ 999,00

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 23 – Estradas Vicinais
Atividade: 1.15 – Aquisição de Máquinas e Veículos
Modalidade de Aplicação: 4490-0000
Fonte: 01.00 R\$ 6.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 03 DE SETEMBRO DE 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 1.962, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

Mensagem nº 58/2015

O presente Projeto de Lei visa Suplementação na Secretaria de Administração e Sec. De Educação (pagamentos de salários dos professores e funcionários da Secretaria de Educação). A anulação ocorre de programas que não serão executados neste exercício. Ante ao exposto, acreditamos que a proposição ora em apreciação será alvo da maior atenção dos Nobres Vereadores.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO – SC, 03 DE SETEMBRO DE 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Ofício n.º 382/2015 Pinheiro Preto-SC, 03 de Setembro de 2015.

Exmo Sr.
Ivan Bogoni
DD. Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores
NESTA

Senhor Presidente:

Estamos encaminhando em anexo para apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, o seguinte projeto de lei:
· Projeto de Lei nº 1.962, de 03 de setembro de 2015, o qual “DISPOE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”;

Outrossim, na forma que dispõe o art. 58 e § único da Lei Orgânica do Município, solicitamos que seja a presente proposição deliberada em caráter de URGÊNCIA.

Sendo o que se nos apresenta, no ensejo protestos de consideração e respeito.
Atenciosamente,

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 671/2015

DECRETO Nº 671/2015, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “I” do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.230, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 26.386,25 (Vinte e Seis Mil, Trezentos e Oitenta e Seis Reais e Vinte e Cinco Centavos), o qual será destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.0801 – Fundo Municipal de Saúde

08.0801.10.301.1001.2008 – Manutenção das Ações e Programas de Saúde do Município

Modalidade de Aplicação - 44900000.323 – 024 - Aplicações Diretas – 26.386,25

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta do Superávit Financeiro no exercício de 2014 no R\$ 26.386,25 (Vinte e Seis Mil, Trezentos e Oitenta e Seis Reais e Vinte e Cinco Centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra na forma da Lei

DECRETO 686/2015

DECRETO Nº 686/2015, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “I” do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.249, de 22 de setembro, de 2015,

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional espécie Suplementar no orçamento do exercício de 2015 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

20.606.2001.2.021 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 33900000 – 69 – R\$ 30.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

20.606.2001.2.047 – Manutenção, Conservação e Melhoria do Parque de Exposições

Modalidade de Aplicação: 33900000 – 71 – R\$ 30.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA EM 23 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

RGF

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.959.186,93	24.921.655,79	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	5.491.021,12	5.482.764,27	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	4.941.919,01	4.934.487,85	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Ponte Serrada, 23/09/2015

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

VANDERLEI ZANATTA
CONTROLADOR INTERNO

OSMIR RODRIGUES MACHADO
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

RGF

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	24.921.655,79	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.987.464,93	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.588.718,43	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.744.515,91	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Ponte Serrada, 23/09/2015

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

VANDERLEI ZANATTA
CONTROLADOR INTERNO

OSMIR RODRIGUES MACHADO
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

RGF

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.463.697,61	3.708.675,29	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.463.697,61	4.316.514,37	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	9.498,12	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	617.337,20	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.463.697,61	-3.708.675,29	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	24.959.186,93	24.921.655,79	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-9,87%	-14,88%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	29.951.024,32	29.905.986,95	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	26.955.921,88	26.915.388,25	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	271.075,56	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.843.387,14	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Ponte Serrada, 23/09/2015

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

VANDERLEI ZANATTA
CONTROLADOR INTERNO

OSMIR RODRIGUES MACHADO
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

FONTE:

RGF

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	24.921.655,79	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	14.647.073,18	58,77
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	14.952.993,47	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	14.205.343,80	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.708.675,29	-14,88
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	29.905.986,95	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.482.764,27	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.987.464,93	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.744.515,91	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.843.387,14	3.428.101,61

FONTE:

RGF

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.046.439,68	0,00
Pessoal Ativo	13.981.910,41	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	64.529,27	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	14.046.439,68	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.921.655,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	14.046.439,68	56,36
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.457.694,13	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	12.784.809,42	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	12.111.924,71	48,60

FONTE:

Ponte Serrada, 23/09/2015

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

VANDERLEI ZANATTA
CONTROLADOR INTERNO

OSMIR RODRIGUES MACHADO
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

Porto Belo

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 015/2015 – PMPB – 1º TERMO ADITIVO
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o prazo de vigência ao Contrato nº 015/2015 referente a contratação de empresa para execução de urbanização de passeio com ciclovia entre o trecho que liga o Bairro do Centro ao Bairro Enseada Encantada no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital Tomada de Preço 001/2015 – PMPB.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATADA: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias
DATA DA ASSINATURA: 18/09/2015

Porto Belo, 18 de Setembro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 001/2015 FAMAP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 001/2015 – FAMAB
OBJETO: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do contrato nº001/2015 FAMAB de locação do imóvel, medindo 180m², localizado na Rua Manoel Felipe da Silva, nº 350, Sala 04, Bairro Centro, neste Município, para a instalação da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Porto Belo.

CONTRATANTE/LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
CONTRATADA/LOCADORA: IVAN BERTEMES ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA. - ME
DATA DA ASSINATURA: 07/09/2015

Porto Belo, 07 de Setembro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 001/2015 FMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 001/2015 – FMC – 1º TERMO ADITIVO
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão de valor ao Contrato nº 001/2015, referente a Dispensa de Licitação nº 001/2015 para a locação do imóvel, localizado na Rua Manoel Felipe da Silva, nº 257, Bairro Centro, para a instalação da Fundação Municipal de Cultura.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
CONTRATADA: FERNANDO SCHEFFLER
VALOR DE SUPRESSÃO: R\$ 1.969,23 (Hum mil novecentos e sessenta e nove reais e vinte e três centavos).
DATA DA ASSINATURA: 15/09/2015

Porto Belo, 15 de Setembro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 001/2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 001/2015 – PMPB
OBJETO: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do contrato nº001/2015 PMPB de locação do imóvel, localizado na Rua Irineu José Moreira, nº 337, Bairro Centro, neste Município, para o funcionamento da Secretaria de Pesca do Município de Porto Belo.
CONTRATANTE/LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA/LOCADORA: JOÃO OLIDES DEDIN
DATA DA ASSINATURA: 04/09/2015

Porto Belo, 04 de Setembro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 002/2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 002/2015 – PMPB
OBJETO: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do contrato nº002/2015 PMPB de locação do imóvel, localizado na Rua Irineu José Moreira, nº 337, medindo 50m², Bairro Centro, neste Município, para o funcionamento da Epagri, para a prestação de serviços de assistência técnica.

CONTRATANTE/LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATADA/LOCADORA: JOÃO OLIDES DEDIN
DATA DA ASSINATURA: 04/09/2015

Porto Belo, 04 de Setembro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 013/2014 – PMPB– 7º TERMO ADITIVO
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o prazo de vigência ao Contrato nº 013/2014 referente a contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica, passeios públicos, sinalizações e drenagem pluvial, com extensão de 1.040m, localizado no trecho da estrada Santa Luzia do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital Tomada de Preço 001/2014 – PMPB.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATADA: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias
DATA DA ASSINATURA: 24/08/2015

Porto Belo, 24 de Agosto de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

ERRATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO 007/2015 - AMASPU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

ERRATA REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 007/2015 - AMASPU
PREGÃO ELETRÔNICO 003/2015

No extrato de Edital anteriormente citado, publicado na página 312, da edição 1819, do dia 02 de setembro de 2015 do Diário Oficial dos Municípios.

onde lê – se “[...] Extrato de Edital de Pregão Presencial 004/2015 - AMASPU[...]”,

leia – se “[...]Extrato de Edital de Pregão Presencial 003/2015 - AMASPU [...]”,

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 22 de setembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 017/2015 - FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 019/2015- FUNREBOM

Extrato de Edital de Pregão Presencial 017/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de equipamentos de informática e smartphones destinado para integração do aplicativo Firecast. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 14 de outubro de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de setembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 042/2015 - SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 066/2015- Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Edital de Pregão Presencial 042/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de material de expediente destinado para uso nas Unidades de Saúde de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 13 de outubro de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de setembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 009/2015 - SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 064/2015 – Fundo Municipal de Saúde

Retificação do Edital de Pregão Eletrônico 009/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve retificação dos itens constantes do objeto do Edital do Processo Licitatório supracitado. A data limite para apresentação das propostas passa a ser até às 13h30min do dia 08 de outubro de 2015, no site “www.cidadecompras.com.br”, com início da sessão pública às 14h00min no mesmo dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de setembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ANTONIO OLMIRO AVILLA CARPES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 332/2015, firmado em 30/07/2015, com término previsto para 02/09/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIO OLMIRO AVILLA CARPES, portador(a) do CPF nº 501.353.410-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 332/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 332/2015, iniciando-se a prorrogação em 03/09/2015 e encerrando-se em 23/09/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/09/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANTONIO OLMIRO AVILLA CARPES
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CASSIO MORAES DE OLIVEIRA - 3º TERMO ADITIVO

º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 358/2014, firmado em 30/10/2014, com término previsto para 03/09/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CASSIO MORAES DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 977.293.530-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 358/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 358/2014, iniciando-se a prorrogação em 04/09/2015 e encerrando-se em 23/09/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/09/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CASSIO MORAES DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DECRETO Nº 4010, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4910, de 22 de setembro de 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14
DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 141.419,52 (cento e quarenta e um mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), por conta da tendência de excesso de arrecadação referente ao repasse do Fundo Estadual de Assistência Social, as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul.

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.05	BENEFÍCIOS EVENTUAIS ESTADO		
2.116	Proteção Especial de Média Complexidade Estadual		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01615550	Transferência de Convênios – Estado – Assistência Social	R\$	54.743,04
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01615550	Transferência de Convênios – Estado – Assistência Social	R\$	86.676,48
	TOTAL	R\$	141.419,52

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

22 de setembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4906, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4906, de 17 de setembro de 2015.

"ALTERA O DECRETO Nº 4657, DE 16 DE ABRIL DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA CONTENÇÃO DE GASTOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º - Fica alterado o inciso V, do Art. 2º do Decreto n. 4657 de 16 de abril de 2015, passando a vigorar a seguinte redação:

"Art. 2º - (...)

V - Ficam limitados os pagamentos de licenças-prêmio em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais, por ordem de entrada dos pedidos via protocolo. Excepcionalmente, além do limite determinado, poderá ser concedida mais uma licença-prêmio por mês, para o servidor que comprovar despesas decorrentes de tratamento de saúde ou de doença em pessoa da família, sendo esta última em conformidade com o Art. 146 da Lei Complementar n. 207/2010, respeitando-se a ordem de prioridade conforme gravidade do caso, mediante parecer de Assistente Social do Departamento de Recursos Humanos."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto n. 4853, de 12 de agosto de 2015.

GABINETE DO PREFEITO.

17 de setembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LUCIMARA PESSOA - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 59/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 01/09/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIMARA PESSOA, portador(a) do CPF nº 057.293.219-70, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 59/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 59/2015, iniciando-se a prorrogação em 02/09/2015 e encerrando-se em 18/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/08/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LUCIMARA PESSOA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MYRIAN HOLLER KNAESEL - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 136/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 21/09/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MYRIAN HOLLER KNAESEL, portador(a) do CPF nº 936.166.949-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 136/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 136/2015, iniciando-se a prorrogação em 22/09/2015 e encerrando-se em 23/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/09/2015. GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MYRIAN HOLLER KNAESEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PORTARIA Nº 0720/RH

PORTARIA N. 0720/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando SMA/GAB Nº 023/2015, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 012/2015, a fim de apurar os fatos relatados no documento supracitado, envolvendo a empregada pública Glória Beatriz Borges Matucheski.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0116/RH, de 20 de fevereiro de 2015, publicada em 26 de fevereiro de 2015 para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de setembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0721/RH

PORTARIA N. 0721/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando DEPTO. DE PATRIMÔNIO Nº 132/2015, do Departamento de Patrimônio, e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 013/2015, a fim de apurar o desaparecimento de aparelho GPS do veículo placas MCY 9654, da Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0116/RH, de 20 de fevereiro de 2015, publicada em 26 de fevereiro de 2015 para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de setembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0731/2015

PORTARIA N.0731/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º. Exonera a pedido, a partir de 14/09/2015, o servidor LEIRSON FARIAS PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR SERVICOS GERAIS MASCULINO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de setembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ipm

ROBERTA VANDRESEN - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 293/2015, firmado em 01/06/2015, com término previsto para 21/09/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROBERTA VANDRESEN, portador(a) do CPF nº 074.760.649-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 293/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 293/2015, iniciando-se a prorrogação em 22/09/2015 e encerrando-se em 20/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/09/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROBERTA VANDRESEN
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - LUIS RICARDO DE LIMA
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) LUIS RICARDO DE LIMA, nomeado (a) pela Portaria n. 0586/RH, de 04/08/2015, publicada no DOM na data de 13/08/2015, para exercer o cargo efetivo de Professor – Informática, Nível II, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores. Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 22/09/2015. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 21 de setembro de 2015.
Assinatura do (a) Empossado (a)
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 823/2015 - HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO PR Nº 9/2015**

RESOLUÇÃO No 823, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Homologa resultado do Processo Licitatório nº 14/2015, representado pelo Pregão Presencial nº 09/2015.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/10.

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 14/2015, representado pelo Pregão Presencial nº 09/2015, vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, bem como por não haver qualquer recurso pendente.

Art. 2º Para que a homologação procedida produza seus jurídicos e legais efeitos e de acordo com o que consta do presente Pregão Presencial, efetuamos a ADJUDICAÇÃO ao licitante vencedor constante do Contrato, autorizando desde já a contratação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 23 de setembro de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

=====

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 084/2015

DECRETO Nº 084/2015 - DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.022 – MAN. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 11

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.022 – MAN. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 7

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 16 de Setembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 035, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Lei Complementar nº 035, de 23 de setembro de 2015.

Regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, e ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso – IPRESVEL.

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Salto Veloso aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Artigo 1º. O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos - RPPS, ocupantes de cargo de provimento efetivo do Município de Salto Veloso, compreendido o Poder Executivo, em sua Administração Direta e Indireta e o Poder Legislativo, de caráter contributivo, em cumprimento às determinações constantes no art. 40 da Constituição da República.

Parágrafo Único - O RPPS tem por finalidade máxima assegurar aos seus beneficiários os meios imprescindíveis de manutenção por motivo de incapacidade, idade, tempo de contribuição e falecimento.

Artigo 2º. O RPPS rege-se pelos seguintes princípios:

I - fundamentação em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial;

II - equidade na forma de participação no custeio;

III - caráter democrático da administração, com participação de representantes da Administração Pública e dos servidores, ativos e inativos, nos órgãos colegiados;

IV - sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.

V - impossibilidade de concessão de benefícios que não estejam previstos no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, salvo disposição em contrário da Constituição da República;

VI - valor dos benefícios não inferior ao do salário-mínimo;

VII - pleno acesso dos beneficiários às informações relativas à gestão do RPPS.

TÍTULO II DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Artigo 3º. O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso é uma entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno e detentor de autonomia financeira e administrativa.

Parágrafo único. O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Salto Veloso denominado pela sigla IPRESVEL tem por fim a administração do Regime Próprio de Previdência Social.

TÍTULO III DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CAPÍTULO I DOS BENEFICIÁRIOS

Artigo 4º. Os beneficiários do IPRESVEL classificam-se como segurados ou dependentes, nos termos das Seções I e III deste Capítulo.

Seção I Dos Segurados

Artigo 5º São segurados do Regime Próprio de Previdência Social definidos nesta Lei:

I - servidores públicos titulares de cargo efetivo dos órgãos do Poder Executivo, Administração Direta e Indireta e do Poder Legislativo; e

II - aposentados nos cargos efetivos citados no inciso I.

§ 1º O segurado inativo que vier a ocupar cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, ou emprego público, ou cargo ou função temporária deverá contribuir, obrigatoriamente, para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

§ 2º Ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º Permanece vinculado ao regime de que trata esta Lei, aquele que for:

I – cedido para outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ainda que o regime previdenciário destes permita a filiação em tal condição;

II – cedido à empresa pública ou sociedade de economia mista; e

III – afastado ou licenciado do cargo efetivo para:

- a) tratar de interesses particulares;
- b) o exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;
- c) desempenho de mandato classista;
- d) acompanhar cônjuge ou companheiro; ou
- e) qualquer espécie de licença sem remuneração.

§ 4º Ao servidor de que trata o § 5º, desde que não perceba remuneração, caberá manter a sua contribuição individual, bem como a contribuição do Município, para fins da contagem do respectivo tempo de contribuição.

§ 5º O recolhimento das contribuições, para o regime de que trata esta Lei, nas hipóteses elencadas nos incisos I, II e III do § 3º, correspondente à contribuição do Município e do servidor, é de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício.

Art. 6º Ao segurado que se ausentar da Administração Municipal, respeitando-se as condições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Salto Veloso para a concessão de licença ou afastamento, sem remuneração, é facultada a contribuição ao IPRESVEL, conforme disposto no art. 66 desta lei.

Seção II

Da perda da qualidade de segurado

Artigo 7º A perda da qualidade de segurado decorrerá:

I - para o segurado ativo, pela vacância do cargo público de provimento efetivo por:

- a) exoneração;
- b) demissão;
- c) posse em outro cargo efetivo inacumulável, nos termos do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República;
- d) falecimento.

II - para os segurados inativos por:

- a) sentença judicial transitada em julgado;
- b) falecimento.

Parágrafo Único. A perda da qualidade de segurado apenas ocorrerá após o devido trâmite administrativo, necessário para gerar a vacância do cargo de provimento efetivo na Administração Pública Municipal.

Artigo 8º A perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade, todavia não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que estes requisitos foram atendidos.

Parágrafo Único. Não será concedida pensão por morte aos dependentes do segurado que falecer após a perda desta qualidade, salvo se preenchidos os requisitos para obtenção de aposentadoria na forma do "caput" deste artigo.

Seção III

Dos dependentes

Artigo 9º São beneficiários do IPRESVEL, na condição de dependentes do segurado:

I - como dependentes de primeira classe:

- a) o(a) cônjuge;
- b) a pessoa separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia, observando-se como limite o mesmo percentual que lhe foi conferido judicialmente;
- c) o(a) companheiro(a) que comprove união estável como entidade familiar;

d) os filhos, não emancipados e menores de 18 (dezoito) anos de idade ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez e a dependência econômica.

II - como dependentes de segunda categoria:

- a) os pais que comprovarem dependência econômica do servidor.
- b) o irmão órfão, não emancipado e até atingir a maioridade civil, e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovar a dependência econômica do servidor.

Parágrafo Único. Aos dependentes dos servidores do Município de Salto Veloso, que foram concedidos proventos de pensão por morte antes da edição desta Lei, será assegurada a continuidade do recebimento pelo Tesouro Municipal até a extinção desta prestação.

Parágrafo Único. A dependência para fins de pensão por morte aos filhos do segurado que comprovem estar regularmente matriculados em instituição de ensino superior será mantida até os 21 anos.

Artigo 10. Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que mantenha união estável com o segurado ou segurada, como entidade familiar.

§ 1º Os dependentes de uma mesma categoria concorrem em igualdade de condições.

§ 2º A existência de dependente de primeira categoria exclui do direito às prestações aos da segunda categoria.

§ 3º Entende-se por união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando ambos forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, enquanto conviverem.

Artigo 11. O menor que esteja sob a tutela do segurado, não possuindo bens ou rendas suficientes para o próprio sustento ou educação, será equiparado aos filhos, desde que seja comprovada a dependência econômica, na forma estabelecida em Regulamento.

Parágrafo Único. Ainda que atendidas as exigências do caput deste artigo, o menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação do Termo de Tutela.

Seção IV Da perda da qualidade de dependente

Artigo 12. A perda da qualidade de dependente ocorre:

I - para o(a) cônjuge:

- a) pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;
- b) pela separação de fato, se não comprovada a dependência econômica;
- c) pela anulação do casamento;
- d) pelo óbito;
- e) por sentença judicial transitada em julgado.

II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos.

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, salvo se inválidos:

- a) ao completarem a maioridade civil;
- b) pela emancipação.

Parágrafo Único. Para os dependentes em geral, ocorre a perda dessa qualidade:

- a) pela cessação da invalidez;
- b) por ordem judicial;
- c) pela renúncia expressa;
- d) pela cessação da dependência econômica;
- e) pelo falecimento.

Seção V Da filiação ao IPRESVEL

Artigo 13. Filiação é o vínculo que se estabelece entre os segurados, e dependentes e o IPRESVEL, do qual decorrem direitos e obrigações.

§ 1º. A filiação dos segurados ao IPRESVEL decorre, automaticamente, da investidura em cargo de provimento efetivo no Município de Salto Veloso, incluídas suas autarquias e o Poder Legislativo, e se consolida com o pagamento das contribuições.

§ 2º. O segurado que for investido em cargos de provimento efetivo que possam ser acumuláveis será, obrigatoriamente, filiado em relação a cada um deles.

§ 3º. A filiação dos dependentes ao IPRESVEL decorre da filiação dos segurados e se consolida através de suas contribuições.

Seção VI Da inscrição no IPRESVEL

Artigo 14. Considera-se inscrição o ato administrativo através do qual o segurado e os dependentes são cadastrados no IPRESVEL, mediante a comprovação de dados pessoais e outros elementos necessários e úteis às suas caracterizações, observando-se a contemporaneidade de tais atos.

§ 1º. Em caso de óbito do segurado no período compreendido entre a investidura no cargo de provimento efetivo e o início do exercício de suas funções será vedada sua inscrição "post mortem", decorrendo o direito de seus dependentes de sua filiação.

Artigo 15. Os dependentes serão inscritos mediante a remessa pelo segurado dos documentos, a serem descritos no Regulamento, que comprovem tal condição ao IPRESVEL.

§ 1º. O fato superveniente que importe em exclusão ou inclusão de dependentes do segurado-ativo deve ser comunicado ao IPRESVEL, por ato de ofício da área de Recursos Humanos, com as provas cabíveis, nos termos do Regulamento.

§ 2º. O segurado-inativo deverá comunicar ao IPRESVEL qualquer fato superveniente que importe em exclusão ou inclusão de dependentes, com as provas cabíveis, nos termos do Regulamento.

§ 3º. Para comprovação da dependência econômica, serão exigidos documentos pessoais e contemporâneos conforme dispuser o Regulamento.

§ 4º. O(a) segurado(a) casado(a) não poderá realizar a inscrição de companheira (o).

§ 5º. O segurado que indicar a inscrição dos pais ou irmãos, deverá comprovar a inexistência de dependentes preferenciais, mediante declaração firmada perante o IPRESVEL.

§ 6º. Os dependentes excluídos de tal condição em razão desta Lei têm suas inscrições tornadas nulas de pleno direito.

§ 7º. Ocorrendo o falecimento do segurado, sem que tenha sido feita a inscrição do dependente, cabe a este promovê-la, através da instauração de processo administrativo a ser definido no Regulamento.

CAPÍTULO II DAS PRESTAÇÕES EM GERAL

Artigo 16. O RPPS compreende as seguintes prestações, expressas em benefícios:

I - quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por tempo de contribuição;
- b) aposentadoria por idade;
- c) aposentadoria compulsória;
- d) aposentadoria por invalidez;
- e) aposentadoria especial;

II - quanto ao dependente: pensão por morte.

Seção I Das regras para concessão dos benefícios

Artigo 17. A concessão dos benefícios dar-se-á através da aplicação das seguintes regras:

I - regras de transição;

II - regras permanentes.

Parágrafo Único. Aos segurados e dependentes que implementaram todas as condições para concessão de qualquer benefício até 19 de dezembro de 2003, nos termos da legislação então em vigor, fica assegurado o exercício do direito adquirido, a qualquer tempo, sob a aplicação daquelas regras.

Artigo 18. As regras de transição estabelecidas nesta Lei são as condições determinadas pela Constituição da República para os segurados que tenham ingressado, regularmente, em cargo efetivo na Administração Pública, federal, estadual ou municipal até 19.12.2003 e não completaram os requisitos necessários à obtenção dos benefícios até essa data.

Artigo 19. As regras permanentes são condições obrigatórias estabelecidas para os segurados que ingressaram na Administração Pública, federal, estadual ou municipal após 19.12.2003.

Parágrafo Único. Ao segurado que implementou todas as condições para o gozo de qualquer prestação previdenciária nos termos do §1º do art. 17 e 18 desta Lei, fica facultada a opção pela aplicação das regras de transição ou das regras permanentes.

Seção II

Da aposentadoria por tempo de contribuição – regra permanente e de transição

Artigo 20. Aplicando-se as regras permanentes definidas no art. 19 desta Lei, a aposentadoria por tempo de contribuição com proventos integrais, equivalente a 100% (cem por cento) da remuneração de contribuição definida no art. 66, poderá ser concedida quando o segurado implementar, cumulativamente, as seguintes condições:

I - possuir 60 anos ou mais de idade, se homem;

II - possuir 55 anos ou mais de idade, se mulher;

III - contar com, no mínimo, 35 anos de tempo de contribuição, se homem;

IV - contar com, no mínimo, 30 anos de tempo de contribuição, se mulher;

V - tiver 5 anos, ou mais, de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

VI - tiver 10 anos, no mínimo, de efetivo exercício no serviço público.

§1º. O segurado que tendo preenchido todas as condições previstas neste artigo, mas não tenha 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria, poderá aposentar-se com a remuneração do cargo efetivo anteriormente ocupado, desde que o tenha ocupado pelo tempo mínimo de 5 anos.

§2º. O tempo de efetivo exercício no serviço público, federal, estadual e municipal estabelecido no inciso VI deste artigo poderá ser descontinuado e será computado na forma da lei.

§3º. Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em 5 anos, em relação ao disposto nos incisos I a IV deste artigo, para o segurado ativo professor que comprove,

exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, definidas no art. 46 desta Lei.

Art. 21 É assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, §§ 3º e 17, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data da publicação da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso. § 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40, 1º, III, a, e § 5º da Constituição Federal, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º O professor Municipal, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 3º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas, no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.

§ 4º Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no art. 40, § 8º da Constituição Federal.

§ 5º. Os proventos de aposentadoria dos servidores públicos municipais e as pensões dos seus dependentes, em fruição no dia 19 de dezembro de 2003, serão revistos na mesma data e nos mesmos índices da revisão geral anual concedida aos servidores públicos ativos.

Seção IV

Da aposentadoria por idade

Artigo 22. A aposentadoria por idade é ato voluntário do segurado e consiste em proventos cujo valor será proporcional ao tempo de contribuição e poderá ser concedida quando o segurado implementar, cumulativamente, as seguintes condições:

I - possuir 65 anos idade, se homem;

II - possuir 60 anos de idade, se mulher;

III - estar 5 anos no efetivo exercício do cargo de provimento efetivo em que se dará a aposentadoria.

IV- ter 10 anos de efetivo exercício no serviço público.

§ 1º. O cômputo de tempo de contribuição para efeitos de cálculo dos proventos, obedecerá o disposto na Seção IX deste Capítulo.

§ 2º. O valor desse benefício corresponderá a tantos 35 avos da remuneração-de-contribuição referida no art. 66, se homem, e tantos 30 avos, se mulher, quantos forem os grupos de 12 meses completos de contribuição.

§3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, preenchidos os requisitos desta sessão, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201 da Constituição Federal, na forma da lei.

§4º Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§5º. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Seção V

Da Aposentadoria Compulsória

Artigo 23. A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato - com vigência a partir do dia imediato àquele em que o segurado atingir a idade-limite de permanência no serviço público - e consistirá em proventos cujo valor será proporcional ao tempo de contribuição.

§1º. Considera-se idade limite para a permanência no serviço público os 70 anos, nos termos do inciso II do art. 40 da Constituição da República.

§2º. O cômputo de tempo de contribuição ou de serviço, para efeitos de cálculo dos proventos, obedecerá o disposto na Seção IX deste Capítulo.

§3º. O valor desse benefício corresponderá a tantos 35 avos da remuneração-de-contribuição referida no art. 66, se homem, e tantos 30 avos, se mulher, quantos forem os grupos de 12 meses completos de contribuição.

Artigo 24. Qualquer que seja a situação do segurado ao completar 70 anos de idade, ocorrerá obrigatoriamente a sua aposentadoria.

Seção VI

Da aposentadoria por invalidez

Artigo 25. A aposentadoria por invalidez será concedida ao segurado que for considerado incapacitado total e definitivamente para executar qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Salto Veloso e consistirá em proventos cujo valor será calculado na forma estabelecida nesta Seção.

Parágrafo Único. A aposentadoria por invalidez será sempre precedida de licença para tratamento de saúde ou licença por acidente em serviço, ambas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, por um período não superior a 24 (vinte e quatro meses), observando-se ainda, os procedimentos preliminares definidos no Regulamento.

Artigo 26. A incapacidade que ensejará a aposentadoria por invalidez poderá ser decorrente de:

I - acometimento das seguintes doenças ou afecções, especificadas

pelos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência ou outro fator que confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondilartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida – AIDS, ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada, entre outras doenças graves, contagiosas ou incuráveis, especificadas em lei federal;

II - acidente em serviço ou moléstia profissional;

III - acidente de qualquer natureza ou causa.

§1º. Entende-se como acidente em serviço, aquele que ocorre pelo desenvolvimento de atividades a serviço da Administração Municipal, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução permanente da capacidade para o desenvolvimento de suas funções.

§2º. Consideram-se moléstias profissionais as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelos Ministérios do Trabalho e da Previdência e Assistência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I, não sendo consideradas as seguintes:

a) a doença degenerativa;

b) a inerente a grupo etário;

c) a que não produza incapacidade laborativa;

§3º. Entende-se como acidente de qualquer natureza ou causa aquele de origem traumática e por exposição a agentes exógenos (físicos, químicos e biológicos), que acarrete lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, a perda ou a redução permanente da capacidade laborativa.

Artigo 27. Os proventos de aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição para os casos previstos no inciso III do art. 26 e integral nos demais casos.

§1º. O cômputo de tempo de contribuição ou de serviço, para efeitos de cálculo dos proventos, obedecerá o disposto na Seção IX deste Capítulo.

§2º. No caso de proventos proporcionais, o valor corresponderá a tantos 35 avos da remuneração-de-contribuição referida no art. 66, se homem, e tantos 30 avos, se mulher, quantos forem os grupos de 12 meses completos de contribuição.

§3º Para os casos de proventos de aposentadoria integral, por ocasião da sua concessão, no cálculo do valor, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

§4º. A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao IPRESVEL não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de

progressão ou agravamento dessa doença ou lesão, a serem devidamente atestados pela perícia médica do Instituto.

Artigo 28. A concessão da aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial a cargo do IPRESVEL, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança e vigorará a partir da publicação do Decreto ou Portaria de vacância por aposentadoria.

Parágrafo Único. Caso o prazo da licença estipulado no parágrafo único, do art. 26 desta Lei expire antes da concessão da aposentadoria, este será considerado como prorrogação da licença.

Artigo 29. Os procedimentos preliminares necessários a instauração do processo administrativo de concessão da aposentadoria por invalidez permanente serão determinados no Regulamento, inclusive os atinentes a constituição do laudo circunstanciado da perícia médica do IPRESVEL.

Artigo 30. A invalidez para o cargo público não pressupõe e nem se confunde com a invalidez para o serviço público.

Artigo 31. O segurado aposentado por invalidez está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico, pelos menos bianualmente, a critério e a cargo do IPRESVEL.

§1º. Caso o segurado aposentado por invalidez se julgar apto para retornar à atividade, este deverá solicitar a realização de nova avaliação médico pericial, para fins de reversão.

§2º. Se a perícia médica do IPRESVEL concluir pela recuperação da capacidade laborativa, total ou parcial, para o serviço público, o servidor será encaminhado de ofício ao Setor de Recursos Humanos para o devido processo de reversão.

§3º. O segurado que retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo poderá, a qualquer tempo, requerer novo benefício.

Seção VII

Da aposentadoria especial

Artigo 32. No caso do segurado exercer atividades, exclusivamente, sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, será concedida aposentadoria especial, cuja definição ainda será objeto de Lei Complementar específica, nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição da República.

Do Cálculo dos Benefícios Previdenciários

Art. 33. No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor ao regime de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho/94 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º - As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral de previdência social.

§ 2º - Na hipótese da não-instituição de contribuição para o regime próprio durante o período referido no caput, considerar-se-á, como base de cálculo dos proventos, a remuneração do servidor no cargo efetivo no mesmo período.

§ 3º - Os valores das remunerações a serem utilizadas no caput de que trata este artigo, serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.

§ 4º - A aposentadoria se dará com proventos integrais, considerada a média aritmética simples de que trata o caput deste artigo, no caso de aposentadoria voluntária pelo completamento da idade e do tempo de contribuição, assim como, na aposentadoria por invalidez permanente decorrente de acidente em serviço, doença profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, para o servidor que tenha ingressado no serviço público após 19 de dezembro de 2003.

§ 5º - Nas hipóteses de aposentadoria voluntária concedida por implemento de idade, de aposentadoria compulsória, e de aposentadoria por invalidez permanente do servidor que tenha ingressado no serviço público antes de 19 de dezembro de 2003, os proventos serão calculados proporcionalmente ao tempo de contribuição do segurado, em face do tempo exigido para a aposentadoria voluntária, calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria.

Seção VIII

Da pensão por morte

Artigo 34. Por morte do segurado, os dependentes fazem jus ao recebimento de proventos de pensão, da seguinte forma:

I - em caráter definitivo, a partir da data do falecimento;

II - em caráter provisório, por morte presumida, a partir das datas estabelecidas nas alíneas "a" e "b" do § 1º deste artigo.

§1º. A pensão poderá ser concedida, em caráter provisório:

a) mediante sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária, a contar da data de sua emissão;

b) em caso de desaparecimento do segurado por motivo de catástrofe, acidente ou desastre, a contar da data da ocorrência, mediante prova hábil.

§2º. Após decorridos 5 anos de ausência ou desaparecimento, a pensão será transformada em definitiva, desde que apresentada a competente sentença declaratória.

§3º. Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessa imediatamente, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé de qualquer dos beneficiários.

Artigo 35. A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente somente produzirá efeito a contar da data da habilitação.

Artigo 36. A pensão por morte somente será devida ao dependente inválido se for comprovada pela perícia médica do IPRESVEL a existência de invalidez na data do óbito do segurado.

§1º. O dependente inválido recebedor de pensão por morte está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo do IPRESVEL.

§2º. O dependente menor de idade que se invalidar antes de completar a maioridade civil deverá ser submetido a exame médico pericial, a cargo do IPRESVEL, não se extinguindo a respectiva cota se confirmada a invalidez.

Artigo 37. Não terá direito à pensão por morte o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado o óbito do segurado.

§1º. Até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, o dependente indicado no "caput" deste artigo receberá a parcela da pensão por morte que fizer jus através do depósito que será realizado em juízo e cuja liberação se dará após sua absolvição.

§2º. Uma vez condenado o dependente as parcelas depositadas em juízo serão liberadas e revertidas para os demais dependentes.

§3º. Caso não haja dependentes para reverter às parcelas depositadas em juízo, estas serão incorporadas ao patrimônio do IPRESVEL.

Artigo 38. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos, em partes iguais.

Parágrafo Único. Reverterá em favor dos demais dependentes a parte daquele cujo direito à pensão cessar.

Artigo 39. O pagamento da quota individual da pensão por morte cessará:

I - pela morte do dependente;

II - para o dependente menor de idade, pela emancipação ou ao completar vinte e um anos, salvo se for inválido;

III - para o dependente inválido, pela cessação da invalidez, verificada em exame médico pericial a cargo do IPRESVEL.

Parágrafo Único. Com a extinção da cota do último pensionista, a pensão por morte será encerrada.

Art. 40 Aos dependentes dos servidores titulares de cargo efetivo e dos aposentados de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, falecidos a partir da data de publicação da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, será concedido o benefício de pensão por morte, que será igual:

I - à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite; ou

II - à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor das pensões o limite previsto no art. 40, § 2º, da Constituição Federal.

Seção IX Do tempo de contribuição

Artigo 41. Considera-se tempo de contribuição o tempo em que o segurado desenvolveu atividades públicas ou privadas, contado de data a data, desde o início até a data da rescisão, publicação do decreto ou portaria de vacância do cargo de provimento efetivo por aposentadoria ou óbito ou do desligamento das atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, descontados os períodos seguintes:

I - na Administração Pública, todo e qualquer tipo de afastamento sem auferimento de vencimentos, salvo se forem realizadas contribuições ao regime próprio de previdência ou existirem contribuições obrigatórias legalmente previstas durante este período;

II - na atividade privada, os períodos legalmente estabelecidos como de suspensão e interrupção de contrato de trabalho, anotados na CTPS, salvo se caracterizada a contribuição ao Regime Geral de Previdência Social na condição de segurado facultativo.

Artigo 42. O tempo de serviço considerado pela legislação municipal para efeito de aposentadoria, cumprido até 01 de março de 2000, será contado como tempo de contribuição, sendo vedada qualquer forma de contagem de tempo fictício de contribuição.

§1º. O tempo de contribuição ou de serviço será contado conforme as seguintes normas:

I - não será admitida a contagem de tempos fictícios, em dobro ou em condições especiais;

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III - não será contado pelo RPPS o tempo de serviço ou de contribuição utilizado por outro regime para a concessão de qualquer prestação previdenciária.

§2º. O segurado que completou os requisitos para se aposentar até 16/12/98, contando tempos fictícios previstos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, continuará gozando desse direito a qualquer tempo que requeira a aposentadoria.

Artigo 43. Se a soma dos tempos de contribuição ou de serviço dos segurados ultrapassar 30 anos, se mulher, e 35 anos, se homem, o excesso não será considerado para qualquer efeito.

§1º. Para fins de aposentadoria, a apuração do tempo de serviço ou de contribuição será feita em dias, que serão convertidos em anos.

§2º. O ano, para efeito desta Lei, será considerado de 365 dias, não sendo permitida qualquer forma de arredondamento.

Artigo 44. Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca de tempo de contribuição na Administração Pública - federal, do Distrito Federal, estadual e municipal - e na atividade privada, hipótese em que os regimes previdenciários se compensarão financeiramente, segundo os critérios estabelecidos na Lei Federal nº 9.796, de 05/05/99, e suas posteriores regulamentações.

Artigo 45. A prova de tempo de serviço com o objetivo de ser considerado tempo de contribuição, na forma do art. 42, será feita mediante a apresentação de documentos contemporâneos e pessoais que comprovem o exercício de atividade nos períodos a serem contados, nos termos do Regulamento.

Artigo 46. O tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio é aquele desenvolvido, pelo segurado ativo, ocupante do cargo de provimento efetivo de professor, exclusivamente em sala de aula ou no exercício das funções de direção, coordenação ou assessoramento, junto à instituição de ensino.

Seção X Das regras gerais sobre as prestações

Artigo 47. É vedada a percepção simultânea de proventos de

aposentadoria decorrentes do inciso I, alíneas "a" a "e" do art. 16 desta Lei ou dos artigos 42 e 142 da Constituição da República, com a remuneração de cargo, emprego ou função pública.

Parágrafo Único. São ressalvados da aplicação do "caput" deste artigo os cargos acumuláveis na forma da Constituição da República, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Artigo 48. A remuneração de contribuição, definida no art. 66 desta Lei, a ser considerada para cálculo dos benefícios será referente ao mês imediatamente anterior ao da concessão do benefício, com as atualizações devidas até a data da vacância do cargo.

Parágrafo Único. O valor inicial do benefício não poderá exceder à remuneração do respectivo segurado, no cargo efetivo em que se deu ou serviu de referência para a concessão desse benefício.

Artigo 49. Observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição da República, o valor do benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Parágrafo Único. Aos aposentados e pensionistas com direito à paridade, serão estendidos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu ou serviu de referência para concessão do benefício, na forma desta Lei, excetuando-se:

I - as vantagens decorrentes de reclassificação ou transformação de cargos que implique mudança de sua natureza, aumento de grau de exigência quanto à instrução ou complexidade de atribuições;

II - o aumento do vencimento individual decorrente de progressão funcional de segurado, na condição de ativo de acordo com lei específica.

Artigo 50. Aplica-se o limite fixado no inciso XI do art. 37 da Constituição da República, à soma total da remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito e o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

Artigo 51. Será devido aos segurados e dependentes, que tenham recebido aposentadorias e pensões por morte, a título de abono anual, uma décima-terceira parcela de proventos, que terá por base o valor da prestação previdenciária referente ao mês de dezembro de cada ano e consistirá em pagamento de valor igual a tantos 12 (doze) avos quantos forem os meses de vigência do benefício no mesmo ano.

Artigo 52. Será fornecido ao beneficiário, segurado inativo e dependentes, demonstrativo das importâncias pagas, discriminando-se o valor dos proventos, as diferenças eventualmente pagas, com o

período a que se referem, e os descontos efetuados.

Artigo 53. O valor dos proventos não recebido em vida pelo segurado somente será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento e serão caracterizados como resíduo de benefício.

Artigo 54. Os benefícios sempre serão devidos em moeda corrente nacional e serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente.

§1º. Os benefícios serão pagos mediante depósito em conta corrente ou mediante qualquer outra autorização de pagamento definida pelo IPRESVEL.

§2º. Os pagamentos dos benefícios de prestação continuada não poderão ser antecipados.

Artigo 55. Não é permitido o recebimento conjunto de mais de uma aposentadoria prevista neste Regime, salvo no caso daquelas decorrentes do provimento de cargos acumuláveis na forma da Constituição da República.

Artigo 56. Salvo nos casos de aposentadoria por invalidez, o retorno dos segurados inativos à atividade, não prejudica o recebimento de sua aposentadoria, que será mantida no seu valor integral, observando-se as determinações da Constituição da República em relação à acumulação de cargos.

Artigo 57. O pagamento das parcelas relativas a benefícios efetuados com atraso por responsabilidade do IPRESVEL ou das contribuições previdenciárias por parte do empregador ou empregado, será atualizado monetariamente pela variação mensal do INPC e a juros de 6%(seis por cento) ao ano até a data do efetivo pagamento, bem como incidirá multa de 10% (dez por cento).

Artigo 58. Havendo indício de irregularidade na concessão ou na manutenção de benefício, o IPRESVEL notificará o beneficiário para apresentar defesa, provas ou documentos que dispuser, de acordo com o procedimento administrativo a ser estabelecido no Regulamento.

Artigo 59. Os benefícios concedidos aos segurados e seus dependentes são inalienáveis, sendo nula de pleno direito a venda, a cessão ou a constituição de qualquer ônus, com exceção das seguintes:

I - contribuições devidas pelos beneficiários ao IPRESVEL;

II - pagamentos de benefícios além do devido;

III - imposto de renda na fonte;

IV - alimentos decorrentes de sentença judicial;

V - mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados, podendo ser repassado até o limite de 25% de seus proventos mensais, observado o disposto no parágrafo deste artigo.

Parágrafo Único. O desconto a que se refere o inciso V do "caput" deste artigo dependerá da conveniência do IPRESVEL.

TÍTULO IV DO CUSTEIO DO RPPS

CAPÍTULO I DO PLANO DE CUSTEIO

Artigo 60. O plano de custeio do RPPS será aprovado anualmente por lei, dela devendo constar obrigatoriamente o regime financeiro adotado e o respectivo cálculo atuarial.

Artigo 61. O custeio do plano será atendido pelas seguintes fontes de receitas:

I - contribuições mensais patronal;

II - contribuições mensais dos segurados ativos;

III - contribuições mensais dos segurados inativos;

IV - doações, subvenções, auxílios, legados e outras receitas eventuais;

V - receitas decorrentes de investimentos e aplicações patrimoniais;

VI - receitas decorrentes do ativo imobiliário;

VII - multas, juros e correção monetária decorrentes de contribuições recebidas em atraso;

VIII - receitas decorrentes da compensação financeira com outros regimes previdenciários;

IX - bens, direitos e ativos;

X - outros recursos consignados no orçamento do Município.

§ 1º. Os recursos financeiros do IPRESVEL serão aplicados diretamente ou por instituição financeira especializada, oficial ou privada, de modo assegurar-lhes segurança, rentabilidade, liquidez, solvabilidade e transparência.

§2º. As receitas financeiras do IPRESVEL serão depositadas em conta especial aberta e mantida em agência de estabelecimento, oficial ou privado, de crédito.

Artigo 62. Toda e qualquer contribuição vertida para o IPRESVEL deverá ser utilizada apenas para o pagamento de benefícios previdenciários, ressalvada a utilização dos recursos para o pagamento das despesas de manutenção, que será caracterizada como taxa de administração.

§1º A taxa de administração prevista no parágrafo primeiro é de dois pontos percentuais do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao IPRESVEL, relativamente ao exercício financeiro anterior.

§2º. Inclui-se no valor total da remuneração as parcelas recebidas a título de abono salarial.

Art. 63 A contribuição do Município, incluídas suas autarquias e fundações, é obrigatória e corresponderá a 22% (vinte e dois por cento) do valor global da folha de remuneração-de-contribuição dos segurados ativos, a ser realizada até o décimo dia do mês subsequente ao vencido.

§1º. A contribuição referida no "caput" deste artigo não poderá ultrapassar ao dobro da contribuição dos segurados.

§2º. O não recolhimento da contribuição ao IPRESVEL pelo ente patronal nas datas e condições previstas nesta Lei implicará na caracterização de inadimplência, gerando responsabilidade civil, administrativa e penal sobre quem a tenha dado causa.

§3º O Município é responsável pela cobertura de eventuais

insuficiências financeiras do Regime Próprio de Previdência Municipal decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, apurados de acordo com o estabelecido no cálculo atuarial anual.

Artigo 64. Para garantia dos recursos financeiros provenientes do Município, observada a finalidade prevista nessa Lei, o Chefe do Poder Executivo deverá autorizar o desconto na fonte da parcela das cotas recebidas a título do FPM – Fundo de Participação do Município.

Art. 65 A contribuição do servidor público ativo de qualquer dos Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do Regime Próprio de Previdência Social, será de 11% (onze por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição definida no art. 66.

§1º. A contribuição do segurado ativo filiado a mais de um cargo de provimento efetivo, nos casos de acumulação permitida pela Constituição da República, corresponderá ao produto da alíquota fixada no inciso I deste artigo sobre o somatório das respectivas remunerações de contribuição.

§2º. As alíquotas de contribuição dos segurados-inativos e dos dependentes em gozo de benefício não serão superiores às aplicadas aos segurados-ativos.

§3º. Incidirá contribuição sobre o Abono salarial referido no art. 51 desta Lei.

§4º. O segurado-ativo será informado das contribuições que verteu ao IPRESVEL, através de extrato anual de prestação de contas.

§5º. Não se permitirá a antecipação do pagamento das contribuições para fim de percepção de qualquer benefício.

§6º. A incidência das contribuições será realizada até o quinto dia útil do mês subsequente.

§7º. A incidência da contribuição sobre a remuneração correspondente às férias ocorrerá no mês em que elas se referirem, mesmo quando pagas antecipadamente.

§8º Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadoria e pensões concedidas por este regime que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargo efetivo.

§9º A contribuição prevista no caput deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o artigo 201 da Constituição Federal, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.

Artigo 66. Para efeito desta Lei, entende-se por remuneração de contribuição:

I - para o segurado-ativo, o valor do vencimento do cargo de provimento efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, dos adicionais de caráter individual, inclusive as relativas à natureza ou ao local de trabalho, caso estabelecida a sua incorporação aos proventos em lei municipal específica.

II - para o segurado inativo ou pensionistas, o valor dos proventos de aposentadoria ou da pensão, obedecendo ao disposto nos parágrafos 8º e 9º do artigo 65;

III - para os dependentes, o valor dos proventos de pensão por

morte, obedecendo ao disposto nos parágrafos 8º e 9º do artigo 65.

Parágrafo Único. A remuneração de contribuição não poderá, em hipótese alguma, ser inferior ao menor vencimento dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal dos Poderes do Município de Salto Veloso, excetuando-se a remuneração de contribuição incidente sobre os valores pagos a título de complemento de aposentadoria e pensões.

CAPÍTULO II DO PATRIMÔNIO

Artigo 67. O patrimônio do IPRESVEL é constituído das receitas apontadas no art. 61 desta Lei, não podendo ter aplicação diversa da estabelecida neste Capítulo, sendo nulos de pleno direito os atos que violarem este preceito.

§1º. O patrimônio deverá ser aplicado em planos que tenham em vista:

I - rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio;

II - garantia real de investimentos;

III - manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados;

IV - teor social das inversões.

§2º. O plano de aplicação do patrimônio, estruturado dentro das técnicas atuariais, integrará o plano de custeio.

§3º. A aplicação dos recursos deverá seguir as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§4º. É vedado, em relação aos recursos patrimoniais:

a) a sua utilização para empréstimos de qualquer natureza, inclusive ao Município, compreendido em sua Administração Direta e Indireta, seu Poder Legislativo e aos beneficiários;

b) a sua aplicação em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal;

c) a sua utilização para pagamento de prestações de assistência médica.

§5º. Os bens patrimoniais do IPRESVEL só poderão ser gravados ou alienados por proposta de seu Diretor, aprovada pelo Conselho Administrativo e de acordo com o plano de aplicação do patrimônio.

CAPÍTULO III DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Artigo 68. O passivo atuarial do IPRESVEL contera as seguintes contas:

I - reserva de riscos não expirados;

II - reserva de compromissos assumidos;

III - reserva de benefícios concedidos;

IV - reserva matemática de benefícios concedidos;

V - reserva matemática de benefícios a conceder;

VI - reserva a amortizar;

VII - fundo de oscilação de riscos;

VIII - fundo de contingência atuarial;

IX - fundo administrativo;

X - superávit ou déficit atuarial.

§1º. As reservas referidas nos incisos I e II, contabilmente controladas e atuarialmente calculadas, serão constituídas para os benefícios garantidos em regime financeiro de repartição simples.

§2º. A reserva referida no inciso III, contabilmente controlada e atuarialmente calculada, será constituída para os benefícios garantidos em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura, entendido como aquele que considera reservas técnicas correspondentes ao valor atual dos benefícios concedidos, líquidos de eventuais contribuições, considerando-se também em seu cálculo benefícios cujos direitos já foram adquiridos pelos beneficiários, embora não formalmente requeridos.

§3º. A reserva matemática de benefícios concedidos, contabilmente controlada e atuarialmente calculada, quantificará os valores atuais dos benefícios futuros garantidos no regime de capitalização dos segurados e dependentes já em gozo de benefícios, deduzidos os valores atuais de suas contribuições futuras.

§4º. A reserva matemática de benefícios a conceder, contabilmente controlada e atuarialmente calculada, quantificará, para todos os segurados-ativos, a diferença entre os valores atuais dos benefícios líquidos futuros garantidos no regime de capitalização e os valores atuais das receitas de contribuição dos segurados-ativos e do Município, incluídas sua Administração Direta e Indireta e do Poder Legislativo.

§5º. A reserva a amortizar consignará, a critério do atuário, as parcelas correspondentes a compromissos especiais, com gerações de beneficiários existentes na data de início do RPPS, sem que tenha havido a arrecadação correspondente de contribuições.

§6º. O fundo de contingência atuarial, contabilmente controlado, será constituído pelos valores patrimoniais que excederem as reservas, até o limite estabelecido em lei.

§7º. Fica autorizada a criação de um fundo administrativo, contabilmente controlado, previsto no orçamento do IPRESVEL, destinado à provisão de recursos para atendimento de despesas administrativas, até o limite estabelecido em lei.

§8º. O "superávit" atuarial ou o "déficit" atuarial, contabilmente controlado, mensurará o excedente ou a insuficiência de valores patrimoniais destinados à cobertura das reservas mencionadas nos incisos I a VI e dos fundos mencionados nos incisos VII a IX deste artigo.

Artigo 69. Devem ser observadas as seguintes normas gerais de contabilidade:

I - a escrituração deverá incluir todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do IPRESVEL e modifique ou possam vir a modificar seu patrimônio;

II - a escrituração deve obedecer às normas e princípios contábeis previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, e alterações posteriores;

III - a escrituração será feita de forma autônoma em relação às

contas do Município;

IV - o exercício contábil tem a duração de um ano civil;

V - o IPRESVEL deve elaborar, com base em sua escrituração contábil e na forma fixada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do seu patrimônio e as variações ocorridas no exercício, a saber:

a) balanço patrimonial;

b) demonstração do resultado do exercício;

c) demonstração financeira das origens das aplicações dos recursos;

d) demonstração analítica dos investimentos;

VI para atender aos procedimentos contábeis normalmente adotados em auditoria, o IPRESVEL deverá adotar registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de reavaliações dos investimentos, da evolução das reservas e da demonstração do resultado do exercício;

VII - as demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas e outros quadros demonstrativos, necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício;

VIII - os investimentos em imobilizações para uso ou renda devem ser corrigidos e depreciados pelos critérios adotados pelo Banco Central do Brasil;

IX - obrigatoriedade do registro contábil individualizado das contribuições do Município e dos beneficiários, observando-se as normas estipuladas no Regulamento;

X - realização da identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com os segurados-inativos e dependentes, bem como os encargos incidentes sobre os proventos de aposentadorias e pensões pagos;

XI - o balanço anual, com pareceres de atuária e de auditoria contábil, deverá ser publicado anualmente, observadas as normas estipuladas no Regulamento.

§1º. Deverá ser realizada auditoria contábil em cada balanço, por entidades regularmente inscritas no Banco Central do Brasil, observadas as normas estabelecidas por este banco.

§2º. As avaliações atuariais e auditorias contábeis referidas neste artigo deverão estar disponíveis para conhecimento e acompanhamento por parte do Ministério da Previdência e Assistência Social, até o dia 31 de março do ano subsequente a sua realização.

Artigo 70. Será garantido aos beneficiários do IPRESVEL o conhecimento de seu Demonstrativo Financeiro.

TÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO DO IPRESVEL

CAPÍTULO ÚNICO

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Artigo 71. A organização do IPRESVEL compor-se-á de:

I - Conselho Administrativo;

II - Conselho Fiscal,

III - Diretoria Executiva.

Artigo 72. O Conselho Administrativo será composto por 6 (seis) membros titulares, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo o Diretor Presidente, 2 (dois) membros indicados pelo Poder Executivo e 3 (três) eleitos, sendo um inativo, e seu respectivos suplentes.

§1º. Os membros do Conselho Administrativo deverão possuir a condição de servidores efetivos e terem implementado o estágio probatório.

§2º. O Diretor-Executivo do IPRESVEL é membro nato do Conselho, com direito a voto.

§3º. O Chefe do Poder Executivo indicará para a composição dos membros deste Conselho 2 (dois) servidores ativos ou inativos e igual número de suplentes.

§4º. Os 3 (três) conselheiros restantes serão eleitos, sendo 1 (um) membro inativo, por voto secreto e direto, pelos segurados ativos e inativos e seus respectivos suplentes, através do competente processo eleitoral previamente divulgado.

§5º. Respeitado o Regimento Eleitoral, bem como o "quorum" mínimo de votantes todos os segurados do IPRESVEL poderão candidatar-se.

§6º O mandato dos membros do Conselho Administrativo será de 04 (quatro) anos, permitida a recondução e a reeleição por tão somente igual período.

§7º. As reuniões do Conselho Administrativo apenas poderão ser promovidas com a presença mínima de 5 (cinco) de seus membros.

§8º. O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente mediante convocação do seu Presidente ou por solicitação de pelo menos 04 (quatro) de seus membros.

§9º. O Conselheiro que, sem justa motivação, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas durante o exercício, terá seu mandato declarado extinto.

§10º. As decisões do Conselho Administrativo serão promulgadas por Resolução.

Artigo 73. A Diretoria Executiva do IPRESVEL será composta por um Diretor Executivo, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, podendo para tanto receber função gratificada na forma da legislação vigente.

Artigo 74. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§1º. Os membros do Conselho Fiscal deverão possuir a condição de servidores efetivos e terem implementado o estágio probatório, sendo que além destas condições, 2/3 (dois terços) destes membros deverão possuir conhecimentos técnicos em administração ou contabilidade.

§2º. O Chefe do Poder Executivo indicará para composição do Conselho Fiscal 01 (um) membro e seu suplente, dentre os segurados e inativos do IPRESVEL.

§3º. Os demais conselheiros serão eleitos, sendo 01 (um) ativo e 01 (um) inativo, dentre os segurados ativos ou inativos, por voto

secreto e direto, pelos segurados ativos e inativos, através do competente processo eleitoral previamente divulgado, bem como os respectivos suplentes.

§4º O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 04 (quatro) anos, permitida a recondução e a reeleição por tão somente igual período.

§5º. As reuniões do Conselho Fiscal serão obrigatoriamente promovidas mensalmente e apenas poderão ser realizadas com a presença de todos os conselheiros.

Seção I Das competências

Artigo 75. Compete ao Conselho Administrativo:

- I - eleger o seu presidente, Vice-Presidente e Secretário;
- II - estabelecer as diretrizes gerais da política de gestão do Instituto;
- III - aprovar os planos de aplicações financeiras dos recursos do Instituto, após apreciação do Comitê de Investimentos, bem como de seu patrimônio;
- IV - elaborar e votar o Regimento Interno do Conselho;
- V - aprovar o orçamento do Instituto;
- VI - solicitar ao Executivo Municipal a abertura de créditos suplementares e especiais;
- VII - propor ao Executivo a instituição e/ou exclusão de benefícios;
- VIII - aprovar as Contas do Instituto, após análise do Conselho Fiscal;
- IX - promover a avaliação técnica e atuarial do Instituto;
- X - deliberar sobre a aceitabilidade de doações e legados com encargos;
- XI - autorizar despesas extraordinárias, propostas pela Diretoria Executiva;
- XII - fiscalizar os atos de gerenciamento do Diretor Executivo.

Artigo 76. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - eleger o seu presidente;
- II - examinar os balancetes mensais e as contas, emitindo parecer a respeito;
- III- pronunciar-se sobre despesas extraordinárias autorizadas pelo Conselho Administrativo.
- IV - propor ao Conselho Administrativo medidas que julgar convenientes.

Artigo 77. Compete ao Diretor Executivo:

- I - representar o Instituto, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- II - participar das reuniões do Conselho Deliberativo;
- III - movimentar as contas bancárias do Instituto;

IV - gerenciar os recursos humanos do Instituto;

V - autorizar licitações e contratações;

VI - prestar contas de sua administração;

VII - prestar informações solicitadas pelos órgãos competentes;

VIII - encaminhar ao órgão competente a proposta de orçamento.

IX - apresentar ao Conselho Administrativo e Fiscal, até o dia 31 de março, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior, bem como prestação de contas, enviando cópia do primeiro ao Executivo e ao Legislativo Municipal.

§1º. O Diretor Executivo poderá ser assistido em caráter permanente ou mediante serviços contratados por assessores incumbidos em colaborar e orientar na solução dos problemas técnicos, jurídicos e atuários do IPRESVEL.

§2º. Para melhor desenvolvimento das funções do IPRESVEL poderá ser feito desdobramento de órgãos por deliberação do Conselho Administrativo.

§3º. A emissão de cheques para pagamento de qualquer despesa do IPRESVEL deverá sempre conter as assinaturas do Diretor Executivo e do Tesoureiro.

CAPÍTULO II DO QUADRO DE PESSOAL

Artigo 78. Quando se fizerem necessários os servidores que constituirão o Quadro de Pessoal do IPRESVEL serão remunerados por este, sendo-lhes aplicado o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso e o Plano de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

§1º O Quadro de Pessoal do IPRESVEL será composto dos seguintes cargos:

- I – 01 (um) Diretor Executivo;
- II – 01(um) Assessor Jurídico;
- III – 01 (um) Contador;
- IV – 01 (um) Tesoureiro;
- V – 01 (um) Agente Administrativo.

§2º Os cargos descritos nos incisos II a V poderão ser substituídos pela contribuição de entidade ou órgão devidamente credenciados e habilitados para gerirem fundos de aposentadoria e pensões na forma da lei e através de contrato formal.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 79. O IPRESVEL gozará de todas as prerrogativas legais asseguradas à Administração Municipal de Salto Veloso, inclusive isenção de custas judiciais e emolumentos.

Artigo 80. A divulgação dos atos e decisões dos órgãos e autoridades do IPRESVEL tem como objetivo:

I - dar inequívoco conhecimento deles aos segurados e dependentes,

II - possibilitar seu conhecimento público;

III - produzir efeitos legais quanto aos direitos e obrigações deles derivados.

Parágrafo Único. O conhecimento das decisões, demais atos do IPRESVEL, inclusive, em síntese, o contrato, convênio, o credenciamento, os acordos celebrados e a sentença judicial que implique pagamento de benefícios, deve ser dado mediante publicação no Jornal do Município ou outro órgão de divulgação oficialmente reconhecido.

§1º. O IPRESVEL só pode cumprir ato ou decisão de publicação obrigatória em boletim de serviço depois de atendida essa formalidade.

§2º. O administrador que determina e o servidor que realiza pagamento sem observar o disposto neste artigo são civilmente responsáveis por ele, ficando sujeitos também às penalidades administrativas cabíveis.

Artigo 81. A tramitação e o procedimento dos atos administrativos para concessão de qualquer prestação serão objeto do Regulamento.

CAPÍTULO III

Dos Benefícios Previdenciários de Responsabilidade do Tesouro Municipal

Seção I Do Auxílio-Doença

Art. 82. O auxílio-doença, de responsabilidade do Município, será devido ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias consecutivos e consistirá no valor de sua remuneração.

§ 1º. O auxílio-doença será precedido de inspeção médica.

§ 2º. Findo o prazo do benefício, o segurado será submetido a nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação ou pela aposentaria por invalidez.

§ 3º. Incidirá contribuição durante o período de concessão do auxílio-doença.

§ 4º. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para o exercício do seu cargo ou de readaptação deverá ser aposentado.

Art. 83. O segurado afastado por auxílio doença abster-se-á de exercer qualquer atividade remunerada, ou mesmo gratuita, sob pena de cancelamento automático do benefício e perda total dos proventos percebidos durante o período laborado.

Seção II Do Salário-Família

Art. 84. O salário-família será devido ao servidor ativo ou ao aposentado, cuja remuneração ou proventos não ultrapassem o limite estipulado para a concessão do benefício pelo Regime Geral de Previdência Social, e será de responsabilidade do Tesouro Municipal, observadas as seguintes condições:

§ 1º. Consideram-se dependentes econômicos para efeitos de

percepção do salário-família, os filhos ou equipamentos de até quatorze anos de idade ou inválidos ou incapazes.

§ 2º. Quando pai e mãe forem segurados do Regime de que trata esta lei, ambos terão direito ao salário-família.

§ 3º. O valor do salário-família será o mesmo fixado para o Regime Geral de Previdência Social.

§ 4º. Tendo havido divórcio ou separação judicial dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda de pátrio poder, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a cujo encargo ficar o sustento do menor.

§ 5º. O direito ao salário-família cessa automaticamente:

I – por morte do filho ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;

II – quando o filho ou equiparado completar quatorze anos de idade, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário;

III – pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido ou incapaz, a contar do mês seguinte ao da cessação da invalidez ou incapacidade;

IV – pelo falecimento, exoneração ou demissão do servidor; ou

V – quando a remuneração do servidor ou os proventos do aposentado ultrapassar o valor previsto no caput deste artigo.

Seção III Do Salário-Maternidade

Art. 85. O salário-maternidade, de responsabilidade do Tesouro Municipal, é devido à segurada, por cento e vinte dias consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste.

§ 1º. O salário-maternidade consistirá numa renda mensal igual ao subsídio ou remuneração da segurada.

§ 2º. Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

§ 3º. O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.

§ 4º. À segurada que adotar ou obtiver guarda para fins de adoção é devido salário-maternidade pelo período de:

I – cento e vinte dias, se a criança tiver um ano de idade;

II – sessenta dias, se a criança tiver entre um e quatro anos de idade; e

III – trinta dias, se a criança tiver quatro a oito anos de idade.

§ 5º. Incidirá contribuição durante o período de concessão do salário-maternidade.

Seção IV Do Auxílio-Reclusão

Art. 86. O auxílio-reclusão, a cargo do Tesouro Municipal, é devido à família do servidor ativo, cuja remuneração não ultrapasse o limite estipulado para a concessão do benefício pelo Regime Geral de Previdência Social, nos seguintes casos:

I – quando afastado por motivo de prisão em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão;

II – durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva.

§ 1º. O auxílio-reclusão corresponderá à remuneração do cargo efetivo do segurado e será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do segurado.

§ 2º. O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos.

§ 3º. Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação á prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§ 4º. Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

Art. 87. O Município de Salto Veloso, mediante convênio ou contrato com o IPRESVEL, poderá transferir para este a responsabilidade da prestação dos benefícios de que tratam os artigos 82, 84, 85 e 86 desta Lei.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 88. É de cinco anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou dependente para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

Parágrafo Único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela previdência social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Artigo 89. No caso de extinção do RPPS, o Tesouro Municipal assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como aqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do Regime.

Artigo 90. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 91. A contar da data de publicação desta Lei, esta será regulamentada em até 60 dias.

Artigo 92. Revogam-se as disposições em contrário e em especial a parte da Lei Complementar n.º 1.096/2003.

Salto Veloso (SC), 23 de setembro de 2015.
CLAUDEMIR CESCO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº122/2015 ALTERAÇÃO DE HORARIO DE EXPEDIENTE

DECRETO N. 122/2015, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º – Fica Alterado o horário de expediente das secretarias de Infraestrutura e Agricultura do município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único – O horário de expediente será das 07h às 13h.

Art. 2º - O novo horário de expediente vigorará a partir de 21 de setembro de 2015.

Art. 3º - Os demais departamentos permanecerão com horários normais de atendimento definidos pelo Decreto Nº 112, de 13 de julho de 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao Art. 2º.

Santa Terezinha do Progresso, em 23 de Setembro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito

São Bento do Sul

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 219/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 219/2015

OBJETO: Contratação de empresa para locação de banheiros químicos para a 22ª Expoama e 13ª Festa da Colônia Dona Francisca, a ser realizada de 25 a 27 de setembro de 2015.

CONTRATADO: Desentupidora Progresso Ltda

Valor: R\$ 2.200,00

SÃO BENTO DO SUL, 22 de setembro de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

LIRIO VOLPI - SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

do CPF nº 988.988.929-34 e na impossibilidade deste, por outro servidor designado para substituí-lo.

O servidor acima designado anotará em registro próprio todas as ocorrências com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassem a competência do servidor nomeado deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Caso o fiscal do contrato acima designado entenda necessário, poderá ser permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 13 de maio de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 09 de setembro de 2015.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.

WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, como Contratada.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 220/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 220/2015

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra no serviço de brigadistas para a 22ª Expoama e 13ª Festa da Colônia Dona Francisca, a ser realizada de 25 a 27 de setembro e 2015.

Contratado: Marco Aurélio Silva 821141377953.

Valor: R\$ 3.800,00

SÃO BENTO DO SUL, 22 de setembro de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

LIRIO VOLPI - SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 031/2015 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 031/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público de Nº 013/2013, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA MINI MERCADO 3M LTDA - ME, conforme Concorrência Pública nº 006/2013, de 22 de fevereiro de 2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 013/2013, que consiste na Permissão Onerosa de Uso de Espaço Público para exploração de área comercial no Palácio de Esportes Annes Gualberto, sendo 01 (uma) sala representada por lanchonete, dispensa, cozinha e demais instalações, com área total de 39,36 m².

Considerando o Item 2º do Termo Aditivo nº 017/2015, o qual incluiu a Cláusula – Da Fiscalização do Contrato, onde designa o Sr. Marcos Pollum como Fiscal do referido Contrato, mas tendo em vista que este não faz mais parte do quadro de Funcionários da Fundação Municipal de Desportos, faz-se necessário a alteração desta Cláusula, nos seguintes termos:

1º - Fica alterada a CLÁUSULA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, no Termo Aditivo nº 017/2015, conforme segue:

A execução do Contrato será acompanhada e Fiscalizada pelo Servidor Municipal LUIS ANTONIO BOHOMO, lotado na Fundação Municipal de Desportos, através da Matrícula nº 32.968, portador do CPF nº 988.988.929-34 e na impossibilidade deste, por outro servidor designado para substituí-lo.

O servidor acima designado anotará em registro próprio todas as ocorrências com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassem a competência do servidor nomeado deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Caso o fiscal do contrato acima designado entenda necessário, poderá ser permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 030/2015 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 030/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Locação de Máquinas Multifuncionais de Nº 016/2015, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, conforme Compra Direta nº 083/2015, de 13 de maio de 2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 016/2015, que consiste na Prestação de Serviço de Locação de 03 (três) Máquinas Multifuncionais: copiadora laser, impressora em preto e branco, com aproximadamente 20 ppm (páginas por minuto) com capacidade de redução e ampliação, formato de papel carta A4 e ofício, com fornecimento de material de consumo (papel, toner, cilindro e peças), assistência técnica necessária e garantia total, para uso nas dependências da Fundação Municipal de Desportos, Ginásio de Esportes Annes Gualberto, e Piscina Pública Municipal.

Considerando a Cláusula Décima Terceira – Da Fiscalização do Contrato, onde designa o Sr. Marcos Pollum como Fiscal do referido Contrato, mas tendo em vista que este não faz mais parte do quadro de Funcionários da Fundação Municipal de Desportos, faz-se necessário a alteração desta Cláusula, nos seguintes termos:

1º - Fica alterada a CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, no Contrato Primitivo, conforme segue:

A execução do Contrato será acompanhada e Fiscalizada pelo Servidor Municipal LUIS ANTONIO BOHOMO, lotado na Fundação Municipal de Desportos, através da Matrícula nº 32.968, portador

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 18 de abril de 2013, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 09 de setembro de 2015.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.

MINI MERCADO 3M LTDA - ME, como Contratada.

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 219/2015

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA A 22ª EXPOAMA E 13ª FESTA DA COLÔNIA DONA FRANCISCA A SER REALIZADA DE 25 A 27 DE SETEMBRO DE 2015.

II – Contratado: DESENTUPIDORA PROGRESSO LTDA

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação:

Considerando o processo licitatório nº 203/2015, que tinha por objeto a "LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (TENDAS, GRADES DE PROTEÇÃO, TABLADO DE MADEIRA, ARQUIBANCADA, BANHEIROS QUÍMICOS, JOGOS DE MESAS E CADEIRAS PLÁSTICAS) E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA, PORTARIA E BRIGADISTAS PARA A 22ª EXPOAMA E 13ª FESTA DA COLÔNIA DONA FRANCISCA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO."

Considerando que no dia 14/09/15 a comissão de licitação e equipe de apoio estiveram reunidos para julgarem as propostas comerciais referente ao pregão nº 203/2015, e que após o término das etapas, fora constatado que os lotes 02 e 04 foram declarados prejudicados pois não houve propostas/interessados para os mesmos, conforme Ata de Reunião de Abertura e Julgamento de Processo Licitatório 203/2015.

Considerando que ficaram desertos os lotes acima citados, e ainda, considerando o fracasso do processo licitatório no tocante dos lotes, torna-se inviável a repetição da licitação, tendo em vista que o processo licitatório visava adquirir os serviços para a 22ª EXPOAMA, tradicional festa da cidade, esta que está marcada para os dias 25, 26 e 27 de setembro de 2015, não tendo tempo hábil para a realização de novo processo.

Considerando que o lote 02 é constante da locação de banheiro químico masculino, feminino e cadeirantes unissex, nota-se que é indispensável para a realização do evento.

Considerando que não há mais tempo hábil para a realização de nova licitação, e a não contratação dos serviços dos lotes desertos irá acarretar prejuízo para o Município, resguardou o legislador a hipótese da Dispensa de Licitação, conforme aduz em seu artigo 24, inciso V da Lei 8.666/93:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas; (...)" grifo.

Nesse sentido, tendo em vista que os lotes 02 e 04 ficaram desertos e que, o caso em tela preenche os requisitos para a Dispensa de Licitação, torna-se legal a contratação por meio desta.

Outrossim, no ensinamento de Ivan Barbosa e Marco Túlio desprende-se "licitação deserta, ou 'fracassada', cuja repetição seja prejudicial à Administração. Não precisaria este inciso declinar 'prejuízo para a Administração', pois é evidente que qualquer repetição de licitação é prejudicial, em vários sentidos, à entidade que licita; toda repetição prejudica (em preços, prazos, condições)." (Ivan

Barbosa Rigolin & Marco Túlio Bottino in Manual Prático das Licitações, 7ª edição, revista e atualizada, São Paulo: Saraiva, 2008, pág. 323)"

Nesse sentido, estabelece o inciso V do art. 24 do Estatuto Federal Licitatório que licitação é dispensável a um dado negócio se ao processo licitatório correspondente, antes realizado, não acudirem interessados. Essa situação é chamada pela doutrina de licitação deserta.

Considerando o não comparecimento de nenhum licitante, e da necessidade imediata de contratação dos lotes desertos para a realização da 22ª EXPOAMA, faz-se necessário a dispensa de licitação para o lote 02.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A Empresa Desentupidora Progresso foi a que apresentou melhor proposta, em base a cotações de valores efetuados junto as empresa do ramo, cotações essas anexadas ao processo, a empresa obteve o melhor preço.

V - Justificativa do Preço: O valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), segundo pesquisa de preço a empresa Desentupidora Progresso tem o valor mais baixo entre as empresas do mercado.

Lírio Volpi

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 220/2015

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA NO SERVIÇO DE BRIGADISTAS PARA A 22ª EXPOAMA E 13ª FESTA DA COLÔNIA DONA FRANCISCA A SER REALIZADA DE 25 A 27 DE SETEMBRO DE 2015.

II – Contratado: MARCO AURÉLIO SILVA 821141377953

III – Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação:

Considerando o processo licitatório nº 203/2015, que tinha por objeto a "LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (TENDAS, GRADES DE PROTEÇÃO, TABLADO DE MADEIRA, ARQUIBANCADA, BANHEIROS QUÍMICOS, JOGOS DE MESAS E CADEIRAS PLÁSTICAS) E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA, PORTARIA E BRIGADISTAS PARA A 22ª EXPOAMA E 13ª FESTA DA COLÔNIA DONA FRANCISCA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO."

Considerando que no dia 14/09/15 a comissão de licitação e equipe de apoio estiveram reunidos para julgarem as propostas comerciais referente ao pregão nº 203/2015, e que após o término das etapas, fora constatado que os lotes 02 e 04 foram declarados prejudicados pois não houve propostas/interessados para os mesmos, conforme Ata de Reunião de Abertura e Julgamento de Processo Licitatório 203/2015.

Considerando que ficaram desertos os lotes acima citados, e ainda, considerando o fracasso do processo licitatório no tocante dos lotes, torna-se inviável a repetição da licitação, tendo em vista que o processo licitatório visava adquirir os serviços para a 22ª EXPOAMA, tradicional festa da cidade, esta que está marcada para os dias 25, 26 e 27 de setembro de 2015, não tendo tempo hábil para a realização de novo processo.

Considerando que o lote 04 é constante da contratação de equipe para serviços de mão de obra de brigadistas, nota-se que é indispensável para a realização do evento.

Considerando que não há mais tempo hábil para a realização de nova licitação, e a não contratação dos serviços dos lotes desertos irá acarretar prejuízo para o Município, resguardou o legislador a hipótese da Dispensa de Licitação, conforme aduz em seu artigo

24, inciso V da Lei 8.666/93:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;(...)"grifo.

Nesse sentido, tendo em vista que os lotes 02 e 04 ficaram desertos os lotes, e que, o caso em tela preenche os requisitos para a Dispensa de Licitação, torna-se legal a contratação por meio deste. Outrossim, no ensinamentos de Ivan Barbosa e Marco túlio desprende-se "licitação deserta, ou 'fracassada', cuja repetição seja prejudicial à Administração. Não precisaria este inciso declinar 'prejuízo para a Administração', pois é evidente que qualquer repetição de licitação é prejudicial, em vários sentidos, à entidade que licita; toda repetição prejudica (em preços, prazos, condições)." (Ivan Barbosa Rigolin & Marco Tullio Bottino in Manual Prático das Licitações, 7ª edição, revista e atualizada, São Paulo: Saraiva, 2008, pág. 323)"

Nesse sentido, estabelece o inciso V do art. 24 do Estatuto Federal Licitatório que licitação é dispensável a um dado negócio se ao processo licitatório correspondente, antes realizado, não acudirem interessados. Essa situação é chamada pela doutrina de licitação deserta.

Considerando o não comparecimento de nenhum licitante, e da necessidade imediata de contratação dos lotes desertos para a realização da 22ª EXPOAMA, faz-se necessário a dispensa de licitação para o lote 04.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A Empresa Marco Aurélio Silva 821141377953 foi a que apresentou melhor proposta, em base a cotações de valores efetuados junto as empresas do ramo, cotações essas anexadas ao processo, a empresa obteve o melhor preço.

V - Justificativa do Preço: O valor de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) segundo pesquisa de preço a empresa Marco Aurélio Silva 821141377953 tem o valor mais baixo entre as empresas do mercado.

Lírio Volpi

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

São Carlos

PREFEITURA

EXT ATA REG PREÇOS N.54/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

T Compo Nº.:N.054/2015

Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada...:LEONIR SESTRON SCHERER ME

Objeto :AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Valor :R\$56.694,50(cinquenta e seis mil seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos)

PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 80/2015

Vigência : 12 meses

SAO CARLOS,23 de setembro de 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

EDITAL 22/2015 TP 2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 22/2015 TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2015

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2015, que se realizará nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, conforme anexo III.

Vencimento: 08/10/2015 às 13:50 (treze horas e cinquenta minutos)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito à Rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 das 13h às 19h, ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br. SISI BLIND - Prefeita Municipal

São Domingos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 24 DOPE MÓVEIS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 090/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 030/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE ARMÁRIOS SOB MEDIDA A SEREM INSTALADOS NOS PRÉDIOS PERTENCENTES A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Fornecedor Registrado: DOPE MÓVEIS LTDA - EPP, CNPJ n. 08.279.187/0001-16

QTD LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
LOTE ÚNICO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE ARMÁRIOS SOB MEDIDA A SEREM INSTALADOS NOS PRÉDIOS PERTENCENTES A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	R\$728.100,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 23/09/2015 a 23/09/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

São João do Oeste

PREFEITURA

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2015

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 02/2015 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015 DE FORNECIMENTO DE GÁS GLP – P45 e GLP-P13, ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE-SC E A EMPRESA COMÉRCIO DE BEBIDAS GASEL LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, estabelecida à Rua Encantado, 66, nesta cidade de São João do oeste – SC, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Sérgio Luís Theisen, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Cristo Rei, interior do Município de São João do Oeste, portador do CPF nº 619.446.539-53, que doravante será denominada simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: COMÉRCIO DE BEBIDAS GASEL LTDA, pessoa Jurídica de direito privado, com CNPJ nº 03.282.535/0001-90, sito a Rua Santa Cruz, nº 523, Centro de São João do Oeste, SC, devidamente representado por sua Sócia Sra. Daiane Follmann, brasileira, casada, CPF nº 087.226.009-73, que doravante será denominada simplesmente de CONTRATADA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato, visando o reajuste dos preços do item nº 02 e 03, conforme segue:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Porcentual do reajuste	Valor após reajuste	Valor total do aditivo
02	Gás GLP p-13	50	45,00	8,89	52,00	350,00
03	Gás GLP p45	22	225,00	15.56%	245,00	440,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas da Ata de Registro de Preços nº 003/2015 de 27 de janeiro de 2015, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Município de São João do Oeste – SC providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, no Diário Oficial dos Municípios – DOM-SC, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

São João do Oeste-SC, 23 de Setembro de 2015.

SÉRGIO LUIS THEISEN
PREFEITO MUNICIPAL

São João do Sul

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº 63/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 63/2015

Modalidade – Pregão Presencial nº 018/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA REFERENTE A SERVIÇOS DE FUNILARIA E CHAPEAÇÃO (COM FORNECIMENTO DE PEÇAS) PARA OS ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h 45 min do dia 06/10/2015, com abertura dos envelopes prevista para as 09h do dia 06/10/2015. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 07h às 13h, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 23 de Setembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

EDITAL Nº 014/2015

EDITAL Nº 014/2015.

DISPÕE SOBRE A REMATRÍCULA E MATRÍCULA PARA OS/AS ALUNOS/AS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, RESOLVE deliberar as seguintes normas:

1 – A Secretaria Municipal de Educação de São José fará a divulgação do processo de matrícula para o ano letivo de 2016, com a participação de cada Instituição de Educação, que deverá utilizar todos os meios de comunicação disponíveis e locais de fácil acesso, para que essa divulgação seja ampla.

1.1 – É de responsabilidade da Direção da Unidade Escolar, constituir um grupo de trabalho, composta por, no mínimo, um representante das famílias, um representante dos docentes, um representante da Associação de Pais e Professores e um representante do Conselho Escolar, quando houver para planejar, divulgar e efetuar a matrícula.

2 – Da Rematrícula

2.1 – A rematrícula será realizada no período de 28/09/2015 a 09/10/2015 para os/as alunos/as do Ensino Fundamental e Médio, regularmente matriculados na Unidade Escolar no ano de 2014.

2.1.1 – Os/as alunos/as da Rede Municipal de Ensino terão a garantia de vaga. Para a devida atualização dos dados cadastrais recomenda-se a confirmação da matrícula pelos pais ou responsáveis.

2.1.2 – As crianças matriculadas regularmente nos grupos sete (G VII) em 2015 dos Centros de Educação Infantil – CEI's da Rede Municipal de Ensino de São José terão vaga garantida em unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de São José localizadas nas proximidades dos respectivos CEI's.

2.2 – Para alunos/as com deficiência que tiverem diagnóstico médico, deverão apresentar a documentação pertinente na efetivação da matrícula, bem como, realizar matrícula no Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Quanto a enturmação, compete a Unidade Escolar (escola de ensino regular) e AEE avaliar pedagogicamente o diagnóstico e as necessidades desses/as alunos/as emitindo parecer com orientação do Centro de Referência de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação - SME, matriculando-os/as no Ensino Fundamental, conforme a legislação vigente, dentre elas: a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva - 2008; da Lei da Acessibilidade – Decreto Lei 5.296 de 2004; a Resolução nº 112 de 12 de dezembro de 2006 do Conselho Estadual de Santa Catarina, a Lei Ordinária Municipal nº 3.472 de 27 de dezembro de 1999 e Portaria 142/2014 de 29 de janeiro de 2014.

3 – Da Matrícula (alunos/as novos/as)

3.1 – A Secretaria Municipal de Educação, em atendimento à legislação vigente, sobre o Ensino Fundamental, estabelece normas para efetuar matrículas para o ano letivo de 2016, conforme o quadro abaixo:

Ensino Fundamental
1º Ano
2º Ano
3º Ano
4º Ano
5º Ano
6º Ano
7º Ano
8º Ano
9º Ano

3.2 – A matrícula de alunos/as novo/as obedecerá aos seguintes requisitos:

I – Apresentação de comprovante/declaração de residência e/ou de vínculo empregatício no bairro e proximidades da Unidade Escolar pretendida, de acordo com a Resolução 008/01 de 19 de Setembro de 2001, do Conselho Municipal de Educação de São José.

II – Apresentação dos documentos necessários de acordo com as normas da Unidade Escolar. (Certidão de Nascimento, atestado de transferência, histórico escolar e extrato bancário atualizado quando for beneficiado do Bolsa Família).

III – Para o 1º Ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a matrícula será oportunizada para as crianças que têm 06 anos completos

ou a completarem até 31 de Março de 2016 (resolução nº 1 de 14/01/2010 – MEC) e aquelas com idade superior, sem experiência escolar.

IV – Para os/as alunos/as matriculados/as nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em escolas da Rede Municipal que oferecem Educação Integral, Escola Básica Municipal Altino Corsino da Silva Flores, Centro Educacional Municipal São Luiz e Centro Educacional Municipal Santa Terezinha deverão obrigatoriamente freqüentar o turno integral.

V – Para os/as alunos/as com deficiência, observar atentamente a regulamentação no item 2.2 deste edital, garantindo a vaga dos mesmos em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme preconiza a Lei Ordinária Municipal nº 3472/1999 de 27/12/1999.

3.3 – A relação de vagas será divulgada no dia 15/10/2015, período vespertino, nas respectivas Unidades Escolares.

3.4 – As inscrições para matrículas novas, nas Unidades Escolares do Ensino Fundamental e Médio, serão realizadas no período de 16/10 a 30/10/2015, mediante a existência de vagas, de acordo com as normas constantes nesse edital.

3.5 – Havendo mais candidatos que o número de vagas existentes, será realizado sorteio no dia 05/11/2015 nas respectivas Unidades Escolares, em horário estabelecido e divulgado pelas mesmas.

3.6 – Serão sorteados, na mesma data do item 3.5, mais 10 inscritos que ficarão aguardando possível vaga (lista de espera), mediante segunda chamada.

3.7 – A matrícula para os/as alunos/as novos será efetuada no período de 09/11/2015 a 20/11/2015, nas respectivas Unidades Escolares.

3.8 – O não comparecimento no período de matrícula implicará na perda da vaga, sendo chamados/as os/as candidatos/as da lista de espera.

4 – Da Organização das Turmas

4.1 – A Unidade Escolar procederá a organização de turmas, observando:

§ 25 alunos para as turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;

§ 30 alunos para o 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental;

§ 35 alunos para as turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental;

§ 40 alunos para o Ensino Médio.

4.2 – As Unidades Escolares organizarão, conforme a demanda e espaço físico, uma turma de apoio pedagógico por segmento, anos iniciais e anos finais aos alunos oriundos do Programa de Correção de Fluxo – TAS, segundo Portaria nº 1713, de 28 de novembro de 2014, art. 12, inciso I.

4.3 – A Direção da Unidade Escolar deverá enviar à Secretaria Municipal da Educação, até o 26/11/2015, o número de alunos/as matriculados/as por ano, determinando o número de turmas em seus respectivos turnos, conforme quadro anexo.

4.4 – O desdobramento de turmas poderá ocorrer, com autorização da Secretaria Municipal de Educação, até o término do 1º bimestre do ano letivo, quando:

4.4.1 – O número de alunos/as exceder a 10 (dez) do estabelecido na organização de turmas.

4.4.2 – A Unidade Escolar dispuser de área física, salas de aula de dimensões regulares, não implicando na adaptação de outras dependências.

4.4.3 – Somente haverá desdobramento através do preenchimento do documento padrão(anexo) e com autorização da Direção de Ensino desta Secretaria.

4.5 – A direção da Unidade Escolar deverá esclarecer aos/as alunos/as, pais e responsáveis, no ato de matrícula, que o/a aluno/a está sujeito/a reenturmação (matutino/vespertino), no caso, se ocorrer redução do número de alunos/as, por turma.

4.6 – A direção da Unidade Escolar deverá informar aos alunos/as, pais e responsáveis, no ato de matrícula, que a escola oferecerá aulas da disciplina de Ensino Religioso no contraturno, sendo optativa a escolha.

4.6.1 – No ato da matrícula os pais ou responsáveis devem obrigatoriamente preencher documento padrão (anexo) optando pela frequência do/da aluno/a na disciplina de Ensino Religioso no contraturno.

4.6.2 - A contratação dos professores para a disciplina de Ensino Religioso, de que trata o item 4.6, será realizada conforme demanda.

5 – Das Disposições Finais

5.1 – Por determinação da Senhora Prefeita Municipal e baseado na Legislação pertinente, fica proibida a cobrança de qualquer taxa referente à efetivação de matrícula e matrícula e solicitação de material nas Unidades Escolares pertencentes à Rede Municipal de Ensino de São José.

5.2 - Somente será permitida a saída de criança da Unidade Educacional, acompanhada por menor de idade, mediante autorização por escrito dos pais ou responsável legal, sendo esta validada pela Direção e por representante do Conselho Escolar da Unidade Educacional.

5.3 – Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação.

São José, 23 de setembro de 2015.

Méri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

Unidade Escolar _____

Quadro síntese de matrícula

Entrega: até 26/11/2015.

Pode ser por e-mail

ANO	TURNO	NÚMERO DE ALUNOS	NÚMERO DE TURMAS	NÚMERO DE ALUNOS NA LISTA DE ESPERA	NÚMERO DE VAGAS DISPONÍVEIS
1º Ano	Matutino				
	Vespertino				
2º Ano	Matutino				
	Vespertino				
3º Ano	Matutino				
	Vespertino				
4º Ano	Matutino				
	Vespertino				
5º Ano	Matutino				
	Vespertino				
6º Ano	Matutino				
	Vespertino				
7º Ano	Matutino				
	Vespertino				
8º Ano	Matutino				
	Vespertino				
9º Ano	Matutino				
	Vespertino				
EJA Alfabetização	Noturno				
EJA Ensino Fundamental	Noturno				
EJA – Ensino Médio	Noturno				
Ensino Médio Regular	Noturno				
TOTAL					

Desdobramento de turma

Unidade Escolar:
Justificativa do desdobramento de turmas:
Parecer Assessoria Pedagógica da SME:
Assinatura da Direção de Ensino: Data:

Declaração de frequência na disciplina de Ensino Religioso

Eu, _____,
CPF nº _____/_____, Pai/Mãe/Responsável do/da aluno/a _____,
_____, Matriculado nessa Unidade de Ensino no ano _____ período _____, estou ciente da oferta da disciplina
de Ensino Religioso na Rede Municipal de Ensino de São José no contraturno e opto pela:

Frequência do/a aluno/a na disciplina de Ensino Religioso.

Não frequência do/a aluno/a na disciplina de Ensino Religioso.

São José, _____ de _____ de 2015.

Assinatura: _____.

Declaração de frequência na disciplina de Ensino Religioso

Eu, _____,
CPF nº _____/ _____ Pai/Mãe/Responsável do/da aluno/a _____,
_____, Matriculado nessa Unidade de Ensino no ano _____ período _____, estou ciente da oferta da disciplina de Ensino Religioso na Rede Municipal de Ensino de São José no contraturno e opto pela:

Frequência do/a aluno/a na disciplina de Ensino Religioso.

Não frequência do/a aluno/a na disciplina de Ensino Religioso.

São José, _____ de _____ de 2015.

Assinatura: _____.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições, e com fulcro na Lei Municipal nº 3.674/01 e em atendimento ao que dispõe a Lei Complementar nº 101/00 - LRF, faz saber a quem interessar possa, especialmente aos cidadãos maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade, que fará realizar Audiência Pública para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais referentes ao 2º quadrimestre de 2015 e Apresentar e Discutir a Proposta do Orçamento para o exercício de 2016, no seguinte local, data e horário:

Local: Plenário da Câmara de Vereadores

Praça Arnaldo Souza, 38 – Centro – São José - SC

Data: 30 de setembro de 2015

Horário: 10:00 horas da manhã

Ficam todos devidamente convocados a participarem desta audiência.

São José (SC), 11 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL Nº 012/2015

EDITAL Nº 012/2015.

DISPÕE SOBRE A MATRÍCULA PARA AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, RESOLVE deliberar as seguintes normas, com critérios da situação socioeconômica das famílias, considerando a demanda do município em função das vagas oferecidas:

1 - A Secretaria Municipal de Educação de São José fará a divulgação do processo de matrícula para o ano letivo de 2016, com a participação de cada Centro de Educação Infantil e respectivas comunidades, que deverá utilizar todos os meios de comunicação disponíveis para que essa divulgação seja ampla.

1.1- É de responsabilidade da Direção do Centro de Educação Infantil, constituir um grupo de trabalho, composto por no mínimo, 01 (um) representante de cada segmento: do grupo gestor, das famílias, dos docentes, do Conselho Escolar, profissionais de apoio e comunidade; para planejar, divulgar e acompanhar a matrícula e registrar todo processo em ata.

2 – Da Rematrícula

2.1. - É garantida vaga às crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino de São José/SC, nos respectivos Centros de Educação Infantil, respeitando a idade, o número de crianças por grupo, assim como as demais exigências quanto à confirmação da matrícula, nos termos específicos deste Edital.

2.2. - A rematrícula será feita automaticamente no período de 28/09/15 a 09/10/2015, devendo a família confirmar ou não a mesma por meio de documento fornecido pelo Centro de Educação Infantil (anexo 1).

Parágrafo Único: os pais ou responsáveis pela criança rematriculada deverão apresentar, no mês de fevereiro de 2016, o cartão de vacina atualizado ou a justificativa médica e atualizar os dados cadastrais no dia planejado para entrevista com as famílias de acordo com calendário do Centro de Educação Infantil.

3 - Da Matrícula

3.1 - As inscrições para solicitação de novas matrículas serão realizadas no período de 15/10/2015 a 30/10/2015, de acordo com os critérios constantes neste Edital.

3.2 - A solicitação de matrícula de crianças obedecerá aos seguintes requisitos:

I – Crianças que residem na comunidade pelo menos há 01 ano.

Também serão aceitas crianças que residam no município, porém que não possuam em seu bairro Centro de Educação Infantil, que atendam a idade solicitada.

(comprovar através de documento a residência com data igual ou superior há 01 ano – fatura de água, energia elétrica, contrato de aluguel ou ainda declaração do agente de saúde ou da assistente social da PMSJ).

II – Famílias que recebam até três salários mínimos.

(Observar o valor líquido do comprovante de trabalho. Não será considerado: hora extra, abono salarial, férias ou outra vantagem temporária.)

3.3 Constituem-se documentos necessários para a solicitação de vagas:

I - Original e cópia do cartão de vacinação atualizado;

II - Original e cópia da certidão de nascimento;

III - Original e cópia do comprovante de trabalho com a renda dos responsáveis;

IV - Original e cópia do comprovante de residência, atualizado (salvo em casos de crianças que pertencerem a grupos de assentamentos localizados no município de São José).

V- Original e cópia do extrato de bolsa família, atualizado.

3.4. Terão direito a vaga:

I - Crianças em situação de vulnerabilidade social, de saúde e psicológico; em situação de acolhimento institucional (abrigo), com encaminhamento pelo Ministério Público ou pelo Juiz da Infância e da Juventude da Comarca de São José.

3.5 – Terão prioridade na solicitação de matrícula:

I - Famílias que recebam o Bolsa Família como único benefício, mediante comprovação do recebimento por meio de extrato bancário atualizado e que o responsável legal esteja trabalhando ou que comprove impedimento por não exercer função remunerada (atestado médico);

3.6 – Será divulgada a relação de vagas e exposta no CEI durante o processo de solicitação de matrícula.

4. Do Sorteio

4.1 Havendo mais candidatos que o número de vagas existentes, será realizado sorteio no dia 05/11/2015 às 19 h nos respectivos Centros de Educação Infantil.

4.2 Primeiro serão sorteadas as vagas com prioridades conforme item 3.5, sendo reservadas por grupo de atendimento:

- GI – 02 vagas

- GII – 03 vagas

-GIII - 04 vagas

-GIV – 05 vagas

-GV – 05 vagas

-GVI – 05 vagas

4.3 Após, o sorteio das prioridades, será realizado novo sorteio por grupo de atendimento, com as crianças que estejam dentro dos requisitos do item 3.2, sendo concedida nova participação para as crianças que não conseguiram vaga no sorteio das prioridades.

4.4 - É obrigatória a presença do responsável ou representante (maior de 18 anos), no dia do sorteio. No caso do não comparecimento de algum responsável, a criança permanecerá na lista de espera em último lugar.

5. Da Matrícula

5.1 – A matrícula para as crianças novas será efetuada no período de 09/11/2015 a 20/11/2015, nos respectivos Centros de Educação Infantil.

5.2 – O não comparecimento no período da matrícula sem qualquer justificativa implicará na perda da vaga, sendo chamada a próxima criança da lista de espera.

5.3 - As crianças com deficiência que tiverem diagnóstico médico deverão apresentá-lo no ato da efetivação da matrícula, bem como informar, quando possuir a matrícula no atendimento educacional especializado (AEE).

6 - Da Organização de Grupos

6.1. O Centro de Educação Infantil procederá à constituição de grupos, respeitando os critérios abaixo, como também deverá verificar, no ato da matrícula, a faixa etária de cada criança:

Etapa	Grupo	Idade da criança	Data de nasc. da criança	Nº de crianças
Creche	GI	Mínimo de 04 meses no ato da matrícula		12
	G II	01 ano a 01 ano e 11 meses	Abril/2014 - março/2015	15
	GIII	02 anos a 02 anos e 11 meses	Abril/2013 – março/2014	17
	G IV	03 anos a 03 anos e 11 meses	Abril/2012 – março/2013	23
Pré-escola	G V	04 anos a 04 anos e 11 meses	Abril/2011 – março/2012	25
	G VI	05 anos a 05 anos e 11 meses	1º de abril/2010 – março/2011	25
Data de referencia para cálculo das idades: março de 2016				

6.2 - Por motivo de restrições na estrutura física de determinadas instituições, poderá haver redução no número de crianças por grupo.

6.3 - As crianças matriculadas no Grupo VI frequentarão a instituição em período matutino ou vespertino de acordo com a necessidade e a disponibilidade da vaga, estando essa medida baseada na Lei federal nº 12.796/2013, art. 31

6.4 – Em função do que estabelece a Lei federal nº 12.796/2013, sobre a obrigatoriedade de atendimento para as crianças que completam 4 anos até 31 março de 2016, os grupos de atendimento V e VI terão prioridade.

6.5 – O grupo VI terá 01 professor para atendimento das crianças, e 01 auxiliar de sala, se forem matriculadas no mínimo 20 crianças por grupo.

7. Da disponibilização de vagas

7.1 – Havendo vaga e não existindo lista de espera do grupo, deverão ser agrupadas crianças de diferentes idades, respeitando o número máximo de crianças por grupo, visando o preenchimento de todas as vagas. Podendo agrupar no máximo dois grupos, sendo estes subseqüentes.

7.2 – As crianças que não atingirem a idade exigida no período de matrícula, estabelecido por esse Edital para frequentar os grupos, ao completar a faixa etária estabelecida poderão solicitar vaga a qualquer momento, sendo efetivada a matrícula, mediante a disponibilidade de vagas.

7.3 – Após todo o processo, não havendo lista de espera, será disponibilizada as vagas para as demais crianças que não atenderem os requisitos desse Edital, item 3.2.

8. Da Frequência e do Funcionamento

8.1 - Após tentativa de contato da direção com a família pelo não comparecimento da criança matriculada no Centro de Educação Infantil, sem justificativa dos pais ou responsável legal por 10 (dez) dias letivos consecutivos durante o mês, será encaminhado relatório ao Conselho Tutelar. O não comparecimento por 30 (trinta) dias sem justificativa implicará na disponibilidade da vaga para outra criança da lista de espera.

8.2 – O horário de atendimento das crianças acontecerá em tempo integral, entre 7h e 19h. O atendimento do grupo VI será em período parcial, compreendendo o período matutino das 7h às 13h e vespertino das 13h às 19h.

8.3 – Nos Centros de Educação Infantil, onde o atendimento acontece em período integral é facultativo aos pais e/ou responsáveis o atendimento em período parcial.

8.4 – As crianças matriculadas nos grupos V e VI deverão ter frequência mínima de 60%, conforme Lei federal nº 12.796/2013.

8.5 - No decorrer do ano letivo, a direção do Centro de Educação Infantil deverá entregar a cada família ou responsável legal pela criança, devidamente matriculada, o Calendário Mensal contendo toda a programação a ser desenvolvida durante o mês. Havendo alteração, as famílias devem ser comunicadas com antecedência.

8.6 - Somente será permitida a saída de criança do Centro de Educação Infantil, acompanhada por menor de idade, mediante autorização por escrito dos pais ou do responsável legal, sendo esta validada pela Direção e por representante do Conselho Escolar da Unidade Educacional.

9. Das Disposições Finais

9.1 - Por determinação da Senhora Prefeita Municipal e baseado na Legislação pertinente, fica proibida a cobrança de qualquer taxa referente à efetivação de matrícula e solicitação de material nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Municipal de Ensino de São José.

9.2 - A direção da instituição deverá enviar a Secretaria Municipal de Educação até 26/11/2015 a relação de crianças matriculadas e lista de espera por grupo e período.

9.3 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação e analisados juntamente com a comissão de discussão deste edital.

9.4 – As novas solicitações seguirão a ordem dos últimos sorteados, lista de espera, podendo ser acompanhado no Portal da Transparência

no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: www.saojose.sc.gov.br .
São José, 23 de setembro de 2015.
Méri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

REMATRICULA 2015

Nome da Criança:
Data Nasc.:
Grupo : Período:
Endereço Residencial:
Fone residencial:
Nome do Pai:
Endereço comercial:
Fone Trab.
Nome da Mãe:
Endereço comercial:
Fone Trab.

Pessoas autorizadas a buscar a criança no
CEI:

Obs: Autorizo o uso de fotos e imagens de meu filho(a), para fins pedagógicos e divulgação entre familiares, bem como, a realizar passeios na comunidade.

Assinatura do responsável:

São José, ____ de _____ de 2014.

EDITAL Nº 013/2015

EDITAL Nº 013/2015

DISPÕE SOBRE A REMATRÍCULA E MATRÍCULA PARA OS ALUNOS
DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições
RESOLVE baixar as seguintes normas:

1 – Do processo de matrícula e matrícula

1.1 – A Secretaria Municipal de Educação de São José torna público o processo de matrícula e matrícula para o ano de 2016, a fim de preencher as vagas existentes nos cursos profissionalizantes oferecidos nas Escolas Profissionais, com a participação de cada Unidade Escolar, que deverá utilizar todos os meios de comunicação disponíveis para que se torne um amplo processo de divulgação.

1.2 – É de responsabilidade da Direção constituir um grupo de trabalho na Escola para planejar, divulgar e efetuar a matrícula.

2 – Da matrícula

2.1 – A matrícula dos cursos profissionalizantes acontecerá no período de 28/09/2015 a 09/10/2015, para os alunos regularmente matriculados no ano de 2015 (conforme cronograma organizado por cada escola).

2.1.1 – Será divulgada a relação de vagas restantes da matrícula no dia 15/10/2015 nos respectivos Estabelecimentos Escolares, sendo esta encaminhada a Secretaria Municipal de Educação.

2.2 – As matrículas nas Escolas Profissionais atenderão aos seguintes requisitos:

2.2.1 – Os alunos que frequentam os cursos oferecidos nas Escolas Profissionais terão automaticamente a garantia da vaga em um (01) curso, desde que seja ofertado o curso, mediante confirmação

da matrícula pelo próprio aluno, se maior de 18 anos, ou pelos pais ou responsáveis quando de idade inferior a esta, desde que:

I – Rematriculem-se dentro do prazo determinado.

II – Apresentem a documentação necessária exigida pela Unidade Escolar (item 3.2, IV).

III – Tomem ciência e assinem o termo de compromisso a respeito das normas escolares da referida Unidade Escolar.

2.3 - O aluno que fizer troca de curso será considerado nova matrícula, sendo esta realizada no período de matrícula para novos alunos.

2.4 – O aluno que desejar matricular-se num segundo curso poderá fazê-lo após o período de matrícula, desde que seja ofertado o curso e haja vaga.

3 – Da matrícula para novos alunos

3.1 – A matrícula para alunos novos, será realizada no período de 16/10/2015 a 30/10/2015, de acordo com as normas constantes neste Edital.

3.2 – A matrícula de alunos novos obedecerá aos seguintes requisitos:

I – A matrícula para novos alunos será feita por ordem de chegada;
II – As vagas, em lista de espera, serão priorizadas ao atendimento dos candidatos que apresentarem comprovante de residência do município de São José e/ou de vínculo empregatício (contracheque ou Carteira Profissional);

III – A matrícula para os cursos oferecidos, no que se refere à idade mínima, o ingresso se dá a partir de 14 anos completos ou a completarem até o início do ano letivo de 2015 (em acordo com a Lei 8069 de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV – Apresentar os documentos exigidos de acordo com as normas da Unidade Escolar (Carteira de Identidade (com cópia), CPF (com cópia), comprovante de residência no município de São José e/ou de vínculo empregatício nas proximidades da Escola (contracheque

ou Carteira Profissional);

V – Tomar ciência e assinar o Termo de Compromisso a respeito das normas do Regimento Escolar e da Associação de Professores e Alunos – APA, da referida Unidade Escolar;

VI – Será garantido o direito à matrícula de pessoas com deficiência, adequando-os aos cursos oferecidos;

VII – Os candidatos com deficiência deverão apresentar fotocópia do diagnóstico médico na efetivação da matrícula.

4 – Da organização das turmas

4.1 – As Escolas Profissionais procederão a organização de turmas, fixando o número mínimo de 10 (dez) alunos por turma (observando as condições dos espaços físicos, e curso, de cada escola).

4.2 – A Direção da Unidade de Ensino deverá enviar, obrigatoriamente, a Secretaria Municipal da Educação, até o dia 26 de novembro de 2015, a relação dos alunos matriculados por turma, onde conste a data de nascimento, telefone e a lista de espera dos respectivos cursos.

4.3 – Por determinação da Senhora Prefeita Municipal e com base na Legislação pertinente, fica proibido a cobrança de qualquer taxa referente à efetivação de matrículas nas Escolas Profissionais pertencentes à Rede Municipal de São José.

5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação.

São José, 23 de setembro de 2015.

Méri Terezinha de Melo Hang

Secretária Municipal de Educação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2015 – NOVA ABERTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2015 – NOVA ABERTURA – Processo nº 156/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA AS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS PROMOVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 24 de setembro de 2015 às 18h00min até dia 06 de outubro de 2015, às 16h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 16h00min do dia 06 de outubro de 2015. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2015 – NOVA ABERTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2015 – NOVA ABERTURA – Processo nº 175/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO DESTINADO A 1ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ/CIRETRAN/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 24 de setembro de 2015 às 18h00min até dia 08 de outubro de 2015, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 08 de outubro de 2015. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2015 – RETIFICADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2015 – RETIFICADO - Processo nº 180/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DESTINADOS AS OFICINAS DE ARTESANATO, MINISTRADAS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 24 de setembro de 2015 às 18h00min até dia 06 de outubro de 2015, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 06 de outubro de 2015. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2015 - Processo nº 343/2015. Fornecedores: I – UNIFORMES GERAIS LTDA e II – TRACTON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA O EVENTUAL FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA A GUARDA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 230.496,89 – duzentos e trinta mil, quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e nove centavos. Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO/TA Nº 245/2014-01 – TP 024/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 245/2014-01 – TP 024/2014 - Processo 245/2014 – Contratado: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEI SÃO LUIZ, COMPREENDENDO AS SALAS DE BIBLIOTECA, INFORMÁTICA, LAVANDERIA, DESPENSE E DIREÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Acréscimo Qualitativo: o projeto original do Contrato nº 245/2014 terá acréscimo qualitativo de 29,93%, conforme planilha de fls. 20/26, o que representa o valor de R\$ 45.743,71 (quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais, setenta e um centavos). Alteração Quantitativa – Acréscimo: o Contrato nº 245/2014 sofrerá um acréscimo quantitativo de 13,70%, o que importa em R\$ 20.937,80 (vinte mil, novecentos e trinta e sete reais, oitenta centavos). Alteração Quantitativa – Supressão: o Contrato original será suprimido quantitativamente em 2,43%, o que corresponde ao valor de R\$ 3.719,53 (três mil, setecentos e dezenove reais, cinquenta e três centavos). Adequação do Projeto: Com base nas análises técnicas apresentadas no Processo Administrativo nº 12127/2015, o projeto original do Contrato 245/2014 fica adequado às novas características necessárias à consecução da obra. Valor do Contrato: O Contrato original, que era de R\$ 152.826,39 (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte e seis reais e trinta e nove centavos), vigorará com o valor total de R\$ 215.788,36 (duzentos e quinze mil, setecentos e oitenta e oito reais, trinta e seis centavos). Prorrogação de Prazo: ficam prorrogados os prazos de execução e vigência do Contrato nº 245/2014 por mais 60 (sessenta) dias, iniciando-se a contagem dos prazos a partir do dia posterior aos términos dos prazos do contrato originário, considerando a paralisação efetuada. Data da assinatura: 11 de setembro de 2015.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.185, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.185, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Declara de Utilidade Pública bem imóvel, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, incisos VI e VII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e,

CONSIDERANDO a necessidade do Município em adquirir bem imóvel para fins de edificação e ampliação da Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti, no bairro Centro, deste município de São Lourenço do Oeste, a fim de garantir a adequada prestação de serviços educacionais;

CONSIDERANDO que após estudos realizados, constatou-se que o imóvel, objeto desta Declaração de Utilidade, mostra-se ideal para construção da Escola Básica Municipal, eis que atende as finalidades precípua da Administração, cujas condições de instalação e localização condicionam a sua escolha;

CONSIDERANDO que conforme avaliação prévia e devido às circunstâncias acima mencionadas, o preço do imóvel é compatível com o valor de mercado;

CONSIDERANDO, finalmente, que conforme previsto no artigo 2º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 "mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados", e que, conforme previsto no artigo 5º, alínea "m", do mesmo Decreto-Lei, "consideram-se casos de utilidade pública a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios";

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de aquisição por desapropriação amigável ou judicial, com a finalidade de edificação e ampliação da Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti, bairro Centro, neste município de São Lourenço do Oeste, o seguinte bem: parte da quadra nº 02, série "C", com área superficial de 3.622 m² (três mil vírgula seiscentos e vinte e dois metros quadrados), com uma construção em alvenaria de 258,45 m² (duzentos e cinquenta e oito vírgula quarenta e cinco metros quadrados), situado na rua Rui Barbosa, nesta cidade de São Lourenço do Oeste/SC, conforme confrontações descritas na matrícula de nº 7.757, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Ficam os servidores públicos municipais autorizados a penetrar no imóvel declarado de utilidade pública, a fim de promoverem medições e levantamentos que se fizerem necessários.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos do orçamento municipal.

Art. 4º Nos termos do artigo 15, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o Município autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão provisória na posse do bem imóvel de que trata o art. 1º deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 5.185, de 23 de setembro de 2015)

MATRÍCULA Nº 7.757, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2015

O Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e inciso XXXVII do art. 55 da Lei Orgânica Municipal CONVOCA os integrantes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo do Município e convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado: o cumprimento das metas fiscais relativas ao SEGUNDO QUADRIMESTRE do exercício de 2015; as metas e objetivos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016; e a previsão da receita e fixação das despesas, em seus programas e ações na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2016. A Audiência será realizada no dia 30 de setembro de 2015, às 14:00 horas, tendo como local a Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Rua Duque de Caxias, nº 522, centro, na cidade de São Lourenço do Oeste – SC.

São Lourenço do Oeste SC, 23 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.243, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº 2.243, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder o uso de bem imóvel e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetado parte da área urbana, da quadra 15, série Q, com um mil e seiscentos metros quadrados (1.600,00 m²), situada no Loteamento Vida Nova, no perímetro urbano deste município, de matrícula nº 17.066, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste - SC, conforme memorial descritivo que compõe o Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. O imóvel ora desafetado fica automaticamente transpassado para a categoria de bem dominial, integrando o

patrimônio disponível do Município.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o uso administrativo e gratuito do imóvel descrito no artigo 1º desta Lei, para a empresa TV O ESTADO LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 78.647.633/0001-83, para fins de instalação de antena de transmissão de sinal de televisão, do canal aberto RICTV e RECORD.

Art. 3º O ônus pela conservação e manutenção do bem será de total responsabilidade do concessionário, que responderá por todo e qualquer dano que possa ocorrer devido a utilização do mesmo. Parágrafo único. A concessão de uso será feita pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, findo o qual o bem deverá ser restituído ao Município em condições ideais de uso, com a retirada da antena.

Art. 4º A concessão de uso será outorgada mediante assinatura do respectivo contrato, dispensada a licitação, haja vista o interesse público maior envolvido.

§ 1º O concessionário deverá utilizar o imóvel objeto da concessão, especificamente para a edificação, instalação e manutenção de equipamentos de repetição de sinal de TV.

§ 2º Desde a assinatura do respectivo contrato, o concessionário fruirá plenamente dos bens recebidos para os fins estabelecidos e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

§ 3º Resolve-se a concessão antes de seu termo, desde que o concessionário dê ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato, ou descumpra cláusula resolutória do ajuste, perdendo, em qualquer caso, as benfeitorias de qualquer natureza.

§ 4º A concessão de uso, salvo disposição contratual em contrário, transfere-se por ato inter vivos, ou por sucessão legítima ou testamentária, registrando-se a transferência.

§ 5º Para efeito de aplicação do disposto no caput deste artigo, deverá ser observada a anuência prévia do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Lei nº 2.243, de 23 de setembro de 2015)

CERTIDÃO DE MATRÍCULA Nº 17.066, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC E MEMORIAL DESCRITIVO

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.428/2015 - ESTABELECE MEDIDAS DE CONTENÇÃO E REDUÇÃO DE DESPESAS E LIMITAÇÃO DE EMPENHO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, CRIA O COMITÊ DE CONTENÇÃO DE DESPESAS – CCD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.428/2015

ESTABELECE MEDIDAS DE CONTENÇÃO E REDUÇÃO DE DESPESAS E LIMITAÇÃO DE EMPENHO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, CRIA O COMITÊ DE CONTENÇÃO DE DESPESAS – CCD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, no uso das atribuições que lhes conferidas pelo art. 72, VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a deterioração do cenário econômico brasileiro, o que impacta negativamente nas finanças públicas do País;

CONSIDERANDO a redução das transferências constitucionais e legais dos Governos Federal e Estadual aos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas e otimização dos recursos com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro e de fluxo de gastos neste e no próximo exercício fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter as obras e investimentos públicos indispensáveis ao incremento da economia local;

CONSIDERANDO, ainda, que as medidas adotadas serão fundamentais para a adequação do orçamento municipal à nova realidade fiscal do Município, assegurando, assim, o funcionamento dos serviços essenciais.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece medidas administrativas temporárias de racionalização, controle orçamentário e financeiro e contenção de despesas no âmbito do Poder Executivo de São Miguel do Oeste e cria e compõe o Comitê de Contenção de Despesas – CCD.

Art. 2º Ficam estabelecidas as seguintes medidas administrativas temporárias de racionalização, controle orçamentário e contenção de despesas:

- I – Suspender a concessão de novos auxílios financeiros para realização de eventos relacionados a atividades festivas promovidas por instituições não governamentais;
- II – Controlar rigorosamente o uso de linhas telefônicas;
- III – Reduzir o consumo de energia elétrica em todas as unidades administrativas;
- IV – Suspender a aquisição de materiais de expediente, que só poderão ser adquiridos mediante prévia autorização do Comitê de Contenção de Despesas – CCD;
- V – Controlar e racionalizar a utilização de cópias reprográficas;
- VI – Suspender a convocação de servidores para prestação de serviços que possam gerar o pagamento de horas extras, salvo os de caráter excepcional, que deverão ser aprovados antecipadamente pelo Comitê de Contenção de Despesas – CCD;
- VII – Condicionar o pagamento de credores à apresentação de certidão negativa de débitos municipais de qualquer natureza;
- VIII – Levantar, através do Setor de Patrimônio, no prazo de 60 (sessenta) dias, o remanescente de bens móveis inservíveis do Município, para fins de alienação;
- IX – Suspender a celebração de novos contratos de locação de imóveis e de equipamentos destinados à instalação e ao funcionamento de órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal;
- X – Suspender a contratação de novos serviços de consultoria de qualquer natureza;
- XI – Suspender a realização de recepções, homenagens, solenidades e demais eventos que impliquem em acréscimo de despesa e a consequente contratação de empresas para realização das citadas atividades, ressalvados os casos excepcionais, devidamente justificados e previamente aprovados pelo Comitê de Contenção de Despesas – CCD;
- XII – Suspender as concessões de patrocínios de qualquer natureza;
- XIII – Suspender, por prazo indeterminado, a possibilidade de ajuste de percentual, valor, índice ou quantidade, que altere o valor de vantagens pecuniárias de qualquer natureza e resulte em aumento de despesas com pessoal e encargos sociais, exceto àquelas decorrentes de vantagens por tempo de serviço ou evolução funcional;
- XIV – Suspender as autorizações de viagens para servidores a serviço da Administração Municipal, ressalvados os casos excepcionais, devidamente justificados e previamente aprovados pelo Comitê de Contenção de Despesas – CCD;
- XV – Suspender a emissão de diárias, ressalvados os casos excepcionais, devidamente justificados e previamente aprovados pelo Comitê de Contenção de Despesas – CCD;
- XVI – Controlar rigorosamente a frota de veículos do Município, com intuito de racionalizar os gastos com combustível e manutenção.

Art. 3º Os órgãos e entidades da Administração Municipal, de imediato, deverão adotar medidas necessárias para:

- I – Reduzir no mínimo 40% (quarenta por cento) das despesas de telefonia em relação à média do trimestre anterior;
- II – Reduzir no mínimo 30% (trinta por cento) do valor gasto com reprografia;
- III – Reduzir no mínimo 30% (trinta por cento) das despesas de consumo de água e energia elétrica de cada unidade administrativa;
- IV – Reduzir no mínimo 20% (vinte por cento) do valor dos contratos, em especial, os relativos à manutenção predial, manutenção de

veículos, equipamentos, dentre outros;
V – Reduzir os custos das mídias em no mínimo 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo único. As unidades administrativas competentes adotarão as medidas e procedimentos necessários à redução das despesas de custeio administrativo e a sua adequação aos limites fixados neste Decreto, inclusive com relação aos contratos, licitações e a descentralização de créditos.

Art. 4º Fica criado o Comitê de Contenção de Despesas – CCD, destinado a acompanhar, medir o desempenho e auxiliar os responsáveis pelas unidades administrativas no alcance das medidas estabelecidas neste Decreto.

Art. 5º Integram o Comitê de Contenção de Despesas – CCD, os seguintes órgãos municipais:

- I – Advocacia Assessoria Geral;
- II – Secretaria Municipal da Fazenda;
- III – Secretaria Municipal da Administração;
- IV – Secretaria Municipal do Planejamento;
- V – Chefia de Gabinete.

Art. 6º Compete ao Comitê de Contenção de Despesas – CCD:

- I – Coordenar e supervisionar o cumprimento das medidas administrativas e das metas estabelecidas neste Decreto;
- II – Requisitar servidores;
- III – Requisitar relatórios, planilhas, demonstrativos, dentre outros tipos de documentos;
- IV – Propor ao Prefeito medidas administrativas que visem racionalizar as rotinas de trabalho, com vistas a tornar mais eficientes e econômicas as atividades burocráticas desempenhadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo;
- V – Elaborar políticas de gestão em parceria com os dirigentes das Secretarias Municipais, visando adequar as medidas administrativas de contenção de despesa, em concordância com o presente Decreto, sem comprometer os níveis de atendimento à população;
- VI – Aprovar toda e qualquer despesa nova, desde que não seja oriunda de repasses vinculados de caráter legal;

§ 1º O Comitê de Contensão de Despesas – CCD será coordenado pela Advocacia Assessoria Geral.

§ 2º O Comitê de Contensão de Despesas – CCD poderá se desdobrar em Grupos de Trabalho, de acordo com a necessidade.

§ 3º Toda e qualquer despesa que pretendam, os órgãos e entidades da Administração Municipal, contrair dependerá de prévia aprovação do Comitê de Contensão de Despesas – CCD.

§ 4º Despesas efetuadas sem a prévia aprovação do Comitê de Contensão de Despesas – CCD serão de inteira responsabilidade do agente público que as constituiu.

§ 5º O Comitê de Contenção de Despesas realizará reuniões ordinárias nas segundas-feiras e extraordinárias todas às vezes que houver necessidade.

Art. 7º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 23 de setembro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA DA SESSÃO 67.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

AVISO DE REABERTURA DA SESSÃO

O Município de São Pedro de Alcântara informa que estará recebendo o Credenciamento das empresas interessadas às 08h45min do dia 05 de outubro de 2015, na sala de reuniões de Licitações, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – São Pedro de Alcântara SC, e realizará a reabertura da sessão pública do Pregão Presencial n.º 67/2015, o qual tem como objeto a aquisição parcelada e estimada de pneus e Câmara de Ar NOVOS para a frota da Prefeitura Municipal, as 09h00min horas do mesmo dia. Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.000, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 1.000, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

“Denomina Logradouro Público no Bairro Santa Teresa e dá outras providências”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Balduino Clemente Junckes, a via principal do Loteamento Junckes com 217,27m (duzentos e dezessete metros e vinte e sete centímetros) de extensão, por 7m (sete metros de Largura, situado no Km26, da Rodovia SC-281.

Art. 2º - Fica autorizada a colocação de uma placa de identificação com nome correto, nos padrões municipais, no início da Rua denominada no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 22 de setembro de 2015.

Jucelio Kremer

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.001, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 1.001, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

“Declara Integrante do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Pedro de Alcântara, a “Língua Hunsrik” de origem Germânica”.

JUCELIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada integrante do patrimônio histórico e cultural do Município de São Pedro de Alcântara a “Língua Hunsrik”, de uso comum entre os descendentes de imigrantes germânicos chegados há quase dois séculos da Alemanha ao Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 22 de setembro de 2015.

Jucelio Kremer

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.002, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 1.002, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

“Aprova o Plano de Ação dos Recursos Remanescentes da Saúde e dá outras providências”.

JUCELIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano de Ação, constante no Anexo I desta Lei, referente a aplicação de recursos remanescentes na área da Saúde do Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 2º - Revoga-se as condições em contrário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 22 de setembro de 2015.

Jucelio Kremer

Prefeito Municipal

LEI Nº 999, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 999, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

“Dispõe Sobre a Fixação do Piso Salarial Profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias no Valor de R\$1.014,00 mensais e dá outras providências”.

JUCELIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É fixado o Piso salarial profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, no valor de R\$1.014,00 (mil e quatorze reais) mensais, conforme Lei Federal nº12.994, de 17 de junho de 2014.

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a pagar a diferença entre o novo piso salarial e o anterior desde 17 de junho de 2014 em quatro parcelas mensais e sucessivas.

Art. 3º - Para fazer face a despesa de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento Geral do Município de São Pedro de Alcântara e do Ministério da Saúde.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seis efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 22 de setembro de 2015.

Jucelio Kremer

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2012-ESF/NASF

Convocação Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. RAQUEL DE MELO SILVA, inscrita no CPF sob nº. 181.190.198-06, aprovada em 10º lugar no Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF, para o cargo de ENFERMEIRA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00 h do dia 02 de outubro de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 22 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. NIVANA PEREIRA GOMES, inscrita no CPF sob nº. 043.432.229-69, aprovada em 11º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 02 de outubro de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 22 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 3.411/2015 DE 2 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.411/2015 de 2 de setembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.303.3013.2.438 - Assistência Farmacêutica

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0064 - Material de Consumo R\$ 60.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 02 de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.418/2015 DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.418/2015 de 4 de setembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.100,00 (dez mil e cem reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 10.100,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0211 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 10.100,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.424/2015 DE 9 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.424/2015 de 9 de setembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - UNID. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.02.22.661.3008.2.319 - Contribuição a Schroeder Fest e Expo Schroeder

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 25.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - UNID. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.02.22.661.3008.2.319 - Contribuição a Schroeder Fest e Expo Schroeder

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 25.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.425/2015 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.425/2015 de 18 de setembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA
04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA
04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalações R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 18 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.426/2015 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.426/2015 de 18 de setembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - UNID. DE SAÚDE
04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde
3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Indenizações Restituições Trabalhistas R\$3.200,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**04.01 - UNID. DE SAÚDE**

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 3.200,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 18 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 242/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 242/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 161/2015 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 81/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO IRMÃOS VICENZI LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 97.478.002/0001-22, estabelecida na Rua Frida Piske Krueger, nº 570, Barra do Rio Cerro, na cidade de Jaraguá do Sul, CEP: 89.260-490

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de carneiras (caixas de concreto montáveis, composto de seis peças) para o Cemitério Municipal da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Carneira (caixas de concreto montáveis composto (seis peças), medindo 80 centímetros de largura X 2,25 metros de comprimento X 60 centímetros de altura, com armação de tela 4,2 centímetros. A espessura das peças 4,5 centímetros. Para Cemitério Municipal,	60	Unidade	200,00	12.000,00
02	Carneira (caixas de concreto montáveis composto (seis peças), medindo 90 centímetros de largura X 2,25 metros de comprimento X 60 centímetros de altura, com armação de tela 4,2 centímetros. A espessura das peças 4,5 centímetros. Para Cemitério Municipal,	20	Unidade	200,00	4.000,00
TOTAL R\$					16.000,00

Valor do contrato: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Data da Assinatura: 23/09/2015 – Vigência: 23/09/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 243/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 243/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 74/2015-PMS - Processo nº. 200/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAPELARIA GRAFIPEL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.319.052/0001-97, estabelecida na Rua Quintino Bocaiuva, nº 42, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-680,

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de papel bismark para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Papel bismark 1.800 gramatura de 80 x 1m	10	Peças	9,90	99,00
TOTAL R\$					99,00

Valor do contrato: R\$ 99,00 (noventa e nove reais).

Data da Assinatura: 23/09/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 244/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 244/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 76/2015-PMS - Processo nº. 202/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NICOCCELI COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.164.947/0001-09, estabelecida na Rua Carlos Hardt nº 1700, bairro Vila Lalau, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-580

Objeto: Constitui o presente a Aquisição de vasos sanitários para manutenção de estrutura em Banheiros dos Centros de Educação Infantil "Creches" da Secretaria de Educação. Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Vaso sanitário, com anel de vedação, assento sanitário branco e um par de parafuso para fixação do vaso.	05	Unidade	132,40	662,00
TOTAL R\$					662,00

Valor do contrato: R\$ 662,00 (seiscentos e sessenta e dois reais).

Data da Assinatura: 23/09/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 245/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 245/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 77/2015-PMS - Processo nº. 203/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.666.159/0001-89, estabelecida na Rua Venâncio da Silva, nº 353, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.252-230

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de quadro branco para manutenção de estrutura em sala de aula de unidade no Ensino Fundamental da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Quadro Branco em duratex para sala de aula com moldura de alumínio 2,50 x 1,20	1	Unid.	372,00	372,00
02	Quadro Branco em duratex para sala de aula com moldura de alumínio 3,00 x 1,20	3	Unid.	407,00	1.221,00
TOTAL R\$					1.593,00

Valor do contrato: R\$ 1.593,00 (um mil quinhentos e noventa e três reais).

Data da Assinatura: 23/09/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 246/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 246/2015-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 09/2015-PMS - Processo nº. 153/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de ampliação da Creche Cristiane Inês Zerbini, com área da edificação a construir de 140,31m², neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 202.698,05 (duzentos e dois mil seiscentos e noventa e oito reais e cinco centavos)

Data da Assinatura: 23/09/2015 – Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 247/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 247/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 78/2015-PMS - Processo nº. 204/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DIVA THUM, inscrita no CPF sob o nº. 647.755.260-49 e Carteira de Identidade nº. 1049642174, residente e domiciliado na Rua

Leopoldo Friedel nº. 188, Ilha da Figueira, Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de Serviço Responsabilidade técnica para exposição de animais na Schroederfest, dias 1, 2, 3 e 4 de outubro de 2015. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Responsabilidade técnica para exposição de animais na Schroederfest, dias 1, 2, 3 e 4 de outubro de 2015	Dias	04	300,00	1.200,00
TOTAL R\$					1.200,00

Valor do contrato: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Data da Assinatura: 23/09/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.121/2015

LEI Nº2.121/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$74.000,00 (SETENTA E QUATRO MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2015, no valor de até R\$74.000,00 (setenta e quatro mil reais), como segue:

02 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
01 – CHEFIA DE GABINETE			
06.181.3014.2.343 – MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR			
3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo	17.000,00
03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
04.122.3001.2.305 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
3.3.50.41.00.00	00.01.0000	Contribuições	57.000,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.364.3009.2.328 – CONTRIBUIÇÃO BOLSA A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS			
3.3.90.18.00.00	00.01.0000	Auxílio Financeiro a Estudantes	10.000,00
06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
02 – UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS			
15.451.3003.1.305 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS			
4.4.90.52.00.00	00.01.0000	Equipamentos e Material Permanente	64.000,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº2075/2014 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 23 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.122/2015

LEI Nº2.122/2015

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (cmel) da RUA GUILHERME BAUER – TRECHO II, e dá outras providências.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria (CMEL) em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada na obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na rua abaixo descrita:

a) Rua GUILHERME BAUER – TRECHO II, localizada no Bairro Centro Norte, com extensão de 516 m (quinhentos e dezesseis metros) – ANEXO I – Área de Influência Direta.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Schroeder/SC e por meio de financiamento obtido junto ao BADESC – Agência Catarinense de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A, ou mediante repasse através do Orçamento Geral da União – OGU, bem como programa FUNDAM ;correspondendo à quantia de R\$ 844.794,52 (Oitocentos e quarenta e quatro mil setecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que lhe for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através do Diário Oficial dos Município (DOM), contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação da zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Schroeder, cabendo ao impugnante ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, o qual, após manifestação da Diretoria de Tributação e da Procuradoria Municipal, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I – da decisão proferida pela Municipalidade, será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II – a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo Correio, com aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa jurídica;

c) por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

III – em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências e emissão de laudos técnicos, será determinada a realização do ato necessário e agendada a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – no caso de instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição de melhoria deverá ser observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no art. 145, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c art. 81 e 82, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 2º A apuração far-se-á levando em consideração:

I – a situação do terreno na Zona de Influência;

II – sua área;

III – sua Topografia e Topologia, além de outros elementos a serem considerados isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção a atualização monetária.

§ 4º Estão inclusos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para pagamento;

V – prazo para impugnação;

Parágrafo único – As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizadas aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimentos do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação, ou ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, para os devidos fins.

Art. 9º a notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição do cadastro fiscal do Município;

II – local e data de expedição;

III – identificação da Contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;

IV – prazo para impugnação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que se deve ser procedido o recolhimento;

V – assinatura do notificado e da autoridade notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira para o notificado;

II – a segunda juntada à pasta referente ao processo de Contribuição de Melhoria.

Art. 11. Sempre que por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correios), com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

IV - em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

Parágrafo único. O parcelamento será requerido pelo contribuinte, junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 1º A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º Na hipótese de reparcèlement autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a Contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídas da incidência da Contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora, nos termos da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 23 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ANEXO I – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Imóvel	Lado	Código	Proprietário	Código	Corresponsável
3744	Esquerdo	6321	Clovis Puhl		
3743	Esquerdo	10941	Eduardo da Silva		
3740	Esquerdo	2384	Garcia Investimentos Imobiliários Ltda		
3739	Esquerdo	2384	Garcia Investimentos Imobiliários Ltda	7848	Janete S. Bertotti
3738	Esquerdo	4326	Luiz Carlos de Oliveira		
3737	Esquerdo	12039	Claucineia Cristina Wollmann		
3736	Esquerdo	2387	Lucas Oechsler		
3734	Esquerdo	2384	Garcia Investimentos Imobiliários Ltda		
3732	Esquerdo	2390	Marcilda Kanzler Schumach		
3731	Esquerdo	13465	Rafael Adolfo Delmônego		
3752	Esquerdo	2121	Zero Grau Comércio e Transportes Ltda EPP		
3782	Esquerdo	99	Ademir Bruch		
3781	Esquerdo	3511	Sandro Dias Menegatti		
3780	Esquerdo	8780	Elton Luiz Otto		
3779	Esquerdo	7968	Daniel Maffezzolli		
3778	Esquerdo	2384	Garcia Investimentos Imobiliários Ltda		
3777	Esquerdo	3672	Valdir Adams		
3776	Esquerdo	13018	Ademar Bar		
3775	Esquerdo	13660	Giovane Flôr		
3774	Esquerdo	10936	Rodrigo Xavier da Silva		
3773	Esquerdo	3669	Aginaldo José da Silva		
3772	Esquerdo	4566	Claudio Sommerfeldt		
3771	Esquerdo	3661	Joaquim Teixeira de Souza		
4458	Esquerdo	12206	Brasil Sul Embalagens Ltda		
3643	Direito	14133	Moises Junior Formagini		
3645	Direito	13437	Convenção Regional Sul das igrejas Adventistas da Promessa		
3646	Direito	8264	Dirceu Ribeiro		
3647	Direito	13381	Raquel Sara Strelow		
3648	Direito	7218	Antonio Gilson de Campos		
3649	Direito	2384	Garcia Investimentos Imobiliários Ltda		
3650	Direito	322	Mario Ender		
3651	Direito	9836	Fabion Martinelli		
3652	Direito	14528	Manara Simi Del Vecchio da Rosa		
3653	Direito	12788	Aldemir Lange		
3656	Direito	2384	Garcia Investimentos Imobiliários Ltda		
3660	Direito	10924	Pedro Nunes da Silva Filho		
3662	Direito	11488	Elvis Mai Kaplan		
3663	Direito	3594	Dulce Schrank de Albernaz		
3666	Direito	2555	Dario Schrank		
3674	Direito	2561	Valdir Kasburg		

3677	Direito	2564	Elidio Wolf		
3680	Direito	2565	Gleci Theisen		
3682	Direito	2793	Ingo Poffo		
3684	Direito	6358	Francieli Vogel		
3686	Direito	14997	Marli Kisler		
3688	Direito	11301	Diego Balena		
3692	Direito	3521	Enio Arnaldo Fruhauf		
3695	Direito	3036	Adir Strelow		
3706	Direito	3609	Marcos Correa		
3708	Direito	14839	Sirley Vargas		
3712	Direito	6	Município de Schroeder		
9273	Direito	980	Amarildo Tomaselli (Espólio)	3798	Paulo G. Friedemann

ANEXO II

O CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA VIA

PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - (Recurso Global)							PLANILHA Cliente	
MUNICÍPIO:	SCHROEDER 01						FOLHA No	
PROJETO:	SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SERVIÇOS COMPLEMEN- TARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA GUILHERME BAUER - TRECHO 2 (ESTACA 15 ATÉ A ESTACA 40+16,00m) 05/03/2015						DATA	
LOCALIZAÇÃO:	RUA GUILHERME BAUER - TRECHO 2 (ESTACA 15 ATÉ A ESTACA 40+16,00) - BAIRRO CENTRO-NORTE							
Data de referência dos custos:		Sinapi Janeiro/2015 c/ desoneração. Sicro 2 Novembro/2014						
ITEM	CÓDIGO (SINAPI / SICRO)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNI- TÁRIO	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO
1	SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1	74209/001	Placa de Obra em chapa de aço galvanizado (3,00x1,00 m)	m²	3,00	303,42	22,77%	372,51	1.117,53
SUBTOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES								1.117,53
2	DRENAGEM							
2.1	73576	Escavação mecanizada de valas em material de 1ª. categoria, inclusive carga	m³	1.641,12	4,09	22,77%	5,02	8.238,42
2.2	72875	Transporte local com caminhão basculante 6 m³, rodovia com revestimento primário, DMT até 5,0 km	m³ x km	8.205,60	1,02	22,77%	1,25	10.257,00
2.3	6193	Tábua para assentamento de tubulação com largura de 20,0cm e espessura de 2,5cm	m	1.044,00	5,45	22,77%	6,68	6.973,92
2.4	7796	Fornecimento de tubulação de concreto simples DN300mm para águas pluviais	m	30,00	17,00	22,77%	20,87	626,10
2.5	73730	Assentamento de tubulação de concreto DN300mm	m	30,00	14,14	22,77%	17,36	520,80
2.6	7781	Fornecimento de tubulação de concreto simples DN400mm para águas pluviais	m	0,00	20,75	22,77%	25,48	0,00
2.7	73724	Assentamento de tubulação de concreto DN400mm	m	0,00	17,44	22,77%	21,41	0,00
2.8	7791	Fornecimento de tubulação de concreto simples DN600mm para águas pluviais	m	506,00	36,14	22,77%	44,37	22.451,22
2.9	73722	Assentamento de tubulação de concreto DN600mm	m	506,00	33,93	22,77%	41,66	21.079,96
2.10	7750	Fornecimento de tubulação de concreto armado DN800mm para águas pluviais	m	538,00	117,79	22,77%	144,61	77.800,18

2.11	73720	Assentamento de tubulação de concreto DN800mm	m	538,00	70,63	22,77%	86,71	46.649,98
2.12	7753	Fornecimento de tubulação de concreto armado DN1000mm para águas pluviais	m	0,00	180,27	22,77%	221,32	0,00
2.13	73721	Assentamento de tubulação de concreto DN1000mm	m	0,00	106,31	22,77%	130,51	0,00
2.14	Composição	Rejuntamento da tubulação com geotêxtil 300g/m²	m²	1.571,76	6,63	22,77%	8,14	12.794,13
2.15	4746	Material de jazida (seixo), sem transporte	m³	1.051,68	32,40	22,77%	39,78	41.835,83
2.16	72824	Escavação, carga e transporte de seixo	m³	1.051,68	5,10	22,77%	6,26	6.583,52
2.17	74034/001	Espalhamento de seixo com trator de esteira	m³	1.051,68	2,13	22,77%	2,62	2.755,40
2.18	83659	Boca-de-lobo em alvenaria de tijolos maciços, revestida c/ argamassa de cimento e areia 1:3, sobre lastro de concreto 10cm e tampa de concreto armado (medição direta de projeto)	unid.	30,00	611,21	22,77%	750,38	22.511,40
2.19	Composição	Caixa de Ligação (CL-1) para águas pluviais em concreto armado, 1,10x1,10x1,40m, coletor D=60cm, parede e=15cm, base de concreto fck=10MPa, revestida c/ argamassa cim/areia 1:4, incluindo fornecimento de todos os materiais	unid.	0,00	1.547,62	22,77%	1.900,01	0,00
2.20	Composição	Caixa de Ligação (CL-2) para águas pluviais em concreto armado, 1,30x1,30x1,40m, coletor D=80cm, parede e=15cm, base de concreto fck=10MPa, revestida c/ argamassa cim/areia 1:4, incluindo fornecimento de todos os materiais	unid.	10,00	1.888,75	22,77%	2.318,82	23.188,20
2.21	73856/003	Boca para bueiro simples tubular, DN 80 cm, em concreto ciclópico, incluindo formas, escavação, reaterro e materiais	unid.	3,00	819,16	22,77%	1.005,69	3.017,07
SUBTOTAL DRENAGEM								307.283,13
3	TERRAPLENAGEM							
3.1	74151/001	Escavação e carga de solos inservíveis nos bordos para bota fora, utilizando trator de esteiras com lâmina, e pá carregadeira	m³	1.288,12	3,32	22,77%	4,08	5.255,53
3.2	72875	Transporte local de solos inservíveis com caminhão basculante 6 m³, rodovia com revestimento primário, DMT até 5 km	m³ x km	6.440,60	1,02	22,77%	1,25	8.050,75
3.3	4746	Material de jazida (seixo) para preenchimento das remoções dos bordos, sem transporte	m³	1.288,12	32,40	22,77%	39,78	51.241,41
3.4	72824	Escavação, carga e transporte de seixo	m³	1.288,12	5,10	22,77%	6,26	8.063,63
3.5	74034/001	Espalhamento de seixo para preenchimento das remoções dos bordos com trator de esteira	m³	1.288,12	2,13	22,77%	2,62	3.374,87
3.6	74005/002	Compactação de seixo a 95% do P.N.	m³	1.288,12	2,50	22,77%	3,07	3.954,53
3.7	4746	Material de jazida (seixo) para sub-base e = 0,50 m, sem transporte	m³	2.701,50	32,40	22,77%	39,78	107.465,67
3.8	72824	Escavação, carga e transporte de seixo	m³	2.701,50	5,10	22,77%	6,26	16.911,39
SUBTOTAL TERRAPLENAGEM								204.317,78
4	PAVIMENTAÇÃO							
4.1	74034/001	Regularização da sub-base e=0,50m	m³	2.701,50	2,13	22,77%	2,62	7.077,93
4.2	41722	Compactação da sub-base a 100% P.N.	m³	2.701,50	2,50	22,77%	3,07	8.293,61
4.3	73710	Base para pavimentação com brita graduada, inclusive compactação, e = 10 cm	m³	540,30	127,09	22,77%	156,03	84.303,01
4.4	83356	Transporte de brita graduada, DMT até 10,0km	m³ x km	5.403,00	0,66	22,77%	0,81	4.376,43
4.5	72945	Imprimação de base com emulsão CM 30	m²	5.403,00	3,57	22,77%	4,39	23.719,17
4.6	72943	Pintura de ligação com emulsão RR-2C	m²	5.403,00	1,15	22,77%	1,41	7.618,23
4.7	REVESTIMENTO EM C.B.U.Q. "FAIXA C" DNER							
4.7.1	72965	Fornecimento e execução de C.B.U.Q. CAP 50/70, e = 5,0 cm, exclusive transporte	t	463,99	176,40	22,77%	216,57	100.486,75

4.7.2	72965	Fornecimento e execução de C.B.U.Q. CAP 50/70, e = 2,5 cm, exclusive transporte	t	92,18	176,40	22,77%	216,57	19.964,29
4.7.3	83444	Transporte material pavimentação asfáltica(C.B.U.Q. CAP 50/70), dmt ATÉ 10,0km	t x km	5.561,80	0,80	22,77%	0,98	5.450,56
SUBTOTAL PAVIMENTAÇÃO								261.289,98
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES							
5.1	73789/002	Meio-fio de concreto moldado in loco	m	1.014,80	43,16	22,77%	52,99	53.774,25
5.2	73964/004	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio-fio	m³	405,92	22,93	22,77%	28,15	11.426,65
SUBTOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES								65.200,90
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA							
6.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL							
6.1.1	72947	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta retrorrefletiva a base de acrilados com micro-esferas de vidro e durabilidade de 2 anos	m²	218,66	14,72	22,77%	18,07	3.951,19
6.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL							
6.2.1	79478	Escavação para execução de blocos de concreto simples para ancoragem das placas	m³	0,29	32,00	22,77%	39,28	11,31
6.2.2	73406	Blocos de concreto simples (30 x 30 x 40cm), fck=15MPa, incluindo preparo mecânico, lançamento e adensamento	m³	0,29	403,52	22,77%	495,41	142,68
6.2.3	Composição	Confecção e instalação de suporte metálico para fixação de placa	unid	8,00	109,05	22,77%	133,88	1.071,04
6.2.4	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte), R-19	m²	0,19	53,82	22,77%	66,08	12,56
6.2.5	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte), R1	m²	2,36	122,70	22,77%	150,64	355,51
6.2.6	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte), A33a / A33b	m²	0,60	55,55	22,77%	68,19	40,91
SUBTOTAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA								5.585,20
VALOR TOTAL R\$								R\$ 844.794,52
DATA:		NOME:		ASSINATURA:				
05/03/2015		Otoniel da Silva						
		Nº CREA / CAU:						
		CAU/SC - A60922-6						

LEI Nº 2.123/2015

LEI Nº2.123/2015

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (cmel) da RUA guilherme ZASTROW E dá outras providências.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria (CMEL) em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada na obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na rua abaixo descrita:

a) Rua GUILHERME ZASTROW, localizada no Bairro Sossego, com extensão de 220 m (duzentos metros) – ANEXO I – Área de Influência Direta.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Schroeder/SC e por meio de financiamento obtido junto ao BADESC – Agência Catarinense de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A, ou mediante repasse através do Orçamento Geral da União – OGU, bem como programa FUNDAM ;correspondendo à quantia de R\$ 298.793,08 (Duzentos e noventa e oito mil setecentos e noventa e três reais e oito centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que lhe for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através do Diário Oficial dos Município (DOM), contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento total ou parcial do custo das obras;

c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;

d) delimitação da zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Schroeder, cabendo ao impugnante ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, o qual, após manifestação da Diretoria de Tributação e da Procuradoria Municipal, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I – da decisão proferida pela Municipalidade, será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II – a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo Correio, com aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa jurídica;

c) por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

III – em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências e emissão de laudos técnicos, será determinada a realização do ato necessário e agendada a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – no caso de instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição de melhoria deverá ser observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no art. 145, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c art. 81 e 82, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 2º A apuração far-se-á levando em consideração:

I – a situação do terreno na Zona de Influência;

II – sua área;

III – sua Topografia e Topologia, além de outros elementos a serem considerados isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção a atualização monetária.

§ 4º Estão inclusos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para pagamento;

V – prazo para impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizadas aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimentos do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação, ou ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição do cadastro fiscal do Município;

II – local e data de expedição;

III – identificação da Contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;

IV – prazo para impugnação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que se deve ser procedido o recolhimento;

V – assinatura do notificado e da autoridade notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira para o notificado;

II – a segunda juntada à pasta referente ao processo de Contribuição de Melhoria.

Art. 11. Sempre que por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correios), com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

IV - em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

Parágrafo único. O parcelamento será requerido pelo contribuinte, junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 1º A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º Na hipótese de reparcèlement autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a Contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídas da incidência da Contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora, nos termos da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 23 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ANEXO I – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Imóvel	Lado	Código	Proprietário
2032	Esquerdo	4629	Evelino Waldemar Berger
2031	Esquerdo	912	Ronimir Muller
2029	Esquerdo	912	Ronimir Muller
2027	Esquerdo	1711	Delmar Szymanczuk
2026	Esquerdo	915	Invalid Strelow
2035	Esquerdo	916	Isolde Tilschneider
2048	Esquerdo	917	Geiza Boehme Forte
2046	Esquerdo	503	Edison Krause
2057	Esquerdo	918	Osmar Richter
1989	Esquerdo	14105	Daniel Budal Arins
2025	Esquerdo	890	Marilson Krogel
4993	Esquerdo	7892	Sueli Guckert Viergutz
2020	Esquerdo	10125	Soeli Kisler Strada
2015	Esquerdo	893	Hilda Karsten Kreis
4861	Direito	11722	Eduardo Cardoso Castaldo
4887	Direito	4531	Dulce Terezinha da Silva
4819	Direito	5496	Gilmar Szymanczuk
4886	Direito	12621	Elizeu Souto dos Santos
4817	Direito	4333	Arlindo Borgmann
4818	Direito	8383	Nirce Teresinha Bortolini Obenaus
4170	Direito	8337	Carmem Zils Becker
4169	Direito	2937	Claudio Cesar Becker
9230	Direito	4293	Genival Martins
4750	Direito	3953	Claudemir Lucas Alves
4815	Direito	4792	Jucelia Aparecida Ribeiro Rovani
4814	Direito	4358	Dirceu de Oliveira
7904	Direito	7773	Silvia Zils Pauli
4813	Direito	41	Genecir Raimundo Grando Scorsato
800	Direito	41	Genecir Raimundo Grando Scorsato

ANEXO II

O CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA VIA

PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - (Recurso Global)			PLANILHA Cliente	
MUNICÍPIO:	SCHROEDER 01		FOLHA No	
PROJETO:	SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA GUILHERME ZASTROW 05/03/2015		DATA	
LOCALIZAÇÃO:	RUA GUILHERME ZASTROW - ESTACA 0 ATÉ A ESTACA 11 - BAIRRO CENTRO-NORTE			
Data de referência dos custos:		Sinapi Janeiro/2015 c/ desoneração. Sicro 2 Novembro/2014		

ITEM	CÓDIGO (SINAPI / SICRO)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁ- RIO	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SER- VIÇO
1	SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1	74209/001	Placa de Obra em chapa de aço galva- nizado (3,00x1,00 m)	m²	3,00	303,42	22,77%	372,51	1.117,53
SUBTOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES								1.117,53
2	DRENAGEM							
2.1	73576	Escavação mecanizada de valas em ma- terial de 1ª. categoria, inclusive carga	m³	401,35	4,09	22,77%	5,02	2.014,78
2.2	72875	Transporte local com caminhão bascu- lante 6 m³, rodovia com revestimento primário, DMT até 5,0 km	m³ x km	2.006,75	1,02	22,77%	1,25	2.508,44
2.3	6193	Tábua para assentamento de tubulação com largura de 20,0cm e espessura de 2,5cm	m	429,00	5,45	22,77%	6,68	2.865,72
2.4	7796	Fornecimento de tubulação de concreto simples DN300mm para águas pluviais	m	16,00	17,00	22,77%	20,87	333,92
2.5	73730	Assentamento de tubulação de concreto DN300mm	m	16,00	14,14	22,77%	17,36	277,76
2.6	7781	Fornecimento de tubulação de concreto simples DN400mm para águas pluviais	m	214,00	20,75	22,77%	25,48	5.452,72
2.7	73724	Assentamento de tubulação de concreto DN400mm	m	214,00	17,44	22,77%	21,41	4.581,74
2.8	7791	Fornecimento de tubulação de concreto simples DN600mm para águas pluviais	m	215,00	36,14	22,77%	44,37	9.539,55
2.9	73722	Assentamento de tubulação de concreto DN600mm	m	215,00	33,93	22,77%	41,66	8.956,90
2.10	7750	Fornecimento de tubulação de concreto armado DN800mm para águas pluviais	m	0,00	117,79	22,77%	144,61	0,00
2.11	73720	Assentamento de tubulação de concreto DN800mm	m	0,00	70,63	22,77%	86,71	0,00
2.12	7753	Fornecimento de tubulação de concreto armado DN1000mm para águas pluviais	m	0,00	180,27	22,77%	221,32	0,00
2.13	73721	Assentamento de tubulação de concreto DN1000mm	m	0,00	106,31	22,77%	130,51	0,00
2.14	Composi- ção	Rejuntamento da tubulação com geo- têxtil 300g/m²	m²	450,72	6,63	22,77%	8,14	3.668,86
2.15	4746	Material de jazida (seixo), sem trans- porte	m³	270,40	32,40	22,77%	39,78	10.756,51
2.16	72824	Escavação, carga e transporte de seixo	m³	270,40	5,10	22,77%	6,26	1.692,70
2.17	74034/001	Espalhamento de seixo com trator de esteira	m³	270,40	2,13	22,77%	2,62	708,45
2.18	83659	Boca-de-lobo em alvenaria de tijolos maciços, revestida c/ argamassa de cimento e areia 1:3, sobre lastro de concreto 10cm e tampa de concreto armado (medição direta de projeto)	unid.	16,00	611,21	22,77%	750,38	12.006,08
2.19	Composi- ção	Caixa de Ligação (CL-1) para águas pluviais em concreto armado, 1,00x1,00x1,40m, coletor D=40cm, parede e=15cm, base de concreto fck=10MPa, revestida c/ argamassa cim/areia 1:4, incluindo fornecimento de todos os materiais	unid.	2,00	1.318,08	22,77%	1.618,21	3.236,42
2.20	Composi- ção	Caixa de Ligação (CL-2) para águas pluviais em concreto armado, 1,10x1,10x1,40m, coletor D=60cm, parede e=15cm, base de concreto fck=10MPa, revestida c/ argamassa cim/areia 1:4, incluindo fornecimento de todos os materiais	unid.	2,00	1.547,62	22,77%	1.900,01	3.800,02
SUBTOTAL DRENAGEM								72.400,57

3	TERRAPLENAGEM							
3.1	74151/001	Escavação e carga de solos inservíveis nos bordos para bota fora, utilizando trator de esteiras com lâmina, e pá carregadeira	m³	549,53	3,32	22,77%	4,08	2.242,08
3.2	72875	Transporte local de solos inservíveis com caminhão basculante 6 m³, rodovia com revestimento primário, DMT até 5 km	m³ x km	2.747,65	1,02	22,77%	1,25	3.434,56
3.3	4746	Material de jazida (seixo) para preenchimento das remoções dos bordos, sem transporte	m³	549,53	32,40	22,77%	39,78	21.860,30
3.4	72824	Escavação, carga e transporte de seixo	m³	549,53	5,10	22,77%	6,26	3.440,06
3.5	74034/001	Espalhamento de seixo para preenchimento das remoções dos bordos com trator de esteira	m³	549,53	2,13	22,77%	2,62	1.439,77
3.6	74005/002	Compactação de seixo a 95% do P.N.	m³	549,53	2,50	22,77%	3,07	1.687,06
3.7	4746	Material de jazida (seixo) para sub-base e = 0,50 m, sem transporte	m³	1.130,38	32,40	22,77%	39,78	44.966,52
3.8	72824	Escavação, carga e transporte de seixo	m³	1.130,38	5,10	22,77%	6,26	7.076,18
SUBTOTAL TERRAPLENAGEM								86.146,53
4	PAVIMENTAÇÃO							
4.1	74034/001	Regularização da sub-base e=0,50m	m³	1.130,38	2,13	22,77%	2,62	2.961,60
4.2	41722	Compactação da sub-base a 100% P.N.	m³	1.130,38	2,50	22,77%	3,07	3.470,27
4.3	73710	Base para pavimentação com brita graduada, inclusive compactação, e = 10 cm	m³	226,07	127,09	22,77%	156,03	35.273,70
4.4	83356	Transporte de brita graduada, DMT até 10,0km	m³ x km	2.260,75	0,66	22,77%	0,81	1.831,21
4.5	72945	Imprimação de base com emulsão CM 30	m²	2.260,75	3,57	22,77%	4,39	9.924,69
4.6	72943	Pintura de ligação com emulsão RR-2C	m²	2.260,75	1,15	22,77%	1,41	3.187,66
4.7	REVESTIMENTO EM C.B.U.Q. "FAIXA C" DNER							
4.7.1	72965	Fornecimento e execução de C.B.U.Q. CAP 50/70, e = 5,0 cm, exclusive transporte	t	192,43	176,40	22,77%	216,57	41.675,00
4.7.2	72965	Fornecimento e execução de C.B.U.Q. CAP 50/70, e = 2,5 cm, exclusive transporte	t	39,43	176,40	22,77%	216,57	8.539,79
4.7.3	83444	Transporte material pavimentação asfáltica(C.B.U.Q. CAP 50/70), DMT até 10,0km	t x km	2.318,60	0,80	22,77%	0,98	2.272,23
SUBTOTAL PAVIMENTAÇÃO								109.136,15
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES							
5.1	73789/002	Meio-fio de concreto moldado in loco	m	435,70	43,16	22,77%	52,99	23.087,74
5.2	73964/004	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio-fio	m³	174,28	22,93	22,77%	28,15	4.905,98
SUBTOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES								27.993,72
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA							
6.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL							
6.1.1	72947	Pintura de faixas, setas e zebrações com tinta retrorrefletiva a base de acrilados com microesferas de vidro e durabilidade de 2 anos	m²	88,04	14,72	22,77%	18,07	1.590,88
6.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL							
6.2.1	79478	Escavação para execução de blocos de concreto simples para ancoragem das placas	m³	0,07	32,00	22,77%	39,28	2,83

6.2.2	73406	Blocos de concreto simples (30 x 30 x 40cm), fck=15MPa, incluindo preparo mecânico, lançamento e adensamento	m³	0,07	403,52	22,77%	495,41	35,67
6.2.3	Composição	Confecção e instalação de suporte metálico para fixação de placa	unid	2,00	109,05	22,77%	133,88	267,76
6.2.4	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte), R-19	m²	0,19	53,82	22,77%	66,08	12,56
6.2.5	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte), R1	m²	0,59	122,70	22,77%	150,64	88,88
SUBTOTAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA								1.998,58
VALOR TOTAL R\$								R\$ 298.793,08
DATA:		NOME:		ASSINATURA:				
05/03/2015		Otoniel da Silva						
		Nº CREA / CAU:						
		CAU/SC - A60922-6						

LEI Nº 2.124/2015

LEI Nº2.124/2015

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (cmel) da RUA DOM PEDRO TRECHO II E dá outras providências.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria (CMEL) em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada na obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na rua abaixo descrita:

a) Rua DOM PEDRO TRECHO II, localizada no Bairro Rio Hern, com extensão de 716 m (setecentos e dezesseis metros) – ANEXO I – Área de Influência Direta.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Schroeder/SC e por meio de financiamento obtido junto ao BADESC – Agência Catarinense de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A, ou mediante repasse através do Orçamento Geral da União – OGU, bem como programa FUNDAM ;correspondendo à quantia de R\$ 1.068.116,45 (Um milhão sessenta e oito mil centos e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que lhe for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através do Diário Oficial dos Município (DOM), contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento total ou parcial do custo das obras;

c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;

- d) delimitação da zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Schroeder, cabendo ao impugnante ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, o qual, após manifestação da Diretoria de Tributação e da Procuradoria Municipal, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I – da decisão proferida pela Municipalidade, será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II – a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo Correio, com aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa jurídica;
- c) por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

III – em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências e emissão de laudos técnicos, será determinada a realização do ato necessário e agendada a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – no caso de instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição de melhoria deverá ser observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no art. 145, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c art. 81 e 82, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 2º A apuração far-se-á levando em consideração:

I – a situação do terreno na Zona de Influência;

II – sua área;

III – sua Topografia e Topologia, além de outros elementos a serem considerados isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção a atualização monetária.

§ 4º Estão inclusos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas

após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para pagamento;

V – prazo para impugnação;

Parágrafo único – As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizadas aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimentos do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação, ou ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição do cadastro fiscal do Município;

II – local e data de expedição;

III – identificação da Contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;

IV – prazo para impugnação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que se deve ser procedido o recolhimento;

V – assinatura do notificado e da autoridade notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira para o notificado;

II – a segunda juntada à pasta referente ao processo de Contribuição de Melhoria.

Art. 11. Sempre que por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correios), com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

IV - em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo

de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

Parágrafo Único. O parcelamento será requerido pelo contribuinte, junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 1º A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º Na hipótese de reparcèlement autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a Contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídas da incidência da Contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora, nos termos da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 23 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ANEXO I – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Imóvel	Lado	Código	Proprietário	Código	Corresponsável
4181	Esquerdo	7163	MDA Administradora de Bens Ltda		
3914	Esquerdo	2622	Ildemar Fodi		
4165	Esquerdo	4578	Rozani Krause		
3913	Esquerdo	13336	Adilson Schuchardt		
1686	Esquerdo	11295	Clóvis Defante Martins		
4992	Esquerdo	8227	Charles Luis Muller		
1685	Esquerdo	730	Osvaldo Muller		
1684	Esquerdo	8444	Joaquim Ribeiro Telles		
1682	Esquerdo	3500	Claudete Freiner		
5705	Esquerdo	7090	Edson Marcos Demathe		
1681	Esquerdo	727	Almir Rogério Dias		
1679	Esquerdo	726	Adhemir Dias		
1677	Esquerdo	1655	Dalmerinda Olesky		
1675	Esquerdo	724	José Wilpert		
1676	Esquerdo	2852	Odair Gelásio Wilpert		
1674	Esquerdo	723	Almir Pereguda		
1673	Esquerdo	722	Francisco Finta		
1672	Esquerdo	4141	João de Moura Andrade		
4490	Esquerdo	8534	Alcione dos Santos		
4491	Esquerdo	2808	Remi Antonio Bilibio da Silva		
4235	Esquerdo	15078	Paulo César Marcilio		
3864	Esquerdo	3615	Jorge Zipperer		
4486	Esquerdo	3616	Paulo José Massaneiro		

4487	Esquerdo	5625	Clodoaldo Zipperer		
4488	Esquerdo	3615	Jorge Zipperer		
3898	Esquerdo	701	Heins Willy Ziebell		
8545	Direito	2638	Hilário Paganelli		
3942	Direito	12084	Aroldo Karsten (Espólio)		
3943	Direito	2640	Erwin Schmidt	11625	Silvino Bach
3944	Direito	2640	Erwin Schmidt	5438	Elenir Cabral do Amaral Trainoti
3945	Direito	3179	Cristiano Meneses dos Santos		
3946	Direito	2642	Rogério Cláudio Wackerhage		
3947	Direito	2643	Zelir de Jesus N. Andrade		
3958	Direito	2652	Cecílio Wisniewki		
3960	Direito	6	Município de Schroeder		
4496	Direito	717	Jair Engler		
3957	Direito	4548	Leni Maria Perske Engler		
3961	Direito	4270	Soldi Marli Strauss Gerhard		
3962	Direito	2902	Irmgath Vogel		
4211	Direito	2655	Albrecht Duwe		
4185	Direito	2655	Albrecht Duwe		
4184	Direito	14374	Nelson Gonçalves de Jesus		
4183	Direito	2924	Eliseu Sackser		
8138	Direito	6017	Paulo Rogério Mendonça		
8137	Direito	2656	Hilma Duwe Hasse		
5572	Direito	8767	Elfrida Duwe Voigtmsberger		
5574	Direito	3931	Lauri Simas Ramos		
5575	Direito	424	Valdemiro Schade		
3968	Direito	4500	Alceu Grade		

ANEXO II

O CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA VIA

PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - (Recurso Global)								PLANILHA Cliente	
MUNICÍPIO:	SCHROEDER 01							FOLHA No	
PROJETO:	SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA DOM PEDRO 05/03/2015							DATA	
LOCALIZAÇÃO:	RUA DOM PEDRO - BAIRRO RIO HERN								
Data de referência dos custos:		Sinapi Janeiro/2015 c/ desoneração. Sicro 2 Novembro/2014							
ITEM	CÓDIGO (SINAPI / SICRO)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES								
1.1	74209/001	Placa de Obra em chapa de aço galvanizado (3,00x1,00 m)	m²	3,00	303,42	22,77%	372,51	1.117,53	
SUBTOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES									1.117,53
2	DRENAGEM								
2.1	73576	Escavação mecanizada de valas em material de 1ª. categoria, inclusive carga.	m³	1.809,95	4,09	22,77%	5,02	9.085,95	
2.2	72875	Transporte local com caminhão basculante 6 m³, rodovia com revestimento primário. DMT até 5.0 km	m³ x km	9.049,75	1,02	22,77%	1,25	11.312,19	

2.3	6193	Tábua para assentamento de tubulação com largura de 20,0cm e espessura de 2,5cm	m	1.424,00	5,45	22,77%	6,68	9.512,32
2.4	7796	Fornecimento de tubulação de concreto simples DN300mm para águas pluviais	m	46,00	17,00	22,77%	20,87	960,02
2.5	73730	Assentamento de tubulação de concreto DN300mm	m	46,00	14,14	22,77%	17,36	798,56
2.6	7781	Fornecimento de tubulação de concreto simples DN400mm para águas pluviais	m	215,00	20,75	22,77%	25,48	5.478,20
2.7	73724	Assentamento de tubulação de concreto DN400mm	m	215,00	17,44	22,77%	21,41	4.603,15
2.8	7791	Fornecimento de tubulação de concreto simples DN600mm para águas pluviais	m	895,00	36,14	22,77%	44,37	39.711,15
2.9	73722	Assentamento de tubulação de concreto DN600mm	m	895,00	33,93	22,77%	41,66	37.285,70
2.10	7750	Fornecimento de tubulação de concreto armado DN800mm para águas pluviais	m	314,00	117,79	22,77%	144,61	45.407,54
2.11	73720	Assentamento de tubulação de concreto DN800mm	m	314,00	70,63	22,77%	86,71	27.226,94
2.12	7753	Fornecimento de tubulação de concreto armado DN1000mm para águas pluviais	m	0,00	180,27	22,77%	221,32	0,00
2.13	73721	Assentamento de tubulação de concreto DN1000mm	m	0,00	106,31	22,77%	130,51	0,00
2.14	Composição	Rejuntamento da tubulação com geotêxtil 300g/m²	m²	1.876,62	6,63	22,77%	8,14	15.275,69
2.15	4746	Material de jazida (seixo), sem transporte	m³	1.177,06	32,40	22,77%	39,78	46.823,45
2.16	72824	Escavação, carga e transporte de seixo	m³	1.177,06	5,10	22,77%	6,26	7.368,40
2.17	74034/001	Espalhamento de seixo com trator de esteira	m³	1.177,06	2,13	22,77%	2,62	3.083,90
2.18	83659	Boca-de-lobo em alvenaria de tijolos maciços, revestida c/ argamassa de cimento e areia 1:3, sobre lastro de concreto 10cm e tampa de concreto armado (medição direta de projeto)	unid.	46,00	611,21	22,77%	750,38	34.517,48
2.19	Composição	Caixa de Ligação (CL-1) para águas pluviais em concreto armado, 1,00x1,00x1,40m, coletor D=40cm, parede e=15cm, base de concreto fck=10MPa, revestida c/ argamassa cim/areia 1:4, incluindo fornecimento de todos os materiais	unid.	1,00	1.318,08	22,77%	1.618,21	1.618,21
2.20	Composição	Caixa de Ligação (CL-2) para águas pluviais em concreto armado, 1,10x1,10x1,40m, coletor D=60cm, parede e=15cm, base de concreto fck=10MPa, revestida c/ argamassa cim/areia 1:4, incluindo fornecimento de todos os materiais	unid.	5,00	1.547,62	22,77%	1.900,01	9.500,05
2.21	Composição	Caixa de Ligação (CL-3) para águas pluviais em concreto armado, 1,30x1,30x1,40m, coletor D=80cm, parede e=15cm, base de concreto fck=10MPa, revestida c/ argamassa cim/areia 1:4, incluindo fornecimento de todos os materiais	unid.	6,00	1.888,75	22,77%	2.318,82	13.912,92

2.22	Composi- ção	Caixa de Ligação (CL-4) para águas pluviais em concreto armado, 1,50x1,50x1,60m, coletor D=100cm, parede e=15cm, base de concreto fck=10MPa, revestida c/ argamassa cim/areia 1:4, incluindo fornecimento de todos os materiais	unid.	2,00	2.414,42	22,77%	2.964,18	5.928,36
SUBTOTAL DRENAGEM								329.410,18
3	TERRAPLENAGEM							
3.1	74151/001	Escavação e caga de solos inservíveis nos bordos para bota fora, utilizando trator de esteiras com lâmina, e pá carregadeira	m³	1.788,12	3,32	22,77%	4,08	7.295,53
3.2	72875	Transporte local de solos inservíveis com caminhão basculante 6 m³, rodovia com revestimento primário, DMT até 5 km	m³ x km	8.940,60	1,02	22,77%	1,25	11.175,75
3.3	4746	Material de jazida (seixo) para preenchimento das remoções dos bordos, sem transporte	m³	1.788,12	32,40	22,77%	39,78	71.131,41
3.4	72824	Escavação, carga e transporte de seixo	m³	1.788,12	5,10	22,77%	6,26	11.193,63
3.5	74034/001	Espalhamento de seixo para preenchimento das remoções dos bordos com trator de esteira	m³	1.788,12	2,13	22,77%	2,62	4.684,87
3.6	74005/002	Compactação de seixo a 95% do P.N.	m³	1.788,12	2,50	22,77%	3,07	5.489,53
3.7	4746	Material de jazida (seixo) para sub-base e = 0,50 m, sem transporte	m³	3.659,00	32,40	22,77%	39,78	145.555,02
3.8	72824	Escavação, carga e transporte de seixo	m³	3.659,00	5,10	22,77%	6,26	22.905,34
SUBTOTAL TERRAPLENAGEM								279.431,08
4	PAVIMENTAÇÃO							
4.1	74034/001	Regularização da sub-base e=0,50m	m³	3.659,00	2,13	22,77%	2,62	9.586,58
4.2	41722	Compactação da sub-base a 100% P.N.	m³	3.659,00	2,50	22,77%	3,07	11.233,13
4.3	73710	Base para pavimentação com brita graduada, inclusive compactação, e = 10 cm	m³	731,80	127,09	22,77%	156,03	114.182,75
4.4	83356	Transporte de brita graduada, DMT até 10,0km	m³ x km	7.318,00	0,80	22,77%	0,98	7.171,64
4.5	72945	Imprimação de base com emulsão CM 30	m²	7.318,00	3,57	22,77%	4,39	32.126,02
4.6	72943	Pintura de ligação com emulsão RR-2C	m²	7.318,00	1,15	22,77%	1,41	10.318,38
4.7	REVESTIMENTO EM C.B.U.Q. "FAIXA C" DNER							
4.7.1	72965	Fornecimento e execução de C.B.U.Q. CAP 50/70, e = 5,0 cm, exclusive transporte	t	631,99	176,40	22,77%	216,57	136.870,51
4.7.2	72965	Fornecimento e execução de C.B.U.Q. CAP 50/70, e = 2,5 cm, exclusive transporte	t	128,18	176,40	22,77%	216,57	27.760,81
4.7.3	83444	Transporte material pavimentação asfáltica(C.B.U.Q. CAP 50/70), DMT até 10,0km	t x km	7.601,70	0,80	22,77%	0,98	7.449,67
SUBTOTAL PAVIMENTAÇÃO								356.699,49
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES							

5.1	73789/002	Meio-fio de concreto moldado in loco	m	1.414,80	43,16	22,77%	52,99	74.970,25
5.2	73964/004	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio-fio	m³	565,92	22,93	22,77%	28,15	15.930,65
SUBTOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES								90.900,90
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA							
6.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL							
6.1.1	72947	Pintura de faixas, setas e zebraados com tinta retrorrefletiva a base de acrilados com microesferas de vidro e durabilidade de 2 anos	m²	456,96	14,72	22,77%	18,07	8.257,27
6.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL							
6.2.1	79478	Escavação para execução de blocos de concreto simples para ancoragem das placas	m³	0,43	32,00	22,77%	39,28	16,97
6.2.2	73406	Blocos de concreto simples (30 x 30 x 40cm), fck=15MPa, incluindo preparo mecânico, lançamento e adensamento	m³	0,43	403,52	22,77%	495,41	214,02
6.2.3	Composi- ção	Confecção e instalação de suporte metálico para fixação de placa	unid	12,00	109,05	22,77%	133,88	1.606,56
6.2.4	Composi- ção	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte), R-19	m²	0,38	53,82	22,77%	66,08	25,11
6.2.5	Composi- ção	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte), R1	m²	2,36	122,70	22,77%	150,64	355,51
6.2.6	Composi- ção	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte), A33a / A33b	m²	1,20	55,55	22,77%	68,19	81,83
SUBTOTAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA								10.557,27
VALOR TOTAL R\$							R\$ 1.068.116,45	
DATA:		NOME:		ASSINATURA:				
05/03/2015		Otoniel da Silva						
		Nº CREA / CAU:						
		CAU/SC - A60922-6						

LEI Nº 2.125/2015

LEI Nº2.125/2015

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (cmel) da RUA 23 DE MARÇO TECHO I E dá outras providências.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria (CMEL) em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada na obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na rua abaixo descrita:

a) Rua 23 DE MARÇO, localizada no Bairro Itoupava - Açú, com extensão de 530,00m (quinhentos e trinta metros) – ANEXO I – Área de Influência Direta.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Schroeder/SC e por meio de financiamento obtido junto ao BADESC – Agência Catarinense de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A., ou mediante repasse através do Orçamento Geral da União – OGU, bem como programa FUNDAM ;correspondendo à quantia de R\$ 796.433,63 (Setecentos e noventa e seis mil quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que lhe for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através do Diário Oficial dos Municípios (DOM), contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação da zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Schroeder, cabendo ao impugnante ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, o qual, após manifestação da Diretoria de Tributação e da Procuradoria Municipal, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I – da decisão proferida pela Municipalidade, será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II – a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo Correio, com aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa jurídica;
- c) por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

III – em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências e emissão de laudos técnicos, será determinada a realização do ato necessário e agendada a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – no caso de instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição ser observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no art. 145, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c art. 81 e 82, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 2º A apuração far-se-á levando em consideração:

I – a situação do terreno na Zona de Influência;

II – sua área;

III – sua Topografia e Topologia, além de outros elementos a serem considerados isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção a atualização monetária.

§ 4º Estão inclusos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para pagamento;

V – prazo para impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimentos do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação, ou ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição do cadastro fiscal do Município;

II – local e data de expedição;

III – identificação da Contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;

IV – prazo para impugnação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que se deve ser procedido o recolhimento;

V – assinatura do notificado e da autoridade notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira para o notificado;

II – a segunda juntada à pasta referente ao processo de Contribuição de Melhoria.

Art. 11. Sempre que por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correios), com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

IV - em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

Parágrafo único. O parcelamento será requerido pelo contribuinte, junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 1º A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º Na hipótese de reparcèlement autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a Contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídos da incidência da Contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora, nos termos da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 23 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ANEXO I – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Imóvel	Lado	Código	Proprietário	Código	Corresponsável
6465	Esquerdo	7639	Ladislau Buccio (Espólio)	7418	Marlene Maria H.Sebastiano
6462	Esquerdo	7231	Fridolin Steinert (Espólio)		
9554	Esquerdo	6	Município de Schroeder		
6456	Esquerdo	7414	Orlando Gonçalves		
6453	Esquerdo	7413	Lauro Gonçalves		
6450	Esquerdo	7410	Luciano Rodrigues		
6447	Esquerdo	7409	Eunice Sacht		
6444	Esquerdo	7409	Eunice Sacht		
6331	Direito	7639	Ladislau Buccio (Espólio)	7330	Darci Antonio Graebin
9639	Direito	4572	Maria Hilda Gomes	11101	Rolf Bauemle

6661	Direito	4572	Maria Hilda Gomes	4650	Paulo Sampaio de Aguiar
6666	Direito	4572	Maria Hilda Gomes	7546	Sebastião Vanzuita (Espólio)
6670	Direito	12828	Augustinho Schug		
6671	Direito	7560	Otávio José Pedri	11136	Inácio Wolf
6673	Direito	7560	Otávio José Pedri	12296	Onório Mayer
6525	Direito	7560	Otávio José Pedri	7460	Antonia Isaura Schinck
6526	Direito	7560	Otávio José Pedri	7461	Osvaldo Poter
6527	Direito	10930	Adolar Zilse		
6528	Direito	7463	Hilário Bagatoli		
9555	Direito	6	Município de Schroeder		
6532	Direito	6	Município de Schroeder		
6533	Direito	7465	José Edival Pinto		
6535	Direito	7466	Vitório Stuy		
6536	Direito	7467	Arno Vicenzi		
7233	Direito	7468	Jorge Luiz da Silva		
7814	Direito	7747	Ivanir Mayer		
6717	Direito	12118	Otto Elert (Espólio)		

ANEXO II

O CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA VIA

PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - (Recurso Global)							PLANILHA Cliente	
MUNICÍPIO:	SCHROEDER 01						FOLHA No	
PROJETO:	SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA 23 DE MARÇO 05/03/2015						DATA	
LOCALIZAÇÃO:	RUA 23 DE MARÇO - BAIRRO ITROUPAVA-AÇÚ							
Data de referência dos custos:		Sinapi Janeiro/2015 c/ desoneração. Sicro 2 Novembro/2014						
ITEM	CÓDIGO (SINAPI / SICRO)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO
1	SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1	74209/001	Placa de Obra em chapa de aço galvanizado (3,00x1,00 m)	m²	3,00	303,42	22,77%	372,51	1.117,53
SUBTOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES								1.117,53
2	DRENAGEM							
2.1	73576	Escavação mecanizada de valas em material de 1ª. categoria, inclusive carga.	m³	1.481,86	4,09	22,77%	5,02	7.438,94
2.2	72875	Transporte local com caminhão basculante 6 m³, rodovia com revestimento primário, DMT até 5,0 km	m³ x km	7.409,30	1,02	22,77%	1,25	9.261,63
2.3	6193	Tábua para assentamento de tubulação com largura de 20,0cm e espessura de 2,5cm	m	1.139,00	4,60	22,77%	5,65	6.435,35
2.4	7796	Fornecimento de tubulação de concreto simples DN300mm para águas pluviais	m	29,00	17,00	22,77%	20,87	605,23
2.5	73730	Assentamento de tubulação de concreto DN300mm	m	29,00	14,14	22,77%	17,36	503,44
2.6	7781	Fornecimento de tubulação de concreto simples DN400mm para águas pluviais	m	379,00	20,75	22,77%	25,48	9.656,92
2.7	73724	Assentamento de tubulação de concreto DN400mm	m	379,00	17,44	22,77%	21,41	8.114,39

2.8	7791	Fornecimento de tubulação de concreto simples DN600mm para águas pluviais	m	398,00	36,14	22,77%	44,37	17.659,26
2.9	73722	Assentamento de tubulação de concreto DN600mm	m	398,00	33,93	22,77%	41,66	16.580,68
2.10	7750	Fornecimento de tubulação de concreto armado DN800mm para águas pluviais	m	287,00	117,79	22,77%	144,61	41.503,07
2.11	73720	Assentamento de tubulação de concreto DN800mm	m	287,00	70,63	22,77%	86,71	24.885,77
2.12	7753	Fornecimento de tubulação de concreto armado DN1000mm para águas pluviais	m	75,00	168,30	22,77%	206,62	15.496,50
2.13	73721	Assentamento de tubulação de concreto DN1000mm	m	75,00	106,31	22,77%	130,51	9.788,25
2.14	Composição	Rejuntamento da tubulação com geotêxtil 300g/m²	m²	1.458,39	6,63	22,77%	8,14	11.871,29
2.15	4746	Material de jazida (seixo), sem transporte	m³	954,36	32,40	22,77%	39,78	37.964,44
2.16	72824	Escavação, carga e transporte de seixo	m³	954,36	5,10	22,77%	6,26	5.974,29
2.17	74034/001	Espalhamento de seixo com trator de esteira	m³	954,36	2,13	22,77%	2,62	2.500,42
2.18	83659	Boca-de-lobo em alvenaria de tijolos maciços, revestida c/ argamassa de cimento e areia 1:3, sobre lastro de concreto 10cm e tampa de concreto armado (medição direta de projeto)	unid.	29,00	611,21	22,77%	750,38	21.761,02
2.19	Composição	Caixa de Ligação (CL-1) para águas pluviais em concreto armado, 1,00x1,00x1,40m, coletor D=40cm, parede e=15cm, base de concreto fck=10MPa, revestida c/ argamassa cim/areia 1:4, incluindo fornecimento de todos os materiais	unid.	6,00	1.318,08	22,77%	1.618,21	9.709,26
2.20	Composição	Caixa de Ligação (CL-2) para águas pluviais em concreto armado, 1,10x1,10x1,40m, coletor D=60cm, parede e=15cm, base de concreto fck=10MPa, revestida c/ argamassa cim/areia 1:4, incluindo fornecimento de todos os materiais	unid.	13,00	1.547,62	22,77%	1.900,01	24.700,13
2.21	Composição	Caixa de Ligação (CL-3) para águas pluviais em concreto armado, 1,30x1,30x1,40m, coletor D=80cm, parede e=15cm, base de concreto fck=10MPa, revestida c/ argamassa cim/areia 1:4, incluindo fornecimento de todos os materiais	unid.	5,00	1.888,75	22,77%	2.318,82	11.594,10
2.22	Composição	Caixa de Ligação (CL-4) para águas pluviais em concreto armado, 1,50x1,50x1,60m, coletor D=100cm, parede e=15cm, base de concreto fck=10MPa, revestida c/ argamassa cim/areia 1:4, incluindo fornecimento de todos os materiais	unid.	3,00	2.414,42	22,77%	2.964,18	8.892,54
2.23	73856/003	Boca para bueiro simples tubular, DN 80 cm, em concreto ciclópico, incluindo formas, escavação, reaterro e materiais	unid.	1,00	819,16	22,77%	1.005,69	1.005,69
2.24	73856/004	Boca para bueiro simples tubular, DN 100 cm, em concreto ciclópico, incluindo formas, escavação, reaterro e materiais	unid.	1,00	1.174,73	22,77%	1.442,21	1.442,21
SUBTOTAL DRENAGEM								305.344,82
3	TERRAPLENAGEM							
3.1	74151/001	Escavação e carga de solos inservíveis nos bordos para bota fora, utilizando trator de esteiras com lâmina, e pá carregadeira	m³	1.323,12	3,32	22,77%	4,08	5.398,33

3.2	72875	Transporte local de solos inservíveis com caminhão basculante 6 m³, rodovia com revestimento primário, DMT até 5 km	m³ x km	6.615,60	1,02	22,77%	1,25	8.269,50
3.3	4746	Material de jazida (seixo) para preenchimento das remoções dos bordos, sem transporte	m³	1.323,12	32,40	22,77%	39,78	52.633,71
3.4	72824	Escavação, carga e transporte de seixo	m³	1.323,12	5,10	22,77%	6,26	8.282,73
3.5	74034/001	Espalhamento de seixo para preenchimento das remoções dos bordos com trator de esteira	m³	1.323,12	2,13	22,77%	2,62	3.466,57
3.6	74005/002	Compactação de seixo a 95% do P.N.	m³	1.323,12	2,50	22,77%	3,07	4.061,98
3.7	4746	Material de jazida (seixo) para sub-base e = 0,50 m, sem transporte	m³	2.199,00	32,40	22,77%	39,78	87.476,22
3.8	72824	Escavação, carga e transporte de seixo	m³	2.199,00	5,10	22,77%	6,26	13.765,74
SUBTOTAL TERRAPLENAGEM								183.354,78
4	PAVIMENTAÇÃO							
4.1	74034/001	Regularização da sub-base e=0,50m	m³	2.199,00	2,13	22,77%	2,62	5.761,38
4.2	41722	Compactação da sub-base a 100% P.N.	m³	2.199,00	2,50	22,77%	3,07	6.750,93
4.3	73710	Base para pavimentação com brita graduada, inclusive compactação, e = 10 cm	m³	439,80	127,09	22,77%	156,03	68.621,99
4.4	83356	Transporte de brita graduada, DMT até 10,0km	m³ x km	4.398,00	0,66	22,77%	0,81	3.562,38
4.5	72945	Imprimação de base com emulsão CM 30	m²	4.398,00	3,57	22,77%	4,39	19.307,22
4.6	72943	Pintura de ligação com emulsão RR-2C	m²	4.398,00	1,15	22,77%	1,41	6.201,18
4.7	REVESTIMENTO EM C.B.U.Q. "FAIXA C" DNER							
4.7.1	72965	Fornecimento e execução de C.B.U.Q. CAP 50/70, e = 5,0 cm, exclusive transporte	t	539,35	176,40	22,77%	216,57	116.807,46
4.7.2	72965	Fornecimento e execução de C.B.U.Q. CAP 50/70, e = 2,5 cm, exclusive transporte	t	0,00	176,40	22,77%	216,57	0,00
4.7.3	83444	Transporte material pavimentação asfáltica (C.B.U.Q. CAP 50/70), DMT até 10,0km	t x km	5.393,52	0,80	22,77%	0,98	5.285,65
SUBTOTAL PAVIMENTAÇÃO								232.298,19
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES							
5.1	73789/002	Meio-fio de concreto moldado in loco	m	1.042,80	43,16	22,77%	52,99	55.257,97
5.2	73964/004	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio-fio	m³	417,12	22,93	22,77%	28,15	11.741,93
SUBTOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES								66.999,90
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA							
6.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL							
6.1.1	72947	Pintura de faixas, setas e zebrações com tinta retrorrefletiva a base de acrilados com microesferas de vidro e durabilidade de 2 anos	m²	287,01	14,72	22,77%	18,07	5.186,27
6.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL							
6.2.1	79478	Escavação para execução de blocos de concreto simples para ancoragem das placas	m³	0,40	32,00	22,77%	39,28	15,55
6.2.2	73406	Blocos de concreto simples (30 x 30 x 40cm), fck=15MPa, incluindo preparo mecânico, lançamento e adensamento	m³	0,40	403,52	22,77%	495,41	196,18
6.2.3	Composição	Confecção e instalação de suporte metálico para fixação de placa	unid	11,00	109,05	22,77%	133,88	1.472,68

6.2.4	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte), R-19	m²	0,57	53,82	22,77%	66,08	37,67
6.2.5	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte), R1	m²	2,36	122,70	22,77%	150,64	355,51
6.2.6	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte), A-33b	m²	0,80	55,55	22,77%	68,19	54,55
SUBTOTAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA								7.318,41
VALOR TOTAL R\$								R\$ 796.433,63
DATA:		NOME:		ASSINATURA:				
05/03/2015		Otoniel da Silva						
		Nº CREA / CAU:						
		CAU/SC A60922-6						

LEI Nº 2.126/2015

LEI Nº2.126/2015

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (cmel) da RUA CRISTINA BAUER TRECHO I E dá outras providências.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria (CMEL) em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada na obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na rua abaixo descrita:

a) Rua CRISTINA BAUER TRECHO I, localizada no Bairro Centro Norte, com extensão de 342 m (trezentos e quarenta e dois metros) – ANEXO I – Área de Influência Direta.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Schroeder/SC e por meio de financiamento obtido junto ao BADESC – Agência Catarinense de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A, ou mediante repasse através do Orçamento Geral da União – OGU, bem como programa FUNDAM ;correspondendo à quantia de R\$ 464.056,12 (Quatrocentos e Sessenta e quatro mil e cinquenta e seis reais e doze centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que lhe for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através do Diário Oficial dos Município (DOM), contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento total ou parcial do custo das obras;

c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;

- d) delimitação da zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Schroeder, cabendo ao impugnante ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, o qual, após manifestação da Diretoria de Tributação e da Procuradoria Municipal, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I – da decisão proferida pela Municipalidade, será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II – a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo Correio, com aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa jurídica;
- c) por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

III – em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências e emissão de laudos técnicos, será determinada a realização do ato necessário e agendada a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – no caso de instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição de melhoria deverá ser observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no art. 145, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c art. 81 e 82, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 2º A apuração far-se-á levando em consideração:

I – a situação do terreno na Zona de Influência;

II – sua área;

III – sua Topografia e Topologia, além de outros elementos a serem considerados isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção a atualização monetária.

§ 4º Estão inclusos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas

após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para pagamento;

V – prazo para impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizadas aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimentos do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação, ou ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição do cadastro fiscal do Município;

II – local e data de expedição;

III – identificação da Contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;

IV – prazo para impugnação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que se deve ser procedido o recolhimento;

V – assinatura do notificado e da autoridade notificante.

Parágrafo único A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira para o notificado;

II – a segunda juntada à pasta referente ao processo de Contribuição de Melhoria.

Art. 11. Sempre que por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correios), com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

IV - em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo

de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

Parágrafo único. O parcelamento será requerido pelo contribuinte, junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

Art. 14 As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 1º A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º Na hipótese de reparcèlement autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a Contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídas da incidência da Contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora, nos termos da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 23 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ANEXO I – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Imóvel	Lado	Código	Proprietário
1279	Esquerdo	415	Hari Ruediger
9777	Esquerdo	4347	Romirio Ruediger
4860	Esquerdo	4347	Romirio Ruediger
4859	Esquerdo	4159	Rudemir Ruediger
1278	Esquerdo	6153	Leonita Fodi
3701	Esquerdo	147	Olário Pfleger
3702	Esquerdo	147	Olário Pfleger
1348	Esquerdo	4255	Osmar Lange
1347	Esquerdo	459	Sérgio Deola
1302	Esquerdo	433	Balbino Cesar Espindola
1346	Esquerdo	458	Lori Walz
1345	Esquerdo	455	Irineu Miguel Salomon
1342	Esquerdo	322	Mário Ender
1341	Esquerdo	7011	Adriana Avelino
3699	Esquerdo	3801	Juliano Acácio de Souza
4580	Esquerdo	1326	Vilmar Cardoso
4581	Esquerdo	3198	Marcia Maria Eichstadt Lessmann
9574	Direito	322	Mário Ender
9576	Direito	322	Mário Ender
9577	Direito	322	Mário Ender
1314	Direito	440	Hilário Ender
1304	Direito	1878	Dirceu hornburg
1308	Direito	9797	Dourival Issberner

1307	Direito	9797	Dourival Issberner
1310	Direito	4988	Dolores Viergutz Doge (Espólio)
1312	Direito	3507	Glaucionei Gleberto Viergutz
1311	Direito	438	Eugênio Viergutz
1313	Direito	3013	Alfredo Hoeft
3703	Direito	2575	Valdemiro Ender
3633	Direito	440	Hilário Ender
		322	Mário Ender

ANEXO II

O CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA VIA

PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - (Recurso Global)							PLANILHA Cliente	
MUNICÍPIO:	SCHROEDER 01						FOLHA No	
PROJETO:	SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA CRISTINA BAUER 05/03/2015						DATA	
LOCALIZAÇÃO:	RUA CRISTINA BAUER - ESTACA 0 até ESTACA 17+2,00 m - BAIRRO CENTRO-NORTE							
Data de referência dos custos:		Sinapi Janeiro/2015 c/ desoneração. Sicro 2 Novembro/2014						
ITEM	CÓDIGO (SINAPI / SICRO)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO
1	SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1	74209/001	Placa de Obra em chapa de aço galvanizado (3,00x1,00 m)	m²	3,00	303,42	22,77%	372,51	1.117,53
SUBTOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES								1.117,53
2	DRENAGEM							
2.1	73576	Escavação mecanizada de valas em material de 1ª categoria, inclusive carga	m³	707,22	4,09	22,77%	5,02	3.550,24
2.2	72875	Transporte local com caminhão basculante 6 m³, rodovia com revestimento primário, DMT até 5,0 km	m³ x km	3.536,10	1,02	22,77%	1,25	4.420,13
2.3	6193	Tábua para assentamento de tubulação com largura de 20,0cm e espessura de 2,5cm	m	684,00	5,45	22,77%	6,68	4.569,12
2.4	7796	Fornecimento de tubulação de concreto simples DN300mm para águas pluviais	m	20,00	17,00	22,77%	20,87	417,40
2.5	73730	Assentamento de tubulação de concreto DN300mm	m	20,00	14,14	22,77%	17,36	347,20
2.6	7781	Fornecimento de tubulação de concreto simples DN400mm para águas pluviais	m	198,00	20,75	22,77%	25,48	5.045,04
2.7	73724	Assentamento de tubulação de concreto DN400mm	m	198,00	17,44	22,77%	21,41	4.239,18
2.8	7791	Fornecimento de tubulação de concreto simples DN600mm para águas pluviais	m	486,00	36,14	22,77%	44,37	21.563,82
2.9	73722	Assentamento de tubulação de concreto DN600mm	m	486,00	33,93	22,77%	41,66	20.246,76
2.10	7750	Fornecimento de tubulação de concreto armado DN800mm para águas pluviais	m	0,00	117,79	22,77%	144,61	0,00
2.11	73720	Assentamento de tubulação de concreto DN800mm	m	0,00	70,63	22,77%	86,71	0,00
2.12	7753	Fornecimento de tubulação de concreto armado DN1000mm para águas pluviais	m	0,00	180,27	22,77%	221,32	0,00
2.13	73721	Assentamento de tubulação de concreto DN1000mm	m	0,00	106,31	22,77%	130,51	0,00

2.14	Composi- ção	Rejuntamento da tubulação com geo- têxtil 300g/m²	m²	795,96	6,63	22,77%	8,14	6.479,11
2.15	4746	Material de jazida (seixo), sem trans- porte	m³	468,36	32,40	22,77%	39,78	18.631,36
2.16	72824	Escavação, carga e transporte de seixo	m³	468,36	5,10	22,77%	6,26	2.931,93
2.17	74034/001	Espalhamento de seixo com trator de esteira	m³	468,36	2,13	22,77%	2,62	1.227,10
2.18	83659	Boca-de-lobo em alvenaria de tijolos maciços, revestida c/ argamassa de cimento e areia 1:3, sobre lastro de concreto 10cm e tampa de concreto armado (medição direta de projeto)	unid.	20,00	611,21	22,77%	750,38	15.007,60
2.19	Composi- ção	Caixa de Ligação (CL-1) para águas pluviais em concreto armado, 1,10x1,10x1,40m, coletor D=60cm, parede e=15cm, base de concreto fck=10MPa, revestida c/ argamassa cim/areia 1:4, incluindo fornecimento de todos os materiais	unid.	2,00	1.547,62	22,77%	1.900,01	3.800,02
2.20	Composi- ção	Caixa de Ligação (CL-2) para águas pluviais em concreto armado, 1,70x1,70x1,80m, coletor D=120cm, parede e=15cm, base de concreto fck=10MPa, revestida c/ argamassa cim/areia 1:4, incluindo fornecimento de todos os materiais	unid.	2,00	2.817,06	22,77%	3.458,51	6.917,02
SUBTOTAL DRENAGEM								119.393,03
3	TERRAPLENAGEM							
3.1	74151/001	Escavação e caga de solos inservíveis nos bordos para bota fora, utilizando trator de esteiras com lâmina, e pá carregadeira	m³	855,00	3,32	22,77%	4,08	3.488,40
3.2	72875	Transporte local de solos inservíveis com caminhão basculante 6 m³, rodo- via com revestimento primário, DMT até 5 km	m³ x km	4.275,00	1,02	22,77%	1,25	5.343,75
3.3	4746	Material de jazida (seixo) para preen- chimento das remoções dos bordos, sem transporte	m³	855,00	32,40	22,77%	39,78	34.011,90
3.4	72824	Escavação, carga e transporte de seixo	m³	855,00	5,10	22,77%	6,26	5.352,30
3.5	74034/001	Espalhamento de seixo para preenchi- mento das remoções dos bordos com trator de esteira	m³	855,00	2,13	22,77%	2,62	2.240,10
3.6	74005/002	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	855,00	2,50	22,77%	3,07	2.624,85
3.7	4746	Material de jazida (seixo) para sub-base e = 0,50 m, sem transporte	m³	1.710,00	32,40	22,77%	39,78	68.023,80
3.8	72824	Escavação, carga e transporte de seixo	m³	1.710,00	5,10	22,77%	6,26	10.704,60
SUBTOTAL TERRAPLENAGEM								131.789,70
4	PAVIMENTAÇÃO							
4.1	74034/001	Regularização da sub-base e=0,50m	m³	1.710,00	2,13	22,77%	2,62	4.480,20
4.2	41722	Compactação da sub-base a 100% P.N.	m³	1.710,00	2,50	22,77%	3,07	5.249,70
4.3	73710	Base para pavimentação com brita graduada, inclusive compactação, e = 10 cm	m³	342,00	127,09	22,77%	156,03	53.362,26
4.4	83356	Transporte de brita graduada, DMT até 10,0km	m³ x km	3.420,00	0,66	22,77%	0,81	2.770,20
4.5	72945	Imprimação de base com emulsão CM 30	m²	3.420,00	3,57	22,77%	4,39	15.013,80
4.6	72943	Pintura de ligação com emulsão RR-2C	m²	3.420,00	1,15	22,77%	1,41	4.822,20
4.7	REVESTIMENTO EM C.B.U.Q. "FAIXA C" DNER							
4.7.1	72965	Fornecimento e execução de C.B.U.Q. CAP 50/70, e = 5,0 cm, exclusive transporte	t	287,28	176,40	22,77%	216,57	62.216,23

4.7.2	72965	Fornecimento e execução de C.B.U.Q. CAP 50/70, e = 2,5 cm, exclusive transporte	t	61,56	176,40	22,77%	216,57	13.332,05
4.7.3	83444	Transporte material pavimentação asfáltica(C.B.U.Q. CAP 50/70), DMT até 10km	t x km	3.488,00	0,80	22,77%	0,98	3.418,24
SUBTOTAL PAVIMENTAÇÃO								164.664,88
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES							
5.1	73789/002	Meio-fio de concreto moldado in loco	m	684,00	43,16	22,77%	52,99	36.245,16
5.2	73964/004	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio-fio	m³	273,60	22,93	22,77%	28,15	7.701,84
SUBTOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES								43.947,00
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA							
6.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL							
6.1.1	72947	Pintura de faixas, setas e zebraos com tinta retrorrefletiva a base de acrilados com microesferas de vidro e durabilidade de 2 anos	m²	123,80	14,72	22,77%	18,07	2.237,07
6.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL							
6.2.1	79478	Escavação para execução de blocos de concreto simples para ancoragem das placas	m³	0,18	32,00	22,77%	39,28	7,07
6.2.2	73406	Blocos de concreto simples (30 x 30 x 40cm), fck=15MPa, incluindo preparo mecânico, lançamento e adensamento	m³	0,18	403,52	22,77%	495,41	89,17
6.2.3	Composição	Confecção e instalação de suporte metálico para fixação de placa	unid	5,00	109,05	22,77%	133,88	669,40
6.2.4	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte), R-19	m²	0,38	53,82	22,77%	66,08	25,11
6.2.5	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte), R1	m²	0,59	122,70	22,77%	150,64	88,88
6.2.6	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte), A33a / A33b	m²	0,40	55,55	22,77%	68,19	27,28
SUBTOTAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA								3.143,98
VALOR TOTAL R\$								R\$ 464.056,12
DATA:		NOME:		ASSINATURA:				
05/03/2015		Otoniel da Silva						
		Nº CREA / CAU:						
		CAU/SC - A60922-6						

LEI Nº 2.127/2015

LEI Nº.2.127/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$15.000,00 (QUINZE MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2015, no valor de até R\$15.000,00 (quinze mil reais), como segue:

02 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
01 – CHEFIA DE GABINETE
06.125.3001.2.375 – MANUTENÇÃO CONVÊNIO BOMBEIROS MILITAR

3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo	5.000,00
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	5.000,00
4.4.90.52.00.00	00.01.0000	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior será utilizado como fonte de recursos o Convênio Número 003/2015.

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº2075/2014 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Ficam alteradas as Leis nº. 1.960/2013 do PPA e nº. 2.049/2014 da LDO conforme anexos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 23 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.203/2015, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº6.203/2015, de 22 de setembro de 2015
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº. 818/1993, de 5 de outubro de 1993, alterada pela Lei Municipal nº. 1.586/2007, de 10 de julho de 2007 e Lei Municipal nº2.119/2015, de 15 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros, abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Saúde, a saber:

I – REPRESENTANTES DO GOVERNO, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E PRESTADORES DE SERVIÇOS:

a) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde

- Roseane Finta – titular
- Claudete Nunes de Oliveira – suplente

b) Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

- Jaqueline Junckes Stefanini – titular
- Maria Joana Bellarmino – suplente

c) Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

- José Antônio Lourenço – titular
- Daniela Samulescki – suplente

d) Um representante dos Prestadores de Serviços do SUS

- Daniele Cristina Naumann – titular
- Leila Regina Nahl – suplente

e) Um representante dos Profissionais de Saúde;

- Graciele de Miranda Flores – titular
- Marina Fernandes – suplente

II – REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

a) Dois representantes dos movimentos comunitários

- Marilei Lenzi Tomaselli – titular
- Ana Cristina Moreira de Moura – suplente
- Anair Fritzke Jurck – titular
- Marleni Lindner – suplente

b) Um representante de Associações de moradores ou entidades equivalentes

- Nildo Daniel Bauer – titular
- Maigred Pachmann – suplente

c) Dois representantes de Organizações Religiosas

- Domingos Santo Linhares de Moura – titular
- Fernando Moreira - suplente
- Valdemar Lange – titular
- Ivo Dreyer – suplente

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 22 de setembro de 2015.

OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário da Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº. A12/2015 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A12/2015 – FMS

10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 155/2013-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Osmair Rogério Marquez, inscrito no CPF sob o nº. 936.754.109-00 e Carteira de Identidade nº. 2255353-SSP-SC.

Considerando o Contrato nº. 155/2013-FMS, celebrado em 19 de dezembro de 2013, decorrente Processo de Licitação nº. 94/2013-FMS, Tomada de Preço nº. 03/2013-FMS, para execução de edificação de Unidade de Básica de Saúde (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 302,63m² de área, na Rua Cristiane Zerbin, Bairro Rio Hern no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para prorrogação da vigência do contrato até 31 de dezembro de 2015, sendo necessário devido a falta do recebimento de parte do convênio proveniente do Governo Federal que ainda não foi liberado. Portanto é necessária esta prorrogação para que possa ocorrer o pagamento, assim que acontecer esta liberação.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Décima Sexta “da vigência” no item 16.1, prorrogando-se até 31 de dezembro de 2015 a vigência do contrato.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 155/2013-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 23 de setembro de 2015.

CONTRATADA:
OMVS CONSTRUTORA LTDA.
Osmair Rogério Marquez
CPF nº. 936.754.109-00

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2015-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2015-PMS, PROCESSO Nº. 153/2015-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de ampliação da Creche Cristiane Inês Zerbini, com área da edificação a construir de 140,31m², neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Vencedor: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 202.698,05 (duzentos e dois mil seiscentos e noventa e oito reais e cinco centavos)

Data da Assinatura: 23/09/2015 – Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 27/2015-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**PREGÃO PRESENCIAL**
Nr.: 27/2015 - PRProcesso Administrativo:
Processo de Licitação: 60/2015
Data do Processo: 07/08/2015

Objeto: Curso de Reanimação Cardiopulmonar e Desfibrilador para profissionais da saúde, visando qualificar os profissionais para saberem como proceder em situações que trazem risco a vida das pessoas, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 4 / 2015

Motivo: devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas desertas

Schroeder, 23 de Setembro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ATA PREGÃO PRESENCIAL 27/2015-FMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 60/2015 Data do Processo: 07/08/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 49/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Curso de Reanimação Cardiopulmonar e Desfibrilador para profissionais da saúde, visando qualificar os profissionais para saberem como proceder em situações que trazem risco a vida das pessoas, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para abertura da licitação conforme marcado anteriormente pela segunda vez. E para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo pela segunda vez, no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/ SC. Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 23 de Setembro de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Natália kersten Brumuller	- - Equipe de Apoio

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 81/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2015

Número do Registro de Preços: 63/2015		Data do Registro: 23/09/2015		Válido até: 23/09/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de carneiras (caixas de concreto montáveis, composto de seis peças) para o Cemitério Municipal da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Carreira (caixas de concreto montáveis composto (seis peças), medindo 80 centímetros de largura X 2,25 metros de comprimento X 90 centímetros de altura, com armação de tela 4,2 centímetros. A espessura das peças 4,5 centímetros. Para Cemitério Municipal,	UN	FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO IRMÃOS VICENZI LTD (10736)		0	200,0000	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2015

Número do Registro de Preços: 63/2015

Data do Registro: 23/09/2015

Válido até: 23/09/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de caixas de concreto montáveis, composto de seis peças) para o Cemitério Municipal da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Caixa (caixas de concreto montáveis composto (seis peças), medindo 90 centímetros de largura X 2,25 metros de comprimento X 60 centímetros de altura, com armação de tela 4,2 centímetros. A espessura das peças 4,5 centímetros. Para Cemitério Municipal.	UN	FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO IRMÃOS VICENZI LTD (10736)		0	200,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 63/2015

Número do Registro de Preços: 63/2015 Data do Registro: 23/09/2015 Válido até: 23/09/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de canteiras (caixas de concreto montáveis, composto de seis peças) para o Cemitério Municipal da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto, (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 63/2015****PROCESSO N° 161/2015**

(10736) - FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO IRMÃOS VICENZI LTD

Schroeder, 23 de Setembro de 2015.

ATA TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2015-PMS SEQUENCIA 07

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 8/2015 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 148/2015 Data do Processo: 17/07/2015
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de gerador de energia com potência mínima de 84kva, dotado de painel de transferência e entrada automática quando ocorre falta de energia na rede, projeto elétrico e execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de casa de abrigo, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 162/2015 (Sequência: 7)

Ao(s) 23 de Setembro de 2015, às 15:30 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6151/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 148/2015, Licitação nº 8/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do parecer do Setor Jurídico e Setor de Engenharia da análise da proposta. Foi recebido parecer da análise das propostas do setor de engenharia, juntamente com Parecer da Procuradoria nº 102/2015-PROJUR. O parecer da análise da proposta do setor de engenharia constata apenas erro de arredondamento na planilha da proposta da empresa LB ENGENHARIA LTDA, os quais não comprometem a proposta apresentada. O Parecer da Procuradoria nº 102/2015-PROJUR traz que a empresa cumpriu com as exigências editalícias, e que as diferenças encontradas nas planilhas são decorrentes de arredondamento de valores. Constando vencedora a empresa LB ENGENHARIA LTDA, com o valor de R\$ 80.891,40. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata, Parecer da Procuradoria nº 102/2015-PROJUR e do setor de engenharia às empresas participantes.

LOTE: 1

Participante: 13157 - LB ENGENHARIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de gerador de energia com potência mínima de 84kva, dotado de painel de transferência e entrada automática quando ocorre falta de energia na rede, projeto elétrico e execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de casa de abrigo, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	80.891,40	80.891,40

Total do Participante -----> 80.891,40

Total Geral -----> 80.891,40

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 8/2015 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 148/2015 Data do Processo: 17/07/2015
Folha: 2/2	

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 23 de Setembro de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Walter Egidio Mukai	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	- - Membro Suplente

DISPENSA 76/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 76/2015 - DL
	Processo Nr.: 202/2015 Data: 23/09/2015
Folha: 1/2	

Fornecedor: NICOCCELI COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA Endereço: R CARLOS HARDT,1700 - Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 01.164.947/0001-09	Código: 13207 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição de vasos sanitários para manutenção de estrutura em Banheiros dos Centros de Educação Infantil "Creches" da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	5,00	Vaso sanitário, com anel de vedação, assento sanitário branco e um par de parafuso para fixação do vaso.	UN	132,40	662,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez,

JUSTIFICATIVA

Essa aquisição faz-se necessária para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Educação devido ao desgaste natural dos vasos existentes na rede municipal, sendo necessária a substituição dos vasos.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 23 de Setembro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 76/2015 - DL
	Processo Nr.: 202/2015 Data: 23/09/2015
Folha: 2/2	

15/09/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 15 de Setembro de 2015

Valor da Despesa: 662,00 (seiscentos e sessenta e dois reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 77/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 77/2015 - DL
	Processo Nr.: 203/2015 Data: 23/09/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA - EPP	Código: 6080
Endereço: R VENANCIO DA SILVA PORTO,353 -	
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC	
CNPJ: 80.666.159/0001-89	Inscrição Estadual: 251.631.656
Objeto da Compra: Aquisição de quadro branco para manutenção de estrutura em sala de aula de unidade no Ensino Fundamental da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Quadro Branco em duratex para sala de aula com moldura de alumínio 2,50 x 1,20	UN	372,00	372,00
2	3,00	Quadro Branco em duratex para sala de aula com moldura de alumínio 3,00 x 1,20	UN	407,00	1.221,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Essa aquisição faz-se necessária para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Educação devido ao aumento considerável de alunos na rede municipal, sendo necessária a criação de novas salas não existentes anteriormente e em substituição aos quadros avariados.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 23 de Setembro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 77/2015 - DL
	Processo Nr.: 203/2015 Data: 23/09/2015
Folha: 2/2	

31/08/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 31 de Agosto de 2015

Valor da Despesa: 1.593,00 (um mil quinhentos e noventa e três reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 78/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 78/2015 - DL
	Processo Nr.: 204/2015 Data: 23/09/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: DIVATHUM Endereço: RUA LEOPOLDO FRIEDEL, 188 Cidade: Guaramirim - SC CPF: 647.755.260-49	Código: 13208 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Contratação de Serviço Responsabilidade técnica para exposição de animais na Schroederfest, dias 1, 2, 3 e 4 de outubro de 2015. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	4,00	Responsabilidade técnica para exposição de animais na Schroederfest, dias 1, 2, 3 e 4 de outubro de 2015	DIAS	300,00	1.200,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

"O município de Schroeder busca a contratação de Serviço Profissional Técnico Veterinário para Exposição de Animais - Exposição Agropecuária no evento Schroederfest 2015. Frente a necessidade de se ter um profissional habilitado para se responsabilizar sobre os animais que permanecerão na exposição do evento a municipalidade necessita contratar o mesmo. Salientamos também que o município de Schroeder possui em seu quadro técnico uma médica veterinária, porém a mesma não possui os requisitos e cursos para fazer tal serviço. Sendo assim, buscamos contratar a pessoa para suprir esta necessidade.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 23 de Setembro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 78/2015 - DL
	Processo Nr.: 204/2015 Data: 23/09/2015
Folha: 2/2	

23/09/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 23 de Setembro de 2015

Valor da Despesa: 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 74/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 74/2015 - DL
	Processo Nr.: 200/2015 Data: 23/09/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: PAPELARIA GRAFIPEL LTDA. Endereço: R QUINTINO BOCAIUVA, 42 Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 76.319.052/0001-97	Código: 6141 Inscrição Estadual: 250.900.149
Objeto da Compra: Aquisição de papel bismark para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	10,00	Papel bismark 1.800 gramatura de 80 x 1m	PC	9,90	99,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

O papel bismark será usado para confecção de asas para o auto de Natal no dia 05/12/2015, este papel é especial para finalidades artísticas, por este motivo justifico que apenas uma empresa dentre várias consultadas trabalha com o produto que é específico, segue em anexo as respostas das empresas. Também justifico que esta compra será feita sem o prosseguimento de licitação por se tratar de pequena quantidade, um valor total de R\$ 99,00.

Schroeder, 23 de Setembro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 74/2015 - DL
	Processo Nr.: 200/2015 Data: 23/09/2015

Folha: 2/2

17/9/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 17 de Setembro de 2015

Valor da Despesa: 99,00 (noventa e nove reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 149/2015

DECRETO Nº 149/2015 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre atribuição de Adicional de Titulação a Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o anexo VI, do art. 9º e parágrafos da Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005, parágrafo 2º do art. 6º da Lei 692/2006 de 13 de abril de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica atribuído Adicional de Ensino Fundamental, Ensino Médio, e Adicional de pós- graduação sobre o vencimento do servidor, aos Servidores Públicos Municipais conforme relação no anexo I deste Decreto, de acordo com a escolaridade e respectivo percentual constante do anexo VI da Lei Complementar nº 684/2005.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Vi-gente.

Ar. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta, 23 de setembro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

ANEXO I

Servidor Municipal Efetivo Habilitado com direito à Adicional em conformidade com o Decreto nº 149/2015.

Servidor(a)	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Pós- graduação
Karine Engel Da Cunha			x
Gilson Ronning	x	x	

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

DECRETO Nº 150/2015

DECRETO Nº 150/2015 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

“Concede Licença Saúde ao Servidor VILSON PAULETTO e dá outras providências”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Licença Saúde, ao Servidor VILSON PAULETTO, portador do CPF nº. 767.622.899-91 conforme atestado médico de 20/09/2015, CID M23, até a emissão do Laudo Pericial do INSS. O mesmo é designado para atender as necessidades e atribuições do cargo de Motorista, com lotação junto a Secretaria Municipal de Saúde, Nível 31, do Grupo 3 – SOP, 40 horas semanais, da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de Setembro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 169

DECRETO Nº 169, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 1.864,49 (hum mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04.00 - SECRET. MUNIC. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBANOS
04.02 - DIRETORIA DE OBRAS
1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas
4.4.90.00.00.00.00.0615 - Aplicações Diretas
R\$ 1.864,49

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 615.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 15 de setembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI 2230

LEI Nº 2230, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

CRIA O GRUPO MUNICIPAL DE APOIO EM DESASTRES E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO –SC, em exercício, Senhor Valmir Daminelli, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica criado o Grupo Municipal de Apoio em Desastres – GMAD, formado por membros da comunidade, capacitados e atualizados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, para o apoio ao atendimento de desastres de qualquer natureza que ocorrerem no município.

Art. 2º. Considera-se desastre, para justificar o acionamento do grupo:

I - o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.

Art. 3º. Da nomenclatura do grupo e seus participantes:

I – O grupo será denominado de Grupo Municipal de Apoio em Desastres – GMAD;

II - O participante do GMAD será denominado de Agente Municipal de Apoio a Desastres – AMAD.

Art. 4º. O Grupo Municipal de Apoio em Desastres atuará em auxílio à Defesa Civil Municipal, ficando vinculado e subordinado à Organização Bombeiro Militar local, responsável pela constante atualização de seus membros.

Art. 5º. O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC ficará responsável pelos cursos de capacitação, bem como pela atualização dos participantes do grupo.

§1º. Para a aplicação da presente legislação e criação do grupo municipal, é obrigatório que o município firme convênio com o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, mais especificamente com o a Organização Bombeiro Militar local, convênio este que vai ditar e regular a capacitação e atualização dos participantes.

Art. 6º. A atuação em apoio no caso de desastres se dará de forma voluntária, tendo o participante do grupo que tenha participado do acionamento direito ao ressarcimento das despesas com deslocamento, alimentação e outras resultantes do acionamento, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 9.608/1998 (Lei do Voluntariado).

§1º Para fazer parte do Grupo Municipal de Apoio a Desastres o interessado deverá preencher os seguintes requisitos:

I - fazer parte e estar ativo no projeto Bombeiro Comunitário do CBMSC, preenchendo todos os requisitos dispostos no regulamento próprio;

II - assinar o Termo de Adesão junto a Prefeitura Municipal para participação no grupo;

III – assinar Termo de Compromisso para o recebimento dos valores da Bolsa Atualização;

IV - participar e cumprir a carga horária mínima mensal de atualizações junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

V - obter conceito mínimo nas avaliações que serão efetuadas durante as atualizações realizadas no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, as quais serão supervisionadas pelo Bombeiro Militar mais antigo da guarnição de serviço;

VI - possuir o material, fardamento e os equipamentos de proteção previstos no regulamento próprio do grupo;

VII - realizar avaliação/prova semestral, devendo obter o conceito mínimo para aprovação previsto em regulamento;

VIII – apresentar exame de saúde e carteira de vacinação;

IX - comprovar que realiza atividade remunerada ou comprovar a qualidade de estudante.

Art. 7º. Para fazer parte do grupo o participante deverá prestar a

carga horária mínima mensal de 100 (cem) horas de atualização junto Organização Bombeiro Militar local.

§1º. Serão feitas 96 (noventa e seis) horas de atualização prática e 4 (quatro) horas de atualização teórica. O não cumprimento da carga horária mínima de atualização resultará na exclusão do participante.

§2º. As horas de atualização serão organizadas conforme os horários determinados no quadro de atualização semanal, que poderá disponibilizar um encontro único de 24 horas ou dois encontros de 12 horas. O quadro de atualização semanal poderá ter sua carga horária diferenciada conforme a disponibilidade do agente participante e da Organização Bombeiro Militar local.

§3º. A atualização do agente participante compreenderá as seguintes atividades:

I - acompanhamento e auxílio da guarnição de serviço em atendimento de ocorrências, sejam elas de resgate, combate a incêndio ou atendimento pré-hospitalar;

II - acompanhamento e auxílio nas atividades preventivas realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

III - participação em palestras desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

§4º. O rol de atividades do parágrafo anterior é meramente exemplificativo, sendo que o agente poderá participar de outras atividades ligadas ao serviço bombeiro militar.

§5º. A quantidade de participantes será limitada de acordo com a disponibilidade e capacidade da Organização Bombeiro Militar local em ofertar a atualização.

§6º. A atualização compreenderá um período de 3 (três) anos. Após esse período o participante deverá ficar 6 (seis) meses fora do projeto para proporcionar a participação de outras pessoas. Havendo vaga no projeto antes do período de 6 meses o interessado poderá reiniciar a atualização e passará novamente pelas avaliações necessárias.

Art. 8º. O participante do projeto que cumprir da carga mínima mensal de atualização e cumprir os demais requisitos previstos no regulamento terá direito a percepção da Bolsa Atualização, que será paga mensalmente em valor fixo estipulado por Decreto.

§1º. A Bolsa Atualização é pautada no quesito social e educacional. Tem o objetivo de contribuir no custeio das despesas que o participante dispense com alimentação, transporte, material e outras que surgirem para conseguir a frequência e a carga horária exigidas para manter-se no projeto, tendo em vista ser um trabalho e um esforço voltado ao desenvolvimento de uma atividade social, que visa garantir o bem da comunidade local.

§2º. O valor para o pagamento da Bolsa Atualização será repassado pelo poder público municipal para a conta convênio vinculada ao convênio firmado com a Organização Bombeiro Militar local.

§3º. A Organização Bombeiro Militar local ficará responsável pelo controle dos participantes, pelo controle das horas de atualização e informará mensalmente quem terá direito ao recebimento da Bolsa Atualização, informação que será repassada com antecedência para posterior repasse dos valores.

§4º. Os valores, a forma de repasse, o tipo de conta convênio e outras especificações serão estabelecidas e detalhadas no convênio firmado entre o ente municipal e a Organização Bombeiro Militar

local.

§5º. Quando acionado para atuação no apoio a desastres, conforme disposto no art. 6º desta lei, se dará de forma voluntária, tendo o agente direito ao ressarcimento das despesas que tiver. O controle dos agentes acionados bem como a conferência das despesas e recebimento dos comprovantes ficarão a cargo da Organização Bombeiro Militar local, que fará o repasse das informações dos valores a serem repassados a cada agente.

Art. 9º. Ao ingressar no projeto o agente participante terá direito ao seguro de vida que será custeado com os recursos municipais disponibilizados para a idealização do projeto.

Art. 10. O Grupo Municipal de Apoio a Desastres terá regimento interno próprio, regulamento de uniformes e demais documentos que, juntamente com esta lei municipal, regulamentarão a atividade bem como os direitos e obrigações do Agente Municipal de Apoio a Desastres.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 22 de setembro de 2015.

Valmir Daminelli

Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT. 132

PORTARIA Nº 132 DE 08 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 3ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra JOSIMARI ISOPPO SILVA, Professor, com Carga Horária de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
1150	2010 à 2015	01/09/2015` a 30/11/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 08 de setembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT. 006

PORTARIA Nº 006 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE DE SOMBRIO – SC, Senhor José Paulo Custódio, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto 007, de 02 de janeiro de 2013 e Lei nº 1114, de 07 de abril de 1997 e sua alterações, combinado com a Lei 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de Sombrio – SC, conforme quadro de escala que segue:

NOME	MAT.	PER. AQUIS.	PER. DE GOZO
Enedir de Oliveira Ferraz	09	30/09/15 à 30/10/15	01/09/15 à 30/09/15
João Antonio Machado	17	02/07/12 à 01/07/13	01/09/15 à 30/09/15

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Município de Sombrio - SC, 01 de setembro de 2015.

José Paulo Custódio
Diretor Presidente

PORT. 133

PORTARIA Nº 133 DE 08 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 4ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra IVONE SIMÃO, Professor, com Carga Horária de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
286	2005 à 2010	25/08/2015 a 23/11/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 08 de setembro de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT. 134

PORTARIA Nº 134 DE 08 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 5ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra ROSANE APARECIDA GOULART GENEROSO, Professor, com Carga Horária de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
221	2010 à 2015	01/09/2015 a 30/11/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 08 de setembro de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT. 135

PORTARIA Nº 135 DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÀ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

CÓD.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
6952	Alessandra Ramos da Silva	08/05/2014	à	07/05/2014	20/09/2015	à	19/10/2015
5599	Bianca Ramos de Matos	01/06/2014	à	31/05/2015	01/09/2015	à	30/09/2015
7028	Bernadete Pereira	14/08/2014	à	13/08/2015	01/09/2015	à	30/09/2015
7042	Fabício Espindola dos Santos	03/09/2014	à	02/09/2015	01/09/2015	à	30/09/2015
6933	Ivone dos Santos Colares	05/05/2014	à	04/05/2015	01/09/2015	à	30/09/2015
5209	Juliana dos Santos Lopes	10/08/2014	à	09/08/2015	01/09/2015	à	30/09/2015
6898	Jean Pereira de Souza	08/05/2014	à	07/05/2015	01/09/2015	à	30/09/2015
6886	Mateus Peters Pereira	07/05/2014	à	06/05/2015	01/09/2015	à	30/09/2015
293	Maria Aparecida Batistella	14/03/2009	à	13/03/2010	01/09/2015	à	30/09/2015
5546	Meri Eli S. da C. da Silva	18/04/2014	à	17/04/2015	01/09/2015	à	30/09/2015
2550	Paulo Humberto Borges	01/03/2014	à	28/02/2015	01/09/2015	à	30/09/2015
6889	Renata Borges Boff Selau	06/05/2014	à	05/05/2015	01/09/2015	à	30/09/2015
6983	Rodrigo C. S. Nunes	21/05/2014	à	20/05/2015	01/09/2015	à	30/09/2015
6080	Talita da Silveira Barrim	02/01/2014	à	01/01/2015	11/09/2015	à	10/10/2015
877	Valmir do Amaral Boff	03/05/2014	à	02/05/2015	01/09/2015	à	30/09/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 08 de setembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

RREO - 4 BIMESTRE - 2015 - ANEXO 1

Município de SOMBRIÓ - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.385.264,00	90.385.264,00	9.325.943,45	10,32	39.328.521,45	43,51	51.056.742,55
RECEITAS CORRENTES	53.041.824,00	53.041.824,00	8.632.163,22	16,27	36.665.153,25	69,12	16.376.670,75
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.050.242,00	6.050.242,00	941.355,31	15,56	4.787.455,51	79,13	1.262.786,49
IMPOSTOS	4.575.490,00	4.575.490,00	801.843,42	17,52	3.536.188,49	77,29	1.039.301,51
TAXAS	1.467.198,00	1.467.198,00	139.295,89	9,49	1.250.422,98	85,23	216.775,02
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	7.554,00	7.554,00	216,00	2,86	844,04	11,17	6.709,96
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	835.486,00	835.486,00	200.923,60	24,05	736.498,43	88,15	98.987,57
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	835.486,00	835.486,00	200.923,60	24,05	736.498,43	88,15	98.987,57
RECEITA PATRIMONIAL	29.447,00	29.447,00	85.661,91	290,90	390.276,83	1.325,35	-360.829,83
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	29.447,00	29.447,00	85.461,91	290,22	388.825,33	1.320,42	-359.378,33
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	200,00	0,00	1.451,50	0,00	-1.451,50
RECEITA DE SERVIÇOS	2.101.025,00	2.101.025,00	442.272,61	21,05	1.508.330,02	71,79	592.694,98
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.033.372,00	42.033.372,00	6.726.170,95	16,00	27.677.935,78	65,85	14.355.436,22
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	41.717.372,00	41.717.372,00	6.723.620,30	16,12	27.575.385,13	66,10	14.141.986,87
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	10.000,00	10.000,00	2.550,65	25,51	2.550,65	25,51	7.449,35
TRANSF. DE PESSOAS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
TRANSF. DE CONV.	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	100.000,00	33,33	200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.992.252,00	1.992.252,00	235.778,84	11,83	1.564.656,68	78,54	427.595,32
MULTAS E JUROS DE MORA	750.828,00	750.828,00	104.082,96	13,86	369.444,96	49,21	381.383,04
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	2.000,00	2.328,94	116,45	595.101,75	29.755,09	-593.101,75
RECEITA DA DIVIDATIVA	1.223.521,00	1.223.521,00	110.781,39	9,05	574.324,44	46,94	649.196,56
RECEITAS DIVERSAS	15.903,00	15.903,00	18.585,55	116,87	25.785,53	162,14	-9.882,53
RECEITAS DE CAPITAL	37.343.440,00	37.343.440,00	693.780,23	1,86	2.663.368,20	7,13	34.680.071,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11.155.530,00	11.155.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.155.530,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	11.155.530,00	11.155.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.155.530,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	26.187.910,00	26.187.910,00	693.780,23	2,65	2.663.368,20	10,17	23.524.541,80
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.370.000,00	7.370.000,00	152.925,24	2,07	1.396.314,15	18,95	5.973.685,85
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18.817.910,00	18.817.910,00	540.854,99	2,87	1.267.054,05	6,73	17.550.855,95
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	90.385.264,00	90.385.264,00	9.325.943,45	10,32	39.328.521,45	43,51	51.056.742,55

Continua 1/3

Município de SOMBRIO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	90.385.264,00	90.385.264,00	9.325.943,45	10,32	39.328.521,45	43,51	51.056.742,55
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	1.512.028,07	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	90.385.264,00	90.385.264,00	9.325.943,45	10,32	40.840.549,52	43,51	51.056.742,55
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	5.984.250,30	—	—	3.177.715,32	—	—
Superávit Financeiro	—	5.984.250,30	—	—	3.177.715,32	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	90.385.264,00	108.334.529,17	10.012.733,59	60.290.316,83	48.044.212,34	11.635.694,23	40.840.549,52	67.493.979,65	37.416.136,50
DESPESAS CORRENTES	50.548.698,00	52.766.361,32	8.367.325,52	38.443.566,55	14.322.794,77	9.879.605,66	33.550.661,51	19.215.699,81	31.547.712,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.491.129,00	30.446.630,56	6.083.553,23	20.578.947,73	9.867.682,83	6.083.553,23	20.578.947,73	9.867.682,83	20.178.436,83
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	185.717,87	9.209,77	185.717,87	0,00	24.713,72	108.789,65	76.928,22	108.789,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.907.569,00	22.134.012,89	2.274.562,52	17.678.900,95	4.455.111,94	3.771.338,71	12.862.924,13	9.271.088,76	11.260.486,17
DESPESAS DE CAPITAL	39.795.016,00	55.526.617,85	1.645.408,07	21.846.750,28	33.679.867,57	1.756.088,57	7.289.888,01	48.236.729,84	5.868.423,85
INVESTIMENTOS	38.253.016,00	54.020.335,72	1.645.408,07	20.414.422,78	33.605.912,94	1.666.955,33	6.112.298,24	47.908.037,48	4.690.834,08
Amortização da Dívida	1.542.000,00	1.506.282,13	0,00	1.432.327,50	73.954,63	89.133,24	1.177.589,77	328.692,36	1.177.589,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	41.550,00	41.550,00	0,00	0,00	41.550,00	0,00	0,00	41.550,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	41.550,00	41.550,00	0,00	0,00	41.550,00	0,00	0,00	41.550,00	0,00

Continua 2/3

Município de SOMBRIO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	90.385.264,00	108.334.529,17	10.012.733,59	60.290.316,83	48.044.212,34	11.635.694,23	40.840.549,52	67.493.979,65	37.416.136,50
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	90.385.264,00	108.334.529,17	10.012.733,59	60.290.316,83	48.044.212,34	11.635.694,23	40.840.549,52	67.493.979,65	37.416.136,50
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	90.385.264,00	108.334.529,17	10.012.733,59	60.290.316,83	48.044.212,34	11.635.694,23	40.840.549,52	67.493.979,65	37.416.136,50
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	39.328.521,45
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	90.385.264,00	108.334.529,17	10.012.733,59	60.290.316,83	—	11.635.694,23	40.840.549,52	—	76.744.657,95

FONTE:

SOMBRIO, 21/09/2015

VALMIR DAMINELLI
Prefeito MunicipalREGINALDO F. MENDES NETO
Contador CRCSC 26509

RREO - 4 BIMESTRE - 2015 - ANEXO 2

Município de SOMBRIO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (d-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	90.385.264,00	108.334.529,17	10.012.733,59	60.290.316,83	100,00	48.044.212,34	11.635.694,23	40.840.549,52	100,00	67.493.979,65
Legislativa	2.200.000,00	2.200.000,00	288.675,51	1.369.972,45	2,27	830.027,55	312.699,08	1.307.103,14	3,20	892.896,86
Ação Legislativa	2.200.000,00	2.200.000,00	288.675,51	1.369.972,45	2,27	830.027,55	312.699,08	1.307.103,14	3,20	892.896,86
Administração	3.796.310,00	4.182.410,00	595.833,64	3.225.935,02	5,35	956.474,98	783.365,88	2.822.734,02	6,91	1.359.675,98
Administração Geral	2.530.460,00	2.902.000,00	393.595,95	2.150.100,01	3,57	751.899,99	548.987,31	1.873.329,50	4,59	1.028.670,50
Administração Financeira	1.265.850,00	1.280.410,00	202.237,69	1.075.835,01	1,78	204.574,99	234.378,57	949.404,52	2,32	331.005,48
Segurança Pública	544.240,00	830.922,55	103.229,61	343.935,76	0,57	486.986,79	75.403,53	254.337,83	0,62	576.584,72
Policimento	365.664,00	588.156,46	96.684,33	232.430,05	0,39	355.726,41	60.099,93	166.694,46	0,41	421.462,00
Defesa Civil	178.576,00	242.766,09	6.545,28	111.505,71	0,18	131.260,38	15.303,60	87.643,37	0,21	155.122,72
Assistência Social	2.162.411,00	2.309.606,69	278.736,61	1.394.677,89	2,31	914.928,80	343.631,81	1.168.680,42	2,86	1.140.926,27
Assistência ao Idoso	285.800,00	285.800,00	33.027,86	127.455,80	0,21	158.344,20	32.883,66	118.295,76	0,29	167.504,24
Assistência ao Portador de Deficiência	80.201,00	80.201,00	0,00	75.371,40	0,13	4.829,60	6.280,95	31.404,75	0,08	48.796,25
Assistência à Criança e ao Adolescente	813.400,00	822.064,59	91.831,95	556.699,98	0,92	265.364,61	127.597,97	455.353,06	1,11	366.711,53
Assistência Comunitária	983.010,00	1.121.541,10	153.876,80	635.150,71	1,05	486.390,39	176.869,23	563.626,85	1,38	557.914,25
Saúde	13.554.257,00	14.935.177,65	2.422.681,92	10.926.552,92	18,12	4.008.624,73	2.329.445,78	8.314.279,55	20,36	6.620.898,10
Atenção Básica	12.254.043,00	13.540.661,64	2.091.397,49	10.001.585,21	16,59	3.539.076,43	1.999.792,01	7.397.544,92	18,11	6.143.116,72
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	960.000,00	960.000,00	240.000,00	640.000,00	1,06	320.000,00	240.000,00	640.000,00	1,57	320.000,00
Vigilância Sanitária	251.284,00	261.897,82	44.388,24	167.495,91	0,28	94.401,91	43.879,58	161.047,35	0,39	100.850,47
Vigilância Epidemiológica	88.930,00	172.618,19	46.896,19	117.471,80	0,19	55.146,39	45.774,19	115.687,28	0,28	56.930,91
Trabalho	51.000,00	51.000,00	0,00	38.688,00	0,06	12.312,00	7.724,00	20.468,00	0,05	30.532,00
Empregabilidade	51.000,00	51.000,00	0,00	38.688,00	0,06	12.312,00	7.724,00	20.468,00	0,05	30.532,00
Educação	28.707.343,00	29.203.033,49	3.975.504,62	20.265.108,94	33,61	8.937.924,55	4.813.158,29	15.624.641,00	38,26	13.578.392,49
Formação de Recursos Humanos	407.000,00	407.000,00	104.108,58	343.336,17	0,57	63.663,83	104.108,58	343.336,17	0,84	63.663,83
Alimentação e Nutrição	1.425.880,00	1.426.003,25	154.988,10	990.164,08	1,64	435.839,17	298.121,58	839.886,47	2,06	586.116,78
Ensino Fundamental	19.361.540,00	19.753.170,62	2.623.635,32	13.786.646,91	22,87	5.966.523,71	3.173.723,02	9.944.274,14	24,35	9.808.896,48
Ensino Superior	178.000,00	209.783,32	670,80	204.141,32	0,34	5.642,00	24.359,04	127.700,12	0,31	82.083,20
Educação Infantil	7.334.923,00	7.407.076,30	1.092.101,82	4.940.820,48	8,20	2.486.255,84	1.212.846,07	4.369.444,10	10,70	3.037.632,20
Cultura	551.450,00	599.450,00	61.169,97	316.729,31	0,53	282.720,69	70.175,97	288.602,83	0,71	310.847,07
Difusão Cultural	551.450,00	599.450,00	61.169,97	316.729,31	0,53	282.720,69	70.175,97	288.602,83	0,71	310.847,07
Urbanismo	19.218.451,00	29.798.904,86	323.492,52	11.885.616,46	19,71	17.913.088,40	1.079.695,47	4.572.002,20	11,19	25.226.902,66
Infra-Estrutura Urbana	17.307.910,00	27.705.159,90	55.929,01	10.278.309,45	17,05	17.426.850,45	650.525,33	3.113.281,18	7,62	24.591.878,72
Serviços Urbanos	1.910.541,00	2.093.744,96	267.563,51	1.607.507,01	2,67	486.237,95	429.170,14	1.458.721,02	3,57	635.023,94
Habitação	108.000,00	553.616,21	0,00	446.816,21	0,74	106.800,00	0,00	113.122,26	0,28	440.493,95
Habitação Urbana	108.000,00	553.616,21	0,00	446.816,21	0,74	106.800,00	0,00	113.122,26	0,28	440.493,95

Continua 1/2

Município de SOMBRIO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.385.264,00	108.334.529,17	10.012.733,59	60.290.316,83	100,00	48.044.212,34	11.635.694,23	40.840.549,62	100,00	67.493.979,65
Saneamento	11.496.865,00	12.879.477,24	1.407.513,34	4.041.137,45	6,70	8.838.339,79	770.809,11	2.357.317,10	5,77	10.522.160,14
Administração Geral	506.000,00	593.093,71	84.842,73	469.178,91	0,78	123.914,80	148.649,82	410.997,90	1,01	182.095,81
Saneamento Básico Urbano	10.990.865,00	12.286.383,53	1.322.670,61	3.571.958,54	5,92	8.714.424,99	622.159,29	1.946.319,20	4,77	10.340.064,33
Gestão Ambiental	11.000,00	11.000,00	0,00	8.094,43	0,01	2.905,57	1.580,00	4.934,43	0,01	6.065,57
Preservação e Conservação Ambiental	11.000,00	11.000,00	0,00	8.094,43	0,01	2.905,57	1.580,00	4.934,43	0,01	6.065,57
Agricultura	1.201.200,00	1.801.296,19	158.718,76	1.206.119,84	2,00	595.176,35	306.983,04	695.467,52	1,70	1.105.828,67
Extensão Rural	901.200,00	1.501.296,19	158.718,76	1.206.119,84	2,00	295.176,35	306.983,04	695.467,52	1,70	805.828,67
Transporte Rodoviário	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Indústria	177.500,00	192.500,00	28.163,69	131.173,11	0,22	61.326,89	32.283,49	130.772,71	0,32	61.727,29
Administração Geral	171.500,00	186.500,00	28.163,69	131.173,11	0,22	55.326,89	32.283,49	130.772,71	0,32	55.727,29
Promoção Industrial	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Comércio e Serviços	576.425,00	1.119.425,00	49,08	4.849,08	0,01	1.114.575,92	449,08	2.849,08	0,01	1.116.575,92
Administração Geral	7.000,00	7.000,00	49,08	49,08	0,00	6.950,92	49,08	49,08	0,00	6.950,92
Turismo	569.425,00	1.112.425,00	0,00	4.800,00	0,01	1.107.625,00	400,00	2.800,00	0,01	1.109.625,00
Transporte	3.022.842,00	4.587.812,03	186.938,11	1.905.206,59	3,16	2.682.605,44	291.867,04	981.496,79	2,40	3.606.315,24
Transporte Rodoviário	3.022.842,00	4.587.812,03	186.938,11	1.905.206,59	3,16	2.682.605,44	291.867,04	981.496,79	2,40	3.606.315,24
Desporto e Lazer	648.420,00	713.186,47	108.844,18	657.605,64	1,09	55.580,83	177.868,74	519.337,18	1,27	193.849,29
Desporto Comunitário	648.420,00	713.186,47	108.844,18	657.605,64	1,09	55.580,83	177.868,74	519.337,18	1,27	193.849,29
Encargos Especiais	2.357.550,00	2.365.710,79	73.182,03	2.121.897,73	3,52	243.813,06	238.553,92	1.662.403,36	4,07	703.307,43
Serviço da Dívida Interna	1.630.000,00	1.630.000,00	9.209,77	1.618.045,37	2,68	11.954,63	113.846,96	1.286.379,42	3,15	343.620,58
Outros Encargos Especiais	727.550,00	735.710,79	63.972,26	503.852,36	0,84	231.858,43	124.706,96	376.023,94	0,92	359.686,85
TOTAL (III) = (I + II)	90.385.264,00	108.334.529,17	10.012.733,59	60.290.316,83	100,00	48.044.212,34	11.635.694,23	40.840.549,62	100,00	67.493.979,65

FONTE:

SOMBRIO, 21/09/2015

VALMIR DAMINELLI
Prefeito Municipal

REGINALDO F. MENDES NETO
Contador CRCSC 26509

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 193/2015

DECRETO Nº 0193/2015 DE 23/09/2015

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1004/2014 de 11 de novembro de 2014.

Artigo 1o - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1004/2014 de 11/11/2014 a saber:

05.01.0010.03010008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00. (66)	0.1.00.001464	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (1464)	R\$ 30.000,00

Artigo 2o - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), serão anulados da seguinte dotação orçamentária:

05.01.0010.03010008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00. (17)	0.1.00.001464	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1464)	R\$ 30.000,00

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 23 de setembro de 2015
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

DECRETO 194/2015

DECRETO Nº 0194/2015 DE 23/09/2015

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1004/2014 de 11 de novembro de 2014.

Artigo 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1004/2014 de 11/11/2014 a saber:

05.02.0008.00244.0009.2.033- Atendimento ao Programa PAIF/IGD

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00. (222)	0.1.00.003152	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (3152)	R\$ 19.000,00

Artigo 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais), serão anulados da seguinte dotação orçamentária:

05.01.0010.03010008.2.021- Atendimento ao Programa PAIF/IGD

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00. (200)	0.1.00.003352	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3352)	R\$ 11.000,00
3.3.90.00. (199)	0.1.00.003152	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3352)	R\$ 8.000,00

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 23 de setembro de 2015
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 089/2015

DECRETO Nº 089/2015, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Estabelece Limitação de empenho e movimentação financeira pelo Poder Executivo Municipal de Tigrinhos – SC, em atendimento ao que estabelece o art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e art. 16 da Lei Municipal nº 757, de 28 de maio de 2014.

DECRETA:

Art. 1.º Fica pelo presente Decreto estabelecido os critérios para limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira a serem utilizados pelo Poder Executivo Municipal quando da realização de despesas e desembolso financeiro até o restabelecimento total do déficit orçamentário no montante de R\$ 219.489,99 (duzentos e dezenove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos) apurados no período de julho e agosto de 2015.

Art. 2.º Em cumprimento ao que determina o art. 16 da Lei Municipal nº 757, de 28 de maio de 2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficam bloqueadas as seguintes dotações orçamentárias classificadas nos Grupos de Natureza de Despesa descritas a seguir:

1. Prefeitura Municipal de Tigrinhos

a) 3.3 - Outras Despesas Correntes no montante de R\$ 6.257,35
Proj./Ativ. 2.145 – Transporte Escolar Infantil
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0022 (57) R\$ 866,66
Fonte de Recurso: 0022 – Transf. de Convênio - Educação
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0061 (59) R\$ 883,52
Fonte de Recurso: 0061 – Programa Nac. Apoio Transp. Esc. – PNATE

Proj./Ativ. 2.087 – Manutenção da Secretaria de Obras - DMER
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0016 (101) R\$ 2.992,42
Fonte de Recurso: 0016 – Contrib. Interv. Dom. Econ. - CIDE
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0044 (102) R\$ 1.514,75
Fonte de Recurso: 0044 – Fundo Especial do Petróleo – FEP

b) 4.4 – Despesas de Capital no montante de R\$ 200.000,00
Proj./Ativ. 1.123 – Construção de Pavilhão e Infraestrutura
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.0083 (94) R\$ 200.000,00
Fonte de Recurso: 0083 – Operação de Crédito Internas – Outros

2. Fundo Municipal de Saúde de Tigrinhos

c) 3.3 - Outras Despesas Correntes no montante de R\$ 9.850,32
Proj./Ativ. 2.066 – Manutenção da Secretaria de Saúde
Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00.0023 (5) R\$ 3.191,36
Fonte de Recurso: 0023 – Transferência Convênio – Saúde
Proj./Ativ. 2.116 – Farmácia Básica
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0067 (13) R\$ 120,04
Fonte de Recurso: 0067 – Assistência Farmacêutica Básica
Proj./Ativ. 2.117 – Vigilância Sanitária
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0066 (36) R\$ 858,40
Fonte de Recurso: 0066 – Vigilância em Saúde
Proj./Ativ. 2.118 – Saúde Bucal

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0064 (16) R\$ 512,20

Fonte de Recurso: 0064 – Atenção Básica

Proj./Ativ. 2.120 – Agentes de Saúde

Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00.0064 (20) R\$ 25,00

Fonte de Recurso: 0064 – Atenção Básica

Proj./Ativ. 2.134 – Compensação e Especificidades Regionais

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0064 (27) R\$ 3.603,32

Fonte de Recurso: 0064 – Atenção Básica

Proj./Ativ. 2.135 – Programa de Melhoria de Acesso a Qualidade - PMAQ

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0064 (29) R\$ 1.540,00

Fonte de Recurso: 0064 – Atenção Básica

d) 4.4 – Despesas de Capital no montante de R\$ 3.382,32

Proj./Ativ. 2.134 – Compensação e Especificidades Regionais

Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.0064 (28) R\$ 842,68

Fonte de Recurso: 0064 – Atenção Básica

Proj./Ativ. 2.136 – Teto Mun. Média e Alta Complexidade Amb. Hosp - MAC

Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00.0065 (32) R\$ 2.539,64

Fonte de Recurso: 0065 – Atenção de Média e Alta Compl. Amb. Hosp. MAC

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos – SC, 23 de setembro de 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

ATA INEXIGIBILIDADE Nº 97 2015 - PMT - PAVIMENTAÇÃO RUA ARNOLDO GESSNER

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 97/2015 - PMT

Às nove horas, do vigésimo terceiro dia, do mês de setembro de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015 e Portaria nº 1707/2015), sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo, para análise dos documentos constantes do Processo da Inexigibilidade de Licitação nº 97/2015 – PMT.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de Inexigibilidade de fls. 0007/0018 (abaixo relacionados) apresentados pela empresa TORDO ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL EIRELI – EPP:

Ato constitutivo (Terceira alteração do Contrato Social da Sociedade Empresária Limitada de Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI)	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Ato constitutivo (Quarta alteração do Contrato Social da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada-EIRELI)	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Cópia do Contrato de Credenciamento nº. 2015/23-03 – Proveniente do Credenciamento de Empresas para pavimentação de vias Processo Licitatório nº 23/2015	
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débito do Município sede da empresa	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica - CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I

Da análise destes documentos observa-se que a empresa está com a documentação regular, no entanto, a Comissão entende que para dar prosseguimento a contratação, necessário anexar ao procedimento/processo de inexigibilidade a Certidão Negativa de Débito do Município de Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

PRISCILA MACEDO
Membro

DECRETO N.º 3.937 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO N.º 3.937 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pelo Decreto n.º 1.073/2008 de 10/03/2008, renovado pelo Decreto n.º 1.923/2010 de 30/04/2010, renovado pelo Decreto n.º 2.289/2011 de 25/02/2011 e renovado pelo Decreto n.º 3.573/2014 de 15/08/2014.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, pela Legislativo Ordinária pertinente e,

Considerando a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente.

DECRETA :

Artigo 1º - Fica reaprovaado o DESMEMBRAMENTO denominado "GERHARD HENKELS", cuja aprovação primeira se deu por força do Decreto nº 1.073/2008 de 10/03/2008, renovado pelo Decreto nº 1.923/2010 de 30/04/2010, renovado pelo Decreto nº 2.289/2011 de 25/02/2011, renovado pelo Decreto nº 3.573/2014 de 15/08/2014, e em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de GERHARD HENKELS, conforme matrícula n.º 17.052, livro 2.

Parágrafo Único – Este decreto revalida o Decreto n.º 1.073 de 10 de março de 2008, renovado pelo Decreto nº 1.923 de 30 de abril de 2010, renovado pelo Decreto nº 2.289 de 25 de fevereiro de 2011, renovado pelo Decreto nº 3.573 de 15 de agosto de 2014 e RATIFICA OS DEMAIS TERMOS em todos seus artigos e parágrafos.

Artigo 2º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 16 de setembro de 2015.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

DECRETO Nº 3.938 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.
DECRETO Nº 3.938 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ALTERA dispositivo do Decreto n.º 270 de 30 de abril de 2002.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, e pela Legislação Ordinária pertinente e,

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam ALTERADOS os lotes nº 01 (um) a 09 (nove), da alínea "a", do artigo 2º, do Decreto n.º 270 de 30/04/2012, com a seguinte descrição:

01 – Lote nº 01 (um) - com área de 714,00m2 (Setecentos e catorze metros quadrados), situado no lado par da Rua Piauí, distando pelo lado direito do imóvel, 112,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Coqueiros; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Piauí; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Altair Martinho Bertoldi; lado direito estrema em 47,60 metros com o lote nº 02; e, lado esquerdo estrema em 47,60 metros com terras de Sueli Steffen;

02 – Lote nº 02 (dois) - com área de 714,00m2 (Setecentos e catorze metros quadrados), situado no lado par da Rua Piauí, distando pelo lado direito do imóvel, 97,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Coqueiros; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Piauí; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Altair Martinho Bertoldi e José Kienen; lado direito estrema em 47,60 metros com o lote nº 03; e, lado esquerdo estrema em 47,60 metros com o lote nº 01;

03 – Lote nº 03 (três) - com área de 714,00m2 (Setecentos e catorze metros quadrados), situado no lado par da Rua Piauí, distando pelo lado direito do imóvel, 82,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Coqueiros; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Piauí; fundos estrema em 15,00 metros com terras de José Kienen; lado direito estrema em 47,60 metros com o lote nº 04; e, lado esquerdo estrema em 47,60 metros com o lote nº 02;

04 – Lote nº 04 (quatro) - com área de 714,00m2 (Setecentos e catorze metros quadrados), situado no lado par da Rua Piauí, distando pelo lado direito do imóvel, 67,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Coqueiros; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Piauí; fundos estrema em 15,00 metros com terras de José Kienen; lado direito estrema em 47,60 metros com o lote nº 05; e, lado esquerdo estrema em 47,60 metros com o lote nº 03;

05 – Lote nº 05 (cinco) - com área de 714,00m2 (Setecentos e catorze metros quadrados), situado no lado par da Rua Piauí, distando pelo lado direito do imóvel, 52,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Coqueiros; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Piauí; fundos estrema em 15,00 metros com terras de José Kienen; lado direito estrema em 47,60 metros com o lote nº 06; e, lado esquerdo estrema em 47,60 metros com o lote nº 04;

continuação do Decreto n.º 3.938/2015, fls. 02

06 – Lote nº 06 (seis) - com área de 714,00m2 (Setecentos e catorze metros quadrados), situado no lado par da Rua Piauí, distando pelo lado direito do imóvel, 37,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Coqueiros; estremando na frente em 15,00 metros com o lado par da Rua Piauí; fundos estrema em 15,00 metros com terras de José Kienen; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 07, e em 17,60 metros com o lote nº 09; e, lado esquerdo estrema em 47,60 metros com o lote nº 05;

07 – Lote nº 07 (sete) - com área de 510,00m2 (Quinhentos e dez metros quadrados), situado no lado par da Rua Piauí, distando pelo lado direito do imóvel, 20,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Coqueiros; estremando na frente em 17,00 metros com o lado par da Rua Piauí; fundos estrema em 17,00 metros com o lote nº 09; lado direito estrema em 30,00 metros com o lote nº 08; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 06;

08 – Lote nº 08 (oito) - com área de 592,80m2 (Quinhentos e noventa e dois metros e oitenta décimetros quadrados), situado no lado par da Rua Piauí, esquina formada com o lado par da Rua Coqueiros; estremando na frente em 14,00 metros com o lado par da Rua Piauí, e em 9,40 metros com a curva de transição com o lado par da Rua Coqueiros; fundos estrema em 20,00 metros com o lote nº 09; lado direito estrema em 24,00 metros com o lado par da Rua Coqueiros; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o lote nº 07;

09 – Lote nº 09 (nove) - com área de 651,20m2 (Seiscentos e cinquenta e um metros e vinte décimetros quadrados), situado no lado par da Rua Coqueiros, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Piauí; estremando na frente em 17,60 metros com o lado par da Rua Coqueiros; fundos estrema em 17,60 metros com o lote nº 06; lado direito estrema em 37,00 metros com terras de José Kienen; e, lado esquerdo estrema em 20,00 metros com o lote nº 08, e em 17,00 metros com o lote nº 07;"

Artigo 2º - Ficam ratificados os demais termos em todos seus artigos e parágrafos.

Artigo 3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 21 de setembro de 2015.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

DESPACHO SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇO N.º 01 2015 TIMBOPREV**DESPACHO****TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015 TIMBOPREV**

Em razão da propositura da impugnação da empresa ÊXITO CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA. EPP, decido pela suspensão do certame designado para o dia 28 de setembro do corrente, para melhor análise dos questionamentos.

Publique-se, intime-se a parte impugnante.

Timbó, 22 de setembro de 2015

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do TIMBOPREV

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 87 2015 PMT - MATERIAL DE LIMPEZA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preços destinado à aquisição de materiais de higiene, limpeza e copa e cozinha destinados ao atendimento das necessidades da administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações) do município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Limpexcel Prod. Limpeza Ltda Me;

J.P. Lima Com. Prod. Limpeza Ltda Epp; Vencoli Brasil Distribuidora Ltda; Coml. Multville Ltda Me; JLM Distribuidora BR Ltda - Me Blunac Distribuidora Eireli Me; L&E Comércio Varejista LTDA Epp; M Mobile Eireli Me; Tayu Química Eireli – Epp; AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda Epp; Cheiros do Vale Ltda – Me; Zeli Odete da Silva – Me; Qualiclean Comercio de Produtos de Limpeza Ltda – Epp; Maycon Will Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 327.449,23 (trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e três centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 21/09/2016

Timbó, 22/09/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO 2015.119 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/119

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: VPA. Comércio de Pedras e Pavimentação Ltda.

OBJETO: Serviços de pavimentação com lajota (tipo tijolão) da Rua Rodeio (2ª. Etapa), incluindo o meio fio de concreto pré-moldado, de uma área correspondente a 2.024,92m², de acordo com as especificações contidas no Processo de Inexigibilidade n.º 90/2015 e Edital de Credenciamento n.º 23/2015.

VALOR: R\$ 131.113,57 (cento e trinta e um mil, cento e treze reais

e cinquenta e sete centavos).

DATA DA ASSINATURA: 15/09/2015

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 07 2015 SAMAE - AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS TERMOSENSÍVEIS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2015 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

OBJETO: Registro de preço para aquisição de etiquetas termo sensível destinadas a impressão das faturas entregues aos clientes do SAMAE .

EMPRESA FORNECEDORA: Regispel Indústria e Comércio de Boabinas S/A.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 22/06/2016

Timbó, 23/06/2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA N. SAMAE- 153 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 153 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

Concede Licença Prêmio convertida em Pecúnia Total ao Servidor Célio Mauricenz

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Prêmio convertida em pecúnia total ao Servidor CELIO MAURICENZ ocupante de cargo efetivo de Auxiliar Operacional I, lotado no SAMAE, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 03.05.2006 a 30.11.2010 (4 anos, 6 meses e 27 dias) e 08.04.2014 a 05.08.2014 (5 meses e 3 dias), conforme Processo RH n. 76/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de setembro de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA NO SAMAE - 152, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA No SAMAE - 152, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza o Servidor Público Municipal Caio Daniel Knoop a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, da Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com base na Lei nº 1.931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que “A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.”, Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade desta Autarquia Municipal, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
CAIO DANIEL KNOOP	Auxiliar Operacional I	A/B 02594323835

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

ERRATA DA RETIFICAÇÃO 01 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 01/2015

ERRATA DO EDITAL DE RETIFICAÇÃO 01 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015.

Na Errata do Edital de Retificação 01 ao Concurso Público nº 01/2015, publicado no Diário dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br) Edição nº 1833 página nº 695 de 23/09/2015 (quarta-feira) constou erro quanto ao nome do município realizador do referido Concurso Público, onde SE LÊ: Imbuia, LEIA-SE: Três Barras - SC.

Três Barras - SC, em 23 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO 12-2015

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO 12/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: ENGEPLAN TERRAPLANAGEM SANEAMENTO E URBANISMO LTDA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para pavimentação asfáltica C.A.U.Q em diversas ruas no perímetro urbano do município de Treze Tílias – SC, conforme projeto constante no Anexo I, integrante deste edital.

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência para mais 06 meses, a contar da data de assinatura. Conforme solicitação em anexo. Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas

DATA ASSINATURA: 20/08/2015.

TREZE TÍLIAS, 20 de Agosto de 2015.

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 51-2015

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO 12/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: ENGEPLAN TERRAPLANAGEM SANEAMENTO E URBANISMO LTDA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para execução de serviços de ampliação do Centro Comunitário do bairro Pôr do Sol, no município de Treze Tílias, conforme projeto constante no Anexo I do presente edital.

VALOR: O valor total ora aditivado é de R\$ 16.533,22 (Dezesseis mil, quinhentos e trinta e três reais e vinte e dois centavos), de acordo com os itens do processo licitatório e planilha em anexo. Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas

DATA ASSINATURA: 10/09/2015.

TREZE TÍLIAS, 10 de Setembro de 2015.

União do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 43/2015

Estado de Santa Catarina

MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2015

PROCESSO Nº 46/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2015

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2015, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e três dias do mês de setembro de 2015, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 46/2015, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ELÉTRICA CAVALLI - EPP, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Descrição	Und. Med.	Quant.	Marca	Valor Unt.	Valor Total
01	REATOR VAPOR DE SÓDIO 250W GALV. FOGO AFP	UN	50	DEMAPE	87,90	4.395,00
02	REATOR VAPOR DE SÓDIO 150W GALV. FOGO AFP	UN	50	DEMAPE	75,00	3.750,00
03	REATOR VAPOR DE SÓDIO 70W GALV. FOGO AFP	UN	160	DEMAPE	59,90	9.584,00
04	LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W	UN	80	DEMAPE	26,40	2.112,00
05	LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 150W	UN	100	DEMAPE	24,65	2.465,00
06	LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 70W	UN	300	DEMAPE	20,30	6.090,00
07	RELE FOTOELETRICO F.E – 220W	UN	200	EXATRON	25,00	5.000,00
08	BASE PARA RELE FOTOELETRICO	UN	100	EXATRON	8,50	850,00
09	CONECTOR CUNHA CAA TIPO II	UN	250	INTELE	3,60	900,00
10	BRAÇO GALVANIZADO A FOGO 1,5 MT	UN	40	OLIVO S/A	38,90	1.556,00
11	LUMINARIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA FECHADA ATÉ 250W	UN	40	OLIVO S/A	87,00	3.480,00
12	RECEP. DE PORCELANA E 27	UN	50	GERMER	4,15	207,50
13	RECEP. DE PORCELANA E 40	UN	30	GERMER	7,30	219,00
14	CABO FLEX 2,5 MM	MT	300	COFRIO	1,25	375,00
15	FITA ISOLANTE 20 MT	RL	28	FAME	3,45	96,60
16	PARAFUSO GALVANIZADO 16X250MM C/ PORCA	UN	38	MECRIL	5,70	216,60
17	ARRUELA QUADRADA 32X32 MM	UN	76	MECRIL	0,50	38,00
18	CHAVE DE COMANDO EM GRUPO 1X50	UN	06	EXATRON	188,00	1.128,00
19	CONTACTORA CWM 32ª	UN	10	WEG	139,00	1.390,00
20	CINTA CIRCULAR 200MM C/ 02 PARAFUSO E PORCA	UN	20	MECRIL	31,00	620,00
21	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS, DE ACORDO COM AS NR 10 E 35, BEM COMO, FERRAMENTAS DE USO COMUM E ESPECÍFICAS PARA TROCA DAS PEÇAS, CAMINHÃO E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, INCLUINDO DESPESAS COM DESLOCAMENTO.	H	200		132,00	26.400,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa



Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA EXECUÇÃO e FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ELÉTRICA CAVALLI - EPP, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada A EXECUTAR OS SERVIÇOS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento os serviços deverão ser executados em até 03 dias após expedição da autorização.

4.2. Se a CONTRATADA recusar-se a executar os serviços requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais e serviços somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

4.4 - A fiscalização da execução dos trabalhos da CONTRATADA será exercida pelo CONTRATANTE, através de Servidor VÍCARLO FIORESE, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

4.5 - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros em documentos legais.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. A nota fiscal deverá vir acompanhada de relatório dos serviços executados, discriminando o local, data e total de materiais substituídos, bem como total de horas de serviço.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente ata correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão - 08 – SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade - 02 – DPTO. DE SERVIÇOS URBANOS

Projeto Atividade - 2.040 – MANUT. DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Cód. Red. 117 e 147 – Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais e serviços quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 46/2015.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos produtos;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 46/2015 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 46/2015 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSONI MATIELLO
Prefeito Municipal em Exercício

MARLENE CAVALLI
ELETRICA CAVALLI LTDA - EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

02. _____
Nome: Giane Smaniotto
CPF: 060.416.089-55

Publicada na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

AVISO DE LICITAÇÃO N. 47/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 47/2015

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 47/2015

Tipo : Menor Preço/Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E EMBALAGENS PARA COMPOR A CESTA NATALINA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.030/2015, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.

Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 07 de outubro de 2015.

Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 07 de outubro de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:00 às 13:00 horas, ou pelo fone (049) 3348 1202,ou ainda através do e-mail: administracao@uniaodoeste.sc.gov.br

União do Oeste - SC, 23 de setembro de 2015.

CELSO MATIELLO

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2015 - EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para eventual Contratação de empresa para eventual fornecimento de peças e mão de obra para reposição peças, veículo Volare MCQ 7184 e Grand Livina placa MLC 5669 do Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos.

REGIMENTO: o FUNDO Municipal de Saúde de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 10/2015, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 06 de outubro de 2015.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 09:00 hrs do dia 06 de outubro de 2015, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300 email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 24 de setembro de 2015.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 60/2015 - EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 60/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 60/2015

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS PRÉ-MOLDADOS EM CONCRETO, BITOLAS DIVERSAS, CONFORME RELAÇÃO, DESTINADA A INSTALAÇÃO DE BUEIROS E DRENAGENS NAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, por seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03 de janeiro de 2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 60/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 2.130/2013, de 29 de abril de 2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no município e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 06/10/2015, às 15:00 horas

LOCAL: Gabinete da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 24 de setembro de 2015.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.380/15

DECRETO Nº 12.380/15, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

Nomeia Comissão Especial para emitir Pareceres em Processos de Concessão de Incentivos Econômicos e Fiscais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica assim constituída a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais de que trata a Lei Municipal nº 3.073/14:

- I) LEONARDO BOM GUSE - Presidente
- II) GILBERTO LUIZ BOSCHETTI - Vice-Presidente
- III) CLAUDIO DE COSTA - Membro
- IV) LUCIANE MARIA DOS SANTOS - Membro
- V) VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI - Membro
- VI) PATRICK FERRÃO CUSTODIO- Membro

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 11.103/14.

Videira, 21 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 074/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 074/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocadaa candidataabaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no INPREVID, à Rua Fiorindo Pires, nº 15, sala 01, Térreo, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 001/2015:

CONVOCADADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. LACI ANA CESARIO ADRIANO	ANALISTA PREVIDENCIÁRIO	12.378/15, DE 18/09/2015

A convocada deverá apresentar no INPREVID, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;

- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 22 de Setembro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0687/15

PORTARIA nº 0687/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15907/2015,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 01 de setembro de 2015 até 30 de setembro de 2015, o gozo de férias da servidora MARIA CRISTINA DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Datilógrafo, referente ao período aquisitivo de 25 de março de 2014 até 24 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 01 de setembro de 2015.

Videira, 21 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0688/15

PORTARIA nº 0688/15

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 2694/2014, nomeada pela Portaria nº 0632/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 25 de setembro de 2015, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 2694/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0689/15

PORTARIA nº 0689/15

Prorroga Prazo da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 13.221/2014, nomeada pela Portaria nº 1319/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 274, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 90 (noventa) dias, a partir de 29 de setembro de 2015, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 13.221/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de setembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0690/15

PORTARIA nº 0690/15

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 16209/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MIRIAM PASTORE VIECELLI, ROGÉRIO ANTONIO KUNZE e REGIANE LOUISE BEHER para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 16209/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de setembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 157/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO ELÉTRICA DAS MÁQUINAS PESADAS E CAMINHÕES DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 14/10/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 23 de Setembro 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ANEXO IV - GASTOS COM SAÚDE AGOSTO DE 2015

DECRETO 11.120/14

ANEXO IV

CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE AGOSTO DE 2015

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS		ARRECADAÇÃO		
		ATÉ O MÊS		
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO				
1.1 - IPTU				5.177.010,71
1.2 - ITBI				1.330.399,93
1.3 - ISS				6.076.652,17
1.4 - IRRF				1.337.929,13
1.5 - FPM				13.800.317,74
1.6 - ITR				10.536,68
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO				119.563,85
1.8 - ICMS				23.500.316,68
1.9 - IPVA				4.695.532,01
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO				367.706,12
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS				334.593,47
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS				252.188,37
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS				57.002.746,86
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		ACUMULADO		
		ATÉ O MÊS		
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)				8.550.412,03
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO				4.583.035,25
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO				2.162.621,45
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE				0,00
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE				0,00
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE				377.405,92
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE				348.938,83
TOTAL				16.022.413,48
3. APLICAÇÃO	RECEITA ACUMULADA	DESPESA LIQUIDADADA	%	DIFERENÇA
3.1 - Limite constitucional 15% sobre receitas impostos	8.550.412,03	9.593.174,38	16,83	1.042.762,35
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado	6.745.656,70	3.281.010,23	48,64	-3.464.646,47
3.2 - Convênios vinculados a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde	726.344,75	343.093,29	47,24	-383.251,46
TOTAL	16.022.413,48	13.217.277,90		-2.805.135,58

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 21 de Setembro de 2.015.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Maria Eneida Furlin Dresch
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 201/2015

PORTARIANº 201/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: PATRICIA TILLMANN

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III – ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário – ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 016/2015, de 03 de fevereiro de 2015, passando de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 05 de setembro de 2015. A diminuição de 20 (vinte) horas da carga horária se dá pelo término da substituição à servidora SAMIRA CRISTINA RODRIGUES DE OLIVEIRA, afastada por licença maternidade até 04 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 05 de setembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 23 DE SETEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 202/2015

PORTARIANº 202/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: PRISCILA MARCHI

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III ACT

Do Quadro de Pessoal admitida em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 172/2015, de 03 de agosto de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 01 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 23 DE SETEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 203/2015

PORTARIANº 203/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: AMANDA BOGO

Cargo: PROFESSOR NÍVEL I ACT

Do Quadro de Pessoal admitida em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 184/2015, de 11 de agosto de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 01 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 23 DE SETEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 204/2015

PORTARIANº 204/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: FLAVIA MAGALI MACCARINI

Cargo: PROFESSOR NÍVEL II ACT

Do Quadro de Pessoal admitida em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 188/2015, de 11 de agosto de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 04 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 04 de setembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 23 DE SETEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 205/2015

PORTARIANº 205/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: TAINÁ LUCHTENBERG

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no CEI Chapeuzinho Vermelho, em substituição à servidora LISIANE DA CRUZ, afastada para tratamento de saúde, a partir do dia 14 de setembro de 2015 até 30 de setembro de 2015, prorrogado ou rescindido automaticamente conforme o período de afastamento da servidora.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de setembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 23 DE SETEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xanxerê

PREFEITURA

PORTARIA Nº RH AJG 201/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 201/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 08 (oito) dias a partir de 22.09.2015 à 29.09.2015. A Servidora Pública Municipal Sra. NEIVA MARIA FAVA, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro, portador da CI nº 17/R-2. 076.590 e do CPF nº 665.490.009-04, residente e domiciliado nesta cidade de – Xanxerê – SC, nomeado conforme Decreto JB 103/95 no cargo de DESENHISTA COPISTA com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 03527/2015. Datado de 22.09.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

24.07.2006 a 08.06.2009: 8 (oito) dias;

Esta portaria entra em vigor nesta data, Passando a vigorar a licença premio a partir de 22.09.2015. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 22 de Setembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 202/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 202/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei Complementar BLB 3.112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 32 (trinta e dois) dias a partir de 08.09.2015 à 09.10.2015. A Servidora Pública Municipal Sra. LUIZ HENRIQUE CHESINI, nacionalidade brasileiro, estado civil solteiro, portador da CI nº 4.121.887-6 e do CPF nº 059.527.999-65, residente e domiciliado nesta cidade de – Xanxerê – SC, nomeado conforme Decreto AM 056/08 no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração, desempenhando suas atividades no Gabinete do Prefeito junto ao PROCON, conforme portaria RH-BLB 677/2009.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 03559/2015. Datado de 22.09.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2009 a 08.06.2012: 2 (dois) dias;

09.06.2012 a 08.06.2015: 30 (trinta) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 08.09.2015. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 22 de Setembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

PE 18/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2015 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível contratação de Micro e/ou Pequena Empresa para a possível aquisição de impressoras para o Município de Xavantina e outros Fundos vinculados a este Município, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital. Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 06/10/2015. Abertura: dia 06/10/2015, às 09:00 horas. O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 24 de setembro de 2015.

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 33-2015 PMXV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO DE COMPROMISSO Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 33/2015 PMXV

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina, SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa RD COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.811.143/0001-85, com sede na Avenida Leopoldo Sander, 2001-E, Bairro Cristo Rei, Município de Chapecó/SC, CEP 89.805-295 neste ato representada pelo seu Procurador, Sr. MARCOS MOLLMANN, portador da Cédula de Identidade RG nº 1787102 e inscrito no CPF sob o nº 701.659.049-68, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial SRP nº 33/2015 PMXV, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CONDIÇÕES

1.1 - A presente licitação tem como objeto o Registro de preços para o possível fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de caminhões e ônibus do município e seus fundos, sendo peças genuínas da marca das máquinas ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência constante no Anexo "C" do PP 33/2015 PMXV.

1.2 - As peças deverão atender às exigências de qualidade, observadas os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.3 - A relação das máquinas constantes no Termo de Referência constante no Anexo "C" do PP 33/2015 PMXV, servem apenas como referência para o quantitativo de peças, podendo contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de novos veículos, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

1.4 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício do Município perante o FORNECEDOR e seus subordinados, sendo de sua responsabilidade todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais que prestarão os serviços, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

2.2 - Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fretes, descarregamento, materiais e produtos e limpeza, todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais contratados para execução dos serviços, entrega e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

3.1 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamentos de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

3.2 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ter seus preços reajustados pelo IGPM/FGV ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta.

3.3 - O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Comissão de Licitações e Contratos desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

3.4 - A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

3.5 - O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade

legal de aquisição pelo maior desconto por Item.

3.6 - Independentemente do disposto no Item 3, o Município poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1 - O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar a data de homologação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Xavantina/SC.

4.2 - O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contado da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após prestação dos serviços e entrega dos materiais e mediante apresentação da Nota Fiscal. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o nº do Processo Licitatório e Autorização de Fornecimento que originou a aquisição e a assinatura do responsável pelo recebimento.

5.2 - Na Nota Fiscal deverá constar: número do processo licitatório que originou a aquisição, valor do material empregado e o valor da mão de obra, com os respectivos percentuais de desconto concedidos sobre o valor da mão de obra e o valor das peças aplicadas. Sobre o valor da mão de obra deverá ser obedecida à legislação vigente no que se refere ao INSS e ao ISSQN.

5.3 - O FORNECEDOR deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na Nota Fiscal os descontos os mesmos poderão ser descontados pela Administração Municipal.

5.4 - O número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

6.2 - Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

6.3 - Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o Município poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Município, observadas as condições do Edital e o Preço Registrado.

6.4 - As autorizações de fornecimento serão formalizadas pelo Município de Xavantina/SC.

6.5 - As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o Município, independente do valor, sob pena de penalização.

6.6 - O FORNECEDOR deverá manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal durante a vigência do presente Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA

7.1 - O objeto será recebido por servidor especialmente designado para este fim.

7.2 - Caso as peças não correspondam ao exigido no Edital, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.

7.5 - O prazo estabelecido para entrega poderá ser prorrogado quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02, a critério da Administração.

8.2 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), o Município poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

8.3 - A penalidade pecuniária prevista na Clausula Oitava será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

8.4 - As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei

Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

8.5 - Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

a) Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um(1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

b) Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois(2) anos no caso de inexecução total do contrato;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8666/93.

9.2 - Caso a contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).

9.3 - O licitante reconhece os direitos do Município nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:

a) Pela Administração no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

b) Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.

10.2 - A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito na Departamento de Licitações e Contratos facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

10.3 - A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do

órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.

10.4 - O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.

10.5 - No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

10.6 - Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS

11.1 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste Contrato correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2015 e 2016.

11.2 - Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao Município de Xavantina/SC a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Fica eleito o Foro da cidade de Seara/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Edital e pelo futuro contrato, (representado pela Ata de Registro de Preços e Nota de Empenho), com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial SRP nº 33/2015 PMXV, para Registro de Preços, a Ata de Lances do presente pregão e a proposta da empresa RD COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA, classificada em 1º lugar, nos Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 do Processo Licitatório nº 59/2015 PMXV, Modalidade Pregão Presencial SRP nº 33/2015 PMXV.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 23 de setembro de 2015.

RD COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA Marcos Mollmann CONTRATADA	MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal. CONTRATANTE
--	---

Testemunhas:

01. _____ Nome: Arline Caon CPF: 055.243.049-84	02. _____ Nome: Joselino Luiz Naissinger CPF: 047.840.569-39
---	--

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 025/2015

Aviso de Inexigibilidade de Licitação

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica a presente Inexigibilidade, a saber:

Inexigibilidade de licitação n. 025/2015

Processo licitatório n. 178/2015 – Fundo Municipal de Assistência Social

Homologação: 23/09/2015

Fornecedor: Editora Amigos da Natureza Ltda EPP

CNPJ: 04.096.738/0001-55

Objeto: Aquisição de jornais/material com temáticas que auxiliam no processo educativo, conscientização e sensibilização a serem trabalhadas junto aos grupos de crianças e adolescentes responsáveis atendidos pelos profissionais do CREAS.

Valor da despesa: R\$ 7.956,00 (sete mil novecentos e cinquenta e seis reais)

Fundamento: art. 25 da Lei 8.666/93.

Vigência: 31/12/2015

Xaxim – SC, 23 de setembro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PREGÃO 086/2015

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO N. 166/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 086/2015

O município de xaxim – SC, através da Pregoeira comunica que foi alterado o ANEXO I do referido edital, que tem por objeto a aquisição de 1 (um) veículo tipo furgão para atividades pré-hospitalar junto ao Corpo de Bombeiros no município de Xaxim - SC. O edital retificado encontra-se disponível no site do município de Xaxim no endereço eletrônico www.xaxim.sc.gov.br.

Considerando a alteração do Edital a abertura fica marcada para o dia 07 de outubro de 2015 às 14h00min, com entrega dos envelopes até às 13h45min do mesmo dia.

As demais disposições permanecem inalteradas.

Xaxim - SC, 23 de setembro de 2015.

Marinilse de Freitas Fin

Pregoeira

Associações

EGEM

EDITAL Nº 023.2015 - CHAMAMENTO_MARCO REGULATÓRIO_AMUNESC

EDITAL Nº 023/2015

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

curso sobre Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Lei 13.019

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os participantes acerca das regras advindas da Lei 13.019 quanto as parcerias realizadas pelo poder público com as Organizações da Sociedade Civil. Apontar os instrumentos necessários para viabilizar as parcerias entre os municípios e a Sociedade Civil. Esclarecer quanto as principais mudanças nas fases de elaboração, execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas nas transferências voluntárias para as Organizações da Sociedade Civil.

2. PÚBLICO-ALVO

Controladores internos, secretários, gestores municipais, servidores públicos municipais que atuam junto as OSC e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Joinville/SC Auditório da Associação dos Municípios de Nordeste de Santa Catarina – AMUNESC Rua Max Colin, 1843
Limite para inscrições	30/09/2015
Vencimento do boleto de cobrança	30/09/2015
Homologação das inscrições	01/10/2015
Período de realização	05 e 06/10/2015
Carga horária total	15 h/a
Quantidade de vagas	100

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 350,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221- 8800 –

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em

caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;

c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;

d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
8h30 às 17h30 (com intervalo para almoço das 12h às 13h)	1) O terceiro setor e o Poder Público: arranjos jurídicos e possibilidades 2) A Lei n. 13.019/2014: histórico e visão geral 3) Conceitos e definições na Lei n. 13.019/2014 4) A parceria voluntária, contratos administrativos e convênios administrativos: diferenças e escopo de aplicação 5) Fase preparatória da parceria voluntária: previsão orçamentária, procedimento de manifestação de interesse social, plano de trabalho, etc 6) Fase de seleção das organizações sociais: chamamento público, comissão de seleção e condições para participação 7) Celebração e execução dos Termos de Colaboração e Fomento: requisitos, despesas, pessoal, comissão de monitoramento etc 8) Prestação de contas: prazos, transparência e controle 9) Vedações e sanções aplicáveis 10) Cuidados especiais aos gestores públicos
2º dia	
8h30 às 12h	11) Transparência e Controle 12) Plano de Trabalho 13) Chamamento Público 14) Providências Administrativas para Formalização do Termo 15) Regulamento de Compras 16) Despesas 17) Liberação de Recursos 18) Monitoramento e Avaliação 19) Prestação de Contas

7. PALESTRANTES

ALEXANDRE ALVES

Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (2014). Especialista em Controladoria e Administração Pública pelo Instituto Catarinense de Pós Graduação (2004). Especialista em Administração Pública pela Universidade do Vale do Itajaí (2002). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Regional de Jaraguá do Sul (2007) e graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (2002). Atualmente é diretor executivo da Federação Catarinense de Municípios - FECAM e diretor geral da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: lei de responsabilidade fiscal, controle dos bens patrimoniais, contabilidade pública, controle interno e controle público.

MARCOS FEY PROBST

Doutorando em Direito Público pela UFSC. Consultor jurídico da FECAM. Professor de Direito Administrativo em cursos de Graduação e Pós-Graduação. Advogado e articulista em revistas especializadas de Direito Público.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS**Resolução nº 001/2013**

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 024.2015 - CHAMAMENTO_MARCO REGULATÓRIO_AMREC

EDITAL Nº 024/2015

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

curso sobre Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Lei 13.019

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os participantes acerca das regras advindas da Lei 13.019 quanto as parcerias realizadas pelo poder público com as Organizações da Sociedade Civil. Apontar os instrumentos necessários para viabilizar as parcerias entre os municípios e a Sociedade Civil. Esclarecer quanto as principais mudanças nas fases de elaboração, execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas nas transferências voluntárias para as Organizações da Sociedade Civil.

2. PÚBLICO-ALVO

Controladores internos, secretários, gestores municipais, servidores públicos municipais que atuam junto as OSC e demais interessados.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Criciúma/SC Auditório da Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC Avenida Santos Dumont, 855
Limite para inscrições	21/10/2015
Vencimento do boleto de cobrança	21/10/2015
Homologação das inscrições	22/10/2015
Período de realização	26 e 27/10/2015
Carga horária total	15 h/a
Quantidade de vagas	80

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 350,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221- 8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
8h30 às 17h30 (com intervalo para almoço das 12h às 13h)	1) O terceiro setor e o Poder Público: arranjos jurídicos e possibilidades 2) A Lei n. 13.019/2014: histórico e visão geral 3) Conceitos e definições na Lei n. 13.019/2014 4) A parceria voluntária, contratos administrativos e convênios administrativos: diferenças e escopo de aplicação 5) Fase preparatória da parceria voluntária: previsão orçamentária, procedimento de manifestação de interesse social, plano de trabalho, etc 6) Fase de seleção das organizações sociais: chamamento público, comissão de seleção e condições para participação 7) Celebração e execução dos Termos de Colaboração e Fomento: requisitos, despesas, pessoal, comissão de monitoramento etc 8) Prestação de contas: prazos, transparência e controle 9) Vedações e sanções aplicáveis 10) Cuidados especiais aos gestores públicos
2º dia	
8h30 às 12h	11) Transparência e Controle 12) Plano de Trabalho 13) Chamamento Público 14) Providências Administrativas para Formalização do Termo 15) Regulamento de Compras 16) Despesas 17) Liberação de Recursos 18) Monitoramento e Avaliação 19) Prestação de Contas

7. PALESTRANTES

ALEXANDRE ALVES

Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (2014). Especialista em Controladoria e Administração Pública pelo Instituto Catarinense de Pós Graduação (2004). Especialista em Administração Pública pela Universidade do Vale do Itajaí (2002). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Regional de Jaraguá do Sul (2007) e graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (2002). Atualmente é diretor executivo da Federação Catarinense de Municípios - FECAM e diretor geral da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: lei de responsabilidade fiscal, controle dos bens patrimoniais, contabilidade pública, controle interno e controle público.

MARCOS FEY PROBST

Doutorando em Direito Público pela UFSC. Consultor jurídico da FECAM. Professor de Direito Administrativo em cursos de Graduação e Pós-Graduação. Advogado e articulista em revistas especializadas de Direito Público.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 025.2015 - CHAMAMENTO_QUESTÕES POLÊMICAS_FPOLIS

EDITAL Nº 025/2015

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso de Questões Polêmicas sobre Licitações e Contratos

1. OBJETIVO DO CURSO

Por intermédio da pontuação de diversas questões polêmicas acerca da licitação pública, contrato administrativo e improbidade administrativa, o curso tem por objetivo orientar os participantes com base na prática, aliada ao entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre as matérias citadas.

2. PÚBLICO-ALVO

Presidente e membro da comissão de licitação, pregoeiro, membro de equipe de apoio, chefe do departamento de compras, assessor jurídico e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis/SC CRCSC - Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina Av. Osvaldo Rodrigues Cabral, 1900 Centro - Florianópolis CEP: 88015-710
Limite para inscrições	28/09/2015
Vencimento do boleto de cobrança	28/09/2015
Homologação das inscrições	29/09/2015
Período de realização	08/10/2015
Carga horária total	10 h/a
Quantidade de vagas	100

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 500,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221- 8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: “Dados para a emissão da nota fiscal”.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

8h30 às 12h	<p>1) Como prevenir a responsabilização de membros de comissão de licitação e de pregoeiros? Quais as melhores práticas?</p> <p>2) Como prevenir a responsabilização dos fiscais de contrato? Quais as melhores práticas?</p> <p>3) Como prevenir a responsabilização de assessores jurídicos? Quais as melhores práticas?</p> <p>4) Como prevenir a responsabilização das autoridades competentes? Quais as melhores práticas?</p> <p>5) Quais as sanções podem ser aplicadas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina?</p>
-------------	---

13h30 às 17h30	6) O que é improbidade administrativa? Quais agentes públicos estão sujeitos à Lei de Improbidade Administrativa? Quais os requisitos para a decretação de indisponibilidade de bens? Quais as sanções da Lei de Improbidade?
	7) Como os municípios devem aplicar a Lei Anticorrupção? O que significa a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas? O que é o acordo de leniência?
	8) Quais os limites para as alterações contratuais?
	9) Quais as consequências e a responsabilidade dos agentes administrativos em razão do inadimplemento da Administração Pública?
	10) Quais os critérios para a aplicação das sanções de suspensão temporária, declaração de inidoneidade e impedimento de licitar e contratar?

7. PALESTRANTES

DR. JOEL DE MENEZES NIEBUHR

Advogado. Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Mestre em Direito pela UFSC. Professor, convidado, de Direito Administrativo da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Professor, convidado, de Direito Administrativo da Escola do Ministério Público de Santa Catarina e de diversos cursos de especialização em Direito Administrativo. Autor dos livros "Princípio da Isonomia na Licitação Pública" (Florianópolis: Obra Jurídica, 2000); "O Novo Regime Constitucional da Medida Provisória" (São Paulo: Dialética, 2001); "Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública" (São Paulo: Dialética, 2003), "Pregão Presencial e Eletrônico" (2. ed. Curitiba: Zênite, 2004), "Registro de Preços: Aspectos Práticos e Jurídicos" (Belo Horizonte: Fórum, 2008) e "Licitação Pública e Contrato Administrativo" (Curitiba: Zênite, 2008) além de diversos artigos e ensaios publicados em revistas especializadas.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 026.2015 - CHAMAMENTO_QUESTÕES POLÊMICAS_AMOSC

EDITAL Nº 026/2015

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso de Questões Polêmicas sobre Licitações e Contratos

1. OBJETIVO DO CURSO

Por intermédio da pontuação de diversas questões polêmicas acerca da licitação pública, contrato administrativo e improbidade administrativa, o curso tem por objetivo orientar os participantes com base na prática, aliada ao entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre as matérias citadas.

2. PÚBLICO-ALVO

Presidente e membro da comissão de licitação, pregoeiro, membro de equipe de apoio, chefe do departamento de compras, assessor jurídico e demais interessados.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Chapecó/SC ACAMOSC - Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina Rua Arthur João Lara nº 1050 E Bairro Presidente Médici CEP: 89806 -125
Limite para inscrições	28/09/2015
Vencimento do boleto de cobrança	28/09/2015
Homologação das inscrições	29/09/2015
Período de realização	09/10/2015
Carga horária total	10 h/a
Quantidade de vagas	100

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 500,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221- 8800 –

Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste

Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

8h30 às 12h	<p>1) Como prevenir a responsabilização de membros de comissão de licitação e de pregoeiros? Quais as melhores práticas?</p> <p>2) Como prevenir a responsabilização dos fiscais de contrato? Quais as melhores práticas?</p> <p>3) Como prevenir a responsabilização de assessores jurídicos? Quais as melhores práticas?</p> <p>4) Como prevenir a responsabilização das autoridades competentes? Quais as melhores práticas?</p> <p>5) Quais as sanções podem ser aplicadas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina?</p>
13h30 às 17h30	<p>6) O que é improbidade administrativa? Quais agentes públicos estão sujeitos à Lei de Improbidade Administrativa? Quais os requisitos para a decretação de indisponibilidade de bens? Quais as sanções da Lei de Improbidade?</p> <p>7) Como os municípios devem aplicar a Lei Anticorrupção? O que significa a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas? O que é o acordo de leniência?</p> <p>8) Quais os limites para as alterações contratuais?</p> <p>9) Quais as consequências e a responsabilidade dos agentes administrativos em razão do inadimplemento da Administração Pública?</p> <p>10) Quais os critérios para a aplicação das sanções de suspensão temporária, declaração de inidoneidade e impedimento de licitar e contratar?</p>

7. PALESTRANTES

DR. JOEL DE MENEZES NIEBUHR

Advogado. Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Mestre em Direito pela UFSC. Professor, convidado, de Direito Administrativo da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Professor, convidado, de Direito Administrativo da Escola do Ministério Público de Santa Catarina e de diversos cursos de especialização em Direito Administrativo. Autor dos livros "Princípio da Isonomia na Licitação Pública" (Florianópolis: Obra Jurídica, 2000); "O Novo Regime Constitucional da Medida Provisória" (São Paulo: Dialética, 2001); "Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública" (São Paulo: Dialética, 2003), "Pregão Presencial e Eletrônico" (2. ed. Curitiba: Zênite, 2004), "Registro de Preços: Aspectos Práticos e Jurídicos" (Belo Horizonte: Fórum, 2008) e "Licitação Pública e Contrato Administrativo" (Curitiba: Zênite, 2008) além de diversos artigos e ensaios publicados em revistas especializadas.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 027.2015 - CHAMAMENTO_CONGRESSO DE VEREADORES_FPOLIS

EDITAL Nº 027/2015

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

1º Congresso Sul Brasileiro de Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais

1. OBJETIVO DO CURSO

O objetivo do Congresso é proporcionar aos vereadores e servidores de Câmara Municipal uma visão sistêmica do funcionamento institucional do Poder Legislativo local, desde as prerrogativas parlamentares, passando pela estrutura e organização dos quadros de cargos efetivos e comissionados, organização financeira, avaliação das principais falhas estruturais, com a indicação de correções, exame da aplicação da Lei de Acesso à Informação ao Parlamento, a atuação da Câmara diante da Parcerias da Administração Pública até o impacto, no âmbito do Município, da reforma política, com a projeção do seus principais pontos em discussão no Congresso Nacional.

2. PÚBLICO-ALVO

Vereadores, diretores, agentes públicos no exercício de chefias, assessores de comissão, assessores de bancada, assessores parlamentares, procuradores e assessores jurídicos, assessores contábeis, assessores de comissão, agentes titulares de cargos efetivos, demais servidores das Câmaras Municipais de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, e outros profissionais ou estudantes interessados no tema.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis/SC HOTEL CAMBIRELA Av. Marinheiro Schramm, 2199 Estreito
Limite para inscrições	14/10/2015
Vencimento do boleto de cobrança	14/10/2015
Homologação das inscrições	25/10/2015
Período de realização	21, 22 e 23/10/2015
Carga horária total	20 h/a
Quantidade de vagas	300

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais de Santa Catarina (associados a UVESC), do Paraná (participantes da ASCAM) e do Rio Grande do Sul (clientes do IGAM)	R\$ 350,00
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 350,00
Demais participantes	R\$ 450,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221- 8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia – 21/10/2015	
14h	Abertura
15h	A Câmara Municipal e a sua condição de Poder Legislativo Palestrante: André Leandro Barbi de Souza
16h30	A Inviolabilidade do Vereador, sua Manifestação na Tribuna da Câmara e nos Meios de comunicação e a as Situações em que há Possibilidade de Responsabilização por dano moral Palestrante: Rita de Cássia Oliveira
17h30	Encerramento do Primeiro Dia
2º dia – 22/10/2015	
9h	A Câmara Municipal, a Organização do Quadro de Cargos Efetivos e de Cargos em Comissão e o Sistema de Remuneração dos Servidores e dos Vereadores Palestrante: Tatiana Azevedo
10h30	A Organização Financeira da Câmara Municipal, o Planejamento de seus Investimentos e a Devolução de Recursos para o Poder Executivo Palestrante: Paulo César Flores
12h	Almoço incluso na inscrição
13h30	A Lei 13.019, as Parcerias da Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil e a Fiscalização da Câmara Municipal Palestrante: Alexandre Alves
14h30	Principais Falhas Administrativas e Funcionais detectadas pelo Tribunal de Contas no exercício do Controle Externo Palestrantes: Representante do TCE-SC
15h30	Intervalo
16h	A Aplicação da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 2011) à Câmara Municipal e à Administração Pública do Município Palestrante: Rodrigo de Bona da Silva
17h	Encerramento do Segundo Dia
3º dia - 23/10/2015	
9h	A Repercussão da Reforma Política para a Câmara Municipal e para o Município, com Análise da Tramitação Legislativa da Matéria no Congresso Nacional e as Perspectivas sobre o Alcance das Mudanças Propostas Palestrante: Marcioei Rangel

11h30	Encerramento do Evento
-------	------------------------

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO! 8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 028.2015 - CHAMAMENTO_ENTIDADES_AMREC

EDITAL Nº 28/2015

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre o Processo de Inscrição de Entidades e/ou Organizações de Assistência Social

1. OBJETIVO DO CURSO

Preparar os conselheiros municipais para a atuação competente no controle social, a partir do conhecimento sobre a Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social.

2. PÚBLICO-ALVO

Conselheiros Municipais de Assistência Social, Secretaria Executiva, Gestor, Representantes das Entidades/Organizações de Assistência Social e Trabalhadores do SUAS.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Criciúma/SC Auditório da Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC Avenida Santos Dumont, 855
Limite das inscrições	05/10/2015
Vencimento do boleto de cobrança	05/10/2015

Homologação das inscrições	06/10/2015
Período de realização	08 e 09/10/2015
Carga horária total	20 h/a
Quantidade de vagas	80

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 350,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221- 8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: “Dados para a emissão da nota fiscal”.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
8h30 às 12h	<p>PROCESSO DE INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES</p> <ol style="list-style-type: none"> Terminologia a ser utilizada Prazo da inscrição Planejamento do conselho Característica das entidades e organizações de assistência social Resolução 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social Resolução 38 de novembro de 2010, que dispõe sobre entidades de assessoramento, defesa e garantia de direitos
13h30 às 17h30	<ol style="list-style-type: none"> Critérios para a inscrição Condições para a inscrição das entidades de assistência social Documentos que a entidade deve apresentar ao CMAS Análise do requerimento de inscrição e da documentação exigida Parecer quanto ao requerimento de inscrição Deliberação pelo conselho sobre a inscrição das entidades e programas, projetos, serviços e benefícios Cancelamento da inscrição
2º dia	

8h30 às 12h	12. Recursos das decisões de indeferimento e de cancelamento de inscrição 13. Relação do conselho com órgão gestor para inclusão da entidade no cadastro nacional de entidades e organizações de assistência social - CNEAS 14. Condições para a inscrição das entidades de assistência social 15. Documentos que a entidade deve apresentar ao CMAS
13h30 às 17h30	16. Análise do requerimento de inscrição e da documentação exigida 17. Parecer quanto ao requerimento de inscrição 18. Deliberação pelo conselho sobre a inscrição das entidades e programas, projetos, serviços e benefícios 19. As atribuições dos CMAS diante do processo de inscrição de entidades 20. Plano de acompanhamento das entidades e/ou organizações de Assistência Social

7. PALESTRANTES

JANICE MERIGO

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Assistente Social da Federação Catarinense de Municípios – FECAM e da Escola de Gestão pública Municipal - EGEM. Conselheira Estadual de Assistência Social. Trabalhou como Assistente Social no município de Dionísio Cerqueira e da Palhoça/SC, na proteção social especial no atendimento das famílias envolvidas com situações de violência intrafamiliar. Docente do Curso de Serviço Social da UNISUL de 2007 a 2015. Coordenadora e Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social de Políticas Públicas. Docente do Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas e Demandas Familiares. Ministra capacitações sobre a inscrição das entidades socioassistenciais, sobre metodologia de trabalho com famílias, sobre os serviços de proteção social básica e especial. Ainda ministrou capacitações sobre a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação. Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, na gestão 2009 a 2012.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

ARIS

ATA 50ª REUNIÃO CONSELHO DE REGULAÇÃO

ATA DA 50ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).

Aos vinte e sete dias do mês de agosto, do ano de dois mil e quinze (27/08/2015), às 8 horas e 30 minutos, estiveram reunidos, na sala de reuniões da ARIS, localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, os Conselheiros da ARIS, Srs. Afonso Veiga Filho, André Miquelante, Gilberto Valente Canali, Marcos Fernando Zanella, Michele Batista Correia Mello e Nádia Boff Ribeiro. Participaram também o Diretor de Regulação, Sr. Ricardo Martins e o Ouvidor, Sr. Luiz Aurélio de Oliveira. O Conselheiro, Sr. Willian Carlos Narzetti, o Coordenador Jurídico da ARIS, Sr. Magnus Caramori e o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio não participaram da reunião por motivos justificados. Os trabalhos da 50ª reunião do Conselho de Regulação foram iniciados pelo Presidente, Sr. Marcos Fernando Zanella, conforme edital de convocação nº 08/2015, com a seguinte ordem do dia: 1) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 20/2015, Município de Coronel Freitas. Relator: Conselheiro André Miquelante; 2) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 17/2014, Município de Porto Belo. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali; 3) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 44/2015, Município de Trombudo Central. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali; 4) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 27/2015, Município de Maracajá. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali; 5) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 010/2015, Município de Jardinópolis. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali; 6) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 23/2015, Município de União do Oeste. Relatora: Conselheira Nadia Boff Ribeiro; 7) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 41/2015, Município de Ibirama. Relator: Conselheiro Afonso Veiga Filho; 8) Distribuição dos seguintes recursos interpostos nos processos administrativos punitivos: 8.1) Processo Administrativo Punitivo nº 30/2014. Auto de Infração nº 30/2014. Autuada: CASAN. Município de Rio das Antas; 9) Relatório de Ouvidoria; 10) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação; 11) Assuntos Gerais. Abertos os trabalhos, o Presidente do Conselho, Sr. Marcos Fernando Zanella, informou sobre a necessidade de inversão da pauta devido a compromissos da Ouvidoria da ARIS. O Sr. Luis Aurélio, portanto, fez a apresentação do relatório de Ouvidoria referente as manifestações ao longo de mês de agosto. Em seguida, o Sr. Marcos Zanella, passou a palavra ao Sr. André Miquelante para a leitura de relatório e voto referente processo administrativo nº 20/2015, Município de Coronel Freitas. Por unanimidade os conselheiros acompanharam o voto do relator de manutenção a penalidade de advertência à autuada. Posteriormente, o Sr. Gilberto Valente Canali solicitou a que a apresentação de relatório e voto referente ao processo administrativo punitivo nº 17/2014, Município de Porto Belo, seja realizada na próxima reunião. Em seguida o Gilberto Valente Canali fez a leitura de relatório e voto referente ao processo administrativo punitivo nº 44/2015, Município de Trombudo Central. Por unanimidade os conselheiros acompanharam o voto do relator de manutenção a penalidade de advertência à autuada. Na sequência o Sr. Gilberto Valente Canali fez a leitura de relatório e voto referente processo administrativo punitivo nº 27/2015, Município de Maracajá. Por unanimidade os conselheiros acompanharam o voto do relator de manutenção a penalidade de

advertência à autuada. Em seguida o Sr. Gilberto Valente Canali fez a leitura de relatório e voto referente processo administrativo punitivo nº 010/2015, Município de Jardinópolis. Por unanimidade os conselheiros acompanharam o voto do relator de manutenção a penalidade de advertência à autuada. Posteriormente, a Sra. Nádia Boff Ribeiro fez a leitura de relatório e voto referente processo administrativo punitivo nº 23/2015, Município de União do Oeste. Por unanimidade os conselheiros acompanharam o voto do relator de manutenção a penalidade de advertência à autuada. Em seguida, o Sr. Afonso Veiga Filho fez a leitura de relatório e voto referente ao processo administrativo punitivo nº 41/2015, Município de Ibirama. Por unanimidade os conselheiros acompanharam o voto do relator de manutenção a penalidade de advertência à autuada. No item seguinte da pauta foi sorteado o Processo Administrativo Punitivo nº 30/2014; Auto de Infração nº 30/2014; Autuada CASAN; Município de Rio das Antas. Tal processo ficou a cargo do Conselheiro Willian Carlos Narzetti. Posteriormente o Sr. Ricardo Martins fez um breve relato das ações da Diretoria de regulação ao longo de agosto. Explanou sobre o sistema de indicadores que será gerenciado pela ARIS. Em seguida, o Presidente do Conselho sugeriu uma reunião extraordinária para debater a proposta de resolução sobre o trâmite dos recursos interpostos perante o Conselho de Regulação. Por unanimidade os demais Conselheiros concordaram com a proposta do Sr. Marcos Fernando Zanella. Foi agendada, portanto, a reunião extraordinária para a data de 24 de setembro de 2015 e a reunião a próxima reunião ordinária para a data de 25 de setembro de 2015. Sem mais nada a tratar, o Presidente do Conselho de Regulação, Sr. Marcos Fernando Zanella, agradeceu a todos pela participação, dando-se por encerrados os trabalhos. Eu, André Miquelante, lavrei a presente ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes.

Marcos Fernando Zanella (Presidente do Conselho de Regulação)

Afonso Veiga Filho (Conselheiro da ARIS)

André Antunes Miquelante (Conselheiro da ARIS)

Gilberto Valente Canali (Conselheiro da ARIS)

Michele Batista (Conselheira da ARIS)

Nádia Boff Ribeiro (Conselheira da ARIS)

Willian Carlos Narzetti (Conselheiro da ARIS)

CIGA

EXTRATO CONTRATO 448 - DOM -TROMBUDO CENTRAL

Extrato de Contrato nº 448/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Diário Oficial dos Municípios – Trombudo Central

CONTRATANTE: Município de Trombudo Central

CNPJ: 83.102.731/0001-75

TERMO ADITIVO 208/2014 e 209/2014 PROCESSO Nº: 056/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Trombudo Central no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 295,00 (Duzentos e noventa e cinco reais) totalizando R\$ 3.540,00 .

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CITMAR

EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE & MAR - CITMAR

EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2015

Objeto: É objeto da presente Tomada de Preços a contratação de empresa especializada para locação de sistema de banco de dados de Inventário da Oferta e Demanda Turística das cidades que compõem o Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, quais sejam Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo para uma gestão e promoção mais eficaz do CITMAR, bem como a capacitação dos funcionários no uso do sistema; fornecimento dos relatórios com indicadores do turismo regional; capacidade de acesso às informações turísticas do destino através de uma completa REST API de Integração de Dados para integrar os 3 aplicativos de promoção que já tem disponíveis o CITMAR, pelo tipo “melhor técnica” e “menor preço”, para o Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR nos municípios a ele consorciados conforme os ditames do presente edital.

a) Processo n: 04/2015

b) Licitação n: 01/2015

c) Modalidade: Tomada de Preços para Compras e Serviços

d) Data da homologação: 23/09/2015

e) Data da adjudicação: 23/09/2015

f) Fornecedor declarado Vencedor: RUDER BRASIL – SOFTWARE E SOLUÇÕES LTDA ME. - CNPJ nº. 07.598.887/0001-00

g) Valor: R\$ 105.092,68 (cento e cinco mil e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos).

Itajaí/SC, 23 de setembro de 2015.

Célio José Bernardino

Diretor Executivo – CITMAR

Rodrigo Costa

Presidente - CITMAR

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE & MAR - CITMAR

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2015

Objeto: É objeto da presente Tomada de Preços a contratação de empresa especializada para locação de sistema de banco de dados de Inventário da Oferta e Demanda Turística das cidades que compõem o Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, quais sejam Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo para uma gestão e promoção mais eficaz do CITMAR, bem como a capacitação dos funcionários no uso do sistema; fornecimento dos relatórios com indicadores do turismo regional; capacidade de acesso às informações turísticas do destino através de uma completa REST API de Integração de Dados para integrar os 3 aplicativos de promoção que já tem disponíveis o CITMAR, pelo tipo “melhor técnica” e “menor preço”, para o Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR nos municípios a ele consorciados conforme os ditames do presente edital.

- a) Processo n: 04/2015
- b) Licitação n: 01/2015
- c) Modalidade: Tomada de Preços para Compras e Serviços
- d) Data da homologação: 23/09/2015
- e) Fornecedor declarado Vencedor: RUDER BRASIL – SOFTWARE E SOLUÇÕES LTDA ME. - CNPJ nº. 07.598.887/0001-00
- f) Valor: R\$ 105.092,68 (cento e cinco mil e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos).

Itajaí/SC, 23 de setembro de 2015.

Célio José Bernardino

Diretor Executivo – CITMAR

Rodrigo Costa

Presidente - CITMAR

CONSÓRCIO CISAMA

CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL CISAMA 2015

Ofício 91/2015 Lages (SC), 22 de setembro de 2015.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – CISAMA

Senhor (a) Prefeito (a),

Com nossas saudações vimos através deste, convocar Vossa Excelência e o(a) Vice Prefeito(a) para a Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA a ser realizada no dia 29 de setembro de 2015 (terça-feira) com início às 09:00 horas e encerramento às 12:00 horas na Sede da AMURES, sito à Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro – Município de Lages tendo a seguinte pauta:

1. Leitura, discussão e aprovação da ata anterior;
2. Desenvolver Serra Catarinense: discussão e encaminhamentos quanto a coordenação do programa;
3. Resíduos Sólidos:
 - a. Minuta do projeto de lei que institui a política municipal de resíduos sólidos;
 - b. Solicitação de doação do veículo do PIGIRS para UDESC;
 - c. Situação dos projetos para captação de recursos para ações do Plano;
4. Turismo: situação do Projeto de Infraestrutura Turística na Orla de Barra Grande;
5. Regularização de Cascalheiras: contratação de serviços de engenharia de minas;
6. Assistência Social: atuação do CISAMA em serviço sócio assistencial de alta complexidade nos demais municípios consorciados;
7. Infraestrutura: aprovação da proposta para aquisição distribuidores de calcário;
8. Termo de Cooperação com MP no Programa Saúde Fiscal: discussão e encaminhamentos;
9. Orçamento anual do CISAMA para 2016 e diretrizes para elaboração da resolução orçamentária;
10. Assuntos Gerais;

Atenciosamente

Edilson José de Souza

Presidente do CISAMA

CVC**EDITAL DE CHAMAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO 003/2015**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES

PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 003/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2015

CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por Presidente, Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, com base na Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015, conforme condições e especificações deste edital.

1. DO OBJETO

1.1. A presente chamada pública tem por objeto a pré-qualificação de bens para formação de um cadastro para futuras aquisições de lubrificantes (óleos, graxas e fluídos), conforme itens relacionados no "Projeto Básico" constante do Anexo I.

1.2. Os bens aprovados serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC", contendo a marca e modelo, pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser atualizado pelo mesmo período a qualquer tempo.

1.3. As futuras aquisições dos bens pré-qualificados serão realizadas pelo Consórcio CVC ou seus Municípios Consorciados, mediante licitação prévia.

1.3.1. As futuras licitações poderão ficar restritas aos bens, cujas marcas e modelos constem no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC".

2. DA PARTICIPAÇÃO E OBTENÇÃO DO EDITAL

2.1. Qualquer pessoa jurídica (fabricante, fornecedor ou representante comercial) poderá participar desta chamada pública para pré-qualificação de bens.

2.2. O presente Edital estará à disposição dos interessados na sede do Consórcio CVC e ou pelo site: www.consorciovcv.sc.gov.br

3. DO PROCEDIMENTO – PROPOSTAS E AMOSTRAS

3.1. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 01/10/2015, na sede do Consórcio CVC, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, e ficará permanentemente aberto para que, nas futuras licitações para aquisições desses bens, sejam restritas àqueles das marcas e modelos previamente pré-qualificados (aprovados), em conformidade com o artigo 27 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.2. A proposta para pré-qualificação de bens deverá ser apresentada em conformidade com o Anexo II.

3.2.1. Todos os documentos deverão ser entregues, em envelope fechado em conformidade com o item 7 do Projeto Básico (Anexo I).

3.3. O procedimento será conduzido pela Comissão de Pré-Qualificação de Bens.

3.4. Recebidos os documentos e amostras de bens, far-se-á a análise e avaliação dos mesmos, no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, podendo ser suspenso ou prorrogado, se necessário, a critério da Comissão.

3.4.1. A avaliação dos bens será submetida a um critério objetivo, e feita pela Comissão, ficando assegurada a transparência.

3.4.2. É facultada, em qualquer fase do processo, a promoção de ampla diligência destinada a esclarecer ou complementar sua instrução e a aferir o bem a ser avaliado, bem como solicitar a Órgãos e Entidades competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

3.4.3. O procedimento de avaliação poderá contar com a participação dos interessados, os quais, inclusive, poderão indicar, as suas expensas, assistente técnico.

3.4.4. A avaliação observará a qualidade e eficiência do bem, verificando direta ou indiretamente, se os requisitos são satisfatórios, conforme critérios definidos no Projeto Básico Anexo I deste edital.

3.5. Os interessados poderão apresentar mais de uma marca e/ou modelo para um mesmo item de bem a ser pré-qualificado, que poderão ser aprovados desde que todos os requisitos do edital sejam observados para cada um deles.

3.6. Após avaliação, a Comissão, expedirá decisão contendo o resultado com as devidas justificativas e fundamentos de sua conclusão, e dará a publicidade através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

3.7. Os bens reprovados poderão ser submetidos à nova análise e avaliação, desde que o interessado comprove tecnicamente haver inconsistência técnica nos laudos de rejeição elaborado pela comissão de avaliação, ou comprove alteração em sua produção e/ou formulação, ou apresente a documentação compatível com as causas que ensejaram sua reprovação.

3.8. A atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados ocorrerá nas hipóteses previstas no Art. 21 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.9. Os bens aprovados serão cancelados desta pré-qualificação nas hipóteses previstas no Art. 22 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.9.1. Conceder-se-á ao ato de cancelamento da aprovação de bens a mesma publicidade dada aos demais atos do processo de pré-qualificação.

3.9.2. O cancelamento da aprovação do bem será feito sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

3.9.3. Caberá recurso das decisões de cancelamento da aprovação do bem.

3.9.4. Os bens cancelados ficarão inativos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC".

3.10. É de responsabilidade do proponente a obrigação de informar quaisquer alterações que ocorram com o bem cadastrado, tais como mudança no processo de fabricação, características, formulação, descontinuidade de produção, etc.

4. DOS RECURSOS

4.1. Da decisão do procedimento caberá recurso hierárquico à autoridade superior competente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente no Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas - SC, CEP: 89.840-000.

4.2. Não serão conhecidos os recursos apresentado por intermédio de fac-símile, ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

4.3. Os recursos contra decisões da Comissão não terão efeito suspensivo.

4.4. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, tanto no que pertine às regras estabelecidas quanto no tocante à descrição do bem aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para o início da apresentação das propostas e amostras dos bens para a realização da pré-qualificação, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

5.1.1. Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada em horário de expediente no Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas - SC.

5.2. Caberá ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

5.3. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá revogar a chamada pública em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, a qualquer tempo.

6.2. A pré-qualificação de bens não gera direito à contratação futura e nem implica na preclusão da faculdade legal de inabilitação às licitações.

6.3. Os bens pré-qualificados (aprovados) não serão exclusivos dos interessados que apresentaram as propostas e amostras para avaliação.

6.4. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação e amostras relativa ao presente Edital.

6.5. Detalhes não citados referentes a apresentação dos bens para pré-qualificação, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

6.6. Quaisquer situações não previstas neste edital serão analisadas e decididas pela Comissão Especial nomeada para este processo.

6.7. As dúvidas suscitadas, poderão ser esclarecidas de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou através do telefone (49) 3347-0819, ou e-mail: compras@consorciocvc.sc.gov.br, ou pessoalmente (Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas - SC).

6.8. Os membros da Comissão são os nomeados através da Resolução nº 008 de 07 de abril de 2015, para a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens.

7. DO FORO

7.1. Fica eleito o foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões oriundas desta chamada pública para pré-qualificação de bens, renunciando todos a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

8. DOS ANEXOS

8.1. Fazem parte do presente edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Projeto Básico – relação dos bens a serem pré-qualificados;

Anexo II – Proposta para pré-qualificação de bens.

Coronel Freitas - SC, 23 de setembro de 2015.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente do Consórcio Intermunicipal

Velho Coronel – CVC

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. INTRODUÇÃO:

1.1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05 e de seu regulamento Decreto nº 6.017/07.

1.2. O Consórcio CVC foi constituído com a possibilidade de integrar-se com os municípios catarinenses estipulados no contrato de intenções.

1.3. O objetivo do Consórcio CVC é a união dos municípios consorciados para o desenvolvimento regional, através da formulação de projetos estruturantes, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento de ações compartilhadas nos municípios consorciados, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

1.4. O Consórcio CVC é multifinalitário, podendo executar várias ações em conformidade com o Artigo 6º do Protocolo de Intenções, entre as finalidades previstas estão os itens: "IV - realizar licitações em nome dos municípios consorciados, mediante autorização do município, viabilizando o cumprimento do Inciso III deste artigo, sendo o faturamento e o pagamento em nome dos municípios;" e "V - efetuar credenciamento e/ou licitação para contratação de serviços e insumos em nome dos municípios consorciados"; do Parágrafo Único.

1.4.1. Para alcançar esta finalidade o Consórcio CVC pode realizar licitações compartilhadas em favor dos municípios consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos municípios consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os municípios.

1.4.2. A previsão legal de licitação compartilhada esta contida no artigo 17, da Lei Federal n. 11.107/05, que incluiu § 1º, no artigo 112, da Lei Federal 8.666/93, estabelecendo que:

§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.

1.4.3. A Licitação Compartilhada ocorre quando é feita a contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento serão de um órgão gerenciador.

1.5. A normatização prévia e específica para a pré-qualificação, com fulcro no art. 115 da Lei nº 8.666/93, no Consórcio CVC foi instituída através da Resolução nº 001 de 19 de março de 2015, que "Institui a Possibilidade da Adoção da Pré-Qualificação de Bens e o Seu Procedimento e dá Outras Providências".

1.5.1. Entende-se por pré-qualificação de bens, o procedimento administrativo anterior a licitação do qual resultará decisão de que

determinado bem apresenta qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas.

1.5.2. Os bens aprovados no processo de pré-qualificação serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC", contendo a marca e o modelo.

2. DA FINALIDADE:

2.1. A Pré-Qualificação de Bens, relacionados no item 4.1 deste Projeto Básico.

2.2. Para que as futuras licitações para aquisições desses bens, sejam "restritas àqueles das marcas previamente pré-qualificadas (aprovas)" na forma e condições deste Projeto Básico e da respectiva Chamada Pública.

3. DAS JUSTIFICATIVAS:

3.1. O Consórcio CVC realiza licitações compartilhadas de grande vulto que amplia ganhos por meio da economia de escala e reduz os custos da contratação com a desburocratização do procedimento.

3.2. Em vários dispositivos, a Lei nº 8.666/93 aponta como vetores da atuação administrativa a possibilidade de indicar a qualidade do produto. A Administração tem o dever de indicar o objeto pretendido na licitação, inclusive com as características necessárias à qualidade satisfatória.

3.3. A utilização do procedimento da pré-qualificação busca por um padrão mínimo de qualidade e adequação dos bens a serem adquiridos para o pleno atendimento da necessidade pública (princípio da eficiência), além de proporcionar uma maior precisão na caracterização do bem, celeridade na tramitação dos procedimentos licitatórios e redução de custo (princípio da economicidade), o que, ao final, redundará na seleção da melhor proposta (princípio da seleção da proposta mais vantajosa).

3.4. Busca-se também com procedimento da pré-qualificação a efetiva otimização da aplicação de recursos públicos, na medida em que o ente público estará concentrando suas forças na aquisição de bens, cuja qualidade já fora anteriormente testada, atendendo plenamente suas necessidades. A pré-qualificação terá o condão de fazer com que a Administração se esquivar de procedimentos licitatórios que levam à aquisição de bens de baixa qualidade e inaptos à satisfação da necessidade pública.

3.5. Espera-se como resultado da pré-qualificação, a adequada caracterização do bem, que se impõe, por força do art. 14, caput, da Lei nº 8.666/93, a qualquer compra feita pela Administração, haja vista que será identificado, em procedimento prévio, com maior nível de certeza, as características do bem pretendido e como ele atenderá a entidade promotora da licitação.

3.6. A adoção desse processo, por imperativo lógico, derivará a redução de custos, a espelhar o princípio da economicidade, eis que a aquisição de produtos de comprovada qualidade evitará sua precoce deterioração, além de afastar a necessidade de contínua manutenção e/ou consertos. Tais fatores culminam na própria concretização do princípio da seleção da proposta mais vantajosa (art. 3, caput, Lei nº 8.666/93), onde se aglutinaria a adequação e qualidade do bem e preço.

3.7. Ademais a adoção da pré-qualificação diminui as falhas de interpretação entre Administração Pública e os fornecedores, identificando materiais similares de fabricantes diferentes e garantindo o tratamento isonômico dos futuros participantes de uma licitação, pois irá distinguir os bens que são diferentes dos iguais.

4. DOS BENS A PRÉ-QUALIFICAR:

4.1. Relação de bens a pré-qualificar contemplados neste Projeto Básico:

Item	Código CVC	Unidade	Descrição
01	0301	Unidade	Aditivos para o líquido de arrefecimento (solúveis em água) sem proteção anti-congelante - Embalagem 1 litro
02	0302	Unidade	Fluido de freio DOT 4 - Embalagem 500ml
03	0303	Unidade	Fluido de freio DOT 4 - Embalagem 200ml
04	0304	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos sujeitos a alta velocidade e temperatura, indicado para cubo de roda de carreta. Composto de Sabão de complexo de Lítio, viscosidade de óleo 220 - Atende Norma ASTM D4950-07 LB-GC - Embalagem 18Kg
05	0305	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos sujeitos a alta velocidade e temperatura, indicado para cubo de roda de carreta. Composto de Sabão de complexo de Lítio, viscosidade de óleo 220 - Atende Norma ASTM D4950-07 LB-GC - Embalagem 20Kg
06	0306	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos sujeitos a alta velocidade e temperatura, indicado para cubo de roda de carreta. Composto de Sabão de complexo de Lítio, viscosidade de óleo 220 - Atende Norma ASTM D4950-07 LB-GC - Embalagem 170Kg

07	0307	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos sujeitos a alta velocidade e temperatura, indicado para cubo de roda de carreta. Composto de Sabão de complexo de Lítio, Viscosidade de óleo ISO 220 - NLGI 2 - Atende Norma ASTM D4950-07 LB-GC - Embalagem 180Kg
08	0308	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos com carga severas, condições de vibração e presença de água. Composta de Sabão de Cálcio/lítio - Viscosidade de óleo ISO 220 - NLGI 2 - Embalagem de 18 Kg
09	0309	Unidade	Graxa a base de sabão de cálcio para lubrificação entre superfícies. Utilizada em operações severas e presença de poeira. Resistente a água. Embalagem de 20kg.
10	0310	Unidade	Graxa a base de sabão de cálcio para lubrificação entre superfícies. Utilizada em operações severas e presença de poeira. Resistente a água. Embalagem de 170kg.
11	0311	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos com carga severas, condições de vibração e presença de água. Composta de Sabão de Cálcio/lítio - Viscosidade de óleo ISO 220 - NLGI 2 - Embalagem de 180 Kg
12	0312	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos com carga severas, condições de vibração e presença de água. Composta de Sabão de Cálcio/lítio, Aditivo MoS2 - Viscosidade de óleo ISO 220 - NLGI 2 - Embalagem de 18 Kg
13	0313	Unidade	Graxa à base de sabão de cálcio composta com grafite. Para utilização em serviços de lubrificação entre superfícies. Classificação NLGI 1. Embalagem de 20 kg.
14	0314	Unidade	Graxa à base de sabão de cálcio composta com grafite. Para utilização em serviços de lubrificação entre superfícies. Classificação NLGI 1. Embalagem de 170 kg.
15	0315	Unidade	Graxa de alta performance para aplicação em rolamentos com carga severas, condições de vibração e presença de água. Composta de Sabão de Cálcio/lítio, Aditivo MoS2- Viscosidade de óleo ISO 220 - NLGI 2 - Embalagem de 180 Kg
16	0316	Unidade	Óleo Lubrificante mineral para motores gasolina, álcool e Gás SAE 20W50 API SL - Embalagem 1 lt.
17	0317	Unidade	Óleo Lubrificante Semissintético para motores gasolina, álcool e Gás SAE 15W40 API SN - Embalagem 1 lt.
18	0318	Unidade	Óleo Lubrificante mineral para motores gasolina, álcool e Gás SAE 25W60 API SL - Embalagem 1 lt.
19	0319	Unidade	Óleo lubrificante 100% sintético SAE 5W30 API - SN, para motores e gasolina - Embalagens 1 lt.
20	0320	Unidade	Óleo lubrificante multiviscoso 100% sintético 75W80, API SM/CF, para motores a gasolina e/ou álcool. Embalagem: caixa com 24 unidades de 1 litro.
21	0321	Unidade	Óleo lubrificante multiviscoso semissintético 10W30, API SL/CF, para motores a gasolina e/ou álcool. Embalagem: caixa com 24 unidades de 1 litro.
22	0322	Unidade	Óleo lubrificante multiviscoso semissintético 15W40, API SL/CF, para motores a gasolina e/ou álcool. Embalagem: caixa com 24 unidades de 1 litro.
23	0323	Unidade	Óleo lubrificante multiviscoso semissintético 20W50, API SL/CF, para motores a gasolina e/ou álcool. Embalagem: caixa com 24 unidades de 1 litro.
24	0324	Unidade	Óleo para sistema hidráulicos que operem em condições severas de pressão e temperatura, ISO VG 150, atenda norma DIN 51524. Balde de 20 litros.
25	0325	Unidade	Óleo lubrificante multiviscoso 15W40, API CI-4/SL, para motor diesel 4 tempos eletrônico. Balde de 20 litros.
26	0326	Unidade	Óleo Lubrificante para transmissão multiviscoso SAE 80W90, API GL-5. Balde de 20 litros.
27	0327	Unidade	Óleo Lubrificante para transmissão multiviscoso SAE 85W140, API GL-5. Balde de 20 litros.
28	0328	Unidade	Óleo Lubrificante Sintético 75W80, API GL-4. Embalagem de 1 litro.
29	0329	Unidade	Óleo Lubrificante para transmissão multiviscoso SAE 80W, API GL-4. Balde de 20 litros.
30	0330	Unidade	Óleo Lubrificante para transmissão multiviscoso SAE 90, API GL-5. Balde de 20 litros.
31	0331	Unidade	Óleo lubrificantes para mancais industriais e sistema de circulação que possui aditivação EP. Atendam as recomendações Morgan Construction Company. Norma DIN 51517-1 Tipo C e 51517-2 - Tipo CL
32	0332	Unidade	Óleo hidráulico ISO AW 32 DIN 51524 parte 3 tipo HVLP - Aprovação bomba hidráulica Denison e/ou Eaton - Balde 20 Lts
33	0333	Unidade	Óleo hidráulico ISO AW 46 DIN 51524 parte 3 tipo HVLP - Aprovação bomba hidráulica Denison e/ou Eaton - Balde 20 Lts
34	0334	Unidade	Óleo hidráulico ISO AW 68 DIN 51524 parte 3 tipo HVLP - Aprovação bomba hidráulica Denison e/ou Eaton - Balde 20 Lts
35	0335	Unidade	Óleo hidráulico ISO AW 100 DIN 51524 parte 3 tipo HVLP - Aprovação bomba hidráulica Denison e/ou Eaton - Balde 20 Lts
36	0336	Unidade	Óleo lubrificantes multiviscoso para motores a diesel SAE 15w40 API CI-4 Aprovação Caterpillar: ECF2, ECF 1; Man: M3275; MB: 228.3; Volvo: VDS 3; Cummins: CES 20078, 77,76,75, 72,71 - Balde 20 litros

37	0337	Unidade	Óleo Lubrificante para transmissão e eixo diferencial - 100% sintético SAE 75W90, API GL-5, Atenda as especificação: Volvo 97312, SAE J2360, MAN 342 tipo S1, Scania STO 1:0, DAF, Iveco Extended Drain
38	0338	Unidade	Óleo lubrificante para transmissão e freios úmidos fora de estrada SAE 10W TO-4 Aprovação: Caterpillar Trator TO-4 ZF TE-ML 03 - Recomendações Catterpillar, Komatsu, Komatsu-Dresser. Transmissão Eaton, Eaton Fuller, ZF, Dana, Rockwell - Balde 20 litros
39	0339	Unidade	Óleo lubrificante para transmissão e freios úmidos fora de estrada SAE 30W TO-4 Aprovação: Caterpillar Trator TO-4 ZF TE-ML 03 - Recomendações Catterpillar, Komatsu, Komatsu-Dresser. Transmissão Eaton, Eaton Fuller, ZF, Dana, Rockwell - Balde 20 litros
40	0340	Unidade	Óleo lubrificante para transmissão e freios úmidos fora de estrada SAE 50W TO-4 Aprovação: Caterpillar Trator TO-4 ZF TE-ML 03 - Recomendações Catterpillar, Komatsu, Komatsu-Dresser. Transmissão Eaton, Eaton Fuller, ZF, Dana, Rockwell - Balde 20 litros
41	0341	Unidade	Óleo Lubrificante para transmissão de engrenagem e diferencial com carga moderada, SAE 80W90. Aprovações: Mercedes Benz 235.6, ZF TE - ML 05A, 07A, 16C, 17B, 19B 21A
42	0342	Unidade	Óleo lubrificante p/transmissão e hidráulico de tratores universal SAE 10W30, API: GL-4 Aprovação: Caixa New Holland MAT 3525, M2C 134 A-D, FNHA-2, D.201.00; John Deere JDM-J20C; Massey Ferguson M1143, M1145; Komatsu, Caterpillar; Clack; Case MS 1207,1209 ou 1210 - Balde 20Lts

4.2. Todos os itens deverão ser originais de fabrica e de primeira linha.

4.3. Para analisar os produtos (itens 16 a 30) e atestar sua qualidade, de acordo com normas e padrões técnicos pertinentes, será exigida a apresentação da seguinte documentação:

- Comprovante de que a marca/produtos possui indicação de uso de pelo menos umas das seguintes montadoras automotivas (Kamat'su, Carterpillar, Case, New Holand, John Deere, Valtra, Massey Ferguson, Volvo, Ford, Mercedes Benz, GM, Fiat, Volkswagen e Scania);
- Declaração do fabricante de que a marca possui corpo técnico no Brasil capaz de realizar possíveis análises e processos de garantia. Possuir laboratório próprio nas dependências do fabricante para análise de lubrificantes em uso e desenvolvimento. Também contar com análises de ferrografia e espectrometria;
- Registro da marca na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP.

4.4. Para analisar os produtos (itens 32 a 42) e atestar sua qualidade, de acordo com normas e padrões técnicos pertinentes, será exigida a apresentação de comprovante de pelo menos uma aprovação ou recomendação dos fabricantes citados no respectivo item a ser analisado.

5. DAS AMOSTRAS:

5.1. As amostras para avaliação deverão ser encaminhadas através de prospectos ou ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 deste projeto Básico.

5.2. Cada bem proposto deverá estar identificado com o respectivo número do item desta chamada pública, e ser apresentado com:

- Descrições das características que permitam a sua perfeita qualificação;

5.2.1. Poderão ser apresentados outros documentos que contribuam para a análise e avaliação da amostra, como exemplo: catálogos, certificações, selos de qualidade, termos de garantia, tabelas comparativas, testes padrões, testes de desempenho, testes de performance, testes de resistência, ensaios, materiais gráficos diversos, etc.

6. DA AVALIAÇÃO DOS BENS:

6.1. Com o objetivo de constatar o atendimento dos requisitos mínimos esperados e exigidos para "Pré- Qualificação" (aprovação), as amostras serão avaliadas nos seguintes quesitos:

- As amostras apresentadas estão devidamente identificadas com os números do item desta Chamada Pública;
- A documentação apresentada atende todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e as demais exigências conforme item 4 deste projeto Básico;
- Foram apresentados fotos ou desenhos da imagem do bem;
- Foram apresentados outros documentos que contribuíram para a análise e avaliação da amostra.

7. DA ENTREGA DAS PROPOSTAS E AMOSTRAS:

7.1. As propostas deverão ser emitidas, devidamente datadas e assinadas pela proponente, conforme modelo do Anexo II, e apresentada dentro de envelope fechado, contendo do lado externo as informações a seguir:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EDITAL Nº. 005/2015 – CVC

CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Proponente:		
Endereço:		
Fone/Fax:		
E-mail:		

7.2. Dentro desse mesmo envelope deverá conter:

- Os documentos das amostras conforme item 5 deste projeto básico;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

Coronel Freitas - SC, 23 de setembro de 2015.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente do Consócio Intermunicipal

Velho Coronel - CVC

ANEXO II

PROPOSTA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS N° 003/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO 007/2015

Vimos através desta propor a “Pré-Qualificação” dos bens abaixo relacionados, aceitando e concordando com todos os termos e condições estabelecidos no Edital de Chamada Pública e seus anexos.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA

Empresa (razão social):

CNPJ:

MF:

Endereço:

Fone/fax:

E-mail:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome Completo:

Cargo/Função:

Identidade Nº: CPF/MF Nº:

Telefone para Contato:

E-mail:

RELAÇÃO DOS BENS PROPOSTOS À “PRÉ-QUALIFICAÇÃO”

Item (*)	Descrição do Bem Proposto(**)	Marca	Modelo

(*) Preencher com o mesmo número correspondente ao item do bem do Projeto Básico do Edital.

(**) Preencher com a descrição das características do bem proposto que permitam a sua perfeita qualificação.

Local e data:

Assinatura do representante legal

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 003/2015

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 0006/2015 - CVC

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0003/2015 - CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0005/2015 - CVC

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. MAURI JOSÉ ZUCCO, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF: 589.592.709-20, e do RG: 2.036.823-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Amazonas, nº 46, Bairro Três Palmeiras, no município de Coronel Freitas-SC, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO" visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação do objeto abaixo indicado, com fornecimento parcelado para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Municípios de: Águas de Chapecó e Irati.

TIPO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07:00 do dia 24/09/2015 até às 07:00 horas do dia 08/10/2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 07:30 às 13:30 horas do dia 08/10/2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 08/10/2015.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas – SC.

Pregoeiro: Edir Antonio Bagio

E-mail: compras@consorciocvc.sc.gov.br

Telefone: (49) 3347-0819

As condições estatuídas neste Edital, que será regido pela Resolução nº 001, de 19 de março de 2015, Resolução nº 002, de 24 de março de 2015, Resolução nº 003, de 27 de março de 2015, as quais encontram-se disponível no site do CVC (www.consorciocvc.sc.gov.br), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC: Municípios de Águas de Chapecó, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Irati e União do Oeste, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

ITEM	QTD	Unidade	DESCRIÇÃO	Código Interno CVC
1	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	PN 0002
2	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	PN 0006
3	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	PN 0007
4	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRICOLA	PN 0008
5	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	PN 0009
6	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	PN 0010
7	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	PN 0011
8	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	PN 0015
9	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	PN 0016
10	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	PN 0018
11	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRICOLA	PN 0020
12	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	PN 0025
13	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO	PN 0026
14	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	PN 0027
15	1	Unidade	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0032
16	1	Unidade	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0033

17	1	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0036
18	1	Unidade	PNEU 235/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0039
19	1	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0043
20	1	Unidade	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0045
21	1	Unidade	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0046
22	1	Unidade	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0049
23	1	Unidade	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0050
24	1	Unidade	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0051
25	1	Unidade	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0052
26	1	Unidade	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0055
27	1	Unidade	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0056
28	1	Unidade	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0057
29	1	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0059
30	1	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0061
31	1	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0065
32	1	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0066
33	1	Unidade	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0067

34	1	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0069
35	1	Unidade	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0079
36	1	Unidade	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0083
37	1	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L , PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0092
38	1	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0103
39	1	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0104
40	1	Unidade	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0105
41	1	Unidade	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0107
42	1	Unidade	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0108
43	1	Unidade	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0109
44	1	Unidade	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0110
45	1	Unidade	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0111
46	1	Unidade	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0112
47	1	Unidade	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0113
48	1	Unidade	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0114
49	1	Unidade	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0116
50	1	Unidade	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0117
51	1	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0119
52	1	Unidade	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0122
53	1	Unidade	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0123

54	1	Unidade	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0125
55	1	Unidade	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0126
56	1	Unidade	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0127
57	1	Unidade	PNEU 1400R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0128
58	1	Unidade	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0130
59	1	Unidade	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0133
60	1	Unidade	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.	PN 0134
61	1	Unidade	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	PN 0137
62	1	Unidade	PNEU 12R16,5 R-4 10 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0139
63	1	Unidade	PNEU 12R16,5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0140
64	1	Unidade	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS	PN 0141
65	1	Unidade	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	PN 0142
66	1	Unidade	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0143
67	1	Unidade	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0144
68	1	Unidade	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO	PN 0152
69	1	Unidade	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO	PN 0158
70	1	Unidade	PROTETOR 1000 - 20	PN 0160
71	1	Unidade	PROTETOR 1400 - 24	PN 0162
72	1	Unidade	PROTETOR 900- 20	PN 0164
73	1	Unidade	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	PN 0165
74	1	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0201
75	1	Unidade	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0205
76	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 24	PN 0501
77	1	Unidade	PNEU PARA TRATORITO 18X9-50	PN 0502
78	1	Unidade	PNEU PARA TRATORITO 15X6-00	PN 0503
79	1	Unidade	PNEU 195/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0504
80	1	Unidade	PNEU 225/65R16C TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA VEÍCULO: AMBULÂNCIA MASTER).	PN 0505
81	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-26, PARA ROLO COMPACTADOR	PN 0506
82	1	Unidade	PNEU 225/55R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 97, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0507

83	1	Unidade	PNEU 205/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0508
----	---	---------	--	---------

1.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 13 de outubro de 2015 à 29 de fevereiro de 2016.

1.3 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

1.3.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

1.4 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

2 DO EDITAL DE CHAMAMENTO/ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – Para os itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74 e 75, somente poderão ser ofertadas pelas licitantes as marcas/modelos que possuírem Atestados de Aprovação emitidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC devidamente publicados até a data anterior a abertura do certame conforme Edital de Chamamento nº 001/2015 de 26 de março de 2015 e o Edital de Chamamento nº 002/2015 de 17 de agosto de 2015 e seus complementares.

2.2 – AS PROPONENTES INTERESSADAS PODERÃO CONSULTAR AS MARCAS/MODELOS JÁ APROVADAS NO SITE DO Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC: WWW.CONSORCIOCV.CSCOV.BR PARA A FORMULAÇÃO DE SUAS PROPOSTAS.

1.3 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

1.3.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante.

1.3.2 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

1.3.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

1.3.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

1.4 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante, correrão por conta do Fornecedor.

1.4.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

2 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

3.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, as estimativas de consumo dos Órgãos Participantes estão quantificadas no ANEXO VI.

4 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 – O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões.

4.2 – Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).

5 RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1 – O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

6 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 – Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2 – Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo

cadastro junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

6.3 – É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

6.4 – Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

6.5 – O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

6.6 – O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à empresa associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações e Leilões (ANEXO VII);

b) Ficha técnica descritiva, ANEXO VIII, com todas as especificações do produto objeto da licitação em conformidade com o item do total estimado para consumo em todos os Órgãos Participantes, Sob nenhuma hipótese será admitida a substituição da ficha técnica adicionada, nem mesmo antes do início da disputa de lances.

6.7 – A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto consoante com o modelo do Anexo VIII, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

7 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1 – O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.2 – As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 6.6 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

7.3 – A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.4 – O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.5 – A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.

7.6 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.7 – O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO

7.8 – A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

7.9 – Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo

ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e FAX 3091-9654, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.10 – A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.11 – Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.12 – Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.13 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 – Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances;

6.16 – Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

6.17 – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

6.18 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

6.19 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

FECHAMENTO RANDÔMICO

6.20 - Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

6.21 – Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

6.22 – O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.23 – POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS COM VALORES INICIAIS, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL -CVC

AV. SANTA CATARINA, Nº 1022, CENTRO, CORONEL FREITAS - SC (CEP 89.840-000) Pregoeiro: Edir Antonio Bagio Telefone/Fax: (49) 3347-0819 SETOR DE COMPRAS/LICITAÇÕES

6.24 – A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 7.23.

6.25 – O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 17.7, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

6.26 – Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

6.27 – Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

6.28 – Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

7.29 – Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

8 PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1 – O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. (MODELO DO ANEXO VIII) O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2 – No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES, MARCAS E MODELOS, PREÇOS UNITARIO E TOTAIS DE TODOS OS ITENS ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do produto. A não inserção de arquivos eletrônicos, bem como PROPOSTA ELETRÔNICA, PROPOSTA EM DESACORDO COM EDITAL ou informações contendo as especificações, marcas/modelos dos serviços e/ou produtos nos campos solicitados, implicará na DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

8.2.1 – Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), carimbos, telefones e etc, o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa.

8.3 – SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS APRESENTADAS QUE CONTENHAM ITENS SEM ESPECIFICAÇÃO DE MARCA/MODELO E AQUELAS QUE ESTIVEREM EM DESACORDO COM AS MARCAS/MODELOS DOS EDITAIS DE CHAMAMENTO 0001/2015, 0002/2015 E COMPLEMENTARES, com exceção aos itens 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, pois os mesmos não estão pré-qualificados.

8.3.1 - O OBJETO DEVERÁ ESTAR TOTALMENTE E ESTRITAMENTE DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ITEM 1.1.

8.4 – A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

7.5 – Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica (ANEXO VIII) sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

7.6 – As propostas deverão ser formuladas em formato texto (Word), planilha (Excel) e Adobe Reader 9.0, para Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000. As propostas cadastradas e que não puderem ser “abertas” pelo Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000 e posteriormente lidas e analisadas serão desclassificadas.

9 PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

10.1 – Todas as Empresas devidamente habilitadas para o certame, deverão enviar ao Pregoeiro, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) na fase inicial para todos os itens que cotou, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no item 7.23, deste Edital.

NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:

a) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;

b) suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

c) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

d) O prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços dos itens limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;

f) conter discriminado o prazo de validade da Ata conforme o preambulo do presente Edital;

g) conter discriminado o prazo de entrega dos itens de até 10 (dez) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento exclusivamente emitida pelo órgão gerenciador;

h) Especificação, marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito no item 1.1, deste Edital;

i) Valor unitário e valor total com a quantidade estimada;

j) Dados Bancários conforme ANEXO II;

10.2 – Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM.

10.3 – Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

10 GARANTIA

10.1 – As Empresas vencedoras deverão prestar as garantias conforme particularidades e exigências de cada item, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

11 DA HABILITAÇÃO

11.1 – TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 7.23, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015 - CVC
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

10.2 – Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

b) Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

c) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO III).

Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando condição.

d) A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:
Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal,
<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO V).

Os documentos relacionados nos subitens anteriores, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007.

Esta Certidão terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2013.

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

f) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

g) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

h) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

i) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

j) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011.

10.3 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 4 (quatro) dias úteis após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura da mesma, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

11.3.1 – A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à assinar a Ata, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de

classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

10.4 – Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro.

- Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX);
- Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

10.5 – Em todas as hipótese referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, “protocolo” de documento necessário à habilitação.

11.5.1 – Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 4 (quatro) meses após a sua expedição.

12 DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

12.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “on line”, disponibilizado pelo Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

13 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.1 – A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital e independentemente se houver divergência no valor unitário com o valor total cotado nos itens.

14 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1 – Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

14.1.1 – Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC.

13.2 – Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

13.3 – Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

15.1 – As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 13 de outubro de 2015 a 29 de fevereiro de 2016.

15.1.1 – Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão Participante(1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(3) e Fornecedor, até o total de órgãos participantes.

15.2 – O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no item 3 deste Edital, Anexo VI) no prazo de 3 (três) dias úteis após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

15.3 – A ata de registro de preços, deverá ser assinada por certificação digital.

14.4 – O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

14.5 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços de Fornecimento, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

14.6 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, os Órgãos Participantes poderão comprar de

mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

14.7 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes, a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

17 DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

17.1 – Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.1.1 – Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto a Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC.

17.2 – Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), No ITEM sendo submetido este resultado ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para homologação.

17.3 – O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

17.4 – Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

17.5 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de 03 (três) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

17.6 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

17.6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida a previa defesa, aplicar ao fornecedor em relação às contratações dos Órgãos Participantes as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

17.7 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, bem como aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

18 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- III convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

18.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- a) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
 - b) manter o valor de sua proposta classificada;
 - c) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;
- II Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.
- III liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

18.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II - não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV - tiver presentes razões de interesse público;
- V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- VI - for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- VII - não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

19.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

19.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor.

20 DA DOTAÇÃO

20.1 – As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante (município consorciado), referente o exercício de 2015 e seguintes.

20.1.1 – O Órgão Participante (município consorciado) quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

21 DO PAGAMENTO

21.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

21.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

21.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

21.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 – Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;

22.2 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC) ou os Órgãos

Participantes (Municípios Consorciados) a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

22.3 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

22.3.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.3.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Item 3, Anexo VI)

22.3.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Item 3, Anexo VI) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

22.4 – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

22.5 – O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Departamento de compras do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, logo após sua homologação.

22.6 – Detalhes não citados referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

22.7 – O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.8 – O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:00 hs, através dos telefones (49) 3347-0819, ou pessoalmente (Av Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC).

22.9 – Não cabe à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

22.10 – O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeados através da Resolução nº 006 de 07 de abril de 2015.

22.11 – São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
- b) ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- e) ANEXO V – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- f) ANEXO VI – Estimativa de Consumo dos Órgãos Participantes;
- g) ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- h) ANEXO VIII – Termo de Adesão Bolsa de Licitações e Leilões;
- i) ANEXO IX – Modelo de Proposta Eletrônica.

Coronel Freitas - SC, 21 de setembro de 2015.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Presidente.

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:**2 – PREÇO**

Deverá ser cotado, preço unitário e total, com apenas duas casas decimais, por item.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com item 9.1 letra "f": de 13 de outubro de 2015 à 29 de fevereiro de 2016.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DE MERCADORIAS

De acordo com o especificado no Item 2.3, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

LOCAL E DATA**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA****4 – OBJETO DA PROPOSTA:**

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
			CONTINUA....			

Local e Data.

Assinatura do representante
e carimbo da empresa

ANEXO II**1. DADOS BANCÁRIOS:**

Titular da Conta:
CNPJ:
NOME E NÚMERO DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:

CARGO OU FUNÇÃO:

IDENTIDADE Nº :

CPF/MF Nº:

TELEFONE PARA CONTATO:

E-MAIL:

3. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário da "Ata de Registro de Preços", o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, através do e-CPF (CPF na versão eletrônica).

Local e Data.

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(NOME SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº , sediada em (ENDEREÇO COMERCIAL) , através de seu proprietário/administrador (NOME COMPLETO) , (QUALIFICAÇÃO COMPLETA) , (ENDEREÇO COMPLETO) declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBSERVAÇÃO: Se for Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

CNPJ:

Local e Data

Assinatura e carimbo Representante Legal da empresa

ANEXO IV**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

A empresa , inscrita no CNPJ sob o nº , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurador , portador(a) da Carteira de Identidade nº , do CPF nº , DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Local e Data

Assinatura e carimbo Representante da empresa

ANEXO V**1 - RELAÇÃO DE ÓRGÃO GERENCIADOR:**

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	PRESIDENTE
Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC	Av. Santa Catarina, nº 1022	14.688.861/0001-19	MAURI JOSE ZUCCO

2 - RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

ÓRGÃOS PARTICIPANTES	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
Município de Águas de Chapecó	Rua Porto União, 968, Centro	82.804.212/0001-96	André Max Tormen
Município de Coronel Freitas	Av. Santa Catarina, 1022, Centro	83.021.824/0001-75	Mauri José Zucco
Município de Formosa do Sul	Rua Antonio Cella, 173, Centro	80.637.424/0001-09	Jorge Antônio Comunello
Município de Irati	Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro	95.990.230/0001-51	Antônio Grando
Município de União do Oeste	Av. São Luiz, 531, Centro	78.505.591/0001-46	Everaldo Luis Casonatto

ANEXO VI

ESTIMATIVA DE CONSUMO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 82.804.212/0001-96, com sede na RUA PORTO UNIÃO,968 - CENTRO, na cidade de ÁGUAS DE CHAPECÓ -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, ANDRÉ MAX TORMEN:

Item/Quantidade: 1/6; 4/2; 7/10; 8/5; 14/6; 16/2; 19/16; 21/4; 22/4; 23/4; 25/14; 26/4; 28/8; 29/4; 33/2; 35/4; 39/8; 40/4; 44/2; 45/2; 49/4; 52/2; 56/8; 59/8; 71/20; 79/4; 82/6; 83/4.

2 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS , pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 83.021.824/0001-75, com sede na AV. SANTA CATARINA,1022 - CENTRO, na cidade de CORONEL FREITAS -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, MAURI JOSÉ ZUCCO:

Item/Quantidade: 1/30; 2/4; 3/6; 4/10; 7/30; 8/4; 9/4; 10/10; 12/6; 13/6; 16/8; 17/6; 21/20; 22/4; 23/72; 25/4; 27/8; 28/16; 31/4; 32/4; 33/20; 34/40; 38/4; 42/4; 44/4; 45/4; 47/4; 49/4; 50/24; 51/8; 52/8; 59/4; 60/2; 62/8; 64/4; 65/4; 66/8; 67/4; 68/1; 69/1; 70/50; 71/40; 73/4; 80/8; 81/4.

3 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 80.637.424/0001-09, com sede na RUA ANTONIO CELLA,173 - CENTRO, na cidade de FORMOSA DO SUL-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, JORGE ANTÔNIO COMUNELLO:

Item/Quantidade: 1/30; 2/4; 3/4; 4/4; 5/2; 6/2; 7/10; 8/4; 9/4; 10/4; 11/2; 12/6; 14/6; 15/4; 17/4; 21/16; 22/4; 23/22; 24/18; 27/4; 28/8; 29/8; 33/12; 34/10; 35/4; 37/12; 41/6; 42/12; 43/6; 45/6; 47/2; 48/2; 49/2; 52/4; 53/6; 54/4; 55/2; 57/6; 58/2; 59/4; 61/4; 63/4; 70/20; 71/10; 72/10; 74/10; 75/4; 77/2; 76/2; 78/2; 79/4.

4 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE IRATI, pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 95.990.230/0001-51, com sede na RUA JOÃO BEUX SOBRINHO,385 - CENTRO, na cidade de IRATI-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ANTÔNIO GRANDO:

Item/Quantidade: 16/4; 22/4; 28/4; 29/6; 30/8.

5 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 78.505.591/0001-46, com sede na AV. SÃO LUIZ,531 - CENTRO, na cidade de UNIÃO DO OESTE-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, EVERALDO LUIS CASONATTO :

Item/Quantidade: 18/14; 20/8; 21/25; 23/30; 24/10; 25/8; 28/12; 29/12; 36/6; 42/22; 44/8; 45/4; 46/2; 47/6; 48/2; 49/2; 51/12; 52/10; 54/2; 55/2; 56/6; 61/2; 66/6.

6 - Total estimado para consumo de todos os Órgãos Participantes:

ITEM	QTD	Unidade	DESCRIÇÃO	Código Interno CVC
1	66	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	PN 0002
2	8	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	PN 0006
3	10	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	PN 0007
4	16	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA	PN 0008
5	2	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	PN 0009
6	2	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	PN 0010
7	50	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	PN 0011
8	13	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	PN 0015
9	8	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	PN 0016
10	14	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	PN 0018
11	2	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA	PN 0020
12	12	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	PN 0025
13	6	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO	PN 0026

14	12	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	PN 0027
15	4	Unidade	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0032
16	14	Unidade	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0033
17	10	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0036
18	14	Unidade	PNEU 235/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0039
19	16	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0043
20	8	Unidade	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0045
21	65	Unidade	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0046
22	16	Unidade	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0049
23	128	Unidade	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0050
24	28	Unidade	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0051
25	26	Unidade	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0052
26	4	Unidade	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0055
27	12	Unidade	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0056
28	48	Unidade	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0057
29	30	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0059
30	8	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0061
31	4	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0065

32	4	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0066
33	34	Unidade	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0067
34	50	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0069
35	8	Unidade	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0079
36	6	Unidade	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0083
37	12	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L , PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0092
38	4	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0103
39	8	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0104
40	4	Unidade	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0105
41	6	Unidade	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0107
42	38	Unidade	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0108
43	6	Unidade	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0109
44	14	Unidade	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0110
45	16	Unidade	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0111
46	2	Unidade	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0112
47	12	Unidade	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0113
48	4	Unidade	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0114
49	12	Unidade	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0116
50	24	Unidade	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0117

51	20	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0119
52	24	Unidade	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0122
53	6	Unidade	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0123
54	6	Unidade	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0125
55	4	Unidade	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0126
56	14	Unidade	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0127
57	6	Unidade	PNEU 1400R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0128
58	2	Unidade	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0130
59	16	Unidade	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0133
60	2	Unidade	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.	PN 0134
61	6	Unidade	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	PN 0137
62	8	Unidade	PNEU 12R16,5 R-4 10 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0139
63	4	Unidade	PNEU 12R16,5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0140
64	4	Unidade	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS	PN 0141
65	4	Unidade	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	PN 0142
66	14	Unidade	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0143
67	4	Unidade	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0144
68	1	Unidade	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO	PN 0152
69	1	Unidade	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO	PN 0158
70	70	Unidade	PROTETOR 1000 - 20	PN 0160
71	70	Unidade	PROTETOR 1400 - 24	PN 0162
72	10	Unidade	PROTETOR 900- 20	PN 0164
73	4	Unidade	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	PN 0165
74	10	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0201
75	4	Unidade	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0205
76	2	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 24	PN 0501
77	2	Unidade	PNEU PARA TRATORITO 18X9-50	PN 0502
78	2	Unidade	PNEU PARA TRATORITO 15X6-00	PN 0503
79	8	Unidade	PNEU 195/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0504

80	8	Unidade	PNEU 225/65R16C TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA VEICULO: AMBULÂNCIA MASTER).	PN 0505
81	4	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-26, PARA ROLO COMPACTADOR	PN 0506
82	6	Unidade	PNEU 225/55R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 97, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0507
83	4	Unidade	PNEU 205/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 0508

ANEXO VII

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 006/2015 – CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL– CVC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015 – CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015 – CVC

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2015

Aos dias do mês de do ano de , presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por Presidente, Sr. Mauri José Zucco, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF: 589.592.709-20, e do RG: 2.036.823-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Amazonas, nº 46, Bairro Três Palmeiras, no município de Coronel Freitas-SC, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o MUNICÍPIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua, inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. doravante denominado ORGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, nº, na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Pneus e Correlatos, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC:, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

1.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

2.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3 – Os itens adquiridos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida previa defesa, aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
 - e) manter o valor de sua proposta classificada;
 - f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;
- II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

- d) tiver presentes razões de interesse público;
- e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015 e seguintes.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

10.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 006/2015 – Consorcio CVC, Pregão Eletrônico nº 003/2015 – Consorcio CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 005/2015 – Consorcio CVC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 13 de outubro de 2015 à 29 de fevereiro de 2016.

11.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

11.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consorcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

12.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Item 3, Anexo VI do Edital de Licitação)

12.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (item 3, Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – Tabela de itens e preços registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT.R\$
..
..

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

14.1 – Estimativa de consumo de cada item:

Item-Quant.:;;;;;;;;;;;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, .../ .../ 2015.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente.

Fornecedor	Órgão Participante
------------	--------------------

ANEXO VIII

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	UF
CEP:	CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:	RG
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Ramo de Atividade:	

1 – Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2 – São responsabilidades do Licitante:

2.1 – tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

2.2 – observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

2.2.1 - observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

2.2.2 - designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme ANEXO I;

2.2.3 - pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3 – O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme

previsto no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4 – O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5 – (cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

5.1 – declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;

5.2 – apresentar lance de preço;

5.3 – apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;

5.4 – solicitar informações via sistema eletrônico;

5.5 – interpor recursos contra atos do pregoeiro;

5.6 – apresentar e retirar documentos;

5.7 – solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;

5.8 – assinar documentos relativos às propostas;

5.9 – emitir e firmar o fechamento da operação;

5.10 – praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

6 – O presente Termo de Adesão é válido até / / , podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: (reconhecer firma em cartório)

Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto) Indicação de Usuário do Sistema

Razão Social do Licitante:			
CNPJ/CPF:			
Operadores			
1	Nome:		
	CPF:	Função:	
	Telefone:	Celular:	
	Fax:	E-mail:	
2	Nome:		
	CPF:	Função:	
	Telefone:	Celular:	
	Fax:	E-mail:	
3	Nome:		
	CPF:	Função:	
	Telefone:	Celular:	
	Fax:	E-mail:	

O Licitante reconhece que:

- a) a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- b) o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- c) a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;
- d) o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros;
- e) o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

Responsável:

Assinatura: (reconhecer firma em cartório)

Ficha Técnica Descritiva do Objeto

Número do Item do edital:

Órgão comprador:

Marca/Modelo do produto:

Especificação do produto:

Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):

Quantidade do Item:

Preço inicial para o item (em R\$):

Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 . [Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)]

Data: